



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV SUP. ÚNICO AO Nº 33, QUINTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2020

ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (-)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Paulão (PT-AL)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONA- VÍRUS (COVID-19)

Ata da 16ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2020	4
Ata da 17ª Reunião, realizada em 2 de julho de 2020	74
Ata da 18ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2020	109
Ata da 19ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2020	172
Ata da 20ª Reunião, realizada em 14 de julho de 2020	228
Ata da 21ª Reunião, realizada em 20 de julho de 2020	278
Ata da 22ª Reunião, realizada em 21 de julho de 2020	322





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia trinta de junho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Carla Dickson, Paulo Ganime, Kátia Abreu, Bia Kicis, Rejane Dias, Rodrigo Coelho, General Peternelli, Mecias de Jesus, Marcel Van Hattem, Paula Belmonte e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso e João H. Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada.** Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Reunião destinada a avaliar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19). O convite deriva do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, Art. 2º, § 2º. **Participante:** Paulo Guedes, Ministro da Economia. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/06/30>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição – todos sabem.

No intuito de aproveitar o tempo, o tempo de Liderança e as questões de ordem ficam para o final.

O SR. PAULO GUEDES – Olá, amigos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Tudo bem, Ministro?

O SR. PAULO GUEDES – Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Tudo bem, Ministro. Tudo bem!

Abrimos aqui e vamos... (*Pausa.*)

Agorinha mesmo, Ministro Paulo Guedes.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovada a ata.

A presente audiência pública conta com a presença do Ministro da Economia, Dr. Paulo Guedes, de acordo com o cronograma previsto no plano de trabalho. Contamos também com as presenças dos senhores: Marcelo Siqueira, Chefe da Assessoria Especial do Ministro; Waldery Rodrigues, Secretário Especial de Fazenda; Dr. Carlos da Costa, Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade; Bruno Bianco, Secretário Especial de Previdência e Trabalho.

Sr. Ministro Paulo Guedes, é uma honra muito grande ter o senhor conosco, de novo, aqui na nossa Comissão Especial. Muito honrado com a sua presença, a sua disponibilidade nesta data.

E, neste momento, Sr. Ministro, sem mais delongas – nós temos quórum –, eu passo a palavra a V. Exa. pelo tempo de 30 minutos – um pouco a mais, um pouco a menos, de acordo com V. Exa. –, para a sua apresentação.

Então, com a palavra o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio.

É um prazer estar aqui com os senhores. Eu acho que a Comissão tem uma missão nobre e importante, porque o nosso papel é desenhar os programas de auxílio e apoio para salvar as vidas e preservar os empregos. E, uma vez que o dinheiro saia daqui – como tem saído, nós temos aprovado os programas, e eu vou mencionar que, na última vez que nós conversamos, estávamos torno de 500 bilhões, e nós chegamos agora à marca de um trilhão –, todos esses programas devem ser justamente acompanhados e monitorados por esta Comissão.

Nós temos o maior empenho em tentar atingir o máximo de alcance para proteção do povo brasileiro, tanto do ponto de vista de saúde como também do ponto de vista de proteção econômica. E nós nos sentimos honrados também de saber que o Senado e a Câmara estão acompanhando os nossos trabalhos em busca dessa transparência, em busca dessa efetividade, que todos nós desejamos.

Então, eu vou fazer uma rápida recapitulação de onde estamos, quais são os próximos passos, e aí vamos, então, às perguntas para vermos se podemos esclarecê-las.

No dia 11 de maio, os senhores se lembram, o Ministro Mandetta foi ao Congresso, eu fui junto, o Presidente do Banco Central também, e foi oficialmente comunicada a pandemia. No dia 12 de maio, houve o primeiro caso no Brasil. Em uma semana, nós tínhamos liberados já, primeiro, compulsórios: o primeiro de 135 bilhões; depois, de mais 65 bilhões – 200 bilhões de compulsórios. Cinco bilhões saímos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já da sessão do 11 de maio decididos a transferir para a saúde. Eu me lembro até de que a frase que eu usei, na época, foi maldosamente utilizada depois. Eu disse: "Olha, vamos pegar esses 5 bilhões, vamos começar o combate já. Esse dinheiro, que é objeto de uma disputa política, vai ser usado para pulverizar o coronavírus. Vamos atacar o coronavírus com esses recursos". Nós saímos satisfeitos e felizes pelo apoio do Congresso, de apoiar R\$5 bilhões, que eram objeto de uma disputa política da emenda do Relator, e, na mesma hora, inclusive com o apoio da oposição também, direcionamos esses recursos imediatamente para o Ministério da Saúde. Então, no dia 11 tomamos conhecimento da pandemia e, no dia 11, no Congresso... Eu tenho orgulho de dizer que o Congresso se moveu imediatamente. Tomando conhecimento da pandemia, aprovou ali, no ato, R\$5 bilhões como recursos para esse ataque inicial ao coronavírus.

Logo depois então, nas duas, três semanas subsequentes, 200 bilhões de recolhimento compulsório, depois mais 100 bilhões de linhas de empréstimo da Caixa Econômica Federal, depois mais 50 bilhões de linhas de empréstimo do BNDES. Então, já estávamos com 200 de compulsório mais 100 da Caixa, mais 50 do BNDES. Então, já eram 350 bilhões. E, logo depois também, antecipamos o décimo terceiro dos benefícios de pensionistas e aposentados e diferimos os impostos a serem pagos pelos pagadores do Simples e também a arrecadação de FGTS. Eram mais 150 bilhões.

Então, em duas ou três semanas, nós mobilizamos 500 bilhões de recursos sem entrarmos no espaço constitucional. Tudo isso foram esforços infraconstitucionais, ou seja, antes de termos a licença para gastar extraordinariamente neste ano, que seria dada pelo Congresso Nacional, com a PEC de guerra, nós já tínhamos mobilizado 500 bilhões.

E, logo depois, veio a PEC de guerra, primeiro num parecer do Ministro Alexandre de Moraes, nos autorizando a nos movimentar, e logo depois, com a Câmara também promovendo a PEC de guerra, e logo depois o Senado aprovando, abrimos um espaço adicional. Então, lançamos o auxílio emergencial. Pegamos 1,2 milhão de famílias que estavam na fila para entrarem no Bolsa Família e colocamos, imediatamente, todo mundo para dentro, porque a instrução do Presidente tinha sido exatamente que nenhum brasileiro pode ser deixado para trás.

Então, em vez de seguir o processo de natural de cinco, seis meses observando se é fraude, se é legítimo, se há uma ilegitimidade da família para entrar no Bolsa Família, nós preferimos botar todo mundo dentro, e depois então faríamos um filtro, exatamente para não correr o risco de deixar alguma família que merecesse do lado de fora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fizemos o auxílio emergencial. Esse auxílio emergencial passou a mais ou menos envolver uma ordem de recursos acima de 50 bilhões – são 51,5 bilhões por ano. Então, foi a nossa descoberta de que havia 38 milhões de invisíveis no Brasil, 38 milhões de pessoas que não tinham registro. Simplesmente não há registro. Isso vai desde a pessoa humilde, do faxineiro, do vendedor de balas nos sinais de trânsito que a gente encontra – ou encontrava – todo dia, aos vendedores... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deu uma travada aí, Ministro. Deu uma travada.

Deem uma olhadinha, o pessoal do Ministério da Economia, os auxiliares. Ajudem o Ministro aí, por favor!

Pessoal do Ministério, o pessoal da tecnologia, vamos ajudar o Ministro, por favor. Ele está paralisado aqui. *(Pausa.)*

Ministro, o senhor vai ter que entrar novamente. *(Pausa.)*

O Ministro saiu um pouco. Deu uma travada na internet dele, gente.

Bom dia, Cacá! Bom dia, Felício! Bom dia a vocês, meus amigos queridos!

O Ministro deu uma travada lá. Ele está arrumando.

Bom dia, Mecias!

Bom dia, Amin! Venha, Amin! Venha, Amin! *(Risos.)*

Venha, Amin, todo poderoso!

Estamos esperando o Ministro restabelecer, viu, gente? Esperem um pouquinho.

Agora, agora. *(Pausa.)*

Está travado o sistema lá do Ministério da Economia. A internet do Ministro não está boa.

Está vendo? No Ministério da Economia a internet não está boa. Imagine a de Roraima e a de Rondônia, não é, Mecias? Veja bem. *(Risos.)*

Ele já vem aí. Já, já, gente.

Vão batendo um papinho aí, conversando. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto, Ministro. Pronto!

Ministro, o senhor podendo, pode reiniciar.

O SR. PAULO GUEDES – O senhor me ouve, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor estava falando dos invisíveis. Parou ali.

O SR. PAULO GUEDES – O senhor me ouve, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo bem. Está o.k.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Perfeito.

O senhor imagine: se para fazer esta *conference call* nós temos essa dificuldade, imagine para entregar dinheiro para 64 milhões de pessoas espalhadas pelo País inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exatamente.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – O senhor está vendo por que volta e meia há uma reclamação desses programas nossos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exato.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Isso aqui deveria ser bem mais fácil, e a gente tem esse problema também.

Então, eu dizia aos senhores que descobrimos 38 milhões de invisíveis. Entre esses invisíveis, oito, nove, dez milhões são realmente muito pobres. Já os outros 25 a 30 milhões são empreendedores, são trabalhadores por conta própria, é gente que está por aí se virando, ganhando a vida, e que vai ser objeto de um próximo programa nosso, que vai ser o Verde e Amarelo, o Programa Verde e Amarelo, exatamente para nós darmos dignidade a essas pessoas que lutam em defesa da própria vida, da vida das suas famílias e que estão completamente desassistidas pelo Estado. Eles são invisíveis realmente, nós nem sabíamos o número dessas pessoas. O Cadastro Único não tinha informações sobre 38 milhões de brasileiros.

O resultado disso é que nós colocamos, então, em cima daqueles...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para recapitularmos: tínhamos R\$500 bilhões de espaço infraconstitucional. Quando houve a aprovação da PEC de guerra, imediatamente lançamos o auxílio emergencial, mais R\$150 bilhões, justamente para proteger os brasileiros desassistidos, seja porque eram pobres, completamente sem condição de sustentação própria – e não havia sequer registro da existência deles –, seja porque eram trabalhadores que tiveram subitamente sua condição de trabalho interrompida – é a faxineira, é o jovem que vendia bala no trânsito, é o chofer de táxi que foi prejudicado porque não havia mais movimento nas ruas. Então, nós abrigamos esses 38 milhões de invisíveis, mais os 20 milhões de brasileiros que já estavam no Bolsa Família, totalizando pagamentos a 64 milhões de brasileiros.

Para os senhores terem uma ideia: apesar da queda brutal na produção e no comércio, a massa salarial no Brasil subiu – é um dos pouquíssimos países que conseguiu fazer a massa salarial subir. Há mais recursos circulando hoje do que havia quando começou a crise. Então, nós conseguimos efetivamente atenuar o choque econômico que seria dado na economia caso não tivéssemos agido com tanta força.

Logo depois, mais R\$150 bilhões liberamos também em programas para Estados e Municípios – os senhores observaram e acompanharam as negociações. Esses recursos foram divididos, primeiro, em R\$8 bilhões que nós fizemos de transferência fundo a fundo, Fundo Nacional de Saúde direto na veia dos fundos estaduais e municipais de saúde; depois mais R\$2 bilhões para o Sistema Único de Assistência Social; depois mais R\$16 bilhões para o Fundo de Participação de Estados e Municípios. Embora nossa arrecadação caísse, nós mantivemos os repasses no mesmo nível do ano passado, exatamente para que Estados e Municípios não sentissem tanto o impacto da queda do ICMS e do ISS.

Então, totalizamos aí mais R\$300 bilhões constitucionalmente permitidos: R\$150 bilhões para o auxílio emergencial e R\$150 bilhões para Estados e Municípios, após longa negociação. Aliás, diria que não foi nem tão longa assim, porque quando os Governadores vieram nós tivemos uma semana de conversa, duas semanas depois eles voltaram pedindo mais recursos. Então, nós fizemos também esse acordo e os recursos foram liberados. Então, da nossa parte, tínhamos liberados já, R\$800 bilhões: R\$500 bilhões infraconstitucionais, R\$150 bilhões de auxílio emergencial, mais R\$150 bilhões para Estados e Municípios, chegando a R\$800 bilhões.

Aí lançamos mais R\$100 bilhões de créditos. Dividimos o mercado de crédito em quatro segmentos. O primeiro, que foi uma medida...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, eu preciso mencionar essa medida, que é muito especial, antes de eu entrar em crédito. Houve um programa, particularmente, que eu considero um dos mais bem sucedidos. Com a maior franqueza, os programas de crédito, justamente onde temos tido mais técnicos...

Nós temos uma equipe muito forte, tecnicamente, nessa área financeira: é o Presidente do Banco Central, Roberto Campos; é o Presidente da Caixa Econômica, que é o Pedro Guimarães; é o Presidente do BNDES, o Gustavo Montezano; o Presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes. É um grupo tecnicamente muito forte, e eu até dei esse exemplo: às vezes o time é o Barcelona, mas perde também, perde junto também. Então, apesar de ter tido um time muito técnico nessa área de crédito e finanças, a verdade é que o desempenho do nosso time – eu me incluo, nós todos juntos – nesse *front* de crédito, foi muito difícil, porque a verdade é que, como travou o País inteiro, a necessidade de capital de giro triplicou, quadruplicou. Então, mesmo expandindo o crédito, como nós expandimos, a verdade é que continuou insuficiente. Então, nós continuamos, o tempo inteiro, aperfeiçoando os programas em busca de um melhor desempenho.

Eu vou falar dos programas de crédito já, mas primeiro eu quero dizer que houve um programa extraordinariamente bem-sucedido, que está inclusive sob a orientação do nosso Secretário Especial de Trabalho e Previdência, que é o Bruno Bianco – ele está aí conosco também. O programa foi muito bem-sucedido, porque, em de cinco a seis semanas, quando os americanos demitiram 30 milhões de trabalhadores dos mercados formais, o Brasil protegeu 10 milhões de empregos, 10 milhões de pessoas que seriam demitidas e se inscreveram no programa BEm, que é o benefício emergencial que permitia a livre negociação dos salários. Então, a empresa dizia: "Em vez de eu demitir, eu vou dar meio expediente, vou pagar só a metade do salário, e o Governo vem e faz uma suplementação salarial". Com esse programa, 10 milhões de trabalhadores foram inscritos, e seus empregos foram preservados, o que é algo extraordinário.

Da mesma forma o nosso desempenho. Eu tenho a maior franqueza em reconhecer que, na parte de crédito, ele não foi satisfatório até o momento, e nós continuamos aperfeiçoando o nosso programa para o dinheiro chegar à conta, que era a maior reclamação. Eu tenho também que dizer que, do ponto de vista de manutenção de emprego, eu o considero um dos programas mais bem-sucedidos, como o outro, porque, no mercado formal americano, em cinco, seis semanas, demitiram 30 milhões, e aqui nós impedimos a demissão de 10 milhões. Houve, nesse mesmo período, uma demissão de em torno de 1 milhão de pessoas só, no mercado formal, o que foi absolutamente excepcional, foi extraordinário.

Então, isso aí eram mais R\$50 bilhões. Então, eram 500 bilhões do infraconstitucional, R\$150 bilhões de Estados e Municípios, R\$150 bilhões de emergencial, mais R\$50 bilhões desse programa – na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, R\$51 bilhões desse programa de benefício emergencial para as empresas manterem os empregos dos trabalhadores.

Logo depois, lançamos também o Fopas, que era o plano de Folha de Pagamento de Salário, em torno também de R\$40 bilhões, sendo R\$34 bilhões do Governo e R\$6 bilhões do sistema bancário. Aí chegamos praticamente a R\$900 bilhões. Esse era um plano que dizia o seguinte: se você quiser manter seus trabalhadores, venha aqui e apanhe capital de giro para continuar pagando a sua folha. Então, você podia até usar uma combinação: você pagava a metade do salário e deixava o Governo suplementar a outra metade e, mesmo para a metade que você, empresa, pagaria, você tem o capital de giro, que era o Fopas, que era também mais R\$40 bilhões. Então, chegamos a R\$900 bilhões.

Aí, ainda com a reclamação de que o dinheiro não chegava à ponta, fomos aprofundando os programas. Lançamos primeiro um programa que eu também acho que será muito bem-sucedido, levou algum tempo para sair, mas está na forma agora, finalmente saiu, que é o que nós chamamos de Pronampe (Programa Nacional de Apoio à Micro e Pequena Empresa). Esse programa tem R\$15,9 bilhões. Agora, ele tem uma característica muito interessante que é o seguinte: a Receita Federal, que acompanha os pagamentos de impostos nos últimos dois, três anos, selecionou quem são os pagadores de impostos, 3,2 milhões microempresários que sempre pagaram seus impostos em dia. Então, somou os brasileiros cumpridores dos seus deveres, que criam empregos, pagam o imposto Simples, que é o imposto para a faixa mais baixa justamente de empresas, que, de repente, tiveram seus negócios destruídos, interrompidos. Então, o que a Receita Federal fez? Está ligando para 3,2 milhões de empresários, na verdade, microempresários, e dizendo: "Olha, você que sempre pagou seus impostos em dia vá ao banco da sua preferência e peça 30% do seu faturamento médio mensal, porque nós vamos fornecer capital de giro para você continuar vivo, para você continuar com o seu negócio. Pode estar fechado, mas não vai ser destruído". Então, inúmeras empresas, restaurantes, bares, pequenas empresas estão sendo mantidas por esse capital de giro. E eles sabem o seguinte: assim que a economia reabrir, eles pelo menos mantiveram fôlego, se mantiveram respirando, esperando o momento de sairmos desse período de isolamento, de distanciamento social.

Então, é um programa que também nós achamos que vai ter muito êxito. Esse programa demorou um pouco porque você pegar 3,2 milhões de pequenos pagadores de impostos e adaptar um programa para eles não era simples. Nós lamentamos muito que tenha demorando tanto tempo para sair, mas foi para o Congresso, para a Câmara, para o Senado, mexemos nele até o final, leva um tempo, mas agora, finalmente ele chegou e vai entrar. Para esse programa, eram R\$15,9 bilhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, houve um segundo programa também importante. Esse iria para empresas de até R\$360 mil anual de faturamento. Realmente são microempresas, a gente até aumentou o limite, o teto agora, mas depois lançamos um que é baseado... Desculpe, o Pronampe é baseado no FGI também, que é um fundo garantidor de investimento que permite que o Governo fique com os primeiros 20% de perda – na verdade, pode ir até a 85% de perda – e os bancos fiquem com os 15% de perda. Nós sabemos que deve haver alguma perda nesse programa, mas a nossa responsabilidade é estender esses recursos. Isso explica até uma frase minha muito mal compreendida naquele vazamento de uma reunião ministerial onde eu dizia: "Olha, as empresas grandes, nós vamos até ganhar dinheiro com elas; agora, com as pequenas, não, a gente perde dinheiro".

Isso em nenhum momento significava que nós não daríamos o dinheiro para a pequena; o que se dizia era o seguinte, era justamente o contrário: é que, quando você emprestar para um gigante, para uma companhia aérea, uma coisa assim, o Governo tem que dar uma satisfação à população porque ele está salvando um gigante econômico; então, ele tem que ganhar algum dinheiro para fazer isso. Então, nós desenhamos as debêntures conversíveis exatamente para isto: eu salvo a empresa aérea, mas, quando ela voltar a voar e ganhar dinheiro, o Estado ganhou dinheiro; aplicou recursos públicos, e o Governo ganha dinheiro com as empresas grandes.

Já a pequenininha, não. Você vai dar dinheiro para milhares de pequenas empresas, e algumas podem realmente morrer no caminho e não conseguir pagar. Então, com as pequenas a gente pode não ganhar dinheiro. Mesmo assim, daremos o crédito, foi isso que eu estava falando. E aí deformaram completamente a frase dizendo que a gente não dá dinheiro para os pequenos para não perder. Eu estava dizendo o contrário: quando você dá o recurso para o grande, você tem que ganhar dinheiro para a população entender que você salvou um gigante porque é importante, o Brasil precisa de companhias aéreas, o Brasil precisa, nós todos vamos voar novamente. Em meses, nós estaremos todos voando; nós vamos precisar dessas companhias. Não é porque ela é grande que nós não vamos ajudá-la; nós temos que ajudá-la, mas temos que explicar o uso dos recursos públicos. Então, ali nós temos que ganhar recursos: nós vamos investir 100 e vamos ganhar 150, 200... Nós temos que ganhar recursos. Nós vamos botar as companhias para voar, mas nós seremos pagos por termos feito esse serviço de salvá-las.

Já no caso do bar ou restaurante, pode ser que esse bar não consiga mais se sustentar e não pague, e o Governo vai perder dinheiro com alguns pequenos. Isso era o que eu estava falando, e geralmente o que a gente fala é deformado. Então, eu queria deixar também essa explicação para os Srs. Senadores e Deputados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que o Congresso... Porque o Congresso tem sido um parceiro: tudo que nós temos feito passa pelo Congresso, e o Congresso estuda, e sugere, e complementa. Então, isso nós fizemos a quatro mãos. Fazemos tudo isso a quatro mãos. Esse projeto mesmo do Pronampe entrou aí no Congresso, passou por muitos Senadores, passou por Deputados, subiu, desceu e finalmente chegou agora.

Depois nós tínhamos outro programa...

Nesse programa a que eu meu referi, do Pronampe, nós estamos botando R\$20 bilhões; potencialmente isso pode chegar a R\$100 bilhões, porque esses recursos são alavancados pelos bancos privados.

Então, nós vemos que já chegamos a R\$1 trilhão; já chegamos a R\$1 trilhão de recursos mobilizados. Isso é duas vezes mais do que a média dos países emergentes. Isso é 10% acima dos países avançados, da média dos países avançados. Então, em nenhum momento, nós podemos concordar com tais afirmações: "Ah, o Brasil não se mobilizou!", "Ah, o Brasil não está protegendo a sua população!", "Ah, o Brasil não se empenhou para salvar empresas ou empregos ou vidas!". Nós consideramos isso uma visão muito injusta – nós que estamos trabalhando de manhã, de tarde e de noite nisso; o nosso Congresso. Eu tenho dito que nós vamos surpreender o mundo, porque o nosso Congresso está trabalhando durante a pandemia. Acabamos de aprovar o saneamento.

Então, eu quero até terminar agora, completando minha meia hora – faltam cinco minutos exatamente para eu terminar a minha meia hora –, justamente falando dos próximos passos.

Primeiro, nós estamos trabalhando muito próximos ao TCU. Da mesma forma, recebemos muito bem esta Comissão de monitoramento do Congresso, porque nós queremos que a coisa seja bem-sucedida, nós queremos saber se está havendo algum desvio de recurso, nós queremos saber se há alguém se aproveitando desta boa vontade do Congresso Nacional de colocar os recursos lá embaixo para fazer malfeitos, para fazer desvio de recursos. Então, nós temos o maior interesse de que haja maior transparência e o acompanhamento e o monitoramento desses recursos.

Depois que a gente libera os recursos aqui, eles vão para os Estados e Municípios, e o que está acontecendo lá embaixo é uma responsabilidade dos demais entes federativos. Depois que o recurso entrou em um Estado, o Governador é o responsável pelo uso daquele recurso. Depois que ele entra nos Municípios, é a mesma coisa: os Prefeitos são responsáveis pelo recurso. A população brasileira confia no Congresso, o Congresso e o Executivo liberam esses recursos, esses recursos descem, e agora a bola passa para os Estados e Municípios. E aí os Governadores e os Prefeitos têm de dar conta disso. E o Tribunal de Contas dos Estados, os TCEs, têm de ficar em cima disso também; cabe a eles também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhar as contas dos Estados, saber se esses recursos estão indo para as áreas para onde eles foram liberados ou se estão sendo desviados para usos até eleitorais ou para qualquer outro uso que não era o combinado.

O combinado é que nós estamos combatendo uma pandemia. Esses recursos são para a saúde ou para linhas suplementares. Por exemplo, as crianças estão em casa, e está faltando, às vezes, o dinheiro para a merenda escolar. Então, se as crianças estão em casa, tem de se dar um jeito de essa merenda escolar chegar lá. É responsabilidade do Prefeito, com esses recursos que nós liberamos, fazer os recursos chegarem para as crianças. Da mesma forma se dá no transporte público, no transporte urbano. As pessoas estão em casa, as empresas privadas estão com dificuldade de manter os ônibus em circulação, o Prefeito tem que negociar com a agência de transporte urbano e acertar os termos. Mesmo que girem vazios, os ônibus têm de girar. Se amanhã você precisa visitar alguém, algum parente que está doente ou alguma coisa assim, ou providenciar uma ida ao hospital, aí você não tem transporte público? Precisa haver o transporte público. Então, nós liberamos recursos inclusive livres para esse tipo de uso.

Justamente o aumento de salários foi uma das coisas que eu pedi ao Presidente para vetar, com o apoio da Câmara e do Senado, e isso aconteceu. O Presidente Davi Alcolumbre, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, e o Presidente da Câmara dos Deputados, em uma reunião junto com os Governadores, acabaram ratificando, na verdade, esse veto do Presidente, impedindo que o dinheiro da saúde virasse aumento de salário da máquina pública. Então, nós conseguimos isso. Isso é muito importante para garantir que os recursos realmente se dirijam para essas finalidades.

Agora quais serão os próximos passos? Nós vamos fazer uma extensão desse período de auxílio emergencial. Isso deve ser anunciado possivelmente hoje pelo Presidente. Está previsto que hoje o Presidente anuncie isso. Eu não quero me alongar muito, exatamente porque o Presidente vai falar sobre isso daqui a pouco. Como a pandemia continua nos assombrando, nós vamos estender essa cobertura.

Ao mesmo tempo, estamos conversando com 190 associações empresariais, que o nosso Secretário de Competitividade e Produtividade, Carlos da Costa, contactou, recebendo pleitos que foram atendidos e, ao mesmo tempo, trocando protocolos de melhores práticas no mundo inteiro e, particularmente, também os casos bem-sucedidos do Brasil, para que haja uma volta, um retorno seguro ao trabalho quando as autoridades liberarem.

As empresas vão ter um papel decisivo nisso. Quer dizer, quando o cidadão brasileiro sair de casa e for ao trabalho, ele tem de chegar no trabalho e achar as condições ideais e o protocolo instalado de preservação da sua saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há setores muito bem-sucedidos. O setor de construção civil é um exemplo que nos vem à mente sempre, porque eram 55 mil trabalhadores, na última vez que nós conversamos, duas, três semanas atrás, e havia menos de 20 mortes. Então, os trabalhadores são protegidos, mantêm a distância regulamentar, almoçam em amplos espaços, de forma que não precisam estar próximos, recebem instruções e ensinamentos sobre como se preservar e preservar seus familiares. Tiveram sucesso extraordinário, tanto que trabalharam todo esse tempo com 93% da capacidade instalada, praticamente não sentiram o impacto da pandemia, porque as obras continuaram; caíram as vendas, mas a produção e a obra seguiram em andamento.

Esse foi um exemplo muito bem-sucedido. Isso está-se espalhando, todas as empresas estão adotando essas práticas agora de forma que, quando Prefeitos e Governadores, que são os responsáveis pela volta ao trabalho, que são quem comanda o ritmo, aqui e acolá, à medida que forem liberando o retorno seguro ao trabalho, dentro de dois, três meses, assim que acabar o período emergencial, o auxílio emergencial que estamos estendendo, vamos anunciar os novos programas, o Programa Renda Brasil, o Programa Verde Amarelo, programas sociais importantes para estimularem a retomada do crescimento.

Agora, o Congresso tem, nos próximos 60, 90 dias, exatamente como o período a que me referi com o que nós vamos surpreender o mundo. O saneamento foi a primeira medida. Mas nós temos cabotagem, setor elétrico, gás natural, petróleo, para sair de partilha para concessão. Quer dizer, nós temos três, quatro, cinco grandes frentes de investimento para nós destravarmos juridicamente as fronteiras de investimento brasileiro.

Então, temos 60, 90 dias para destravarmos a fronteira de investimento. Saneamento, cabotagem, setor elétrico, petróleo, gás natural, tudo isso. É nesse sentido que nós vamos surpreender o mundo daqui a dois, três meses. Quando tivermos já realizado a volta segura ao trabalho, estaremos já disparando nossas ondas de investimento exatamente por esse trabalho de aperfeiçoamento do marco regulatório, do marco institucional brasileiro pelo Congresso.

Esta é a nossa agenda de curto prazo: por um lado, o social, com a prorrogação do auxílio emergencial; por outro lado, o destravamento das fronteiras de investimento brasileiro.

Então, continuamos otimistas. Eu nem diria otimistas, mas continuamos realistas no sentido de que é possível o Brasil retomar as reformas estruturantes e o crescimento econômico antes do que a maioria dos analistas tem previsto.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Ministro.

Consulto Wellington Fagundes, Rejane Dias, Mecias e Cacá, que não se inscreveram ainda.

Sr. Ministro, nós temos que o Senador Esperidião Amin, o Mauro Benevides, além do nosso Relator, Francisco Jr., ficaram encarregados aqui de ter uma articulação bem próxima do Ministério. Como o senhor já designou, Ministro, o Secretário Especial Waldery, eles vão estar mais amiúde visitando o Secretário Waldery, justamente para busca de informações sobre esses créditos e esses mecanismos de empréstimos e financiamentos.

Mas vamos continuar nossa audiência pública, que está bem concorrida, muita gente.

Nós vamos fazer o seguinte: agora passo a palavra para o nosso Relator Francisco Jr., que acabou de publicar ontem, segunda-feira, com data do dia 26, o seu quinto relatório. Já está disponível, muito bem feito, muito detalhado.

Eu passo a palavra ao nosso Relator Francisco Jr. pelo tempo de até dez minutos.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Aproveito para cumprimentar todos os Deputados e Senadores.

Ministro, parabéns pelo trabalho, parabéns pelo esforço e pela dedicação. Imagino que seja um trabalho ímpar e que, ao final, vamos perceber que vencemos a batalha, se Deus quiser!

Alguns comentários e algumas perguntas breves, Ministro. Quanto à maioria, o senhor já teve algum comentário, mas, na verdade, vou pedir que o senhor se aprofunde.

Na nossa última reunião já havíamos questionado sobre os recursos dos programas de fomento às empresas, que não estavam chegando. O senhor mesmo assumiu mea-culpa de que, apesar da qualidade da equipe, realmente existem dificuldades. Como V. Sa. analisa essa situação? Porque essas dificuldades existem, mas precisam ser vencidas. O que de diferente nós podemos esperar nessa área, na oferta de recursos para as empresas, de forma especial, para as pequenas, médias e microempresas? O que nós podemos esperar de diferente, então, nessas mudanças? Por que a regulamentação de programas como o Pronamp levou tanto tempo para ser aprovada? Há uma discordância por parte da equipe com programas como esse ou não? Como o senhor está conduzindo e avaliando essa questão da oferta de crédito?

Outra situação. Em audiência com o Ministro-Chefe da Casa Civil, ele e vários outros órgãos sempre informam que não falta recurso para enfrentar a pandemia. Com os números que o senhor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentou agora, a gente percebe realmente que o Brasil está reunindo um valor muito significativo de recursos. Só que, em audiência na semana passada, alguns Governadores confirmaram a transferência dos recursos – claro –, mas reclamaram da falta de coordenação do Governo Federal em aspectos como compra centralizada, que há hoje uma dificuldade muito grande de gastar esse recurso, que não conseguem.

E aí os problemas vão desde os órgãos de controle e fiscalização às denúncias de sobrepreços, à dificuldade de adquirir. E eles reclamaram da falta de uma coordenação política nacional. De que forma a União está exercendo a sua liderança natural com relação aos entes subnacionais de forma a auxiliá-los, sem tolher a liberdade que lhes é assegurada pela Constituição Federal?

O senhor fez um comentário há pouco dizendo que depois que o recurso chega aos Estados e Municípios é da responsabilidade deles – concordo –, mas eles reclamam dessa coordenação por parte do Governo Federal. Como o senhor avalia essa cobrança?

Em sua primeira fala, Ministro, V. Sa. afirmou que o planejamento da ação tinha como horizonte inicial uma janela de três meses. Aparentemente, alguns lugares no exterior já estão experimentando uma segunda onda da infecção. Aqui no Brasil, a primeira onda não atingiu o seu pico ainda. O que há de concreto em planejamento com relação a essa janela de primeira e segunda onda, a esse tempo da segunda onda? O senhor colocou um prazo agora de três meses – e eu desejo que fiquemos nesses três meses –, mas sendo um pouco pessimista, se nós tivermos de fato essa segunda onda no Brasil, como o senhor avalia o tratamento disso?

Aqui eu perguntaria sobre o auxílio emergencial, que o senhor já informou que o Presidente dará as informações, eu também não vou pedir que o senhor faça esse *spoiler* com o Presidente, neste momento. Mas estamos curiosos para saber sobre isso.

Com relação à qualidade do gasto público, V. Sa. poderia nos informar quais são os cuidados que o Ministério da Economia está tomando para que os recursos sejam transferidos em montantes adequados e utilizados de forma eficiente? Por mais que a responsabilidade seja dos Estados e Municípios, o gasto lá, a iniciativa é do Governo Federal e o dinheiro é do povo. E as denúncias estão cada vez mais aumentando. Como poder garantir e tranquilizar a população? Existe alguma iniciativa, algum programa pensado, por parte do Ministério da Economia, nesse sentido?

Ministro, as consequências da pandemia parecem que estão sendo mais profundas do que nós esperávamos. As expectativas de encolhimento do PIB foram piorando até a previsão de 9,1% prevista pelo FMI. Temos onda de fechamento em Israel, Estados americanos e agora em alguns lugares do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou no Estado de Goiás e ontem o Governador baixou um decreto de *lockdown* de 14 por 14: 14 dias fechado e 14 dias aberto, aqui no Estado.

Com relação ao déficit primário, muitos já falam em números que se aproximam de um trilhão e dívida bruta perto de 100% do PIB. Afinal, qual é o maior déficit primário que somos capazes de suportar para 2020? Até onde nós podemos ir com esse endividamento?

E, por fim, o senhor fez uma constatação há pouco de 38 de milhões de invisíveis, que foram identificados pelo apoio emergencial. A informalidade é uma grande realidade a ser enfrentada. Algo está sendo preparado para incluir toda essa população? O senhor falou de programas, como o programa Renda Brasil, o Verde e Amarelo – excelente! –, mas o que mais nós podemos fazer com relação a isso? E aí eu vinculo a uma última pergunta: o que a pandemia está nos ensinando, o que estamos aprendendo com relação à nossa reforma tributária tão necessária? Essa experiência que nós estamos tendo, que nos revela tantos informais, tantos invisíveis e uma dificuldade tão grande de o empresariado brasileiro conseguir caminhar com as suas próprias pernas, em função de uma carga tributária tão pesada. Essa já é uma discussão necessária há muito tempo, mas, especificamente, com o aprendizado da pandemia, o que nós podemos trazer dessa realidade para essa reforma tributária? Ou o senhor continua imaginando a reforma tributária exatamente da mesma forma e que isso não trouxe nenhuma inovação necessária para a forma de tratar os tributos no Brasil?

No mais, Ministro, eu o parabenizo mais uma vez. A gente percebe o esforço e percebe a importância do trabalho que vocês vêm realizando no Brasil agora. E eu não só torço, mas acredito que, passado esse tempo, com todas essas reformas sobre as quais o Congresso está debruçado, empenhado, com os marcos nacionais – acabamos de aprovar o saneamento e todos esses que o senhor elencou, cabotagem, gás natural, petróleo, etc. – e também a reforma tributária, eu tenho certeza de que o Brasil tem muito para oferecer a todo o mundo, e nós seremos a grande revelação ainda neste século. Tenho certeza disso, de que nós vamos desabrochar, e conto muito com o trabalho de V. Exa. para isso.

Obrigado, Ministro. Parabéns!

Deus abençoe vocês aí no trabalho, nesse momento ainda tão difícil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ministro, nós temos muitos inscritos e já temos muitos internautas também, cujas perguntas devem chegar aqui para mim. Então, depois que o senhor responder ao Relator, vamos fazer blocos de quatro Parlamentares, cada um tendo três minutos para perguntar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para essa primeira resposta, eu vou conceder a V. Exa. oito minutos para responder ao Relator.

O senhor está com a palavra.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Quantos minutos, por favor, Senador? Eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Oito minutos, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Perfeitamente.

Eu quero primeiro agradecer as inspiradoras palavras do Relator, Deputado Francisco Jr. Eu me sinto muito gratificado em fazer esse esforço com o nosso time quando vejo essas perguntas construtivas e críticas, quando acontecem, também quando construtivas, respeitadas. Nós somos um povo, nós somos um país, nós somos irmãos nessa crise. Nós estamos sofrendo todos, perdendo familiares, perdendo empregos, perdendo amigos... Então, esse é o espírito que nós temos que ter. Nós estamos juntos nisso: nós estamos trabalhando juntos para formular as medidas; aprovamos juntos aí no Congresso; fiscalizaremos juntos com o TCU, com o Congresso. Então, eu agradeço suas palavras muito inspiradoras, Relator, Deputado Francisco Jr.

Então, a primeira é a dos programas de crédito.

Nós temos aprendido, sim. Os americanos lançaram 10, 15, 20 programas, também procurando. Inclusive, eles estudam muito isso. Às vezes são programas que são complementares. Por exemplo, nós fizemos um para renegociação, que foi bem-sucedido, para estimular: "Olha, renegocie o salário, mantenha o emprego, que nós suplementamos". Foi muito bem-sucedido. E outro assim: "E eu ainda dou um capital de giro para você, se você precisar pagar". Esse não foi bem-sucedido, porque as empresas queriam ter a liberdade de poder demitir, ou seja, quem não queria demitir, preferiu a suplementação salarial. Na dúvida, é melhor você lançar dois, três, quatro, cinco programas, ver qual está desempenhando melhor, e aí você vai tentar aumentar os recursos para aquela área ali. É um pouco o que a gente tem feito: tentar aperfeiçoar os programas e aprender com a experiência. Isso acontece no mundo inteiro. E, nessa área de empregos formais, nós temos até sido mais bem-sucedidos do que os próprios americanos.

A segunda observação sua...

Então, continuamos ligados, aprendendo, e agora o Roberto Campos, semana passada, anunciou um outro programa já turbinando os que estão funcionando mais. Ele liberou um capital que estava esterilizado com os bancos e disse: "Olha, em vez de vocês ficarem com esses recursos esterilizados,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês podem sacá-los, mas só se endereçarem para a pequena e média empresa". Então, foi um ganhaganha. Para o banco era bom tirar um dinheiro que estava esterilizado, que não servia para nada, não servia de garantia praticamente para nada, e, ao mesmo tempo, asseguramos que pode ser retirado, mas só se for aplicado na pequena e média, que é onde eles estavam com uma certa reticência, e o dinheiro estava empoçado. Então, continuamos aprendendo e tentando aperfeiçoar e, sim, esperamos um muito melhor desempenho. Acho que, na próxima vez que nós sentarmos aqui para conversar, vou trazer boas notícias nesse *front* de crédito, bem melhores do que as que nós temos hoje.

A sua segunda observação: a coordenação do Governo Federal sobre a crise. Nós estamos aprendendo muito, Deputado Francisco Jr., nessa crise. Nós, como sociedade, estamos aprendendo muito, porque, por exemplo, por um lado, dispor de sistemas descentralizados de saúde e assistência social foi muito bom, porque você derrama o recurso ali, e ele vai à ponta rapidamente. Você tem a transferência fundo a fundo: você dá o dinheiro da saúde, e ele vai direto para os fundos estaduais e municipais de saúde; você dá o dinheiro para o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), e o dinheiro vai direto lá para as filantrópicas, para todo mundo que também trabalha com essa área social. Então, isso é a grande vantagem. Por outro lado, você perde o contato com esses recursos, porque os recursos desceram. Aquilo é uma tubulação, é um encanamento. Aquilo vai descendo, vai descendo, e você vai perdendo a visão, o que eu acho que é um mérito da democracia. É uma divisão de trabalho, é um aprendizado realmente.

Por um lado, a gente não sabe até onde vai a nossa coordenação, quer dizer, formular o programa e derramar os recursos. Agora, já o vigiar a efetiva utilização é lá embaixo, é o dinheiro na ponta. Isso só confirma a nossa crença no pacto federativo, de reafirmar a importância de descentralizar atribuições e recursos, desconcentrar atribuições e recursos. É impossível alguém de Brasília saber como é que o Prefeito de Caxias vai usar esses recursos. Nós não temos essa visibilidade nem essa pretensão. Realmente nós dependemos dessa rede de governabilidade que nós construímos, que se chama República Federativa do Brasil. Nós temos que apostar na democracia.

Então, vai haver um desvio aqui, vai haver um sobrepreço ali. Existem realmente deficiências. Uma compra centralizada realmente favorece, você consegue um desconto de preço maior, mas, por consequência, o País inteiro fica esperando o Governo central comprar coisas, quando ele mesmo já poderia estar comprando, descentralizadamente. Portanto, a gente está aprendendo com essa crise a aperfeiçoar o funcionamento desse organismo complexo que é a Administração Pública, que não é simples, não é simples mesmo. Eu acho que nós vamos sair do lado de lá mais robustos, mais unidos, mais fortes, conhecendo melhor o funcionamento da nossa própria máquina e corrigindo as deficiências.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O auxílio emergencial, quanto à duração da crise. A crise se estendendo... Ela, por enquanto, ainda está dentro do mapa que o próprio Mandetta tinha deixado quando saiu. Ele falou que a coisa subiria ali para abril, subiria fortemente – foi quando a atividade econômica caiu muito fortemente também –; maio, junho e início de julho ela ainda ficaria lá em cima, num platô; e, no final de julho para agosto, ela desceria fortemente também. Essa era a previsão inicial.

Então, até agora, nós demos os três meses iniciais, que ele falou que seria quando a curva subiria e ficaria lá em cima. Estendemos agora, porque ela não começou a descer ainda, estendemos por mais três meses, mas acreditamos que realmente ela vá descer nesses próximos meses. Se não descer, lá vamos nós pensar de novo em quanto tempo mais nós temos que segurar o fôlego, mas, por enquanto, estamos contando que este é o quadro: ao longo desses três meses, a pandemia deve retroceder com algum vigor, e nós, então, estaremos fazendo o nosso retorno seguro ao trabalho – a verificar à frente.

A qualidade do gasto, também, é como eu digo: nós não temos mais a capacidade de examinar lá embaixo; agora, nós podemos criar os protocolos e, aí, nós precisamos muito de ajuda dos TCEs também. Então, vamos precisar muito de ajuda dos TCEs para fazer um trabalho parecido com o do TCU aqui. O TCU examina as nossas contas, observa se os recursos estão sendo bem utilizados ou se estão sendo desviados. Os TCEs têm que fazer o mesmo trabalho, mas, ao contrário, nós tivemos um problema constitucional nos TCEs, de erro de Constituição, no sentido de que foi possível que alguns desses TCEs se tornassem cúmplices de Governadores que fizeram administrações desastrosas. Então, faltou transparência a alguns Governos estaduais, e os TCEs não foram capazes de corrigir isso. Ao contrário, se acumpliciaram com alguns governos estaduais e entregaram Estados destruídos financeiramente para os Governadores que chegaram depois. Então, esse é um problema muito sério, e eu saúdo a sua observação de que nós temos de descer nesse controle da qualidade do gasto.

A quinta observação é o PIB, a queda do PIB, o déficit primário, a dívida/PIB. O déficit primário vai ser muito alto, muito alto: ele vai passar, possivelmente, de 15% do PIB. Em relação à dívida, há o receio de que ela ultrapasse os 100%. Quanto ao PIB, qualquer previsão de queda hoje, inclusive do FMI, é chute. Eu repito: quem é bem treinado em teoria econômica, estudou bem Econometria, sabe da Crítica de Lucas – ele ganhou um Prêmio Nobel, entre outras razões, por isso também –, que mostra o seguinte. Nós somos um organismo vivo, os parâmetros ficam instáveis. Da mesma forma que cada organismo individual reage de um jeito, uma economia, que é esse ser vivo enorme, ninguém tem capacidade de prever hoje.

E eu digo até uma coisa: por exemplo, a arrecadação em abril foi um total colapso; em maio, ela já subiu dois dígitos em relação a abril; em junho, nos primeiros 15 dias, ela já subiu mais do que em maio;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e ontem me dizia o Secretário da Receita Federal que a arrecadação este mês já está acima do mesmo mês do ano passado. Então, eu não diria hoje que o PIB do Brasil vai cair 9% ou 10%, mas também não digo que vamos sair crescendo rapidamente. O que eu digo é que temos ainda a chance de fazer uma recuperação econômica bem mais rápida do que todo mundo está prevendo.

Eu falo rapidamente aqui: 38 milhões de invisíveis; os programas que vêm por aí, sobre os quais eu vou ter ocasião de falar um pouco à frente; e a reforma tributária – a mesma coisa. É claro que essa descoberta dos 38 milhões e a reforma tributária se nos apresentam como uma oportunidade importante de fazer correções no nosso sistema, entendeu? O Brasil tributa demais a atividade produtiva e o consumo, justamente com uma tributação regressiva, e tributa de menos, por exemplo, a pessoa física que tem recursos, que está isenta de pagar, por exemplo, imposto de renda sobre dividendos. Então, existe, sim, um aprendizado que reforça o nosso movimento na direção da reforma e que torna mais importante ainda a reforma tributária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Sr. Ministro, muito obrigado.

Sr. Ministro, o Decreto Legislativo nº 6 pede a V. Exa., a sua equipe ou a alguém que V. Exa. delegue – pode ser até um consolidado desta audiência pública – um relatório circunstanciado da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira para publicação. Então, posteriormente, o senhor pode pedir a alguém da sua assessoria para consolidar esses dados que V. Exa. apresenta aqui hoje, para que a gente possa publicar, divulgar esse relatório circunstanciado a cada 60 dias.

Muito obrigado.

Agora vamos aos... Vamos correr aqui, gente, porque nós temos muita gente.

No primeiro bloco, virá o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal; o Felício Laterça, do Rio de Janeiro, Deputado Federal; a Senadora Eliziane Gama, Senadora do Estado do Maranhão; e o Reginaldo Lopes, Deputado do Estado de Minas Gerais.

Então, com a palavra o Senador Izalci.

Eu vou ser bem rigoroso no tempo, por causa do número de interessados em falar, e eu gostaria de que todos falassem. Então, o tempo será essencial.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas, por três minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Ministro Paulo Guedes, quero parabenizar a tua equipe. Realmente, neste tempo de pandemia, a tua equipe é muito competente, é o Barcelona mesmo, mas, em compensação, nós temos um sistema financeiro que está igual ao Brasil, está perdendo de sete a um no sistema financeiro.

Na questão do Pronampe, que é a maior preocupação que nós temos hoje, o dinheiro não está chegando. V. Exa. falou há pouco aí. E realmente eu vi até ontem, no Fantástico, a menina lá do restaurante que o senhor frequentava fechando o restaurante, porque o dinheiro não está chegando realmente. E mais grave: nós aprovamos, no Congresso, para as pequenas e microempresas, e, através de uma norma que fizeram, colocaram 80% para as micro e 20% para as pequenas, e os bancos disseram que só vão liberar primeiro os 80% das micro para depois começar para as pequenas. Então, está havendo aí um problema sério, com relação ao Pronampe, com a liberação de recursos. V. Exa. disse que vai dar uma boa notícia na próxima reunião. Eu espero que os bancos já tenham resolvido isso.

Outra coisa: o emergencial, então, está confirmado? São três parcelas? De fato, é isto mesmo: 500, 400 e 300?

Agora, Ministro, eu não vou nem entrar muito mais na questão propriamente dita; eu vou pedir a V. Exa. uma atenção especial. Eu pedi ao Vitor lá... Eu tenho um projeto, o PLP 96, de 2020, que permite às empresas mudarem de regime agora, porque, veja bem, a legislação define que, em janeiro, as empresas têm que optar por lucro presumido, lucro real ou simples. Quem optou pelo lucro presumido paga sobre a receita, só que depois entrou a pandemia; essas empresas estão quebradas, não dá para continuarem pagando pelo faturamento.

O Secretário da Receita disse que há muita dificuldade operacional, mas acima da burocracia está o cidadão, lá na ponta. Eu acho que as empresas merecem e precisam realmente ter a opção de mudar de regime agora, neste momento, se não elas não conseguem sobreviver.

Ministro, está claro que a solução do País, a solução da pandemia está na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico, na ciência, na tecnologia. Eu tenho um projeto, mandei também para o Victor analisar lá no Ministério, que é para duas coisas: mudança na lei do BEm, permitindo incentivar mais inovação, muito simples o projeto; e o do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, que o transforma em um fundo financeiro, em vez de ser fundo contábil. Se tivéssemos hoje o FNDCT como um fundo financeiro, com o próprio rendimento, eu tenho certeza absoluta de que estaríamos em outro patamar na pesquisa e na tecnologia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir ao senhor para priorizar estes três projetos que estão com o Victor, ele já está estudando isso, que são fundamentais para o País: a lei do BEm, o do FNDCT e o PLP nº 96, de mudança de regime.

Eu tinha outras coisas, mas o nosso tempo é muito curto.

Eram essas as minhas considerações, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça, Rio de Janeiro.

Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Vamos lá! Ativando o microfone.

Senador Confúcio, muito bom dia, nosso eminente Relator, todos os Parlamentares presentes, Deputados e Senadores. Também quero cumprimentar o nosso eminente Ministro da Economia, Paulo Guedes, e toda a sua equipe que, de fato, vêm fazendo um trabalho extraordinário em prol do Brasil.

Ministro, apesar dos avanços, fico imaginando certas questões que passam pela sua cabeça, como essa de que o Brasil iria este ano decolar. Aí vem esse grande desafio, mas, como o senhor mesmo disse, é um grande aprendizado. É um momento de aprender com os erros, momento de aprender com as surpresas e com algo muito grave como o que aconteceu.

O Governo vem bem, tanto no combate direto da pandemia sanitária quanto na condução das questões relacionadas aos seus desdobramentos econômicos. Recursos diversos que o País não tinha, diga-se de passagem, foram viabilizados para garantir uma renda mínima para os vários Estados, assim como para os trabalhadores do setor informal. Também se procura evitar a falência em massa das empresas, de modo a preservar empregos e apoiar uma retomada econômica acelerada. Contudo há muita incerteza nos contextos econômicos e sanitário e essa crise pode perdurar por mais algum tempo ainda significativo.

O senhor fez uma abordagem sobre essa questão dos empresários, mas o que eu vejo é o seguinte: o empresário fica inseguro em se comprometer e garantir emprego por algum tempo num cenário desse de incerteza. Se a pandemia perdurar por mais um tempo, ele acaba engessando e a empresa quebra.

Então, eu vou fazer algumas perguntas, que são as seguintes: a nossa situação fiscal é desafiadora. As curvas de juros, embora tranquilos no curto prazo, com uma Selic significativamente baixa, já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinalizam alta na ponta logo. Os gastos públicos presentes afetam nossa expectativa de alcançar superávits primários e temos operado com déficit primário desde 2015. Nosso endividamento pode fechar o ano acima de 90% do PIB e a economia projetada para ser realizada em dez anos com a reforma da previdência já foi praticamente consumida neste exercício. Frente a esse cenário, qual o limite financeiro para que o Governo continue a manter essas políticas caras, porém necessárias no atual momento? Qual a estratégia elaborada pelo Ministério da Economia para debelar os efeitos da crise caso ela se alongue e o Estado não consiga mais manter os atuais programas?

Outra pergunta. Os entes subnacionais apresentam problemas ainda mais graves que os da União. Se a válvula da dívida é para situação fiscal muito frágil, estão perdendo receita, num cenário de maior demanda por gastos. A Lei Complementar nº 173, de 2020, deu fôlego momentâneo aos Estados, mas muitos sinalizaram não ser o suficiente para encerrar o exercício. Alguns Estados, inclusive, deverão entrar em *default* já neste mês de julho, não conseguindo pagar as contas; outros, como o meu rico Estado do Rio de Janeiro, têm ainda o agravante de ter que pagar no final do ano a parcela superior a R\$4 bilhões de empréstimo contratado no contexto de regime de recuperação fiscal. Qual a estratégia do Governo Federal ao pensar no âmbito dos entes subnacionais? Há espaço para mais apoio?

Por fim, vou fechar com uma pergunta curta. Frente ao cenário apresentado, como o senhor enxerga a possibilidade de financiar as despesas por meio de emissão de moeda?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a todos os colegas em nome do Relator Francisco Jr. e cumprimentar o Ministro Paulo Guedes.

Ministro – já indo direto aqui às perguntas por conta do tempo –, como está a expectativa do Governo em relação à prorrogação da reposição do FPM e do FPE, que foi uma grande ajuda aí para os Estados e Municípios para o enfrentamento dessa pandemia?

Ao mesmo tempo, Ministro, houve por parte do Governo a disposição do redirecionamento das emendas parlamentares para o atendimento da Covid. Algumas delas foram totalmente... Eu, pelo menos, remanejei todo o meu recurso para o enfrentamento nessa rubrica específica, mas não houve até o momento a execução. Eu perguntaria ao senhor: qual é a expectativa em relação a encaminhamento de projeto para que nós possamos na verdade ter a execução dessas emendas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, eu queria saber também do senhor acerca do entendimento do Governo nessa relação meio ambiente e economia. Nós tivemos agora, mais recentemente, depois de termos aí por parte do Parlamento holandês a rejeição do acordo com o Mercosul, também o Comitê de Revisão Orçamentária e Tributária dos Estados Unidos rejeitando qualquer negociação comercial com o Governo brasileiro. Eu pergunto ao senhor: como é que está a ação do Governo para reverter essa rejeição de alguns países europeus em relação a esse acordo, que é extremamente importante para a economia do País?

Nós falamos acerca dos vários programas que foram apresentados, Ministro, e que não estão conseguindo chegar à ponta – esse é um problema grave. Nós temos agora o Pronampe, cuja execução, na verdade, começa, e há uma informação geral por parte desses empresários, micro e pequenos empresários, de que o Governo Federal estaria repassando a sua responsabilidade para essas empresas; portanto, uma burocracia muito grande. O Ministério da Economia, por exemplo, chegou a editar uma portaria de nº 13.395 exatamente com o objetivo de flexibilizar. Eu pergunto: como é que está a aplicação dessa portaria e quais são as ações de fato para que esses recursos possam chegar à ponta?

Tivemos agora, Ministro, a apresentação de 1,5 milhão de pessoas que procuraram o seguro-desemprego agora nesse período de pandemia. Esse número está dentro da expectativa do Ministério da Economia ou veio alguma surpresa a partir dessa busca do seguro-desemprego?

Acerca da questão do que nós estamos vivenciando hoje, Ministro, nós tivemos, nesta semana, uma conversa com vários Governadores, e a informação é a mesma: há falta de comando do Governo Federal para o enfrentamento desta crise.

Eu queria até fazer um apelo ao senhor. A gente percebeu naquela reunião ministerial que o senhor é um dos Ministros, ao que parece, mais respeitados pelo Presidente da República. Ele o ouve muito. Então, o senhor tem um poder muito grande, de fato, sobre as ações do Governo, pelo respeito que ele tem pelo senhor. Eu lhe faria um pedido: que o senhor conversasse com o Presidente, para que ele pudesse ter um diálogo mais próximo com os Governadores, para que ele comandasse, de fato, esse processo neste momento no Brasil. Nós já estamos chegando a 60 mil mortos. Essa falta de comando e de articulação, infelizmente, pode resultar ainda em uma crescente dessa curva, e a gente espera, todo dia, que ela possa descer.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Federal Reginaldo Lopes, de Minas Gerais. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Reginaldo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, Senadores, Deputados, Deputadas, Ministro Paulo Guedes, a crise é sistêmica. Na minha opinião, a lógica do Estado fraco para os mais fracos, como a pandemia demonstrou, estava totalmente equivocada. Sempre se fala muito na regulamentação, mas nós não podemos aceitar uma política de regulamentação de um Estado forte só para os mais ricos. A crise e os instrumentos que nós estamos utilizando, com acertos e erros, colocam o Estado no centro do debate político, no centro das soluções, para ser um Estado regulamentador de várias políticas e investidor porque está garantindo o apoio ao SUS, o auxílio financeiro.

Portanto, nós precisamos buscar, pós-pandemia... Nós nem a superamos ainda, e eu concordo plenamente que nós não a superamos por causa da irresponsabilidade do Governo Federal, porque ele, de fato, não assumiu o papel federativo de coordenar as ações. Uma coisa é a descentralização, outra coisa é a omissão da União, ou seja, a falta de comando e de uma proposta de encaminhamento... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Reginaldo, o seu som... Reginaldo, nós não o estamos ouvindo. Não o estamos ouvindo, Reginaldo. *(Pausa.)*

Não, ainda não o ouvimos.

Reginaldo, eu vou passar para o próximo, e você retoma já, já. Vou passar um orador na sua frente até você resolver o problema.

Sr. Ministro, eu tenho aqui uma pergunta muito interessante da Bahia, de D. Lindinalva Santos Batista, da Bahia. Uma filha dela ou alguém fez a pergunta. Ela falou: "Eu tenho doença crônica, sou impedida de trabalhar pelos médicos. Minha renda é de R\$91 do Bolsa Família. O que vai acontecer comigo?". Essa é a pergunta de D. Lindinalva Santos Batista.

Eu vou passar a palavra para o Senador Wellington Fagundes, para ele falar agora. Depois eu volto a palavra para o Reginaldo.

Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Wellington, seu som não está ligado. Habilite seu som.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – O.k., Presidente?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o nosso Presidente Confúcio Moura, o Relator, Francisco Jr. e o Ministro Paulo Guedes.

É claro que esta pandemia atormenta todos. Não há economia que possa fazer planejamento com algo inesperado como uma pandemia.

Quero perguntar, de forma bem objetiva, para o Ministro.

Sou do Mato Grosso, um Estado ainda que tem correspondido. Conseguimos aumentar a nossa produção agropecuária, aumentar as nossas exportações mesmo neste momento de pandemia. Infelizmente, em Mato Grosso, esta semana, começou a aumentar muito o pico da Covid, e também o coronavírus acabou indo para as pequenas cidades. Então, o Estado, hoje, está vivendo um momento de muita preocupação na gestão desta pandemia, e muitas pessoas morrendo, claramente. Como o Estado tem 900 mil quilômetros quadrados, três milhões e pouco só de habitantes, as cidades menores não acreditavam que iria chegar na mesma intensidade. Inclusive, temos problema sério aqui também com a questão dos índios xavantes.

Então, Ministro, quero fazer uma pergunta específica.

Agora, também estão faltando remédios. Por exemplo, os tranquilizantes. Isso, eu já havia denunciado há algum tempo. Apesar de ser da área do Ministério da Saúde, mostra também que não está sendo feito um planejamento daquilo que é básico para manter a pandemia, ou seja, estoque de produtos, de remédios estratégicos, de equipamentos.

Eu gostaria de saber como o Ministério da Economia tem agido também junto ao Ministério da Saúde nesse planejamento.

Também, Sr. Ministro, nós aprovamos agora aquele acordo de todos os Governadores em relação à Lei Kandir, ao Fundo de Compensação das Exportações. Na verdade, o Supremo Tribunal Federal, com a unanimidade dos Governadores e com o Ministério da Economia, definiu e aprovou, então, essa questão da compensação, com os números que foram possíveis para ambos os lados.

Nós apresentamos já um projeto de regulamentação no Senado da República. Eu gostaria de saber de V. Exa. como está a programação para que a gente possa repassar esses recursos aos Estados e Municípios, o que também será fundamental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão dos R\$600, o senhor já explicou um pouco. Mas qual é o índice, a porcentagem de pagamentos irregulares? Vocês têm isso para expor a todos nós? Infelizmente, muitos se aproveitam deste momento também.

Gostaria de saber também de V. Exa. sobre a chegada dos recursos para os pequenos. O que nós, enquanto estamos aqui na ponta, podemos fazer para ajudar o Governo?

É claro que teríamos muito mais perguntas, mas, de qualquer forma, quero parabenizá-lo por estar atento, procurando ajudar o Brasil a vencer esta pandemia que preocupa todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso.

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, um recado de interesse de todos: no dia 7 de julho, eu vou fazer uma audiência pública muito diferente, a pedido, com requerimento aprovado, do Senador Esperidião Amin.

De um lado, representantes do Banco Central, Banco do Brasil, BNDES e Caixa, e, do outro lado, representações de micro e pequenos empresários. Vai ser um pinga-fogo entre os pequenos e os micros com os bancos. Solicito ao Ministro Paulo Guedes que já determine que esses organismos – Banco Central, Banco do Brasil, BNDES e Caixa – designem uma pessoa que possa falar em nome dos seus presidentes para esse pinga-fogo da nossa audiência do dia 7 de julho próximo, que será diferente das demais.

Sr. Ministro, o senhor tem oito minutos para responder aos Parlamentares e um minuto para o senhor responder à nossa internauta de lá da Bahia, que pergunta como ela vai ficar de agora em diante. V. Exa. está com a palavra.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Senador Izalci, quanto ao Pronamp, essa ideia de 80 e 20 foi na última hora. Eu também, seguindo nosso amigo e conselheiro Afif, estou muito preocupado com isso, vamos ficar em cima disso. Saúdo essa iniciativa de colocar o pessoal dos bancos junto com os micros para nós explicarmos isso. Claro que o recurso para empresa que é pequena e média sai mais fácil do que para o micro. Nosso objetivo é chegar no micro também. Essas mudanças... A gente desenha o programa, mas ele na Câmara, um empurra para cá, outro empurra para lá. Acabou que saiu com essa separação de 80 para pequenas e médias e 20 para micro, quando talvez devesse ser meio a meio pelo menos. Nosso objetivo é que o dinheiro seja usado no local mais necessário. Não adianta tentar mostrar um desempenho bom saindo dinheiro rápido, pegando dois ou três maiores e alocando o dinheiro lá e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continua faltando para os pequeninhos. Então, nós temos que ficar em cima mesmo e perseguir esse objetivo.

Quanto à ideia de mudar o regime – sei que o Senador Izalci tem uma reunião até com o nosso Secretário da Receita, o Tostes, nesta semana –, é porque é constitucional, você não pode mudar regime, mexer coisa na Receita para o mesmo ano, é sempre para o ano seguinte. Então, imagino que ele tenha dificuldade para atender esse pleito.

Quanto ao BEm (Benefício Emergencial) e ao projeto em busca de melhor aplicação de recurso em ciência e tecnologia, eu também estou de acordo, Senador, parece que o senhor também tem uma reunião marcada já com o Vítor, vamos ajudar no que pudermos.

O Deputado Felício, do Rio de Janeiro, chamou a atenção para duas coisas superimportantes: sustentabilidade fiscal, que depende da duração da crise, sim, é um desafio enorme à nossa frente, quanto mais longa a crise, maior o distanciamento social, maior a queda na atividade produtiva, maior a queda na receita e maior o desafio fiscal. E ele aponta a segunda dimensão disso também, que são os entes subnacionais, como fica a crise lá embaixo, particularmente, Rio de Janeiro, que é o nosso Estado, também moro lá, estou superpreocupado com isso.

Nós temos que aprofundar as reformas. O pacto federativo era nesta direção: reforçar os entes subnacionais. Eles passaram décadas recebendo novas atribuições sem os recursos. Quer dizer, a Constituição de 1988 mandou a gente descentralizar os recursos, mas o que os governos fizeram foi o contrário, criaram contribuições não compartilhadas e foram se reforçando e jogando Estados e Municípios ao mar, que é onde vive o povo brasileiro. O povo brasileiro vive nos Estados e Municípios. Então, a nossa ideia de mais Brasil era exatamente isto: reforçar a Federação.

Então, esse desafio da sustentabilidade fiscal, não só para o Governo Federal, dependendo da duração da crise, mas também para os entes subnacionais, continua.

E ele até desemboca numa pergunta provocativa e importantíssima: e a emissão de moeda, será que não poderíamos fazer isso? Ora, se nos aproximarmos da situação de depressão... Nós estamos muito longe disso – eu ainda aposto que o Brasil tem uma chance de fazer uma recuperação mais rápida do que se espera –, mas se estivéssemos indo para uma depressão, porque a crise iria durar um, dois, três anos, a atividade econômica desabaria e ficaria lá embaixo, em forma de L, em vez de fazer um U, que é uma recuperação lenta, ou um V de uma recuperação um pouco mais rápida; se nós cairmos e ficarmos lá embaixo, em forma de L, nós estaríamos nos aproximando da armadilha de liquidez, teoricamente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhada por Dawes nos anos 30 – nos anos 20, anos 30; no final dos anos 20, com o *crash* da Bolsa, e anos 30, que foi quando a grande depressão se instalou –, em que ele escreveu a sua teoria geral.

Então, se estivéssemos nos aproximando dessa situação, o juro praticamente desceria para zero, e aí não haveria mais diferença entre títulos que pagam juros e moeda que não paga juro nenhum. Seria uma situação de depressão, a demanda por moeda ficaria infinitamente elástica, como nós economistas dizemos; quer dizer, todo mundo começaria a fazer entesouramento: "Não vou comprar um título público, porque eu só vou perder dinheiro. Se o juro subir, eu caio e o meu dinheiro perde valor. Então, prefiro ficar com o dinheiro mesmo, com a moeda na mão." Se caíssemos nessa situação, iríamos permitir ao nosso Banco Central – também é uma reforma importante que nós podemos aprovar – a sua autonomia, ele ficaria realmente independente, e aí caberia a ele fazer o que o Federal Reserve faz lá nos Estados Unidos: ele pega essa capacidade de emitir moeda e começa a recomprar a dívida. E aí ele poderia fazer várias coisas; ele poderia recomprar dívidas estudantis, por exemplo, dos meninos que estudaram, endividaram-se e agora não conseguem emprego, não conseguem pagar as universidades; ele poderia recomprar ativos em geral, inclusive a sua própria dívida, e emitir moeda sem perigo de inflação, nesse caso limite. Mas nós estamos muito distantes ainda desse caso limite. Estaríamos prontos, tecnicamente, para dar esse passo, se ele fosse necessário, lá na frente. Nós estamos muito distantes dessa situação. Eu não acredito que nós estamos indo para uma depressão, eu acho, ao contrário, que o Brasil vai se recuperar.

A Senadora Eliziane falou do Fundo de Participação dos Municípios e Estados. Nós estamos mantendo as nossas transferências para Estados e Municípios. Ela abordou também um problema seriíssimo que existe, é fato, ela tem razão: realmente, os Congressistas remanejaram suas emendas na direção do Covid, justamente para poder apoiar o combate à doença. Mas está havendo um problema de empossamento e esse empossamento.... Quer dizer, ele remaneja, dá o dinheiro para o Estado e para o Município, o dinheiro fica empossado, não está conseguindo ser processado. Esse é um dos problemas de execução, não está conosco aqui. O dinheiro é liberado, o Tesouro libera, o dinheiro vai lá para o Estado, mas eles não conseguem – talvez porque como muitos Congressistas agiram ao mesmo tempo e mandaram os recursos ao mesmo tempo, aquele dinheiro inunda o responsável pelo Sistema Único de Saúde na cidade, e ele não tem velocidade de resposta – processar. Então, eu diria até que nós estamos superpreocupados com isso, Senadora Eliziane, porque parece que tem 26 bilhões de empossamento, dinheiro parado, dinheiro que nós mandamos, bateu lá dentro do SUS e está travado. Eles não estão conseguindo processar.

A sua preocupação com o meio ambiente é superválida, e realmente nós vamos cuidar disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa imagem está muito ruim lá fora. Uma parte porque nós também falamos mal de nosso próprio País lá fora. Eu não vou entrar na polêmica em si, porque não é a minha especialidade o caso do meio ambiente em si, mas eu percebo também que lá fora há um certo oportunismo protecionista. Por exemplo, a França... Eu já sabia... Eu não posso falar isso como Ministro de Estado, mas eu já sabia que eles iriam criar caso, porque eles são protecionistas. Eles têm medo da nossa agricultura. Eles se protegem contra nós. E, aí, argumentam que nós queimamos floresta, para eles continuarem impedindo a entrada dos nossos produtos agrícolas lá. Isso é lamentável, porque a França é um dos maiores investidores no Brasil. Então, isso é um coquetel que prepara ações ruins. Eles são parceiros nossos, investem aqui, mas, ao mesmo tempo, não querem que a gente exporte produtos agrícolas para lá. Então, França, Holanda, a pretexto de que nós queimamos florestas, quando o índice de desmatamento ano passado foi abaixo do índice do ano anterior, eles, na verdade, estão disfarçando velhas teses protecionistas – quer dizer, contra o Brasil –, jogando uma pecha no Brasil, independentemente de haver embasamento factual ou não.

A mesma coisa no caso americano ali, em relação a açúcar e álcool. É uma crítica para eles e também é crítica para nós. O nosso Nordeste vive com a cana-de-açúcar, que pode virar ou álcool, ou virar açúcar, e eles lutam conosco. Toda vez que há um acordo comercial ou discussão comercial, há sempre um problema do etanol americano, querendo entrar aqui, mas eles não querem receber o nosso açúcar lá.

Então, eu só pediria aos brasileiros – principalmente, particularmente aos congressistas – que sim, sim, vamos cuidar do nosso meio ambiente, vamos tomar conta, mas não vamos cair na armadilha de atacar o próprio Brasil, protegendo os interesses de outros países contra o Brasil. Eles querem proteger. Nossa agricultura é eficiente, é forte, está alimentando o mundo inteiro, e eles então querem se proteger e criam essa barragem de fogo, dizendo que nós estamos desmatando tudo e, portanto, não devemos ser aceitos na comunidade de comércio.

Bom, eu tenho que tentar ser rápido, porque falta ainda o Deputado Reginaldo Lopes... Faltaram ainda algumas questões ali, mas eu vou falar pelo menos – rápido também – para o Deputado Reginaldo Lopes que eu estou de acordo, Deputado, que um Estado forte é um Estado com foco com os mais fracos. Então, nós, em nenhum momento, achamos... Existe muito isto: "Ah, são liberais, Estado mínimo e tal...". A liberdade só é possível... Quando a gente fala da liberdade, fala de liberdade política, da liberdade econômica... Isso não é possível num Estado democrático, num Estado de direito, se não houver essa assistência aos mais frágeis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado que nós queremos é um Estado forte. Ele não é necessariamente um Estado grande. O nosso Estado é grande e obeso. Ele tenta fazer eletricidade, não consegue com eficiência: acaba aparelhando as estatais; tenta empregar a carta, a carta não chega, e também foi foco de corrupção; ele tenta fazer...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ministro, o Deputado Reginaldo ficou sem som e não deu para ele concluir. Já já ele entra e faz a pergunta, e o senhor responda no próximo bloco. E o senhor guarde para o próximo bloco a resposta da Dona Lindinalva Santos Batista. Ela é da Bahia.

Então, o próximo bloco é Deputado Reginaldo Lopes, Senador Rogério Carvalho, Deputado Hildo Rocha e Senadora Zenaide Maia.

Registro a presença, na nossa sala, da Deputada Carla Dickson, da Bia Kicis e do Marcel van Hattem. Muito obrigado por vocês estarem conosco.

Então, com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O senhor ficou sem som. Pode concluir a sua exposição e o seu questionamento, Deputado Reginaldo.

Está com a palavra o Deputado Reginaldo. *(Pausa.)*

O senhor continua sem som, Deputado Reginaldo.

O senhor ativa no seu computador, Deputado Reginaldo. Nós não o estamos ouvindo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – O.k. Estão ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k. Muito bom. Pode falar.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado. Desculpe.

Eu quero só, dando continuidade... É lógico que para haver um Estado forte, que seja capaz de olhar para os mais pobres, para quem mais necessita, nós precisamos, de fato – eu não tenho divergência quanto a isso –, encontrar uma sustentabilidade fiscal para o Estado brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão é: para conseguir a sustentabilidade fiscal e a recuperação do pacto federativo para Mais Brasil, nós precisamos encarar, então, uma única reforma, que eu acho que é a mais estruturadora de todas, que é a reforma tributária.

Quando a gente olha para o bolo tributário da OCDE, dos 34 países mais ricos, a renda e o patrimônio contribuem com mais de 70% do arrecadado; no Brasil, não chega a 10%. Então, isso é a prova de que as políticas e as reformas que nós estamos fazendo são muito regressivas contra os mais pobres e dificultam também a implementação de políticas compensatórias, porque o Estado entra em déficit fiscal. Então, temos que colocar no centro do debate a reforma que interessa de fato ao povo brasileiro.

É lógico que ela divide a sociedade, mas divide a sociedade entre os mais ricos e os mais pobres. Às vezes os mais pobres não têm voz nos parlamentos ou nos governos, mas chegou a hora de a gente construir uma maioria política, porque é insustentável o nosso sistema, eu concordo com o Ministro. Um sistema que tributa em 50% o consumo regressivo indireto, esse é o empecilho para a retomada do crescimento econômico, porque não há crescimento econômico sem renda. E se soma a isso, Ministro – acho um erro da política do Governo depois do Presidente Lula –, o fato de não se garantir ganhos reais ao salário mínimo, que é a base da economia popular, da economia brasileira. E também acho que pelo menos uma recompra o Governo deveria fazer neste momento da pandemia: a recompra das dívidas de 64 milhões de brasileiros e brasileiras que, em meio à pandemia, são explorados por um apetite sem tamanho do sistema financeiro, do lucro sobre o lucro, de capital rotativo de 400 no cartão de crédito; 300 no cheque especial – ele até reduziu um pouco, mas o dos bancos comerciais ainda é muito alto –, que compromete também o consumo no País.

Portanto, Ministro, acho que nós precisamos ter uma ação objetiva para ajudar os mais pobres, para aumentar a renda *per capita* dos trabalhadores, para liberar o consumo no País. Nós não podemos aceitar um sistema tributário que tributa o consumo ou a folha de pagamento. Isso é péssimo para o trabalhador nas duas vertentes: na primeira vertente, porque tira a renda dele; na segunda, compromete que ele receba mais. Enquanto os super-ricos, lucros e patrimônio, heranças não são tributados. Então, nós precisamos enfrentar essa questão.

Por último, eu acredito que sem apoiar as micro e pequenas empresas nós vamos ter muita dificuldade. Os bancos privados não têm apetite para o risco. Essa questão de 15% para as pequenas e microempresas no Pronampe vai comprometer o programa. Eu acho que 100% deveria ser o risco do Tesouro Nacional, porque, de cada três empresas, uma já fechou e a outra está caminhando para fechar. Dois terços das empresas não podem sair quebradas, vítimas do coronavírus! Então, vamos centrar fogo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num programa para salvar as micro e pequenas empresas, porque elas são geradoras de emprego no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho. *(Pausa.)*

O seu som, Rogério!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eu estou tentando! Ligou, pronto.

Eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Confúcio; cumprimentar todos os Senadores e Senadoras presentes à reunião; cumprimentar o Ministro Guedes.

Primeiro eu queria contestar um dado que o Ministro citou sobre desmatamento na Amazônia. No ano passado nós tivemos 29 mil quilômetros quadrados queimados na Amazônia, o que representa um aumento de mais de seis vezes em relação à média anterior. Nós tivemos 7 a 9 mil em anos anteriores, e a média até 2012, 2013, 2014, era de 4, 5, no máximo 6 mil quilômetros quadrados. Então, há, sim, uma preocupação internacional. Há também uma preocupação internacional com a invasão das terras indígenas, com a grilagem, com o desmatamento ilegal, com a exploração de minérios, com mineradores, garimpeiros e garimpos ilegais, com o pouco combate a tudo isso. E nós ouvimos o Presidente da República estimular em vários momentos esse tipo de ação. Não é à toa que o mundo tem uma rejeição muito grande ao Brasil! E há também uma posição do Ministro das Relações Exteriores que dificulta sobremaneira as relações do Brasil com o resto do mundo, por ideologizar. É um governo que é ideológico. Não venham dizer que o PT "não sei o quê" para se defender, não! É o governo mais ideológico que a República teve nos últimos tempos; nem os governos militares tiveram governos tão ideologizados do ponto de vista de sua diplomacia como o Brasil tem agora.

Agora eu quero fazer duas perguntas.

A primeira: por que é que o Governo insiste, mesmo sabendo que o auxílio emergencial de 600 proposto pelo Congresso diminuiu a extrema pobreza no Brasil – foi proposto pelo Congresso, porque a proposta de vocês era de R\$200, e a gente passou para 600... Por que não garantir a extensão disso até o final do ano para garantir a recomposição da economia? É um dinheiro saudável, um dinheiro que gera demanda, que movimenta organicamente a economia; tanto serve para produzir dignidade para as famílias como serve como um seguro para garantir a plenitude da atividade econômica. Esta é uma primeira questão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo: com relação ao pós-pandemia, o que há previsto? Sem a retirada do limite ao investimento público, do teto da Emenda Constitucional 95, nós vamos continuar patinando. Nós não vamos fazer investimentos e não vamos garantir que haverá retomada da economia, com Minha, Casa Minha Vida, com saneamento, com infraestrutura, que são áreas que movimentam toda a economia. E é importante nós sabermos – para eu concluir – por que é que o Banco Central ainda não transferiu para o Tesouro os 500 bilhões do ganho financeiro da variação do dólar para que esse dinheiro fosse aplicado no auxílio emergencial e num programa de investimento pós-pandemia, para a gente retomar com força a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Agora, vamos passar a palavra para o Deputado maranhense Hildo Rocha.

V. Exa. está com a palavra, Deputado.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Senador Confúcio, cumprimento V. Exa.; saúdo todos os membros desta Comissão, Deputados e Senadores; quero saudar o Ministro Paulo Guedes.

As medidas tomadas pelo Governo Federal, pelo Governo de Jair Bolsonaro, foram medidas acertadas perante esta crise que nós estamos vivendo. São várias crises, diga-se de passagem: sanitária, econômica e social – todas o Governo tem enfrentado com galhardia.

Pelas minhas contas, já foi mais de R\$1 trilhão disponibilizado pelo Governo Federal. Foram 150 bilhões, até agora, para atender os entes subnacionais, as entidades da Federação, Estados e Municípios, que podem manter os seus serviços funcionando plenamente com esses recursos. Assim como também o Governo disponibilizou, até agora, R\$150 bilhões para o auxílio emergencial para os trabalhadores informais. É o maior programa de transferência de renda no mundo hoje. Pelos meus cálculos, nós estamos atendendo aqui mais de 64 milhões de brasileiros. Portanto, é um programa magnífico, que mostra toda a sensibilidade social do Presidente Jair Bolsonaro e também de sua equipe econômica e social – um grande trabalho que o nosso Ministro Onyx tem feito também lá na pasta de assistência social. Para as empresas, para salvar empresas, manter empresas vivas e empregos, já foram mais de R\$700 bilhões. Infelizmente, os Governadores não estão fazendo o seu dever de casa, como o Governo está fazendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, o senhor falou sobre a merenda escolar, que está sendo repassada aos alunos pobres do nosso País, mesmo com as escolas fechadas. Esse projeto é de minha autoria, é a Lei 13.987, e o Governo Federal está fazendo a sua parte, está pagando pontualmente, está repassando para Estados e Municípios. São 40 milhões de crianças pobres que estão sendo beneficiadas – 9 milhões da extrema pobreza, que têm como principal alimentação do dia a merenda escolar – graças a esse trabalho.

Sr. Ministro, eu quero fazer apenas dois pedidos: continue, pelo menos por mais três meses, com o auxílio emergencial para os trabalhadores autônomos do nosso País, e assim também nos ajude a fazer a reforma tributária, para que nós possamos simplificar o sistema, diminuir a regressividade. A proposta que está aqui, na Câmara, traz R\$500 bilhões, porque fecha a porta da sonegação. São R\$500 bilhões por ano; em dois anos, nós vamos retornar esse R\$1 trilhão que o Governo já disponibilizou até o momento.

Parabéns pelo trabalho, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Senadora Zenaide Maia com a palavra.
(Pausa.)

Zenaide com a palavra, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia.

Eu quero cumprimentar o Senador Confúcio, Presidente, e o Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes.

Quero dizer o seguinte: primeira pergunta. O Ministério da Saúde ainda não pagou R\$25,6 bilhões na ação de enfrentamento à pandemia, dos quais 17,7 bilhões são transferências dos entes federativos e 9,91 bilhões são aquisições diretas de insumos de saúde para distribuição na rede pelo Governo Federal. Enquanto isso, há quase 60 mil óbitos, mais de 58 mil, pela Covid-19, fora as subnotificações. Qual a razão da inexecução dos recursos, Ministro: incompetência administrativa ou o Ministério da Economia não liberou os recursos financeiros para essa execução?

Dois. Ministro, eu queria falar como outros que falaram aí, como o Izalci. Nós aqui, no Congresso, aprovamos todas as medidas provisórias relacionadas com a pandemia, a PEC 10, o Pronampe, e a verdade, Ministro, é que esse dinheiro não chegou. Eu digo isso porque a gente se reúne quase toda semana com a Fiern, aqui do Rio Grande do Norte, com o Sebrae. As micro e pequenas empresas estão falindo, fechando as portas. Isso é real. O que está faltando? Porque dia 20 de março foi declarada a pandemia. Dia 23, o Banco Central do Brasil fez o que ele chama de liquidez: deu 1,2 trilhão para os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancos, que teoricamente era para ser emprestado às micro e pequenas empresas, que são responsáveis por 70% dos empregos e que, se a gente não financiar, não vão ter como alavancar essa economia.

Talvez não esteja este assunto relacionado diretamente com a Covid, mas eu queria dizer ao senhor que, com essa história de atrair o capital externo, nós fizemos uma reforma trabalhista tirando direitos dos trabalhadores, se reformou a Previdência praticamente impossibilitando que algum trabalhador comum se aposente, e não houve esse adesão do capital estrangeiro ao Brasil. A gente sabe que, mesmo antes da pandemia, a gente já tinha 13,5 milhões na extrema pobreza. E lembro ao senhor que, em 2019, aquela megaleilão do petróleo não teve nem uma proposta.

Ministro, para atrair capital estrangeiro, a gente precisa de uma política séria de direitos humanos e de preservação do meio ambiente, senão, os que já estavam certos de investir não vão investir neste País.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide. Agradecido.

Sr. Ministro, vou passar a palavra a V. Exa.

O senhor vai abrir a fala respondendo à Lindinalva Santos Batista. Ela quer saber – só tem R\$91 de renda – como vai ficar a situação dela.

E o senhor terá mais oito minutos para responder aos quatro Parlamentares. O senhor tem, consequentemente, nove minutos.

Com a palavra o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – A Sra. Lindinalva, por ter uma doença crônica – eu não sei a idade, mas, se for mais idosa –, ela teria, eu acho, direito ao BPC, que seria um valor bastante maior. Supondo que seja jovem, que tenha essa doença crônica e que não consiga trabalhar, os R\$91 também me parecem muito pouco porque, no Bolsa Família, o recurso médio é em torno de R\$200, então ela só pode melhorar. Agora, essa revisão que nós vamos fazer, primeiro, é estendendo o programa emergencial. Ela deve estar recebendo os 600 por mês; se ela está no Bolsa Família, ela recebe os 600 por mês, que nós vamos estender agora. Então, ela deve continuar recebendo recursos e, depois, se nós conseguirmos junto com o Congresso fazer o Programa Renda Brasil, ela deve também ter um aumento importante de renda.

Indo aos Deputados e Senadores, aos Congressistas, seguindo para a observação ao Deputado Reginaldo Lopes, ele tem razão, a reforma tributária é crítica, e realmente para os países mais avançados, o sistema... *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um microfone aberto. Há um microfone aberto, por favor, comentando.

Então, ele tem razão pelo seguinte: à medida que os países avançam, o imposto deve se tornar cada vez mais progressivo sobre renda, e não sobre consumo. O imposto sobre consumo... Tributar consumo é regressivo e, principalmente, tributar folha de pagamento. Eu sempre disse: é o mais cruel dos impostos. São 40 milhões de brasileiros sem carteira de trabalho, excluídos do mercado formal exatamente por essa tributação inadequada. Então, nós concordamos quanto a isso, de que nós temos que ir nessa direção. O Brasil eu acho que acabou recorrendo a impostos indiretos porque, no início, havia pouca gente mesmo com recursos, então, não adiantava tributar muito também lá em cima, não, porque havia pouca gente. Isso não dá base, mas, de qualquer forma, era justo, e é um princípio de equidade: você tem que tributar mais quem tem mais recurso, e não botar os impostos indiretos, como nós sempre trabalhamos, extraindo mais exatamente de quem tem menos. Isso na reforma tributária tem que ser atacado.

Também houve ênfase dele em pequenas empresas. Isso foi uma das razões por que eu, num vazamento também de uma reunião ministerial – nós sempre conversamos sobre isso... Como é que os bancos públicos... Eles têm que partir na frente nesses problemas! E aí é que eu me referi a... "Olha, tem banco que não é tatu nem cobra; ele não é público nem privado". Na hora de poder demitir alguém, ele lembra que é público, você não pode demitir ninguém; na hora de você exigir que ele participe de programas como este agora de botar dinheiro nas empresas pequenas, aí ele lembra que ele tem capital aberto, que ele é de economia mista. Então, foi nessa que eu falei: "Olha, tem que vender uma porcaria de um banco que não atende numa hora dessas". E os bancos públicos, eu acho, são os que deveriam realmente participar mais fortemente, tanto que, nesse último desenho de plano, nós estamos colocando a Caixa Econômica Federal no centro, tanto que ela ficou ao centro também da entrega dos benefícios do auxílio emergencial e está no centro também agora do Pronampe. Ela lançou ontem ou anteontem o Pronampe; os outros bancos estão todos ainda pensando a respeito. Ela já lançou ontem, e já há 200 mil pequenas empresas que estão pegando os recursos lá. Por isso que eu acho ótima a ideia de, numa próxima reunião, vir o pessoal dos bancos aqui, e vocês, então, perguntam como é que está o andamento. Isso é o que eu espero mesmo desse acompanhamento e desse monitoramento contínuo nosso.

O Senador Rogério Carvalho falou sobre os R\$600 ou os R\$200, porque nós colocamos R\$200. Nós também, por razão de equidade, propusemos R\$200 porque era onde estava o Bolsa Família. Nós não podíamos, só porque alguém que está no Sudeste ou no Sul perdeu o emprego com a pandemia, pagar mais do que o que é pago no Bolsa Família. Então, nós colocamos igual ao Bolsa Família, R\$200, sabendo que o Congresso ia assumir. Tanto isso é verdade que o Congresso elevou para R\$500, e o Presidente e o Líder do Governo na Câmara me ligaram e falaram: "Podemos ir para R\$600?". Eu falei:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"É claro que sim! É claro que sim! Podemos ir para R\$600". O último movimento foi o do Governo, falando que, em vez de R\$500, seriam, então, R\$600.

Agora, tem um problema isso: se você tem uma ajuda emergencial de R\$200, você pode fazer isso por seis meses, por oito meses, por nove meses, por um ano; agora, se você tem um auxílio emergencial de R\$600, como não só triplicou o número de R\$200 para R\$600, mas também triplicou a base... A base, que era o Bolsa Família, eram 20 milhões. Só que nós descobrimos quase 40 milhões de invisíveis. Então, nós vamos de 20 milhões para 60 milhões; hoje são 64 milhões de brasileiros. Se triplicou a base, triplicou o número. Ora, os senhores são pessoas lúcidas, sofisticadas, os senhores sabem que, se se gasta gasolina demais, o tanque esvazia mais rápido. Então, o que acontece? Programas que poderiam se estender por mais tempo acabam pressionando fiscalmente, e você, então, tem de ceder e, em vez de botar R\$600, de repente, tem de botar um número um pouco mais baixo, para poder alongar mais. Se você quer cobrir três meses, de repente, ou quatro meses, você precisa pagar um número um pouco menor, porque se não o País estoura.

Um país, quando empobrece... Uma crise como esta é uma ameaça de empobrecimento dramática! O que acontece e aconteceu em países que enfrentaram crises semelhantes, quando estoura a parte fiscal, é que, de repente, você para de pagar salário de funcionalismo, há redução de 40% do funcionalismo, como foi na Grécia, ou de 30%, como foi em Portugal. Então, nós estamos evitando isso, nós estamos mantendo todos os compromissos em dia. Pedimos apenas que não houvesse aumento de salário durante este ano e no ano que vem.

Da mesma forma, há o teto. É claro que nós gostaríamos de fazer muito investimento público, de expandir bastante o investimento público, de botar a economia para crescer. Isso é muito atraente, muito interessante, mas foi assim que o Brasil quebrou, não é? Quem quebrou o Brasil não foi este Governo que chegou agora. O Brasil estava quebrado quando nós chegamos, e a pandemia veio para agravar a situação nossa.

Então, nós estamos em um esforço hercúleo para tentar repor as bases financeiras do País, de forma a manter os seus compromissos inclusive e principalmente com os mais fracos, com os mais frágeis, tanto que honramos, apreciamos e elogiamos o que foi feito antes também, como a criação do Bolsa Família, que foi um programa de inclusão social extraordinário, de forma a sustentar justamente os mais frágeis, como foi o BPC, o rural. Quando nós fomos fazer a reforma da previdência, eu compreendi os argumentos. Democracia é isto: nós aprendemos com os argumentos dos outros e estamos praticando isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu saúdo até este experimento democrático brasileiro muito bem-sucedido nos últimos trinta e poucos anos, que é exatamente isto: nós incluímos socialmente os mais frágeis nos orçamentos públicos. Mas não tivemos a coragem de tirar os gatos gordos dos orçamentos públicos. Então, está faltando esse enfrentamento. Podemos dar dinheiro para o mais frágil, mas vamos tirar do gato gordo, vamos tirar do mais forte. Isso não tem sido feito e não foi feito pelos Governos passados, senão nós não tínhamos quebrado. Nós quebramos porque nós não enfrentamos o desafio de dar o dinheiro para alguns, transferindo renda, mas cortando subsídios, bolsa empresa, bolsa isso, bolsa aquilo, que nós mantivemos também durante muito tempo.

O Deputado Hildo Rocha sugeriu que estendêssemos o auxílio emergencial.

Deputado, esta é exatamente a nossa visão: isso deve ser estendido, precisa ser estendido. Eu não sei se conseguimos exatamente porque falamos que o custo é muito elevado. Está em cinquenta e poucos bilhões. Não sei se conseguimos R\$50 bilhões por mês nos três meses. Mas, seguramente, a solução que o Presidente nos pediu, que estamos formulando e que deve ser anunciada hoje estende a cobertura mais ou menos por esse período que o senhor quer mesmo.

Bom, rapidamente, Senadora Zenaide. Quanto ao Ministério da Saúde, primeiro, há um empoçamento, eu concordo. Há mesmo. Talvez por isso até o Presidente tenha colocado alguém especializado em logística, porque antes havia uma certa tranquilização na mídia, com um Ministro preparado, mas o ventilador estava com dificuldade de chegar. Agora, os ventiladores estão chegando, porque a pessoa é muito preparada em logística. Talvez esteja faltando uma melhor comunicação sobre o que está acontecendo sobre a crise. Alguém talvez especializado no setor pudesse fazer. Mas, em compensação, do ponto de vista de logística, a coisa melhorou. A informação que eu tenho é que os ventiladores estão chegando.

Quanto à sua preocupação também com a micro e pequena empresa, eu compartilho. Elas são responsáveis por 70% de emprego.

Não existe obsessão de trazer capital estrangeiro, não. Não existe essa obsessão de capital estrangeiro. Não acho que salvação é capital estrangeiro, não. A salvação é investimento. Nós vamos fazer os investimentos e vamos criar os empregos.

Agora, por que as 17 maiores petroleiras do mundo não vieram ao leilão da nossa cessão onerosa? A resposta é muito simples: o sistema de partilha é um sistema desastroso. É desastroso. Foi montado por petroleiras francesas para trabalhar com ditaduras corruptas na África.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as maiores petroleiras do mundo se recusam a participar de um sistema em que se fica sob achaque de empresa estatal ano após ano, ano após ano.

O que explica a ausência dos petroleiros estrangeiros, das maiores petroleiras do mundo no nosso leilão de cessão onerosa foi exatamente o fato da corrupção que é permitida com o sistema de partilha. Essa foi a resposta técnica dos próprios petroleiros para nós quando nós perguntamos sobre a ausência.

Acho que respondemos quatro. Eram quatro.

Senador, eu deixei alguma resposta?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem, Sr. Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Eu deixei alguém sem resposta?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Não, está tudo o.k., Ministro.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Se houver alguma reclamação, eu passo para V. Exa. no próximo bloco.

Sr. Ministro, aqui nós temos também os internautas. São muitas perguntas. A metade são elogios. Não vou ler, mas há o Alex Follmann; Felipe Pereira, do Rio de Janeiro; Saulo Jorge, do Distrito Federal; Carlos Antônio, do Maranhão; Kelly Moraes, de São Paulo; Marconi Aurélio, de Pernambuco.

Vou deixar uma pergunta do primeiro – as outras estão respondidas –, do Alex Follmann, aqui de Brasília. Ele pergunta: Ministro, o senhor reviu suas convicções ao ter de administrar a economia via forte intervenção estatal sendo a sua escola econômica essencialmente liberal?

Essa pergunta é de Alex Follmann, de Brasília. Responda depois.

Agora, vamos para o próximo bloco composto do Senador Esperidião Amin, Mauro Benevides, Luis Carlos Heinze e da Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, prezados amigos e colegas Senadores da Comissão, ilustre Sr. Ministro, eu não posso deixar de iniciar as minhas palavras dizendo que o auxílio emergencial que hoje será prorrogado – espero que por decreto, ou seja, com o mesmo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valor, se for prorrogado por R\$600, não precisa de lei – foi uma ideia absolutamente oportuna. Até as dificuldades para se chegar aos chamados invisíveis, que os sociólogos alemães chamariam de *lumpenproletariat*, ou seja, aqueles que nós não enxergamos na economia, até essas dificuldades elogiam o plano. Ele foi uma salvação até para a ordem social e até para a nossa consciência – nós, que também estamos sofrendo, mas porque é o atendimento ao grito dos que mais sofrem.

Eu queria me dedicar aqui, além de a este aplauso pela necessidade, a pedir a V. Exa., Ministro, que no próximo dia 7 mande o primeiro time, mande o Presidente do Banco Central, o Presidente do Banco do Brasil, o Presidente da BNDES e o Presidente da Caixa. Peça a presença do nosso Presidente do Sebrae, querido amigo Carlos Melles, e do secretário que o senhor puder mandar para esta audiência do dia 7 de julho que o Presidente Confúcio aprovou. Vai ser o primeiro encontro entre os representantes dos microempresários, esse pessoal que está lá na torneira, vê a caixa d'água cheia, Ministro, e, seja pelo zelo dos banqueiros, seja pela impropriedade dos instrumentos financeiros, não consegue ver, assistir, "fazejar" – como diria Odorico Paraguaçu – esse trilhão que o senhor conseguiu colocar na caixa d'água, com a ajuda do Congresso Nacional e com a iniciativa do Presidente da República. Mande o seu primeiro time para ouvir sem intermediários – nós somos intermediários. Vamos ouvir o que eles estão sentindo, Ministro: o dinheiro não está chegando. O PESE, que chegou agora a 10% – 10% –, três meses depois, chegou a 10% dos R\$40 bilhões do PESE. Nessa marcha, vai morrer todo mundo.

Então, eles vão trazer sugestões concretas de como fazer com que esse dinheiro chegue através de dutos corretos como Oscip de microcrédito, sociedade garantidora de crédito, sociedade de garantia solidária... Enfim, mecanismos que conversam com eles, com os pequenos. Muhammad Yunus ganhou o Prêmio Nobel da Paz fazendo com que o Grameen funcionasse.

Queria que o senhor mandasse seu primeiro time para ouvi-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin, que sempre tem batido nessa tecla com veemência.

Outro craque nessa área também é o Mauro Benevides, com a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio; meu caro Relator, Francisco Jr., que bom ter mais uma vez aqui conosco o Ministro da Economia, Ministro Paulo Guedes. Aliás, quero abraçar toda a sua equipe, Ministro: o Carlos da Costa,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está aí, o Waldery, o Bruno Bianco, mas me permita mandar um abraço para o Bruno Funchal, para o Esteves Colnago Junior e para o Mansueto, que gerencia toda a sua equipe.

Minha primeira pergunta, rapidamente, é a seguinte: objetivamente, Pronampe, os gerentes de banco estão dizendo que só vão receber proposta de crédito das empresas de pequeno porte... O Pronampe se destina a microempresas, ou seja, que faturam até R\$360 mil, e empresas de pequeno porte, aquelas que faturam até R\$4,8 milhões. E há um regulamento do Governo Federal, seu, do Ministério da Economia, que diz que 80% dos recursos, primeiro, vão para as microempresas. As empresas de pequeno porte estão voltando dos bancos. Pondero regular melhor, através do Fundo Garantidor, porque há uma legislação que o Ministério fez para poder reorganizar. As empresas de pequeno porte estão voltando dos bancos, porque não estão com prioridade – vamos dizer assim – para análise de crédito.

Segundo, só reforçar a pergunta extraordinária do Senador Esperidião Amin. O art. 6º da lei do auxílio emergencial, que eu tive também modestamente a condição inicial de participar, como vários Deputados, diz o seguinte: que se o Ministro desejar prorrogar ou o Presidente da República, ele o faz por decreto, porque se ele quiser alterar o valor de R\$600, aí sim, ele terá que fazer uma lei, uma medida provisória. Minha pergunta é: sem dizer o valor, vai ser prorrogado por qual instrumento? Eu acho que é importante e bem feito.

Terceiro, eu acho que o País, Ministro, não sairá desta situação somente com ajuste estrutural de despesa, do gasto público; ele vai ter que tratar da questão da receita. E aí a minha pergunta, muito mais a título de contribuição, independentemente de reforma tributária, é a seguinte: a cesta básica nos Estados brasileiros cai da alíquota de 18 para 7; no Governo Federal, da cesta básica, a alíquota do PIS e Confins é zero. Como pode o queijo suíço ter zero de PIS/Confins? Como pode o filé-mignon ainda ter zero de PIS/Confins? Como pode o salmão ter zero de PIS/Confins? Nada contra quem compra; só que é uma faixa de renda muito elevada e isso independe de reforma tributária. Eu troquei ideias, recentemente, com o seu grande Secretário da Receita, que é o Tostes, mas está na hora de deixar passar esse negócio de reforma, vai tocando, mas tem aí 38 produtos em que o senhor pode aumentar R\$12 milhões, R\$15 milhões. Eu sei que o senhor não está precisando de receita, mas é um dinheiro bom, muito grande. *(Risos.)*

E já, já vamos aprovar aqui na Câmara os R\$160 bilhões dos fundos que não estão sendo usados, para que o senhor possa evitar aumentar muito a sua dívida pública. E é isso que nós estamos procurando fazer aqui na Câmara.

Um abraço e obrigado pela presença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

Luis Carlos Heinze está na sala?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Tem que abrir aí.

O.k., Confúcio? Deu certo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deu certo. Pode falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Para interpelar.) – Parabéns, nobre Senador Confúcio Moura e também aos colegas Senadores, Deputados.

Ministro Paulo Guedes, eu estou aqui na divisa com a Argentina. Estávamos apreensivos... Sofremos com a enchente, que o Valdery sabe, que eu vou falar daqui a pouco; sofremos com a seca; sofremos com a pandemia. Estava pertinho de nós a nuvem de gafanhoto. Mandamos embora: voltou lá para o Paraguai. O.k. Estamos livres dessa praga.

Mas eu quero cumprimentá-lo. Enquanto a gente fala de coisas negativas, o Governo Bolsonaro, que V. Sa. integra com a sua equipe – o Bruno Bianco, o Valdery, o Carlos Costa, Mansueto, enfim, toda essa equipe –, liberou já para o Rio Grande do Sul, para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, R\$552 milhões – aquele Plano Mansueto; para as prefeituras gaúchas, 369 milhões; para os hospitais filantrópicos, 224 milhões; e para leitos habilitados, 86 milhões. Isso é um retrospecto importante, e me somo ao que disse o Espiridião Amin, ao grito dos excluídos. Nós reforçamos o pedido para que V. Exa., junto ao Presidente Bolsonaro, possa anunciar hoje os R\$600 para as famílias carentes brasileiras, porque é extremamente importante.

Mas eu quero deixar um recado para o Valdery. Nós falamos agora, em março, Valdery, com a Ministra Tereza Cristina. Nós estamos preparando a matéria que você pediu com relação aos arrozeiros gaúchos e, desde o ano passado, já falamos com o Ministro Paulo Guedes da situação. Tivemos enchente no ano passado, seca este ano, e agora, para resolvermos aquele impasse, os produtores de arroz... Há um pouquinho de Santa Catarina também. Eu posso envolver o pessoal do Espiridião Amin. A gente precisa dessa ajuda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E gostaria, Ministro Paulo Guedes, da reforma tributária. Nós podemos trabalhar agora, no segundo semestre, Câmara e Senado, nessas reuniões virtuais, para apresentarmos ao Brasil. É fundamental a questão da reforma tributária.

E o terceiro assunto: há um projeto da Senadora Daniella Ribeiro, que é a Relatora, e já veio da Câmara dos Deputados, com relação ao Fust. É um golaço que o Governo Bolsonaro está fazendo: internet e telefonia no meio rural brasileiro. E esse recurso do Fust será aplicado num programa que a Ministra Tereza Cristina e o Ministério da Ciência e Tecnologia já estão fazendo, dotando o interior brasileiro de telefonia e internet. A agricultura que vai ser a redenção deste País.

Obrigado, Senador Confúcio, obrigado, Ministro Paulo Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Não estou vendo a Senadora Kátia Abreu. Ela está aí? Senadora Kátia Abreu... Eu não a estou vendo na sala. Não está.

Então, vamos saltar. Passo a palavra ao Deputado General Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, é uma satisfação estarmos novamente; Francisco Jr., demais Senadores, Deputados...

Ministro Paulo Guedes e a sua equipe, parabéns mais uma vez. Esse lema de salvar vidas e preservar empregos é o que deve nos conduzir. Parabéns por estar conduzindo esse auxílio emergencial altamente necessário; parabéns novamente por nós termos disponibilizado um valor de apoio às empresas que é superior à média dos países que estão no mesmo nível de desenvolvimento do Brasil.

Eu gostaria de fazer três perguntas, Ministro. Eu vi que muitas vezes usou várias vezes que não tem a capacidade de examinar lá embaixo. Se não é uma oportunidade de o Brasil ter um Siafi único para tudo e com acesso ao cidadão. Aí, nós vamos estar observando esse recurso desde aqui de cima até lá embaixo e vamos também observar o recurso pelo meio do caminho.

Segunda pergunta. Com tanta experiência, como está o estudo da renda mínima?

E a terceira pergunta, Ministro, é sobre pacto federativo. Eu tenho uma proposta, que é a Emenda Substitutiva nº 20, que trata de tributar a movimentação financeira em 2,5%. Ela protege os mais pobres, já que você pode fornecer o CPF dos mais vulneráveis e não cobrar os 2,5% deles, e já vai tributar naturalmente os dividendos. Mas eu gostaria... Esse dinheiro, eu proponho que vá direto para os entes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federativos. E estudando vários aí, ao longo da história do mundo, eu vejo sempre o senhor falar nisso, eu gostaria de saber se com essa proporção de 30% para Estado, 30% para Município, 30% para a União e 10% para o Congresso destinar para as políticas regionais – Sudam; Sudene; Zona Franca; fundos, e nós estamos discutindo o Fundeb; emendas parlamentares – nós não atenderíamos ao pacto federativo?

Gostaria de terminar dizendo que o Brasil é uma referência em meio ambiente. Nós falarmos dos pontos positivos do nosso meio ambiente é economia. O Brasil detém 56% do território de matas nativas. A Europa detém 0,3%. Nós, na Amazônia, detemos 84% de matas nativas. A nossa área plantada é de 7% do território. Na Europa, esse percentual é de quase metade do território. O Brasil é uma referência mundial em meio ambiente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado General Peternelli.

Eu consulto se a Senadora Eliziane Gama está ainda na sala. *(Pausa.)*

Eliziane Gama? *(Pausa.)*

Ela já não está mais.

Então, Relator Francisco, eu vou me ausentar aqui por dez minutinhos e retorno. Você controla para mim... Eu vou passar o tempo de oito minutos para o Ministro e mais um minuto para ele responder ao Alex Follmann.

Eu retorno após esse período. O senhor assuma a Presidência provisoriamente para mim?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – E eu também, assim como na Escolinha do Professor Raimundo, sinto falta de todos os alunos. Hoje eu estou sentindo falta do Luiz Carlos Motta. *(Risos.)*

Ele não está aqui, mas ele nunca faltou. Então, eu estou aqui já procurando por ele, mas ele não está.

Se você estiver por aí, dá um sinal de vida, viu, Luiz? Está fazendo falta.

Então, eu passo a palavra ao Ministro Paulo Guedes, só pedindo licença... Rapidinho eu retorno. Enquanto isso o Francisco fica cuidando da honradez da coisa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – O próximo a ter fala depois do Ministro é quem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Ministro vai ter nove minutos para responder a todos e, depois dele, é o Deputado Paulo Ganime, do Novo, do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Você pode passar a palavra para ele.

Então, está bem.

Ministro Paulo Guedes, com a palavra.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Perfeito.

Primeiro, eu vou falar sobre a colocação do Alex sobre convicções. Um economista com boa formação... Por exemplo, antes de eu... Você se torna um liberal ao longo de muitas décadas.

Fazer um socialista leva cinco minutos, porque ele tem um bom coração, quer ajudar os outros, isso está nas grandes religiões, isso está na solidariedade, na fraternidade, nós nascemos assim. Já o liberalismo é uma coisa intelectualmente mais sofisticada, você tem que compreender que às vezes você precisa justamente reforçar a liberdade pessoal de empreender e a liberdade de ter uma opinião diferente da opinião da tribo para você inovar. Então, é uma coisa mais difícil, mais lenta, é um amadurecimento mais lento. Não é coincidência que os maiores liberais, quando jovens, eram também socialistas, mas foram se aprofundando intelectualmente, estudando mais e percebendo essa conquista da civilização humana que é justamente a liberdade de empreender, de ter uma opinião diferente.

Boa parte da humanidade ainda vive administrada por regimes totalitários. Então, isso é uma reflexão para nós. Essa luta entre a grande sociedade aberta e as sociedades dirigistas é secular. De um lado, você tinha Atenas, sofisticada, liberal, cosmopolita e, de outro, você tinha uma sociedade guerreira, que era Esparta. E quando Esparta vence Atenas na Guerra do Peloponeso, a Grécia começa a descer, e desceu até hoje, não conseguiu mais retornar.

Essa reflexão é importante, porque o liberalismo não é uma coisa inconsequente, de repente alguém quer ganhar dinheiro... Nada disso! É uma conquista intelectual que leva séculos, séculos! Por acaso, eu já tinha estudado bastante sobre essas convicções, tinha estudado bastante Keynes, James Tobin, todos os keynesianos eram parte do nosso currículo e da nossa formação. Depois você vê um pouco o outro lado, que é o lado justamente dos novos clássicos, da turma que acredita nos mercados, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

you vê claramente que existem, na verdade, vários ângulos para a questão econômica, que é extraordinariamente complexa, e há momentos em que você precisa de um tipo de ferramenta para atacar uma crise e há momentos em que você precisa de outra. Eu diria até que na maior parte do tempo o mundo se comporta como os clássicos diziam, que é, na verdade, a cooperação, a acumulação de capital, a liberdade de empreender e, de vez em quando, nas crises sistêmicas, aí sim, você precisa recorrer ao Estado. Agora, o Estado vai ser mais forte justamente quanto menos ele tiver intervindo na economia. Por que os Estados Unidos são os que conseguem gastar mais, trilhões e trilhões de dólares de repente? É que, sendo uma economia de mercado, uma economia forte, a mais rica do mundo, eles têm recursos para mobilizar. Na hora em que eles querem mobilizar, eles mobilizam. E por que às vezes uma economia dirigista, como é a Venezuela por exemplo, onde o governo está em tudo, não tem nem recursos para atacar a crise? Não é a questão do tamanho do Estado, não é a questão do tamanho do Estado em si, é uma questão da força que o Estado possa ter.

Então, eu diria que em nenhum momento as minhas convicções ou as minhas inclinações liberais estão abaladas pela crise. É o contrário, eu sei muito bem que nós estamos até fragilizados hoje por não termos uma economia forte e vigorosa. Se tivéssemos uma economia de mercado... O Brasil tem recursos naturais incríveis, é um País muito rico em recursos naturais, era para ter uma renda *per capita* muito mais alta, era para estar muito mais forte e resiliente, a Federação era para ser muito mais forte do que é, em vez de enfraquecida por essa centralização de recursos que o dirigismo trouxe.

Foi o dirigismo que corrompeu a política brasileira, foi o dirigismo que enfraqueceu o crescimento brasileiro, foi o dirigismo que manteve a população empobrecida.

Então, o fato de você agora usar recursos e controle estatal é porque são as ferramentas que nós temos. Poderíamos ter um Estado, uma economia muito forte, muito vigorosa; colocaríamos um imposto extraordinário sobre riqueza de um ou dois anos, pagávamos a crise toda. Poderíamos fazer isso, se todo mundo fosse bastante rico, poderíamos fazer isso por um ou dois anos; não é o nosso caso.

Então, isso é só para dizer o seguinte: o bom economista não é dogmático; ele é bem preparado, ele sabe enfrentar... A economia é um organismo vivo. É como um médico: há situação em que um remédio é melhor, há situação em que outro remédio é melhor; você tem que conhecer todas as possibilidades para você, a cada momento, ir trabalhando o que for melhor.

Bom, indo agora especificamente – desculpe a reflexão – para as observações.

Senador Esperidião Amin, excelente a observação. Eu quero fazer um agradecimento pelo reconhecimento da ideia de criarmos o auxílio emergencial, e eu concordo que boa parte da manutenção





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da ordem social para o Brasil funcionar é porque a massa salarial foi mantida, os recursos chegaram aos mais frágeis, eles conseguiram enfrentar a crise sem a tragédia da falta de recursos, até para se alimentar durante essa crise. Eu agradeço esse reconhecimento e, ao mesmo tempo, elogio muito essa iniciativa e subscrevo inteiramente o pedido dele de que venha o primeiro time, que venham os presidentes dos bancos públicos para falar sobre crédito. Crédito é realmente a coisa mais importante. Eu digo que o time é muito bom, e o problema é que a demanda por capital de giro explodiu, ficou enorme, colossal, porque o dinheiro parou de circular. Então, mesmo que o time seja muito bom e trabalhe muito, a verdade é que está difícil o dinheiro chegar, e eu acho que até a próxima audiência, quando estarão aqui todos esses do primeiro time, nós já teremos condições de avaliar bem se conseguimos ou não superar esse principal desafio nosso até o momento, que foi a questão do crédito.

Eu até enfatizo muito o papel da Caixa: nós digitalizamos 30 milhões de excluídos, isso é inédito – 30 bilhões. Até hoje, há dinheiro que não chegou, nos Estados Unidos, porque está sendo pago pelo correio, e nós digitalizamos todo mundo, estamos usando meios digitais para fazer esses pagamentos chegarem rapidamente a 38 milhões de pessoas que nós nem sabíamos que existiam.

O Deputado Mauro Benevides é sempre muito construtivo também, trabalhando muito com a nossa equipe. Eu até suspeito de que haja uma conexão cearense lá, no Ministério, porque eles estão sempre juntos, formulando coisas juntos. Independentemente das diferenças políticas de Governadores ou não, a verdade é que a turma está sempre junta lá, conversando, e tem sido muito útil. Ele faz algumas observações importantes. Primeiro, Pronampe: realmente, a prioridade tem que ser o micro, e não o pequeno e médio; é o micro, primeiro é o microempresário. Segundo: a observação do PIS/Cofins, que ele fez – e ele sempre conversa com o Tostes –, eu acho ótima a observação que ele fez, que nós estamos indo nesse caminho também. Realmente, há produtos que, a título de serem da cesta básica, como salmão, queijo, não pagam imposto. Então, é o seguinte: ou a gente acaba com o IPI para todo mundo, ou não dá para ficar com IPI justamente logo em cima de produto de cesta básica. Ele tem razão nisso. Há vários impostos que não precisam esperar nem a reforma tributária. Nós estamos tão próximos agora, que preferimos trabalhar tudo junto, mas, nessa insistência em tributação indireta, acabou você levando ao outro extremo, de isentar de tributação tudo o que se chama de cesta básica e, no fundo, há salmão e queijo suíço lá dentro. Isso tem que ser atacado.

Finalmente, a observação que ele faz em relação ao auxílio emergencial. É por decreto, porque, se entrar na Câmara, são mais 15 dias, 20 dias, sobe para o Senado, volta. Então é melhor que seja por decreto, mas, da mesma forma, nós queremos que haja uma cobertura por três meses. É aquele dilema que eu tinha informado antes: ou você dá um valor muito alto por menos tempo ou você põe um valor um pouco mais baixo e estica um pouco. Nós vamos por esta solução, é por decreto, ou seja, a lei diz que têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ser dois pagamentos: você tem que pagar R\$600 em um mês, R\$600 no outro. Então, nós vamos realmente fazer três meses de cobertura com dois pagamentos em um mês. Há solução para esse problema. Se os senhores pararem e pensarem um pouquinho, há uma solução. O objetivo é respeitar o espírito da lei: pagar R\$600 em um mês e R\$600 em outro mês. Só que nós vamos conseguir que haja uma cobertura de três meses. Os senhores vão ver a solução. Espero que compreendam e nos ajudem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr., PSD - GO) – Ministro, em mais um minuto o senhor consegue terminar este bloco? (*Falha no áudio.*)

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – ... juntos, Federação.

O senhor enfatizou que chegou muito dinheiro lá no Estado. Muito obrigado por esse reconhecimento. Nunca chegou tanto dinheiro em Estados e Municípios. E não foi só agora, não. Já se falou até da Lei Kandir um pouco antes. Mesmo antes da Lei Kandir, que dava direito a 4 bilhões de transferência para Estados e Municípios, nós já havíamos transferido, no ano passado, três vezes isso na cessão onerosa. Então, nosso espírito é de fortalecimento da Federação.

Ele fala da importância da reforma tributária e fala também do Fust, porque ele tem conversado muito com a Ministra Tereza Cristina e com o Ministro Marcos Pontes. Tem total apoio nosso. Vamos nessa direção.

Também o Deputado Peternelli – tanto o Senador Heinze quanto o Deputado Peternelli estão sempre conosco, nos apoiam sempre nas iniciativas – pede mais transparência nesses recursos. É aquilo que eu falei dos Tribunais de Contas Estaduais. Falou também do Siafi, de como é que a gente unifica esse monitoramento. E falou do Renda Brasil. O Renda Brasil vai trabalhar – vamos ter mais tempo para falar sobre ele – e, justamente enquanto esse colchão de auxílio emergencial nos dá mais dois ou três meses de cobertura, nós vamos nos aprofundar e conversar bastante sobre o Renda Brasil.

E fala também do imposto – eu gosto, ele sabe que eu tenho simpatia por esse imposto – sobre transações, porque permite que o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) seja mais baixo, em vez de 25%, como está inicialmente na PEC 45, em vez de termos também encargos trabalhistas, em vez dessa parafernália de impostos. Ele está indo numa direção interessante, que eu gosto, que é a simplificação. O imposto sobre transação simplifica bastante. Você pode dar um aumento justamente de bolsa família, disso tudo, para que não haja incidência sobre os mais pobres.

E eu gosto muito da ideia de descentralizar também. Sou mais federalista ainda. Ele bota 30, 30, 30 e 10 para o Congresso. Eu deixaria os 10 para o Congresso, mas botaria até 20 para a União. Eu quero a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União menor. Eu acho que Estados e Municípios têm que ser mais fortes. A União... Se vocês virem os Estados Unidos, eles mandam o homem à lua de vez em quando, fazem a internet, cuidam da frota do Pacífico Sul, mas nem o muro o Trump conseguiu fazer; não tinha recurso nem para fazer o muro. Então, quem sabe do que o povo precisa mesmo está na base, é Estado e Município. É lá embaixo o recurso.

Então, nós estamos juntos nisso também.

Quanto a...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Ministro, vou ter que encaminhar para as perguntas dos próximos Senadores, e o senhor faz esse complemento no próximo bloco de respostas.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – É que eu apoio muito a manifestação (*Falha no áudio.*) ... não só a nossa agricultura, mas a nossa energia, que é a mais limpa do mundo. A nossa agricultura é a que menos destruiu o meio ambiente, e a nossa energia é a mais limpa do mundo. Então, nós estamos recebendo lição de moral de gente que destruiu o próprio meio ambiente, perseguiu etnias e tocou fogo na própria floresta. Eu disse isso lá fora, quando fui lá fora. Eu não defendo políticas equivocadas nossas. Tudo que for ilegal, desmatamento, tudo isso tem que ser combatido aqui dentro, mas nós não podemos também partir para apoiar países estrangeiros que destruíram os seus meios ambientes e vêm passar lição de moral na gente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Muito bem. Obrigado, Ministro.

Eu vou passar a palavra agora para o Deputado Paulo Ganime, Deputado Marcel Van Hattem, Deputada Rejane Dias, Deputada Bia Kicis, Deputada Paula Belmonte, que são os cinco próximos perguntadores. Se, porventura, alguma coisa tenha faltado para o senhor completar neste bloco agora, o senhor complementa no próximo bloco de respostas.

Peço aos Deputados que vão perguntar agora que procurem ser o mais resumidos possível para a gente poder atender a todos que estão inscritos.

Deputado Paulo Gamine.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Bom dia – boa tarde já –, Ministro, todos que estão nos ouvindo e nos assistindo.

Primeiro, quero agradecer ao Ministro que nos recebeu, a Bancada do Novo, ontem, no seu ministério; foi uma conversa muito produtiva, como a que estamos tendo hoje aqui. Aprendemos sempre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito com o Ministro e colocamos sempre a Bancada do Novo à disposição das pautas fundamentais, especialmente no âmbito econômico, para a retomada do crescimento do País.

Da mesma forma que, no ano passado, apoiamos de forma enfática a reforma da previdência, neste ano estamos à disposição para apoiar as demais reformas, como a reforma tributária, que está tramitando; a reforma administrativa, que ainda não chegou – estamos esperando – e que estamos apoiando, inclusive com iniciativa do Deputado, do Novo, Tiago Mitraud, que lançou ontem a Frente Parlamentar em Apoio à Reforma Administrativa; e também as pautas ligadas à retomada econômica do ponto de vista de investimentos. Quando a gente fala de investimento, a gente está falando de geração de emprego, de geração de renda e também de geração de novas infraestruturas. Felizmente foi aprovado agora no Senado, finalmente no Congresso Nacional, o marco legal do saneamento básico. Esperamos em breve também o novo marco legal do gás natural do Brasil, como outras pautas também de privatização: da Eletrobras; quem sabe em breve dos Correios; e tantas outras necessárias.

A gente tem visto muito o Parlamento falar de ser protagonista, nesse momento de crise, de pandemia, inclusive com discussões muito sensatas e até importantes sobre a questão do auxílio emergencial, que já foi tratado aqui antes, pois é fundamental que a gente entenda a necessidade da população de curto prazo. Como a gente já tirou tanto dinheiro da população e também das empresas ao longo dos anos, através dos impostos e dos tributos, nada mais natural que, no momento em que a economia está parada, o Estado devolva parte desse dinheiro, seja através do auxílio emergencial, seja do auxílio às empresas que mantêm emprego, que geram emprego no Brasil. Mas, da mesma forma que queremos ser protagonistas nesse tema, temos que ser protagonistas também – e é importante que a Câmara apoie e auxilie – nas medidas que vão garantir que todo auxílio que o Estado está dando hoje para as pessoas e para as empresas não seja uma necessidade no futuro. E, para isso, temos que aprovar essas pautas de reformas, tanto para tirar o peso do Estado do bolso do contribuinte, do pagamento de impostos, como também para gerar mais emprego e mais renda. Isso, sim, que vai gerar dignidade para a população brasileira.

Espero que não só a Bancada do Novo, mas também os demais Deputados que querem, de fato, ajudar a população estejam favoráveis a essas pautas de reformas, de privatizações, de geração de renda de verdade. É isto que gera dignidade: gerar emprego, gerar trabalho para a população.

Por isso, Ministro, mais do que fazer uma pergunta, queremos nos colocar à disposição para auxiliar nessas pautas. Esperamos que o Governo também encaminhe isso de forma enfática para a Câmara, para que aprovemos essas pautas importantes para o Governo e, principalmente, para o povo brasileiro aqui no Congresso Nacional.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Francisco Jr.. PSD - GO) – Obrigado, Deputado Paulo Ganime.

Com a palavra agora o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Tenho a satisfação, Sr. Presidente, de participar desta audiência pública, na presença do Ministro Paulo Guedes, que, neste um ano e meio de Governo, tem buscado sempre, em diálogo com o Parlamento, apresentar aquelas propostas que vão nos tirar da rota de crise em que estávamos antes e nos colocar de volta na rota do desenvolvimento. O Ministro é sempre brilhante falando sobre o liberalismo e sobre suas convicções.

Eu gostaria de aproveitar para dizer que este momento de crise é o momento em que as minhas convicções liberais se fortalecem, porque nós percebemos que tudo aquilo que nós sempre dissemos é verdadeiro, ou seja, nós confiamos nas forças do mercado, nós entendemos que os cidadãos... E aí mercado não é uma coisa ficcional, não; mercado é o que acontece no dia a dia, são as trocas voluntárias que acontecem entre cidadãos, entre brasileiros, e que são feitas para benefício mútuo. As pessoas vão para o mercado porque entendem que, no momento em que fazem uma transação, elas estão ganhando e a outra pessoa com quem elas estão fazendo a transação também está ganhando. Só que, em um momento de guerra, em um momento de pandemia, como este que nós estamos vivendo, o mercado está debilitado e, em alguns casos, inclusive, está completamente parado. Então, é neste momento que o Estado precisa entrar com ações pontuais, com ações de curto prazo que resgatem aquelas pessoas que não estão tendo acesso a um mercado normalizado.

Mais do que isso, no caso brasileiro, o Estado precisa fazer isso de forma ainda mais presente, porque ele já arrecada tanto em impostos, que sobra pouco para o cidadão poder fazer isso voluntariamente, porque ele já não tem no seu bolso o recurso necessário para poder praticar a solidariedade. Infelizmente, por muitos e muitos anos, por décadas, por séculos, nós terceirizamos a caridade para o Governo, mas precisamos voltar a exercer a solidariedade. Por outro lado, também é muito bonito ver aqueles que têm condições ajudando neste momento de pandemia.

Ministro, apesar de vermos a solidariedade brotando mesmo da parte de pessoas que poucas condições teriam de fazê-lo e de vermos o Estado intervindo de forma pontual para atender aqueles que mais necessitam, nós também percebemos decisões como a do Supremo Tribunal Federal que separam os cidadãos em duas classes diferentes: aqueles que estão na iniciativa privada, que arcam com o custo da máquina pública, que estão sofrendo com o desemprego, que, em grande parte, ou reduziram os salários ou não estão trabalhando e que tiveram, inclusive, uma MP aprovada no Congresso Nacional garantindo a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redução de jornada com redução de salário; e aqueles que estão no setor público, com estabilidade, para os quais, lamentavelmente, o Supremo diz que não é possível reduzir salários com redução de jornada.

Sr. Ministro, como fazer para alterar isso? E como está a discussão de uma verdadeira reforma administrativa que garanta dignidade para todos? Eu não quero menos para o servidor público, mas também não quero menos para quem está no setor privado. Nós precisamos ter a – perdão, eu me atrapalhei com o fim do tempo... Nós precisamos ter a dignidade da pessoa humana garantida para todos os brasileiros independentemente de onde trabalham.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado.

Muito obrigado, Francisco.

Deputada Federal Rejane Dias, está presente?

Rejane, está presente? (*Pausa.*)

Ela estava há pouca hora, mas não está mais.

Deputada Bia Kicis, com a palavra.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente e todos os Senadores e Deputados aqui presentes.

Ministro Paulo Guedes, é uma satisfação estar aqui nesta audiência e poder ouvir as lições de uma pessoa profundamente conhecedora da economia, de uma pessoa que, quando abre a boca para falar, não fala apenas; dá aula, dá lição. E isso é realmente motivo de muito prazer e alegria da minha parte, Ministro.

Nós ouvimos aqui algum Parlamentar que me antecedeu dizer que este é um Governo ideológico. Eu queria dizer que todo governo é ideológico. Só que a ideologia que moveu governos anteriores serviu para destruir o nosso País, empobrecer o nosso País e fazer com que, por exemplo, o dinheiro sofrido do povo, o dinheiro dos impostos fosse gasto, fosse desviado para pagar ditaduras na África, em Cuba, na Venezuela. Então, obras foram feitas com dinheiro do povo brasileiro. Hoje nós temos a satisfação de ver obras sendo concluídas, sendo feitas aqui no nosso País. E a gente se sente, agora, finalmente, atendido por um governo ideológico, sim, mas um governo que tem na ideologia, principalmente, o respeito ao povo e à liberdade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, Ministro, eu estarei na prorrogação do auxílio emergencial, porque creio que, realmente, diante de tanto tempo com o mercado parado, empresas fechadas, paradas, sem poder funcionar devidamente, o povo está realmente necessitando. O povo necessita dessa ajuda, que será muito bem-vinda, apesar de termos visto também com tristeza a proliferação de CPFs de pessoas que não fazem jus a esse auxílio e que, no entanto, estão se valendo de fraude para conseguir esse dinheiro, que faz falta, sim, para o povo mais sofrido.

Eu queria fazer uma pergunta, Ministro: existem medidas que estão sendo feitas para descontingenciar, para facilitar o acesso ao crédito para pequenas empresas através de instituições financeiras inovadoras, como *startups*, por exemplo, e *fintechs*? Pergunto isso tendo em vista que eu tenho sido testemunha, sim, de relatos de muitos empresários, pequenos empresários, médios empresários, que têm tido muita dificuldade no acesso a esse dinheiro.

Então, sabemos, como o senhor mesmo falou, que está difícil na ponta, mas a verdade é que precisamos que esse dinheiro seja liberado. E talvez essa seja uma boa solução.

Queria ouvir o senhor sobre isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Deputada Rejane, tudo o.k.? (*Pausa.*)

Está ouvindo, Deputada Rejane?

A senhora pode falar.

Deputada Rejane Dias, lá do Piauí.

O som...

Ative seu som, Deputada.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI) – Está o.k. aí, Presidente? Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo. Maravilhoso, pode falar.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero cumprimentá-lo, Senador Confúcio; cumprimentar todos os Senadores e todos os Deputados Federais. Cumprimento o Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ministro Paulo Guedes, eu sei que o senhor já ouviu diversas vezes os Parlamentares se pronunciarem dizendo que nós estamos vivendo a pior crise de toda história deste País, uma crise que envolve a saúde, em primeiro lugar, porque nós estamos vivendo uma pandemia realmente sem precedentes, mas também atinge em cheio a nossa economia e, evidentemente, o social, especialmente aqueles que mais precisam, especialmente aqueles que mais necessitam.

Eu ouvi o senhor falar que o Presidente Bolsonaro deve anunciar a prorrogação do auxílio emergencial. Ministro, aqui eu reforço o que já foi dito. É necessário que a gente repita porque, com certeza, quem vive hoje, sobrevive a essa crise com o auxílio emergencial, gostaria de estar aqui para falar o quanto ele é importante para que as famílias possam sobreviver a essa pandemia, que possam minimamente alimentar seus filhos, no caso das mães de família e dos pais de família. Espero que o auxílio emergencial seja prorrogado, que não haja, portanto, uma diminuição com relação a esses valores, porque, em primeiro lugar, nós temos que preservar a vida, nós estamos numa situação comparada a uma guerra. Tanto é que, se formos comparar a quantidade de mortos hoje no Brasil à quantidade de pessoas que morreram na Segunda Guerra Mundial, até mais já morreram aqui no Brasil por conta da situação de saúde pública envolvendo o coronavírus.

Quero aqui falar também para o senhor com relação à inexecução dos recursos do Ministério da Saúde. Ministro, é dramática a situação da falta de medicamento nos hospitais, sobretudo medicamentos necessários para intubar os pacientes. Sou daqui do Estado do Piauí, mas essa realidade não é só do meu Estado, essa é uma realidade de praticamente todo o Brasil, de todos os Estados e Municípios. Hoje estamos vendo os gestores com a mão na cabeça, desesperados, sem saber o que fazer por conta dessa situação que antes era a falta dos respiradores e agora nós vivemos uma situação realmente dramática em relação a esses medicamentos utilizados nas UTIs para poderem salvar vidas.

Então, gostaria de repassar isso ao senhor, porque é inadmissível uma situação como esta: apenas 30% do orçamento do Ministério da Saúde foi gasto para o atendimento da saúde pública do nosso País, com uma situação realmente tão grave como esta, especialmente com a falta dos medicamentos essenciais à vida.

Por fim, quero aqui reforçar o que foi dito da importância das micro e pequenas empresas. Hoje, quem emprega mais neste País são as micro e pequenas empresas. Então, é necessária, sim, a ampliação desse crédito. Já foi um avanço a criação do Pronampe, mas a pergunta que eu faço: por que só a Caixa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Econômica Federal está liberando esses créditos, sendo que outras instituições financeiras poderiam ajudar no sentido de melhorar o acesso aos empresários que estão realmente desesperados, sem saber o que fazer por conta da falta de crédito para a sobrevivência das suas empresas?

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputada Rejane Dias.

E, para fechar o nosso bloco, Sr. Ministro – foram o General Peternelli, Paulo Ganime, a Rejane Dias, a Bia Kicis –, agora, a Deputada de Brasília Paula Belmonte.

Depois da Deputada Paula Belmonte, V. Exa. responde, e, por último, o nosso Relator Francisco Jr. fará os seus questionamentos finais. E nós encerraremos, no prazo combinado, a nossa audiência pública.

Com a palavra a Deputada Paula Belmonte.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Boa tarde a todos! Espero que todos estejam bem. Que Deus nos abençoe neste momento em que nós estamos aqui fazendo uma reflexão.

Na fala de todas as pessoas que participaram aqui, eu quero cumprimentar o senhor, Senador Confúcio, que tem feito um trabalho de excelência nesta Comissão e que a gente possa, sim, unir as compreensões.

É surpreendente que o combate ao Covid-19 tenha unido algo que é essencial e que desde o princípio estava sendo discutido: não existe uma diferença e nem uma competição entre saúde e economia. Hoje a gente olha e vê Deputados que antigamente defendiam que não se falasse em economia, só em saúde... Mas a saúde tem que caminhar com a economia. Isso é algo grandioso para realmente nós avançarmos na pauta econômica, porque a pauta econômica é algo que traz dignidade a nossa população.

Mais uma vez, quero cumprimentar aqui o Ministro Paulo Guedes pelo seu trabalho, pela sua atuação e dizer que eu reforço também que cada vez mais eu penso que o liberalismo econômico traz, sim, ao cidadão empoderamento, traz, sim, ao cidadão algo que é essencial: a dignidade. Nós precisamos, neste momento de pandemia, aproveitar para que a gente possa reforçar o essencial: reforçar a segurança pública, reforçar a saúde, reforçar a educação; e avançar, sim, nas privatizações, porque não podemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitir que o uso desse dinheiro do contribuinte, tão suado, seja muitas das vezes para financiar e cobrir prejuízos de muitas empresas estatais.

Quero aqui trazer algumas perguntas bem específicas. Nós sabemos hoje – isso foi falado aqui, e é essencial esse auxílio emergencial –, que ali no Município isso é uma transferência de renda para aquele Município se conduzir naquele momento, mas uma situação que existe e que pouco eu ouço falar aqui no Parlamento é: endividamento interno. O Brasil já tinha uma dívida interna muito alta e hoje esse endividamento vem crescendo em grande escala.

Uma outra situação é a questão do pós-pandemia, nós estarmos falando desse excesso de liquidez. Como é que, Ministro – eu fiz essa mesma pergunta ao Presidente do TCU –, nós vamos trabalhar com esse excesso de liquidez?

Outra pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor é em relação até a esse auxílio emergencial, infelizmente, nós verificamos que existem pessoas que o utilizaram – mau uso – e que não tinham direito, inclusive servidores públicos –, sendo beneficiados com os R\$600, tirando daqueles que precisam. Nós precisamos investir em tecnologia para que possamos ter uma agilidade nesse processo de transparência nos dados. É algo importante que a gente tem que ter. E eu quero saber como que o Ministério da Economia está fazendo isso.

Reforma tributária. Nós temos uma Comissão, da qual eu faço parte, que é a Comissão Mista da Reforma Tributária, na qual não estamos ativos agora neste momento, mas nós não tínhamos recebido, até então, uma reforma tributária, uma sugestão do próprio Governo. É importante dizer que isso é essencial para que a gente possa não só trazer investidores externos, mas internos também, com segurança jurídica.

Outra questão é a reforma administrativa, como foi falado aqui. Nós não podemos permitir, principalmente, a questão dos supersalários.

Existe um projeto para que seja votado na Câmara, pronto para ser já votado o requerimento de urgência, que é exatamente não permitirmos os supersalários, e esse projeto não anda. Então, eu gostaria que o Governo também tivesse apoio em relação a isso nessa questão.

Muito grata. Que Deus abençoe a todos os senhores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado a todos, Senadores, Parlamentares, que vieram prestigiar o Ministro Paulo Guedes, também o povo brasileiro, por esta audiência tão rica.

Eu passo a palavra ao Ministro Paulo Guedes, sem mais delongas, para ele responder, pelo prazo de até nove minutos, a todos esses cinco participantes. São cinco nesse bloco, o "blocão". E, após isso, eu passarei a palavra para o Francisco Jr., para fazer o encerramento.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Deputado Paulo Ganime, 100% de acordo com as suas observações de que é importante nós aproveitarmos esses 60 dias, 90 dias próximos, enquanto estamos ainda paralisados pela pandemia, e mostrarmos que, embora fisicamente tenhamos sido vítimas desse distanciamento social, estamos trabalhando. Então, exatamente como foi apontado pelo Deputado Paulo Ganime, vamos aprovar saneamento – como aprovamos –, gás natural, cabotagem, petróleo... Ou seja: vamos produzir uma legislação que nos dê um marco regulatório estável, para destravar os investimentos.

Então, o Brasil pode voltar a crescer, destravando investimentos, e esse período de 60 dias – entre 60 e 90 dias –, em que estamos ainda em distanciamento social... E depois vamos observar quando é que podemos voltar, uma volta segura ao trabalho, mas vamos produzir enquanto isso. Então, estamos 100% de acordo em mover essa pauta, abrindo fronteiras de investimentos: saneamento, gás natural, cabotagem, petróleo, como foi dito pelo Deputado Paulo Ganime. E também reformas que auxiliem a criação de emprego e renda, que são as privatizações também, que vão trazer recursos e investimentos nessa direção.

Em relação à fala também do Deputado Marcel Van Hattem, ambos do Novo, que é um partido que tem nos apoiado bastante na pauta econômica, ele chama a atenção para uma assimetria, o receio dele de que o Supremo Tribunal Federal estivesse, de certa forma, reforçando essa assimetria entre o público e o privado. Enquanto os privados estão perdendo empregos, sendo demitidos, etc., os públicos não podem ter um sacrifício.

Eu enfatizei, e o Presidente acabou vetando aumento de salários, exatamente porque não poderíamos dar medalhas até antes da guerra. Antes da guerra, já havia gente pedindo para manter uma série de benefícios, inclusive postulando aumento de salário no funcionalismo público, quando a opinião pública está do lado do Deputado Marcel Van Hattem, dizendo: "Olha, tem que haver sacrifício aí também. Da mesma forma que há desemprego e redução de salário aqui, vocês deveriam também ter um sacrifício". Eu acho que um meio termo aí foi atingido, pelo menos assegurando que não vai haver aumento de salário durante este ano e o ano que vem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mesmo que por lei você garanta que não pode haver redução de salário, a verdade é que, se nós ficassemos... Se a pandemia se estendesse por seis meses, um ano, um ano e meio, dois anos, e nós entrássemos em depressão, a verdade é que, no final, independentemente de qualquer lei que você faça, acabam os recursos e os salários caem pela metade.

Aí começa a haver demissão, incapacidade de pagamento ou hiperinflação ou calote na dívida. Ou seja, nós não podemos achar que basta você aprovar uma lei e tudo vai acontecer. Existem limites físicos. Portanto, se a lei, por exemplo, hoje disser que cada brasileiro tem que receber US\$30 mil, é impossível cumpri-la. Não há recursos para isso, a renda *per capita* brasileira é muito abaixo disso. Então, as leis têm que ter prudência.

Eu não vou dizer que houve imprudência do Supremo, eu estou dizendo apenas que ou nós conseguimos sair dessa crise em que estamos – dessa crise, primeiro de saúde, depois econômica – ou algumas leis serão de difícil exequibilidade.

A Deputada Bia Kicis, que nos apoiou muito durante todas essas reformas – a reforma da previdência, a cessão onerosa –, faz uma observação também interessante, que é o seguinte: tivemos, de um lado, vários governos socialdemocratas que têm uma ênfase maior justamente na intervenção estatal, e a reação da sociedade foi agora votar, com quase 60 milhões de votos, no Presidente Bolsonaro, que é uma visão realmente diferente. É uma forma de ver, ideologicamente, diferente.

Eu acho que houve, do ponto de vista político, uma associação entre liberais e conservadores. Então, é uma aliança de centro-direita que está dando hoje governabilidade ao Presidente Jair Bolsonaro.

Isso é natural em uma democracia mais forte, quando ela realmente acomoda todos esses pontos de vista. Da mesma forma em que os liberais conservadores viveram aí três décadas sob direção da socialdemocracia, seria interessante que nós demonstrássemos o vigor da nossa democracia, deixando um governo liberal democrata governar os quatro anos dele. Então, essa agudização de conflito político etc., eu acho que é, de parte a parte, um pouco descabido. Eu acho que nós deveríamos ter um momento de tranquilidade. Estamos enfrentando uma crise dramática do ponto de vista de saúde, uma pandemia. Estamos todos juntos, no mesmo barco. Se o barco afundar por uma crise política, nós vamos nos afogar junto. Portanto, seria uma tolice contra o País. O que nós temos que fazer agora é abrandar um pouco essas paixões políticas, atravessarmos, chegarmos à outra margem do rio. Quando chegarmos ao lado de lá, estará quase na hora da próxima eleição, pronto, a gente volta à disputa política normal. Agora nós temos que pensar que somos todos brasileiros e temos que sair dessa crise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra observação dela é que ela enfatiza, com muita correção também, a importância das *fintechs*. O Banco Central está muito atento a isso, está digitalizando os pagamentos. Nós vamos entrar com o Sistema PIX rapidamente, vamos criar os fundos de renda fixa para aumentar a competição, as *fintechs*. É importante aumentar a competição do setor financeiro para reduzir os *spreads*. Mesmo que a taxa básica caia, como caiu a Selic para um número nunca praticado antes, que é 2,25%, a verdade é que os *spreads* continuam altos e nós temos que derrubá-los através da competição.

A Deputada Rejane dá ênfase em problema da logística, o problema do enfrentamento da crise da saúde em si, dos respiradores. A equipe econômica tem tentado.

Nós baixamos todas as tarifas, colocamos tarifa zero em mais de 500 produtos médico-hospitalares para conseguir trazer de fora tudo o que for preciso durante este período. Ao mesmo tempo, trabalhamos junto à indústria nacional para aumentar a produção de respiradores, que era de 250 por mês e passou a ser 1,5 mil por mês. Quer dizer, nós temos tentado auxiliar muito a saúde.

O Gen. Pazuello, que assumiu o Ministério da Saúde, é um especialista em logística. Então, nossa equipe está muito próxima a ele tentando, o máximo possível, fazer com que a coisa funcione. Agora, como foi dito antes, é natural, nós temos um sistema complexo, um sistema bastante descentralizado, os recursos descem, e eles estão realmente empoçando. E quando empoçam em nível de Municípios e Estados, fica realmente o problema de capacidade de gestão desses recursos pela própria ponta. É a ponta que deve ver como está usando isso; chegou dinheiro e ela não está conseguindo processar na mesma velocidade. Isso é ruim, porque esses recursos ficam esterilizados, estão lá parados; poderiam ser usados, mas não estão conseguindo usar na mesma velocidade. No que depender do Governo Federal, alertados, agiremos para tentar resolver.

Finalmente, a Deputada Paula Belmonte, que falou uma coisa que é verdade: são duas ondas, e nós somos atingidos pelas duas ondas. Veio primeiro a saúde, o distanciamento social, e isso trouxe também a crise econômica.

Do ponto de vista do choque externo, o Brasil até foi menos atingido do que outras economias. É que o que era uma maldição virou uma benção. Era uma maldição porque o Brasil, nos últimos 20 ou 30 anos, não conseguiu se integrar às cadeias produtivas globais. Então, agora que as cadeias se romperam com essa crise, o que era uma maldição – a gente não estar integrado – acabou virando uma benção. Nós produzimos basicamente minério, exportamos minério e produtos do agronegócio, e o mundo tem que continuar se alimentando. Mesmo a China, que foi a primeira atingida, continua aumentando as importações de produtos agrícolas brasileiros. Então, todo mundo tem que comer, e buscam o Brasil, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma vantagem comparativa na agricultura. Assim, o choque externo, desse ponto de vista, não nos atingiu: o Brasil é uma das únicas economias do mundo que está aumentando exportações. O Brasil continua aumentando as suas exportações, mas, por outro lado, o setor interno também foi atingido fortemente com a crise.

Eu acho que a melhor imagem para isso é um pássaro: o pássaro precisa das duas asas para voar. Essa imagem quem me apresentou foi o Rafael Greca, Prefeito lá de Curitiba, uma imagem fruto de sensibilidade, bastante verdadeira. Se você estiver tentando bater a asa econômica com todo mundo doente, o pássaro não voa; ou, se todo mundo está se curando, mas a economia mergulhou em depressão, também o pássaro não voa. Você precisa da economia e da saúde para o Brasil, que é esse pássaro, levantar voo novamente.

Ela se preocupa também com as reformas, a tributária e a administrativa. Nós estamos superpreocupados com isso também.

A tributária, por exemplo, demorou um ano porque... No ano passado nós estávamos com a reforma praticamente pronta, o Presidente da Câmara disse que aprovava... Ele aprovou a Previdência em primeiro turno na Câmara, animou-se e disse que na semana seguinte ele aprovaria o segundo turno. Aí o Presidente do Senado disse: "Então vou suspender as férias para o Senado e nós aprovamos os dois turnos durante as férias escolares". Isso foi em julho do ano passado. Ora, quando houve essa perspectiva de, em 10 dias e mais uma semana, aprovar em segundo turno na Câmara e, em mais um mês, aprovar em dois turnos no Senado, eu disse: "Então, nos próximos 40 dias, entregaremos a reforma tributária".

Até hoje estão me cobrando isso: "Poxa, você prometeu, já tem um ano, está fazendo aniversário de um ano". Ora, nós estávamos com a reforma pronta; logo depois, o Secretário da Receita, responsável pela reforma, saiu, porque o Presidente da Câmara tinha dito que era inaceitável o imposto sobre transações, o Presidente da República também estava incomodado com isso. Nós perdemos praticamente uns três, quatro, cinco meses de trabalho nessa reforma e tivemos que começar a recompor toda a equipe, recompusemos toda a equipe, trouxemos um novo Secretário da Receita excepcional, que está indo superbem – é o Tostes –, trouxemos a Vanessa para nos ajudar no Imposto sobre Valor Agregado – ela que tinha formulado a versão original também da própria PEC 45 junto com outros economistas.

Então, preparamos a reforma, está toda preparada de novo. A nossa administrativa estava pronta também; por uma questão política, acabou não entrando. Então, são reformas que estão prontas. Nós queremos mandar, mas é aquele problema: o próprio Congresso disse que não quer trabalhar agora os temas mais profundos de reformas estruturantes, porque é um momento de crise. Se é um momento de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crise, vamos trabalhar a pauta de crise e a pauta que nos tira da crise, que são os investimentos e o emprego. Então, vem aí o Renda Brasil, vem aí a Carteira Verde Amarela, vem aí saneamento, gás natural, cabotagem, petróleo, emprego e renda. Social: emprego e renda. Essa é a pauta dos próximos 60 dias. Agora, podemos entrar, a qualquer momento, com as estruturantes também, assim que o Congresso achar pertinente.

Eu quero agradecer muito ao Senador Confúcio por esta oportunidade. Estaremos aqui com a nossa equipe, o primeiro time, como foi sugerido pelo Senador Esperidião Amin. Vamos fazer essa análise do andamento, esse exame do andamento do problema do crédito, que tem sido o mais dramático.

Quero agradecer muito também ao Relator, Deputado Francisco Jr., e agradecer muito a Deputados e Senadores por esta conversa amistosa, brasileira, afável, respeitosa, num momento tão difícil para todos nós. Todos nós estamos trabalhando tão duro para fazer um Brasil melhor. Eu agradeço muito e tenho muito orgulho e muito prazer de estar com os senhores, porque eu acredito muito na democracia brasileira, no Congresso, e todas as manifestações aqui foram extraordinariamente construtivas.

Muito obrigado, e eu estou sempre à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Eu gostaria de que V. Exa. designasse um dos seus secretários ou um assessor mais direto para a apresentação desse relatório, porque ele virá em cima da sua apresentação aqui, hoje, para que eu possa divulgar para todos os 513 Deputados Federais, todos os 81 Senadores e os respectivos Presidentes das Casas, e colocar no Portal da Transparência esse primeiro relatório dos 90 dias iniciais dessa pandemia.

Nós teremos um novo encontro com V. Exa. no final do mês de agosto, quando fará já praticamente quatro meses. Aliás, são quatro meses que fecharemos, de quatro a cinco meses. A cada 60 dias, V. Exa. comparece a esta Comissão. E eu passo agora a palavra para o nosso Relator Francisco Jr., para fazer as suas considerações, algum questionamento, e, logo a seguir, nós encerraremos a nossa audiência pública.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos mais uma vez. O senhor é sempre muito tranquilo, muito equilibrado.

Ministro, parabéns pelo trabalho, não só para o senhor mas para toda a sua equipe, toda a equipe econômica. Isso que o senhor repetiu algumas vezes, eu acho que deve ser o espírito deste momento. Todos nós nos organizamos, nos esforçamos para cada um no seu papel dar sua contribuição para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podermos avançar. Esse é o ambiente que nós temos. Apesar de nós vivermos um tempo de *fake news*, de gente gritando no ambiente, o ambiente real é esse, eu acredito nisso. Temos mil problemas, mas precisamos que focar nas soluções.

Ministro, no final, apenas para... O senhor fez vários comentários agora com relação às privatizações, com relação aos investimentos e tudo. Mas eu queria insistir um pouquinho mais no *day after*, no pós-pandemia, fazer um pouquinho de exercício de futurologia, porque nós sabemos que, apesar de tudo isso, de todo o esforço, de tudo que estamos fazendo, dos bilhões – hoje nós estamos falando em bilhões como se falássemos em pouca coisa –, a gente sabe que isso trará uma consequência muito significativa para as nossas contas. No final da crise da saúde, provavelmente nós vamos estar com as contas públicas muito desequilibradas.

Em que pese o otimismo – e eu sou otimista também, acho que o Brasil tem tamanho para enfrentar tudo isso, e nós temos outros fatores acontecendo ao mesmo tempo, está aí o agronegócio, estão aí outras situações, como as que o senhor fez referência, a questão do gás, do petróleo, do saneamento –, existem muitas oportunidades, mas nós também vamos enfrentar um quadro de desemprego mais agravado, de mais empresas fechadas. A falta de qualificação da nossa mão de obra continua a mesma. Então, nós vamos continuar com o problema do desemprego e das pessoas desqualificadas para poderem ser inseridas no mercado de trabalho, com pessoas e investidores ainda inseguros e um mercado procurando equilíbrio. Esse é o quadro que eu imagino para os primeiros seis meses pós-pandemia.

Eu gostaria de ouvir do senhor, num exercício de futurologia, como nós podemos agir para equacionar, como o senhor imagina que irá equacionar esses primeiros seis meses, quando nós temos toda uma expectativa de crescimento, também de investimento, como o senhor acabou de narrar, mas vamos estar, ao mesmo tempo, administrando todos esses problemas que serão herdados e agravados nesse período de pandemia. Pergunto isso para sabermos o que nós podemos esperar e como nos preparar melhor para toda essa situação.

Claro, como eu disse, que muitos fatores são variáveis e que é um exercício de futurologia, mas uma futurologia vinda da imaginação de um Ministro da Economia que tem informações que nenhum de nós temos eu penso que tem uma chance muito grande de ser acertada. Então, gostaria de ouvir o senhor nesse sentido. E que seja uma palavra bem realista – vejo o senhor otimista, mas que seja uma palavra muito realista – para que nós não nos descuidemos daquilo que realmente é importante neste momento para, passada esta fase, nós podermos, de fato, pisar no acelerador novamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, parabéns. Tenha certeza de que o senhor terá o apoio não só dos Parlamentares, mas da sociedade, porque os brasileiros, nós queremos virar a página. Nós queremos deslanchar, nós queremos ser aquilo que todo mundo fala que nós podemos ser – e nós queremos ser. Nós queremos viver melhor, nós queremos ter condição. E não é essa pandemia que irá nos segurar. Eu acredito nisso. Mas precisamos fazer o dever de casa. Por isso eu faço essa pergunta para o senhor.

Muito obrigado.

Mais uma vez o parabenizo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Com a palavra final, o nosso Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Deputado Francisco Jr., eu li há uns três, quatro anos, um livro interessantíssimo de Ernst Mayr, biólogo, Prêmio Nobel, em que ele dizia: "Biologia é ciência única". E ele argumentava que, ao contrário da física... Porque todas as ciências, tentando imitar o paradigma físico, foram para a matemática, para equações, e isso é muito importante porque isso lhe permite quantificar, lhe permite fazer provisões, lhe permite fazer futurologia, inclusive, sobre as previsões de reações de organismo e tudo. Mas ele dizia que a biologia era uma ciência única porque é um organismo vivo. Então, o futuro não está escrito; vai depender de reações. Tudo que ele escreve sobre a biologia se aplica também à economia, inclusive porque a biologia é uma costela caída da economia. O Robert Malthus, que era o que nós chamamos hoje de quase que um demógrafo, na ocasião era conhecido como um sábio, filósofo; mistura disto: de filósofo, de economista. E ele é citado por Darwin, no final, nos últimos parágrafos de *A Origem das Espécies* – Darwin –, que se refere justamente a Malthus, dizendo que essa luta pela vida, essa coisa que os economistas diziam – à época não existia economia; o Adam Smith veio um pouco depois... Mas ele dizia: "Olha, essa luta aí acontece também entre as espécies, não acontece só na sobrevivência humana, porque havia a lei de ferro dos salários". Então, era o seguinte: a população da Europa tinha ficado mais ou menos estável entre 180 milhões e 220 milhões. Toda vez que ela aumentava um pouco a população, ia para 220, 230, havia guerra: eram guerras religiosas, era a peste negra... Aí a população diminuía, ia até uns 180 milhões. Aí sobravam recursos; todo mundo se alimentava bem; tinha cinco, seis, sete, oito, dez filhos, que era a base de uma subsistência agrícola. E aí a população subia de novo e havia guerra de novo. Então, a população humana ficava travada, o que ele chamava de lei de ferro do salário. Se os salários fossem um pouco acima da subsistência, a espécie humana proliferava e logo vinha uma guerra e derrubava aquilo tudo outra vez. Então, existia sempre essa incerteza quanto ao futuro porque eram organismos vivos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, hoje as sociedades são extraordinariamente mais complexas. Você vê a complexidade na hora que vem um vírus, atinge essa camada civilizatória, para o fornecimento, quebra as cadeias mundiais, começa o desemprego, a pessoa leva aquilo, pega um avião e leva aquela doença para outra região, aquilo se espalha e, de repente, em questão de meses, a civilização toda está ameaçada. Olha a complexidade desse sistema vivo.

Então, qualquer exercício do FMI dizendo que o PIB brasileiro vai cair dez ou qualquer exercício meu dizendo que vai voltar emprego super rápido, tudo isso é apenas futurologia. Eu não posso afirmar que vai voltar rápido. O que eu posso dizer é o seguinte: o futuro vai depender de nós, do que nós fizemos agora. Se formos resilientes, se transformarmos os próximos 60, 90 dias numa agenda de transformação de marcos regulatórios de forma que possam vir investimentos em todas essas fronteiras, de gás natural, de petróleo, de cabotagem, de privatizações, se nós fizermos isso nos próximos 60, 90 dias, dando um exemplo para o mundo e surpreendendo o mundo que nos subestima – subestimou ano passado quando fizemos a reforma da previdência, enquanto eles, num país avançado como a França, não conseguiram fazer... A população brasileira demonstrou maior maturidade do que a população francesa, apesar do nosso grau mais baixo de educação formal. Nós conseguimos fazer uma reforma que países avançados não conseguem. Isso mostra o vigor da nossa democracia, a força do nosso Congresso, o ímpeto reformista do nosso Congresso.

Então, se trabalharmos assim, eu acho que nós vamos surpreender e vamos voltar mais rápido. Qual seria esse exercício? Eu estou vendo o seguinte: amanhã, o Tostes, possivelmente fechando o mês, vai falar sobre o que está acontecendo com a arrecadação. Nós olhamos a arrecadação, e, neste mês, entre empresas... É claro que há, lá na ponta, o comércio que desabou, mas o comércio que desabou também volta rápido. O comércio cai rápido e volta rápido. Mas, aqui embaixo, por exemplo, o consumo de energia elétrica está 4% só abaixo do que o de junho do ano passado.

Então, quando você começa a olhar certos indicadores... Eu acho cedo para falar que nós vamos voltar com vigor. Eu não vou cometer o mesmo erro que o FMI cometeu para frente, dizendo que o PIB vai cair 9%. Eu acho que ele vai errar. Mas eu não vou cometer o erro dizendo que nós vamos crescer, que já estaremos crescendo daqui a dois ou três meses. Eu considero a hipótese de que, daqui a três ou quatro meses – foi o exemplo que eu dei –, lá para setembro, outubro ou novembro, nós já vamos olhar para frente com outro olhar: o de que podemos, sim, nos recuperar muito mais rápido que outros países. Isso vai depender de nós mesmos, pela reação que estou vendo no Brasil, pela fraternidade exibida em todos estes momentos. Apesar das brigas políticas, existe fraternidade, estamos trabalhando juntos, estamos aprovando coisas juntos. Se isso acontece mais dois ou três meses na frente, eu acho que vamos surpreender.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu realmente estou resistindo, fazendo a máxima força para não fazer futurologia, Deputado Francisco Jr., mas eu acredito que nós estamos fazendo o melhor possível. Acho que vamos surpreender com essas reformas, vamos destravar os investimentos, e criando, como vamos criar, esse universo Verde Amarelo, como foi insinuado, que é o brasileiro trabalhar, poder fazer um contrato... Foi o que Marcel Van Hattem falou, bem como o que o Senador Heinze, o Peternelli e o Deputado Paulo Ganime falaram: esta capacidade de nos libertarmos para podermos trabalhar ali na frente desamarrados, quer dizer, tirando o Estado do cangote do brasileiro mais simples, para ele poder... Nós fizemos algo, nós digitalizamos 38 milhões de pessoas invisíveis. Agora, nós podemos permitir que eles trabalhem.

Evidentemente, estou dizendo assim: respeitemos a saúde! No momento em que houver a conclamação para voltarmos ao trabalho, em que fizermos o retorno seguro ao trabalho dentro dos protocolos corretos, em que desonerarmos a mão de obra mais simples e criarmos o Imposto de Renda negativo, para auxiliarmos e estimularmos quem queira criar uma rampa de ascensão social sem simplesmente voltar para a assistência e quem quiser lutar por si... Se nós criarmos o imposto de renda negativo, o microcrédito, o bônus de adimplência; se ajudarmos o brasileiro a lutar pela sua própria vida, com dignidade; se dignificarmos o trabalho, a vontade de empreender; se nós criarmos isso – e estamos a dois, três, quatro meses de criarmos essa nova plataforma, com o Renda Brasil, com a Carteira Digital Verde e Amarela, com o microcrédito, com o bônus de adimplência, com as novas fronteiras de investimentos, como cabotagem, saneamento, petróleo –; se fizermos isso, existe um futuro nos esperando. Eu não vou traçar um cenário cor-de-rosa. O que eu posso oferecer é justamente o que o Churchill disse lá na guerra – é uma guerra também: é muito suor, muito sacrifício, muita resiliência. E, se fizermos isso, teremos um futuro muito melhor. E vamos surpreender, sim.

O Brasil tem condição de reativar a sua economia antes das outras. Eles já estavam – eu não vou me esquecer do diagnóstico deles – em desaceleração sincronizada. O mundo estava descendo após 20, 30 anos de aceleração econômica. O Brasil era o contrário: o Brasil estava começando a decolar, depois de também 20 anos. O Brasil estava há 20 anos em desaceleração econômica e estava começando a tentar uma recuperação. Eles, ao contrário, estavam há 20 anos em crescimento econômico sincronizado e entraram em desaceleração.

Eu não vou me confundir porque explodiu um meteoro, que caiu na Terra, e isso vai me confundir, dizendo que eles estavam crescendo e indo muito bem e que nós estávamos afundando. Não, nós estávamos começando a reaceleração econômica, e eles estavam descendo.

Então, vamos manter a serenidade, vamos trabalhar bem, e eu acho que nós vamos nos surpreender. Há muita gente pessimista, é normal. E há muita gente também otimista demais. Eu não ofereço nenhuma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa nem outra. Eu acho o seguinte: realisticamente, o Brasil pode se recuperar antes dos outros países. E eu acho que nós teremos uma visão clara disso – é isto que estou prometendo: dentro de três, quatro meses, nós saberemos se teremos essa chance ou não. Saberemos se estamos aprisionados neste inferno econômico que a pandemia criou ou se vamos conseguir sair. Eu acho que, em três, quatro meses, isso vai ficar bastante claro. Só que, durante estes três, quatro meses, nós temos de trabalhar muito duro e muito forte, para que essa visão que eu tenho do que é possível fazer seja uma realidade.

Então, a resposta está só três, quatro meses à frente. Nós estendemos esse auxílio emergencial por esse período, ou melhor, isso vai ficar mais claro hoje, no final do dia. Teremos estes três meses pela frente, e aí será possível enxergar melhor o futuro.

Agora, vamos trabalhar estes três meses. Não vamos ficar esperando ou não vamos ficar brigando ou não vamos ficar inertes do ponto de vista do que podemos fazer. Este futuro depende do que nós fizemos hoje. É um organismo vivo. Se nós reagirmos com a inércia, o futuro é ruim; se nós reagirmos como temos feito, o Congresso operando... O Congresso está ligado, de manhã, de tarde e de noite. Todo mundo, de manhã, de tarde e de noite, escutando seus assessores, examinando as propostas, melhorando uma aqui, outra ali. Estamos produzindo na crise. A opinião pública está ligada, está observando.

Por isso agradeço este fórum criado, agradeço novamente a todos os presentes, ao nosso Relator, Deputado Francisco Jr., sempre extraordinariamente construtivo, e ao nosso Senador Confúcio, pela condução brilhante do fórum.

O primeiro time nosso vai estar aqui para dar sequência na questão do crédito, que é a coisa que está ameaçando a sobrevivência das nossas microempresas. Então, nós temos que vir aqui prestar contas na próxima reunião sobre a sobrevivência das microempresas e os nossos programas de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Sr. Ministro.

O Benevides levantou o dedo ali. Não sei se ele gostaria de falar alguma coisa para fazer o fechamento.

Fale bem rapidinho, Benevides, porque o Ministro já fez... Pode falar, bem rapidinho. *(Pausa.)*

Ative seu áudio, por favor.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem.) – O.k., 30 segundos, como eu disse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, o Ministro falou – e quero só reforçar a questão da necessidade da política fiscal – em armadilha da liquidez. Isso no Keynes significa – lá ele gosta de falar – *liquidity trap*, ou seja, é quando a política monetária perde potência para poder ativar a atividade econômica. Portanto, a política fiscal passa a ser importante na gestão do Ministro Paulo Guedes. Era só para fazer essa ênfase. Há muita gente preocupada com o tamanho dessa política fiscal, mas ela não tem *spillover effect*, ou seja, ela não tem transbordamento para 2021. Portanto, é importante que a gente tenha essa consciência, e eu espero que a equipe do Ministro tenha também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Cumpri o prazo!

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Ótima observação.

Como eu disse, ainda não caímos no *liquidity trap*, na armadilha, mas agimos e disparamos instrumentos fiscais por esse ano, exatamente como disse o Deputado Mauro Benevides, está perfeito. Disparamos esses instrumentos fiscais neste ano e, se cairmos no ano que vem, se isso for realmente uma armadilha e a pandemia se estender – e isso daqui a três ou quatro meses nós vamos enxergar bem –, aí nós teremos um desafio enorme, muito maior do que o que enfrentamos até agora. Aí, pensaremos em soluções mais profundas ainda. Mas, por enquanto, nós respondemos adequadamente, até ajudados pelo próprio Mauro Benevides, que está nos dando uma ferramenta para reduzir a dívida bruta e melhorar, inclusive, essa sustentabilidade fiscal, dar-nos mais fôlego ainda para frente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

O senhor sabe que o Presidente nunca faz pergunta, apenas conduz a reunião. Eu até hoje não fiz nenhuma pergunta, nada, mas eu queria fazer um breve comentário sobre a pergunta do Francisco Jr., quanto ao pós-pandemia.

Eu tenho como princípio na minha vida que o único mecanismo capaz de vencer etapas e sustentar a economia, sustentar tudo é a educação. Eu acho que a gente tem de dividir o hemisfério cerebral em duas partes: uma parte racional, que é a economia, e uma outra parte focada nas pessoas, na educação de qualidade.

Estou vendo na tela a Deputada Rejane. Lá, no Piauí, há uma cidade pequena do interior, que é Cocal dos Alves, que produz hoje engenheiros e matemáticos que passam no ITA e em todo lugar, lá no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sertão. E lá no Piauí há a escola particular Dom Barreto, que é um exemplo de referência de qualidade em educação. Isso lá no Estado do Piauí.

Estou vendo o Benevides, lá no Ceará. Das cem melhores escolas brasileiras, setenta estão no Estado do Ceará. Setenta das cem melhores escolas brasileiras estão no Ceará.

Estou vendo aqui o Francisco Jr., de Goiás, e lá a escola pública em que estudei, o Lyceu de Goiânia, é uma das melhores escolas de ensino médio do Brasil.

Então, eu acredito no seguinte, Sr. Ministro, é uma consideração minha: o que sustenta de maneira equilibrada um crescimento econômico é qualidade da educação e investimento em mão de obra qualificada.

Então, coloque aí um quarto do seu pensamento, um quarto do seu hemisfério cerebral – escolha o direito ou o esquerdo – para apoiar a educação. Vai ser um Ministro da Economia com uma mão na economia e uma mão na salvação dos jovens excluídos brasileiros, que não têm acesso à escola de qualidade, dos favelados dos bairros, etc.

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença honrada, honorífica do Ministro Paulo Guedes.

Pois não, Sr. Ministro. Pode falar!

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Senador, quero reforçar a sua observação dizendo que eu sou produto de uma educação pública. Eu estudei no Grupo Escolar Pandiá Calógeras, fui de escola em escola, depois recebi bolsa de estudos. Então, essa ênfase na educação é compartilhada por mim. A minha defesa, inclusive, do pacto federativo era pegar esses recursos do petróleo, que vão sair do chão, e descentralizar para chegar a sua pequena cidade que o educou, na cidade que me educou, na cidade que educou o Mauro Benevides. Eles fizeram um excelente trabalho de educação, realmente, no Ceará, e eu sou testemunha histórica disso. Isso eu vi acontecer ao longo da minha geração, quer dizer, ao longo de 10, 15, 20 anos, administrações sucessivas investindo em educação.

Então, a saída do Brasil é capital humano, é transformar justamente esse troço que nós chamamos de petróleo... Esse negócio aí tem que ser transformado em cérebro. E a população brasileira precisa justamente disso. Então, a nossa ideia toda é uma transformação do Estado brasileiro. Em vez de fazer chapa de aço com prejuízo, vamos produzir mentes brilhantes e preparadas para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Maravilha!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Ministro!

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a V. Exa., Ministro Paulo Guedes, ao Sr. Marcelo Siqueira, ao querido Waldery Rodrigues, ao Carlos Da Costa, ao brilhante Bruno Bianco e a todos que acompanham V. Exa.

Agradeço a participação dos internautas – não deu para atender a todos.

Convido para a próxima reunião, dia 2 de julho de 2020, às 10h: audiência pública com a presença de Ary José Vanazzi, Presidente da Associação Brasileira de Municípios, e Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional de Municípios.

Declaro encerrada a nossa maravilhosa reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e cinco minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça e João H. Campos, e ainda dos Parlamentares não membros General Peternelli, Paula Belmonte e Rejane Dias. Deixam de comparecer os Senadores Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para discutir os repasses e execuções orçamentárias e financeiras de apoio aos municípios nas ações de enfrentamento à COVID-19. **Participante:** Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios - CNM.. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/07/02>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição – "levantar a mão", no aplicativo. Em seguida aos titulares inscritos, os suplentes e os não membros.

As eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança serão deixados para o final da nossa reunião.

Vamos tirar este telefone aqui, que está atrapalhando.

Passe para eles atenderem, por favor. (*Pausa.*)

A presente reunião é uma audiência pública com a presença do Sr. Glademir Aroldi, que já está na nossa sala, Presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios).

Informo a todos que o Presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Ary Vanazzi, não se manifestou em relação ao convite enviado no dia 19 de junho pela Secretaria da Comissão, após reiteradas tentativas de contato, sem sucesso. Então, hoje, o Dr. Glademir Aroldi falará sozinho pela representação que ele tem dos Municípios brasileiros.

Bem-vindo, Dr. Glademir Aroldi, Presidente da CNM. É uma satisfação ter V. Sa. em nossa audiência pública. Estamos muito honrados com a sua participação importantíssima, em que V. Exa. colocará a situação dos Municípios diante desta crise sanitária brasileira. Então, eu passo a palavra para V. Exa., Glademir Aroldi, pelo tempo variando de 25 minutos a 30 minutos. O senhor está com a palavra, Presidente Glademir. Pode iniciar.

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar o Senador Confúcio Moura, que preside esta Comissão tão importante; e cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras da República, Deputados e Deputadas.

Eu quero agradecer muito o convite para que a gente possa aqui fazer um bate-papo sobre este momento tão difícil, tão complicado da vida brasileira, que tem afetado muito também os administradores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

locais. Eu quero fazer esse agradecimento em nome da confederação, em nome de todas as entidades estaduais de Municípios, em nome de cada Prefeito e de cada Prefeita do Brasil.

Eu posso afirmar aqui, Senador Confúcio, que todos os Prefeitos e Prefeitas do Brasil estão gratos, reconhecem o trabalho do Senado Federal, liderado pelo Presidente Davi Alcolumbre, e o trabalho da Câmara dos Deputados, liderado pelo Presidente Rodrigo Maia, no que diz respeito às ações emergenciais, todas aprovadas pelo nosso Congresso Nacional, que estão amenizando consideravelmente a situação financeira de cada gestor local, possibilitando o enfrentamento deste momento de calamidade pública que o Brasil e o mundo estão vivendo.

Lá em março, quando o Congresso aprovou a calamidade sanitária, a CNM, juntamente com todas as federações estaduais, através da sua área técnica, com a participação das áreas técnicas de cada entidade estadual, de cada Estado da Federação brasileira, elaborou um documento que, a princípio, tinha 17 itens, 17 pautas – depois, fomos acrescentando mais algumas e hoje estamos com 23. Encaminhamos esse documento ao Senador Presidente Davi, ao Deputado Presidente Rodrigo Maia, ao Presidente da República e a alguns ministros de Estado, os Ministros da Saúde, da Agricultura e da Cidadania, mas especialmente ao Ministro Paulo Guedes.

No dia 29 de março, um domingo, à tarde, o Ministro Paulo Guedes recebeu, numa sala, por videoconferência, o movimento municipalista brasileiro. Participaram desse debate, por mais de duas horas, todos os presidentes das estaduais e a confederação. Apresentamos e discutimos todos esses pontos com o Ministro Paulo Guedes. Foi uma verdadeira força-tarefa realizada pelo movimento municipalista. E, para nossa satisfação, o Congresso Nacional, Deputados e Senadores tiveram depois a possibilidade de, através de medidas provisórias, através de leis complementares, aprovar todas essas posições, essas ações e essas transferências de recursos para os Municípios brasileiros e também para os Estados da Federação.

Então, eu tenho dito, Senador Confúcio, que é uma injustiça por parte da sociedade – e eu entendo, até porque a sociedade brasileira não acompanha efetivamente o processo – quando ela tem o entendimento de que o nosso Congresso Nacional não atua, não funciona como deveria. Eu tenho dito isso nas minhas manifestações, em entrevistas em rádios, em jornais... Tenho participado muito de debates em universidades. Estive em um agora na Fundação Getúlio Vargas nesse sábado em que fiz essas colocações. O Congresso Nacional atual tem sido atuante, tem trabalhado muito. Evidentemente, eu, eventualmente, não concordo com alguma coisa aprovada no Congresso Nacional, mas isso faz parte da democracia e é preciso respeitar. Agora, porque eventualmente eu não concorde com alguma coisa, eu não vou dizer que o Congresso Nacional não seja atuante, que não trabalhe ou que os nossos representantes não estejam cumprindo a sua função; muito pelo contrário, eu sou testemunha de que Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras estão cumprindo o seu papel nesse momento difícil de enfrentamento dessa pandemia, de calamidade pública. Todos, cada um com o seu entendimento, com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua compreensão, com a sua experiência, têm trabalhado muito em favor do Brasil. Eu queria, devia e precisava fazer essa consideração.

Um dos primeiros pontos que nós tratamos com o Ministro Paulo Guedes foi a questão de liberação evidentemente de recursos para a área da saúde, para que pudéssemos efetivamente fazer esse enfrentamento. Na verdade, houve uma liberação considerável. Com a medida provisória de ontem, nós vamos chegar a um valor de R\$19 bilhões para custeio e até mesmo para pagamento da folha dos trabalhadores em saúde.

É bem verdade que um bom percentual desse valor ainda está nas contas dos Municípios, até porque há um processo de execução, um processo que, muitas vezes, é demorado: licitação, compra, empenho, pagamentos... Mas eu posso garantir para o Congresso Nacional, garantir para a nossa Comissão, que, para cada valor que está saindo, sendo colocado à disposição dos gestores locais, a Confederação emite uma nota técnica orientando o gestor, orientando o secretário municipal de saúde sobre a maneira como ele deve usar esses recursos para que não tenha problemas depois na prestação de contas. Então, temos feito *live*, temos feito bate-papo e temos encaminhado as notas técnicas para os gestores locais.

Aquilo que o Governo tratou com a gente, encaminhou para o Congresso Nacional, através de muitas medidas provisórias que vocês aprovaram aí na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, está acontecendo razoavelmente bem.

O outro ponto foi a questão do apoio financeiro, a recomposição do Fundo de Participação dos Municípios. Acertamos com o Ministro Paulo Guedes, naquela oportunidade, a recomposição de quatro meses do Fundo de Participação dos Municípios e também do Fundo de Participação dos Estados. Houve já a recomposição de março, de abril e de maio e, agora nos próximos dias, deverá haver a última recomposição, do mês de junho, e isso nos preocupa um pouco. Naquele momento, foi estabelecido um teto de R\$8 bilhões para Municípios e R\$8 bilhões para Estados. Há um saldo aí; mesmo recompondo o último mês, que é junho, deverá ficar um saldo de mais de R\$3 bilhões para Estados e para Municípios. Então, eu imagino que nós poderíamos usar esse saldo para fazermos a recomposição de mais alguns meses futuros, ou estender o prazo de recomposição. Isso seria muito importante para todos os Municípios do Brasil.

O segundo ponto, então, foi esse do fundo de participação. E nesse sentido de ampliar o prazo de recomposição, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 1.161, de autoria do Deputado Efraim Filho, prevendo uma recomposição de FPM e FPE até o mês de dezembro. Esse PL se encontra no Senado da República. Então, acho que, como houve um saldo do valor estipulado para recomposição dos quatro meses, daria para a gente trabalhar esse PL de autoria do Deputado Efraim, o 1.161, para recomposição de mais alguns meses até o final do ano. Isso seria importante para todos. Evidentemente o Governo tem lá as suas dificuldades e nós compreendemos isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro item de que nós tratamos com o Ministro Paulo Guedes é uma situação que vem preocupando muito o movimento municipalista brasileiro já há algum tempo. Nós temos uma dívida considerável com a previdência, da ordem de R\$50 bilhões. Então, quanto a esta dívida, também o Congresso Nacional, se não me falha a memória, em 2017 ainda, estabeleceu que a União deveria criar um comitê para tratar do encontro de contas desta dívida previdenciária. Os Municípios devem R\$50 bilhões, mas os Municípios têm um valor considerável também para receber da previdência. Então, os Municípios estão pagando a sua dívida, e não estão recebendo aquilo que têm direito junto à Previdência Social do Brasil.

Então, este encontro de contas seria extremamente importante. Isso está estabelecido na legislação, mas nem o Governo anterior cumpriu, nem o Governo atual está cumprindo com isso. Então, se teria que instalar esse comitê para trabalharmos este encontro de contas da dívida previdenciária. Nós devemos, queremos pagar, mas queremos receber também ou sermos compensados com aquilo que a gente tem de crédito junto à previdência.

Mas, neste item aqui, com vista ao combate à pandemia, combinamos também com o Ministro Paulo Guedes a suspensão do pagamento das parcelas da dívida previdenciária até dezembro. E a Lei Complementar 173, aprovada pela Câmara e pelo Senado, contemplou esta situação, suspendeu; aprovada na Câmara, suspendeu o pagamento da dívida dos Municípios com o regime geral, até o final deste ano. Esta dívida, essas parcelas são descontadas no fundo de participação. Então, não haveria, até dezembro, esse desconto, e essas parcelas seriam jogadas para o final do contrato. Isto ainda não aconteceu, porque nós estamos aguardando uma regulamentação por parte do Tesouro Nacional.

Agora, numa reunião que tivemos com o Ministério da Economia, nesta semana, parece que, até a próxima semana, o Governo deverá publicar a regulamentação. E, também como nós temos mais de 2 mil Municípios, no regime próprio da previdência, nós pedimos a suspensão do pagamento das dívidas com os regimes próprios, também até dezembro. Isso não estava na matéria aprovada no Senado... Desculpem, na Câmara. Quando a matéria chegou ao Senado, os Senadores a incluíram, através de uma proposta do Senador Alvaro Dias. Não incluíram a suspensão da dívida, do pagamento da dívida, mas incluíram a suspensão do pagamento patronal atual, com o regime próprio, até o final do ano. E isso o Governo já regulamentou, e nós já encaminhamos notas técnicas para esses 2.150 Municípios que estão no regime próprio, orientando-os sobre como eles devem proceder. Evidentemente, eles vão precisar de uma lei municipal estabelecendo todos os critérios de como será o pagamento dessa dívida – isso vai gerar uma dívida – nos próximos anos. Isso quem vai estabelecer serão as Câmaras Municipais de Vereadores. Então, aqui foi, sim, uma ação muito importante tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal que vai ajudar muitos gestores locais neste momento difícil.

Outra situação que a gente trabalhou foi a linha de financiamento para pagamentos de precatórios. Aqui eu quero chamar a atenção, com o devido respeito, dos nossos Senadores e dos nossos Deputados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, sinceramente, não consigo entender, compreender essa situação. Os Municípios têm uma dívida de R\$40 bilhões com precatórios. Há uma emenda constitucional, a 99, de 2017, que também estabeleceu que o Governo teria o prazo de seis meses para abrir uma linha de crédito para financiamento dos precatórios. Nós colocamos, nesse dia 29, para o Ministro Paulo Guedes. Estamos colocando e debatendo isso todas as segundas-feiras com a sua equipe, até porque, naquele 29, ficou estabelecida uma reunião da Confederação (*Falha no áudio.*) ... que são os precatórios. Se nós conseguíssemos uma linha de crédito para financiarmos isso, através das instituições financeiras, os Municípios iriam buscar esse recurso na instituição financeira, conseguiriam chamar o credor do precatório e efetuar esse pagamento, liquidar esse valor. Ora, as pessoas que estão aguardando o pagamento poderiam tratar da sua saúde usando esse recurso, comprar eletrodoméstico, reformar a sua casa, adquirir um imóvel, enfim, usar esse recurso dentro da sua necessidade: R\$40 bilhões que seriam jogados na economia do Brasil, neste momento tão difícil desta economia. E nós Municípios não teríamos aí, como está havendo todos os dias, sequestros em contas dos Municípios, sequestros inclusive em contas de saúde, valores que estão lá estabelecidos para serem usados na área da saúde, específicos, valores de transporte escolar, de merenda escolar – esses recursos sendo sequestrados para o cumprimento com o pagamento dos precatórios. Muitos Municípios no Brasil estão sofrendo com essa situação.

Então, a proposta é aquilo que foi estabelecido na PEC 99: abrir uma linha de crédito, com garantia de ICMS, com garantia de FPM, para o pagamento das prestações. O Município busca esse valor na instituição e paga aos seus credores de precatórios, e nós estaríamos jogando aí R\$40 bilhões na economia do Brasil, facilitando também um pouco mais a vida dos nossos gestores locais por conta disso.

Hoje o precatório você tem um prazo para pagar, e o prazo é pequeno. Então, com o financiamento, nós estaríamos estendendo esse prazo, pagando uma prestação mensal para a instituição financeira e jogando esse dinheiro na nossa economia. Entendo que isso seria uma coisa muito importante para os Municípios, para milhões de pessoas que têm crédito de precatórios e para a economia do Brasil.

O Senador Wellington Fagundes – eu não sei se ele está aqui conosco –, protocolou uma PEC poucos dias atrás neste sentido de que haja, através das instituições financeiras, a possibilidade do financiamento desses valores, e não só para Municípios. Os Estados da Federação brasileira devem ter uma dívida – eu não tenho o valor da dívida dos Estados – que é algo em torno de R\$70 bilhões a R\$80 bilhões. Então, isso é muito importante.

Eu acho que daria para a gente dar uma observada nessa situação, procurar o Congresso Nacional, com o Governo, com o Ministério da Economia, e buscar uma solução para essa situação que eu acho que seria importante para todos nós. E não é dinheiro do Orçamento da União, a União não colocaria nada, a União só provocaria a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, as instituições privadas também a colocarem linhas de crédito à disposição para que a gente pudesse fazer frente a essa situação. Então, o Senador Wellington apresentou uma PEC, que é a PEC 21, que está lá no Senado da República.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro pedido nosso – e esta é uma área, neste momento, muito importante – é a assistência social. A assistência social está sendo muito demandada neste momento. Ela já era; imaginem os Srs. Deputados, os Srs. Senadoras, as Deputadas e as Senadoras, neste momento.

Então, o que nós combinamos com a equipe econômica, com o Governo? A liberação de R\$2,5 bilhões para a assistência social, para os programas, para o enfrentamento desta crise. Um bilhão e trezentos já foram liberados. Então, estamos trabalhando com a equipe do Ministro Onyx – e a equipe tem nos dado uma atenção muito boa, a nossa relação com o Ministério da Cidadania está muito boa, nós estamos trabalhando em conjunto, tanto na transferência dos recursos como na orientação às pessoas que trabalham na assistência social em cada Município do Brasil, e esse trabalho é muito importante, porque todos nós sabemos que atende a população em situação de vulnerabilidade, moradores de rua, pessoas com dificuldade de colocar alimento na mesa para a sua família –, neste momento, nós estamos dando a atenção que essa área merece, especialmente neste momento.

Então, falta ainda a liberação de 1,3 bilhão, neste combinado que foi feito, mas nós temos ainda uma outra situação: o Orçamento de 2020, em relação a 2019, diminuiu R\$1,3 bilhão para as ações continuadas da assistência social. Então, nós estamos trabalhando com o Ministro Onyx, com a sua equipe, a possibilidade da recomposição do Orçamento deste ano. Estamos trabalhando também já com previsão da situação de 2021, do aumento dos valores dos programas continuados de assistência social, porque, mesmo que a gente tenha a questão da pandemia contornada, amenizada, até o final do ano – e Deus queira que a gente tenha –, os programas sociais continuarão por conta desta pandemia. Eles não vão diminuir imediatamente; nós vamos continuar trabalhando com essa situação e com essas dificuldades.

Então, é muito importante, e eu gostaria também, na medida do possível, do trabalho de cada Senador e Deputado, no sentido de quando chegar a proposta orçamentária deste ano no Congresso Nacional, que a gente pudesse olhar para os valores da assistência social. Nós vamos precisar ampliar os valores dos programas continuados na assistência social.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Presidente...

O SR. GLADEMIR AROLDI – E aí eu não falei de FPM, não falei...

Já está encerrando o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Presidente, o restante da sua apresentação o senhor pode concluir durante as perguntas e as respostas dos Senadores e Deputados. O senhor não se preocupe, porque terá tempo. Durante as perguntas, o senhor vai encaixando os pontos que V. Exa. gostaria de abordar.

O SR. GLADEMIR AROLDI – Está bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, neste momento, quero avisar a todos que o Boletim Semanal nº 5, elaborado pela equipe do nosso Relator Francisco Jr., está publicado na página da Secretaria. É muito importante a leitura para a gente comparar semanalmente a evolução dos gastos do Governo, a liberação dos créditos, enfim, as ações na ponta na área da saúde. O quinto relatório já está publicado.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 16ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat*.
(Pausa.)

Está aprovada a ata.

Bem, os inscritos.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Deputado Francisco Jr., Relator desta Comissão Especial para, no tempo de oito a dez minutos, fazer as suas indagações ao Presidente Glademir Aroldi.

Com a palavra o Relator.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Confúcio.

Cumprimento todos os Deputados e Senadores mais uma vez nesta reunião desta Comissão, que está extremamente atuante. Obrigado, Presidente. Cumprimento o Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Sr. Glademir Aroldi. Na pessoa dele, cumprimento todos os Prefeitos do Brasil que estão fazendo um trabalho...

Eu vou me atrever a fazer um comentário. Fala-se muito dos heróis da pandemia, e a gente, por justiça, fala daqueles que são mais vistos diretamente, mas eu penso que o gestor público está cumprindo esse papel também. É um ato um pouco heroico, porque ele tem todos os problemas que não pararam de acontecer e que não são poucos. Fazer a gestão de uma cidade por si só já é bastante complexo e, com o agravante da pandemia então... Faço aqui uma homenagem a todos os Prefeitos e Prefeitas no Brasil inteiro que estão se dedicando a essa situação.

Presidente, quando se iniciou este mandato, o Presidente Bolsonaro usou uma expressão que virou até jargão: "mais Brasil e menos Brasília", dizendo da necessidade de descentralizar a gestão e de levar os recursos e as decisões para mais próximo de onde as pessoas vivem. Então, aqui vou fazer breves perguntas, dando um panorama do combate à pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à governança do processo de combate à pandemia, eu pergunto: como V. Sas. avaliam a atuação do Governo Federal? Como o Governo Federal e o próprio Ministério da Saúde vêm interagindo com os Municípios? Essa interação está sendo feita de forma eficiente? Em que aspectos essa interlocução, essa interação do Governo Federal com os Municípios pode ser aperfeiçoada?

Com relação à saúde, nós sabemos, Presidente, que a doença vem afetando os Municípios de forma diferente, e nós temos Municípios muito diferentes. Há Municípios mais ricos e mais preparados que podem ter à sua disposição uma série de equipamentos públicos e profissionais, enquanto outros Municípios não têm condições mínimas de combate à doença.

Vocês poderiam explicar na prática como essa diferença de renda afeta o combate à pandemia? Porque a gente fala de um combate isonômico, mas nós sabemos que em cada Município há muitas particularidades. Como isso está sendo administrado por vocês? O recurso do Governo Federal e as emendas parlamentares têm sido suficientes para custear os tratamentos, especificamente por esse lado? Têm sido suficientes?

E, no momento em que se vai fazer as despesas, nós temos enfrentado aqui situações muito interessantes com relação ao receio, ao medo que os servidores estão de assumir responsabilidades neste momento, com o estado de calamidade. Com relação à segurança jurídica das ações públicas para o combate à doença, o Governo Executivo Federal editou a MP 966, de 2020, que trouxe uma série de mecanismos de proteção aos gestores públicos para responsabilização dos seus atos pelos órgãos de controle. Nós nos restringimos apenas aos gestores éticos e bem-intencionados, vamos deixar de lado a exceção, porque eu considero que esses gestores que não agem de forma bem-intencionada e ética são exceção. Tratando os bem-intencionados, de que forma esse medo de responsabilização vem afetando o combate à doença?

Nós percebemos que, dos recursos liberados, até agora o que conseguiu ser gasto, de forma geral, nos Municípios, Estados e União, foram 30% —é o que efetivamente foi gasto. Como V. Sas. avaliam o papel dos órgãos de controle no combate à corrupção? Em que os órgãos de controle ajudam e em que os órgãos de controle atrapalham a ação dos gestores bem-intencionados neste momento? Há como separar o joio do trigo? Isso está sendo feito ou se está nivelando por baixo e tratando todos como mal-intencionados? O que poderia ser aperfeiçoado nesta relação?

E, por fim, com relação às contas públicas, sabemos que os entes subnacionais no Brasil, há bastante tempo, vêm tendo dificuldades em equilibrar as contas públicas. Se o momento atual é grave por causa da saúde pública, os próximos meses serão complexos em função da deterioração das contas públicas. Nesse sentido eu pergunto: V. Sas. poderiam compartilhar um diagnóstico da situação fiscal dos Municípios? Quais as dificuldades para os Prefeitos em realizar um corte de despesas públicas? Como V. Sas. analisam a situação de Municípios que, mesmo quebrados, continuam a conceder aumentos para os seus servidores, aumentando a despesa do Município? E o mais importante: como seria um plano



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

CNM/ABM, considerando a organização nacional dos Municípios, de recuperação fiscal para os Municípios?

Eu gostaria também de acolher qualquer sugestão que vocês possam ter elaborado do ponto de vista legislativo e de atuação do Congresso Nacional. Isso será muito bem-vindo neste momento.

No mais, eu parabenizo o trabalho, o esforço, a organização de vocês e desejo todo o sucesso para que possamos avançar. O sucesso das gestões municipais neste momento é o sucesso do povo brasileiro no combate à pandemia.

Obrigado, Presidente Glademir. Nós nos colocamos todos à disposição do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Presidente Glademir, o senhor tem oito minutos. São muitas perguntas, mas são improrrogáveis porque nós temos muitos inscritos. Então o senhor pode entrar direto nas respostas.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Eu agradeço ao Deputado Francisco Jr. e quero parabenizá-lo pelo trabalho, pela relatoria desta Comissão tão importante.

Vou tentar ser bem objetivo.

Não aconteceu mais Brasil ou menos Brasília, isto não está acontecendo. Os Municípios continuam tendo responsabilidade de ações que antes eram da União e dos Estados e passaram a ser dos Municípios, e a gente não tem a mesma proporção nos recursos. Então, a pirâmide continua invertida, como sempre foi. Nós precisamos trabalhar, eu acredito, no pacto federativo e na reforma tributária, essa situação.

Quanto à saúde, a relação do Ministério e do Governo, especialmente o Ministério da Saúde e o Governo Federal com os Municípios, não foi nada adequada, por conta de que não houve esse alinhamento de ações que deveria ter sido liderado pelo Governo central. Muito pelo contrário, os Prefeitos estão pagando um preço muito alto, porque, quando você isola, parte da comunidade não aceita. Você isola e ele não compreende que esse isolamento é para proteger a saúde daquela comunidade e cobra do Prefeito. Daí o Governo Federal, que vinha numa outra linha, tomando outra posição em matérias e entrevistas, dificultava a vida do gestor local. "Olha, o que você está fazendo aqui não é o que o Governo está dizendo." Houve, em alguns Municípios do Brasil, até carreta contra o decreto de calamidade estipulado pelo Governo local.

Então, olha o que o Prefeito está passando: uma queda brutal de arrecadação; a situação da pandemia; o enfrentamento a ela, tendo que lidar com essa situação da decretação de medidas emergenciais para o combate à pandemia, muitas vezes mal compreendida pela sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me que faltou esse alinhamento. Melhorou um pouquinho, mas ainda não está como deveria. Isto precisaria acontecer: o alinhamento das ações por região, por Estados com o Governo central e os Governos intermediários para poder dar uma certa tranquilidade para os nossos gestores, que estão sofrendo muito nesse sentido.

Na questão da compra, na questão de os valores serem suficientes, eu acredito que não, não vai ser suficiente. Nós temos aí a recomposição do FPM até este mês, o auxílio financeiro de R\$20 bilhões: três para a saúde e assistência e vinte para a recomposição de perdas com arrecadação até o mês de setembro. Então, em outubro, novembro e dezembro, se nada acontecer, eu posso garantir aos senhores e senhoras que a grande maioria dos Municípios vai atrasar folha de pagamento e não terá recursos para cumprir o pagamento com os seus fornecedores. Então, precisa acontecer alguma coisa a partir de setembro; senão, nós vamos viver um verdadeiro caos nas finanças públicas municipais.

Vou trazer um dado, Deputado Francisco, e posso encaminhar-lhe este estudo: nós teremos até o final do ano uma queda de arrecadação de R\$74 bilhões – R\$74 bilhões! – e vamos ter aí um apoio financeiro na ordem de R\$23 bilhões. As contas não vão fechar! Então, a gente precisa trabalhar com uma outra situação, uma nova situação, especialmente para outubro, novembro e dezembro.

Eu acho que se está encerrando o meu tempo. Eu gostaria de ter falado das contas públicas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Glademir...

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – ... e, principalmente, do aumento aos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Glademir...

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – O senhor tem razão. Nós não concordamos. Se há muita gente perdendo emprego na iniciativa privada, muita gente tendo que renegociar salários, nós não podemos estar dando aumento para os servidores municipais neste momento. O senhor tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Presidente Glademir, é o seguinte: vão ficar duas perguntas sem resposta. O senhor guarde essas duas respostas, que o nosso Relator voltará a fazer algumas indagações ao final da nossa exposição.

Agora, eu quero que V. Exa. pegue um papel e uma caneta. Nós vamos fazer um bloco de quatro Parlamentares; cada um terá três minutos para fazer as perguntas; e, ao final dos quatro, V. Exa. responderá a todos eles. Vou dar um tempo maior para V. Exa.

O próximo bloco será: Senadora Eliziane Gama; Deputado Federal Luiz Carlos Motta, do PL, de São Paulo; Deputado Reginaldo Lopes, do PT, de Minas; e o Senador Wellington Fagundes, do PL, de Mato Grosso.

Então, neste momento, passo a palavra para a Senadora Eliziane Gama.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Eu queria...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) –É o seu som, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – Está o.k. agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está o.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu queria cumprimentar o Presidente Confúcio; cumprimentar todos os demais colegas no nome do Relator Francisco Jr., que, aliás, tem feito um trabalho muito importante, de fato, nesta Comissão; e cumprimentar o Presidente da CNM, Glademir, que tem feito, na verdade, um grande em todo o Brasil.

O nosso tempo é muito pequeno, então eu vou direto às perguntas.

Falando, inicialmente, sobre a preocupação com a falta de articulação do Governo Federal em relação aos Municípios de todo o Brasil, Presidente, eu pergunto ao senhor: num primeiro momento, os critérios adotados atualmente pelo Ministério da Saúde têm sido discutidos e pactuados, de alguma forma, em parceria com os Municípios do País? Como hoje a confederação avalia, por exemplo, a execução orçamentária relacionada às ações de combate ao Covid?

É bom a gente lembrar, Presidente, que o Senado e o Congresso Nacional têm feito um papel realmente muito grande em relação à pandemia e adotado ações importantes e programas, dentre eles, por exemplo, a regulamentação da telemedicina, o apoio às santas-casas, o apoio às micro e pequenas empresas através do Pronampe, a distribuição de alimentos de merenda escolar, o programa federativo de apoio aos Estados e Municípios, o auxílio emergencial. Foram vários programas puxados e capitaneados pelo Congresso Nacional. Eu perguntaria ao senhor: como é que a execução orçamentária dessas ações realmente tem chegado aos Municípios?

O senhor falou da necessidade de prorrogação da reposição de perdas do FPM – está programada, agora, a quarta e última parcela para o mês de julho. Eu pergunto ao senhor: o senhor sente, por exemplo, sensibilidade da parte do Governo Federal de prorrogar ainda mais essa reposição, continuando esse auxílio aos Estados e Municípios, especificamente aos Municípios, que é a sua área? Como o senhor avalia o prejuízo hoje que os Municípios poderiam sofrer em virtude da demora na análise dos atos preparatórios, que dariam, por exemplo, um *start* para o andamento das obras novas, que não estão relacionadas à calamidade pública? A gente sabe que houve toda uma ação do Governo e até mesmo do Congresso, nas suas emendas, no direcionamento de recursos para a Covid, mas essa execução, infelizmente, não tem chegado à ponta. E como é que está em relação a essas outras obras que não são referentes à questão da pandemia?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais uma pergunta, Presidente: na semana passada, o Tribunal de Contas da União aprovou a emissão de um alerta ao Governo em relação à falta de diretrizes do Governo Federal para combater a pandemia. O TCU chegou a chamar de "desinteligência federativa" a forma como o Governo organiza o combate à pandemia. Seria, portanto, uma crítica ao fato de que a União, os Estados e os Municípios não estarem trabalhando de forma articulada. O senhor concorda com essa posição adotada pelo Tribunal de Contas da União? E, ao mesmo tempo também, a sua entidade tem propostas... Qual a proposta que o senhor poderia destacar para a gente, de forma mais específica, para que nós viéssemos a melhorar essa articulação dos Municípios com o Governo Federal? E, ao mesmo tempo, nessa mesma pergunta da articulação, Presidente: o que que o senhor proporia para o Congresso Nacional, especificamente para o Senado Federal, como uma ação mais direta, digamos assim, para que a gente pudesse reorganizar esse planejamento, essa articulação entre o Governo Federal e os Municípios de todo o País?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Passo a palavra para o Deputado Luiz Carlos Motta, pelo tempo de três minutos.

Pode falar, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) – Tudo bem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Tudo bem.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Primeiro eu gostaria de cumprimentá-lo e dizer que, na última reunião, não estive fisicamente aqui, mas estive acompanhando. Eu estava em trânsito e acompanhei atentamente o Ministro Paulo Guedes. Então, quero cumprimentar o senhor pelo trabalho que vem realizando, cumprimentar o Senador Francisco Jr. cumprimentar os demais amigos Parlamentares, como também os Senadores.

Em especial, cumprimento o Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Sr. Glademir, que também fez um grande trabalho – quero agradecer. E estamos sentindo falta das reuniões que o senhor faz lá na CNM, que têm nos auxiliado bastante, inclusive colocando para os Parlamentares a situação dos Municípios. Então, estamos sentindo falta dessas reuniões.

Bem rapidamente, eu gostaria de perguntar para o senhor: a CNM conta com algum plano estratégico para o pós-pandemia que vise à retomada de geração de empregos? Em caso afirmativo, seria possível elencar os setores prioritários e qual a expectativa de vagas a serem abertas?

Segundo, a pandemia revelou, inclusive, as desigualdades sanitárias que percebemos em todo o Brasil. Qual é o posicionamento da confederação, agora que foi aprovado o marco legal do saneamento? De que modo o texto aprovado afeta os serviços municipais na área da saúde?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que eu tinha que perguntar. Algumas perguntas que eu iria fazer o Relator, muito bem preparado, o nosso Deputado Francisco Jr., já as fez.

Então, quero parabenizar o Sr. Glaudemir pelo trabalho que vem realizando à frente da CNM. E conte conosco lá no Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Luiz Carlos Motta.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes, de Minas Gerais. (*Pausa.*)

Deputado Reginaldo, não o estou vendo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Bom dia, Presidente. Tudo bem? Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvindo excelentemente.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, Deputados, Senadores, Aroldi...

Eu quero começar de fato elogiando os gestores municipais, uns mais, outros menos, mas nós temos que reconhecer que, se não fosse a seriedade e o compromisso dos gestores locais, a situação, do ponto de vista sanitário, no Brasil, estaria muito pior, porque não dá para não admitir que o TCU tem razão. Eu poderia dizer que o Governo Federal é irresponsável e, até mais, criminoso, porque ele não coordenou, ele não liderou, ele não articulou, ele não planejou, ou seja, falta tudo! Inclusive, vamos ser bem sinceros: faltam também recursos. Ou seja: é mais uma *fake news* essa história de "mais Brasil menos Brasília" da campanha do Bolsonaro.

Eu sou extremamente municipalista. Acho que a pandemia rompeu alguns preconceitos em relação aos Municípios, inclusive, pela primeira vez, no Supremo Tribunal Federal. Nunca o Supremo decidiu a favor dos subnacionais, dos Estados e dos Municípios, sendo sempre a favor da União. E, de fato, quem está liderando e recebendo contraordens, vamos dizer assim, além de péssimo exemplo do Presidente da República, são os Municípios. Então, eu quero começar manifestando a nossa solidariedade aos gestores municipais e também reconhecendo o esforço.

Quero aqui dizer que nós vamos ter que assumir – a Câmara e o Senado – essa questão da quebraadeira federativa. Os Estados e os Municípios estão quebrados, vamos ser bem objetivos; uns Estados mais, outros menos. O Estado do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios tem a mesma realidade que o meu Estado, Minas Gerais. E, para resolver essa questão, nós vamos ter que mexer no sistema tributário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sistema tributário tem esta dimensão: cobrar imposto dos ricos e não dos pobres, fazer o reequilíbrio federativo e garantir mais políticas públicas, mais políticas compensatórias. Então, esse é o grande debate nesse sentido. Inclusive repensar a não cobrança de tributos na questão da exportação dos bens primários, que é uma lei absurda, a chamada Lei Kandir. Talvez nós criemos um imposto sobre exportação, um imposto federativo não para ficar com a União, mas um imposto para os subnacionais.

Eu acho um absurdo alguém falar em auxílio financeiro aos Estados e Municípios. O nosso modelo federativo e a nossa Constituição dizem que é de responsabilidade da União sustentar os subnacionais. Então, eu quero terminar dizendo que nós temos a obrigação, Presidente, de votar um novo PLP, e, na minha opinião, nós temos que garantir uma compensação, e não um socorro, auxílio; uma compensação de todas as receitas do ano de 2020, comparadas com as de 2019, porque, senão, nós vamos ver um colapso, uma crise, um caos, que eu sei que é isso o que o Bolsonaro quer – caos –, porque ele não tem compromisso de resolver a questão sanitária, um irresponsável, e também não tem compromisso com a questão econômica. Então, nós temos que votar essa compensação das receitas num novo PLP, na Câmara e no Senado, para ajudar os Municípios.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

Pode falar, Senador querido.

Libere o seu som. *(Pausa.)*

Isso...

Ainda não. *(Pausa.)*

Pode falar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k. Pode falar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar o meu caro Presidente Confúcio Moura, cumprimentar também o Francisco Jr., Relator, e a todos os companheiros e companheiras que estão nesta audiência, em especial ao Glademir Aroldi, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, e também ao Ari José, da Associação Brasileira de Municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer uma breve consideração também sobre a preocupação dos Prefeitos e eu gostaria que, se possível, vocês fizessem algum comentário em relação às eleições que teremos este ano. Ontem a Câmara votou e está sendo sancionada, nesse momento, pelo Presidente Davi, Presidente do Congresso, a prorrogação das eleições para o dia 15 de novembro em primeiro turno. No que que isso vai impactar para os Municípios, ao mesmo tempo ter que cuidar das campanhas eleitorais e ter que cuidar também da saúde da população? Porque está na ponta: quem cuida do cidadão é o Município, é o Prefeito, é o Vereador, é a comunidade. Então, eu gostaria de um comentário de vocês sobre isso.

Da mesma forma, eu tenho três perguntas para vocês aqui até feitas pela assessoria. Eu vou ler rapidamente.

Primeira questão: os auxílios da União para os governos estaduais e municipais, previstos nas Medida Provisória 938, de 2020, e na Lei Complementar 173, estão sendo repassados tempestivamente? Quais são as dificuldades observadas? Os critérios adotados atenderam, senão a todos, pelo menos à maior parte dos entes subnacionais?

Ainda: As Medidas Provisória 924 e 940, ambas de 2020, abriram um crédito extraordinário para o combate aos efeitos do novo coronavírus. A primeira totaliza R\$5,1 bilhões para os Ministérios da Educação e da Saúde, e a segunda, R\$9,4 bilhões para o Ministério da Saúde. Os senhores sabem informar se parte desses recursos será destinada às prefeituras? Se sim, quanto, para quais ações e observando quais critérios?

Ainda a terceira e última questão, que eu acho que precisa de um pouco mais de tempo... Presidente Glaudemir – e aí pode ser respondida pelos dois –, na sua fala você reconheceu a importância das flexibilizações que fizemos na Lei de Responsabilidade Fiscal para este ano, na 173, de 2020, mas como você acha que será o encerramento do mandato da atual gestão, principalmente com foco na eleição também? Qual o real risco de não fechamento das contas e atrasos de salários – você já fez um comentário, e eu gostaria de mais... – e de fornecedores também? E quais as perspectivas para o início do mandato no próximo ano? Quais os principais desafios que você enxerga que terão os novos gestores eleitos e também os que estão encerrando seus mandatos?

Então, Sr. Presidente, eu gostaria ainda de pedir a V. Exa... Ao final desta reunião, eu gostaria de abordar um assunto específico do meu Estado e gostaria que fosse praticamente um requerimento da Comissão, que é aquele problema dos índios xavantes, que estamos tendo aqui no meu Estado. Então, eu gostaria de pedir um tempo após o término desta reunião.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

E parabéns aos Prefeitos pelo trabalho, porque hoje os Prefeitos é que estão enfrentando, na ponta, todas as dificuldades.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Quero só externar uma explicação sobre a ordem de inscrição. Aqui, na abertura, eu leio repetidamente assim: "Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função 'levantar a mão' no aplicativo e que a ordem da fala será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão". Caso esse tema, esse assunto da ordem de inscrição, possa não estar correspondendo, a gente pode votar, numa sessão administrativa, pela plenária, uma alteração desse roteiro sobre os primeiros inscritos... Há muitos que chegam muito cedo e ficam para falar depois, por causa desse princípio escolhido por nós.

Muito bem... Então, agora eu concedo a palavra... Logo a seguir, depois da resposta do Dr. Glademir Aroldi, o próximo bloco é composto do Senador Esperidião Amin, Deputado Federal Hildo Rocha, Senadora Zenaide Maia e Deputado General Peternelli. Há muita gente na sala, mas não se inscreveu ainda.

Muito bem... Então, com a palavra Glademir Aroldi, pelo tempo de dez minutos, para responder aos quatro Parlamentares.

Está com a palavra, Glademir. (*Pausa.*)

Ligue seu som!

O seu som...

O SR. GLADEMIR AROLDI – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k. Pode...

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Então, eu vou começar respondendo aqui, tentando responder às indagações, à fala da nossa Senadora Eliziane Gama.

Já falei da falta da articulação, da falta dessa coordenação articulada para as ações de combate ao Covid-19. Disso nós sentimos muita falta lá na ponta. A gente ficou solto, meio que perdido, com cada gestor fazendo aquilo que estava entendendo com aquele momento novo, porque nós estamos trabalhando com o desconhecido, e muitos Municípios do Brasil, se não a grande maioria, não têm equipe técnica qualificada para tratar uma situação dessas. Se o Brasil tem dificuldades, o Ministério da Saúde, as secretarias estaduais de saúde, imaginem as secretarias municipais, trabalhando com algo totalmente desconhecido, com um inimigo invisível e poderoso como este. A população, em pânico.

Então, evidentemente que esta falta de articulação prejudicou muito. Se fossem estipuladas medidas, critérios para serem adotados em todo o Brasil, evidentemente flexibilizados, para que fossem implantados conforme a situação de cada região, eu imagino que nós teríamos tido aí um melhor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado. O resultado é muito ruim: mais de 1,5 milhão de infectados e mais de 60 mil mortes. Então, o resultado é muito ruim e assusta a todos.

Quanto ao FPM, com a recomposição que nós vamos ter até o mês de junho – e a última será paga agora, em julho –, mesmo assim, nós teremos uma queda da arrecadação desse tributo na ordem de R\$5,89 bilhões. Então, sim, é importante recompor. Nós começamos uma tratativa com o Ministério da Economia nesta semana que passou, mas eu não posso lhe dizer se há uma sensibilidade, como é que o Governo vai compreender isso, como é que o ministério recebeu isso. Eu não poderia lhe dizer isso ainda, mas eu espero que, por conta de não termos usado todo o valor de R\$8 bilhões, porque foi estabelecido um teto, a gente possa trabalhar com o Governo no sentido de recompor pelo menos mais alguns meses.

Quanto às obras paralisadas, me parece que o Governo canalizou os recursos que tem para ações de combate à pandemia e está liberando. Isto tem acontecido relativamente bem, a liberação das emendas vinculadas à área da saúde. Parece que houve uma força-tarefa nesse sentido.

Então, eu não sei se eu deixei algum ponto aqui da Senadora Eliziane, porque eu não pude anotar todos. Teria mais algum? (*Pausa.*)

A Senadora está conosco aí? Perdoe-me se eu não consegui anotar um outro detalhe da sua fala.

Quero cumprimentar o Deputado Luiz Carlos Motta também e dizer, Deputado, que eu também estou com saudades dos nossos encontros. Ali a gente tratava da Federação brasileira, da relação federativa. Aquele momento era um momento extremamente importante para todos os Municípios do Brasil. E Deus queira que a gente possa voltar a isso o mais rápido possível.

A CNM, Deputado Motta, tem trabalhado, sim, com o Sebrae uma questão de protocolo de retomada para todas as micro e pequenas empresas do Brasil. E essas micro e pequenas empresas empregam um número significativo de pessoas. Então, nós estamos trabalhando com um protocolo. Deverá ser feito um trabalho na mídia nacional muito forte nesse sentido, para que a gente possa auxiliar esses empresários, micro e pequenos empresários.

E também, Deputado, nós temos aí a questão que eu vejo muito importante para a retomada e para o auxílio do empreendedorismo nacional, que é, sim, a questão tributária. Essa é urgente. Nós não precisamos trabalhar a reforma dos tributos, mas nós precisamos trabalhar, num primeiro momento, agora, imediatamente, a simplificação da tributação no Brasil, porque o custo do empresário para recolher o imposto tem um outro custo – quase o valor do recolhimento do imposto – daquilo que nós chamamos de acessórios, por conta da dificuldade de compreensão da nossa legislação tributária, tanto pelo empresário interno quanto, muito mais, pelo empresário investidor externo. Então, isso nós precisamos trabalhar com uma certa urgência. A simplificação do recolhimento do tributo acaba diminuindo os custos acessórios para as empresas. Isso nós precisaríamos olhar agora, imediatamente, para facilitar a vida dos nossos empresários, para que eles possam retomar as suas atividades o mais rápido possível,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

diminuindo o custo e usando a diminuição desse custo na contratação de pessoas. Nós vamos precisar muito de emprego e renda neste momento, não é? Quanto mais pessoas empregadas e mais pessoas com renda houver, isso representará um número menor da população dependendo do Poder Público nacional, estadual e local. Então, eu entendo que isso seria importante e urgente neste momento.

E, com relação à questão do saneamento que o senhor coloca, nós ajudamos a trabalhar essa proposta. Evidentemente, há um ou outro detalhe com que nós não concordamos, alguns detalhes mínimos. Eu quero lhe dizer o seguinte, uma informação: isso vai resolver? Eu não sei. O que eu sei é que o Brasil precisa de R\$30 bilhões para resolver os problemas dos lixões em 46% dos Municípios do Brasil, que ainda trabalham com lixões. Isso é urgente. Então, o que eu quero lhe dizer é o seguinte: só a iniciativa privada, só os consórcios, só as estatais não vão resolver esse problema; isso precisará de uma injeção de recursos técnicos e financeiros por parte da União e dos Estados da Federação brasileira, senão nós não vamos resolver esse problema tão grave e tão sério que atinge boa parte da população brasileira, mais especificamente a população menos favorecida economicamente. Isso também é – e o senhor sabe disso, Deputado Motta – uma questão de saúde pública, e nós temos a responsabilidade de fazermos esse enfrentamento, mas colocando recursos no Orçamento, especialmente no da União, para esse enfrentamento.

Agradeço ao Deputado Reginaldo Lopes. Concordo com o senhor, Deputado: os Prefeitos e as Prefeitas estão sofrendo muito; talvez nenhuma geração de Prefeitos e Prefeitas na história do Brasil tenha passado pelo que os atuais Prefeitos estão passando. Para responder à sua pergunta, à sua colocação, para contribuir – o senhor entende que deva haver uma recomposição de todos os tributos, e nós também –, vou rapidamente aqui falar sobre a queda de arrecadação de cada tributo: IPTU e ITBI, R\$10 bilhões; Imposto Sobre Serviços, o famoso ISS, R\$18 bilhões a menos; Fundeb, que é o que banca a educação básica neste Brasil, R\$16 bilhões a menos; ICMS, só a parte dos Municípios, R\$24 bilhões a menos; e FPM, de que já falei, mesmo com a recomposição, R\$5,89 bilhões. Não consegui chegar nas perguntas do meu irmão, do meu amigo, Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Presidente Aroldi, vou conceder ao senhor mais dois minutos para responder ao Senador Wellington Fagundes, que ficou sem nenhuma resposta. Então, o senhor tem mais dois minutos para responder ao Senador Wellington Fagundes.

Pode continuar.

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Tanto a 138, quanto a 173 e a 940, isso está andando. Toda a transferência desses recursos acertados, votados pelo Congresso Nacional, está razoavelmente bem sendo feita. Nós estamos brigando, lutando, especialmente com o Ministério da Saúde, é pela questão da flexibilização para o uso desses recursos, tanto na saúde, quanto na assistência social. A necessidade de um Município do Brasil, em uma determinada região, não é a mesma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de outro Município que está em outra região do Brasil. Então, a flexibilização desses recursos, neste momento, é o mais importante, mas nós estamos aí negociando isso com os ministérios.

A outra situação é a das eleições. O movimento municipalista brasileiro, historicamente, defende a unificação das eleições, mas não foi isso que o movimento defendeu neste momento. O movimento está entendendo que o Brasil não reunirá condições sanitárias e econômicas para a realização de eleições neste ano. No nosso modesto entendimento, a eleição deveria acontecer quando nós tivéssemos a garantia sanitária de saúde da população. E quando vai haver essa garantia? Quando nós tivermos à disposição a vacina, a imunização da sociedade brasileira, mas é evidente que nós respeitamos a posição do Ministro Barroso, dos Senadores e dos Deputados Federais. A democracia é assim: cada um precisa manifestar a sua posição e respeitar a posição contrária. E o movimento municipalista respeita a posição adotada pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, concluído esse bloco, nós vamos iniciar o segundo bloco.

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, bom dia. Bom dia, Aroldi. Na sua pessoa, quero cumprimentar a todos os Municípios.

Eu quero dizer que sou municipalista e vou falar aqui para ajudar os Municípios, mas quero consertar o que o nosso Glademir falou: não foi uma decisão do Congresso; é Constituição agora. Está sendo promulgada a emenda constitucional que adia a eleição, Aroldi. Fica muito ruim você contestar aqui o que foi uma decisão democrática e está institucionalmente adotada. Passe a ajudar, passe a contribuir. E quero dizer que eu sou frontalmente contrário à coincidência de mandatos, independentemente da prorrogação, que era um golpe, um golpe contra o povo. O poder emenda no povo; prorrogacionismo é contra cláusula pétrea da Constituição. Vamos nos conformar e fazer o que for possível ao invés de ficar invectivando contra. Eu quero dizer que não concordo com a sua manifestação. Juramos respeitar a Constituição.

De outra parte, eu tenho que sugerir que o nobre Presidente da Confederação Nacional de Municípios, que aprecio muito, faça uma relação de coisas que nós aprovamos em lei e que não estão concertadas ainda. Por exemplo, nós não aprovamos agora encontro de contas previdenciárias – isso nós não aprovamos –, mas aprovamos a suspensão do pagamento. Isso é lei e isso tem que ser cumprido. Então, poderíamos até, Presidente Confúcio, fazer essa lista e preparar uma reunião em que teríamos, de um lado, a Secretaria do Tesouro, por exemplo, e, do outro lado, a Confederação Nacional de Municípios para nós conferirmos o que já aconteceu e o que não aconteceu.

Por exemplo, eu lamento que apenas 1.280 Municípios tenham feito convênio de parceria com a Caixa Econômica Federal. O Governo está querendo reinventar a roda. Quem tem o cadastro que permitia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o atendimento do Bolsa Família são os Municípios, são 5.570; 1.580 com parceria consolidada é o número que nós temos dado pelo Presidente da Caixa, datado esse número de 19 de junho. É pouco! Então, a descoberta de mais de 30 milhões de invisíveis, Presidente Confúcio, justifica que esta Comissão incremente essa parceria, porque só os Municípios têm essas informações mais alcançáveis. Nós sabemos disso. É uma pena que só 1.280 tenham feito convênio de parceria.

Finalmente, eu sugiro que a confederação faça também o levantamento dos conflitos entre Municípios. Exemplo: Cuiabá e Várzea Grande, Goiânia e o Município ao lado, que fazem concorrência entre si com medidas de restrição e de isolamento. Aí não se trata de conflito inter, mas, sim, intrafederativo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Deputado Hildo Rocha, MDB, Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, cumprimento o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Aroldi.

Quero concordar com o Aroldi em alguns aspectos do que ele disse. Realmente a articulação política do Governo do Presidente Jair Bolsonaro não é das melhores. Eu acredito que, talvez, seja uma das piores que já tivemos nos últimos 20 anos, mas não podemos anular, de forma nenhuma, o esforço do próprio Presidente Jair Bolsonaro em ajudar os Municípios. Ele tem determinado esse apoio; infelizmente, isso não tem sido feito de forma correta, porque é o tipo de coisa: a pessoa certa no lugar errado. Eu nunca ouvi dizer que um militar seja muito bom em articulação política; ele é bom em outras coisas. É isso que está acontecendo, e, por isso, tantas críticas ao Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

Mas nós temos de lembrar, Presidente Aroldi, que com mais de R\$150 bilhões o Governo já se comprometeu com os Municípios. Isso é dez vezes mais do que nós gastamos ano passado em construção de rodovias, recuperação de rodovias, construção de hospitais, postos de saúde, dez vezes mais do que o Governo investiu ano passado. É uma soma fabulosa! Ontem mesmo saiu uma portaria consignando R\$11,4 bilhões para os Municípios, que é uma medida provisória que o Presidente Jair Bolsonaro editou, a Medida Provisória 969.

Tudo bem, que precisa se apoiar mais, precisa. Não há aqui nenhum Deputado nem Senador mais municipalista do que o Deputado Hildo Rocha. Pode haver igual; mais, não há. Não é por ter sido Vereador, ter sido Prefeito que eu sou municipalista, eu sou municipalista por convicção, por entender que a descentralização do poder e a descentralização dos recursos e das ações são mais bem executadas e com mais eficácia no âmbito local, até porque a própria fiscalização feita pela população é muito melhor do que a fiscalização feita por órgãos de controle externo. Agora eu quero fazer uma pergunta para o meu amigo Aroldi: meu amigo Aroldi, com quanto os Estados já contribuíram para os Municípios neste momento de pandemia? Lá no Maranhão eu não tenho conhecimento, o Governador nem conversa com a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

maioria dos Prefeitos, há uns ou outros Prefeitos com quem ele conversa, mas a maioria dos Prefeitos nem recebida é. E ele está devendo, inclusive, a contrapartida do Samu, a Farmácia Popular, entre outras contrapartidas no SUS. Eu vejo muitas vezes a confederação criticar o Governo Federal e não criticar os Governadores, que acho que são os maiores arrecadadores de tributos. Nosso Presidente da Comissão, Confúcio, foi Governador, ele sabe. Nós temos o imposto chamado ICMS, que é a maior arrecadação do País, e 75% do ICMS é dos Estados. Como os Estados estão colaborando?

Com relação às eleições, eu comungo do pensamento do Espiridião. Eu fui contra essa PEC, por entender que ela é inconstitucional. Ela tem um vício de inconstitucionalidade tremendo, inclusive por afetar a cláusula pétrea de divisão dos poderes, ela dá poder para o TSE que o TSE não poderia ter, então eu votei nos dois turnos contrariamente. Mas temos que trabalhar agora no sentido de que as eleições mudaram, nós vamos ter que trabalhar... E fica a lição: o TSE tem mais 41 dias para se adequar a essa anormalidade, a esse momento que estamos vivendo. Espero que o Ministro Barroso faça o correto, porque agora, o que ele pediu? O Congresso deu 41 dias para que ele possa fazer uma eleição segura no que diz respeito a providências sanitárias, Sr. Presidente. Então, V. Exa., que é médico, sabe que agora, com mais 41 dias, o Ministro Barroso e todos os membros da Corte têm condições de fazer um bom trabalho. Logicamente ele vai precisar contar com os Prefeitos, afinal de contas, o ambiente municipal, os prédios municipais são usados para funcionamento das sessões eleitorais, e eu entendo que o certo é aumentar a quantidade de sessões eleitorais. Pode se dizer que não há dinheiro, mas nós podemos usar as empresas privadas para fazerem doação de dinheiro para comprar urnas, dar urnas para o TSE e botar publicidade dessas empresas, tudo tem jeito. Basta o Ministro Barroso ter cabeça boa para comandar essas eleições, porque a responsabilidade agora é 100% dele.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN) – Só um minuto, Presidente. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia a todos! Quero cumprimentar meu colega Senador Confúcio, que muito brilhantemente está presidindo esta Comissão; o nosso Relator; e o Sr. Glademir Aroldi, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Eu acho que o senhor notou que todos os Parlamentares que me precederam na fala são municipalistas. É muito importante que sejam, porque eu costumo dizer que o Município é onde a pessoa nasce e vive, é no Município que as pessoas se materializam como seres humanos, inclusive agora nessa pandemia, porque se tem o hábito de falar em números, e é no Município onde aquela mãe chega com o filho na casa do Prefeito, do Vereador, da Liderança e diz: "Salve o meu filho, por favor". Ela deixa de ser um número e passa a ser um ser humano pedindo socorro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu também sou municipalista e, com certeza, se ajudar os Municípios eu voto a favor.

Eu queria falar sobre um assunto que se falou muito, que a maioria dos Municípios brasileiros, na pós-pandemia, como muitos Estados também, não vão ter condições de pagar o salário dos seus servidores. Isso é assustador! Não só pelo lado humano, porque a maioria desses servidores, uma grande parte, está na frente, na comissão de frente da Covid-19. Mais ainda, gente, os servidores públicos, de prefeituras e Estados, movimentam também a economia dos Municípios e dos Estados. Imaginem, do jeito que já está, empresas fechadas, sendo fechadas, porque, infelizmente, como fala o nosso colega Esperidião Amin, a gente aprovou projetos de lei que dariam tudo certo para os bancos abrirem as torneiras, mas os bancos agora usam mais um termo, apetite de segurança. Eu, como médica, já ouvi muito sobre apetite ou falta de apetite, mas os bancos têm também esse apetite.

Quero dizer o seguinte, se não vai ter dinheiro para pagar os servidores públicos, se as micro e pequenas empresas não estão sendo irrigadas, mesmo com esse Congresso... Porque eu lhe digo, orgulho-me de ser congressista, Senadora, neste momento, porque não tivemos nada que fosse a favor dos Municípios e Estados, ou seja, do povo brasileiro, que a gente não tenha conseguido aprovar, a gente tem aprovado. Agora, se os bancos... Só lembrando, eu gosto de lembrar isso: dia 20, calamidade pública aprovada; dia 23, o Banco Central do Brasil aprovou uma tal de liquidez de R\$1,2 trilhão, que, teoricamente, com os projetos de lei que a gente aprovou e as medidas provisórias, esse dinheiro seria para chegar, esse recurso, nas micro e pequenas empresas. Uma luta incansável de todos nós: de Jorginho Mello, de Kátia e do Senador Esperidião Amin. E o que a gente houve todo dia é que esse dinheiro não está chegando. Essas empresas estão fechando as portas e demitindo seus servidores. Então, em pós-pandemia, eu estou muito centrada hoje em salvar vidas.

Lembrando também o medo com que estão os gestores de comprar os insumos, de investir o dinheiro que foi repassado pelo Governo Federal, seja com emendas dos Parlamentares ou não, porque o que se vê dizer aqui é essa cultura da fraude, como se todos os gestores fossem fraudadores. Eu vejo Prefeitos e Governadores com medo de comprar os insumos, ao ponto de a gente ouvir aqui alguns Governadores pedindo a esta Comissão – não foi, Confúcio? – que...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Foi.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – ... que o Ministério da Saúde comprasse os insumos, porque eles estão com medo. Porque se divulga erroneamente uma baixa, uma diminuição na inflação, o que não é verdade. Não é verdade, nem para os alimentos – eu sou dona de casa, gente; não há essa diminuição de inflação, não chegou à gente –, muito menos para a parte de insumos da saúde, que é o que salva vidas.

Então, eu sei que a gente tem o acompanhamento dos recursos, mas nós temos que sensibilizar os órgãos controladores. Por favor, isso aqui não é para defender fraudes nem quem superfaturou. Não se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode negar que álcool em gel, EPIs, esses equipamentos, como respiradores – todos eles, Confúcio –, alguns estão mil por cento a mais! Esses medicamentos de UTI, vocês têm ideia de quanto – eu, como médica de formação – custa um paciente, meu amigo Espiridião Amin e Confúcio, numa UTI, em que na maioria das vezes até máquina para fazer hemodiálise tem que ter? Uma doença múltipla. Se fosse um paciente que sofresse um acidente, a gente diria: politraumatizado. Uma doença que politraumatiza os pacientes.

E quero dizer o seguinte, Aroldi... (*Falha no áudio.*) Nós vamos lutar. Eu sei que esta Comissão tem uma função, mas a gente tem essa abertura, porque este é um Parlamento, de discutir isso.

Eu queria dizer aqui que, por exemplo, é no Município que mora aquele autônomo, a marisqueira.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide. Agradecido.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – A marisqueira. Como a gente tem... Eu não lembro mais nem qual foi a medida provisória, de tanto tempo que faz, ou o PL, que foi relatado por Espiridião Amin, que estendia a renda mínima ou o auxílio emergencial para esses profissionais, o que até agora não foi efetivado. Nenhum país do mundo sai de uma crise econômica sem o maior investidor, que se chama Estado. É o Estado brasileiro. Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Se alguém tiver alguma notícia eu gostaria de saber.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Zenaide. Muito agradecido.

Com a palavra o Deputado General Peternelli, PSL, São Paulo.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Presidente Senador Confúcio, nossos Senadores e Deputados, é uma satisfação muito grande estarmos novamente assistindo a essas importantes informações.

Quero parabenizar o Glademir, pela Confederação Nacional dos Municípios. É consenso nas duas Casas que o Município é fundamental. É ele que sabe a necessidade do cidadão; é ele – concordo quando se aborda –, o Município, que pode avaliar esses recursos assistenciais.

Falamos no início, Glademir, sobre as linhas de crédito para o pagamento de precatórias. É muito válido. Vejo que essa interlocução com o Governo Federal já está sendo realizada, e a conversa que foi realizada junto ao Ministério da Economia foi fundamental. A preocupação é só de que a própria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confederação alerte os Municípios para que o endividamento do Município não chegue a um nível em que se dificulte a administração do próximo Prefeito.

Na assistência social, que é necessária no Município, nós não podemos esquecer que o auxílio emergencial, agora ampliado em mais dois meses – serão cinco –, vai colocar exatamente recursos na economia do Município.

Fiquei contente também, nesta interlocução, quando foi informado que, fruto da Medida Provisória 938, até outubro, estaria numa situação adequada. Lá, nós vamos observar se já ocorreu uma recuperação da economia e em que situação estará, para eventualmente, como o auxílio emergencial, aumentar ou não essa atividade.

Essa conversa que o senhor está tendo com o Ministério da Economia eu sugiro que faça também com o Gabinete de Crise na Casa Civil e o que for necessário no Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde tem feito reuniões periódicas com o Conasems, que representa as secretarias de saúde de todos os Municípios, conforme o senhor mesmo reconheceu.

Nessa simplificação dos tributos, eu me coloco à sua disposição, Glademir, e também à disposição dos Senadores e dos Deputados para falar sobre a Emenda Substitutiva nº 20 à PEC 45, só para expor algumas ideias. Ela é necessária. O Hildo abordou muito bem: nesse nosso pacto da Federação, há muitos recursos que o próprio Ministério da Saúde está mandando aos Estados, e o Estado é que tem uma consciência adequada de onde precisa complementar no Município do seu Estado. Então, esse trabalho conjunto da União, dos Estados e dos Municípios é necessário.

Eu gostaria de terminar dizendo que o gestor municipal é fundamental para o bem comum do cidadão brasileiro.

Felicidades.

Muito obrigado a todos.

Obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado a V. Exa.

Agora, vamos passar a palavra para o Presidente Glademir Aroldi para responder em bloco aos quatro Parlamentares. Ao final, depois desse bloco, eu passo a palavra para o fechamento do nosso Relator Francisco Jr. Então, com a palavra o Presidente Glademir Aroldi pelo tempo de até dez minutos. *(Pausa.)*

Libere o seu som. O seu som está ainda travado. Libere o som.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Eu devo ter me expressado mal quando abordei a questão da eleição, provocada pelo Senador Wellington Fagundes. Eu quis dizer o seguinte. Não há nenhuma contestação aqui, muito pelo contrário. O que há aqui é respeito à decisão do Congresso Nacional, ouvindo o Tribunal Superior Eleitoral, ouvindo alguns cientistas infectologistas que disseram que novembro poderá estar melhor do que outubro – ninguém garante nada. Nós respeitamos. Então, eu devo ter me expressado mal. O que eu quis dizer é que a CNM, neste momento, não defende unificação de mandatos, mesmo que ela tenha historicamente essa bandeira. Evidentemente, a gente respeita quem não concorda com a unificação dos mandatos. É um tema complexo, é compreensível outras posições, evidentemente.

Isto precisa ficar claro: o que nós defendíamos, então, era o momento mais adequado para a realização de uma eleição. Mas nós respeitamos o Congresso Nacional, fizemos uma videoconferência com o Ministro Barroso, que nos atendeu, discutimos e colocamos todas as dificuldades da realização de uma eleição nesse momento, o dia a dia de uma campanha... O Senador Amin sabe muito bem o que ocorre durante uma campanha, a visitação, o corpo a corpo. Evidentemente, vamos ter que mudar a forma de fazer eleição, e respeitamos, Senador Amin, tanto que a nossa Deputada Amin está sempre conosco nos almoços lá... E eu sei da preocupação que o senhor e ela têm com os Municípios de Santa Catarina e do Brasil. Nós tínhamos uma posição, o Senado decidiu por outra linha, e evidentemente vamos respeitar uma emenda à Constituição brasileira, nossa Carta maior, sem nenhum problema.

Outra situação que o Senador Amin levanta é a questão da suspensão da dívida previdenciária, que, verdade, foi colocado lá na 173: suspender o pagamento da dívida. Isso vai ajudar muito os Municípios. Mas nós temos outra legislação, Senador Amin, anterior a esta crise, a esta pandemia, que estabeleceu a criação de um comitê para o encontro de contas da dívida previdenciária. Isso nós precisamos retomar. Foi lá no Governo anterior ainda. O Governo anterior não criou a comissão, não a instalou, o Governo atual também não, e nós estamos brigando para que isso possa ocorrer o mais rápido possível.

O Senador Amin levanta outra situação na qual eu vou dar uma olhada – não tenho como lhe dizer alguma coisa – que é a situação do CadÚnico, essa relação dos Municípios com a Caixa Econômica Federal. O senhor tem toda a razão. Os Municípios podem contribuir muito com isso e ajudar muito nessa relação. Eu já vou agora à tarde botar minha equipe a trabalhar nisso, vou ver de que forma está, vou procurar a Caixa Econômica Federal, porque esse ponto que o senhor coloca é extremamente importante.

O Senador Hildo, amigo irmão... No início da minha fala, eu reconheci o trabalho do Congresso Nacional e o esforço do Governo Federal. Não tenho dúvida de que está havendo um esforço monumental de todas as instituições para que a gente possa enfrentar essa crise. Tanto é que, em todas as segundas-feiras, escalados pelo Ministro Paulo Guedes e pelo Presidente da República, nós fazemos um encontro com o Ministério da Economia e com a Secretaria de Governo, para debater todos esses pontos de que estamos falando aqui. Nós levamos sugestões, ouvimos o Governo, as dificuldades que há. A minha fala





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi no sentido de uma pergunta que ocorreu da relação do alinhamento das ações especificamente do critério estabelecido e condições estabelecidas pelos decretos de situação de calamidade pública. Aí eu imagino que faltou uma melhor comunicação.

Deputado Hildo, eu quero fazer aqui um registro. Ele é Relator da MP 938, aquela que vai trabalhar a recomposição do FPM. O Deputado Hildo já possui todos os números, ele é um estudioso desta matéria e desta área e já possui todos os números para que a gente possa ampliar por mais alguns meses a recomposição do FPM. Então, eu quero lhe agradecer muito por essa contribuição.

E eu sei, Senadora Zenaide, que todos aí estão preocupados com os gestores locais, porque a vida acontece lá na ponta. E a Senadora Zenaide também levanta uma situação extremamente importante – e nós já manifestamos isso ao Ministério da Saúde –, que é o Ministério assumir a coordenação e realizar uma ata de preços no que diz respeito à compra de insumos e equipamentos internos e externos para que não haja essa dúvida quando um Governador, um Prefeito vão adquirir um medicamento, um equipamento, e tenham que pagar um valor muito acima do praticado no mercado. Então, seria importante, para que não houvesse essa situação de dúvida, e até espaço para quem queira fazer algum tipo de sacanagem. E nós não concordamos com isso, quem praticou mau uso do dinheiro público tem que pagar por isso. Agora, haver uma ata de preços estabelecida pelo Ministério da Saúde seria muito importante para abalizar, para colocar um limite nas aquisições desses insumos e desses equipamentos.

Então, a sua contribuição é muito importante, Senadora Zenaide, e nós já provocamos o Ministério da Saúde nesse sentido. É esse alinhamento de ações que eu falo que a gente precisa fazer: União, Estados e Municípios. E me parece que o Ministério da Saúde deveria assumir esse compromisso e essa responsabilidade com essa ata de preços. E aí nós não teríamos nenhuma dificuldade no que diz respeito ao uso do dinheiro público.

Também concordo muito – alguém comentou aqui – com o controle interno e com os controles externos. Isso é necessário. E nós estamos orientando todos os Prefeitos e Prefeitas do Brasil no sentido de que cada ação, cada recurso usado na questão do combate a essa pandemia tenha uma justificativa, já coloque junto ao processo uma justificativa, porque, com certeza, o gestor vai sair no dia 31 de dezembro e vai ter que ficar prestando conta com referência aos seus atos. Então, essa justificativa é extremamente importante para resguardar o gestor quando ele estiver na condição de ex-gestor, de ex-Prefeito, para poder justificar perante os órgãos de controle interno e de controle externo.

E quero agradecer também aqui as palavras do Gen. Peternelli. Eu acho que o Brasil – ele tem razão – precisa se unir neste momento sério, grave, em que muitas vidas infelizmente estamos perdendo. Então, nós precisamos nos unir, neste momento, para podermos fazer esse enfrentamento e construir uma ponte segura para fazer essa travessia. E que a gente possa, a partir do ano que vem, com a economia retomando as suas atividades, o Produto Interno Bruto crescendo, melhorando a arrecadação da União, dos Estados e dos Municípios, fazer também a recuperação fiscal, que não será pouca coisa. Parece-me





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já existe aí um déficit orçamentário na ordem de R\$644 bilhões, e eu imagino que esse déficit deverá chegar a R\$1 trilhão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Dr. Glademir Aroldi.

Eu tenho aqui, Presidente Glademir – a nossa audiência é aberta para o povo brasileiro –, muitas perguntas dos cidadãos, através do portal do Senado. Eu escolhi aqui quatro, e o senhor pode responder em bloco, que são de Mirian Mendes, de São Paulo; Carlos Antônio, do Maranhão; Rayane dos Santos Gomes, de São Paulo; e Kátia Emília Takano, de São Paulo. Todos os quatro falam da merenda escolar; todos eles, com outras palavras – devem ser relacionados à educação, todos eles devem ser trabalhadores da educação –, querem saber como vão ficar esses recursos para a merenda escolar; o ensino remoto com a economia feita pelas secretarias de educação, não gastando o dinheiro efetivamente, quais são as estratégias e os direitos dos alunos. Em outras palavras, é sobre merenda escolar. Se o senhor tiver algum argumento, responda a todos em bloco.

Ué, Rejane, você está aí? Eu não tinha te visto.

Cadê ela?

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI) – Oi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agorinha mesmo, eu vou passar para a senhora. Vamos fazer o seguinte: eu passo para senhora e passo para o Deputado Francisco; aí o Presidente já responde aos três. Primeiro, como eu já fiz as perguntas dos internautas, a senhora fala agora e o Francisco encerra.

Com a palavra a Deputada Rejane Dias, lá do Piauí.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Sim.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade, mais uma vez, de poder participar desta importante audiência pública.

Eu quero aqui cumprimentá-lo, cumprimentar também aqui o nosso querido Deputado Francisco Jr., Relator, e, em nome deles, quero cumprimentar todos os Parlamentares, mas também aqui o Sr. Aroldi, representando aqui a Confederação Nacional de Municípios, e dizer, Sr. Presidente, que, com certeza, acho que cada uma das falas aqui se completou, mas eu gostaria apenas de reforçá-las.

Primeiramente, também quero aqui prestar minha solidariedade a todos os Prefeitos do Brasil, que, sem sombra de dúvidas, passam por momentos muito difíceis na questão do enfrentamento a essa grave pandemia de saúde pública que é a questão do coronavírus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvi atentamente quando o Sr. Aroldi falou da questão da queda das receitas. Sim, é verdade, nós temos acompanhado isso, a queda do próprio ICMS, do ISS, que normalmente são as maiores receitas dos Municípios. No entanto, o Congresso Nacional, o Senado Federal têm feito um esforço muito grande para poder compensar essas perdas. Vejam que as ajudas, com certeza, estão chegando aí.

E, depois, a última pergunta que eu vou fazer é se há necessidade... Claro, que há necessidade, há. Mas que o senhor possa pelo menos nos orientar, com sugestões, em relação ao que precisa ser feito a mais pelo Senado Federal e pela Câmara Federal em termos de ajuda financeira e também orçamentária. Então, é importante que vocês que estão na ponta e o senhor, que representa, portanto, os Municípios, possam também sugerir quais as medidas, além dessas que o Congresso tem aprovado, como o auxílio emergencial, a questão também de continuar autorizando a continuidade da entrega da merenda escolar mesmo sem haver aula para os nossos alunos, para que eles não fiquem prejudicados, até porque a maioria desses alunos vem de famílias muito vulneráveis e, às vezes, é a única alimentação que eles têm.

Também quero dizer ao senhor que eu ouvi a fala, há poucos dias, nesta Comissão, com relação aos próprios Governadores, dizendo que estão extremamente preocupados no que diz respeito a essa falta de uma coordenação nacional para os subnacionais.

Eu acho que com a fala também da Senadora Zenaide eu concordo plenamente, eu acho que ela foi muito feliz com a ideia da criação de uma ata única, para que todos possam adquirir esses insumos, equipamentos, sem que haja distorção ou até mesmo desvio de recursos públicos, porque isso nós não apoiamos, mas precisamos também reconhecer que os gestores estão extremamente preocupados com a situação no momento que eles estão vivendo ao adquirir esses equipamentos. Eu acho que é fundamental esse alinhamento das ações e, acima de tudo, a união de todos para o enfrentamento ao Covid-19 em todo o País.

Então, a pergunta que eu faço é esta: além do que já foi feito, qual a sugestão do senhor para que possamos avançar ainda mais, enquanto Congresso Nacional, na ajuda aos Municípios em termos até mesmo da própria legislação? Em que nós podemos aprimorar no sentido de contribuir com mais ações?

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputada Rejane.

Então, para fechar o nosso bloco, passo a palavra ao nosso Relator, Francisco Jr., para os seus questionamentos finais.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Estou colocando o fone aqui para melhorar... Está ouvindo, Presidente? Acho que sim. Está liberado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Glademir, mais uma vez, quero parabenizá-lo pelo exposto, pela situação toda, e dizer que de tudo a gente sempre tira algo positivo. E algo que eu vejo de positivo nessa pandemia é essa possibilidade e quase obrigatoriedade que nós estamos tendo de repensar o procedimento e ter a oportunidade de mudar. Nada pode ficar fora dessa avaliação. Então, parabéns pelos comentários, pelas respostas.

Mas eu gostaria de retomar as duas questões que o senhor não pôde responder por causa do tempo. Então, se o senhor pudesse respondê-las, com relação à questão das contas públicas de que eu falei, mas também com relação à segurança jurídica, porque a gente percebe os servidores acuados. Nós temos um problema de sobrepreço ou de denúncia de sobrepreço, mas o mercado está alterado. Há licitações que foram feitas e o produto adquirido não chega, o receio, que chega a medo, dos servidores de assinar a flexibilização. Com isso, o Presidente editou a MP 966 tentando dar segurança.

Mas quero fazer esta reflexão, sobre o tempo de pandemia e sobre o tempo geral também, E, sobre isso, eu peço que o senhor faça um comentário sobre o pós-pandemia. Eu sempre gosto de perguntar isso, porque o nosso horizonte não é a pandemia: é o pós-pandemia. Então, como nos preparar para depois? Qual é a expectativa que o senhor tem, de forma especial, para os primeiros seis meses de 2021?

E aí nós temos um número relativamente alto de gestores que vão disputar a reeleição e que, provavelmente, vão estar, muitos deles, continuando no cargo, e outros não, que vão estar em outra missão, em outra tarefa. Mas, independentemente disso, não apenas com foco na gestão da Prefeitura, mas do Brasil: qual a expectativa e o que que nós devemos fazer para nos preparar, para, ao mesmo tempo em que combatermos a pandemia, nos prepararmos para o pós-pandemia? Porque, afinal de contas, nós acreditamos que ela acaba. Em breve ela acaba. Já existem estudos avançados com relação à vacina, e a vida segue. E nós vamos ter que seguir de forma estruturada, para o Brasil crescer e se desenvolver mais rápido do que precisava ser antes, para compensar as perdas que tivemos.

Mais uma vez agradeço.

Então, repetindo: a questão da segurança jurídica e contas públicas, porque não houve tempo para comentar no primeiro bloco; e um comentário sobre o pós-pandemia.

Obrigado.

Desejo ao senhor muito sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Esse foi o nosso Relator, Francisco Jr.

Existem três questionamentos ao Glaudemir Aroldi: dos internautas, da Deputada Rejane Dias e do nosso Relator, Francisco Jr.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Dr. Glaudemir Aroldi, pelo tempo de dez minutos, para também fazer, logo após, as suas despedidas, porque logo depois da sua palavra eu faço o encerramento da nossa audiência pública.

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Primeiro quero agradecer aos nossos internautas também por estarem acompanhando este nosso bate-papo – este nosso debate, na verdade.

E, respondendo jáàs três pessoas de São Paulo e uma do Maranhão, ligadas a trabalhadores em educação: 82% do Fundeb, que é o fundo que banca a educação básica neste Brasil, os gestores locais usam, em média, para o pagamento dos trabalhadores em educação. Então, vejam que o recurso para a manutenção e o desenvolvimento do ensino é insuficiente: os 18% restantes não bastam para a manutenção e o desenvolvimento no ensino. Isso é um primeiro ponto.

Segundo, nós precisaríamos de, no mínimo, 40% do valor do fundo para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Terceiro, a merenda escolar: nós estamos trabalhando, já provocamos o Ministério da Educação... Todos sabem da dificuldade nestes últimos dias, por conta dos acontecidos – eu não preciso relatar aqui. Todos sabem melhor do que eu até. Nós estamos provocando essa questão, especificamente, da merenda escolar. Por quê? Porque, acertadamente, o Congresso flexibilizou essa situação, para que a gente pudesse, o gestor público, usar o recurso da merenda escolar para distribuir *kit* alimentação para as famílias desses alunos. Isso está correto. Alguns Municípios fizeram isso, outros não, conforme a necessidade de cada Município. Alguns Municípios não tiveram essa necessidade, estão com o dinheiro depositado.

Agora, nós precisamos entender uma outra coisa, quando se fala em merenda escolar, e não é nada contra o Governo atual; isso é histórico no Brasil. Nós precisamos saber de quanto é o repasse/dia por aluno para fazer merenda escolar em cada Município do Brasil. É de R\$0,36! O valor é insignificante! O custo para a prestação de conta desses valores, o custo para manter algumas exigências estabelecidas pelo programa é muito maior do que o valor disponibilizado pelo Ministério da Economia para fazer merenda escolar. Então, apague isso, tire isso da memória. Não há praticamente dinheiro do Governo para a merenda escolar; há, sim, dinheiro do Município para merenda escolar. Em média, 80% do custo da merenda escolar é bancado pelo orçamento do Município. Então, o dinheiro que vem... E não estou falando aqui do Governo atual; isso é histórico. Aliás, esse valor foi aumentado em 20%. Ele era de R\$0,30. Aumentou 20%, passou para R\$0,36.

Então, evidentemente, nós estamos trabalhando com o Ministério, vamos continuar esse diálogo, no sentido de que possa haver uma injeção de dinheiro quando forem retomadas as aulas do ensino público municipal em todo o Brasil, porque não vai haver recursos para isso.

A Deputada Rejane: de que maneira nós podemos trabalhar agora algo a mais para os Municípios? É com o Relator da MP 938, que está conosco aí, na sala: o Deputado Hildo Rocha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado Hildo está trabalhando no seu relatório a possibilidade de ampliar o número de meses de recomposição do FPM. FPM, para os Prefeitos que estão nos ouvindo, entre a gente, a gente comenta isso: é injeção na veia; é recurso na veia. Então, o primeiro passo, eu imagino, seria trabalhar, ampliar essa recomposição no número de meses do Fundo de Participação dos Municípios. E há uma sobra lá no teto, como eu falei antes. Dá para fazer isso sem que haja previsão de déficit, de aumentar o déficit orçamentário, porque isso já estava previsto no teto dos R\$16 bilhões, de que sobraram quase R\$7 bilhões. Então, o Deputado Hildo está trabalhando isso, e eu pediria o apoio dos nossos Parlamentares na Câmara e, depois, no Senado Federal.

O nosso Deputado Francisco Jr., que é Relator – e quero cumprimentá-lo –, levanta aí...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Presidente Aroldi, concede um tempinho para a gente, por favor?

É o seguinte: agora vem a resposta para o Deputado Francisco, mas chegou à nossa sala, agora, a Deputada daqui, de Brasília, muito assídua em nossos debates, Deputada Paula Belmonte.

Eu queria que a Deputada Paula Belmonte fizesse seu questionamento a V. Exa. e que, depois, o senhor respondesse à Paula e, a seguir e por fim, ao nosso Deputado Francisco Jr. E eu concedo o tempo necessário para as duas respostas.

Então, com a palavra a Deputada Paula Belmonte.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – Senador, primeiramente, eu quero agradecer a gentileza do senhor.

Eu tenho acompanhado a sessão desde o início dela. Eu que levantei a mão. Na realidade, não é nem para questionamento, até porque em Brasília, nós, infelizmente, não temos essa realidade dos Municípios; nós temos cidades administrativas, que têm a gestão do próprio Governador. Mas quero aproveitar a oportunidade.

Não sou membro formal desta Comissão, sou membro formal da Comissão que existe na Câmara Federal, mas estou aqui, acompanhando o trabalho de vocês, que tem sido um trabalho de excelência. E quero dizer mais uma vez que conte conosco lá na Câmara. O Deputado Francisco tem representado muito bem a Câmara Federal. E estou aprendendo muito com os senhores.

O Senador Izalci vai instalar um grupo agora, para que o subgrupo do Distrito Federal possa fazer o acompanhamento de todos os recursos, que foram muitos, para todos os Estados e Municípios, e ele me incumbiu de ser Relatora. Então, estou aqui, aprendendo com os senhores e, mais uma vez, agradecendo a oportunidade de ter audiências com qualidade.

E quero desejar aos senhores felicidades. Que Deus abençoe a cada um dos senhores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era essa a minha intervenção.

E contem conosco.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu devolvo a palavra ao nosso Presidente Glademir Aroldi, para continuar as respostas.

O SR. GLADEMIR AROLDI (Para expor.) – Se o senhor me permite, estou recebendo umas mensagens aqui sobre um questionamento em que não consegui falar sobre a ajuda dos Governadores aos gestores locais.

Olha, eu acredito que não. Os Estados não têm feito repasses extraordinários aos Municípios, no sentido de ajudar no combate a esta pandemia. Muito pelo contrário: aqueles primeiros R\$8 bilhões que foram liberados para Estados e Municípios foram liberados via secretarias estaduais da saúde, e, em vários Estados da Federação brasileira, nós tivemos dificuldades para os governos estaduais repassarem a parcela dos Municípios. Foi uma guerra, com presidentes de entidades estaduais tendo de fazer ameaças de buscar os recursos através de decisão judicial. Então, depois nós trabalhamos com o Ministério, e os demais repasses foram feitos com a parte do Estado para o Estado e com a parte dos Municípios, diretamente, fundo a fundo, com os Municípios. E resolvemos o problema.

Agora, essas cobranças sobre os Governadores são trabalhadas pelas entidades estaduais e Municípios, e os nossos presidentes todos estão fazendo esse trabalho, estão trabalhando junto aos governos dos Estados, tentando amenizar um pouquinho essa situação dos Prefeitos locais. E todos os presidentes estão fazendo um excelente trabalho.

Era só para responder a isso, para não ficar para trás.

O Deputado Francisco Jr., nosso Relator, coloca aqui temas complexos, em que nós ainda estamos trabalhando. Precisamos ainda sentir como a situação vai se comportar nos próximos meses, por exemplo, para preparar a vida dos novos gestores.

E a Confederação vai fazer um evento que nós chamamos de "Novos Gestores", reunindo todos os Prefeitos e Prefeitas eleitas, por Região, reunindo as cinco Regiões do País, para a gente poder passar toda a orientação e todas as informações, para que eles possam iniciar a nova gestão com um pouco mais de tranquilidade. Mas, quando a gente fala em realizar eleições neste ano, também entra esse debate. Imagine um Prefeito eleito assumindo pela primeira vez um Município, com uma nova equipe, no meio de uma pandemia; uma nova equipe de assistência social, de saúde, chegando sem o conhecimento de gestão pública. Muitos assumem pela primeira vez. Então, isso também nos preocupa e nos levou, com esta situação e tantas outras, a defender a não realização da eleição neste ano. Mas nós estamos preparando um encontro com todos os novos gestores, para que possamos passar todas as informações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo: no primeiro semestre do ano, a arrecadação é boa. No segundo semestre, a arrecadação é muito ruim. Então, quando o Prefeito assume o Município pela primeira vez, ele se depara com uma arrecadação boa nos primeiros meses e imagina que isso vai acontecer durante todo o ano. Não é verdade. Lá em junho, julho, agosto, setembro... Agosto e setembro são o caos da arrecadação. Então, nós precisamos preparar esse gestor e a sua equipe para esse enfrentamento. Essa é uma preocupação.

E acredito, Deputado Francisco Jr., que nós precisamos trabalhar a questão tributária, a questão fiscal... Acredito que agora, a partir de agora, nós vamos ter um pouquinho mais de tempo, vamos sair deste furacão em que estamos vivendo – estamos no meio dele –, para podermos parar um pouquinho, pensar melhor. Mas nós precisamos trabalhar a reforma tributária, a reforma fiscal e a reforma administrativa, se não a reforma como um todo, mas algumas questões pontuais, para facilitarmos a retomada das atividades econômicas.

Sem a retomada das atividades econômicas, sem condições estabelecidas por esse trabalho que eu acredito que o Congresso Nacional vá fazer, nós não daremos as ferramentas necessárias para os empreendimentos, para os empresários retomarem essa economia. E nós dependemos de quê? Não existe dinheiro público! Nós buscamos... Trinta e quatro por cento do que é produzido no Brasil vira dinheiro público. Então, se nós pudermos trabalhar condições mínimas necessárias para a retomada das atividades econômicas e aumentarmos o nosso PIB, automaticamente nós teremos, do outro lado, o aumento da arrecadação dos três entes da Federação, para podermos fazer o enfrentamento necessário pós-pandemia. Então, eu acredito que isso é um debate para os próximos dias.

O Deputado Francisco Jr. tem toda a razão, a sua preocupação procede. Nós precisamos colocar um olho nesta situação também, senão nós não vamos ter uma condição mínima de recuperar esse estrago violento que essa pandemia está fazendo no Brasil e no mundo.

Encerro aqui e espero que tenha podido contribuir com o debate. Encerro aqui desejando a todos força, compreensão, sensibilidade, sabedoria suficiente, diálogo, muito diálogo para a gente poder vencer este momento.

Deixo aqui a nossa solidariedade a muitos colegas Prefeitos que nós perdemos já por conta da Covid-19, a nossa solidariedade às famílias que perderam os seus entes queridos.

E que a gente possa, como o Congresso Nacional vem dando o exemplo, tomar a melhor medida, fazer as melhores escolhas possíveis. O objetivo do Congresso Nacional, do Governo e do movimento municipalista brasileiro – eu preciso dizer isto – não é outro: é trabalhar e trabalhar muito, como o Congresso está fazendo, no sentido de amenizar as dificuldades vividas pela população brasileira. Este é o nosso compromisso também. Nós estamos à disposição do Senado e da Câmara para, juntos, trabalharmos e construirmos, também com o Governo, um Brasil melhor.

Muito obrigado pela oportunidade e que Deus possa abençoar a todos nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns à Comissão por esse belo trabalho, Senador Confúcio. Parabéns mesmo, porque este debate é um debate que pode impactar positivamente ou não a população brasileira, as pessoas, as famílias. Portanto, parabéns a todos!

E me perdoem se houve um ou outro mal-entendido. O movimento municipalista está e estará sempre à disposição do Congresso Nacional para a gente construir um Brasil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Presidente Glademir Aroldi, da Confederação Nacional dos Municípios.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos os Parlamentares, agradeço a participação dos internautas e dos telespectadores da TV Senado.

Convido-os para a próxima reunião, no dia 7, terça-feira, às 10h, com a presença de representantes – será muito interessante – das microempresas, das pequenas empresas, das cooperativas de crédito, das organizações da sociedade civil de microcrédito e representantes das sociedades de garantia de crédito para uma conversa junto com os representantes do Poder Público e, ainda, com presenças a serem confirmadas, mas já nos referimos ao Ministro Paulo Guedes, que ficou de determinar o atendimento às nossas requisições.

Então, será uma audiência diferente desta audiência, um confronto, um pingue-pongue entre a parte de cá do balcão, que são as pessoas e suas representações, e, do outro lado, o Governo e os bancos.

Então, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos pela maravilhosa participação, em especial a do nosso Presidente Glademir Aroldi.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Rodrigo Coelho, Carlos Fávaro, Paula Belmonte, General Peternelli, Rejane Dias e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Cacá Leão e João H. Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento N°** , **de 2020** que : "Convida o Ministro da Controladoria Geral da União - CGU, sr. Wagner Rosário para Audiência Pública." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento N°** , **de 2020** que : "Convida a Senhora Ilona Maria Lustosa Becskházy, Secretária da Educação Básica do Ministério da Educação, para Audiência Pública em 09/07/2020." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento N°** , **de 2020** que : "Convida o Senhor José Edvaldo Nunes, Presidente da Federação das Micros e Pequenas Empresas do Estado do Ceará, para Audiência Pública em 07/07/2020." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento N°** , **de 2020** que : "Convida para Audiência Pública os senhores: Ariosto Antunes Culau - Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC); Ademar Batista Pereira - Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares - FENEP e Presidente do SINEPE/PR; Priscila Fonseca da Cruz – Presidente-Executiva do Movimento “Todos pela Educação” e Karla Priscila - Pedagoga e Especialista em Tecnologia Educacional Responsável pelo conteúdo digital do portal “novaescola.org.br”." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento N°** , **de 2020** que : "Convida para Audiência Pública o Sr. Jacson Venâncio Barros - Diretor do Departamento de Informática do SUS -(DATASUS) e a Sra. Socorro Gross Galiano - Representante da Organização PanAmericana da Saúde - (OPAS)." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater a dificuldade de acesso ao crédito por Micro e Pequena Empresa no contexto da crise causada pela pandemia de COVID-19. **Participantes:** Rosi Dedekind, Presidente da FAMPESC - Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais de Santa Catarina.; Neudson Peres de Freitas, Gerente Geral de Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil; Celso Leonardo Barbosa, Vice-presidente de Negócios e Varejo da Caixa Econômica Federal.; Ercílio Santinoni, Presidente da CONAMPE - Confederação Nacional das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Micro e Pequenas Empresas dos Empreendedores Individuais.; Kedson Macedo, Presidente da CONFEBRAS - Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito.; Luis Carlos Floriani, Diretor-Superintendente do Banco do Empreendedor.; Carlos Melles, Presidente do Sebrae Nacional.; Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área de Operações e Canais Digitais do BNDES.; Paulo Sérgio Neves de Souza, Diretor de Fiscalização do Banco Central.; Augusto Sperotto, Presidente da SGC/Central - Representante das Sociedades de Garantia de Crédito do Brasil.; Carlos Da Costa, Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia; Pedro Ananias Alves, Consultor da ABCRED - Associação Brasileira das Organizações de Microcrédito e Finanças.; Bruno Laskowsky, Diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do BNDES.. Adael dos Santos, Presidente da AJORPEME- Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Média Empresas..
Resultado: Reunião realizada: - 1ª parte Deliberativa realizada - 2ª parte Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/07/07>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos os Senadores e Deputados, convidados das entidades representantes dos bancos e também das entidades representantes determinados setores do crédito e microempresas da sociedade.

Esta é uma audiência pública diferente das demais. Peço a todos os Parlamentares, visitantes e participantes que prestem bem atenção, porque é uma audiência diferente, não é de uma pessoa nem de duas, mas de muitos participantes. O tempo destinado às falas de todos os convidados será de 65 minutos. Depois teremos a participação dos Senadores e Deputados. Então, será uma audiência diferente.

Já está na hora certinha, 10h.

Declaro aberta a nossa reunião, a nossa audiência pública.

Antes, eu gostaria de passar a palavra para o Senador Esperidião Amin, que é o autor do requerimento aprovado que deu origem a esta audiência pública. Ele vai explicar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Pois não, Presidente. O senhor aumentou meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sim, fique bem à vontade, Senador Esperidião Amin. Pode falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia! Pode falar, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Muito bem! Bom dia, Presidente, bom dia, prezados Senadores! Quero agradecer...

Acho que há algum microfone aberto aí.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Há microfones abertos. Fechem os microfones.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Se fecharem os microfones, fica melhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Fica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Bem, quero agradecer a todos os seus colaboradores, Presidente, agradecer a V. Exa. pelo cuidado, pelo esmero na preparação desta reunião. Eu quero enunciar o meu agradecimento porque esta é uma oportunidade (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Som! O som do Esperidião Amin. **O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PP - SC. Pela ordem.) – ... daqueles que precisam. Teremos, de um lado, aqueles





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisam do apoio financeiro do sistema financeiro, do sistema bancário nacional. Do outro lado, nós teremos os representantes do Governo e dos agentes financeiros do Governo Federal, que têm a maior responsabilidade na operacionalização deste apoio tão necessário. O nosso foco são as micro e pequenas empresas, e por isso teremos como mediador também desta reunião o Sebrae, na pessoa do nosso amigo Deputado Carlos Melles. Então, quero fazer aqui neste momento um agradecimento.

Faço votos de que a reunião seja proveitosa, especialmente para a causa deste efetivo apoio. Gosto de usar a expressão: a caixa d'água está cheia, mas as torneiras que atendem especialmente as micro e pequenas empresas para preservar empregos e preservar a atividade econômica não estão funcionando com boa capacidade hidráulica.

Quero ainda registrar, Presidente, que o Banco do Brasil enviou um vídeo – que eu sugiro seja disponibilizado a todos que participem da reunião – prestando contas de que ontem executou R\$1,8 bilhão de empréstimos. Não ficou claro para mim se é tudo para micro e pequenas empresas, mas seria importante que, a partir desta reunião, periodicamente nós municiassemos o nosso Relator Francisco Jr. com este tipo de informação: quanto de operação foi efetivada concretamente ao longo dos próximos dias.

O sucesso desta reunião pode ajudar muito a preservação de empregos e da atividade econômica no Brasil.

Sucesso a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bem, havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição através da função "levantar a mão" do aplicativo e que a ordem da fala será dada primeiro ao Relator, em seguida ao autor do requerimento, aos titulares inscritos, aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com o convidado.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 17ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

A presente reunião divide-se em duas partes. A primeira parte deliberativa é para apreciar os Requerimentos 52, 53 e 54, de 2020. A segunda parte é a audiência pública que atende ao Requerimento nº 51, de 2020, de autoria do Senador Esperidião Amin.

Proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e com o art. 151 do Regimento Comum, a votação em bloco dos itens da pauta. São os requerimentos de convites.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

1ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 52, DE 2020**

Convida o Ministro da Controladoria Geral da União - CGU, sr. Wagner Rosário para Audiência Pública.

Autoria: Senador Confúcio Moura

1ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 53, DE 2020**

Convida a Senhora Ilona Maria Lustosa Becskházy, Secretária da Educação Básica do Ministério da Educação, para Audiência Pública em 09/07/2020.

Autoria: Senador Confúcio Moura

1ª PARTE**ITEM 3**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2020

Convida o Senhor José Edvaldo Nunes, Presidente da Federação das Micros e Pequenas Empresas do Estado do Ceará, para Audiência Pública em 07/07/2020.

Autoria: Senador Confúcio Moura) (*Pausa.*)

Aprovada a votação em bloco.

Passemos à apreciação do mérito.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Votação em bloco dos itens extrapauta.

Proponho ao Plenário, com base no art. 235 e outros, a votação em bloco dos seguintes requerimentos: nº 55, de 2020, que convida para audiência pública os Srs. Ariosto Antunes Culal, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; Ademar Batista Pereira, Presidente da Federação Nacional de Escolas Particulares (Fenep) e Presidente do Sinepe; Priscila Fonseca da Cruz, Presidente Executiva do Movimento Todos pela Educação; Karla Priscila, Pedagoga e Especialista em Tecnologia Educacional.

O Requerimento nº 56 convida para audiência pública o Sr. Jacson Venâncio Barros, Diretor do Departamento de Informática do SUS, e a Sra. Socorro Gross Galiano, representante da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), de autoria desta Presidência.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os extrapauta em bloco.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 55, DE 2020**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Convida para Audiência Pública os senhores: Ariosto Antunes Culau - Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC); Ademar Batista Pereira - Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares - FENEP e Presidente do SINEPE/PR; Priscila Fonseca da Cruz – Presidente-Executiva do Movimento

“Todos pela Educação” e Karla Priscila - Pedagoga e Especialista em Tecnologia Educacional Responsável pelo conteúdo digital do portal “novaescola.org.br”.

Autoria: Senador Confúcio Moura

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 56, DE 2020**

Convida para Audiência Pública o Sr. Jacson Venâncio Barros - Diretor do Departamento de Informática do SUS -(DATASUS) e a Sra. Socorro Gross Galiano - Representante da Organização PanAmericana da Saúde - (OPAS).

Autoria: Senador Confúcio Moura) (Pausa.)

Passamos agora para a segunda parte da reunião com a presença dos seguintes convidados.

Representantes das micro e pequenas empresas: Ercílio Santinoni, Presidente da Conampe (Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais); Rosi Dedekind, Presidente da Fampesc (Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais de Santa Catarina); Adael dos Santos, Presidente da Ajorpeme (Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Média Empresas); José Edvaldo Nunes, Presidente da Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará.

Representante de cooperativa de crédito: Kedson Macedo, Presidente da Confebras (Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito).

Representantes das organizações da sociedade civil de microcrédito: Pedro Ananias Alves, Consultor da Abcred (Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças), representando a Sra. Claudia Cisneiros, Presidente da instituição; Luiz Carlos Floriani, Diretor-Superintendente do Banco do Empreendedor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representante das Sociedades de Garantia de Crédito: Augusto Sperotto, Presidente da SGC/Central, representante das sociedades de garantia de crédito do Brasil.

Representantes do Poder Público: Paulo Sérgio Neves de Souza, Diretor de Fiscalização do Banco Central; Silas Santiago, Gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae, representando neste ato o Sr. Carlos Melles, Presidente do Sebrae Nacional; Bruno Laskowsky, Diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do BNDES; Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área de Operações e Canais Digitais do BNDES; Celso Leonardo Barbosa, Vice-Presidente de Negócios e Varejo da Caixa Econômica Federal; Neudson Peres de Freitas, Gerente Geral de Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil; Carlos da Costa, Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.

Por aí os senhores estão vendo a quantidade de convidados. É uma reunião diferente. Eu, aqui, na qualidade de Presidente, terei que realmente ser rigoroso com o tempo, para que possa transcorrer a nossa audiência pública dentro dos prazos previstos, de tal forma que eu gostaria de que as pessoas entrassem diretamente nos seus assuntos respectivos, sem delongas, para que a gente possa aproveitar ao máximo a nossa audiência pública bem diferenciada.

O primeiro que deve falar é o Ercílio Santinoni, Presidente da Conampe (Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais), como eu já falei. Ele representa Rosi Dedekind, que está presente; ele representa Adael dos Santos, que também está presente, Presidente da Associação de Joinville; e Edvaldo Nunes, Presidente da Federação das Micros e Pequenas Empresas do Estado do Ceará.

Então, Ercílio Santinoni tem 12 minutos para a sua apresentação. Com a palavra V. Sa.

O SR. ERCÍLIO SANTINONI (Para expor.) – Bom dia a todos. Quero aqui cumprimentar o Senador Confúcio Moura, cumprimentar o Senador Esperidião Amin, que nos indicou para esta audiência. Ao mesmo tempo, em seus nomes, saúdo todas as S. Exas., Senadores da República, e agradeço a oportunidade de podermos trazer as informações que nos chegam diretamente das micro e pequenas empresas. Como confederação, nós ouvimos as federações e as associações de todo o País.

Agradeço à Rosi, ao Edvaldo e ao Adael, por terem aberto mão do seu tempo para que a gente tivesse uma única palavra, e quero dizer que o assunto é de suma importância. Não podemos nos esquecer de que a micro e a pequena empresa representam 27% do PIB, valor maior até do que o da agricultura, e de que boa parte dessas entidades empresariais – 9,4 milhões, são MEIs – são pessoas que se transformaram em empresa para prestar serviço diretamente ao consumidor; e 6,3 milhões são micro e pequenas empresas, que representam 52% dos nossos empregos com carteira assinada. O que tem acontecido, com a pandemia? Esse segmento, tradicionalmente, tem dificuldade de ter acesso ao crédito,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanto que boa parte deles, estima-se até que é superior a 50%, não tem conta bancária em nome da entidade, da empresa. Eles trabalham com a sua conta bancária pessoal. E outros nem pessoalmente têm conta bancária porque, em função de qualquer contratempo, perderam o seu crédito, foram negativados e ficaram sem condições de operar qualquer atividade bancária – às vezes, uma caderneta de poupança, e, às vezes, ainda, essa poupança está em nome da esposa ou de um filho para que não seja bloqueado o pouco de recursos que consegue colocar nessa conta bancária, em função de tributos que nem sempre conseguiram pagar.

Quando chegou a pandemia, aí nós vimos realmente quais são as mazelas do segmento: por não ter conta bancária ou ter conta bancária e não operacionalizar, não fazer empréstimo bancário, na hora que precisou não tinha a tradição, não tinha o crédito pré-aprovado, como as grandes empresas ou as médias empresas têm na sua movimentação diária.

O Governo Federal procurou ajudar através do Pronampe, através do FGI. Nós tivemos quatro grandes linhas de crédito que são operacionalizadas pelos bancos, mas parece-me que o gerente do banco não gosta de microempresa, porque são tantos não ou tantas pessoas são ignoradas e não recebem nem o não nem o sim que se chegou a um momento em que se disse: "Olha, o Governo vai garantir totalmente o que você emprestar para o pequeno". Será que precisava disso?

E o pior é que estamos vendo ainda que toda essa linha de crédito não conseguiu chegar à microempresa ou ao MEI. Ela pega sempre a pequena empresa ou a que tem um pouco mais de faturamento, que tem tradição bancária, em que nenhum dos sócios está negativo. Então, foi feita uma seleção de pequenas empresas que já operavam com o banco e essas conseguiram acessar o crédito. Aquelas que não operavam com o banco ou que não tinham tradição, não tinham feito empréstimos, não tinham limite pré-aprovado, essas não têm conseguido os recursos.

Então, quando se fala: "O Pronampe tem 15,9 bilhões para garantir o empréstimo", será que isso vai ser colocado pelos bancos como um fundo de aval e vamos emprestar 150 milhões? Porque normalmente o forte do Sebrae, por exemplo, é que ele alavanca dez vezes o valor do fundo. Esse do Pronampe vai alavancar ou o banco simplesmente vai emprestar os 15 bilhões e dizer: "Bom, nesse eu tenho 100% garantido; se eu emprestar 20 bilhões, o Governo só vai garantir 15,9 bilhões"?

Então, há uma preocupação nossa com a única linha de crédito que está chegando à microempresa. Hoje, inclusive, eu recebi uma informação aqui do nosso Superintendente do Paraná, o Sr. Fabrício Reis, de que, em um único dia, o Banco do Brasil colocou na conta dos paranaenses 174 milhões. Quer dizer, se, num dia, 174 milhões; em uma semana, não há mais dinheiro. Ou vai se conseguir alavancar... Esta é uma das preocupações que eu gostaria de ouvir das entidades de crédito: se nós teremos realmente os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos para o micro e para o meio, porque, até agora, nós não chegamos a ter o atendimento dessa categoria.

Nós não podemos nos esquecer... Inclusive, nós fizemos uma reivindicação para o Ministério da Economia, através da Sra. Antônia Tallarida, de que se colocasse no Pronampe um valor maior para a microempresa. Foi colocado, só que, depois, não sei pressão de onde, já não são mais 80% para a microempresa e 20% para a pequena. Será que o banco já não está fazendo essas manobras para continuar emprestando para o maiorzinho e deixar o pequeno à míngua? Isso é uma preocupação que a gente tem.

Outra coisa é este caso, por exemplo, de nós termos um sócio negativado. No nosso País, até recentemente, para você ter uma empresa limitada, você tinha que ter dois sócios. O que se fazia? Para ter dois sócios, muitas vezes, pegava-se um parente ou um amigo que colocava lá R\$1 ou 1% do capital, e essa pessoa não tinha nenhuma responsabilidade empresarial. Só que, por não ter que ser talvez um empregado, essas pessoas deixavam o seu nome negativado. A negativação de um sócio com 1% de capital faz com que a pequena empresa não tenha acesso ao crédito. Então, o que a gente reivindica também – e eu acho que é uma das soluções para a gente ter acesso ao crédito – é que se leve em consideração o valor da negativação e o valor do capital desse sócio que está negativado. Se for um sócio que não participa da administração, então, na hora da análise do crédito, que seja flexibilizado; que não se leve em conta isso, porque a gente tem que ver é quem trabalha realmente, ver a história da pessoa. Eu sei que o banco não tem condições de acompanhar a vida de cada um, mas dá para ver pelo tempo que a pessoa tem a empresa, por tanto tempo sem uma negativação... Se está negativado agora, há um ano, dois anos, vamos ver por quê.

Infelizmente, esses recursos não serão repassados pelos pequenos bancos e agências de fomento, por exemplo, porque eles não têm capital próprio para emprestar para o Pronampe, e seriam aqueles que mais queriam emprestar. Então, um dos meios também de fazer chegar o crédito para o pequeno seria o de que o Governo repassasse esses recursos, através do BNDES ou diretamente através do Tesouro, para as agências de fomento, para as pequenas empresas de crédito, para as empresas de microcrédito, para que a gente pudesse ter esses recursos e emprestar.

Eu queria agradecer a todos.

Continuo à disposição para responder a qualquer pergunta ou para fazer algum acréscimo que julguem necessário.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem! Agradeço muito ao Sr. Ercílio Santinoni. Como ele fez vários questionamentos, eu gostaria que esses questionamentos fossem anotados pelos representantes das instituições financeiras e pelo Dr. Carlos da Costa, para, depois, responderem nos seus respectivos tempos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ao bloco 2.

O representante das cooperativas de crédito terá cinco minutos.

Eu passo a palavra para o Sr. Kedson Macedo, Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito.

V. Exa. está com a palavra, Dr. Kedson Macedo, pelo tempo de cinco minutos. *(Pausa.)*

Dr. Kedson Macedo...

O SR. KEDSON MACEDO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar o Presidente desta Comissão, os Srs. Parlamentares, as senhoras e os senhores colegas do sistema financeiro.

Nós estamos representando neste espaço a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras).

Também está comigo aqui o amigo Ênio Meinen, que representa o Conselho Consultivo do Ramo Crédito da OCB, que é uma organização das cooperativas de crédito, que é a Organização das Cooperativas Brasileiras. Em seguida, ele vai fazer uso também da palavra, porque é importante nós dividirmos nosso tempo aqui, para que o Ênio também traga a visão técnica da OCB em relação a essa questão.

O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, senhores, hoje, possui 901 entes cooperativos em atuação no País, com mais de 860 cooperativas de crédito. São mais de 12 milhões de associados ao Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, dos quais 1,7 milhão de associados são especialmente micro e pequenas empresas.

A nossa rede de atendimento é bastante vasta e atuante em todo o País. São mais de 6,8 mil pontos de atendimento. E 204 Municípios brasileiros, atualmente, só possuem instituições financeiras de cooperativa; nenhuma outra forma de instituição financeira atua nesses 204 Municípios brasileiros. As cooperativas de crédito têm uma atuação muito focada nas pequenas e médias comunidades e cidades brasileiras. Com isso, nós entendemos que, dentro da nossa contribuição efetiva nessa discussão, estamos aqui dispostos a somar forças para buscar a nossa participação neste momento.

A atuação das cooperativas junto a micro e pequenas empresas que são associadas é muito importante. No ano passado, segundo dados recentemente divulgados pelo Banco Central, o crédito para a micro e pequena empresa, no cooperativismo de crédito, cresceu para mais de 16% no ano. São muito importantes esses dados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto o Sistema Financeiro Nacional cresceu a taxas muito tímidas, nós crescemos a mais de 16% só em crédito para micro e pequena empresa. Isso mostra a importância que nós damos para o segmento.

Eu queria passar, então, a palavra para o meu amigo Ênio Meinen, da OCB, para que ele possa discorrer sobre os aspectos técnicos dessa questão.

Ênio, um abraço. Por favor, a palavra é com você.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ênio? Ênio está na sala? *(Pausa.)*

O SR. ÊNIO MEINEN (Para expor.) – Bom dia, senhores.

Exmo. Sr. Confúcio Moura, Sras. e Srs. Parlamentares, convidados, antes de entrar propriamente aqui na matéria – prometo também ser bastante breve, cumprir o prazo regimental –, eu quero, em nome do sistema cooperativo, fazer um reconhecimento pelas ações que estão sendo empreendidas pelo Parlamento e pelo Governo, sobretudo pelo Ministério da Economia e, em particular, pelo Banco Central, que não têm medido esforços na geração de estímulo para a concessão de crédito ao pequeno negócio.

Com relação especificamente ao compromisso creditício das cooperativas com seus cooperados, micro e pequenos empreendedores, durante a pandemia, eu gostaria de trazer apenas dois dados, lembrando que as entidades operam todos os programas oficiais e também empregam recursos próprios para o atendimento desse público.

O primeiro dado que eu quero apresentar é fazendo uma comparação do intervalo de abril a junho deste ano, período agudo da pandemia, com o mesmo intervalo de 2019. A carteira de crédito das cooperativas para esse público teve uma expansão próxima de 30%. Esse é um dado muito importante, Senador Esperidião Amin.

O segundo dado que eu queria trazer aqui é que, conforme pesquisa do Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, as cooperativas vêm apresentando uma taxa de sucesso na concessão de crédito que se aproxima de um terço das demandas de quem procura. Esse número é muito superior à média bancária brasileira, que, nós sabemos, se situa no intervalo de 10% a 12%. Portanto, a taxa de acesso nas cooperativas de crédito é praticamente três vezes superior à média da indústria bancária.

A explicação basicamente tem a ver com o fato de os empresários reunirem uma dupla condição: eles são clientes e donos ao mesmo tempo das cooperativas. Essa circunstância, além de facilitar o acesso ao crédito – conforme eu já falei –, também desonera substancialmente esses associados, donos dos empreendimentos, com relação a custos de abertura de crédito, custos com seguros e tarifas.

A notícia não tão boa, senhoras e senhores, é que apenas 10% dos empreendedores têm procurado as cooperativas, têm batido às portas das cooperativas para procurar crédito nesse período. Aliás, aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também há um outro dado interessante: as cooperativas respondem hoje por 10% do crédito total destinado ao pequeno negócio no Brasil. Há um potencial evidentemente de expandir bastante essa representatividade.

Por fim – já vou me encaminhando aqui para o encerramento –, há outras medidas que poderiam acentuar os níveis de crédito atuais. É fundamental, dado especialmente o tempo que as instituições levaram para colocar no ar, enfim, fazer adaptação dos seus sistemas operacionais e seus sistemas tecnológicos, que haja prorrogação do PESE. É uma proposta que já está em discussão no âmbito da conversão em lei da Medida Provisória 944.

Uma outra medida fundamental, a nosso ver, é a dilação do prazo e também a elevação do limite global de contratação das operações do Pronampe, cujo primeiro ciclo já vence em 18 de agosto e, portanto, está muito próximo. Muitas instituições sequer iniciaram as suas operações. Então, é fundamental que haja essa dilação. Aliás, isso está previsto, Senador Esperidião Amin, na própria Lei 13.999, no seu art. 3º. Isso é absolutamente fundamental para que todos possam efetivamente entrar em campo e atender ao pequeno negócio.

Por fim, especificamente no que diz respeito às cooperativas, nós vimos já reivindicando há mais tempo uma maior liberdade para distribuir recursos de fundos constitucionais, porque hoje essa possibilidade ainda nos é bastante restrita. As cooperativas devem ter melhores condições de fazer esse recurso chegar a quem precisa.

Dito isso, o segmento cooperativo, mais uma vez, agradece a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Kedson e Ênio.

Agora, vamos ao terceiro bloco. Os representantes das organizações civis de microcrédito, as OSCIPs, terão um tempo de cinco minutos, assim divididos: o Sr. Pedro Ananias Alves terá dois minutos, ele representa Claudia Cisneiros; e o Sr. Luiz Carlos Floriani, Diretor-Superintendente do Banco do Empreendedor, terá três minutos.

Então, Pedro Ananias, com a palavra.

O SR. PEDRO ANANIAS ALVES (Para expor.) – Bom dia a todos!

O segmento das instituições de microcrédito, que são sociedades de interesse público, mas no fundo são associações sem fins lucrativos, é um caso à parte no sistema financeiro de distribuição de crédito. É um canal de distribuição de crédito voltado exclusivamente para aqueles empreendedores da base da pirâmide. Então, ele tem uma característica toda especial: somente pode praticar o crédito, a intermediação financeira e não tem outros produtos, como têm os bancos e as cooperativas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Isso posto, coloca-se numa situação muito singular esse setor, que tem um custo de captação incompatível até com o Pronampe, com a taxa máxima do Pronampe. Por outro lado, o sistema, a rede Abcred tem uma estrutura preparada para responder, para fazer uma entrega muito maior do que a que ela faz hoje. Temos 30 instituições associadas à Abcred no Brasil e podemos expandir esse atendimento chegando àqueles empreendimentos que não são o público nem das cooperativas nem dos bancos. Ele está "beliscando" os MEIs, mas na sua grande maioria são os empreendedores autônomos, denominados informais. Então, de certa forma, é um público, é um nicho de mercado muito na base da pirâmide o que o diferencia.

Nós podemos expandir esse atendimento através de duas coisas básicas. Uma é a disponibilidade de *funding*, que é uma intermediação financeira pura e simples. Isso tem sido um problema para expandir esse atendimento. Nós temos projeto no BNDES e temos também outro projeto no Sebrae Nacional que propõe essa expansão no atendimento para outras regiões do País. Então, de certa forma, o setor está à disposição mediante apoio desses organismos, como BNDES e Sebrae, no atendimento de demandas ligadas ao fornecimento de *funding* e expansão da rede de atendimento. Basicamente era essa a nossa colocação...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Sr. Pedro Ananias.

Com a palavra Luiz Carlos Floriani, representante das Sociedades de Garantia de Créditos... Não! Superintendente do Banco do Empreendedor.

Com a palavra V. Exa., por três minutos.

O SR. LUIZ CARLOS FLORIANI (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio! Muito obrigado pela oportunidade. Da mesma forma ao Senador Amin. Cumprimentando-os, cumprimento todos os presentes.

A minha participação aqui, na qualidade, hoje, de Diretor Superintendente do Banco do Empreendedor, um auxílio de microcrédito, é representar as OSCIPs de microcrédito que compõem a Abcred. São 35 OSCIPs de microcrédito que existem no Brasil, Senador, há pelo menos 30 anos, muitas delas por muitos anos trabalhando voluntariamente e buscando recursos de todas as ordens para ajudar os pequenos empreendedores.

Nós nos aliamos, agora, nesse grave momento do Brasil, ao que o Presidente da Confederação das Micro e Pequenas Empresas está chamando atenção: ao fato de que o sistema financeiro tradicional não está preparado para chegar na microempresa e no MEI. Eles não têm essa estrutura, até porque esse MEI e essa microempresa precisam não só de recursos, eles precisam de orientação, Senador.

Aqui em Santa Catarina, o Senador Esperidião Amin nos apoiou 20 anos atrás e criamos um sistema de microfinanças que hoje é um dos mais sustentáveis da América do Sul e que, inclusive, já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criou programas de juro zero para o MEI, emprestando mais de R\$300 milhões e garantindo 100 mil postos. *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O som, me dá o meu som aqui.

O SR. LUIZ CARLOS FLORIANI (Para expor.) – A Abcred tem 35 entidades espalhadas pelo Brasil, com mais de 2.500 postos. E nós estamos nos colocando à disposição do Governo, nesse momento difícil, para colocar nossas equipes na rua e atender o MEI e a microempresa, entendendo que em muitos casos não é má vontade dos banqueiros, que também estão atrelados. O próprio sistema bancário tem os seus atrelamentos para fazer o atendimento. É toda uma cultura do lado financeiro e a cultura que foi comentada aqui, em alguns momentos, do próprio empreendedor e de como ele chegou até o momento em que nós estamos vivendo.

Mas veja, estamos disponibilizando para o Governo uma rede que, mesmo com todas as limitações, emprestou R\$1 bilhão em operações médias de R\$4 mil para microempresas e para MEIs, sem efetivamente um apoio e um olhar mais atento, tratados como se fôssemos ilustres anônimos e até marginais muitas vezes. As obrigações que temos que atender quando captamos recursos, mesmo do BNDES, são muito severas, mas muito severas mesmo! Elas precisam ser revistas.

Nós agora poderíamos, meus caros Senadores, estar na rua disponibilizando atendimento, convidando essas pessoas e atendendo, com certeza absoluta. Eu os trago para nossas unidades para lhes mostrar o tamanho da demanda. Estaríamos atendendo no mínimo dez vezes mais do que o sistema está atendendo.

Então, a Abcred, através das suas associadas, está aqui hoje para dizer que estamos à sua disposição, mas precisamos que nos desamarrem, flexibilizem o nosso acesso a crédito e às nossas parcerias.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Luiz Carlos Floriani.

Vamos ao bloco quatro.

O representante das Sociedades de Garantia de Crédito tem cinco minutos. Augusto Sperotto, está com a palavra.

O SR. AUGUSTO SPEROTTO (Para expor.) – A todos, muito obrigado, ao Senador Esperidião Amin, pela oportunidade de estarmos aqui presentes. Queria dizer que nós somos incentivados através da chamada pública de 2018.

E, rapidamente, vou explicar o que é o nosso sistema de Sociedades de Garantia de Crédito, as SGCs. Nós somos um sistema mutualista que facilita acesso ao crédito, auxilia a redução da mortalidade





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das empresas. Nós somos balizadores das taxas de juros e das tarifas e também simulamos a concorrência bancária. O nosso sistema fomenta a economia local e, acima de tudo, qualifica as operações para as instituições financeiras, o que faz com que elas reduzam o seu provisionamento.

Nessa esteira, também operamos com os Municípios, em que o Prefeito aporta o fundo garantidor das SGCs, e não empresta diretamente ao município. As Sociedades de Garantia de Crédito vão à busca do sistema financeiro e contratam com o agente financeiro taxas de juros adequadas, com prazos também e a carência necessária para fazer com que ele tenha acesso ao crédito com mais facilidade e tranquilidade. Com isso, o município, o Prefeito consegue melhorar o ambiente, promover um incentivo, aumentar o número de empresas e a atração do aumento de investimentos para as micro e pequenas empresas. Na esteira, vem o aumento do emprego e da ocupação, a melhoria da arrecadação fiscal, a canalização das políticas para as micro e pequenas empresas.

Hoje, nós, o sistema de Sociedades de Garantia, atuamos em 532 Municípios, temos 20 mil associados aproximadamente e temos 850 milhões aproximadamente de operações, 596 milhões de garantia. Dessas, 245 milhões de garantias vivas. Agora, vejam o dado: com aproximadamente 850 milhões de operações realizadas no sistema financeiro tradicional, pagaríamos juros de 290 milhões para essas operações. Através das cartas das SGCs, 133 milhões, uma redução substancial de R\$157 milhões. Isso significa 54,1% de redução na matriz de custo financeiro dos micro e pequenos empresários.

Nós somos criados pela chamada pública e seguimos as Leis Complementares 123 e 127. Mas, agora, para que nós possamos integrar o Sistema Nacional de Garantia, precisamos ser reconhecidos pelo Banco Central. Estamos querendo nos transformar em cooperativas de garantia, ou seja, cooperativas de crédito e garantia. Com isso, passamos a integrar o Sistema Financeiro Nacional. Pasmem: 15 anos de existência, ainda não somos integrados ao Sistema Financeiro Nacional. E olhem que já fizemos a nossa parte. Com isso, vamos gerar mais credibilidade e aceitação desse nosso modelo no mercado.

Hoje, nós, as 15 SGCs existentes no País, criamos SGCs de segundo piso e criamos uma SGC central, que normatiza e fiscaliza as SGCs, assim como dá contragarantia para as SGCs filiadas operarem no mercado. Com isso, esse nosso sonho de constituir e fazer parte do sistema nacional de garantia que está sendo desenvolvido pelo Ministério da Economia.

Quero dizer para vocês que o nosso sistema é umbilicalmente ligado e integrado às entidades empresariais; com isso, a nossa capilaridade de chegar às micro e pequenas empresas e conseguirmos disseminar as políticas públicas de acesso ao crédito com mais rapidez e segurança, trazendo crédito mais barato e com prazos mais longos e carência adequada ao nosso micro e pequeno empresário. Nós vendemos garantia de risco. Para ganhar escala e crescer, fazer a diferença no mercado, só dependemos de uma coisa: o Banco Central fazer o nosso marco regulatório, com que tanto sonhamos há 15 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base nisso, nós, no meio empresarial, sempre dizemos, Presidente, que o dinheiro para microempresa é igual a língua de formiga: todo mundo fala que existe, mas ninguém viu. Nós, durante o período da pandemia, triplicamos o volume de operações para as micro e pequenas empresas. Isso significa que estamos próximos de quem precisa. Nós precisamos dar continuidade, porque, se as coisas não estão dando certo da maneira como estão, alguma coisa há de errado. Isso significa que nós temos que mudar esse sistema. Os micro e pequenos empresários estão pagando a conta. Nós estamos aqui para dar a nossa contribuição ao Governo, para fazer com que as suas políticas públicas cheguem ao microempresário.

Muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Augusto Sperotto, pela sua apresentação.

Vamos para o quinto bloco: representante do Sebrae, Silas Santiago, Gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae, representando o Presidente Carlos Melles.

Com a palavra, por cinco minutos, Silas Santiago. Pode falar.

O SR. SILAS SANTIAGO (Para expor.) – Bom dia a todos! É um prazer estar aqui. Trago os cumprimentos do Presidente Carlos Melles. Agradeço o convite do Senador Confúcio, nosso Presidente; agradeço aos demais Senadores aqui presentes e também aos não presentes, aos Senadores Esperidião Amin e Kátia Abreu.

O Sebrae tem patrocinado as políticas públicas necessárias ao enfrentamento da pandemia neste momento difícil para o Brasil, que afeta mais as micro e pequenas empresas, proporcionalmente. Importantes projetos têm sido apresentados e aprovados pelos Senadores. Nós temos uma grande parceria com o Senado da República.

Antes de falar de crédito, vou falar rapidamente sobre alguns projetos. O principal deles é o da questão de prorrogação e renegociação de dívidas tributárias. Nós temos orientado as empresas a preservar o caixa. Então, essas prorrogações são muito importantes. Um exemplo é o PLP 9, de 2020, que foi aprovado na Câmara dos Deputados e está em tramitação no Senado. Esse projeto estende a transação tributária para o Simples Nacional. A transação tributária foi aprovada pela Medida Provisória 899, que hoje é a Lei 13.988, mas não abrange as dívidas do Simples Nacional, e esse projeto, já aprovado na Câmara e que está no Senado, estende isso para o Simples Nacional. É muito importante. Ele tem o mesmo teor do Projeto 4, de 2020, do Senador Luiz Pastore, que está no Senado também, mas, como ele está mais avançado porque já foi votado na Câmara, a gente pede para o Senado da República, se possível, acelerar essa tramitação, porque a transação tributária é uma grande medida para a renegociação de dívidas tributárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive a PGFN já soltou alguns editais para adesão por parte das empresas, um deles inclusive, neste momento da pandemia, especial para a pandemia, e as dívidas do Simples Nacional não estão abrangidas por enquanto.

Outro projeto, que está só na Câmara por enquanto, o nº 3.566, de 2020, cria a moratória dos tributos do Simples Nacional vencidos entre abril e setembro. O Comitê Gestor do Simples Nacional fez algumas prorrogações, mas nós entendemos que a dificuldade ainda persiste, então nós precisamos da aprovação do Congresso Nacional desse projeto, que é muito importante.

A área de crédito eu acho que é a última fronteira das micro e pequenas empresas. Nós vencemos a barreira tributária com o Simples Nacional; nós estamos vencendo a fronteira da desburocratização no sentido de registro e licenciamento de empresas; o Sebrae está apoiando o Banco Mundial nas novas medições do Doing Business, inclusive com medições subnacionais, não vai ficar restrito a Rio de Janeiro e São Paulo. Então, nós cremos que até o ano que vem nós estaremos numa situação muito melhor com relação a essa parte da desburocratização. Mas o crédito é essa última fronteira e nós temos apoiado, inicialmente com o Famp (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas), um projeto criado ainda em 1995, na gestão do Ministro Afif, e agora o Presidente Melles reforçou o Famp, criou uma nova configuração, ele está atuando muito bem. A Caixa Econômica Federal, que é nossa primeira parceira nessa reformulação, já está com quase 2 bilhões de créditos concedidos, por volta de 1,8 bilhão, sendo mais específico, até o momento, porque nós cremos que a garantia é muito importante. Nesse sentido – inclusive o Ercílio Santinoni, da Conampe, falou muito bem –, tem que haver *funding*, mas a garantia é que destrava o crédito.

A Medida Provisória 944, que trouxe a questão do empréstimo sobre a folha de salários, não teve tão grande saída porque eu acho que foi mal interpretada, na nossa avaliação, na avaliação do Sebrae. A restrição às demissões que consta lá, que também consta no Pronampe, fica restrita a 60 dias depois que o crédito for concedido. E houve um entendimento, por parte das empresas, de que a demissão não poderia acontecer durante os 36 meses do prazo para pagamento. Isso não é verdade. Então, creio que, depois que a sanção da Medida Provisória 944 acontecer, porque ela já foi aprovada pelo Congresso Nacional, pelo Senado inclusive – e na aprovação do Congresso, estendeu-se de dois para quatro meses de financiamento –, nós cremos que essa medida também vai destravar com essa boa interpretação com relação à restrição de demissão.

O Pronampe é a salvação da lavoura – e não é um trocadilho, porque é a extensão do Pronaf para a cidade –, é uma grande criação do Senador Jorginho Mello, aprovado pelo Senado, aprovado pela Câmara, com relatoria da Senadora Kátia Abreu. Pode faltar recurso? Sim, mas será um bom problema que nós teremos que resolver. Esse problema pode ser resolvido estipulando, no regulamento do FGO do Banco do Brasil, um *stop loss*, por exemplo. Um *stop loss* de 8% pode dar uma alavancagem de 12,5 vezes, o que poderia elevar os recursos a quase R\$200 bilhões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Essas seriam as informações do Sebrae, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado ao Silas Santiago, do Sebrae.

Nós, então, neste momento, encerramos a participação de todos que estão do lado de cá do balcão, que são as representações das pequenas empresas, das cooperativas de crédito, das sociedades de organizações civis, das OSCIPs, das representações das sociedades de garantia de crédito e, por fim, o Sperotto e o Sebrae.

Agora vamos passar para o sexto bloco. Vão falar agora os representantes das instituições financeiras. Esse bloco terá 20 minutos divididos entre Paulo Sérgio Neves de Souza, Diretor de Fiscalização do Banco Central, 5 minutos; Bruno Laskowsky, Diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do BNDES e Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área de Operações e Canais Digitais do BNDES, mais 5 minutos; Celso Leonardo Barbosa, Vice-Presidente de Negócios e Varejo da Caixa Econômica Federal, 5 minutos; e Neudson Peres de Freitas, Gerente Geral de Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil.

Vamos iniciar.

Com a palavra Paulo Sérgio Neves de Souza, do Banco Central, por 5 minutos.

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Gostaria inicialmente de cumprimentar o Exmo. Sr. Senador Confúcio Moura, o Senador Espiridião Amin e todos os Parlamentares presentes, e agradecer o convite desta tão importante Comissão para falar um pouquinho da atuação do Banco Central. Cumprimento os demais convidados e representantes do setor público.

O Banco Central vem atuando de forma tempestiva, tendo lançado medidas ainda no final de fevereiro para manter a funcionalidade e assegurar a confiança nos mercados financeiros. Com transparência, temos divulgado na página do Banco Central semanalmente o acompanhamento de todas essas medidas e, a partir de demandas da própria sociedade, criamos um documento específico que trata da evolução recente do canal de crédito.

O esforço das medidas de liquidez e de crédito são compatíveis com a severidade da atual crise. Em três meses, já implementamos o total do realizado na crise financeira internacional de 2008. Nosso esforço monetário e fiscal é incomparável com o de outros países emergentes e supera grande parte do de países avançados.

Eu gostaria de destacar três medidas de liquidez.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A liberação de compulsórios. E aqui aproveitamos a oportunidade para esclarecer a toda a sociedade que, primeiro, todo o recurso liberado foi direcionado para crédito; segundo, o compulsório não é um recurso público destinado a ajudar bancos, mas, sim, recurso dos próprios bancos que fica bloqueado no Banco Central e que se destina a ser utilizado em tais situações.

Outro ponto importante relativo à liquidez foi a criação de linha de empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas pelas próprias operações de crédito e o novo depósito a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos. Essas linhas foram fundamentais para assegurar liquidez a todas as instituições financeiras, independentemente de seu porte, inclusive chegando às cooperativas de crédito, que têm papel fundamental nesse segmento de micro e pequenas empresas.

Tais medidas, até o momento, já impulsionaram em 175 bilhões o mercado de crédito. Entendemos que o primeiro objetivo foi alcançado, que era manter o canal de crédito vivo apesar de todo o efeito da pandemia. A tendência seria ocorrer uma retração do crédito, a exemplo do que observamos na recente recessão de 2015/2016, exatamente o que vem ocorrendo na maioria dos países. No entanto, os dados oficiais contábeis divulgados até o mês de maio comprovam o aumento de 8,12% na carteira de crédito às pessoas jurídicas nos diversos segmentos. Inclusive, micro e pequenas empresas tiveram crescimento até maior do que o segmento de médias empresas, quando a tendência seria ter ocorrido uma retração de até 14%. As novas concessões, renovações e prorrogações de parcelas foram capazes de superar as liquidações e amortizações ocorridas no período.

O BC monitora continuamente todas as medidas e recebe constantemente propostas de melhorias nos programas existentes, tanto por parte do seu corpo técnico quanto do mercado e de toda a sociedade. Exemplo desse aperfeiçoamento ocorreu agora, com o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), que foi instituído pela Medida Provisória 944, com relevante contribuição do Congresso e de toda a sociedade. A gente espera que o Senado aprove os aperfeiçoamentos necessários e teremos uma ampliação significativa no alcance desse programa.

Todavia, temos que reconhecer que, a partir da segunda quinzena de maio, o mercado de crédito começou a dar sinais de arrefecimento, notadamente para os segmentos de microempresas e empresas de pequeno e médio porte. Esse arrefecimento é natural e decorre da ampliação da aversão a risco por parte das instituições financeiras. Diante desse quadro, o novo impulso ao crédito passa a depender de um esforço fiscal por parte do Estado, assumindo ou compartilhando o risco com as instituições financeiras.

É nesse sentido que, desde a semana passada, começou a ganhar força o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e também o Programa Emergencial de Acesso a Crédito – vocês o conhecem mais como FGI –, que deve começar a trazer mais resultados a partir do presente mês.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito de atuação do BC, no dia 23 de junho, nós anunciamos uma série de medidas agora focadas em direcionamento para microempresas e empresas de pequeno porte. Essas medidas vão se materializar a partir do mês de julho: direcionamento do compulsório de poupança, permissão do uso de imóvel como garantia para mais de um empréstimo e também, com base nas informações do Sebrae e ajuda do próprio Ministério da Economia, nós estamos lançando um novo programa, um programa de capital de giro para preservação de empresas, que pega desde as microempresas até empresas com R\$100 bilhões de faturamento. Temos a convicção de que vocês vão perceber um incremento forte no crédito para esses segmentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Paulo Sérgio Neves de Souza, Diretor de Fiscalização do Banco Central.

Agora temos dois do BNDES: Bruno Laskowsky, Diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do BNDES, e Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da Área de Operações e Canais Digitais. Os dois têm cinco minutos; eles vão dividir entre si.

Com a palavra, Bruno Laskowsky.

O SR. BRUNO LASKOWSKY (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui com vocês. Queria cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Confúcio Moura, ex-Governador de Rondônia; o autor do requerimento, Senador Esperidião Amin, ex-Governador de Santa Catarina; e também o Relator da Comissão, Deputado Francisco Jr., do Estado de Goiás.

Queria iniciar esta primeira intervenção dizendo que o BNDES, junto com o Tesouro e o Ministério da Economia, já disponibilizou, neste momento crítico, mais de 100 bilhões de linhas com o próprio Peac, o nosso Programa Emergencial de Acesso a Crédito. A gente tem 20 bilhões, com capacidade de multiplicar isso por quatro a cinco vezes de impacto em volume de créditos na economia.

Vale lembrar que o BNDES é um banco de segundo piso, é um banco voltado para o desenvolvimento. Gosto sempre de comentar que a gente tem o "s" no final do nosso banco, então essa preocupação em gerar impacto, ter propósito, vai muito de acordo com a discussão de hoje.

Quero também comentar com os senhores e as senhoras o nosso desempenho, especialmente neste momento mais crítico da economia. A gente observa um crescimento importante mais especificamente nas nossas linhas de pequena e média empresa. Só para dar um comparativo, entre março e abril deste ano, a gente já liberou mais de 12 bilhões de linhas. Se a gente compara isso com o mesmo período de 2019, o número foi em torno de 2 mil, o que mostra um crescimento muito significativo da nossa capacidade de atender a essa demanda importantíssima para o segmento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vale a pena também comentar a nossa linha de giro, de capital de giro para pequenas e médias empresas. A gente fez uma linha, conseguimos estruturar uma linha muito rapidamente, isso foi em março, quase no final de março, uma linha de R\$5 bilhões. Essa linha a gente achava até que iria durar até setembro; na prática, ela durou até o final de junho, e já renovamos mais 5 bilhões para serem utilizados como giro para pequenas e médias empresas. Então, é o total mobilizado.

Vale comentar também o nosso programa de folha de pagamento, conhecido como Pese (Programa Emergencial de Suporte a Empregos). A primeira edição do Pese gerou de impacto algo em torno de 5 bilhões ou um pouco menos que 5 bilhões, e a gente calcula que em torno de 113 mil empresas tomaram essa linha. Como são duas folhas, multiplica-se por dois o número de acessos a essa linha, de tal forma que a gente teve uma preservação, esse é o nosso cálculo, em torno de 2 milhões de empregos, o que é muito importante.

Vale comentar que já passou pela Câmara e agora está no Senado, já faço até o pedido para que haja essa tramitação o mais rapidamente possível, o novo Pese. O novo Pese tem algumas modificações bastante relevantes, o que faz com que a gente entenda que a elasticidade dessa linha vai ter um impacto ainda maior. A gente muda de duas folhas para quatro folhas, como foi dito anteriormente, até com flexibilidade em relação a emprego. E a gente aumenta o número de...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A conexão, doutor, sua conexão não está boa.

O SR. BRUNO LASKOWSKY (Para expor.) – ... empresas que somente pagam o seu funcionalismo através da folha de pagamento. Às vezes é... *(Falha no áudio.)*

Então, esse segundo Pese, esse novo Pese já incorpora essas modificações, o que nós entendemos que vai ser bastante importante para que haja maior aderência a essa linha.

Comento também sobre o Peac, que é uma derivada do nosso FGI original. Aqui é um programa fundamental, é um programa que a gente está liberando em quatro *tranches* de 5 bilhões, num total de 20 bilhões, mas com uma capacidade de multiplicação, de alavancagem desse número de quatro a cinco vezes. Portanto, esses 20 bilhões de recursos do Tesouro podem ser multiplicados, na economia como um todo, chegando a um impacto de 80 a 100 bilhões para pequenas e médias empresas... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A sua conexão, Dr. Bruno, não está boa. Dr. Bruno...

... o produto do BNDES de seguro de crédito. Acho que é um início transformacional chegando – não é? –, talvez até saindo do subsídio de taxa de juros para um subsídio no risco.

E termino falando um pouco sobre a atuação do banco na área de crédito indireto *(Falha no áudio.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... a nossa área de crédito indireto e também operações digitais, que a gente tem chamado de BNDES digital.

A gente hoje opera como um banco de segundo piso através de agentes repassadores; temos mais de 50 repassadores. Faço até um comentário aqui de que, em Santa Catarina e no sul do País, há uma atuação bastante relevante no *(Falha no áudio.)*

... de crédito, do microcrédito. E, além dessa atuação através dos agentes repassadores, é muito importante lembrar que ela desconcentra o sistema bancário; o nosso sistema bancário é concentrado. Então, através das cooperativas, através de...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Vamos continuar a nossa audiência, que é muito importante.

Agora nós vamos passar a palavra para Celso Leonardo Barbosa, Vice-Presidente de Negócios de Varejo da Caixa Econômica Federal.

Dr. Celso, o senhor tem cinco minutos.

Dr. Celso com a palavra.

O SR. CELSO LEONARDO BARBOSA (Para expor.) – Bom dia a todos. Queria agradecer à Comissão Mista da Covid, em nome dos Exmos. Senadores e Deputados e também dos demais participantes.

Não quero me ater muito a essa parte, mas é muito importante a participação de todos, a gente poder ouvir... A Caixa Econômica, nessa gestão do Presidente Pedro Guimarães, tem ouvido e realizado muito em função dessas coisas que a gente ouve pelo Brasil todo, rodando o Brasil, como a gente tem feito no Caixa Mais Brasil.

Em relação ao tema, a gente tem feito... Antes mesmo do Pronampe, como já foi citado, por exemplo, pelo parceiro do Sebrae, a Caixa é um dos focos principais dessa gestão. Então, a Caixa Econômica tem alguns poucos focos, e um deles é a micro e pequena empresa. Como é um foco estratégico da gestão, a gente já vinha emprestando, já vinha trabalhando com eles. Então, havia mais de R\$8 bilhões emprestados para a micro e pequena empresa nessa época do Covid, fora a questão dos outros programas. São linhas de crédito do nosso portfólio com que já vínhamos trabalhando. A gente acreditou no Pronampe desde o início; a gente já vinha se preparando. O Pronampe, que tem como padrinho o Senador Jorginho e madrinha a Senadora Kátia Abreu, já vinha se preparando para isso. E, logo que lançou, logo em seguida, nós já começamos os 17, fazendo o Pronampe acontecer, colocando diretamente o dinheiro na conta de micro e pequenos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer que mais de 70% ou pelo menos 70% das empresas contratadas pela Caixa são de fora da Caixa. Então, não usamos a prerrogativa de trabalhar com os nossos clientes; trabalhamos com empreendedores de micro e pequenas empresas e estamos aguardando a posição de outros órgãos que vão colocar a questão do MEI, como foi citado aí, mas não é uma coisa nossa. Nós somos operadores do sistema e vimos trabalhando com mar aberto, com empresas que vêm e que nunca tiveram – várias delas – conta, nem bancária. Então, foi um processo também de bancarização. A gente aceitou pessoas, está aceitando diariamente. São mais de 220 mil contratos por dia que a gente vem fazendo. Já chegamos a R\$1,5 bilhão em créditos já repassados. Vamos chegar a R\$3 bilhões. É a primeira *tranche* que nós recebemos do FGO. Já estamos solicitando mais, porque o objetivo da Caixa é o de fazer R\$6 bilhões, é o de fazer R\$10 bilhões, para poder emprestar, sendo esse, repito, um foco da Caixa.

Também é importante dizer que quase 80% das empresas que receberam crédito são microempresas. Então, está sendo equilibrada, sim, a questão do pequeno e do micro, mesmo tirando a questão do FGO; não foi a Caixa, mas o FGO que retirou a questão de 80% e 20%. Isso está sendo equilibrado, com uma visão de que os empreendedores precisam receber esse crédito.

Há outra coisa que é importante dizer: nós fizemos uma análise rápida e vimos que há empreendedores que, em um dia, recebem o crédito e empreendedores que levam, no máximo, uma semana para recebê-lo. Isso é rápido. A gente está cada vez mais rápido, porque a gente sabe que a sede, a necessidade dos micro e pequenos empreendedores é grande. A gente precisa emprestar e a gente está fazendo isso.

O Estado tem um parceiro, que é o nosso Sebrae, e a gente tem feito crédito assistido. O crédito assistido com o Sebrae vai além de a gente só fornecer o crédito. Não só o Fampe garante, ineditamente, empréstimo só com aval dos sócios, como também fazemos o crédito assistido, que é o crédito com as consultorias do Sebrae, que, juntamente com a Caixa Econômica, tem surtido efeito, e estamos chegando a R\$2 bilhões em empréstimos.

Outra coisa importante que foi falada e que a Caixa tem feito é trabalhar com agências de fomento. No Rio de Janeiro, em Goiás e em Santa Catarina, temos feito relações com a AgeRio, com a Goiás Fomento, com o Extracredi. Estamos abertos a fazer conversas nesse sentido para chegar ao microempresário na ponta. A gente sabe dessa capilaridade, apesar de a capilaridade da Caixa ser muito grande: estamos em todos os Municípios do Brasil, seja com as nossas mais de quatro mil agências, seja com as mais de 13 mil lotéricas que temos, seja com os nossos correspondentes bancários, com os correspondentes exclusivos da Caixa, o famoso Caixa Aqui. Mas, apesar disso, a gente tem usado parceiros para chegar à ponta; inclusive nesta agora, a gente está usando muito as nossas agências, está usando a esteira digital. Pelo *site* www.caixa.gov.br/pronampe, as pessoas já se candidatam e fazem o atendimento a distância. Nas nossas agências, a gente está recebendo isso *on-line*. E, cada vez mais, a gente vai colocar esteiras digitais, que estão entrando para favorecer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também entende que os empreendedores, às vezes, não têm acesso direto a PJ, e há mais de R\$19 bilhões de créditos contratados por PF, ou seja, pessoa física, o que complementa essa visão do crédito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Celso Leonardo Barbosa, da Caixa Econômica.

Eu passo a palavra a Neudson Peres de Freitas, Gerente-Geral de Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil.

Neudson está com a palavra pelo tempo de cinco minutos.

O SR. NEUDSON PERES DE FREITAS (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu cumprimento aqui o Presidente da Comissão, Senador Confúcio Moura; o autor do requerimento, o Senador Esperidião Amin; o Relator da Comissão, o Deputado Francisco Jr. Por meio deles, eu quero dirigir a palavra aos Parlamentares, às entidades representativas das micro e pequenas empresas, bem como aos cidadãos e aos nossos clientes que estão acompanhando esta reunião pública.

Eu quero agradecer, Senador, o espaço aqui e destacar o nosso propósito de continuar sendo o maior parceiro do empreendedor no Brasil. O Banco do Brasil é um parceiro do empreendedor.

Desde o início desta pandemia, nós aplicamos mais de R\$37 bilhões no segmento de micro e pequenas empresas. Esse número nos orgulha, porque nós mantivemos a assistência creditícia aos nossos clientes lá na ponta, e esse valor é entre crédito novo e as renovações, que permitiram manter os nossos clientes adimplentes nesse período.

Nós temos uma base de 2,3 milhões de clientes MPE, e as nossas mais de 5.164 agências, pontos próprios do banco em todo País, estão de portas abertas para receber a microempresa e a pequena empresa em todo País. Esses são pontos de varejo. E estamos presentes em todos os Municípios brasileiros, seja por meio de pontos próprios ou pontos parceiros.

Vocês me permitam, por favor, citar algumas medidas especiais para a saúde financeira das empresas que nós já começamos, desde o início desta pandemia, a promover, buscando atuar como um apoio para as empresas neste momento de pandemia. Uma delas é a prorrogação das nossas linhas próprias. Nós já fizemos duas *tranches* de prorrogação, dois momentos de prorrogação. A atual está vigente até o fim deste mês, e, se necessário, faremos uma nova, apoiando as empresas nas prorrogações de parcelas. Temos feito também prorrogações com os nossos parceiros, especialmente com o BNDES, que falou agora há pouco, prorrogações que vão entre dois meses e até seis meses. E, nas nossas linhas de comércio exterior, que também são importantes para alguns segmentos de empresa, temos atuado com prorrogações das linhas. Além disso – já foi dito aqui – eu reforço a nossa atuação com a linha de folha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pagamento e a nossa atuação agora com o Proger Urbano Capital de Giro, que lançamos recentemente e vem tendo uma boa aceitação.

Não só no crédito, mas nós também percebemos que é importante desburocratizar e simplificar o atendimento para a micro e a pequena empresa neste momento, facilitar o acesso desse cliente ao banco. Nós fizemos diversas medidas – pelo tempo aqui, eu não vou citar cada uma delas. Eu queria dizer, por exemplo, que nós flexibilizamos condições de acesso aos nossos canais remotos e digitais, como o nosso Gerenciador Financeiro; facilitamos o cadastramento de senha, o acesso, liberações de operação; suspendemos o vencimento de eventuais poderes e procurações para que o nosso cliente pudesse continuar operando conosco; prorrogamos automaticamente a validade a algumas certidões de débitos para que o cliente também pudesse continuar operando; ainda fizemos a prorrogação dos títulos: naqueles títulos que o nosso cliente lá na ponta tem com o cliente dele, nós permitimos prorrogações por até 90 dias – antes só eram permitidas por 30 dias – e isentamos os clientes dessas tarifas de prorrogações. São algumas medidas para materializar aqui a nossa preocupação em simplificar e desburocratizar o atendimento neste momento de pandemia.

Nós acreditamos muito que este contexto traz uma oportunidade de nos aproximarmos dos nossos clientes lá na ponta, confirmarmos que eles podem confiar no Banco do Brasil como uma ponte sólida para travessia deste momento de adversidade.

E nos orgulha muito o fato de ontem, como já foi dito aqui pelo Senador Esperidião Amin, termos comunicado a mercado que, já no primeiro dia de operações em escala do Pronampe, nós liberamos mais de R\$1,8 bilhão em crédito para um mercado de micro e pequenas empresas no País.

Então, o Senador fez essa pergunta, e eu queria aproveitar a oportunidade aqui para responder: sim, esse crédito é destinado exclusivamente à micro e pequena empresa. No dia de ontem, no volume total de crédito liberado no Banco do Brasil, nós chegamos próximo de R\$2,5 bilhão – ou seja, excede esse valor de R\$1,8 bilhão somente no varejo bancário da Poder Judiciário. Os funcionários do Banco do Brasil em todas as nossas agências do País... Por orientação do nosso Presidente Rubem Novaes, bem como do nosso Vice-Presidente Comercial, Carlos Motta, as agências estão de portas abertas para atender todo e qualquer cliente micro e pequeno empreendedor que chegar com uma proposta de crédito, entender a necessidade de cada um e procurar atendê-lo neste momento.

Eu fico aqui à disposição dos senhores e reafirmo o nosso agradecimento por esta oportunidade. Vamos construir juntos essa passagem por este momento que o nosso País atravessa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Neudson Peres de Freitas, do Banco do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vamos entrar no sétimo bloco, com o representante único do Poder Público, o Dr. Carlos Da Costa, Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.

O Dr. Carlos tem o tempo de cinco minutos.

O SR. CARLOS DA COSTA (Para expor.) – Senador Confúcio Moura, Presidente, é um prazer estar aqui com todos vocês.

Gostaria de saudar também o Senador Esperidião Amin e, no nome dele, saudar todos os Parlamentares presentes.

Meu amigo Ercílio Santinoni, eu gostaria de saudá-lo e, no seu nome, saudar todos os representantes das micro e pequenas empresas e dos bancos.

A batalha pelo crédito é uma batalha global hoje. As ações que nós tomamos desde o início foram em linha com o que os principais países do mundo fizeram – aquilo que o Senador Esperidião Amin falou, que foi liberar a liquidez –, mas as torneiras foram fechadas pelas instituições financeiras, num momento praticamente de pânico, em que não se conseguia identificar claramente qual era o risco de cada um dos empréstimos. Nós implementamos várias linhas. Além do aumento da liquidez pelo Banco Central, o BNDES rapidamente implementou uma linha de R\$5 bilhões; o PESE foi implementado. No entanto, em um primeiro momento, a eficácia dessas linhas foi limitada. Foi aí que nós entendemos que era importante haver garantias para esses créditos, sem as quais as torneiras não iriam abrir.

É importante também dizer que o crédito chegou de outras formas, não de maneira financeira: quando nós postergamos pagamentos de impostos, por exemplo, essa foi uma forma importante de dar crédito para as nossas empresas; quando nós postergamos pagamentos, fizemos o chamado *standstill* em vários empréstimos do BNDES, por exemplo, isso também representou aumento de crédito. Porém, foi apenas nos últimos sete a dez dias, com as operações do Pronampe e do FGI, que começa a operar, que nós começamos a resolver esse gravíssimo problema que tem afetado as empresas.

Inclusive, em primeira mão, eu gostaria já de anunciar o nosso "Emprestômetro", que será atualizado *on-line*, já inclusive como resposta à solicitação mencionada pelo Senador Esperidião Amin. A versão Beta já está no ar e pode ser acessada no portaldoempreendedor.gov.br. Dentro do Portal do Empreendedor, a gente pode clicar em "Crédito" e, depois, em "Emprestômetro", e ali nós vamos ter, em tempo real, o quanto já foi liberado, desembolsado pelos programas públicos de crédito. Lá nós vamos ver, por exemplo, a espetacular *performance* do Pronampe nos últimos três dias, que já liberou – em apenas três dias – mais de R\$3 bilhões para as nossas micro e pequenas empresas. Desse valor, cerca de 67% foram para microempresas, e 33%, para pequenas empresas. Nós temos visto um aumento muito grande de desembolso. Da Caixa Econômica Federal, eu gostaria de saudar o nosso amigo Celso, Vice-Presidente, que tem sido um grande parceiro nessa caminhada. Tem feito um trabalho extraordinário – foi o primeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Banco do Brasil entrou e agora já passou a Caixa no desembolso final. Essa concorrência é extremamente saudável. Essa concorrência entre instituições fez com que, por exemplo, todas abrissem mão da TAC (Taxa de Abertura de Crédito) e que também mais empresas conseguissem ter acesso a isso, que é tão importante para elas.

O FGI começou ainda no que chamamos de lançamento silencioso; porque estamos esperando a aprovação no Congresso, algumas instituições financeiras ficam um pouco receosas de operar antes de saber exatamente o que será aprovado no Congresso. Várias melhorias estão sendo feitas. Estamos trabalhando junto com o Deputado Efraim, que tem sido um grande parceiro, desde antes, desde as empresas simples de crédito, do cadastro positivo e assim por diante. E nós podemos ser, senhores, o primeiro país a resolver o problema de crédito do mundo!

Nos Estados Unidos, por exemplo, menos de 10% do crédito liberado pelo governo chegaram na ponta. No Reino Unido, menos de 20% chegaram na ponta. E nós, com o Pronampe e com o Peac do FGI, temos absoluta certeza de que vamos irrigar o sistema das nossas micro, pequenas e médias empresas com FGI, do crédito que é tão necessário.

É importante dizer o seguinte: nós não estamos plenamente satisfeitos. Gostaríamos que isso já tivesse acontecido antes. Nós acreditávamos que as decisões tomadas no início pudessem ter sido eficazes, como foram em crises anteriores. Essa é uma crise atípica e o Governo, sob a liderança do Ministro Paulo Guedes, estará sempre disposto a ajustar os programas, para que o crédito chegue na ponta e os empregos sejam preservados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado ao Secretário Especial Dr. Carlos Da Costa representando o Poder Público.

Bem, todos falaram. Nós teremos agora a participação dos Parlamentares.

Como é uma audiência pública diferente, gostaria de fazer essa... Passaria a palavra primeiro para o nosso Relator Francisco Jr. Os tempos serão alterados, porque é muita gente. Depois, Esperidião Amin, que é o autor do requerimento. E nós queremos que os Parlamentares indiquem para quem é a sua pergunta. Não deixem de falar: "Minha pergunta é para fulano de tal". E eu darei o tempo de resposta dele para o nosso Deputado ou Senador. Não se esquecer de focar.

Eu gostaria também que não focassem somente nos bancos; que também as perguntas dos Parlamentares fossem também para as representações, por exemplo, a representação das micro e pequenas empresas, representante da cooperativa de crédito, representante das organizações de microcrédito, das OSCIPs, da sociedade de garantia; e também os bancos, que todos já falaram aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para me organizar aqui, para que a coisa funcione, eu preciso da pergunta, do para quem e do tempo.

O tempo nosso também será menor, por causa da quantidade de apresentações feitas, que já tomaram 65 minutos, quase 68 minutos. Temos muitos inscritos, muitos inscritos. E temos também as perguntas dos internautas.

Há pessoas aqui de Santa Catarina, Richardson Marques; Francisco Idalgo Paco, de Rondônia; Gervasio Assunção - eu coloquei por Estado - Bahia; Hélio, da OAB de Santa Catarina; Iury Antoniele Silva Lima, do Amazonas. E assim vai.

Ainda vão chegar mais. Não dá para todos perguntarem. Nós selecionamos.

Então, com a palavra, o Deputado Francisco Jr., Relator.

Francisco, não repare, cinco minutos, para V. Exa.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Pois bem, Presidente, vou tentar ser rápido. Não vai dar tempo. Geralmente já não dá. Quanto mais agora, com o tempo pela metade. Mas vamos lá.

Quero cumprimentar todos em nome do Senador Esperidião Amin, que teve essa ideia de um formato diferente, inovador. E eu o parabenizo por isso.

Vou cumprimentar todos de forma generalizada em nome do que representam: representantes das micro e pequenas empresas, das cooperativas de crédito, das organizações civis de microcrédito, das Sociedades de Garantia de Crédito, das instituições financeiras, do Poder Público. Então, todos, muito bem-vindos.

Bem, minha tarefa aqui é difícil.

Quero perguntar, primeiro, para as instituições financeiras.

Eu não tinha feito essa organização por pessoa, Presidente. Posso encaminhar por escrito, depois que eu terminar.

Mas, primeiro, para as instituições financeiras, eu queria fazer um comentário. Eu tenho escutado que os bancos e cooperativas não têm tido interesse em emprestar, primeiro, em função do risco, mas também em função da pouca lucratividade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos dificuldades técnicas, eu sei. Há toda uma situação de critérios, de parâmetros, mas existe também a necessidade de uma cota de participação no risco e no sacrifício que todo o Brasil, que todos os segmentos estão fazendo.

Eu gostaria de iniciar por aí: não seria a hora de tentar salvar as empresas para, depois, pensar no lucro?

Eu sei que conversar com instituição financeira alguma coisa que não parta do resultado realmente não é bem a realidade, mas nós estamos fora da realidade. Nós estamos num tempo atípico.

Eu gostaria de questionar vocês sobre isto porque eu tenho ouvido: com uma margem de lucro quase inexistente, uma margem praticamente operacional, que muitas vezes está sendo praticada, não há o interesse. Mas, às vezes, na intenção de ganhar muitos ovos, estamos matando a galinha.

E, aí, eu faço a pergunta para as instituições financeiras com relação à cota de participação no sacrifício e a uma questão de mentalidade, que, neste momento, neste recorte da história, são necessárias.

Pergunto também: até que ponto o argumento de que as operações de empréstimo ao setor privado serem arriscadas justifica a concessão de crédito abaixo do esperado, considerando que o nível de garantia da União chega a 100% do valor de algumas operações individuais e a 85% do valor consolidado das operações? Vocês esperam um grau de inadimplência acima de 85% nessas linhas de financiamento?

Digo isso para reforçar a pergunta que eu fiz anteriormente: não há aí uma expectativa de lucro que está fora do momento histórico e não seria isso o grande empecilho?

O Banco Central flexibilizou a liquidez e as regras prudenciais para o Sistema Financeiro para que houvesse uma expansão de crédito. Só que, apesar da grande liquidez, a expansão será menor do que necessário. De que forma as instituições financeiras se beneficiam com essa expansão da liquidez e de que forma ela está sendo usada para aumentar o crédito do setor produtivo? Como está isso sendo repassado para a intenção, para o objetivo final deste momento que temos agora? Está sendo dado um apoio por parte do Banco Central; como isso tem sido repassado?

O crédito é essencial para que as economias se desenvolvam. O sistema financeiro e os intermediários financeiros têm uma função econômica essencial: fazer a ponte entre os investidores e quem precisa de crédito. O problema é que, em momentos de crise, as instituições financeiras retraem o crédito em virtude dos riscos e da chance alta de inadimplência. Justamente quando as empresas mais precisam de recursos falta crédito. É o que nós estamos vivendo. Deste modo, é necessário desenhar políticas públicas que busquem fomentar o crédito neste momento de maior incerteza. Já temos vários programas em andamento, como o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), o Programa Nacional de Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito. Precisamos que esses programas funcionem da melhor maneira





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível, dando recursos a quem precisa e permitindo que as empresas passem por esse momento de tantas dificuldades com mais facilidade. Pergunto aos senhores: quais são as falhas que os senhores veem nesses programas? Como podemos aprimorá-los de forma que se tornem efetivos e ajudem a que consigamos uma retomada de crescimento mais rápido?

Não vai dar para eu fazer todas as perguntas, faço esta última agora para as entidades financeiras. Existem muitas críticas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), uma vez que foram liberados poucos recursos no programa. Algumas críticas já foram resolvidas com emendas na Câmara dos Deputados, como estender o programa para empresas que têm o faturamento de até 50 milhões por ano, mas não alteraram o limite para as empresas que faturam menos de 360 mil por ano. Como os senhores veem esse programa, sendo que essas empresas que têm menos talvez sejam as que mais precisam de apoio agora? Não seria interessante que fosse estendido às empresas que faturam menos de 360 mil ao ano? Quais mudanças realizar de modo que consigamos fazer com que os recursos sejam emprestados?

Eu não consegui fazer as perguntas para as entidades, Presidente, eu as farei no final, então, na segunda fala a que eu tenho direito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito. Muito obrigado.

O Deputado Francisco fez várias perguntas e não direcionou especificamente quem as responderia. Eu consulto o Banco Central: o senhor tem alguma resposta, pelo prazo de um minuto, para o Deputado Francisco? Banco Central, Paulo Sérgio.

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA (Para expor.) – Gostaria de esclarecer primeiramente em relação à questão da crítica que foi feita aos bancos cooperativos: muito pelo contrário, estão atuando. Inclusive, no último direcionamento que fizemos para os bancos grandes em relação ao compulsório de poupança, o próprio setor cooperativista pediu também para ser inserido para que pudesse atender seus clientes, e os números mostram que continuam aí num ritmo de crescimento do crédito bastante significativo.

O PESE, eu acho que, com os aperfeiçoamentos que foram feitos na Câmara, vai decolar. Foi importante a participação do Congresso e de toda a sociedade, recebemos as críticas e, juntamente com o Ministério da Economia, vamos providenciar os aperfeiçoamentos.

E o crédito foi como eu disse, estamos vivendo aí uma aversão ao risco tremenda. A gente esperava... O que aconteceu mundo afora foi uma retração da ordem de 15% do crédito, e aqui no Brasil, pelo menos até o momento, nós tivemos um crescimento da carteira. E eu tenho convicção – converso com todas as entidades, de pequenas a grandes – de que os bancos privados também têm todo o interesse em emprestar sua participação neste momento. Com os programas agora que têm o risco compartilhado



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

começando a acelerar a partir da segunda quinzena de junho, então a sociedade vai perceber o crédito chegando à ponta, para esse crédito que tem uma maior aversão ao risco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Marcelo Porteiro Cardoso, BNDES, o senhor tem alguma resposta ao nosso Relator?

Dr. Marcelo Porteiro, um minuto para o senhor.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos. Obrigado pelo convite.

Rapidamente, então, Sr. Presidente, eu posso fazer comentários sobre as questões trazidas pelo Deputado Francisco Jr.

No que tange a bancos cooperativos, são bancos que trabalham muito em parceria com o BNDES, então a gente tem uma parcela de crédito relevante do crédito para micro e pequenas empresas que são ofertados por bancos cooperativos.

Em relação à questão do risco, que é tão importante e tão crucial nesse momento de concessão do crédito, o banco vem trabalhando, em parceria com o Ministério da Economia, intensamente para disponibilizar o FGI Peac em poucos dias de disponibilização dessa nova linha, dessa nova política pública. Já temos mais de dez bancos credenciados para a operacionalização e acreditamos que será um instrumento efetivo de destravamento do crédito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bem, eu consulto Neudson Peres de Freitas, Gerente de Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, se tem alguma resposta para o nosso Relator Francisco Jr.

O senhor tem um minuto, Dr. Neudson.

O SR. NEUDSON PERES DE FREITAS (Para expor.) – Sobre os questionamentos do Deputado Francisco Jr., eu gostaria de observar dois pontos.

Primeiramente, sobre a vantajosidade desses empréstimos, consideramos que, em parceria com o Governo, com o próprio Banco Central, nós temos encontrado caminhos para preservar essas condições. O Banco Central teve medidas de liquidez, medidas de ajuste no fator de ponderação de risco muito interessantes, que nos deram condições de viabilidade dessas linhas com as quais nós estamos operando. E, além disso, nesse momento que nós estamos atravessando, esse tipo de assistência creditícia nos permite reforçar o relacionamento com os nossos clientes e, a partir daí, temos um retorno garantido no tempo, uma sustentação desse relacionamento no tempo, porque nós temos certeza que nós vamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atravessar esse momento e continuar fazendo negócio com esses clientes, sustentando o resultado que vem aí.

Sobre os possíveis aprimoramentos dos programas, eu acredito que é isso que nós estamos fazendo juntos. Todas essas medidas têm sido lançadas em equipes multidisciplinares, junto com o Governo, as instituições privadas e a sociedade, e nós temos conseguido aprimorar todos os programas ao longo da sua construção.

Obrigado pelo espaço aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Bem, agora eu gostaria que todos prestassem bastante atenção, que tivessem uma caneta e um papel por perto, porque nós vamos colocar um bloco de quatro Parlamentares.

Cada Parlamentar terá o tempo de dois minutos. E eu gostaria que os Parlamentares direcionassem a pergunta, para facilitar o meu trabalho aqui.

Então, os primeiros quatro são: Senador Esperidião Amin; Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro; Senador Izalci Lucas, do PSDB, do Distrito Federal; e Deputado Luiz Carlos Motta, do PL, de São Paulo.

Então, todos os presentes na sala, por gentileza, anotem as perguntas para a gente não perder as respostas.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin pelo tempo de dois minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Em primeiro lugar, quero dizer que fico muito feliz, porque esta primeira parte foi muito exitosa. Tivemos oportunidade de ouvir sugestões apropriadas e críticas construtivas, e eu quero selecionar três para nosso uso, da Comissão.

Primeiro: esse relatório que foi mencionado pelo Sr. Carlos Costa. Nós temos – e aí me dirijo também ao Deputado Francisco Jr. – que ter esse "emprestômetro", como o batizou a Senadora Kátia Abreu, segmentado por tamanho de empresa, ou seja, temos que detalhar isso e acompanhar diariamente *on-line*, como falou o Sr. Carlos Costa.

Segundo: sem dúvida, esta reunião serve para institucionalizar outros agentes financeiros, sociedades de garantia solidária, sociedades de garantia de crédito e cooperativas – muito bem lembrado aqui pelo Ênio em sua fala –, que têm de ser valorizadas crescentemente.

Finalmente, eu faço uma pergunta aos bancos. Há alguma forma de premiar e indulgenciar o gerente? Ou seja, o cidadão que autoriza a operação tem que se sentir estimulado a correr o risco. Isso não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz parte da CPU que norteia a ação, é uma mudança, é até uma heresia apostar no risco. Peço aos bancos que pensem nisto: estimular o gerente a correr riscos neste momento da pandemia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Deputado Felício Laterça.

Pode falar, Felício.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia!

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, nosso Relator Francisco Jr, demais Senadores, demais Deputados, todos os nossos convidados.

Como o Senador hoje pediu um pouco de celeridade, lá vou eu! Vou fazer uma pergunta para dois representantes, o nosso representante do Bacen – na verdade, isso serve para os demais representantes dos bancos, das instituições financeiras e das cooperativas –; e, depois, para o Presidente da federação de microempresários.

Um amigo, o Marquinho, empresário do ramo alimentício que tem restaurantes aqui no Rio de Janeiro – é dono da Gruta São Sebastião, inicialmente no Cadeg, e também tem outra unidade no Uptown, na Barra, aqui na cidade do Rio de Janeiro –, mandou uma mensagem dizendo o seguinte: "Amigo, estamos num terrível impasse. A firma hoje está limpa, sem problemas, sem apontamentos, Serasa, sem nenhuma restrição. Acontece que o empréstimo foi liberado, mas, em razão da pandemia, houve diversos atrasos que foram negociados e sofreram atrasos de até 90 dias". Só que ficou registrado um atraso e, em razão do risco Bacen, ele está havendo uma imensa dificuldade de obter empréstimo. Gostaria que o representante do Bacen falasse sobre essa questão, como está sendo. Na verdade, a gente espera um mínimo de tolerância com os empresários. Ele finaliza dizendo: "Situação degradante a que estamos vivendo. Continuo contando com sua luta por todos os empresários".

Quero dizer para você, Marquinho, e para todos os meus amigos, que eu estou na luta com vocês, está bom? Então, o nosso Diretor de Fiscalização hoje, representante do Bacen, salvo engano, é o Paulo Sérgio Neves, que está conosco.

E a pergunta é para o Sr. Ercílio Santinoni, Presidente da Conampe (Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas dos Empreendedores Individuais).

Só vou concluir, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos pontos apresentados como uma trava à concessão de crédito é a contrapartida exigida por alguns programas, como a necessidade de manter os empregos. Como o senhor avalia esse critério à luz da realidade das micro e pequenas empresas? Realmente viabiliza a concessão de crédito?

E o senhor também informou que o crédito não teria chegado às micro e pequenas empresas, além do MEI, e apresentou uma série de dificuldades inerente à realidade delas, como a não bancarização. Como resolver esse problema, de modo a ser bom para as empresas, mas com risco baixo de inadimplências? Essa é a minha participação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Obrigado, Deputado Felício Laterça.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas. *(Pausa.)*

Izalci.

Senador Izalci Lucas. *(Pausa.)*

Não estou vendo o Izalci. O Izalci saiu um pouquinho. Vamos passar à frente.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Motta.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) – Pois não, Sr. Presidente. Está me ouvindo?

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – Estou ouvindo bem.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Então, bom dia para o senhor, bom dia ao Relator Francisco Jr. Em nome do senhor e do Francisco, gostaria de cumprimentar os demais Parlamentares e demais Senadores. Parabenizo também todos os palestrantes, que fizeram essa belíssima explanação no dia de hoje.

A minha pergunta vai para o Sr. Ercílio Santinoni, Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas. Minha origem é a representação dos trabalhadores no Congresso Nacional, ainda mais os comerciários, pois boa parte deles trabalha em micro e pequenas empresas, que hoje são as grandes empreendedoras do nosso País. Como o senhor disse, esses 52% da carteira assinada estão nas micro e pequenas empresas.

Então, pergunto. Eu acho que a primeira pergunta o senhor já respondeu, e também o nosso grande amigo Felício Laterça falou, que é a questão de os créditos não estarem chegando para os empresários. O que está faltando? Aí eu pergunto: a Confederação conta com alguma campanha para orientar os pequenos empresários sobre essas linhas de crédito do Governo? Porque uma recente pesquisa do Sebrae revelou que muitos empresários desconhecem ainda essas linhas de crédito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E a minha última pergunta vai nessa questão também: qual é a expectativa da Conampe junto ao Congresso Nacional para ver as suas reivindicações atendidas diante da pandemia e, assim, avançar na defesa da sobrevivência das empresas e, principalmente, na manutenção dos empregos?

Essa é minha contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Izalci está na sala? Izalci Lucas, Senador? (*Pausa.*)

Não chegou.

Vamos passar a palavra, então, para substituir o Izalci, à Senadora Eliziane Gama, Senadora Vice-Presidente desta Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria, antes, cumprimentar V. Exa., parabenizá-lo sempre pela condução, de forma muito democrática, desta Comissão, cumprimentar o Relator Francisco Jr. e, inclusive, parabenizá-lo pela organização que ele tem feito nas sub-relatorias e nas reuniões e preocupações dele para que esta Comissão, a cada dia, tenha mais efetividade e, na verdade, tem tido, inclusive, com grande destaque e reconhecimento – a gente tem acompanhado – pela imprensa.

Presidente, indo direto às perguntas, eu queria fazer uma pergunta ao Carlos Da Costa, que é da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia. A primeira pergunta é a seguinte, Presidente: nós podemos constatar que há, portanto, liquidez no sistema financeiro. Tivemos, inclusive, várias ações aqui pelo Congresso Nacional para garantir essa liquidez. Ao mesmo tempo, os recursos acabam não chegando na ponta, com exceção do Pronampe, que nós tivemos informações importantes, hoje, inclusive, nesta audiência, que tem demonstrado logo nos seus primeiros dias de operação um potencial grande, inclusive, para que tenha muito sucesso. Mas eu pergunto: por qual razão os outros programas de crédito ainda estão em volumes muito insuficientes diante da dimensão da pandemia? Por exemplo, o Sebrae mostra que em todos os programas nós temos mais de 60% desses recursos que não chegam na ponta, o que é um percentual, de fato, muito alto. O que deve ser feito por parte do Governo Federal para melhorar o desempenho das políticas de acesso ao crédito?

Uma outra pergunta que faço agora aos representantes das empresas: a pandemia da Covid-19 acaba naturalmente atingindo a todos, mas, de uma forma geral, os senhores concordam, por exemplo, que a ausência de uma ação eficaz, coordenada, planejada do Governo Federal poderá agravar mais os efeitos dessa crise nos próximos meses? Ao mesmo tempo, o que poderia ser feito para minimizar, de fato, esses impactos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basicamente, Presidente, eram essas as duas perguntas. E eu os cumprimento, porque, por exemplo, nós tivemos até agora um total de 15 bilhões de liberação por parte do Pronampe, portanto, um número que nós consideramos realmente importante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Muito bem. Então, vamos às respostas.

O Senador Esperidião Amin fez uma pergunta, e não focou a quem. Vou passar para essa resposta, pelo tempo de dois minutos, ao representante da Caixa Econômica Federal. Ele ficou sem falar na resposta ao Relator, Francisco Jr. Então, ele pode complementar.

Com a palavra o representante da Caixa Econômica Federal, Dr. Celso Leonardo Barbosa.

O SR. CELSO LEONARDO BARBOSA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Senador, pela pergunta.

Aqui na Caixa nós temos uma aderência muito grande a esse público. Além de ser um comando nosso, a gente gosta desse público. Não é à toa que estamos fazendo auxílio emergencial a todo o Brasil. Durante toda a pandemia a Caixa Econômica tem se mantido aberta, com mais de 40 mil funcionários. A gente largou com o Pronampe desde o início, vem fazendo o flanco com o Sebrae, com essa chegada de 2 bilhões. Então, o nosso apetite é muito grande.

Senadora, a gente colocou, sim, no melhor direcionador nosso, para não ficar só no *mindset*. A gente colocou no direcionador de metas e objetivos que se chama programa Conquiste. Colocamos o Pronampe lá dentro. É uma coisa que não é feita sempre, mas colocamos direto nesse direcionador para verem que é um foco estratégico e para saírem dessa coisa de noção de risco. Não só com a garantia do FGO, mas com o apetite da caixa e com um foco estratégico, a gente tem emprestado. Por isso estamos chegando, inclusive, junto com o Banco do Brasil, a mais de 3 bilhões emprestados só no Pronampe e com esses números de micro e pequenas empresas a quem a gente tem emprestado, inclusive, para MEI, fora o Pronampe ter feito todos os empréstimos. Então, nosso apetite é grande.

Como eu falei também, a gente não está pegando só clientes da Caixa. São 70% de clientes de fora. E está disposto a aumentar esse *chat* de participação, o que é um foco estratégico. Acredito que, colocando no programa de metas, isso vai mais ainda. A gente tem colocado essa questão do digital, inclusive, *vis-à-vis*, como a gente fez com o auxílio, em que a gente tem o meio digital que as pessoas podem acessar. E a gente está colocando para as empresas um *app* em uma segunda onda, a gente vai colocar e vai multiplicar mais ainda.

Então, o apetite é grande, e há um direcionamento com foco estratégico colocado não só no *mindset* das pessoas, mas como direcionamento de meta que as pessoas vão realizar. Todo dia a gente faz





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um treinamento com pessoal para poder capacitar, para poder tirar dúvidas, para poder corrigir alguma coisa que tenha um ruído ou outro. Nós estamos muito abertos a todos vocês que nos trazem sugestões e as vamos operando. Acho que isso vai dar certo, e a gente está aberto: já está preparado para receber o FGI; está ligado no Fungetur, que é uma linha importante que vai ser complementar a esses fundos de aval para a questão do turismo. Mesmo assim, já estamos trabalhando com empresas de turismo, já estamos fazendo acordos aqui para essa área, ou seja, é um setor que temos identificado como estratégico. O Presidente Pedro Guimarães coloca isso como um dos poucos focos estratégicos mais direcionados para a gente fazer acontecer. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

O Deputado Felício Laterça e Luiz Carlos Motta dirigiram suas perguntas ao Sr. Ercílio Santinoni.

Então, o senhor pode responder aos dois Parlamentares pelo tempo de três minutos para os dois – tá, Dr. Ercílio? Fique à vontade. Com a palavra.

O SR. ERCÍLIO SANTINONI (Para expor.) – Muito obrigado.

Realmente a manutenção do emprego é uma preocupação na hora de se fazer o empréstimo, tem a ver se é melhor você dispensar o empregado e não pegar o dinheiro ou pegar o dinheiro e esperar que as atividades econômicas voltem para que você tenha receita e pague esses salários.

Mas, Deputado Felício, eu não vejo... Pelas reclamações que nós recebemos, a manutenção do emprego por 60 dias não é e não foi um dos problemas para não se ter acesso ao crédito, porque a microempresa necessita do empregado, ela treina o empregado. Aí, quando chega uma hora dessas, se você mandar embora, você vai ter que treinar outra pessoa. Então, somente você deixa de atender isso quando realmente o negócio está inviável.

A bancarização pode ser feita sem muito risco, se os bancos passassem a usar score do cadastro positivo. Eu pergunto: por que os bancos até hoje continuam no cadastro negativo se nós já estamos há mais de um ano com o cadastro positivo, já há base suficiente, vamos dizer assim, para você pegar o CPF de uma pessoa e saber quem é aquela pessoa. Eu acho que, com o cadastro positivo e com um pouco de boa vontade, nós podemos, sim, bancarizar essas pessoas nesse momento tão triste e tão difícil. Mas acreditamos também que vai voltar a economia rapidamente. Nós estamos já vendo muita coisa boa acontecendo.

Quanto ao Deputado Luiz Carlos Motta, muito obrigado pela sua pergunta; ela nos facilita divulgar o nosso trabalho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A Conampe, todas as quintas-feiras, tem um webinar em que explicamos tudo o que está acontecendo, debatendo. Inclusive, na próxima quinta agora, é sobre a verdade sobre crédito, quando nós teremos... Inclusive, a Antônia, da Subsecretaria das Micro e Pequenas Empresas, é uma das participantes.

Então, a gente tem condições... Temos mostrado e dado condições para que os empresários entrem em contato e obtenham as informações. Há uma boa divulgação, vamos dizer assim, das dificuldades e das soluções para os problemas da microempresa neste período de pandemia.

O Congresso tem sido bastante ativo nessa parte e, quando apresenta o problema do projeto de lei, tem nos atendido. Temos sido muito ouvidos pelo Senador Jorginho Mello, no caso, também pelo Esperidião Amin e por muitos outros. É até indelicado citar o nome de alguns, porque todos eles têm trabalhado com a gente.

Eu acho que, no momento, o que é mais urgente para o Congresso, para atender a micro e pequena empresa, é tocar em frente o projeto de lei que trata da recuperação judicial para a micro e pequena empresa, aquele que é específico para a micro e pequena empresa. Nesses dias, isso foi feito no Fórum Permanente das Microempresas, no Ministério da Economia, e está à disposição como projeto de lei. Eu acredito que teremos sucesso nisso também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Dr. Ercílio.

Com a palavra o Sr. Carlos da Costa, para responder à Senadora Eliziane Gama, pelo tempo de dois minutos.

O SR. CARLOS DA COSTA (Para expor.) – Pois não.

Senadora, na história do crédito, nas últimas semanas, a gente tem o que eu chamo de "AG" e "DG", antes das garantias e depois das garantias. Antes das garantias, nós conseguimos ampliar muito a liquidez. Havia muito dinheiro empoçado nas instituições financeiras por conta das várias ações implementadas pelo Banco Central, mas faltava abrir a torneira, como o Senador Esperidião Amin falou. O que as garantias estão fazendo? Seja o Fampe, seja o Pronampe, principalmente, que hoje é o mais bem-sucedido dos programas, em breve, quando o FGI decolar, é fazer com que os bancos atuem, apesar do risco e apesar da aversão ao risco, que aumentou tanto, conforme o diretor do Banco Central explicou.

Isso é uma mudança no jogo, e inclusive não é só para a pandemia. A institucionalização de um sistema nacional de garantia de créditos, que é uma das prioridades da Sepec, irá fazer com que a história do crédito também mude no Brasil. Nós já estamos fazendo isso. O fenômeno de bancarização de microempresas que está sendo ocasionado pelo Pronampe é extraordinário. Quando nós olhamos o crédito segmentado, vemos que a maior parte tem ido para a microempresa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin, inclusive, a partir do seu comentário, hoje ainda nós vamos disponibilizar, em tempo real, o quanto está indo para a micro, para a pequena, para a média e para a grande empresa em cada um dos nossos programas.

Justamente, Deputado Felício, essas garantias é que vão fazer com que o Marquinho tenha crédito, porque, se ele não tivesse essas garantias, os bancos não conseguiriam avaliar adequadamente o risco e evitariam emprestar para ele, o que seria uma tragédia para o nosso tecido econômico. A nossa recuperação será uma função da nossa capacidade de manter o nosso tecido econômico, de manter as nossas empresas vivas, porque o fenômeno atual é passageiro, daí a importância tão grande de crédito.

E, por fim, quanto a cooperativas, eu gostaria também de mencionar que até agora foram 3 mil contratos de 121 milhões. Sicredi e Sicoob devem entrar esta semana ainda no Pronampe. Contamos muito com vocês em todo esse processo de democratização do crédito no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Vamos ao próximo bloco.

No próximo bloco.

O Izalci está na sala? Izalci Lucas, Senador? (*Pausa.*)

Não está o Izalci Lucas.

Bem, o próximo bloco é o Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso; o Deputado Reginaldo Lopes, do PT, de Minas; o Deputado Mauro Benevides, do PDT, do Ceará; e a Senadora Zenaide Maia, do PROS, do Rio Grande do Norte.

Então, eu tenho que fazer uma pergunta de um internauta. Essa pergunta é do internauta Francisco Hidalgo, lá do Estado de Rondônia. Se eu não fizer essa pergunta – eu sou de lá também –, será cassado o meu mandato.

Então, Francisco Hidalgo é da representação das pequenas empresas: "Por que os bancos não aumentam o contingente de pessoas para analisar os projetos de viabilidade econômica dos micro e pequenos empresários, de forma a agilizar a análise do crédito? Por que sempre são delegados para empresas, para escritórios privados?". Essa pergunta eu encaminho para a representação do Banco do Brasil. Essa está feita, de Rondônia. Depois há outras, vou fazendo aos poucos.

Então, com a palavra o Senador Wellington Fagundes, pelo tempo de dois minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PL - MT) – Sr. Presidente, agora diminuiu ainda mais o nosso tempo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É porque há muita gente. Hoje foi um dia especial, diferente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Não vamos perder tempo então.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode entrar direto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar, Sr. Presidente, e lembrar que, há 15 dias, nós tivemos uma audiência em que eu estava ao mesmo tempo com os Prefeitos lá do norte do Araguaia, e o grande problema era exatamente o avanço da Covid no Araguaia, principalmente entre os indígenas, os xavantes. Hoje Mato Grosso virou o epicentro dessa doença que é a Covid. Por isso, eu quero aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, pedir atenção. O Gen. Braga Netto ficou de hoje nos dar uma decisão de como vai atuar.

Eu quero dizer aqui hoje, também nesta reunião, que, ao mesmo tempo, estou fazendo uma com companheiros da região sul de Mato Grosso. Está comigo o Ernando Cabral, que é o Presidente da Associação Comercial e Industrial da minha cidade; também o Thiago Speranza, que é o Presidente da CDL da nossa cidade; a Érika dos Santos, representando o Sebrae; e o Fábio Cardoso, que é economista e também Vereador da nossa cidade.

Eu vou tentar rapidamente aqui ver se consigo fazer as perguntas, Sr. Presidente.

Queria perguntar também se os recursos, as cooperativas – principalmente o setor da cooperativa... Foi-me colocado que elas estão tendo que adiantar os recursos, os recursos não estão chegando para que as cooperativas emprestem, então elas estão tendo que emprestar para depois receber o recurso.

Outro aspecto sobre as linhas de crédito, que têm sido disponibilizadas com o intuito de combater os efeitos perversos da pandemia a contento, aí é geral: como tem sido a operacionalização e a adesão a esses recursos, especialmente quanto à preocupante situação das micro e pequenas empresas, que tanto contribuem para a geração de empregos no País, mas que têm menor acesso a crédito e menor resiliência financeira?

Sendo assim, eu pergunto: as denúncias de falta de acesso ao crédito por parte dos micro e pequenos empresários procedem? Quais são e como funcionam as linhas de crédito direcionadas especificamente para o segmento? E o que poderia ser feito para que seja aplicado o acesso aos beneficiários dessas linhas de crédito?

Encerrando, Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Jorginho Mello, que é do meu partido e foi o autor desse projeto do Pronampe, pelo qual hoje felizmente nós temos uma perspectiva de ter juros acessíveis e não juros de agiotagem, como vinha sendo feito até agora. Então, eu parabenizo todos os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores por terem aprovado esse projeto, que hoje pelo menos já traz uma nova perspectiva ao micro e pequeno empresário, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

Dois minutos, Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

Eu estou te vendo na tela, mas não estou te ouvindo, Deputado Reginaldo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pronto, agora estou. Está bom. Beleza!

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Eu serei bem rápido – estou aqui com a minha menininha, Giovanna, fazendo as atividades.

Quero dizer que estou preocupado. Na minha avaliação, as micro e pequenas empresas que não quebrarem agora poderão ficar muito endividadas. Eu acho que o programa erra a partir do momento em que passa a responsabilidade de um percentual para o sistema financeiro. Nós conhecemos o sistema financeiro brasileiro: ele não tem disposição para o risco.

Segunda questão. Eu acho que seria mais importante para o Estado brasileiro e talvez exigiria menos recursos e seria mais objetivo e direto ter assumido o salário dos trabalhadores da micro e pequena empresa, mesmo que fosse um salário mínimo, porque, desse modo como está sendo feito, não está chegando o crédito, as empresas vão acabar demitindo, vão ficar endividadas, e o Governo vai também gastar com seguro-desemprego. Então, na minha opinião, está errado o programa do Governo; poderia ser muito mais ousado, pensar no País e proteger a economia, já que o Governo diz que tem preocupação com a economia, o que eu não acredito. Eu acho que ele aposta mais no caos.

É isso. Vamos seguir em frente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o meu caro Senador Confúcio – que alegria, mais uma vez, estar com o senhor aqui na nossa Liderança –, o Deputado Francisco Jr. e tantos representantes da microempresa, da empresa de pequeno porte,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participantes dos bancos também. Em especial, quero agradecer a presença do Secretário Carlos Da Costa, que tem sob sua responsabilidade a condução dessa questão.

São três ou quatro perguntas simples.

A primeira delas vai para o Silas Santiago, do Sebrae. Eu queria perguntar ao Silas o seguinte: o que está faltando para o Comitê Gestor do Simples Nacional fazer a prorrogação do não pagamento do Supersimples por mais três meses? É uma pendência dos Estados, é uma pendência do comitê? Enfim, o que falta, para que a gente possa auxiliar a decisão dessa questão?

Segundo ponto. Quero me dirigir ao Secretário Carlos Da Costa: onde está o regulamento desse fundo garantidor? É um decreto, é uma portaria? Onde está, para que a gente possa ler? Porque os bancos estão dizendo assim: as empresas de pequeno porte, que são aquelas que faturam até 4,8 milhões, o Banco do Brasil, por exemplo, às vezes não recebe. E o meu, que o senhor deve estar me ouvindo aqui... E muitas vezes o cara tem direito a R\$100 mil para ter uma operação de crédito, comprovado, firma idônea, e a ele foi dada a operação de 30 mil. Ou seja, nem o cumprimento da regra da lei está acontecendo. Isso é do regulamento? Isso é do Banco do Brasil? Enfim, eu queria entender onde está, para eu fazer uma leitura e compreender melhor, para a gente auxiliar, quem sabe, esse meio de campo em relação a essa questão.

Terceiro. Os bancos privados – Bradesco, Itaú Unibanco, Santander – vão se credenciar? Estão aguardando alguma decisão nossa? Do Governo? O que precisa ser feito para ampliar, portanto, essa demanda por crédito? Só o Banco do Brasil e a Caixa Econômica que vão, efetivamente, participar dessas operações?

Por último, ao Banco Central. Queria ouvir a opinião do Diretor Paulo Sérgio, apesar de não ser a área dele. O Tesouro está precisando de liquidez. O Banco Central, com o novo relacionamento Banco Central-Tesouro, está proibido de repassar o lucro das reservas cambiais, isso fica lá na conta de resultado do Banco Central. O lucro operacional não, ele repassa para o Tesouro semestralmente; mas a reserva não. Ele concorda que esse dinheiro da apuração do lucro da reserva cambial possa ser transferido ao Tesouro neste momento de pandemia?

A última pergunta que eu faria, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia. *(Pausa.)*

Senadora Zenaide, não estou vendo V. Exa. na tela.

Senadora Zenaide Maia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ela não está respondendo. Eu vou passar à frente. Depois, se ela voltar, a gente passa a palavra para ela.

Então, eu passo aqui a palavra, no lugar da Senadora Zenaide, para o Deputado General Peternelli, PSL, Estado de São Paulo. E parabéns a V. Exa., General, pelo relatório, juntamente com a Eliziane, sobre o Ministério da Saúde. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Presidente, nós ficamos muito satisfeitos na interação com a Senadora, foi muito positivo. Já estamos acompanhando para produzir o relatório desta semana.

Ficamos muito contentes com o resultado dessa reunião. É importante.

Nós também acompanhamos o Pronampe, que teve um êxito muito positivo inicialmente com a Caixa Econômica Federal. Está de parabéns o Celso Leonardo, que hoje a representa.

O Banco do Brasil reagiu também muito efetivamente e está exatamente procurando essas pessoas que precisam desse crédito. Isso é fundamental.

Concordo plenamente com que a descentralização do crédito é fundamental, em especial através das cooperativas. E me coloco à disposição também para colaborar no que for necessário, Senador.

Muito obrigado e um ótimo dia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Muito bem, vamos às respostas.

Senador Wellington Fagundes. A pergunta do Senador Wellington Fagundes é para Kedson Macedo, Presidente da Confebras (Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito).

Com a palavra Kedson Macedo, para responder ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. KEDSON MACEDO (Para expor.) – Senhores, em relação aos recursos que as cooperativas têm para capitalizar e direcionar para as micro e pequenas empresas, nós não temos tido problemas. Logicamente, estamos agora disponíveis para trabalhar também no âmbito do Pronampe.

Eu queria até pedir ao Ênio que complementasse a minha resposta porque o Ênio também é Diretor Operacional do Banco Sicoob e do Sistema Sicoob, que é um grande operador do sistema cooperativo, e tem os dados mais precisos.

Por gentileza, Ênio.

O SR. ÊNIO MEINEN (Para expor.) – Pois não. Muito bem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Caro Senador Wellington Fagundes, respondendo objetivamente à sua indagação, eu informo que algumas cooperativas estão, sim, se adiantando na liberação de recursos com condições equivalentes aos programas oficiais até que não sejam integradas, não estejam em condições de operar.

Mas eu fiquei muito feliz pela reafirmação aqui do compromisso do Carlos Da Costa de que as cooperativas estariam em condições, a partir do final desta semana, de também distribuírem recursos do Pronampe a partir de segunda-feira. A nossa expectativa é de, segunda-feira em diante, sim, distribuir esse recurso, operar esse programa em todo o País.

Com isso, eu também já respondo, Senador, à pergunta do Deputado Mauro Benevides no sentido de se os bancos vão se credenciar ou se as instituições privadas vão se credenciar. Eu digo que as cooperativas já se propuseram a isso e estão apenas esperando a liberação do FGO e do Banco do Brasil.

Por fim, eu aproveito aqui para agradecer a referência ao cooperativismo feita pelo Deputado General Peternelli.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Para responder ao Deputado Reginaldo Lopes, o Dr. Carlos Costa, do Ministério da Economia. Eles responde ao Deputado Reginaldo Lopes e a uma pergunta do Mauro Benevides também feita a ele. O senhor tem dois minutos, Sr. Carlos Da Costa.

Sr. Carlos Da Costa, o senhor está com a palavra.

O SR. CARLOS DA COSTA – Desculpe-me. Eu não ouvi o senhor me chamando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É o seguinte, Dr. Carlos: V. Sa. tem de responder ao Deputado Reginaldo Lopes e a uma pergunta dirigida a V. Sa. pelo Deputado Mauro Benevides.

Pode ficar à vontade.

O SR. CARLOS DA COSTA (Para expor.) – Isso, Senador.

Eu vou começar de trás para frente, primeiro falando para o Deputado General Peternelli que realmente o Pronampe tem sido um grande êxito. Eu acho que ele é um exemplo do trabalho conjunto entre Executivo e Legislativo.

Desde o início, o Senador Jorginho Mello trabalhou conosco na Sepec, trabalhou com o nosso querido amigo Guilherme Afif Domingos, um grande defensor do crédito para a micro e pequena empresa. Eu acho que isso é um símbolo do tipo do trabalho, de aonde podemos chegar quando nós trabalhamos juntos. A Senador Kátia Abreu também participou muito de todo esse processo, e vários outros Parlamentares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos regulamentos, Deputado Mauro Benevides – um grande parceiro também na nossa agenda econômica –, eles estão nos *sites* de cada banco. O do FGO, por exemplo, que é do Pronampe, você pode acessar no bb.com.br/fgo ou bb.com.br/pronampe. Mas no /fgo é onde estão todos os documentos, inclusive regulamentos.

Nós fizemos uma regulamentação recorde, duas semanas a menos do que o prazo que nós tínhamos. Liberamos isso rapidamente. O que realmente demorou um pouco mais foram os bancos preparando os seus sistemas. É isso que, às vezes, demora um pouquinho.

Sobre as cooperativas, o FGO desde o início está aberto a todas as cooperativas. Conversei bastante com o Presidente da OCB, e a Antônia Tallarida, Subsecretária de Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, pessoa da minha equipe a cargo disso, conversa quase diariamente com todas as instituições, inclusive Sicoob, Sicredi, para que esse crédito chegue rapidamente na ponta.

E, por fim, Deputado Reginaldo, o Governo assumiu o salário das micro e pequenas empresas até o limite do seguro-desemprego, com o benefício emergencial daqueles que suspenderam ou reduziram a sua carga, mas as empresas precisam de dinheiro para operar também, e é esse o foco de todos esses programas de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu passo a palavra agora, para responder ao internauta, ao Dr. Neudson Peres, do Banco do Brasil, por um minuto.

O SR. NEUDSON PERES DE FREITAS – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor está respondendo ao internauta Francisco Hidalgo, lá de Rondônia.

O SR. NEUDSON PERES DE FREITAS – Obrigado, Presidente.

Eu tinha anotado aqui, eu tenho também uma pergunta do Deputado Mauro Benevides, que em seguida pretendo responder.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

O SR. NEUDSON PERES DE FREITAS (Para expor.) – Ao Francisco Hidalgo, internauta de Rondônia, agradeço a pergunta.

O nosso objetivo no Banco do Brasil tem sido trabalhar com a simplificação das operações de crédito de forma que a gente consiga ganhar eficiência e entregar o crédito para o maior número possível de clientes. Para se ter ideia, a maior parte das operações do Pronampe que recebemos ontem nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguimos liberar no próprio dia. Então, para o cliente que estava com o cadastro o.k. e trazia a cartinha da Receita, a gente já estava conseguindo uma liberação rápida.

Na linha, por exemplo, de folha de pagamento, nós tivemos clientes que liberaram já direto pelo gerenciador financeiro, que é o nosso Internet Banking, e com muita simplicidade. Alguns clientes acharam tão simples que nos ligaram para confirmar se era aquilo mesmo, de tanta simplicidade. Essa tem sido a tônica. Não obstante, eventualmente a gente precisa de um projeto um pouco mais complexo, que tem que ser analisado por uma área especializada. Eu chequei aqui, e o prazo médio de resposta tem sido de no máximo 48 horas, o que a gente entende ser um prazo bastante adequado quando se trata de um projeto mais complexo. E a gente tem linhas de investimento mais simplificadas também que a gente consegue liberar no próprio dia para os nossos clientes.

Se o senhor permitir, eu queria só responder ao Deputado Mauro Benevides, que me fez uma pergunta sobre limites inferiores ao faturamento das empresas. Ontem nós fizemos as liberações e não encontramos grande problema em relação a isso. O Secretário Carlos Da Costa, em conjunto com a equipe, fez uma medida muito interessante, com apoio da Receita Federal, que foi enviar carta de faturamento para cada microempresa. Isso foi muito positivo, uma ação do Secretário com o Congresso que a gente vê como muito positiva e está facilitando o crédito lá na ponta. Não obstante, pode haver um ou outro cliente cujo limite de endividamento esteja um pouco mais comprometido, e aí são casos bem particulares. A gente trata caso a caso.

Encerro aqui por causa do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra para Silas Santiago, do Sebrae, responder por um minuto ao Deputado Mauro Benevides.

O SR. SILAS SANTIAGO (Para expor.) – Agradeço, Presidente Confúcio, e agradeço ao Deputado Mauro Benevides pela pergunta bastante pertinente. Nós pedimos, o Presidente Carlos Melles, do Sebrae, pediu para o Comitê Gestor do Simples Nacional, na pessoa do Secretário Tostes, da Receita Federal, essa prorrogação do ICMS e do ISS por mais três meses. Segundo notícias da Receita Federal, eles consultaram os representantes de Estados e Municípios, e nem em abrir a reunião para votar a prorrogação eles concordaram, eles manifestaram posição contrária a essa prorrogação. Por conta disso, Deputado, foi que nós patrocinamos, então... O Deputado de Pernambuco André de Paula apresentou o Projeto de Lei 3.566/2020, estabelecendo então por um projeto de lei a moratória dos tributos do Simples Nacional de abril a setembro. Nós entendemos que é uma medida extremamente necessária, porque os efeitos da pandemia ainda estão acontecendo. Então, a dificuldade das empresas permanece.

Já que o Comitê Gestor do Simples Nacional não conseguiu abrir reunião para votar, nós trabalhamos junto com o Dr. Everardo Maciel nesse projeto de lei, que foi apresentado pelo Deputado



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

André de Paula. E nós esperamos que ele tenha tramitação rápida, porque é muito importante nesse momento para atender as micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Mais uma pergunta dirigida ao representante do Banco Central, Paulo Sérgio, do Deputado Mauro Benevides.

O senhor tem um minuto para responder, Dr. Paulo Sérgio.

Paulo Sérgio, do Banco Central.

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Em relação ao questionamento do Deputado Mauro Benevides, ele fala da relação do BC com o Tesouro. Há uma disciplina toda em lei. Realmente não é da minha área. Logicamente, se houver alguma decisão, vai passar na Diretoria Colegiada, mas, de acordo com a previsão legal, teria que partir do Tesouro Nacional um eventual pleito nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Então, vamos em frente. Agora, mais um bloco.

A Senadora Zenaide não está. Então, eu vou fazer uma pergunta de um internauta do Amazonas.

Esta é para o representante do Sebrae, que responderá depois. Iury: "Pesquisa realizada pelo Sebrae mostra que 84% dos micro e pequenos empreendedores ainda não conseguiram crédito anunciado pelo Governo". A pergunta dele é: "Por quê?". Iury, do Estado do Amazonas.

Vamos agora ao último bloco: Senadora Kátia Abreu, Senador Carlos Fávaro, Deputada Regiane Dias, e Deputada Paula Belmonte.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os nossos convidados e os meus colegas Senadores.

Eu quero fazer dois questionamentos: um para o Governo, Sr. Carlos Da Costa; e outro para o Banco Central.

Com bancos, não adianta falar, Sr. Presidente; nós temos é que agir.

Veja bem, Sr. Presidente. Esse resultado extraordinário que tem sido colocado aqui várias vezes, por vários membros, eu quero questionar. Eu acho que nunca é demais nós fazermos uma reflexão da nossa ineficiência, da nossa incompetência. Nada individual, nem pessoal; eu falo ineficiência do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema. Quanto a isto, o nosso Relator Francisco Jr. tem que estar atento: o que nós podemos fazer de verdade para mudar essa cultura? Então, não adianta ficar questionando banco. Banco não vai fazer bonito, não tem espírito público. Sua cota de risco, sua cota daquilo... Esqueça, gente. Isso não existe em banco nenhum.

Então, o que nós estamos observando? São simples os números: 7 milhões de micro e pequenas empresas – eu tirei as MEIs. De 7 milhões de micro e pequenas empresas, foram atendidas até agora 6,8%. Este é o resultado espetacular: apenas R\$4,5 bilhões até agora do PESE, da folha de pagamento, que é um sistema mais antigo do que o Pronampe. Emprestou para a folha de 6,8% das empresas. Nós temos 32 milhões de pessoas, mão de obra de carteira assinada, pessoas formais. Isso atendeu 2 milhões de pessoas, 6,25% dos nossos trabalhadores. Esse é o resultado espetacular que nós estamos vendo.

Com relação ao Pronampe, Sr. Presidente, que é mais novo, eu entendo: dos 7 milhões de empresas, nós só atendemos até agora 18 mil, que representam 0,25% das empresas. É, de fato, um resultado espetacular, um bilhão.

Agora, Sr. Presidente, vamos aqui fazer um questionamento sobre o tempo que nós levamos: 22 dias da aprovação no Congresso até a sanção presidencial – foram usados 22 dias, sem necessidade nenhuma, para a sanção presidencial; reunião do FGO, mais um dia – foram 6 dias no total até a reunião do FGO; depois, a data da MP de crédito, mais 7 dias; depois, o início da contratação; depois, um erro no FGO, que inventou um tal de 80-20 para micro e pequenas empresas, que não estava na lei. Ao todo nós levamos, Presidente, da aprovação no Congresso Nacional até o primeiro contrato da Caixa Econômica Federal, 62 dias para que o microempreendedor segurasse os seus trabalhadores e se mantivesse de pé. Isso é, de fato, um resultado espetacular, Sr. Presidente?

Então, eu acho que temos de refletir internamente. Onde está errando o Congresso? Onde está errando o Executivo? Nós temos as melhores recomendações do Ministério da Economia. Paulo Guedes é um liberal, e a sua equipe é muito competente. Mas onde falhou num período tão grande como este de 62 dias, para quem precisava de uma quimioterapia para ontem, de um antibiótico para tratar a Covid para ontem? Sessenta e dois dias, Sr. Presidente! Eu peço a todos que deem a mão à palmatória.

E não vamos aqui pessoalizar, absolutamente. Eu me dou muito bem com o Paulo Guedes e tenho esperanças nele. Então, não é nada pessoal, é apenas nós pararmos de fazer de conta e darmos uma forma nisso. Quero lembrar que o Fundo Garantidor, se não for de 100%, não vai funcionar. De mais quanto tempo Paulo Guedes vai precisar para ver que isso não vai acontecer?

Sabe por que, Carlos Da Costa, nos Estados Unidos só 10% tiveram acesso ao crédito? Porque lá as empresas ganharam dinheiro na veia, dado! E, na Europa, igualmente! Por isso é que poucos foram tomar crédito. Aqui não, aqui são 100% emprestados e 85% de Fundo Garantidor. Então, perdoe,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinceramente, a minha indignação, que não é com você, não é com Paulo Guedes, mas com a vida, com o Brasil.

Eu tinha muitas esperanças de que nós fôssemos mais ligeiros. Empenhei a minha palavra nesse Pronampe, menti...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Kátia, foi por causa do tempo.

Vamos em frente.

Agora com o palavra o Senador Carlos Fávaro, do Estado do Mato Grosso.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para expor.) – Bom dia, Sr. Presidente, amigo Confúcio Moura, e todos os colegas Senadores.

Quero cumprimentar o colega...

O senhor me ouve, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está tudo bem, Carlos, pode continuar.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para interpelar.) – Está bem.

Cumprimento o colega Wellington Fagundes e todas as lideranças lá de Rondonópolis que estão acompanhando esta reunião. Cumprimento os Deputados Federais, as entidades de classe aqui representadas e as instituições financeiras.

Permita-me, Sr. Presidente, fazer uma breve explanação da minha participação nesta audiência pública.

A Agência Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá fez uma pesquisa, cujos números batem, inclusive, com a pergunta de um internauta do Amazonas que mandou um questionamento: Como está se comportando essa pandemia junto às empresas, às micro e pequenas empresas lá no Estado de Mato Grosso? Trinta e um por cento das empresas hoje se encontram fechadas; 29,5% das empresas entrevistadas já disseram que já demitiram funcionários nesse período; 44% das empresas procuraram crédito nas instituições financeiras, e 64% desses não conseguiram os créditos. E o que é mais avassalador: 9% das empresas não terão mais condições de reabrir as suas portas e voltar às suas atividades econômicas.

Isso mostra, Sr. Presidente, que esta pandemia, que é avassaladora sobre a vida dos seres humanos, também é avassaladora sobre a vida das empresas. O Congresso Nacional brasileiro, nós, rapidamente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem termos a forma de como deveríamos agir, criamos as alternativas, fomos o primeiro Congresso do mundo a instituir sessões remotas para que nós pudéssemos deliberar rapidamente, aprovar legislações, dar condições de o Executivo agir em prol do cidadão brasileiro, quer seja na área de salvar vidas, quer também para salvar as empresas.

O Governo Federal também, apesar da contextualização muito bem-feita da Senadora Kátia Abreu, que é tão dedicada e empenhada neste projeto do Pronampe, assim como o Senador Jorginho Mello, que se dedicam, como todos nós, mas eles, em especial, viram como demorou para o Governo Federal implementar, mas fez a sua parte.

Na semana passada – e por isso a minha participação –, eu, falando com os colegas, falava com a Senadora Kátia, por que os bancos estavam demorando mais ainda para implementar e atender, e seria o principal objetivo desta minha participação. E a Senadora Kátia me disse: "Olha, ainda assim, a Caixa Econômica está com mais vontade, está buscando". Já emprestou R\$1 bilhão, e hoje nós vimos os números: em torno de R\$2 bilhões emprestados. E o Banco do Brasil estava muito abaixo disso. E hoje eu até me dou por satisfeito com a boa vontade dos últimos três dias do Banco do Brasil, porque chegaram lá R\$3 bilhões praticamente, R\$2,5 de empréstimos. Então, há um avanço e um conjunto de Executivo, Legislativo e as instituições financeiras em querer atender o micro e pequeno empresário.

Então, para já finalizar, eu queria fazer, neste momento, um questionamento ao Ercílio Santinoni, da Conampe: como as instituições financeiras, o Ministério da Economia criou o portal do Empréstômetro, para nós podermos acompanhar, dia a dia, quem está tomando recurso, quanto e o que mais precisa ser feito, é possível a Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas criar um painel onde as empresas possam ranquear as suas dificuldades, o que está dificultando seu acesso ao crédito, para que nós possamos todos buscar as respostas, quer sejam medidas legislativas, executivas ou até das instituições financeiras, para que nós possamos, de fato, efetivar os empréstimos a essas empresas?

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Eu acho que o Senador Carlos Fávero direcionou a pergunta dele para dois: para o Carlos da Costa e para o Ercílio. Depois, na hora das respostas, a gente controla o tempo.

Com a palavra a Deputada Rejane Dias, do Estado do Piauí.

Pode falar, Deputada Rejane.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Presidente Confúcio, queria em seu nome cumprimentar os demais Senadores e Deputados.

Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo por esta iniciativa tão importante de chamar para uma audiência pública o tema extremamente relevante que é a questão das micro e pequenas empresas no Brasil, porque nós sabemos que quem mais emprega hoje no Brasil são exatamente os pequenos negócios, que impulsionam, portanto, a nossa economia.

E dizer também, Sr. Presidente, ouvindo atentamente a fala dos expositores e também dos internautas, que esta é uma preocupação nossa, do Congresso Nacional: salvar, enfim, viabilizar a sobrevivência dos pequenos negócios em todo o Brasil. E que me chamou a atenção essa matéria que eu vi com relação ao Sebrae, uma pesquisa que diz que 600 mil micro e pequenas empresas fecharam as portas devido à crise econômica do novo coronavírus no Brasil; consequentemente, nove milhões de pessoas foram demitidas com o fechamento desses empreendimentos.

Então, é uma pergunta que não quer calar de jeito nenhum – e eu acho que a Deputada Kátia foi muito feliz, quero aqui parabenizá-la porque tenho acompanhado realmente o quanto ela tem batalhado para que o Pronampe realmente possa mostrar a que veio –: por que essas linhas de crédito, especialmente do Pronampe, não estão chegando àqueles que mais precisam? Isso está levando à falência várias empresas, consequentemente à demissão de diversos funcionários. Então, quais são as maiores dificuldades, eu quero perguntar aqui aos expositores, para a liberação do Pronampe à micro e pequena empresa? Quais são realmente os entraves para que possamos salvar esses empreendimentos tão importantes para a nossa economia e, obviamente, salvar os empregos de milhares de pais de família no Brasil?

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputada Rejane, essa pergunta a senhora dirige a quem? Quem a senhora gostaria de que respondesse à pergunta?

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Bom, eu queria que fossem os expositores que representam os bancos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Escolha um, Deputada Rejane.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Eu não estou conseguindo...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Tem o do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, tem o Dr. Hélio, o representante do Governo, Carlos Costa, e o da Caixa Econômica também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Acho que o representante do Banco Central, não me recordo do nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Representante do Banco Central.

Com a palavra a Deputada Paula Belmonte.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF) – Vocês estão me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está excelente.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Que Deus abençoe a cada um dos senhores!

Como sempre, não sou membro da Comissão, mas tenho acompanhado e tenho ficado cada vez mais encantada, vendo o trabalho sério e comprometido de toda a Comissão, com a Presidência do Senador, do nosso Deputado Relator Francisco Jr. e de todos os participantes aqui.

A minha pergunta vai ser direcionada, se for possível, ao representante do Governo, Carlos Costa, e também ao representante da Caixa Econômica. É a respeito do Pronampe, que é algo fundamental agora para que a gente possa, como disseram aqui vários Parlamentares a respeito da sobrevivência da empresa e de quem ela emprega. É fundamental isso.

Nós sabemos que o Pronampe foi feito com essa questão da garantia, com esse fundo garantidor – só um minuto, por gentileza. A situação é que nós temos setores das microempresas que foram mais afetados, como, por exemplo, academias. Nós já tivemos algumas reuniões aqui no Distrito Federal: são mais de 600 academias que muitas vezes não têm nem perspectiva de abertura; há microempresários do setor de eventos... E, em relação a essas empresas, o Pronampe veio com o objetivo de facilitar em 30% do seu faturamento do ano passado. A situação é que – e infelizmente nós sabemos que isso não acontece só com a microempresa – a declaração é muito inferior à movimentação. Então, algo fundamental é que a gente possa pensar em uma outra linha de crédito. E aí o que eles estão pedindo é o seguinte: como é que nós podemos dar os nossos bens em garantia – por exemplo, não o meu bem pessoal, mas o bem das próprias academias de ginástica? Como é que nós vamos poder manter esses professores que estão aí, que são autônomos, para os quais os R\$600 não compensam, não facilitam a vida?

Então, o que eu gostaria de conversar com vocês, primeiro, é sobre como vamos tratar essas empresas que infelizmente não declararam o real faturamento e que estão precisando, sim, do auxílio; e também sobre a questão da garantia, do fundo garantidor. Num primeiro momento nós pensamos que realmente iria haver uma facilidade para aqueles bons pagadores, mas hoje nós verificamos que existe, sim, uma análise e que o fundo garantidor, muitas vezes, não está garantindo esse acesso ao Pronampe.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitando estes segundos que me restam, quero agradecer em especial à equipe da Caixa Econômica, que já esteve aqui comigo algumas vezes. Todas as vezes que eu solicitei que eles estivessem aqui conversando com os microempresários do Distrito Federal, prontamente eles me atenderam.

Um abraço e que Deus abençoe a cada um dos senhores!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Deputada Paula Belmonte.

Senador Izalci, o senhor estava fora e chegou. Eu lhe concedo a palavra, Senador Izalci Lucas do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Confúcio, a gente tem evitado... Acho que a culpa agora foi do Presidente, que marcou a reunião de Lideranças para hoje, e era para ter sido ontem; então, acabou prejudicando.

Eu nem sei... Eu me preparei aqui para conversar com todos eles aí, mas acabou atrasando. Então, eu queria fazer rapidamente, pode ser até que já falaram sobre isso...

A gente está acompanhando essa questão dos financiamentos. Em relação a todas as pequenas e microempresas é o que o Amin falou, quer dizer, a caixa d'água está cheia, e a torneira está pingando: há muito dinheiro, e não chega lá. Então, sobre a questão, por exemplo, do Pronampe, que nós aprovamos, tudo bem, foi aprovado um fundo garantidor de 15 bilhões. A expectativa nossa, inclusive do Presidente das Micro e Pequenas Empresas, que deu uma bela entrevista no *Correio* hoje, o Ercílio, é exatamente esta: a expectativa era de que esses 15 bilhões gerassem, pelo menos, uns 100 bilhões, 200 bilhões de financiamento, e parece que vai ficar elas por elas. Quer dizer, os bancos não estão assumindo a responsabilidade com relação ao risco de operações. Segundo a entrevista, a necessidade é de 200 bilhões para essas empresas se manterem, senão, vão fechar. Então, o que está acontecendo com os bancos? Já que o Banco Central está aí, o que está acontecendo, de fato? O programa do PESE e o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito não deram certo. Por exemplo, a expectativa era de 36 bilhões de financiamento; só fizeram até junho 4,5 bilhões. Então, esse crédito aí não funcionou, que é a questão da folha de pagamentos.

Com relação aos bancos públicos, nem o Banco do Brasil também está operando no sentido das pequenas e microempresas. Até o Pronampe... Uma preocupação nossa é a de que as pequenas empresas estão ficando para trás, pois 80% vão para as micro. Quando as pequenas vão pegar um financiamento, eles querem, primeiro, atender aos micro, para depois atender aos pequenos, que têm um faturamento maior. Então, essa é a maior preocupação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber do Ercílio, principalmente, quais as principais medidas que ele acha que têm de ser tomadas para facilitar o investimento e a contratação de empregados. Temos de fazer mais do que nós já fizemos, não é?

Então, Confúcio, era isso. Acho que vocês já trataram desse assunto, mas o que eu quero dizer é o seguinte: o dinheiro não está chegando. Estou conversando aqui com os pequenos empresários, que estão fechando. O Sebrae também está acompanhando. Se a gente não tomar uma providência para que esse dinheiro saia e para que os bancos realmente façam as operações... Está muito burocrático, estão pedindo coisas demais. Vocês sabem que todo mundo está inadimplente, porque, realmente, na pandemia, não há faturamento. E os bancos estão preocupados. Então, a coisa não está saindo. Esse é o maior problema que a gente tem. Mesmo a taxa de juros sendo baixa, acho que os bancos vão precisar cobrar uma taxa maior. Então, isso está criando dificuldades.

Então, eu queria ouvir por parte dos bancos que estão aí o que nós podemos fazer para que esse dinheiro chegue às pequenas empresas e também às microempresas.

Era isso, Confúcio. Nem sei se já trataram disso aqui, mas essas eram as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Muito bem, gente, nós terminamos aqui os blocos.

Depois das respostas, retornarei a palavra ao Deputado Francisco Jr., que é o Relator, para ele fazer as últimas indagações. Logo depois, nós faremos o encerramento. Já temos 2 horas e 37 minutos de audiência. E, com essa resposta, vamos chegar próximo a três horas de reunião.

A Senadora Kátia Abreu dirigiu a sua pergunta a duas autoridades: Dr. Carlos da Costa, que representa o Poder Público, e Paulo Sérgio, do Banco Central.

Vou conceder a palavra a Carlos da Costa, que tem um minuto e meio para responder à Senadora Kátia Abreu, e a Paulo Sérgio, também por um minuto e meio.

Então, V. Exa. está com a palavra, Carlos da Costa.

O SR. CARLOS DA COSTA (Para expor.) – Pois não!

Presidente, o sucesso do Pronampe, principalmente agora que as instituições começaram a entrar realmente no programa – primeiro, foi a Caixa e agora o Banco do Brasil, e há vários outros entrando –, é resultado de um trabalho, como eu disse, em equipe entre várias áreas do Executivo e o Legislativo. Não é à toa que ele está dando certo. Vários ajustes foram feitos, desde o projeto inicial do Senador Jorginho Mello até a sanção e depois, ao longo da elaboração do regulamento do fundo, do estatuto do fundo. Isso envolveu muitas negociações não só com Parlamentares, por exemplo, mas também com bancos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós demoramos realmente, mais do que eu gostaria, para chegar à sanção, pois foram 22 dias, mas foram 22 dias de intensas negociações para saber o que seria vetado para viabilizar o programa e o que seria mantido. O que nós não queríamos, de maneira nenhuma, era aprovar em uma semana um programa que depois não fosse funcionar. Então, os vetos foram difíceis, mas com apenas um objetivo: fazer o programa funcionar. Então, a gente conversava com a Febraban, conversava com os bancos – Caixa Econômica, Banco do Brasil – o que precisava vetar: "Se mantiver isso aqui, o programa não vai funcionar". Foram muitas negociações, mas a partir daí que o programa está sendo um sucesso.

Depois nós regulamentamos. Tínhamos um mês para regulamentar e regulamentamos em 20 dias o programa. Foi a regulamentação recorde, porque é difícil. São várias assembleias dos fundos, vários processos internos e em procuradorias, até que em 20 dias regulamentamos tudo e depois mais vinte e poucos dias para os bancos começarem a operar. E o Celso sabe disto – e o Carlos Motta, do Banco do Brasil, o próprio Ênio também: que Antônia Tallarida e eu ligávamos para os Presidentes dos bancos, para os Vice-Presidentes diariamente, às vezes mais de uma vez por dia, para fazer com que o programa chegasse na ponta. Mas nós não queríamos fazer um programa em 20 dias que não fosse funcionar.

Hoje o programa está funcionando, o crédito está chegando na ponta. Nós, inclusive, já estamos preocupados, porque os 15,9 bilhões, que alavancam 18 bilhões na ponta, vão terminar em breve, e é porque o programa é um sucesso, decorrente de um trabalho harmonioso com o Senador Jorginho Mello, com tantos outros Parlamentares, que sempre foram muito contributivos nessa jornada.

Eu tenho outros comentários sobre o que outros Parlamentares aqui comentaram, mas aí vamos deixar talvez para um segundo momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Paulo Sérgio, pelo tempo de um minuto e meio, para responder à Senadora Kátia Abreu.

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Como foi explicado, acho que uma coisa que tem que ser considerada é que, ao contrário do que aconteceu em diversos países, países até avançados e que têm uma situação fiscal bem melhor do que a situação brasileira, eles tiveram retração da carteira de crédito ao longo desse período, enquanto o Brasil, mesmo diante de um cenário bastante adverso, teve o crescimento da carteira. Os bancos, desde bancos grandes até bancos de médio e pequeno porte, as cooperativas, nos últimos quatro, cinco anos, direcionaram os seus esforços para as micro, pequenas e médias empresas. O crescimento que a gente vinha observando era nesse segmento, não era no segmento de grandes empresas.

O teste de estresse que o Banco Central fez em função do risco da pandemia mostra o impacto potencial na carteira de crédito dos bancos de mais de R\$390 bilhões, caso aconteça uma situação pior.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os bancos têm todo o interesse em prestar assistência neste momento, é o que tem acontecido, e logicamente, como eu falei, entra agora num momento em que você precisa ter, de alguma forma, uma presença mais atuante do Estado compartilhando risco, assumindo risco, e eu acho que o trabalho do Secretário Carlos Costa tem sido brilhante nesse sentido.

A gente tem convicção de que, nos próximos meses, os programas, a exemplo do PESE, em cuja formulação a gente esperar contar com o apoio do Senado, bem como o Pronampe e o FGI, vão acelerar a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Muito bem.

Agora eu tenho as perguntas do Senador Carlos Fávaro. Ele direcionou as perguntas para dois interlocutores: Carlos Costa e Ercílio Santinoni.

Dr. Carlos Costa, o senhor pode responder ao Senador Carlos Fávaro? *(Pausa.)*

Carlos Fávaro... O senhor anotou alguma pergunta dele, Dr. Carlos Costa? *(Pausa.)*

Senador Carlos Fávaro, o senhor tem a resposta para ele?

O SR. CARLOS DA COSTA (Para expor.) – Presidente, o senhor quer que eu fale agora sobre as outras ou depois, quando o senhor identificar cada pergunta? *(Pausa.)*

Eu não estou ouvindo. Espero que vocês estejam me ouvindo.

Então, me deixe já começar a responder as outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É a pergunta do Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS DA COSTA (Para expor.) – Pois não. Então, vamos lá.

Já vou aproveitar e responder também a Deputada Paula Belmonte e a Deputada Rejane Dias, porque estão todos interconectados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso, pode fazer.

O SR. CARLOS DA COSTA (Para expor.) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode.

O SR. CARLOS DA COSTA (Para expor.) – Muito obrigado.

Acho que todas as três perguntas e também a do Senador Izalci são todas relacionadas àquilo que nós temos discutido desde o início, que é como fazer com que as linhas de crédito cheguem. Nós ontem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos, como fazemos semanalmente, uma reunião com mais de 30 representantes de entidades de micro e pequenas empresas. O Presidente Ercílio Santinoni, por exemplo, estava lá.

E o que nós ouvimos foi que existe hoje uma heterogeneidade. O que significa isso? Há gerente que está liberando muito, há gerente que não está liberando; há banco liberando muito, há banco que não está liberando. Por exemplo, o representante dos franqueados estava exultante. O Ercílio estava lá falando: "Todo mundo está conseguindo crédito". O outro já dizia: "Não, olha, eu estou com dificuldade aqui de crédito". Por quê? Porque agora é que está chegando. Eu acabei, inclusive, de receber uma mensagem de um vice-presidente de um dos bancos dizendo o seguinte: "Carlos, nós já estamos chegando ao limite que vocês deram para a gente. A gente vai precisar de mais limite. Está um sucesso o programa!". Está chegando agora. Demorou, mas agora está chegando com todos os ajustes que foram feitos. Isso é resultado da democracia pulsante, como o Ministro Paulo Guedes sempre fala. Agora, isso exige ajustes, exige briga. A gente liga, briga com o vice-presidente daqui, tem que liberar, não tem que cobrar TAC, e assim por diante.

Agora, há dois canais de comunicação que eu gostaria de deixar aqui. Conversei, inclusive, com o Deputado Efraim sobre como introduzi-lo de maneira explícita no FGI – sugestão dele. Um deles é o consumidor.gov.br. Lá todo cliente de banco pode dizer quais as dificuldades, inclusive, se algum banco está exigindo reciprocidade, que é uma espécie de venda casada, que é o banco dizer o seguinte: "Eu lhe dou o crédito, desde que você contrate seguro, título de capitalização, consórcio e assim por diante". Isso é ilegal. E ontem, inclusive, tivemos uma reunião com o Luciano Timm, Secretário Nacional do Consumidor, e com esses representantes das micro e pequenas empresas para que seja criada uma força-tarefa e uma investigação sobre se há dificuldades ilegais sendo impostas por algumas instituições.

Agora, outra dificuldade é a natural de comunicação, de treinamento. O Vice-Presidente Celso, da Caixa, por exemplo, já falou que eles fazem diariamente treinamento. Até que isso se cristalice e outras instituições entrem, talvez demore um pouco mais, mas estamos absolutamente seguros de que o crédito está chegando e de que isso vai ser fundamental para a recuperação.

Uma última...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Agora, passo a palavra para Ercílio Santinoni, para responder ao Senador Izalci e à Deputada Paula Belmonte.

Pode falar, Sr. Ercílio.

O SR. ERCÍLIO SANTINONI (Para expor.) – Vamos lá.

Sobre a criação de um portal para se ouvirem as reivindicações, as reclamações, é possível ser criado, sim. Vou ver com o meu pessoal de TI e podemos divulgar uma forma – vamos dizer assim – de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

facilitar esse receber de todas as dificuldades que os empresários estão encontrando, tanto com bancos quanto com Governos também. Em muitos lugares há problemas com prefeituras, no Estado. Vamos fazer isso.

Sobre como fazer chegar o crédito, nós temos que... Nós vivemos num momento, num mundo, onde o gerente do banco perdeu o poder. Ele liga o computador e você tem ali o seu limite de crédito. Esse limite de crédito, como eu disse antes, depende da utilização dada anteriormente.

Agora, eu acho que no caso, por exemplo, desse problema que nós estamos enfrentando de que em vez de 30% do faturamento, o gerente libera... O sistema libera um valor menor. Eu acho que isso seria uma das coisas que poderia ser analisada no sentido de nós, neste momento, aumentarmos um pouco esse limite já preestabelecido para as empresas, porque afinal de contas nós tivemos um período sem receita e precisamos de mais dinheiro do que normalmente se usava e havia no limite.

Também a utilização do cadastro positivo. Isso é o que tem sido apresentado como melhor solução, Senador Izalci, para que o acesso seja facilitado: o banco usar o cadastro positivo.

Nós não podemos esquecer que muito disso que se está dizendo que os bancos estão financiando, da micro e pequena empresa, são renovações de crédito. Eu tive uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode concluir, doutor.

O SR. ERCÍLIO SANTINONI (Para expor.) – Eu tive uma reunião com o diretor do BLB, e ele estava me falando do volume de recursos, de empréstimos que foram renovados, porque as pessoas não podem pagar, então, renovaram. E os bancos utilizam esse valor também como valor emprestado. E não é. Isso daí somente são renovações. E essas linhas, por exemplo, do Pronampe, que estão chegando, não são suficientes. Realmente a necessidade de crédito vai muito além daquele dinheiro que está disponibilizado.

Então, ontem, eu falei com o Secretário Carlos Da Costa e ele disse que irá aumentar os limites do Pronampe. Mas terão de ser aumentados e muito, porque senão nós teremos julho como o pior mês da micro e pequena empresa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Bem, estamos chegando ao final da nossa audiência pública maravilhosa. Antes, quero fazer um breve comentário, não é pergunta a ninguém, é apenas para valorizar aqui os representantes das organizações civis do microcrédito, as OSCIPs: Pedro Ananias, Claudia Cisneiros e Luiz Carlos Floriani; as cooperativas de crédito e os demais.

Eu acho que, no Brasil, com 38 milhões de invisíveis, a única instituição creditícia possível de acolher os invisíveis e informais são as OSCIPs. E as OSCIPs têm tido, ao longo do tempo, uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

discriminação fantástica pelo Banco Central e pelo BNDES. Precisamos permitir que essas pessoas, que são excluídas do crédito, excluídas da política bancária convencional, sejam acolhidas, porque quem sabe trabalhar com pobre são as OSCIPs. Isso é uma coisa verdadeira, um fato consumado no mundo inteiro. Então, os trabalhadores informais são acolhidos pelas OSCIPs, pelas cooperativas de crédito solidárias, os chamados bancos do povo, criados lá em Bangladesh, há muitos anos.

Saúdo todos vocês. Está na hora, mais do que nunca, de as instituições financeiras ou creditícias, como o Banco Central, BNDES e o próprio Governo, credenciarem e acreditarem nas organizações de microcrédito produtivo e solidário, que são as OSCIPs.

Assim, passo a palavra para suas considerações e seus questionamentos finais ao nosso Relator, Francisco Jr. Com a palavra o Deputado Francisco Jr. (*Pausa.*)

O senhor está ouvindo?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Liberou agora.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Muito bem. Primeiro, quero agradecer a todos e parabenizar pela participação de todos vocês. O bom debate sempre é muito bem-vindo. Então, parabéns a todos vocês e, mais uma vez, ao Senador Esperidião Amin, que teve essa sacada, com esse importante requerimento de poder colocá-los, entre aspas, "frente a frente".

Eu queria me dirigir ao setor produtivo. Dirijo esta primeira pergunta ao Sr. Ercílio Santinoni, Presidente da Conampe: qual é a perspectiva para o setor produtivo com relação aos próximos meses? O que o Governo deveria ter feito e não fez ainda? Qual é sua sugestão para que possamos ter algumas ações concretas por parte do Governo como um todo, Executivo e Legislativo?

Dirijo a segunda pergunta ao Sr. Pedro Ananias, Consultor da Abcred: com relação à manutenção dos empregos, uma das premissas dos diversos programas do Governo é manter a economia funcionando com nível adequado de emprego. Só que muitos empresários continuam a demitir seus trabalhadores. O que precisa ser feito para que haja um pacto de manutenção do emprego durante este, que é um dos momentos mais delicados da história do nosso País?

A terceira pergunta, eu quero dirigir, eu não lembro quem fez o comentário, mas a alguém falou sobre o marco das micro e pequenas empresas. Eu gostaria, então, de pedir – eu não lembro, eu não anotei na hora quem falou –, por gentileza, que ele se apresente e fale, primeiro, qual é a importância do marco. Nós temos o compromisso da equipe econômica do Governo de colocar em votação todos os marcos regulatórios, tanto é que acabamos de aprovar o do saneamento, e são fundamentais. Então, eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de ouvir de vocês: qual é a importância da aprovação do marco e o que muda de mais significativo com a sua aprovação?

O que seria interessante para este momento com a aprovação do marco? Acho que ele é importante a todo instante, mas, de fato, agora por que priorizá-lo? Acho que seria interessante fazermos essa discussão.

Por fim, quero me dirigir ao Banco Central na pessoa do Sr. Paulo Sérgio e insistir, fazer um pedido: eu quero fazer eco às palavras da Senadora Kátia Abreu no sentido de pedir transparência e publicidade em todos os dados, da forma como ela falou, do "Emprestômetro" – o senhor inclusive fez essa citação na sua fala inicial –, mas também que o BC atue como regulador e, de forma especial, com relação às contrapartidas.

Nós não vamos conseguir exigir das entidades financeiras uma cota-parte de sacrifício, eu entendo isso, mas nós precisamos, do ponto de vista da regulação disso, poder também não permitir que este seja um momento em que se tenha – eu vou usar uma expressão pesada não justa – enriquecimento ilícito, um aproveitamento não diretamente, mas com as contrapartidas, aproveitando a argumentação da Senadora Kátia Abreu. Gostaria que o senhor comentasse neste sentido: como fazer para impedir isso? Nós entendemos as regras do mercado, mas nós também temos que insistir nas questões atípicas da pandemia.

Mais uma vez agradeço. Reconheço o esforço e o trabalho de todos vocês e os limites também, mas este é um momento em que nós não podemos parar nos limites, nós precisamos, todos os segmentos, fazer o algo mais para podermos sair dessa pandemia e termos um reinício de tudo isso no pós-pandemia o mais breve e com a melhor qualidade possível. Muito obrigado e parabéns a todos vocês que participaram deste debate.

Obrigado, Presidente Confúcio. Mais uma vez, parabenizo o senhor pela condução equilibrada, sensata que o senhor sempre faz. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Francisco, a segunda pergunta foi para quem?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – A primeira pergunta, para o Sr. Ercílio Santinoni; a segunda pergunta, para o Pedro Ananias, da Abcred; a terceira, para quem fez o comentário sobre o marco regulatório, não lembro quem foi; e a última, para o Diretor do Banco Central, Sr. Paulo Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra o Sr. Ercílio Santinoni, para responder ao Deputado Francisco, por um minuto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERCÍLIO SANTINONI (Para expor.) – Vamos lá! O futuro, nós somos bastante otimistas. Nós entendemos que as coisas não vão voltar ao normal que nós tínhamos rapidamente, mas já estamos vendo que devagarinho nós podemos voltar a um patamar muito bom.

A micro e pequena empresa se adapta muito facilmente aos problemas, inclusive com substituição de produto. Prova disso é que nós estamos vendo um número muito grande de pessoas, de microempresas que não faziam venda pela internet e estão fazendo. E voltaram a se associar, os pequenos estão se juntando. Nós acreditamos neste País e acreditamos que vamos rapidamente voltar a ter condições de sobrevivência para depois ter lucro.

O que não foi feito foi a aprovação do sistema nacional de garantias e do sistema de recuperação judicial específico de micro e pequenas empresas, mas ainda está em tempo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra Pedro Ananias.

Pode falar, Pedro Ananias; libere o seu áudio, o som.

O SR. PEDRO ANANIAS ALVES (Para expor.) – Agradecendo ao Presidente...

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo bem.

O SR. PEDRO ANANIAS ALVES (Para expor.) – Agradeço ao Presidente pela lembrança das OSCIPs de microcrédito como sendo um canal que sabe lidar com o informal, sabe lidar com o pobre. E, por trabalharem só com o crédito, aprenderam a desenvolver a metodologia que diminui muito essa aversão ao risco e aí conseguem chegar a esse empreendedor mais simples. Nós podemos estimar em torno de 15 milhões de informais no Brasil, então há um segmento muito grande que precisa ser atendido.

Respondendo à pergunta do Deputado Francisco, eu acredito que a manutenção do emprego está no DNA das OSCIPs, porque elas lidam muito com um empreendedor que muitas vezes é sozinho ou tem no máximo um familiar trabalhando junto ou algum empregado com carteira assinada. Então, é muito enxuto. Nesse contexto da orientação que a Oscip dá, está sempre presente um impacto social, que é a manutenção desse emprego. Então, essa ação está diretamente ligada à nossa preocupação e das OSCIPs com emprego.

Temos esse projeto no Sebrae Nacional e vou tomar a liberdade de encaminhar para Comissão um documento da Abcred que retrata um diagnóstico desse papel da Abcred e a forma de aprimorar, de expandir esse atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Paulo Sérgio, Banco Central, para responder ao Deputado Francisco Jr.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA (Para expor.) – Obrigado, Exmo. Sr. Presidente. Obrigado também ao Deputado Francisco Jr. pelo trabalho, pela forma sempre respeitosa, com o objetivo de contribuir, como nos trata.

O Banco Central está atento tanto à parte de conduta quanto à parte prudencial das instituições. Temos divulgado semanalmente os números em nosso *site* para toda a sociedade. E agora iniciam alguns programas que saem um pouco da esfera de atuação do Banco Central, mas são programas com risco compartilhado, que estão mais na esfera de atuação do Secretário Carlos Costa. Ele também assume o compromisso aí de estar divulgando o "emprestômetro" para toda a sociedade e com certeza vocês vão poder acompanhar.

A gente espera a contribuição do Congresso nas medidas necessárias para que o crédito chegue o mais rápido possível a todos os segmentos.

E muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença dos convidados: Ercílio Santinoni, Rosi Dedekind, Adael dos Santos, Kedson Macedo, José Edvaldo Nunes, Pedro Ananias Alves, Luiz Carlos Floriani, Augusto Sperotto, Paulo Sérgio Neves de Souza, Silas Santiago, Bruno Laskowsky, Marcelo Porteiro Cardoso, Celso Leonardo Barbosa, Neudson Peres de Freitas e Dr. Carlos Da Costa, do Ministério da Economia.

Eu agradeço a presença das Sras. e Srs. Parlamentares nesta reunião. Agradeço a participação dos internautas, de muitos deles: Richardson Marques, de Santa Catarina; Francisco Hidalgo, de Rondônia; Gervasio Assunção, da Bahia; Helio, da OAB de Santa Catarina; Iury Antoniele Silva Lima; e Cleiton Ferrera, de São Paulo. Não foi possível fazer a pergunta de todos pelo adiantado da hora.

Agradeço aos telespectadores da TV Senado e da TV Câmara.

Convido-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 9 de junho de 2020, às 10h, para audiência pública, atendendo o Requerimento nº 26, de 2020, de autoria do Deputado João Campos, para discutir o panorama da educação diante da atual pandemia.

Obrigado a todos. Parabéns a todos!

Declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos!

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia nove de julho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Cacá Leão, Francisco Jr., Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, João H. Campos e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Paulo Ganime, General Peternelli, Paula Belmonte e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Luiz Carlos Motta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 57, de 2020** que : "Convida para audiência pública o Sr. Rafael Tajra Fonteles - Secretário Estadual da Fazenda do Piauí e Presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda e do Distrito Federal (COMSEFAZ)." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 58, de 2020** que : "Convida o Sr. Cezar Miola - Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, para Audiência Pública." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para debater o panorama da Educação diante da pandemia (Reqs. 26 e 52/2020). **Participantes:** Luiz Roberto Liza Curi, Presidente do Conselho Nacional de Educação - CNE.; Josué Modesto, Secretário de Educação do Estado de Sergipe. (representante de: Cecília Motta - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED.); Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.. Cezar Miola, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **Resultado:** Reunião realizada: - 1ª parte Deliberativa realizada - 2ª parte Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/07/09>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos, bom dia, meus amigos Deputados, Senadores, convidados e telespectadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus.

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo. A ordem da fala será: primeiro, o Relator; em seguida, o autor do requerimento, os titulares inscritos, e os suplentes; por último, os Parlamentares não membros.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Por nós não termos ainda o quórum de sete membros, vamos deixar a ata para depois.

A presente reunião divide-se em duas partes: a primeira parte é deliberativa para apreciar o Requerimento nº 57, de 2020; a segunda parte é uma audiência pública que atende ao Requerimento nº 26, de 2020, de autoria do Deputado João Campos, do PSB, de Pernambuco, e ao requerimento de aditamento ao primeiro.

Como nenhum dos convidados entrou na tela, vamos bater um papo informalmente até que eles entrem na página.

Com a palavra o Senador Espiridião Amin. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falta o som, Espiridião.

O Espiridião quer falar. Cadê o som dele? (*Pausa.*)

Um pouquinho só, Esperidião, só um pouquinho. É aqui com a gente. Espere um pouquinho. A menina não estava trabalhando, problema técnico do Senado. Vamos ver se ele consegue já liberar o som.

Já temos quantos membros?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pronto.

Senador Esperidião, pode liberar o seu som. Pode liberar.

Bom dia, Senadora Eliziane, poderosa!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Pela ordem.) – Bom dia, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Bom dia colegas, incluindo a nossa Senadora Eliziane, cuja face eu não vejo ainda. Está escondendo o ícone dela.

Eu queria fazer dois comentários muito rápidos, Presidente.

Primeiro, mais uma vez quero cumprimentá-lo, como fiz ontem, pela condução da nossa reunião de anteontem, do dia 7, porque eu acho que foi uma reunião histórica sob o aspecto de permitir que nós déssemos voz àqueles que efetivamente vivem o drama da falta de empréstimos para micro e pequenas empresas.

E o segundo comentário se divide em duas partes. Primeiro, é muito importante que o nosso Francisco Jr. e todos nós cobremos o que o Carlos Da Costa prometeu, que é a segmentação dos empréstimos por porte de empresa. Simplesmente o Banco do Brasil informa que fez 50 mil operações, R\$3,7 bilhões. Eu fiz a minha conta – o Hildo Rocha deve ter feito também – e deu: empréstimos de R\$60 mil em média. Essa média é muito superior à média de empréstimos de um empreendedor individual e mesmo de uma microempresa. Não é fácil uma microempresa conseguir um empréstimo de R\$60 mil. Portanto, nós precisamos saber qual é a faixa de porte de empresa que está sendo beneficiada, ou seja, este número tem que ser segmentado pelo porte da empresa que contratou o empréstimo. Isso aprimoraria o "Empréstômetro", que foi uma das grandes contribuições da Senadora Kátia Abreu à nossa Comissão.

E o segundo aspecto que remanesce da reunião de terça-feira é mais importante ainda: nós temos que aprimorar a legislação para que as OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinadas ao microcrédito sejam efetivamente introduzidas nas nossas linhas de crédito como agentes financeiros, inclusive fiscalizados – esses agentes – pelo Banco Central.

Isso é o que eu gostaria de dizer na abertura da reunião.

E vou disponibilizar as notas técnicas a respeito destas duas situações: segmentação dos empréstimos concedidos pelo porte da empresa – então, emprestei R\$1 mil para uma microempresa do Maranhão, segmentação por porte e por Estado; naturalmente aí fica identificada também a instituição financeira –; e, segundo, é essa concertação legal para que as OSCIPs sejam guindadas à condição que as cooperativas de crédito já têm na legislação; e, pelo que nos informou aquele Ênio Meinen, que deu uma boa contribuição à nossa reunião, já poderão ser agentes financeiros dessas linhas de crédito da pandemia.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

Você escutou?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Os nossos convidados estão com problemas técnicos para entrar em nossa página. Enquanto isso, enquanto eles chegam – depois, ao chegarem, eu vou pôr em votação os requerimentos e a ata –, se algum dos Senhores desejar falar...

Conseguiu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Tá. Então, vamos aproveitar aqui.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 18ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat* do aplicativo. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

A presente reunião divide-se em duas partes. A primeira parte é deliberativa, para apreciar o Requerimento de 57, de 2020. A segunda parte é uma audiência pública que atende o Requerimento nº 26, de 2020, de autoria do Deputado João Campos, do PSB, de Pernambuco, e o Requerimento 52, de 2020, em aditamento ao primeiro.

Em votação o Requerimento 57, de 2020.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 57, DE 2020**

Convida para audiência pública o Sr. Rafael Tajra Fonteles - Secretário Estadual da Fazenda do Piauí e Presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda e do Distrito Federal (COMSEFAZ).

Autoria: Senador Confúcio Moura

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Desculpe.

Votação de um item extrapauta. Em votação o Requerimento 58, de 2020, até a pedido da Senadora Kátia Abreu.

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 58, DE 2020**

Convida o Sr. Cezar Miola - Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, para Audiência Pública.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Convida o Sr. Cezar Miola para esta audiência de hoje. Ele está com algumas audiências lá no tribunal; daqui a pouco, ele entra e fala.

Aqueles que concordam com a presença e o convite ao Cezar Miola permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Só isso aqui?

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Não entrou ninguém ainda na página.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A palavra está franqueada aí para os senhores baterem um papo. Fale aí um pouquinho, Kátia, sobre o "Emprestômetro". *(Pausa.)*

Kátia Abreu, libere o áudio dela. Libere o áudio da Senadora Kátia. Libere o áudio...

Liberado, Kátia, pode falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PP - TO. Pela ordem.) – Muito obrigada.

Bom dia a todos os colegas!

Eu só queria dizer, Senador Esperidião, que essa divisão por micro e pequenas é perfeitamente possível. Esses dados já estão disponíveis, e eu vou repassar para ele, para todos da Comissão. Inclusive, os empréstimos do Pronampe, até agora, para as micro está um pouco maior, como já era esperado em relação às pequenas. E isso é muito bom, porque as micro são 6 milhões de empresas e as pequenas, apenas 1 milhão. Então, está em torno de 60% para as micro e 40% para as pequenas.

Eu vou providenciar por Estado, porque também é perfeitamente possível identificar esses números por Estado também. É bom que os colegas Senadores vão pressionando os bancos de forma regional e os superintendentes dos bancos regionalmente.

E acho, Sr. Presidente – discuti isso também com o Esperidião Amin –, que os recursos do Pronampe já começam a ficar insuficientes. Eu penso que os recursos da folha de pagamento, os 40 bilhões, poderão ser deslocados para o Pronaf, porque é uma linha de crédito que não deu certo, e o Pronampe está de vento em popa – atrasadíssimo, mas de vento em popa.

Então, eu já mantive um contato com o Ministro Paulo Guedes para levantar essa hipótese, já estou com a minha equipe no Senado trabalhando e estudando a forma legal de fazê-lo, caso o Governo também concorde, para nós passarmos pelo menos mais 20 bilhões para o Pronampe.

A outra questão importante que o Senador estava comentando agora há pouco é com relação às OSCIPs, às *fintechs*, enfim, a todas essas menores que emprestam especialmente para os microempreendedores. Nós precisamos de uma forma de encontrar *funding* para eles, porque o caso deles é diferente do dos bancos. Os bancos têm capital próprio e emprestam baseados no fundo garantidor dos 16 bilhões. Só que esses menores, esses especializados em microcrédito não têm *funding*. Eles precisam de *funding* para emprestar. Eles, de certa forma, até dispensam o fundo garantidor, porque têm costume de emprestar, conhecem as pessoas, estão localizados nos lugares mais remotos do Brasil. Então, é uma relação quase que pessoal com os clientes. Eles precisam de *funding*, porque eles não têm. E o Pronampe, no caso, não tem autorização para repassar *funding*. Então, nós temos que encontrar uma outra forma de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repassar dinheiro para eles, capital para eles poderem emprestar. Eu tenho certeza de que seria um sucesso absoluto e com baixíssima inadimplência, porque eles têm o hábito.

Aquela audiência pública aqui – eu quero parabenizar o senhor e também o Esperidião Amin que a propôs – foi maravilhosa e esclarecedora. Eu aprendi muito. Havia coisas que eu nem conhecia que existiam, como essas pequenas empresas de crédito. Eu não conhecia todas. Estou fazendo um estudo sobre todas elas. Quero transmitir isso para o Ministro Paulo Guedes e para o Presidente do Banco Central para ver se eles nos ajudam a pensar em como encontrar capital para essas empresas emprestarem crédito especialmente. Elas são especialistas em MEI, o microempreendedor individual, e especialistas nos micros. Então, é MEI e micro, que é justamente uma faixa que tem muita dificuldade de alcançar o crédito. Eu acho que elas complementam os grandes bancos, que ficam normalmente com as pequenas e as médias.

A Caixa Econômica está descendo bem o tamanho da empresa para micro. Acho que ela vai sair dessa pandemia muito maior do que entrou em termos de experiência e de execução de microcrédito.

Já na crise de 2018... Desculpem-me, na crise de 2014 para cá, o Banco do Brasil... É 2018, sim. O Banco do Brasil fez muito bonito com o microcrédito, emprestou bastante, foi o campeão de empréstimo. Eu acho que a Caixa também vai se sair assim. E a descoberta do Brasil dessas microempresas financeiras, acho que vai ser a grande novidade também pós-pandemia. O conhecimento total das cooperativas de crédito eu também incluo nesse *funding*, precisa de *funding*. Então, vai ser o Brasil conhecendo as cooperativas de crédito, conhecendo as *fintechs*, conhecendo as sociedades de economia financeira – e isso vai ser fantástico! –, todas as pequenas prestadoras de dinheiro, vamos dizer assim, para resumir.

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

O Deputado João Campos, em boa hora e com imensa sabedoria, apresentou esse requerimento convocando representações educacionais do nosso País para discutir a educação em tempos de pandemia. O assunto é vasto, é amplo, está atormentando os pais, atormentando também Prefeitos e Governadores com a insegurança em saber qual é a hora em que esses alunos retornarão à escola. Tudo isso nos tem deixado preocupados, e o Deputado João Campos fez a indicação, sugeriu os nomes dos convidados, que estão já na nossa sala de audiência pública para falar, porque a educação, e não só a saúde e a crise econômica, também está dentro desse complexo pandêmico e precisa de uma iluminação importante por parte do Ministério da Educação, para que de fato se justifique como uma entidade política de coordenação nacional e que possa captar os conselhos, a Undime, o Consed e outras representações da sociedade civil, e elaborar parâmetros de retorno às aulas com segurança sanitária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito fácil falar "vamos voltar às aulas". Vamos voltar às aulas quando há o pico da doença ainda em muitos Estados, e muito alto? Vagas de UTI lotadas, a gente vê nos noticiários todas as horas. Como é que vão retornar esses meninos? – que teoricamente vão ser assintomáticos da doença, mas vão retornar para casa, e lá está o pai, está a mãe, a avó, parentes. Como fica esse circuito da transmissão da enfermidade?

Sei que a Undime, o Consed, entre outras instituições que estão muito preocupadas, já se adiantaram a esse debate, mas está faltando esse órgão de representação máxima que é o Ministério da Educação entrar no circuito para que, através da sua liderança nacional, possa também apresentar um protocolo de retorno às aulas com imensa segurança.

O Senador Dário Berger tem um levantamento sobre a situação das escolas brasileiras muito triste, inclusive com um percentual importante de escolas que não têm banheiro e outras que têm banheiros péssimos, e assim vai. Como é que retornam as aulas? E também como fica a situação da educação a distância? Agora, cada escola está improvisando, do seu jeito, o modelo de levar a aula a seus alunos, do jeito que sabem, mas não é uma coisa que é avaliada... É um desespero produtivo e criativo dos nossos diretores de escola.

Assim sendo, sem mais delongas, vamos iniciar a nossa audiência pública.

Temos quatro autoridades inscritas: Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Josué Modesto, Secretário de Educação do Estado de Sergipe, que representa aqui Cecília Motta, Presidente do Consed; Luiz Roberto Liza Curi, Presidente do Conselho Nacional de Educação; e Dr. Cezar Miola, Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, um especialista de controle de contas que também se especializou na área de educação do Brasil. Tudo isso é de autoria do nosso querido Deputado mais jovem do nosso grupo, o Deputado João Campos, o autor do requerimento. São quatro convidados, eu vou distribuir dez minutos para cada um dos apresentadores, os quatro darão 40 minutos, com uma tolerância de um minuto para fazer os fechamentos.

O primeiro a falar será Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Undime. Luiz Miguel Martins Garcia, você está com a palavra pelo tempo de dez minutos.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio Moura. Em seu nome, cumprimento todos os Senadores e as Senadoras presentes.

Agradeço também ao Deputado João Campos. Em nome dele, cumprimento todos os Deputados, Parlamentares presentes e todos que nos acompanham na transmissão.

Senador, a Undime agradece. A Undime é entidade que representa os 5.568 Municípios. E nós agradecemos muito a possibilidade e o momento de apresentarmos um pouquinho do que está sendo feito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e organizado neste período e, ao mesmo tempo, discutirmos este processo de volta. Eu acho que a sua introdução já traz grande parte dos desafios que nós temos, ela sintetiza muito da nossa angústia.

Eu vou pedir para o senhor, se puder, liberar o compartilhamento da apresentação. Senão, a gente toca daqui também.

Senador, num primeiro momento, fomos todos pegos de surpresa. Dessa forma, nós tivemos que buscar situações que pudessem atender a essa demanda, a essa necessidade emergencial. E a Undime atua de forma sempre integrada. São 26 seccionais da Undime. Nós estamos reunidos todas as semanas, pelo menos uma vez, durante toda a pandemia, dando andamento a nossas ações. Então, no primeiro momento, nós tivemos aí como desafio... *(Pausa.)*

Deixe-me só... Pronto. Vamos fazer as pazes com a tecnologia...

Num primeiro momento, nós fizemos uma série de reflexões, e, para organizar... É que, como a Undime integra todo o Território nacional, diante dessa resolução, a gente define imediatamente... Participaram dessa discussão os presidentes estaduais, e eles compartilham com todas as redes municipais de educação. Em todas as ações que nós procuramos trabalhar é sempre em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios. Então, nós trabalhamos muito intensamente com o Consed, desenvolvendo uma série de ações, mas muitas delas são específicas. O Consed trata de 26 redes macro e nós trabalhamos no miúdo, no varejo, com o total das redes.

Fizemos algumas publicações e notas técnicas no sentido de orientar o nosso trabalho. Então, foram feitas várias propostas no sentido de como lidar, como compreender, discussões sobre flexibilização do calendário escolar, discussões sobre o uso da educação a distância. Eu mesmo tive aqui, para ingressar, uma série de dificuldades com relação à questão tecnológica mesmo. Isso tudo já mostra algumas barreiras que ainda não permitem, neste momento, universalizar, infelizmente, essa forma de educação.

A educação municipal é responsável pela educação infantil, e, na educação infantil, não se usa educação a distância. Há uma série de questões a se pensar. A própria autonomia do aluno... Como ele é muito pequeno, ele não tem autonomia para usar essas ferramentas ainda. Há um período máximo de exposição a telas que é estipulado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, que é de até uma hora por dia para as crianças pequenas e muito pequenas. Então, nós fomos discutindo essa questão.

Paralelamente a isso, houve um trabalho junto com o Conselho Nacional de Educação também, na construção do Parecer nº 5, sobre o qual o Presidente Curi deve falar um pouco conosco hoje. Isso foi muito importante para organizar, para dar uma referência nesse papel, dados a necessidade de integrar e um pouco de dificuldade para integrar, isso nacionalmente. A partir desse parecer, essa ação fica mais articulada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos também a discussão a respeito da MP 934, que trabalhou essa questão da flexibilização e que agora foi aprovada. Essa discussão, então, chega neste momento com essa questão do parecer e com uma preocupação muito grande nossa com as perdas neste momento. É que, em que pese a suspensão da aula presencial, o grande esforço que fizemos neste período todo foi para que a escola continuasse mantendo um vínculo, para a gente não ter o risco de uma evasão escolar ainda maior quando terminar a pandemia.

Nós já temos, e a Undime atua junto com a Unicef no programa Busca Ativa... Então, nós já temos... Havia o aluno que estava fora da sala de aula por alguma razão – e a gente trabalha sempre para trazê-lo – e, neste momento de pandemia, nós geramos novos excluídos. Há aquele da escola que optou por usar tecnologias digitais e ele não tem condição de ter acesso pleno à internet; há aquele que recebeu atividades impressas, mas cujos pais são analfabetos; há aquele cuja família não consegue se organizar para tal. E nós vamos gerar agora a possibilidade de ter aqueles que têm medo, o medo da volta – aquele discurso de que este ano está perdido. Então, nós estamos trabalhando muito fortemente para dizer que não.

Tem sido muito importante a discussão na Comissão Parlamentar Mista, Câmara e Senado, e aí eu agradeço, em seu nome, a todo o Senado, e, em nome do Deputado João, à Câmara, por esse espaço de discussão que tem sido constante – nós estivemos lá já nesta semana numa importante reunião também. E esta relação permitiu fazer com que a gente discuta e traga as questões da legislação. Então, eu digo: o ano não está perdido – digo isso muito às famílias, que estão reproduzindo isso muito forte. Esta questão burocrática cabe a nós, gestores, cabe ao Parlamento, cabe ao Conselho Nacional de Educação: encontrar os caminhos, e eles existem. Nós temos a Base Nacional Comum Curricular, que permite que possamos reorganizar e redistribuir os direitos de aprendizagem para o ano civil de 2021, sem precisar estender mais; há esse mecanismo. A existência da Base Nacional Comum Curricular nos dá essa segurança.

Então, isso é muito importante e reforço esse pedido também aos Senadores e aos Deputados que participam aqui desta Comissão para que a gente tenha na Base Nacional Comum Curricular, no Plano Nacional de Educação, documentos que são norteadores do nosso trabalho, que são leis.

Participamos ativamente do Comitê Operativo Emergencial do MEC, e lá colocamos a importância de o MEC participar ativamente na coordenação, na condução desse trabalho conosco de se buscar a construção de parâmetros nacionais que permitam noções gerais – não é parâmetro único, e já, já eu falo como nós organizamos isso –, mas de ter um elemento norteador de uma política maior, até porque nós precisaremos também discutir o financiamento desse processo de volta, das medidas, dado que até agora nós temos, por exemplo, continuado a fazer a entrega de kits de alimentação usando recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e nós sabemos que nós voltaremos e precisaremos desses recursos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participamos ativamente de todos os elementos da política nacional neste momento, da política educacional, organizando, estruturando, para que a gente possa garantir que a escola continua viva, continua muito ativa.

Temos participado de frentes de trabalho com o Legislativo intensamente, com os conselhos, com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, então sempre há uma ação muito ativa da Undime buscando aí essa mobilização.

E nós construímos então, Senadores e Deputados, os subsídios para elaboração dos protocolos de retorno às aulas. Por que nós construímos subsídios, e não um roteiro? Dadas as diversidades. São 5.668 Municípios e 5.568 realidades. Diante disso, nós construímos subsídios para que os Municípios construam seus próprios protocolos. Por que consideramos importante o Município construir o seu protocolo? Porque, quando ele vai fazendo, ele vai pensando. Primeiro nós precisamos de dados de saúde sólidos que vão definir quando nós voltaremos com as atividades presenciais e como serão os protocolos de saúde, atendida a nossa realidade educacional. Então, o Município, quando ele começa a construir...

E aí nós consideramos importante haver uma Comissão estadual que possa tratar desse assunto; ter uma comissão municipal, porque na estadual vai integrar o trabalho das duas redes, da rede estadual e das redes municipais, e as políticas de incentivo à área de saúde no âmbito do Estado. E, nos Municípios, uma comissão central, para ter os aspectos gerais, e cada escola ter o seu grupo construído no seu protocolo específico.

Nesse da escola, nós vamos ter o detalhamento claro do que precisamos: quantas vezes higienizar com álcool gel a maçaneta da escola durante o período, como vai ser a higienização, a orientação para o uso do lavadouro, se vai instalar o lavadouro, *(Falha no áudio.)*

Então, isso é muito importante. Esse documento nosso está organizado de forma a trazer orientações para a secretaria, orientações para as escolas construírem... No âmbito do Município, nós consideramos importante que a Secretaria Municipal de Educação seja a gestora, organize, coordene essa comissão, mas que tenha participação da área da saúde, que tenha participação da área de assistência social, que tenha participação dos trabalhadores da educação, dos familiares. Seria, então, construída...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Luiz Miguel Martins Garcia. Depois você me mande, Luiz, para a Comissão, a sua apresentação. Eu lhe agradeço. Mande para a gente. E durante o decorrer da audiência, você conclui, nas perguntas, o que faltou ser respondido.

Com a palavra, Josué Modesto, Secretário de Educação do Estado de Sergipe, que representa Cecília Motta, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação do Brasil.

Josué Modesto, você tem dez minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO (Para expor.) – Bom dia! Bom dia, Senador Confúcio Moura, agradeço o convite ao Consed.

Aqui estamos representando a nossa Presidenta, Profa. Cecília Motta.

Bom dia, Deputado João Campos, demais autoridades.

No Consed, coordeno um grupo chamado Frente da Melhoria do Gasto Público. Esse grupo esteve encarregado de fazer o levantamento das despesas que as nossas redes estaduais de educação tiveram com a pandemia e da queda de arrecadação decorrente da pandemia, da crise econômica. Esse grupo tem o apoio do Instituto Unibanco e, em parceria com o Todos pela Educação, nós divulgamos um estudo que teve alguma repercussão na imprensa, na opinião pública.

Nós gostaríamos de chamar a atenção para duas características que todos que militam na educação conhecem. Primeiro, que seu financiamento é vinculado à receita corrente líquida, depende da arrecadação tributária. A vinculação das receitas faz com que o comportamento do nosso orçamento seja, como dizem os economistas, muito pró-cíclico. Se a atividade econômica está crescendo, a receita, a arrecadação cresce. Se ela cai, a arrecadação, a nossa receita para o setor educacional cai imediatamente. E a despesa é tipicamente muito inflexível porque boa parte dela, em torno de 80%, está atrelada ao pagamento de pessoal, ao pagamento dos professores, dos técnicos, enfim. Portanto, quando você tem queda de arrecadação, você tem uma imensa dificuldade de ajustar as despesas a esse nível de arrecadação.

O que o nosso estudo constatou? Foi feito um levantamento em todas as nossas redes estaduais de educação. Estimou-se que, para este ano, nós teríamos uma queda de arrecadação de R\$28 bilhões. E, quanto às despesas novas, às despesas extraordinárias já contratadas pelas diversas secretarias, nós as estimamos em R\$2 bilhões. Trata-se de despesas novas que estão vinculadas a algumas atividades, como a alimentação escolar.

Na alimentação escolar, houve a seguinte característica: as escolas estão fechadas em boa parte das nossas redes, praticamente todas as escolas, porém as famílias que são beneficiárias e os estudantes que são beneficiários do Programa de Alimentação Escolar necessitam desse aporte. Então, como as escolas estão fechadas – os alimentos são preparados nas escolas, e os estudantes vão à escola, se alimentam na escola –, a logística para distribuir o alimento, levando-o para a família ou para o estudante, exige custo adicional e gera dificuldades adicionais.

O início da pandemia foi extremamente tumultuado nas nossas escolas, com muito temor sobre a propagação do vírus. Para não violar o isolamento social, algumas redes optaram por pagamentos via *vouchers* ou cartões, e esses *vouchers* foram feitos em valores superiores ao valor que é financiado pelo Programa Nacional de Educação. Tipicamente, o Pnae financia R\$0,36 por dia por aluno, e isso dá um total de R\$8 por mês, de forma arredondada. Isso seria muito pouco para distribuir via cartão ou *voucher*,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e então vários Estados optaram por outros valores bem superiores. Enfim, por isso ou por distribuir nas escolas cestas de alimentos, houve um gasto extraordinário, um gasto extra com alimentação escolar.

Outra questão foi a contratação de pacotes de dados de emissoras de televisão e de rádio para veicular o ensino remoto também. Todas essas despesas extraordinárias chegaram a R\$2 bilhões em todas as nossas redes, em todas as nossas secretarias estaduais de educação.

Agora, nós estamos em um segundo momento. A nossa comissão está levantando junto às nossas redes qual será o impacto do retorno às aulas. Nós estamos prevendo... Há uma previsão de retorno às aulas com novos protocolos. Por exemplo, São Paulo já anunciou, o Maranhão já anunciou, alguns Estados já anunciaram uma data, um cronograma de retorno às aulas. O Consed tem um grupo que estipulou protocolos, digamos assim, para o retorno às aulas, e todos esses protocolos têm algumas características: combinar o ensino presencial e o ensino remoto, espaçar as turmas – nós não podemos manter turmas de 40 alunos, como as que existiam, em salas de 48m², e, assim, as turmas serão fracionadas para se manter o distanciamento – e comprar insumos e, eventualmente, equipamentos para os protocolos de higiene, como álcool, detergente, toalhas descartáveis.

Enfim, há todo um investimento adicional que será feito nesses protocolos e, principalmente e certamente, o gasto maior será nesse espaçamento, nesse fracionamento de turmas e, eventualmente, no fracionamento do transporte escolar.

Neste momento, as nossas secretarias estão estimando este custo, estão estimando os custos envolvidos com a implantação do ensino híbrido. Algumas secretarias já têm datas e outras ainda estão, enfim, esperando o melhor momento do ponto de vista sanitário para propor calendários de retorno às aulas, mas o fato é que teremos custos adicionais com este ensino híbrido, combinação de ensino remoto e ensino presencial em novo formato com as precauções exigidas.

Enfim, nós ainda não temos esse dimensionamento deste novo impacto orçamentário. A nossa expectativa é a de que em três semanas tenhamos esse levantamento e queremos dar publicidade, informar a sociedade, o Congresso e as autoridades educacionais do País.

Há um projeto em tramitação que vemos com muita simpatia, de iniciativa de Deputados, Parlamentares da área de educação, de um auxílio emergencial para a área. Uma das características do auxílio hoje vigente, muito importante aos Estados e aos Municípios, é que ele não tem vinculação com a educação, ou seja, os recursos assegurados para a educação caíram muito porque os recursos liberados para Estados e Municípios estão livres da vinculação com a educação.

Então, nós precisamos de auxílios para a manutenção das atividades para que elas não entrem em colapso, as diversas secretarias estaduais e municipais do ponto de vista orçamentário e financeiro para que atravessemos o ano de 2020 e de 2021.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que eu teria preliminarmente, Senador e Parlamentares.

Agradeço o convite ao Consed.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Josué Modesto, por sua apresentação.

Passo a palavra...

Antes eu quero justificar a ausência da Secretária Ilona, que representaria, neste evento, o Governo, mas devido a fatores do próprio Ministério, a dificuldades, ela adiou para outra ocasião.

Então, com a palavra Luiz Roberto Liza Curi pelo tempo de dez minutos.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI (Para expor.) – Bom dia! Muito obrigado pelo convite, Senador Confúcio Moura. Queria cumprimentar os Senadores Kátia Abreu, Izalci Lucas, Esperidião Amin, Wellington, Roberto Rocha, Eliziane Gama e os Deputados Hildo Rocha, Francisco Jr., General Peternelli, João Henrique e Cacá Leão. Se eu não nomeiei alguém, peço desculpas porque é o que eu vejo aqui no meu vídeo.

Queria dizer, em primeiro lugar, que o Conselho Nacional de Educação, há cerca de 20, 30 dias, resolveu o Parecer nº 5, de 2020, que trata da ampliação dos espaços normativos e orientações nacionais para os sistemas, para as redes, para as instituições de todos os níveis educacionais na gestão dos danos advindos da crise de contágio, da restrição de contato por causa da Covid-19.

Esse parecer tem o condão de não ser impositivo. Ele amplia os espaços de gestão das redes na medida em que amplia propostas, estimula a criatividade por meio de propostas e também organiza normas no sentido de ampliar as balizas regulatórias para também ampliar a flexibilidade da gestão nesse período, a exemplo do que a própria Medida Provisória nº 934 fez ao flexibilizar os 200 dias letivos, reconhecendo que o autotrabalho advindo da atividade não presencial e o autoaprendizado advindo da orientação e da coordenação de docentes nas atividades não presenciais possam ter uma ocupação do tempo diversa do presencial, em que cada ida à escola é um dia letivo. Portanto, essa ação visou flexibilizar e apropriar a não presencialidade – que está em vigência desde o decreto legislativo admitindo a pandemia – como forma essencial de oferta dos objetivos de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular. Isso para a gente é muito importante.

Quero aproveitar para saudar aqui o Secretário de Sergipe e o meu amigo Luiz Miguel, representantes da Consed e da Undime.

Eu queria dizer que, portanto, a partir desse amplo Parecer nº 5, de 2020, nós pudemos atribuir à não presencialidade fatores mais amplos de aprendizagem, fortalecendo esse processo de aprendizagem, que é o nosso objetivo. O objetivo do CNE é obsessivamente cuidar da aprendizagem nesse período de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não presencialidade. E eu quero parabenizar aqui os docentes, os professores que vêm se adaptando a essa realidade, e às famílias dos estudantes, que, de uma hora para outra, tiveram também que se adaptar a essa realidade.

Quando eu digo não presencialidade, eu não me refiro apenas à educação a distância síncrona, à educação a distância baseada em internet, mas eu me refiro sobretudo a atividades não presenciais que podem ser complementadas por atividades assíncronas, por TV, por aulas em TV, por suporte de celular, por material entregue às escolas, por interação entre as escolas e a família dada de forma criativa e que permita o alcance daquelas famílias, daqueles estudantes, daqueles alunos e alunas que vivem em situação, digamos assim, de graves assimetrias sociais e econômicas. Essa é uma questão importante para a gente cuidar.

Hoje mais de 60% das redes nacionais estão oferecendo atividades remotas. Se a gente fizer uma conta, pelas informações que a gente recebe dos sistemas de redes do Consed e da Undime, por volta de 20% não conseguem alcançar essas atividades e estão se valendo dessa criatividade de outras formas de recepção do aprendizado. Mas isso gera limites ao aprendizado, como também gerava certos limites ao aprendizado a própria educação presencial, a própria estrutura curricular, a própria estrutura de organização do processo de ensino e aprendizado nas escolas. Agora isso se agrava em função dessa necessidade, e, portanto, nós adotamos medidas que ampliam o processo avaliativo, como reforço ao aprendizado, e que reforça, digamos assim, a capacidade das redes em se organizarem e gerirem de forma heterogênea as soluções para cada rede, para cada espaço da rede, ou para cada escola mesmo.

O Parecer 5 deu origem a um novo parecer, que foi votado segunda-feira pelo Conselho Nacional de Educação, feito em estreita colaboração com o Ministério da Educação, feito em colaboração com a Secretaria de Educação Básica, com a Secretaria de Alfabetização, com a coordenação feita pelo Ministro substituto Paulo Vogel, de forma que o ministério participou completa e integralmente desse processo de gestão dessa nova fase do contágio.

Com essa nova fase, nós admitimos que vai haver um procedimento de retorno, com calendários heterogêneos, mas com processos que não vão ser disruptivos em relação ao anterior, ou seja, não vai haver rupturas sérias entre hoje e o futuro. Por quê? Porque o contágio continua, porque a gravidade do contágio aumenta em alguns casos, em muitas capitais. Então, além de o retorno ser cauteloso do ponto de vista sanitário, além de preservar a vida de indefesos, é importante entender que esse retorno deve se dar a partir de atividades que complementem as atividades não presenciais. Não vai haver uma suspensão – não imaginamos assim – das atividades não presenciais. Pode haver um reforço para aquele número de alunos adequado e para aquela, digamos assim, característica de grupos de alunos que cada rede vai definir como prioritária para receber suporte presencial, de forma cautelosa e de forma a complementar atividades a distância. Certamente essa seleção será feita cuidadosamente pelas redes, pelas secretarias,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o apoio dos conselhos municipais e estaduais, de forma a ampliar o espaço de aprendizado em torno dos objetivos centrais de aprendizado previstos na BNCC e já inseridos nos currículos escolares.

Portanto, nós estamos aqui fortalecendo um planejamento de volta às aulas, de forma também a reordenar a trajetória curricular entre 2020 e 2021, de forma a permitir um contínuo, onde o que está sendo repostado – e a reposição pode inclusive ser feita de forma não presencial – em 2020 possa conviver com as novas disciplinas de 2021, numa interação curricular mais ampla, num contínuo curricular, de forma a não prejudicar também o aproveitamento e o ano letivo de 2021. Isso é muito importante porque nós temos a convicção... Nós não; os infectologistas, os cientistas nos indicam, a ciência e os dados nos indicam que o contágio só vai ser, digamos assim, superado de fato a partir da vacina. Estágios mais amenos de contágio e de circulação do vírus vão propiciar um avanço maior das atividades presenciais e, por isso, nós já propusemos esse planejamento, que obviamente passa por organizar e orientar um acolhimento mais amplo dos estudantes com uma ampla e diversa avaliação diagnóstica, que tenha em vista conteúdos socioemocionais, que tenha em vista, digamos assim, a percepção do aprendizado e da expectativa dos próprios estudantes em relação ao seu aprendizado, que envolva as famílias no sentido de fornecer seguranças.

Temos também dados que demonstram que 30% das famílias brasileiras temem que os seus filhos desistam da escola, que não retornem mais. Nós estamos cuidando de acolhê-los nesse momento de forma mais ampla, inclusive colocando a reposição na perspectiva desse acolhimento, na perspectiva do reaproveitamento do que não pôde ter sido aproveitado em determinadas realidades, em determinadas redes, para que também se evite a reprovação, para que haja uma perspectiva de aproveitamento amplo, é claro, sempre baseado nos objetivos de aprendizado previstos na BNCC, não é qualquer aprendizado.

Mas é muito importante esse esforço amplo nacional, e as redes vêm se esforçando amplamente. Eu cumprimento aqui os secretários de educação municipais e estaduais pelo trabalho imenso e diuturno que fazem juntos, e nós acompanhamos também essa mobilização, no sentido de apoiá-los. E por isso os nossos pareceres, junto com o Ministério da Educação, são pareceres propositivos. Mesmo as novas normas não vão poder ser usadas seletivamente pelas redes que entendam elas serem mais relevantes ou importantes para as suas próprias estratégias de gestão desse processo. Portanto, nós estamos tentando manter a qualidade nesse processo que agora vai se tornar híbrido, mas com uma tonalidade ainda maior que a educação não presencial, no sentido de evitar a evasão e no sentido de ampliar a recuperação dos estudos que não puderam ser desenvolvidos desde esse ponto vista do aprendizado.

Portanto, a coordenação entre entes federados; a autonomia da definição do calendário do retorno; a coordenação territorial e ações intersetoriais; o planejamento do retorno; a boa comunicação com sistemas sobre essas ações estratégicas todas, e com as famílias, e com a sociedade; o processo de formação e capacitação das equipes e docentes; o acolhimento; as atividades de recuperação, reposição presencial e não presencial; a flexibilização acadêmica em relação ao contínuo curricular e aprendizagens



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

essenciais, tendo em vista a interação entre os calendários de 2020 e 2021; a flexibilização regulatória para evitar a retenção e o abandono; e a flexibilização da frequência escolar são coisas relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Prof. Luiz Roberto Liza Curi, do Conselho Nacional de Educação.

Eu passo a palavra agora ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Cezar Miola, um dos especialistas renomados em educação no Brasil. É muito solicitada a sua participação em inúmeros eventos nacionais, e ele, ontem, convidado de última hora, generosamente achou um espaço para nos atender aqui. Então, eu passo a palavra ao Sr. Conselheiro Cezar Miola, que nos honra muito; é uma indicação da Deputada Kátia Abreu.

V. Exa. está com a palavra, pelo tempo de dez minutos; depois, o senhor tem mais tempo nas respostas.

Com a palavra, Professor, Doutor.

O SR. CEZAR MIOLA (Para expor.) – Bom dia!

Muito obrigado pelo convite.

Minha saudação às Parlamentares, aos Parlamentares que estão participando deste encontro. Eu faço essa saudação nas pessoas do Presidente, Senador Confúcio Moura; da Senadora Kátia Abreu; do Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação, Luiz Roberto Curi; também do representante da Presidente do Consed, Secretário Josué Modesto, e do Presidente da Undime, Prof. Luiz Miguel. Não vou me demorar nas saudações. Transmito a todas e todos a minha homenagem e o meu abraço aqui do Rio Grande do Sul, participando, com muita honra, deste encontro.

Acho que é um dever de todos nós contribuirmos, na medida do possível, nesse processo tão difícil pelo qual atravessa o País, particularmente no foco que é objeto desta audiência, que é a educação.

Se quicá se possa falar em algo de positivo que todo esse ambiente de desassossego nos traz nesta quadra da história, é exatamente o fato de que colocamos muito mais intensamente na agenda das instituições e da sociedade o tema da educação.

Do ponto de vista dos tribunais de contas, eu tenho dito que nós procuramos evoluir para um controle não apenas de conformidade, verificando se os mínimos constitucionais e legais estão aplicados, mas, sobretudo, do ponto de vista do desempenho material. Por exemplo, se as metas e estratégias dos planos de educação são implementadas, se as crianças estão na escola na idade certa, se estão aprendendo efetivamente. Esse é o grande objetivo do trabalho dos tribunais de contas, ao longo dos últimos anos, não apenas fiscalizando, repito, do ponto de vista formal, mas dando uma dimensão de efetividade e de eficácia para a sua atuação em relação às políticas públicas, em particular na educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vínhamos com uma série de iniciativas ao longo dos últimos anos, como eu dizia, e que agora ganharam uma nova dimensão durante o período da pandemia. Entendemos que era necessária uma aproximação ainda maior com os gestores que já tínhamos anteriormente, no plano dos secretários estaduais e dos secretários municipais, com uma relação dialógica e construtiva, ajudando a construir um ambiente de segurança jurídica para a tomada das muitas decisões que esses gestores precisaram implementar nesse período, como na contratualização, por exemplo, do transporte escolar, do fornecimento da alimentação escolar, dos vínculos temporários dos professores. Aliás, aqui há um problema que se evidenciou muito agora: o descumprimento de uma meta específica do Plano Nacional de Educação, porque temos ainda um universo muito grande de contratações temporárias no magistério, que ainda subsistem, infelizmente, comprometendo a qualidade da educação.

Enfim, procuramos, como eu disse, contribuir na construção das soluções nesse período e também em relação à atividade fim. Por isso, emitimos notas técnicas, tentando colaborar e também direcionar, de certa maneira, as ações daquilo que cabe a cada gestor e a cada esfera de competência.

Realizamos um trabalho que está disponível e que vou colocar também aqui para os Parlamentares que estão presentes. Encaminhamos ao Conselho Nacional de Educação, através do Presidente da Câmara de Educação Básica, o Prof. Ivan Siqueira, um estudo que fizemos acerca da situação das redes de ensino dos Estados e dos Municípios durante esse período, as ações que os gestores vêm adotando. Estamos difundindo boas práticas que encontramos nesse processo, para que elas possam ser aproveitadas pelo conjunto dos Estados e dos Municípios brasileiros, porque estamos todos vivendo muitas dificuldades.

Temos uma experiência muito importante de colaboração interinstitucional acontecendo em vários Estados da Federação, como, por exemplo, em Rondônia. Hoje, em Goiás, instalamos esse projeto também com a mesma finalidade, fazendo com que todos os atores possam dialogar e trabalhar de maneira conjunta.

Agora é preciso ter presente que... E eu ouvi aqui o Secretário de Educação do Estado de Sergipe, pelo Consed, falando na necessidade de recursos. Nós precisamos, de fato, incrementar a capacidade de investimento das redes. Eles estão com extremas limitações nesse período.

A assistência técnica e, sobretudo, financeira prevista na Constituição Federal para Estados e Municípios por parte da União no tocante à educação, o que nós observamos, do ponto de vista do controle externo, é que é muito limitada. Agora mesmo se votou no Congresso Nacional a Medida Provisória nº 934, com a previsão de apoio da União às medidas sanitárias para a volta às aulas. É preciso que isso seja concretizado, ou seja, que haja o aporte financeiro para subsidiar essas medidas em relação ao espaçamento maior no ambiente da sala de aula, provavelmente ao incremento da demanda em relação ao transporte escolar; o fornecimento da alimentação escolar está muito precarizado em várias redes públicas do Brasil – eu mesmo sou relator de processos de contas aqui no meu Estado e recebo demandas relacionadas à insuficiência na distribuição da alimentação escolar. O fato é que nós temos hoje um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande número de crianças que não estão recebendo esse atendimento, e é preciso que haja complementação, porque a queda de arrecadação vivida pelos Estados e Municípios está impactando – foi dito aqui também – na capacidade de os Municípios fazerem frente a isso.

A Lei Complementar 173, aprovada recentemente, igualmente lembrada neste espaço, não previu a vinculação de recursos, e se nós estivéssemos com uma vinculação proporcional à dimensão das perdas que foram estimadas – no caso em 50 bilhões – nós estaríamos falando de R\$12,5 bilhões destinados à educação.

Eu estava numa atividade, ontem, de um dos colegiados do Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Mista da Educação, e houve uma apresentação acerca do Plano Nacional de Educação, o relatório de monitoramento elaborado com muita competência, um trabalho extremamente qualificado, pelo Inep, avaliando, demonstrando a situação depois de seis anos de vigência do Plano Nacional de Educação. Embora a perspectiva de alguns seja uma visão otimista, nós temos ainda muitos problemas – muitos problemas! A maioria das metas não foi cumprida e talvez não venha a ser até 2024. Eu lembrava da Meta 1, por exemplo, em relação à creche: em 2001 se previa que em 2011 se atenderiam 50% do universo de crianças de zero a três anos. Vamos chegar a 2024 e não vamos alcançar este objetivo.

No Plano Nacional de Educação, entre tantas metas e estratégias importantes, há uma que me parece absolutamente imprescindível que seja concretizada agora, e o apoio do Congresso Nacional é fundamental, o apoio da União idem, para que se construam as condições para essa estratégia número 7.15:

7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE [já passamos do quinto ano] o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno(a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

Nós não fizemos isso e precisaremos fazer agora.

Foi lembrado aqui pelo Prof. Josué Modesto exatamente a necessidade de combinar ensino presencial com o remoto. Para isso é preciso ferramenta tecnológica, é preciso acesso às redes, e, portanto, investimentos nessa área. Talvez deva ser a grande diretriz a ser concretizada daqui para a frente oferecer os mecanismos para que as atividades remotas. E eu já nem falo em ensino a distância, porque estamos, na educação básica pública, muito distantes disso, para que essas atividades possam ser efetivamente viabilizadas, com aquisição de equipamentos e acesso à rede – acesso de verdade e não apenas conexão.

Quando se diz que mais de dois terços das famílias brasileiras têm acesso à internet, isso não é exatamente verdadeiro. Muitas estão conectadas com programas básicos, para atividades muito simples, mas que não permitem, por exemplo, acesso a vídeos, às aulas e a todas essas atividades.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E é preciso, de outra parte, investir na capacitação dos professores. Algumas pesquisas recentes mostram que de 80% a 90% dos professores brasileiros ainda se sentem sem condições, pouco preparados para o manejo desses equipamentos, desses instrumentos, que acabaram como que se impondo de maneira muito rápida agora.

Vou concluir para que dizer que considero, para além de todos esses mecanismos, importante que se use também o rádio como um veículo fundamental nesta hora, se se quer preservar vínculo, se se quer cultivar a relação com a escola, evitando o abandono e a evasão.

E os tribunais de contas estão nesse processo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Cezar Miola.

Eu sei que o tempo foi muito curto e que todos tinham muito mais a falar, mas nós teremos tempo para, no debate agora, todos complementarem os seus assuntos.

Vamos conceder a palavra pelo tempo de até dez minutos ao nosso Relator desta Comissão, o Deputado Francisco Jr, do Estado de Goiás. Com a palavra o Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, cumprimento a todos os presentes, os Deputados, os Senadores, os convidados, as assessorias. Sempre é uma reunião muito produtiva esta. Cumprimento também os autores do requerimento para incluir a educação nesta nossa discussão. Sem dúvida, a educação...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Concede-me um aparte?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – As perguntas que V. Exa. vier a fazer podem ser dirigidas, o senhor pode nominar: "eu quero esta pergunta para tal".

Pode continuar.

Obrigado.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Tudo bem. Hoje, eu já separei.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado. Fique à vontade.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos da importância da educação. A educação está sempre em todos os discursos, mas nem sempre ela está nas práticas. Ela tem sempre atenção de todos, mas, infelizmente, na hora do vamos ver e de dividir o bolo, a gente sabe que ela fica aquém, ela fica prejudicada.

Neste momento agora, nós estamos falando de colapso, colapso da saúde, questão econômica colapsada, as empresas fechando, mas nós temos um colapso acontecendo na educação também que gera consequências muito profundas na sociedade.

Diante disso, eu pergunto ao representante da Undime – são para o Presidente Luiz Miguel Martins Garcia essas primeiras perguntas. Presidente, quais as estratégias pedagógicas têm sido adotadas para não deixar nenhum aluno para trás antes da volta às aulas? O senhor fez aí toda uma apresentação, mas eu gostaria que o senhor se aprofundasse nisso. E eu queria saber se nós temos mais dados. Há levantamento sobre o resultado das estratégias adotadas até agora? Está sendo positivo? Está dando resultado? Qual o percentual de Municípios – e, se o senhor tiver, de Estados também – que conseguiram implantar planos de aula remota? Nós temos uma radiografia de como está hoje? Qual o tamanho do nosso problema? Qual o percentual de alunos que ficaram para trás?

Outra pergunta: foram adotadas políticas paralelas, como acesso à internet ou a equipamentos pelos alunos? Ouvi até, se não me engano, o representante do Consed falando um pouco sobre isso, mas, na prática, isso já está acontecendo?

Como tem sido a cooperação federativa vertical, técnica e financeira, e horizontal, para a adoção das estratégias pedagógicas para oferta do ensino, durante o fechamento das escolas? Tem acontecido? Quais são as estratégias para o cumprimento do currículo no calendário escolar de 2020 e 2021? É que já foi reduzida a carga horária e não sei o que vai acontecer no ano que vem, se vai ser expandida. Mas e o conteúdo, como está sendo o cumprimento desse conteúdo?

As próximas perguntas eu dirijo ao representante do Consed.

No caso dos alunos do terceiro ano do ensino médio, quais são as estratégias para prepará-los para o Enem, para a definição da data do exame e até para a recomposição total do conteúdo? Como a educação tem visto toda essa problemática do Enem, que foi muito discutida no Congresso inclusive? Há estimativas financeiras para a criação de um quarto ano para o ensino médio ou para o aumento dos dias letivos na carga horária de 2021? Há como compensar esse prejuízo que eles estão tendo?

A maioria das escolas particulares do País diz ter perdido mais de 10% dos estudantes durante a pandemia. A queda em matrículas ocorre principalmente na educação infantil, para crianças de zero a 5 anos, o que poderá provocar o fechamento de muitos estabelecimentos e, por conseguinte, a migração de alunos do ensino privado para o público. Os sistemas de ensino estão acompanhando esse movimento? Há estimativa, inclusive de custo, do quanto vai onerar a mais os Municípios e os Estados essa migração da escola particular para a escola pública?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, para o representante do Consed, uma última pergunta.

Há protocolos de segurança estabelecidos e expectativa de custos para a sua implementação? Eles foram validados por autoridades da saúde? O senhor já falou um pouco sobre os protocolos, mas isso está acontecendo em parceria com as autoridades de saúde? Incluem o transporte escolar e o entorno das escolas, onde há vendedores ambulantes? Ou ele até agora está restrito ao espaço da escola?

As próximas perguntas, e últimas, serão para o representante do CNE.

Mesmo com o retorno às aulas presenciais, haverá necessidade do ensino remoto, especialmente para alunos com familiares com comorbidades. Como está o andamento de medidas para melhorar a infraestrutura tecnológica das escolas, dos lares dos alunos e da capacitação dos professores? Há estimativa de custos? Como está a cooperação federativa nesse caso? É perfeitamente natural que os Municípios e os Estados não tenham esses recursos. Quer dizer, já existe um diálogo sobre esse reforço, especificamente para esse ponto também? Como está sendo desenhada a cooperação federativa vertical, técnica e financeira, e horizontal, entre Municípios, para a implementação dos protocolos de segurança? Terá participação das três esferas em todos os casos?

Por fim: o levantamento da Fineduca, em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, mostra que as perdas dos Estados e Municípios podem chegar a 52,4 bilhões, no cenário mais pessimista, e que a queda de receita neste ano é estimada em 21%. O Todos pela Educação calcula, num estudo realizado em conjunto com o Instituto Unibanco, perdas de R\$9 bilhões a R\$28 bilhões somente nos Estados. Em contrapartida, as despesas adicionais geradas pela necessidade de implementar o ensino remoto durante o isolamento social chegariam a quase R\$2 bilhões. Quais propostas poderiam ser encaminhadas para essa questão? Como poderia ser desenhada a cooperação federativa neste caso?

Nós temos aí problemas em todos os aspectos e, sem dúvida nenhuma, a retomada do crescimento e desenvolvimento do País no pós-pandemia depende em grande parte do nosso sistema educacional.

Eu parabeno o trabalho de todos vocês, o esforço que todos estão fazendo para sustentar esse resultado. A gente ouviu falar muito dos trabalhadores invisíveis, e eu gosto sempre de lembrar dos heróis invisíveis; existem também os heróis invisíveis que a gente não está percebendo como estão. A gente já percebe o médico, já percebe o enfermeiro, já percebe aquele cidadão, mas o professor é um grande herói nacional, ele está invisível neste momento e ele precisa ser cuidado.

Parabéns ao trabalho de vocês. E gostaríamos de também receber as sugestões de como o Congresso pode legislar, trabalhar em favor desta causa também.

Obrigado, Presidente. Outras perguntas eu vou fazer mais para frente, no final. Muito obrigado, Presidente, era o que eu tinha no momento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, o nosso Relator Francisco Jr. pergunta praticamente para todos, e nós só temos oito minutos para as respostas. A maioria das perguntas vieram para o Luiz Miguel, Presidente da Undime. Então, Luiz Miguel, o senhor tem dois minutos para responder ao nosso Relator. Faça um resumo aí.

Com a palavra V. Exa.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu até anotei para conseguir responder a todas de forma bem sucinta.

Deputado Francisco Jr., obrigado pelas perguntas. Elas sintetizam e dispensam até... Nós tínhamos um detalhamento, um documento com levantamento das necessidades e que levarão a custos neste momento.

Deputado, com relação a estratégias pedagógicas, primeiro é importante lembrar que, no âmbito dos Municípios, sobretudo, a realidade é muito distinta. Então, nós vamos ter Municípios que estão com estruturas muito eficientes, buscando o que é possível, tentando – eficiente dentro do possível –, e outros que, infelizmente, não conseguiram iniciar o trabalho. O que a Undime fez foi montar, a partir de uma pesquisa que nós tínhamos, um relatório nacional por Estado. Eu fiz reuniões com todas as seccionais, com as 26 seccionais da Undime, eles ficaram com a relação e a Undime estadual está conversando e ajudando aqueles Municípios que ainda estavam parados no momento.

Nós estamos tendo as estratégias de atividades não presenciais, fortalecendo o vínculo com a família, sobretudo com processos de orientação. Para os menores da educação infantil, dos anos iniciais, a orientação é para atividades educativas da família. Não dá, em nenhum momento, para cobrar uma aula no padrão convencional que a gente conhece, porque lá a gente tem família, e não professor. Então, há orientações que acontecem *on-line*, há orientações que acontecem por escrito, orientações enviadas por WhatsApp, e assim por diante. E normalmente envia-se um material de apoio. Por exemplo, na educação infantil, manda-se o kit que se vai usar para fazer a atividade sugerida. Vale dizer, alguns Municípios não conseguiram ter estrutura para isso.

Em relação aos Estados, as estratégias – por favor, me dê 30 segundos, Senador Confúcio –: menos de 50% dos adultos estão conseguindo fazer aulas presenciais – tenho dados que mostram isso. Com relação à aprendizagem, nós precisaremos fazer uma avaliação ampla no processo de retorno. Não dá para a gente avaliar isso agora com precisão, neste momento. Com relação ao número de Municípios, nós temos dados que mostram que 20% não conseguiram fazer nada ainda; 80% estão fazendo. Então, são em torno de mil Municípios que ainda não conseguiram apoiar seus alunos.

Políticas paralelas. Nós temos aí apoio entre as redes. A Undime e o Consed estão muito fortes, trabalhando essa questão. Há o apoio também do terceiro setor em algumas ações. A cooperação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federativa tem se dado sobretudo na discussão com o Conselho Nacional de Educação, na estruturação das políticas e com o programa também.

E a estratégia para cumprir o currículo, Deputado, é nós olharmos para a BNCC, reorganizamos os direitos à aprendizagem, garantindo que eles possam ser cumpridos nos próximos anos.

Obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora a resposta do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Josué Modesto, pelo tempo de dois minutos. V. Exa. está com a palavra. *(Pausa.)*

Soltem o som do Josué Modesto para mim.

O SR. JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO (Para expor.) – Bom, desculpem-me Luiz Miguel – nem o cumprimentei – e Conselheiro Cezar Miola. A preocupação é com o tempo. Vou tentar ser muito objetivo para responder à maior parte das questões.

Deputado Francisco Jr., eu acredito que todas as redes, pelo menos as estaduais e acredito também que as municipais, estão planejando – faz parte dos nossos protocolos, das nossas trocas de informações e experiências –, primeiro, um acolhimento socioemocional dos alunos e dos professores quando iniciarmos as atividades presenciais, quando retornarmos às atividades presenciais; segundo, uma avaliação diagnóstica. Todos têm um certo consenso de que temos que aplicar uma avaliação para termos, enfim, a posição de cada um dos nossos estudantes, quanto eles aprenderam com as atividades remotas, porque o acesso foi diferenciado, o engajamento foi diferenciado.

Sobre a questão de compra de pacote de dados, enfim, alguns Estados fizeram. O exemplo notório é São Paulo, o mais bem divulgado. E outros Estados também fizeram alguma coisa parecida. Neste caso, uma das críticas que nós fazemos, nós Secretários de Estado de Educação, do Consed, é à falta de articulação com o MEC, à falta de ação coordenada. Teria sido muito importante se o MEC negociasse com as operadoras de telecomunicações, são quatro ou cinco que atuam no País, e tivesse feito uma compra, digamos assim, para todo o País, para todas as redes, estaduais e municipais. Lamentavelmente, não ocorreu. Isso aumenta custos e dificulta muito a operacionalização das iniciativas por parte das secretarias.

Na questão do terceiro ano do ensino médio, e agora já temos uma data fixada para o Enem, nós acreditamos que todas as redes priorizarão o terceiro ano nas atividades presenciais. E algumas redes, como a nossa, por exemplo, têm a tradição do pré-universitário, que está funcionando remotamente, distribuindo material. Acredito que a intensificação das atividades presenciais pode compensar o que tivermos de perdas neste período.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Josué Modesto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o representante do Conselho Nacional de Educação, o Dr. Prof. Luiz Roberto Curi, para dar uma resposta ao nosso Relator, pelo tempo de dois minutos.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Veja: as ações de cooperação federativa, especialmente as relacionadas à questão de infraestrutura, as questões de cooperação vertical e horizontal vão depender também, e muito, do conjunto de estratégias pedagógicas para que se tenha, digamos assim, o maior proveito possível dessa infraestrutura. E isso também vai depender de como se vai comportar o processo de contágio e de como se vai dar a circunstância desta condição híbrida de compartilhamento de algum contato, de alguma presença na escola e de, talvez, mais de uma educação não presencial, de uma educação remota.

Evidentemente, o parecer do CNE detalha a necessidade da cooperação em torno da intersetorialidade, especialmente no Ministério da Saúde. Nós não avançamos muito nesse texto porque o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde já fizeram um protocolo relacionado a questões sanitárias, mas nós aproveitamos esse protocolo e aprofundamos a necessidade das cautelas. O senhor sabe que poucas crianças são responsáveis por centenas de contágios, além da fragilidade emocional em torno da chegada de crianças e de jovens às escolas. Isso tem de ser feito de maneira muito cuidadosa.

Em relação à questão de infraestrutura ainda, nós enalteceamos a necessidade das redes. O conselho também fez contatos, por meio desse parecer, com os setores empresariais, além dos setores de saúde etc., com a própria CNI, com as federações da indústria, com o setor de telecomunicações, no sentido de fortalecer a cooperação em torno da ampliação do acesso, a cooperação em torno da ampliação das redes, a cooperação em torno da viabilização de maior, digamos assim, condição de financiamento, para as redes construírem uma infraestrutura mais ampla, maior.

Para encerrar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Cortou o som.

Muito bem, esta é a última pergunta. Não sei se o Dr. Cezar Miola anotou a última pergunta do nosso Relator. Se o senhor a tiver anotado... A pergunta é sobre queda de receitas e outros itens que ele abordou. Eu gostaria de passar a palavra para V. Exa. pelo tempo de dois minutos, Cezar Miola.

O SR. CEZAR MIOLA (Para expor.) – Objetivamente, eu acredito que nós precisamos, como medida primeira, prioritária, trabalhar com a agenda do Fundeb. Nós temos informações da Deputada Dorinha de que a proposta deverá ser levada ao Plenário muito brevemente, o que é imprescindível. Nós não podemos implementar praticamente nada do que se está falando aqui sem o Fundeb. Haver um novo Fundeb, com maior participação da União, isso é inevitável também. As desigualdades, que já eram grandes, vão crescer muito nesse ambiente de pandemia, por conta da necessidade de investimentos, por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta de abandono ou evasão, e por todas essas questões que os especialistas e os gestores da área da educação bem conhecem. Então, no Fundeb há a necessidade de dar efetividade ao que foi decidido na medida provisória mencionada.

Por outro lado também, a importância de nós – parece algo distante, mas é imprescindível – trabalharmos a agenda relativa ao Sistema Nacional de Educação, no âmbito do Congresso Nacional, para que essa articulação federativa se concretize efetivamente. Nós padecemos hoje de uma dificuldade muito grande, e nós também não verificamos a presença ativa do Ministério da Educação nesse processo – já lembrada aqui –, seja do ponto de vista da coordenação, seja da articulação, seja do aporte de recursos.

Então, tudo isso, nós que lidamos com o controle externo, dialogamos diretamente com os gestores, acompanhamos as suas angústias, as suas dificuldades, identificamos como necessário. É um investimento imprescindível agora que se precisa fazer exatamente: dotar as redes estaduais e municipais, sobretudo – muitas delas são extremamente carentes –, de condições para tal.

Para que não se fique em algo efêmero, circunstancial, é preciso que o Fundeb, repito, seja aprovado com uma fatia maior de contribuição da União, destinando recursos sobretudo às redes mais necessitadas, mudando, aperfeiçoando os critérios atuais de distribuição dos recursos do fundo.

Era isso basicamente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Conselheiro Cezar Miola.

Eu quero fazer uma consulta, um pedido aos Deputado João Campos, Izalci, Eliziane, Reginaldo, Esperidião, Hildo e Zenaide. O Deputado Chico Rodrigues me mandou pelo *chat* um pedido de que gostaria de falar, pois tem que sair para uma audiência. Se esses nomes, desses Parlamentares, que estão na frente concordarem que a gente conceda essa oportunidade, manifestem-se ou fiquem como estão... Deem um sinalzinho para mim, que eu passo para ele. Mas a gente continua logo a seguir. Eu dou a ele três minutos. (*Pausa.*)

Deputado Chico Rodrigues.

O Deputado Chico Rodrigues está ao telefone, eu vou ter que passar para frente...

Senador, desculpa. V. Exa. tem três minutos.

O SR. CHICO RODRIGUES (DEM - RR. Para interpelar.) – Presidente, Senador Confúcio Moura, nós estamos vendo, assistindo ao debate com especialistas sobre esse tema caro, importantíssimo para a vida do nosso País neste momento da crise do Covid em que estamos – na verdade, convivendo, tendo de conviver.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, cada um mais craque do que o outro, especialistas de altíssimo nível, e não poderia deixar aqui de elogiar a postura do Presidente Confúcio Moura, pelo seu equilíbrio e, acima de tudo, pelo seu conhecimento e a sua disciplina no exercício da Presidência desta Comissão da Covid.

Eu, na verdade, rapidamente, Presidente, gostaria de dizer ou citar alguns pontos, alguns tópicos aqui que ficassem para reflexão.

O primeiro é com relação a este momento. Nós gostaríamos, e estamos propondo, que, ao ser indicado o Ministro da Educação – esperamos que seja rápido –, o Presidente convocasse os Governadores e os Presidentes do Senado e da Câmara para discutir e definir as diretrizes de recuperação das ações educacionais e, claro, a retomada da economia nacional.

Outro ponto que é importante é a convocação dos secretários estaduais, municipais, Presidentes das Comissões de Educação do Congresso, Câmara e Senado, dos Estados e dos Municípios para definir ações objetivas em relação à retomada desse período inercial das aulas por que nós estamos passando.

Outro ponto que gostaria de deixar aqui também... Veja, seria fundamental, neste momento novo em que nós vivemos, que houvesse uma articulação com a Telebras e provedores de internet para atender a todas as regiões do País – digo isso porque, na nossa região, na minha e na sua região de Rondônia, do meu Estado de Roraima, do Acre, do Amapá, do Amazonas e do próprio Pará, as dificuldades nos velhos e grandes rincões são enormes, e nós precisamos fazer esse *link* para que possam realmente todos estar plugados no sistema nacional de comunicações e levar o ensino de forma mais vigorosa aos alunos, com a parceria do Ministério das Comunicações, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Regional e dos Direitos Humanos para prover ações integradas monitoradas pelo MEC, porque a educação, na verdade, é a essência da vida humana. É através da educação que nós vemos, pelo retrovisor da história, o que cresceram países que estavam destroçados após guerras, como, por exemplo, o próprio Japão e a própria Coreia. E a montagem do gabinete do Ministro da Educação com um sistema de monitoramento e desempenho de novas tecnologias de ensino se antecipando aos problemas e aos ajustes para equilibrar, Presidente, todo esse tempo perdido que nós estamos vivendo. Então, é um momento muito pródigo.

Nós entendemos que a aprovação do Fundeb em caráter permanente é fundamental, porque o Brasil tem pressa, e vamos aperfeiçoar essa discussão, porque ela é fundamental – ela é fundamental!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues, pela sua participação.

Muito obrigado a todos os demais que concederam a V. Exa. a alteração de posição.

Agora eu passo a palavra para o autor do requerimento desta audiência, o Deputado João Campos, que introduziu a necessidade da participação da educação no debate sobre a pandemia, o que também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava previsto no plano de trabalho do Relator Francisco. Mas ele tomou a iniciativa, e eu saúdo o Deputado João Campos.

Deputado João Campos, como V. Exa. é o autor, eu vou lhe conceder cinco minutos, um pouquinho a mais do que para os outros, para V. Exa. abordar o tema.

Vamos fazer o bloco de três, e os palestrantes responderão.

Essa primeira pergunta do Chico Rodrigues fica para o Cezar Miola.

Com a palavra João Campos. *(Pausa.)*

V. Exa. está com a palavra, Deputado.

Está sem o som. Solte o som do João para mim?

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar o Presidente Confúcio, o Relator Francisco Jr., os representantes da Undime, CNE, Consed e Tribunal de Contas, e dizer que esta é uma das audiências mais importantes que nós teremos na Comissão Mista do Covid, tendo em vista que o desafio imediato da saúde é imenso, mas o desafio da educação também é muito grande e vai se dar num prazo muito extenso. A gente sabe que uma ruptura na aprendizagem nesse momento vai impactar, por anos ainda, as redes estaduais, municipais e, principalmente, os alunos. Então, é fundamental no dia de hoje fazer essa reunião.

E, ao mesmo tempo em que a gente celebra a iniciativa do Parlamento – eu tive a oportunidade de ser autor do requerimento e agradeço ao Relator por assim ter acatado, junto com o Presidente –, nós não podemos celebrar a não participação do Ministério da Educação. Então, imaginem que esta Comissão foi criada no mesmo dispositivo que cria o estado de emergência no nosso País, de calamidade, e tem por missão fiscalizar e acompanhar as ações do Poder Executivo diante da pandemia, e nós não temos a participação hoje do Ministério da Educação.

O Ministério da Educação, assim como o da Saúde, em qualquer país do mundo, são os dois conjuntos de forças mais importantes para estabilidade e construção de qualquer Estado. E a gente tem visto o que tem acontecido no Brasil: já são três Ministros de Saúde; houve a troca no Ministério da Educação e, de maneira tardia, a não entrada ainda de um novo ministro. Isso nos preocupa muito, nos preocupa porque os desafios que o Brasil tem são imensos.

A gente tem uma pesquisa recente que mostra a conectividade: apenas 1% da classe dos alunos mais ricos não tem conectividade adequada em suas casas; quando a gente desce para quem recebe até um salário mínimo, apenas 50% têm acesso. Desses 50%, mais de 60% não têm o espaço físico adequado, e aproximadamente 60% também não fazem acesso através de computador, usam celular ou algum





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispositivo que não é tão adequado para ter aula. Isso mostra uma das muitas desigualdades que o Brasil tem e que aqui foram tão bem relatadas.

Então, o que eu queria ouvir dos senhores... E, ao mesmo tempo em que eu queria escutar, eu já os parabenizo, porque o Consed, a Undime e o CNE vestiram a camisa da responsabilidade. Vocês – e aqui eu os parabenizo – tiveram a responsabilidade de poder chamar para si os desafios e poder tomar as decisões que, por muitas vezes, não foram coordenadas pelo Ministério da Educação. Mas eu queria entender o que poderia ter sido feito de maneira mais ágil, ou de maneira mais eficiente, se houvesse essa coordenação, do ponto de vista nacional, bem estruturada. Essa é a primeira pergunta, que pode ser respondida ou pelo Consed ou pela Undime. Existiu muito retrabalho dentro dos Municípios? Então, imagino o que é cada Municípios criar um protocolo se esse protocolo poderia ter sido conduzido ou articulado pelo Ministério da Educação. Quem vai implementar são as redes municipais e estaduais, mas você poderia ter sugestões mais objetivas por parte do ministério.

E um próximo ponto é em relação ao Fundeb. Eu acho que a gente finalmente está chegando no momento da votação – na próxima semana, tudo indica que vamos votar na Câmara dos Deputados –, e acho que essa bandeira deve ser potencializada na próxima semana, para não correr o risco de não ser votada, porque, se o Fundeb já era importante – ele representa 65% do financiamento da educação básica pública do nosso País – antes da pandemia, vai ser mais importante ainda neste momento de grave crise.

Então, eu deixo aqui como sugestão – e certamente os senhores também já estão pensando e articulando isso – que a gente faça esse grande movimento na próxima semana, defendendo, falando com todos os Deputados, falando com as entidades. E que os professores e os alunos também possam fazer essa defesa enfática, afinal de contas, um dos grandes desafios da educação brasileira é o seu financiamento. E o novo Fundeb certamente será mais redistributivo, terá uma maior contribuição da União e vai ser um grande patrimônio que nós podemos deixar para o povo brasileiro e a nossa educação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado João Campos.

Eu estou fazendo um bloco de quatro e eu gostaria que todos os palestrantes fossem anotando as perguntas. Aqui, eu vou só passar o nome de quem deve responder ao Deputado João Campos: Josué Modesto, do Consed, e Luiz Roberto Curi, que também responde a segunda pergunta sobre o Fundeb do Deputado João Campos.

Agora, eu vou passar a palavra para o Senador Izalci Lucas, pelo tempo de três minutos. De agora em diante, todos com três minutos. Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, não dá nem para cumprimentar, porque são muitas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Certo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Eu tive o privilégio de participar ontem da reunião – eu sou Vice-Presidente da Comissão Mista da Educação. Então, eu vou perguntar mais para poder esclarecer para a população que está nos acompanhando.

Eu perguntaria: como o sistema de ensino tem procurado contornar a histórica desigualdade brasileira para oferecer ensino não presencial a todos os alunos?

Pergunto também: assim sendo, o que os senhores acham a respeito da inclusão de dispositivo que busque precaver futuras oscilações negativas que impeçam significativamente no volume de recurso do fundo, como está ocorrendo hoje?

Ontem, foi dito que há expectativa de uma redução de R\$21 bilhões nos recursos da educação agora este ano. Que medidas os senhores acreditam serem possíveis de amenizar o atraso do início do ano letivo das instituições de ensino superior, posteriormente à seleção dos novos estudantes? E eu vi a questão do Enem, que foi antecipado. E eu não soube, não tive resposta ainda se as universidades e faculdades que estão paradas, como elas vão receber um aluno novo, se eles não terminaram o ano letivo.

Algumas questões rápidas: com relação à medida provisória que foi aprovada, no PLV nº 22, quais os avanços poderiam ser destacados – foram várias as emendas apresentadas – no que se refere à educação básica, com relação à educação básica? Foram 227 emendas na Medida nº 934. Quais medidas ainda mereciam ser incorporadas à legislação, com relação à educação básica?

Considerando o fato de que atualmente muitos sistemas de ensino já apresentaram o cronograma de retorno às aulas, questiono em relação à educação básica: qual a proporção do sistema de ensino que mantém suspensão de aulas daqueles que já voltaram as aulas ou já fizeram previsão da sua retomada? Em linhas gerais, como os sistemas de ensino estão se programando para a reposição das aulas perdidas, ao longo dos últimos meses?

Como os senhores se posicionam a respeito do processo de acesso à educação superior no ano de 2021, com destaque do Enem? Quais os prognósticos sobre o cumprimento das metas? Nós vimos ontem lá que em relação à educação infantil, está muito ruim. Qual é o prognóstico de vocês com relação à educação infantil? Como poderiam ser estimados os impactos da pandemia sobre o Ideb? E se há mais alguma mudança que pode ser incorporada ao Fundeb, que nós devemos votar na Câmara na semana que vem e, na sequência, no Senado.

É isso. São muitas perguntas. Não dá nem para se considerar nada, para fazer consideração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora vou passar a palavra para a Senadora Eliziane Gama.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane Gama, não se esqueça de citar a quem a senhora dirige a pergunta, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Está bem.

Eu queria cumprimentar todos os colegas.

O meu colega Izalci já fez todas as perguntas, não é? Mas eu vou tentar aqui fazer mais algumas.

Eu queria cumprimentar o Presidente Confúcio e o Relator Francisco Jr. e parabenizá-los, inclusive, pela grande condução desta Comissão. Acho que nós temos feito um grande trabalho, conduzidos pelos senhores.

A minha pergunta aqui vai diretamente ao Conselho Nacional de Educação, que representa aqui o Ministério da Educação.

Nós já sabemos da falta de cobertura digital no Brasil, mas, agora no período de pandemia, isso ficou muito mais à tona. Por exemplo, o IBGE mostra que há 46 milhões de brasileiros sem acesso à internet. E nós tivemos agora o anúncio, por parte do Governo, de que o Enem ficou para janeiro, nas datas de 17 e 24 de janeiro. Alguns órgãos que trabalham com a educação brasileira faziam a defesa de que essa data fosse para maio, exatamente para dar muito mais tempo e garantir um pouco mais de isonomia àqueles que têm acesso à internet em relação àqueles que não têm acesso à internet, mas a data ficou mantida para o mês de janeiro.

A minha primeira pergunta é para o Sr. Luiz Roberto Liza Curi. Como o senhor, na verdade, analisa e avalia essa quebra da isonomia na preparação entre os alunos da rede pública e também da rede privada neste momento de pandemia, já que nós estamos tendo basicamente ensino *on-line*?

A outra pergunta: diante de tudo o que a gente viveu, como o Ministério da Educação está trabalhando, por exemplo, o plano voltado para a universalização do acesso à internet? A gente percebe que isso é um problema não apenas para a parte da educação, mas para tudo. Na área da saúde, por exemplo, acabou que nós não tivemos hoje uma cobertura à altura como deveríamos ter na ajuda emergencial, porque havia os invisíveis. Você não consegue, na verdade, conhecer todas as pessoas exatamente pela falta de acesso à internet. Então, como o Ministério da Educação está trabalhando isso em parceria, por exemplo, com o Ministério da Ciência e Tecnologia para o pós-pandemia?

Para finalizar, Presidente, eu queria deixar aqui a minha preocupação. A educação brasileira tem vivido tempos realmente sombrios. A gente viu, no ano passado, nos dados do PISA, uma redução, uma regressão, digamos assim, do Brasil em matérias que são realmente muito fundamentais para o ensino, como matemática, por exemplo. E nós temos vários outros retrocessos.

O Governo Federal não assumiu hoje o controle e o debate em relação à questão do novo Fundeb, que acaba agora no dia 31 de dezembro. E, se o Congresso Nacional não se juntar, não protagonizar, a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

gente não tem uma ação por parte do Governo Federal. E será ferir de morte a educação brasileira se a gente não tiver a efetividade e a continuidade do Fundeb no nosso País.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, muitas perguntas.

Como o Deputado João Campos falou cinco minutos... Todos os palestrantes têm perguntas a responder, então, eu gostaria, por exemplo, que o Conselheiro Cezar Miola – há algumas perguntas do pessoal falando sobre recursos, investimentos – pudesse responder a todas as relacionadas com o ensino superior e também aos questionamentos mais atinentes aos tribunais de contas, que são sobre os recursos escassos.

Para o Luiz Curi, do Conselho Nacional de Educação, há mais perguntas. Todos os Parlamentares têm perguntas para S. Exa.

Para Josué Modesto e Luiz Miguel também há.

Vou controlando o tempo e vou considerar dez minutos para essas respostas. Vou dar dois minutos e meio para cada um, para darem as respostas a todos os Parlamentares.

O Deputado Chico Rodrigues também fez perguntas; Eliziane Gama também fez perguntas, mais para o Curi.

Vamos começar pelo Luiz Miguel Martins Garcia.

V. Exa. tem dois minutos e meio.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Vamos lá!

Veja bem, o Senador pergunta...

Rapidamente, quero mandar meu abraço para o Josué, para o Curi e para o Conselheiro Cezar Miola. Ficamos tão afobados com o tempo...

Enfim, sobre medidas que deveriam ser apresentadas, o que cabe agora? É fundamental que, no processo de volta, a gente tenha a garantia de atividades complementares. Nós estamos falando de uma educação que precisará ser híbrida, trazendo várias ferramentas, tanto tecnológicas como outras que não envolvam computador e internet, mas que são híbridas. É importante que a gente garanta programas complementares no retorno e que a gente pense em recursos para esses programas.

Com relação à proporção de Municípios que já voltaram, Senador Izalci, é muito desprezível a quantidade. A gente não tem um levantamento atualizado porque agora é que começaram a chegar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

informações, mas são ações e localidades isoladas, ações esporádicas. Mas acho que esse dado precisa ser atualizado; eu mando depois para o senhor.

Como estão organizando o retorno às aulas? Este momento é de construção dos protocolos, e aí, até pegando um pouquinho a pergunta do Deputado João Campos, é uma coisa complicada que está sendo feita, nós perdemos muito tempo e poderíamos ser mais ágeis construindo alguns consensos, sobretudo de informações científicas de saúde, e, a partir daí, trabalharíamos mais precisamente naquelas questões e não haveria o retrabalho, porque vários protocolos estão aí. A gente poderia ter construído isso com mais efetividade. Esses protocolos já estão também num processo de aquisição de material, de equipamento.

Com relação à educação infantil, Senador, nós precisamos... Os resultados realmente estão muito aquém, nós não conseguiremos atingir a meta e nós precisamos de investimento forte. O Brasil precisa olhar para a educação infantil. Se não começar bem aí, o resto dificilmente conseguirá ir bem.

O Ideb. A gente não tem um efeito pandemia direto no índice, porque a prova foi no ano passado, mas, certamente, a queda de investimento em 2018 e em 2019 impactará.

Por fim, eu quero dizer que, sem Fundeb, com aumento da complementação da União, não há educação pública de qualidade com um mínimo de equidade. Então, eu fecho reforçando este pedido aos Senadores e aos Deputados: que aprovemos rapidamente o Fundeb e que seja uma proposta a mais próxima possível do consenso construído a que se chegou aí. Essa proposta não é a dos sonhos, mas, dentro das possibilidades, estaremos felizes com ela.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu vou passar a palavra ao Conselheiro Cezar Miola, porque, às 12h, ele tem compromisso e vai sair da sala. Então, Conselheiro Miola, o senhor ouviu as perguntas. Naquelas que o senhor tiver condição de responder e esclarecer ao Senador Izalci e a todos os demais, o senhor pode ficar bem à vontade pelo tempo de dois minutos e meio a três minutos. Fique à vontade. V. Exa. está com a palavra.

O SR. CEZAR MIOLA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Aliás, eu queria cumprimentá-lo. Nós nos encontramos pessoalmente em Rondônia num evento que houve lá no início do ano, quando a agenda era exatamente a política pública da educação. Está acontecendo um grande trabalho naquele Estado que merece ser homenageado.

Eu gostaria de me referir basicamente aos eixos estruturantes da política pública da educação – e não é retórica, é algo concreto, efetivo. A Constituição tem uma série de dispositivos, garantias e princípios relacionados à educação. A Constituição, a partir dos seus eixos, comanda o Plano Nacional de Educação e uma série de outras iniciativas. O PNE corre muito o risco de ter a grande parte das suas metas não implementada por falta de investimentos, por falta de recursos. Ele poderá se transformar numa carta de intenções. Isso pode levar ao descrédito, inclusive, pela sociedade em relação a esses instrumentos de planejamento. Portanto, a defesa que nós fazemos – pode parecer assim – não é só de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais recursos. Precisamos, é bem verdade, melhorar a gestão e a governança, pois nem todos os investimentos realizados pelos Poderes Públicos em todas as esferas são marcados pela eficiência. Podemos alcançar melhores resultados, mas também há necessidade de incrementar recursos para isso. Então, eu vejo no Fundeb não uma tábua de salvação, mas algo absolutamente imprescindível, com esse incremento da complementação da União. Então, está no ambiente do Congresso Nacional, que tanto tem feito pelo País, sobretudo nestes dias de tormento... O Poder Legislativo brasileiro tem dado respostas que merecem ser homenageadas. Fica aqui uma conclamação para que esse esforço continue também no âmbito da educação, para que nós tenhamos as verbas necessárias para tal.

Eu, de fato, lamento que, no âmbito da Lei Complementar nº 173, não tenha se colocado essa vinculação, porque os Estados e os Municípios contariam com recursos muito importantes, muito significativos para fazer frente a essas medidas mais de curto prazo no plano sanitário, no terreno da alimentação escolar e da capacitação de professores, muito importante para lidar com este novo momento.

Eu quero dizer ao Deputado João Campos que fez algumas observações muito importantes da relevância de nós termos um papel sendo cumprido por parte do Ministério da Educação na articulação e na coordenação nacional. Eu diria ao Congresso e à fala do Deputado João Campos que também os tribunais de contas estão vestindo a camisa neste período, deixando de ter uma atuação meramente reativa, contemplativa, como se poderia pensar, para atuar proativamente nesse processo de construção de soluções.

O Prof. Mozart Neves recentemente disse numa *live*, da qual eu participei, que nós temos que trabalhar com a perspectiva de um aluno de tempo integral, não necessariamente como uma escola com esse perfil, e esse aluno de tempo integral vai precisar de acolhida, atendimento, aproximação das instituições com as famílias e que, sobretudo, precisamos oferecer condições, e essas condições passam por investimentos agora em tecnologia da informação e da comunicação.

Agradeço muito pelo convite, pela oportunidade, e vou colocar à disposição da assessoria todos os trabalhos do Comitê Técnico da Educação em relação a esse tema para que possam chegar ao conhecimento do Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Agora vamos passar a palavra para o Prof. Luiz Curi para responder a vários questionamentos – quase todos os Parlamentares dirigiram perguntas a S. Sa. Por último, a Senadora Eliziane Gama.

O senhor tem pouco tempo: dois minutos. Faça milagre, doutor! (*Risos.*)

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI (Para expor.) – O problema, Senador Confúcio, é que geralmente eu me enquadro na frase de Padre Vieira "Fui longo porque não tive tempo de ser breve", mas eu vou tentar aqui ser brevíssimo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou começar com a do Deputado João Campos, a quem eu parablenizo e agradeço por todo o trabalho que ele vem fazendo, por suas iniciativas etc.

A primeira coisa: eu tenho que dizer que, de fato, o Ministério da Educação vem trabalhando em cooperação e colaboração com o Conselho Nacional de Educação, especialmente nesse último parecer, no anterior também, e com as secretarias num processo de ordenamento, de orientações nacionais de conselho, de normas. Nós discutimos tudo com eles porque essa colaboração e participação são muito importantes. Nós criamos as políticas etc., e o Ministério as implementa. Então, tem que haver uma articulação prévia; para que se dê materialidade às ações realizadas, o Ministério também colabora com a discussão, com a mobilização e com o ideário em torno das políticas iniciais tidos em pareceres e resoluções.

Dito isso, eu quero dizer o seguinte. Vamos pensar um pouco no acesso: 86% dos alunos do ensino médio e 70% dos da educação fundamental tiveram acesso a atividades remotas; 79% dos alunos da rede pública têm acesso à internet, mas a maioria deles, um pouco mais que a metade, acessa por computador e, num volume também representativo, acessa pelo celular. Então, é importante que a gente entenda qual é o problema para a gente atuar em relação ao problema do acesso emergencialmente, porque se trata aqui de medidas emergenciais, rápidas, não há tempo para se fazer grandes planos, grandes projetos, tem que haver medida rápida, tem que haver cooperação rápida, interssetorialidade entre saúde e educação, mas também entre os setores econômicos, usando os fundos de telecomunicações, usando tudo o que é possível rapidamente. É esse o caráter que o CNE, na sua coordenação, tem dado.

Há um risco muito sério de evasão, há um risco muito sério de abandono, e há riscos, portanto, vinculantes à questão do aproveitamento do ano letivo. A gente tem que cuidar muito disso. Daí a questão do Enem não ser a ideal. Sempre haverá discussão sobre a data do Enem, mas eu acho que essa data foi buscada em equilíbrio entre o Consed, as secretarias estaduais, em equilíbrio em relação à persecutiva de se aproveitar o ano letivo de 2021 para os ingressantes da educação superior e para o financiamento de 2021 também da educação superior, ou seja, para o Sisu e para o Prouni. Eu acho que foi feito um equilíbrio nessa direção e agora nós temos que atuar fortemente no sentido de ampliar os esforços, os passos de aprendizado para os estudantes de terceiro grau, envidando esforços das redes, das secretarias, e o próprio conselho fez uma série de orientações e normas nessa direção. Portanto, eu acho que foi a data de consenso possível de ser estabelecida numa pandemia. Na luta para mitigar problemas nada é ideal, sempre é o possível e sempre é aquilo que nós podemos fazer para apoiar o País.

Em relação ao Fundeb, eu quero dizer que o Ministério, por meio da Secretaria Executiva, vem discutindo profundamente isso. E a importância dada ao Fundeb por nós é máxima, para o Ministério é a máxima em relação à sua execução, à sua continuidade.

É o que dá para falar agora, desculpe-me, Senador. Eu poderia me aprofundar mais nas questões, mas são só títulos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Dr. Luiz Roberto Curi.

Muito bem!

Dr. Miola, V. Exa. pode ficar mais alguns minutos com a gente? Pode ficar mais alguns minutinhos conosco?

Libere o som do Ministro Miola. Liberou?

O SR. CEZAR MIOLA – Sim, Presidente, vou permanecer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado ao senhor.

Bem, eu queria fazer um pedido ao Deputado Reginaldo Lopes, se ele pode fazer uma permuta com o Deputado Hildo Rocha, lá do Maranhão, que me pediu para que lhe fizesse esse pleito. V. Exa. concorda que eu faça essa troca, Deputado Reginaldo Lopes?

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Oi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – V. Exa. pode fazer uma permuta com o Deputado Hildo Rocha? Ele fez um pedido aqui.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Pode fazer. V. Exa. vai fazer ou ele está pedindo para eu fazer?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ele está me pedindo aqui através do *chat* para lhe perguntar.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Próximo bloco.

Deputado Hildo Rocha com a palavra.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio, bom dia a todos os membros da Comissão.

Quero agradecer ao Deputado Reginaldo por ceder o espaço para que eu pudesse falar antes dele. É porque o Presidente Rodrigo Maia me convocou para que eu pudesse fazer a abertura dos breves comunicados hoje, que começam às 12h55, e eu ainda não almocei, ainda tenho que ir até a casa e tenho que almoçar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todos os expositores, gostei da exposição deles.

Sem dúvida nenhuma, Presidente, esta pandemia está gerando um aumento no distanciamento; sem dúvida nenhuma aumentam as desigualdades sociais, e o fosso que existe entre o pobre e o rico está se alargando. E nós estamos sendo coniventes com isso, porque não estamos fazendo, na prática, nenhum ato que venha impedir que isso continue a acontecer.

As escolas particulares estão usando dispositivos tecnológicos modernos, através da internet, para que as aulas continuem a serem realizadas. Enquanto isso, as escolas públicas, na sua maioria, estão sem poder fazer esse tipo de prática, de aula a distância, embora nós saibamos que há por parte de correntes de professores uma discriminação muito grande em relação à educação a distância. Eu mesmo sou fruto de curso realizado a distância, tanto que fiz um curso de Direito Público a distância e me sinto formado nessa área. Mas muitos professores são contra.

Como nós sabemos que o povo brasileiro em seus domicílios tem acesso à televisão – 97% dos domicílios do Brasil têm televisão, esse dado é do IBGE, de 2018 –, isso facilita a transmissão de aula por televisão em canal aberto. Para isso eu apresentei um projeto no dia 9 de abril, o PL 1.751/2020. Queria chamar a atenção do Relator Francisco para que ele coloque no seu relatório a existência desse projeto, que permite que as aulas sejam transmitidas em TV aberta, porque 97% dos domicílios brasileiros têm TV, canal aberto, e poderiam ser utilizadas quatro, seis, oito horas nesse canal de televisão para transmitir aulas. Seria muito mais fácil, porque os sistemas de internet não chegam a todos. Menos de 70% dos brasileiros têm acesso à internet e, como os sinais são muito ruins, ficam impedidos de participar, de assistir aulas através da internet.

Nós temos que trabalhar no sentido de universalizar a internet, até porque as aulas são interativas. É muito melhor a interação do que a televisão, porque a televisão não permite essa interação, mas é melhor fazer algo do que não fazer nada.

E essa tecnologia de aulas através da internet é antiga. Para que o senhor tenha ideia, Sr. Presidente, em 1969, o Governador do Estado do Maranhão, José Sarney, lançou a primeira TV educativa...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Hildo Rocha.

A pergunta do Deputado Hildo Rocha vai para Josué Modesto. Já vá se preparando.

Agora vou passar a palavra – eu me enrolei aqui um pouco, gente – para o Reginaldo Lopes, PT, Minas Gerais.

Vamos lá, Reginaldo. Libere o som.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente Confúcio Moura, quero cumprimentar todos os Deputados e Senadores, o nosso Relator, também o representante do Consed, da Undime, do CNE, do Tribunal de Contas da União. É uma alegria poder participar deste debate. Também compreendo que é uma audiência importante, porque está em jogo a educação.

Parece que, de fato, o nosso Plano Nacional de Educação previa que poderia haver uma pandemia, porque se as metas fossem cumpridas estaríamos numa situação muito mais organizada para enfrentar este momento tão difícil. E uma das metas é a colaboração federativa, em especial, neste momento de pandemia. É necessária essa colaboração federativa – antes, e, depois, é urgente essa colaboração federativa.

A União é concentradora dos recursos. A União deveria ter se posicionado mais fortemente na construção do novo Fundeb, porque ela concentra mais de 60% da arrecadação. Agora, para o futuro, eu imagino que nós precisamos, até 2024, honrar o Plano Nacional de Educação e suas metas.

Eu queria perguntar ao Luiz Curi, meu amigo, se, de fato, o novo Enem... É lógico que a data é uma questão sanitária, mas o conteúdo é uma questão educacional e deve levar em consideração as diferenças sociais deste País. O Enem poderia ter uma avaliação que considerasse mais o conteúdo dos anos anteriores, o do 1º ano e o do 2º ano do ensino médio, e menos o do 3º ano. É possível, com um novo parâmetro, construir um Enem mais democrático, que não prejudique os alunos mais empobrecidos pela omissão do Estado e pelas políticas públicas. Então, eu queria ouvir um pouco se isso é possível, se o Conselho Nacional de Educação tem orientado esses parâmetros.

Também quero dizer que precisamos organizar, de maneira suprapartidária, esse movimento na próxima semana, para a consolidação da votação do novo Fundeb. De fato, sem o Fundeb, nós vamos desorganizar mais ainda a situação da educação no País, porque a ampla maioria dos Municípios perderia mais da metade da sua arrecadação, e aí, de fato, o modelo educacional seria mais desigual do que já é hoje, se compararmos os Municípios que têm maior poder econômico com aqueles Municípios que têm menor poder econômico.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Reginaldo.

O Reginaldo fez duas perguntas, uma sobre o acordo federativo, que passo para o Cezar Miola, e outra sobre o Enem e todos os seus desdobramentos, que passo para o Dr. Luiz Roberto Curi.

Agora, com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Meu caro Presidente Confúcio, quero mais uma vez trazer aqui a minha satisfação em tê-lo, sempre com muito equilíbrio, na direção dos nossos trabalhos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar também o Francisco Jr., que nos tem acompanhado e que tem feito sempre uma síntese muito perfeita das nossas reuniões.

Sobre o assunto aqui, eu acho que nem dá para a gente fazer uma pergunta específica. Praticamente todos falam das dificuldades que vivemos hoje no Brasil pela inacessibilidade das lutas sociais ou da internet. Muitas cidades... Eu sou do Mato Grosso. Nós temos cidades distantes mais de 1,2 mil quilômetros da capital. Você tem de ir a Rondônia – e o senhor conhece isso muito bem, Confúcio, porque foi Governador – para chegar a Rondolândia, no Mato Grosso. Você tem de passar por Rondônia para depois voltar e chegar a Rondolândia, no Mato Grosso. Então, nessas cidades mais distantes, a questão da internet é realmente algo que praticamente isola as cidades e que isola também os nossos alunos.

Eu queria que fosse feito um comentário sobre o Fust, sobre o que está sendo feito com os recursos do Fust. Por que os recursos do Fust não são aplicados principalmente na universalização da nossa educação e no sinal das nossas escolas?

Falou-se aí de escola sem infraestrutura, o que existe, mas pouco se falou das obras inacabadas. Eu não sei se alguém poderia fazer um comentário sobre isso, porque a gente sabe que há muitas creches no Brasil inacabadas, como também escolas. O que fazer para concluir essas escolas, para concluir essas obras inacabadas na área da educação?

Outro aspecto também importante é a questão do Fundeb, de que se falou. O Senador Izalci disse que isso deve ser votado na semana que vem, mas há uma preocupação. Precisamos votar esse fundo, o Fundeb, neste ano, para até aprimorá-lo. Eu, inclusive, fiz uma emenda naquele relatório da *fake news*, colocando os recursos das multas também para o Fundeb. Precisamos, sem dúvida nenhuma, melhorar o uso dos recursos e a estruturação do Fundeb para o ensino básico e fundamental, para o desenvolvimento de uma criança e depois de um adulto.

Eu gostaria de perguntar também sobre a questão das escolas técnicas federais. Hoje há um projeto tramitando sobre a prorrogação das eleições, como ficarão as eleições nas escolas técnicas federais e há alguma dúvida também nas das universidades?

O Enem já está aí, foi prorrogado, não tem data certa. Eu, particularmente, vejo com muita temeridade as eleições este ano para a escolha de Prefeitos e Vereadores, exatamente, porque hoje o foco é salvar vidas e salvar empregos. E a gente sabe que uma eleição municipal vai conturbar muito.

Eu falo porque, em Mato Grosso, nós estamos no epicentro hoje da Covid, estamos com cidades, como a da região do Araguaia, com uma situação extremamente complexa com a saúde indígena.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu gostaria até... Estou fazendo um requerimento, acho que a nossa Comissão deveria se debruçar um pouco mais nesta questão da saúde indígena, mas também um sinal para as aldeias terem acesso à educação, porque hoje é muito complicado.

Então, eu queria pedir também uma resposta do Presidente Confúcio. Como ele poderia, como Presidente hoje da Covid, de que forma nós poderíamos atuar, em nome da Comissão, para solucionar esse problema que vive hoje o Brasil inteiro? Aqui no Mato Grosso, no Araguaia, a coisa piorou e piorou muito, Presidente.

Inclusive, ontem nós tivemos uma decisão do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Barroso, porque em Barra do Garças, por exemplo, no Araguaia, nós estamos vivendo hoje praticamente uma convulsão social, porque a prefeitura está sendo responsável por cuidar e a prefeitura sozinha não dá conta. Mais de 35% do orçamento da prefeitura está sendo colocado na saúde. Então, nós estamos pedindo a participação do Ministro Braga Netto para haver, praticamente, uma intervenção.

Eu gostaria de ouvir também o Presidente neste aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Senador Wellington, nós já estamos lendo o seu expediente, já estamos articulando as frentes da sua denúncia, extremamente justa, sobre a questão desse genocídio dos xavantes. Então, já tenho conhecimento, já li, e estamos providenciando aqui. Já, já, o senhor terá respostas.

Sobre as perguntas até agora feitas pelo Senador Wellington Fagundes, eu gostaria que o Josué Modesto respondesse a uma parte, sobre a questão das tecnologias; o Ministro Miola sobre as obras inacabadas; e o Luiz Curi sobre as escolas federais, as escolas técnicas federais e o ano eleitoral.

Continuando a participação dos Parlamentares, eu passo a palavra ao Deputado Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia, Laterça!

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – ... nobre Relator, nós estamos aqui...

Senador Confúcio, quero, inicialmente, inclusive fazer um registro. Eu tenho escutado o som muito baixo, acho que o Senador Izalci também, está todo mundo fazendo assim, não sei se o áudio aí está muito bom, mas vamos dar uma olhada nisso daí.

Vamos às perguntas.

Quero saudar os nossos participantes e também lamentar a ausência de algumas pessoas que seriam muito importantes no dia de hoje nesta nossa audiência, mas, quem sabe, não teremos outras oportunidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Senador, que eu também, hoje, para registrar a minha presença, estava em frente à nossa Catedral aqui em Brasília participando de um movimento, pacífico e ordeiro, dos CACs (Colecionador, Atirador e Caçador) de todo o Brasil, que vieram aqui para fazer o movimento pró-armamentista, o direito de defesa do cidadão de bem e das nossas famílias. Quero dizer que Felício Laterça é um apoiador dessa causa.

Com relação ao nosso tema tão importante da educação, num momento tão dramático que estamos vivenciando, com o fechamento de instituições para conter a propagação do Covid-19 no Brasil – nós temos hoje mais de 130 mil escolas fechadas –, cerca de 47 milhões de alunos estão sem aulas presenciais.

Diante desse cenário incerto, o Governo editou a Medida Provisória 934, de 2020, que dispensa as escolas de educação básica e as instituições de ensino superior do cumprimento mínimo de 200 dias letivos anuais previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação do País.

Contudo, vemos que a educação nacional, principalmente o ensino público, não tem tido um bom desempenho em nenhum ente federativo, o que ocasionou a precarização na didática de ensino de milhões de estudantes.

Dessa forma, minhas perguntas eu formulo e peço ao senhor que as direcione com a sabedoria que lhe é peculiar.

Primeira pergunta: independentemente do meio escolhido, a substituição de aulas presenciais por aulas a distância deve considerar a enorme desigualdade de acesso a ferramentas de aprendizagem virtual que existe no Brasil, incluindo a infraestrutura e familiaridade dos professores com as ferramentas tecnológicas de aprendizagem a distância existentes anteriormente. Quais medidas serão adotadas para mitigar tal cenário?

Segunda: qual é a importância do espaço escolar para o aprendizado? Essa é uma pergunta que não quer calar. A presença física e o convívio social como ficam?

Terceira: qual é o impacto da pandemia e do isolamento social no pensamento sobre o ensino a distância no Brasil?

Quarta: como ficará a formação do professor? O papel dele será revisto? O professor será valorizado?

Quinta: quais mudanças imprescindíveis devem acontecer na educação depois da atual pandemia?

E há outra pergunta com a qual vou finalizar, e, se não puder agora, quem sabe mais à frente ela será respondida, inclusive pelo nosso Conselheiro que se faz presente: sabemos que a Constituição exige que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apliquem ao menos 25% de suas receitas resultantes de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento da educação. Contudo, no cenário atual, há maior pressão por gastos em saúde e assistência social, além de despesas com ações de apoio às empresas e à manutenção do emprego. Ademais, gastos fixos com as escolas, em particular com o seu custeio, podem sofrer significativa alteração em função da suspensão das aulas. Dito isso eu pergunto: como os tribunais têm enxergado o cumprimento do piso de educação no contexto da pandemia? Haverá flexibilização caso o ente não aprove algum decreto de calamidade pública?

Essa é a minha participação.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Laterça. Muito obrigado.

Olhem, completou-se o bloco aqui, mas, com a migração do Hildo para este bloco, eu não posso prejudicar o Senador Espiridião Amin, que está esperando desde a abertura. Então, Senador Espiridião Amin, o senhor tem três minutos.

Não estou vendo mais o Espiridião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Tudo sob controle.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ah! Com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Agradeço a sua deferência, Presidente, e vou endereçar as minhas perguntas a apenas dois dos participantes, muito embora todos tenham sido muito úteis no esclarecimento e na proposição, em face da situação.

Vou endereçar a pergunta ao Presidente do Conselho Nacional de Educação, o patricio Curi, que deve ter na província de Koura, no Líbano, a origem da família, e ao Conselheiro Miola, se ele ainda estiver conosco.

Minha preocupação para o futuro é quanto à crítica, que hoje inclusive está sendo reproduzida num artigo de Fernando Schüller que eu considero muito pertinente – está na *Folha de S.Paulo* de hoje –, sobre o engessamento dos recursos do Fundeb. Ao estabelecer um nível para o Brasil de despesas com educação, nós estamos nos submetendo a um engessamento no momento em que, tanto em termos de modificação na Constituição, pacto federativo, a nossa tendência é desvincular ou reduzir vinculações. O nosso Orçamento brasileiro está com excesso de vinculações. Imaginar que nós vamos perpetuar vinculações, por exemplo com despesas de pessoal, para os próximos dez, vinte anos do Fundeb eu acho que é uma decisão ruim para o futuro.

E falando agora do nosso assunto de hoje, eu queria cumprimentar o Conselho Nacional de Educação por esse esforço no sentido de contribuir para uma retomada presencial das nossas aulas, considerando as nossas dificuldades sanitárias específicas de cada região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, concordo com o que falou o Deputado Reginaldo Lopes: nós não podemos, no Enem, colocar uma carga de avaliação neste último ano da avaliação. Eu fui um daqueles que propusemos avaliação a cada três anos. Então, nós não podemos aplicar, no Enem deste ano, que vai ser feito em janeiro, uma carga de avaliação sobre o terceiro ano, sobre o ano de 2020, porque estamos vivendo todas essas anomalias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Eu vou passar às respostas.

Eu vou passar, primeiro, para o Conselheiro Cezar Miola, porque ele já está olhando para o relógio por causa dos compromissos dele. Então, ele responde a vários...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Houve vários questionamentos a V. Exa. sobre colaboração federativa e as indagações do Esperidião Amin a V. Exa.

Então, com a palavra o Conselheiro Cezar Miola pelo tempo de três minutos.

O SR. CEZAR MIOLA (Para expor.) – São temas complexos para um tempo exíguo, mas eu compreendo que seja assim.

Do ponto de vista da articulação no âmbito federativo, me parece que o encaminhamento fundamental para que isso se concretize é a criação do sistema nacional de educação previsto na Constituição e que conta com um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional, seguindo os passos do Sistema Único de Saúde, por exemplo, com as suas especificidades; dar cumprimento ao art. 211 da Constituição, as metas e as estratégias do Plano Nacional de Educação, ou seja, nós temos já muitos dispositivos no plano formal, suficientes para implementar, mas precisamos evidentemente que o Ministério da Educação cumpra com o seu papel. E as observações a respeito desse tema já foram colocadas aqui.

Sobre obras paralisadas, fundamentalmente acontece isso no Brasil por dois problemas: falta de planejamento adequado do ponto de vista técnico dos projetos e insuficiência de recursos garantidos para a sua execução. Nós temos um levantamento feito em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, nós, tribunais de contas; esse levantamento é público. E nós desencadeamos uma série de ações de indução – porque não somos do Governo –, no sentido de cobrar a adoção de providências dos gestores para a conclusão dessas obras. No caso do Programa Proinfância, por exemplo, tínhamos questões elementares, projetos elaborados sem levar em consideração as especificidades regionais. Hoje, aqui no Rio Grande do Sul, por exemplo, nós temos cidades com temperatura próxima de zero grau, e o projeto básico oferecido não oferecia condições mínimas de conforto térmico para crianças numa condição de temperatura como essa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outro lado, eu gostaria de mencionar rapidamente – o meu tempo é curto – sobre as ponderações muito judiciosas do Senador Esperidião Amin, que até conheço do ponto de vista da abordagem do Fernando Shüler, que é um articulista e um professor com quem tenho uma relação muito respeitosa, de muita admiração, inclusive, mas, no particular, discordo. Por quê? Porque, quanto à concepção, inclusive, dada na proposta de emenda à constituição que se quer levar à votação, conforme mencionado aqui, na próxima semana, há uma formulação inteligente nesse processo, de redistribuição de recursos no âmbito da Federação.

Aliás, quando nós avaliamos os resultados do Fundef – que foi o precursor do Fundeb, agora o atual fundo –, nós verificamos o quanto de incremento houve do ponto de vista redistributivo dos recursos e da diminuição das desigualdades nas redes. O Senador Cristovam Buarque repete muito uma frase, a de que o destino de muitos brasileiros é dado pelo CEP ou pelo CPF. Na verdade, crianças que nascem em Municípios mais pobres, não fosse o Fundeb, frequentariam redes com extremas carências. Elas ainda existem, as desigualdades são significativas; agora, sem o Fundeb serão ainda maiores.

Qual é a ideia? É a de fazer-se uma rede de redistribuição inteligente, com o aporte de recursos da União – porque a Constituição é clara nesse sentido do apoio às redes locais – e também levando em conta o desempenho, que é uma inovação trazida agora no relatório da Deputada Dorinha, em que o desempenho, a busca de resultado e de deficiência é valorizada na distribuição dos recursos do fundo.

Pena não poder ampliar, mas agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Conselheiro...

Passo a palavra para Josué Modesto.

Josué Modesto, eu vou lhe dar apenas dois minutos. *(Pausa.)*

Josué Modesto.

Libere o som dele!

Josué Modesto.

O.k.

O SR. JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO (Para expor.) – Bom, eu vou tentar ser novamente rapidíssimo.

Pegando a questão do Deputado João Campos: o que o MEC poderia ter feito para melhorar a eficiência, o papel da coordenação do MEC? Eu diria o seguinte, olha, esse período de instabilidade gerencial, de mudança de ministros, de secretários, da direção do FNDE, enfim, fez com que a pauta educacional construída, tendo como grande orientador o Plano Nacional de Educação, ficasse patinando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre uma questão que foi mencionada aí, a questão do Enem, de como deveria ser calibrado o Enem para este ano, é só lembrar que o Enem está muito vinculado, o novo Enem está muito vinculado à implementação do novo ensino médio. E a implementação do novo ensino médio está atrasada por dificuldades do MEC de priorização e mudanças gerenciais, etc. Os Estados é que têm essa obrigação, mas a coordenação, o fomento necessário do MEC repercutiu no ritmo de implementação do novo ensino médio.

O Senador Izalci levantou uma belíssima questão: como as redes estão contornando ou estão tentando contornar a diferença histórica, a desigualdade histórica a que estão submetidos os nossos estudantes? Veja, cada rede tentou de uma forma enfrentar hoje o que aflorou: essa desigualdade de acesso a meios, etc. Ficou muito claro que as nossas escolas, *grosso modo*, de uma maneira geral, têm poucos insumos, poucos equipamentos. Nós precisamos de mais recursos para insumos educacionais, para equipamentos.

E uma questão que foi mencionada – agora eu nem me lembro por quem – é a questão do Fust, o fundo setorial de telecomunicações. Já foi mencionado por vários, inclusive do Congresso Nacional, que seria o momento de utilizar esses recursos para um avanço na infraestrutura de telecomunicações, de acesso às nossas escolas. Isso já foi colocado em planos nacionais, mas está muito atrasado, como se pode constatar no momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Modesto, responda ao Deputado Felício Laterça. Ele falou sobre formação de professores.

O SR. JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO (Para expor.) – De fato, a formação de professores é imprescindível. Nós temos gerações de professores que não têm familiaridade com esses meios modernos. Às vezes, os seus estudantes têm e ele não. Novamente, precisa-se de recursos. Há alguma resistência cultural? Há, mas nós, de fato, não estamos ofertando cursos de formação para essas novas tecnologias porque não temos recursos suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Com a palavra agora Luiz Miguel, da Undime. Há várias perguntas para você, Luiz, de Felício Laterça e outros. Com a palavra, Luiz Miguel.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado.

O Deputado Felício pergunta a respeito da importância do espaço escolar, dessa questão da educação a distância. Primeiro, é importante a gente entender que nós aprendemos de formas diferentes em diferentes momentos da nossa vida. A educação a distância não se aplica à educação infantil, que acontece por meio de interações e brincadeiras. Então, dessa forma, essa ferramenta não se efetiva. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos... Hoje o que nós estamos fazendo? Orientando as famílias para desenvolverem ações com os filhos.

Com relação ao espaço escolar, ele é fundamental, é o ambiente que traz a criança do âmbito do seio familiar e leva ao seio social. Então, é preciso... Por isso, não dá para se fazer educação domiciliar. É por isso que se precisa desse espaço para que a criança comece a se integrar neste mundo. Então, é fundamental.

E agora é fundamental, nesse período, que nós façamos uma readequação desse espaço, que vai ser uma questão totalmente diferente. É aquilo que nós falamos lá com relação a sugestões de parâmetros para esses protocolos. A Undime tem documentos, o Consed tem documentos, o Conselho Nacional tem documentos muito importantes para acompanhamento e leitura. Essa relação pandemia e educação a distância mostra que nós temos como avançar; a educação híbrida, utilizando ferramentas digitais e outras ferramentas que são muito importantes, irá ganhar fôlego e avançar com isso.

Agora, é muito importante que a gente tenha muito cuidado nesse processo para que a gente não aumente o fosso da desigualdade, pegando aquela questão que o Conselheiro Cezar Miola colocou na reflexão dele a respeito do Fundeb. Nós não podemos dar uma ferramenta... Nós precisamos pensar com urgência em conectividade para todos. Acho que essa é uma questão que Undime e Consed vão levantar, e o Parlamento precisa levantar. Houve uma colocação do Senador Wellington em que ele pergunta a respeito do Fust. Há um projeto na Câmara sendo apresentado – acho que não foi pautado ainda – que propõe exatamente usar o Fust no pós-pandemia para garantir a acessibilidade, a conectividade para todos os alunos. Agora sempre lembrando: nós não podemos pautar nessa limitação.

O professor precisa ser valorizado, isso é até chavão. A gente precisa ter uma mudança de paradigma e reorganizar isso nesse pós-pandemia.

E com relação à questão do Fundeb, à vinculação, que o Senador Esperidião Amin coloca, só para fechar, corroborando tudo que o Conselheiro Cezar falou, eu quero dizer também, Senador, que, enquanto a sociedade não perceber, não tiver consciência da importância da educação para transformar, a gente vai precisar ter mecanismos que permitam equalizar e diminuir as desigualdades. É nesse sentido. Na hora em que a gente tiver a educação menos no discurso e mais na prática dos gestores – e aí eu me incluo como gestor –, a gente pode chegar ao tempo em que a gente possa ter desvinculações. Infelizmente a gente ainda está longe, a gente precisa, e a gente pede a compreensão de vocês com o Fundeb urgentemente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Para fechar esse bloco, passo a palavra para o Dr. Luiz Roberto Liza Curi. Há várias perguntas para ele.

O senhor tem o tempo de três minutos para fazer esse fechamento.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira questão é a seguinte. Em relação às questões colocadas sobre a aplicação da prova do Enem, veja: os conteúdos da prova dependem de uma análise técnica, são feitos por especialistas nesse tipo de avaliação de grande escala, e, portanto, não é possível a gestão, a microgestão dos conteúdos de uma prova de larga escala como essa, para que atinja seus objetivos.

Por outro lado, é fundamental que a gente leve em consideração que, ao mitigar os efeitos da pandemia, as redes, os sistemas organizam o processo de gestão do aprendizado a partir dos objetivos de aprendizagem da BNCC, das diretrizes curriculares inclusive do ensino médio, de forma a valorizar, digamos, um espaço possível de reposição que permita chegar ao final desse processo a ponto de prestar a prova do Enem. Então eu quero dizer assim: você não vai ter uma reposição igual para o ensino médio e para o ensino fundamental; para a educação básica em geral vai haver também um processo heterogêneo de gestão desse aprendizado para que nós tenhamos acesso, no terceiro ano do ensino médio, por exemplo, a um procedimento de reposição capaz de mitigar efeitos aos egressos da escola pública na prova. Por isso, é muito importante essa proximidade entre a finalização da reposição, com o aprendizado obtido nesse período, e a data da prova. Um interregno muito grande entre o final da reposição e a data da prova talvez não fosse bom, inclusive.

Nós estamos adotando medidas mitigadoras para um procedimento extraordinário, para uma fase extraordinária. Obviamente, não é possível comparar esta fase com uma fase de normalidade. Por isso, a gente tem que interpretar as questões também na gestão de cada série para que se alcancem os objetivos de cada uma delas. A última série do ensino médio tem prioridade: gestão no processo de aprendizado, que as redes já estão organizando, diversas das outras etapas e séries da educação básica. Portanto, é importante que a gente tenha isso em mente, em primeiro lugar, para a gente entender o processo.

Em segundo lugar, há a questão da formação do professor colocada também. É claro que o professor, nesta época, seja talvez o ator mais valorizado que existe. Ele se reorganizou, vem se qualificando. Outra vez, eu cumprimento... O CNE acompanha. O CNE agora desenvolve um projeto de organização de novas diretrizes curriculares de formação continuada dos docentes, já vem em diálogo com a formação continuada para enfrentamento desta fase, já vem com orientações nacionais para este enfrentamento. Os professores, as redes e as secretarias estão ampliando muito a sua dedicação, inclusive com cooperação do setor particular, em cooperação com outros entes, para que isso ocorra – e vem ocorrendo – de maneira satisfatória e adequada. Os professores estão fazendo a diferença completa neste processo. Sem professor, não é possível se imaginar um relacionamento de aprendizado não presencial, um aprendizado remoto. Ele é até mais importante: a condução do autoaprendizado é um desafio muito maior para o docente do que a gente possa imaginar. É imprescindível, mesmo no ambiente normal da educação a distância, a presença do professor. Amplia-se o contato com o professor, ele fica mais diversificado, mais amplo e mais proveitoso. Nós temos que entender que o professor é hoje o ator mais relevante deste processo e vem desenvolvendo um trabalho imenso no sentido de reordenar metodologias adequadas, pedagogias vinculadas aos objetivos de aprendizagem necessários.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que são esses dois blocos de questões que vieram aqui para o Conselho Nacional de Educação, Senador Confúcio Moura – o senhor veja aqui que eu contrariei Padre Vieira nesta minha última fala. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Nós temos a participação – não dá para fazer nenhuma pergunta – de internautas. Vou ler o nome deles e o Estado: Suzanny DK, daqui do Distrito Federal; Marcus Antonio Costa Gurgel, do Estado do Ceará; Fernando Mariano da Silva, do Distrito Federal; Carlos Antonio, do Estado do Maranhão; Sebastiana Maria de Fátima, do Estado de Goiás; Fernando Mariano da Silva, daqui do DF, Brasília; Cristiane Mello David, do Estado do Paraná. E há mais outros que também enviaram perguntas, mas o tempo não vai nos permitir atendê-los desta vez.

O próximo bloco será de três, e nós encerraremos a nossa audiência: a Senadora Kátia Abreu, o Deputado General Peternelli e, por fim, o Deputado Relator Francisco Jr. para fazer suas considerações finais.

Então, com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

Eu não estou vendo a Kátia na sala... Cadê a Kátia Abreu?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, Deputado General Peternelli com a palavra.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, uma boa tarde a todos! É uma satisfação estarmos aqui novamente cuidando deste assunto tão importante que é a educação.

Cumprimento os demais Deputados e Senadores presentes. Cumprimento o Conselheiro Cezar Miola, o Luiz Miguel e o Luiz Roberto – ontem tivemos outra atividade semelhante junto à Frente Parlamentar pela Educação.

Eu gostaria também de iniciar, Senador Confúcio...

Hoje, 9 de julho, é o dia do Estado de São Paulo, e, como paulista, não poderia deixar de fazer uma referência e dizer que São Paulo sempre esteve envolvido nas grandes causas brasileiras, desde os primórdios, desde os bandeirantes, que alargaram nossas fronteiras.

Quanto a essa parte da educação, Senador, eu gostaria de comentar, e já tenho comentado, que a grande diferença, no meu ponto de vista, entre a escola pública e a escola privada é o material didático, que eu chamo de caderno apostilado, que é um material que tem o caderno do professor, do aluno e uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

folha guia da sequência das aulas. Esse caderno apostilado é o plano de aula do professor. E reparem que, no que diz respeito à pandemia, agora ficaria fácil conduzir as aulas dentro de uma sequência.

O Deputado Hildo Rocha falou da televisão: é essencial interagir com a televisão e com a internet. Hoje a televisão tem canais multisseriados – você tem lá 22.1; 22.3; 22.4 –, então é possível colocar as aulas do primeiro ano, do segundo, na televisão, e essa aula vai sendo repetida em *loop*, de três em três horas, o dia inteiro, daquele ano, para que, numa família em que haja crianças em vários níveis, possa, um, ver pela manhã, outro no início da tarde, outro no final da tarde. Então, a interação do caderno apostilado com a televisão é fundamental, e pode interagir com a internet – foi muito bem lembrado sobre o Fust. Esse caderno apostilado, todas as redes privadas o utilizam, e, agora, neste período de pandemia, fica mais fácil para o professor dar continuidade às aulas que estão programadas. Então, acho fundamental que a rede pública também utilize esse material didático.

Para encerrar: o contexto financeiro na educação é fundamental. Fundeb, conte com o meu apoio!

Ótima tarde para todos! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, General Peternelli, por sua participação. Muito agradecido.

Há uma questão de ordem do Senador Izalci. Eu lhe concedo a palavra, Senador Izalci, para a questão de ordem.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para questão de ordem.) – Presidente, é só para reforçar o que a Senadora Kátia Abreu já disse a V. Exa. por diversas vezes, e também lá no Plenário eu fiz essa questão. Nós criamos também aqui no DF a comissão de acompanhamento no DF, nos moldes da Comissão de V. Exa. Então, é só para reforçar e pedir a V. Exa. que insista com o Presidente Davi para que a gente possa realmente convalidar, consolidar e colocar mais autenticidade com relação às nossas comissões estaduais.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com certeza, eu farei por escrito ao Senador Presidente, Davi Alcolumbre.

Passo a palavra ao nosso Relator Francisco Jr. para suas perguntas finais e considerações.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, parablenizo a todos que estão nessa batalha, nessa guerra, de forma especial na educação. Então, cumprimento todos os órgãos e entidades aqui representados e também parablenizo todos os Deputados e Senadores que puderam participar dessa reunião tão importante.

Senhores, eu faço apenas um comentário e um pedido. As perguntas foram muito ricas, nós sabemos que é um exercício, uma ginástica conseguir responder perguntas com a complexidade que às vezes chegam em dois minutos ou trinta segundos, e eu gostaria de pedir a gentileza de vocês de prepararem suas apresentações, responderem a essas perguntas de forma mais detalhada e nos enviar para que a assessoria possa analisar e nós mantermos esse diálogo.

Então, diante dessas perguntas, que nós possamos, a qualquer tempo, manter esse canal aberto para podermos entrar em contato com vocês, ver novos dados, novas informações, sejam os Deputados ou mesmo a assessoria no momento de estarmos preparando os nossos relatórios parciais ou o relatório final. Mas eu gostaria que vocês pudessem fazer essa gentileza de preparar as apresentações, preparar o complemento das respostas e nos encaminhar.

E a pergunta que eu faço – eu acho que a gente teria muitas considerações para conversar, e essas ponderações de vocês vão nos ajudar inclusive nessa discussão do novo Fundeb, dessa nova realidade, dos novos desafios e desdobramentos que teremos no pós-pandemia –, mas eu gostaria de perguntar não especificamente sobre a pandemia, mas imaginando que a pandemia vai terminar, e vai terminar rápido, e a gente deseja isso. Eu acredito que essa realidade do novo normal, como nós costumamos falar, não vai passar. Quer dizer, nós vamos, a partir de agora, assumir uma série de comportamentos que foram antecipados. O General Peternelli acabou de fazer um comentário sobre se voltar a utilizar a televisão, o rádio, incluir isso na formação, e acredito que é saudável que isso se mantenha depois, que nós nos preparemos para isso depois. As redes sociais, o uso de equipamentos... Hoje, o celular, o *smartphone* começa a ser um equipamento pedagógico, e todos nós aqui somos da época em que não se podia levar calculadora para a escola. Então, há uma mudança de mentalidade, há toda uma realidade muito significativa em tudo isso. Ao mesmo tempo, nós não podemos nos acomodar, e é um desafio para todos.

Eu gostaria de ouvir um breve comentário seu, de forma especial, do Conselho – me dirijo ao Presidente do Conselho Nacional de Educação, mas os demais, se houver tempo, também podem comentar –, sobre qual a expectativa de vocês não sobre os desafios impostos pela pandemia, mas os desafios da modernidade, os tempos em que nós estamos, a necessidade que nós temos hoje de uma mão de obra mais qualificada. Todos têm que ter noção de outra língua, por exemplo, noções de tecnologia, de informática. Como está se desenhando a educação brasileira para não apenas o pós-pandemia, mas o resto dos nossos dias, esta geração, os desafios muito mais profundos ainda que nós temos? Como vocês enxergam? Vocês estão enxergando esse cenário de forma otimista ou de forma pessimista, principalmente em se tratando da nossa educação básica? E o que nós podemos fazer para aproveitar esse limão e fazer uma limonada? Porque esse limão da pandemia, esse problema da pandemia tanto está nos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo sofrer, mas de toda crise saem boas soluções. Como transformar essa necessidade de remodelar, de reformular a nossa prática pedagógica, a forma de educar no Brasil? Como aproveitar isso para dar um salto de qualidade e colocar o Brasil no terceiro milênio, já que nós não entramos nele? Este é um fato: nós não entramos nele. Uma educação moderna no Brasil ainda é uma peça de ficção em muitos aspectos, apesar de nós termos um povo extremamente inteligente, que com um empurrãozinho vai longe. Então, como aproveitar essas dificuldades e transformar isso em uma grande oportunidade de remodelar o processo educativo no Brasil?

Mais uma vez parablenizo vocês e me coloco, e a toda a nossa equipe, à disposição para colaborar no que estiver ao nosso alcance; e no que não estiver a gente vai atrás também.

Parabéns a todos.

Obrigado, Presidente.

Era esse o meu comentário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora vamos para as respostas finais.

Depois dos dois escolhidos aqui para responder, vou conceder a palavra, por um minuto, para o Conselheiro Miola fazer suas considerações finais e para o Luiz Miguel também.

Então eu passo a palavra, para responder ao General Peternelli, ao Josué Modesto, do Consed (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação).

Josué Modesto, com a palavra.

O SR. JOSUÉ MODESTO DOS PASSOS SUBRINHO (Para expor.) – O.k. De fato, eu acredito que utilizar material articulado e acesso, por exemplo, à TV pública... Nós temos utilizado aqui em Sergipe a TV pública para veicular as nossas aulas, o ensino remoto. Infelizmente ela não atinge todo o Estado, nem todos os seus Municípios, mas é um dos meios de maior universalização de acesso.

E acredito que disponibilizar material para os nossos estudantes é muito importante. O fato é que nossas escolas, nossas secretarias têm recursos insuficientes para insumos e para equipamentos. Nesse sentido, eu diria, Senador Amin, que entendo suas preocupações sobre vinculação, sobre o engessamento do orçamento, mas eu diria que o País ainda subfinancia fortemente a educação.

Ainda precisamos de muitos recursos para dotar o mínimo de insumos e equipamentos para contrabalançar a imensa desigualdade social que permeia o nosso País. Eu acho que isto foi o que mais aflorou nessa pandemia: as diferenças sociais, que as nossas escolas não têm conseguido compensar adequadamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, com a palavra agora, para a última resposta, o Dr. Luiz Roberto Curi. *(Pausa.)*

Para fazer o fechamento das respostas ao nosso Relator Francisco Jr., passo a palavra a Luiz Roberto Curi.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Eu queria, antes de rapidamente tratar das questões levantadas pelo Deputado, que são ótimas – agradeço muito ao Deputado –, fazer aqui uma menção à competência que o Inep demonstrou na gestão desse processo todo, com diálogo, com consenso, com abertura, o que propiciou, digamos assim, a adesão de organizações e de entidades à realização do Enem, e à competência da equipe técnica responsável pela organização do Enem, que é uma delegação legal do Inep. Portanto, eu queria aqui registrar o imenso trabalho feito pelo Inep por meio do seu Presidente.

Eu queria também dizer aqui o seguinte: em relação ao Fust, a Secretaria Executiva do MEC já indicou o início do diálogo sobre a utilização desses fundos para a finalidade dita aqui. O CNE indica também, no seu último parecer, esse ordenamento desses fundos setoriais.

Em terceiro lugar, eu queria tratar da questão do Deputado Francisco Jr.

Quero dizer que a nossa expectativa é positiva, Deputado. Está certo? Em primeiro lugar, o contingenciamento, a complexa contingência que se deu em torno da educação não presencial nos trouxe uma série de aprendizados, sobretudo o aprendizado da boa gestão e da política institucional curricular. A questão curricular é chave nesse processo de aprendizado. Agora a questão curricular é absolutamente determinante, é definitiva no aproveitamento desse aprendizado. E o valor que se dá à institucionalidade do currículo, à sua diversidade e à sua decorrência em formas diversas de aprendizado vai ser, obviamente, um legado positivo para um tempo adiante, na medida em que o foco no aprendizado, o foco no estudante, o foco a partir da percepção da capacidade da produção intelectual mesmo dos estudantes por meio do currículo é uma questão que vai transcender essa questão não presencial e que vai atingir a presencialidade com uma dinâmica nova no processo de ensino e de aprendizado. Isso já está sendo incorporado ao processo de formação de professores pela diretriz que vai ser votada, na sexta-feira de manhã, pelo CNE.

Portanto, eu acho que este é um legado dos mais importantes: a capacidade das escolas de ordenar seu aprendizado, de focar nos estudantes, na sua capacidade de produção intelectual e na sua capacidade de autoaprendizado, com a função extrema e absolutamente central do professor nesse processo de gestão mesmo, com a geração em cada escola de um processo de construção de uma política institucional curricular. Eu acho que esse vai ser um aprendizado grande para frente.

A interação entre atividades não presenciais e atividades presenciais, talvez, seja também um exemplo relevante para o futuro, quando houver a plena presencialidade, para que a gente possa utilizar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias de informação e comunicação, para que a gente possa desfrutar, talvez, de uma ampliação do processo de acesso à rede e à internet, no sentido de fortalecer atividades de aprendizado não necessariamente remotas, não necessariamente não presenciais, mas presenciais no sentido de aprofundar a participação e o protagonismo dos estudantes e dos professores nesse processo.

Acho que existem tecnologias que favorecem essa aproximação e o proveito pleno da qualificação da capacidade do professor e o proveito pleno do processo de interação dos estudantes com o processo de aprendizagem, mediadas, claro, por questões formativas, por uma avaliação formativa mais consistente.

Essa questão, para encerrar, Presidente, é uma questão também que vai ficar como legado, é o aprimoramento e o aprofundamento do processo avaliativo. O processo de avaliação diagnóstica tem que ser feito, já pode começar a ser feito; o processo de avaliação formativa, o processo de avaliação como reforço ao aprendizado neste período é fundamental, estratégico, e essas questões, essa nova presença do processo de avaliação no desempenho do estudante, amplo e completo, vai ser também um legado a ser apropriado nestas políticas institucionais curriculares.

Eu sempre torço pelo melhor e acho que a gente vai conseguir sair desse processo com lições importantes e com ordenamentos e ações institucionais para a escola, para as redes, para os sistemas, para todos os níveis educacionais, inclusive do nível superior, com um aprendizado relevante e importante neste período, especialmente a nova relação que se deu entre estudantes, a participação da família, a participação dos estudantes e famílias com a escola. Isso tudo vai redesenhar as novas relações sociais e pode dar um caráter mais amplo ao espaço público, que é a escola no País.

Sem educação o Brasil não aprende, e não adianta nós imaginarmos que a educação é um tema abaixo da economia – não é! Ele está acima da economia, sem educação mantida, sem aproveitarmos esse período para formar os nossos jovens, para mantê-los ligados no ambiente escolar, certamente o futuro do País, aí sim, vai estar comprometido. Isso tudo feito com o cuidado da saúde, com o cuidado da vida.

Eu agradeço a todos, na pessoa do Senador Confúcio, as questões do Deputado Francisco, o Relator. Queria mandar um abraço ao Senador Izalci, agradeço a todos e a todas presentes neste processo, às Senadoras, às Deputadas, aos Senadores e Deputados, ao Luiz Miguel, ao Josué, ao Dr. Cezar Miola, que já convido a manter um diálogo mais estreito com o Conselho Nacional de Educação. Já mantemos com a Vanessa, Conselheiro Cezar Miola, e podemos expandir esse contato com os conselheiros.

Muito obrigado! Foi um prazer e uma honra participar deste evento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Terminada as respostas, eu passo a palavra ao Conselheiro Miola para fazer as suas considerações finais, algum comentário, por um prazo curtinho de um minuto.

O SR. CEZAR MIOLA (Para expor.) – Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-me sempre à disposição em caráter pessoal e em nome do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa que congrega os tribunais de contas brasileiros.

Ouvi com muita atenção e quero dizer que comungo das opiniões colocadas pelos colegas participantes deste painel. As últimas referências do Presidente do CNE são muito pertinentes, colocam bem as preocupações oportunas, sábias, do Deputado Francisco Jr.

Eu acredito que, deste processo todo, dentre as tantas lições que nós poderíamos extrair, tem se falado muito nos invisíveis que agora vieram à tona durante esse processo, pessoas carentes, desprotegidas, e nós poderíamos mencionar, talvez, a expressão de que nós é que não os víamos, mas eles estavam e estão em nosso convívio diário.

Então, não se pode dizer que uma nação viva um ambiente democrático e que cultive o princípio republicano se não houver saúde e educação para todos; se, no particular da educação, não tivermos educação em condições de igualdade e com equidade, ou seja, usando o bordão "não deixando ninguém para trás". Para isso, nós sabemos, é preciso – usando outra frase forte e já conhecida – colocar a criança, o jovem e o adolescente no orçamento público, art. 227 da Constituição. A absoluta prioridade que o Constituinte de 1988 elegeu para proteger e para, digamos assim, dar a dimensão real da proteção da cidadania é o cuidado com a criança, com o jovem e com o adolescente. O orçamento precisa, de fato, traduzir o compromisso republicano com a diminuição das desigualdades.

Eu gosto muito do texto introdutório da Constituição nos seus princípios e nos objetivos fundamentais da República. E ali há um que é particularmente caro para quem vislumbra a política pública na dimensão da sua execução ou do controle, que é a diminuição das desigualdades e a busca do bem de todos.

Nós dos tribunais de contas não queremos administrar, não temos competência ou legitimidade para isso, mas fomos eleitos, do ponto de vista da disposição constitucional, para fiscalizar, para controlar, para acompanhar, e estamos fazendo isso de maneira dialógica e construtiva. Nesse processo todo desse momento, temos nos esforçado para buscar soluções para resolver problemas, não apenas para evidenciar as deficiências. E é dessa perspectiva que eu quero continuar dialogando. Inclusive, eu me coloco à disposição do Presidente do Conselho Nacional de Educação e de todos os atores que aqui dialogaram conosco.

Nós precisamos, de fato, garantir condições de financiamento para a educação e, a partir disso, zelar para que os recursos sejam bem aplicados do ponto de vista da probidade e da eficiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Luiz Miguel, da Undime, para suas considerações finais. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Libere o som dele.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Estão me ouvindo? O.k.

Obrigado, Senador, e parabéns pela condução! Foi muito produtivo o nosso encontro, de uma densidade que nos fez evoluir bastante. Agradeço pelos aprendizados aqui e a todos que os compartilharam conosco.

Eu tenho a dizer, Deputado Francisco Jr., que acredito que não há como não sair melhor, porque quem sair desse processo e chegar a 2021 saberá que já recebeu o dom da vida, conseguiu passar por essa doença tão terrível e tem uma missão grande a cumprir neste mundo.

Eu sei que teremos grandes desafios. Nós temos uma nova educação que já se desenha, mas nós temos sólidos preceitos. Nós sabemos que educação se faz com interação, o resto são instrumentos, e nós precisamos de investimentos para isso, para infraestrutura... Eu acho que vamos chegar a um tempo em que as escolas – é importante o que nós falamos ontem – tenham os seus laboratórios de ciências, mas que elas tenham a sua conectividade, que os alunos possam buscar essas ferramentas. Precisamos pensar na formação inicial de professores cada vez mais consistente com o novo tempo. Precisamos ajudar os professores que aí estão nessa interação, nesse modelo híbrido, com uma nova forma.

Eu quero fechar dizendo que é na educação básica que a gente transforma tudo que a gente tem pela frente – a gente precisa construir muito aqui para que as outras etapas tenham o efeito desse investimento e dessa transformação –, e pedindo aos Senadores e Deputados que tiverem acesso ao Governo Federal neste momento que possam levar a mensagem da importância da representação que hoje a Undime e o Consed têm no Conselho Nacional de Educação. Nós estamos na iminência de sair a nova lista. Estas entidades representam a base, a ponta da escola. Se puderem reforçar esse pedido para que elas continuem sendo representadas, nós certamente teremos um conselho nacional com o pé no chão da escola, mais fortalecido ainda. Foram muito grandes as transformações.

Muito obrigado ao Senado, à Câmara e parabéns ao Poder Legislativo, que está cumprindo o seu papel nesse momento de forma muito exitosa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença dos convidados: Luiz Miguel Martins Garcia, Josué Modesto, Luiz Roberto Liza Curi e Cezar Miola. Agradeço a presença das Sras. e Srs. Parlamentares nesta reunião. Agradeço a participação dos internautas através do e-Cidadania e dos telespectadores da TV Senado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Convido-os para a próxima reunião, a se realizar dia 14 de julho próximo, às 10h, para a audiência com a presença do Ministro da Controladoria-Geral da União, a confirmar, Sr. Wagner Rosário, e com o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Sr. Felipe Scudeler Salto.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo sobremaneira a todos os participantes por essa extraordinária audiência pública, muito ilustrativa e muito orientadora para todos aqueles que puderam nos ouvir nesta manhã.

Muito agradecido. Obrigado a todos e uma boa tarde!

(Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho, e ainda das Parlamentares não membros Rejane Dias e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Cacá Leão e João H. Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para discutir o acompanhamento e perspectivas da transparência, execução orçamentária e financeira e das metas fiscais relacionadas ao enfrentamento da COVID19. **Participantes:** Wagner de Campos Rosário, Ministro da Controladoria Geral da União - CGU.. Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente -IFI.. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº** , de 2020 que : "Convida para Audiência Pública da Comissão: Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende – Relatora da Comissão Especial do FUNDEB na Câmara de Deputados; Dep. Federal Tabata Amaral - Membro Titular da Comissão Especial do FUNDEB na Câmara de Deputados; Professor Francisco Herbert Lima Vasconcelos - Secretário de Educação de Sobral/CE e a Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação - MEC." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº** , de 2020 que : "Solicita ao TCU que se realize auditoria para verificar a correta utilização, pelo Governo do Distrito Federal, de todos os recursos destinados pela União para o enfrentamento da pandemia de Covid-19." **Autoria:** Sen. Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº** , de 2020 que : "Convida o Ministro Eduardo Pazuello, para Audiência Pública para debater sobre a logística de distribuição aos Estados de medicamentos em geral para o enfrentamento da pandemia, medicamentos do “Kit de intubação” utilizados no tratamento do paciente do Covid-19 e sobre a distribuição de testes." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/07/14>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Bom dia, meus amigos!

Vamos iniciar a nossa audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através da função "levantar a mão" do aplicativo, e que a ordem de fala será dada, primeiro, ao Relator, em seguida ao autor do requerimento, aos titulares e aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

Em virtude de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Comunico que o uso da palavra obedecerá à ordem de inscrição, não havendo mais exceções para quem tenha previstos como na última reunião. Entendo que todos os Parlamentares têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invariavelmente compromissos múltiplos e entendo que, para o bom andamento da reunião, se deve manter a ordem estabelecida.

Havendo número regimental, coloco em votação... Por enquanto, não há número. São sete. Não vamos votar a ata agora.

A presente reunião é uma audiência pública que atende ao Requerimento nº 52, de 2020, de autoria da Presidência deste Colegiado.

Os convidados são os Srs. Wagner de Campos Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da União, e Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado.

Vamos conceder ao Dr. Wagner 20 minutos, improrrogáveis, e ao Dr. Felipe Salto o mesmo tempo. Logo a seguir, virão os questionamentos.

Passo a palavra a S. Exa. o Sr. Ministro Wagner Rosário pelo tempo de 20 minutos.

V. Exa. está com a palavra, Dr. Wagner.

Podem liberar o som dele, por favor.

Está liberado o seu som, Dr. Wagner Rosário.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – Senador Confúcio e demais Parlamentares presentes, bom dia!

É uma honra estar aqui hoje.

Vou falar um pouco sobre as ações da nossa Controladoria durante esta situação que nós enfrentamos hoje, do Covid.

Nós estamos falando do orçamento, de recursos do Orçamento da União de R\$506 bilhões, que estão sendo aplicados nas mais diferentes frentes, buscando auxiliar Estados e Municípios e também a população em geral com medidas econômico-sociais voltadas para o combate à pandemia.

Na área de controle e fiscalização por parte do Poder Executivo Federal, nós iniciamos nossos trabalhos com as contratações do Ministério da Saúde, ou seja, o que o Ministério da Saúde passou a adquirir e como a gente ia ajudar o Ministério nesse momento em que as licitações estão todas sendo realizadas a partir de dispensa de licitação. Então, nós fizemos um trabalho prévio de análise de risco das contratações. Esse trabalho prévio nos permitiu analisar R\$6,4 bilhões em contratações diretas pelo Ministério da Saúde, o que possibilitou também a revogação de quase R\$2 bilhões em licitação através da identificação de fragilidades na licitação que poderiam trazer problemas futuros para o Governo Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este foi o primeiro passo: tentar trabalhar os recursos aplicados diretamente pelo Ministério da Saúde.

O segundo passo que nós demos foi acompanhar, em uma parceria com o Ministério da Cidadania, os recursos mais vultosos que o Governo Federal estava dirigindo para o combate à pandemia, que era justamente o auxílio emergencial. A partir daí nós iniciamos uma coleta de várias bases de dados do Governo e um cruzamento de dados para identificar possíveis irregularidades nesse processo.

Realmente a gente tem encarado uma situação de muitas tentativas de fraude envolvendo os recursos do auxílio emergencial. Os cruzamentos identificaram números relevantes de servidores públicos. Iniciamos um trabalho de busca de base de dados de folha de pagamento de servidor público estadual e municipal – o Governo Federal não tem acesso a essas bases, nós temos acesso somente ao Siape, não temos a outras bases. Então, em uma parceria com Estados e Municípios, cruzamos e identificamos mais de 299 mil servidores públicos de todos os entes recebendo recursos do auxílio emergencial. Portanto, esse trabalho vem trazendo resultados bastante significativos para o Governo, porque são recursos mais vultosos, somam aí praticamente R\$250 bilhões com a prorrogação que nós tivemos dos pagamentos, das próximas parcelas. Então, é um recurso a que a gente tem que estar muito atento.

Esse trabalho realizado no auxílio emergencial nós também estamos fazendo no BEm, no benefício emergencial, que visa a manutenção dos empregos. Então, ali também estamos identificando diversas irregularidades. Nosso objetivo é preservar esses recursos, fazer com que realmente os recursos destinados à pandemia cheguem aos que mais necessitam.

Paralelamente a isso, o Governo já distribuiu cerca de R\$10 bilhões para Estados e Municípios como apoio à pandemia. Nós estamos fazendo o acompanhamento desses recursos, lançamos um painel recentemente. Quem entrar na página da CGU, www.cgu.gov.br, vai verificar um painel que nós montamos. Levantamos dados relativos a cerca de 280 entes federados, Estados e Municípios: levantamento de preços, quantidades de aquisições. Trata-se de uma busca, um trabalho bem braçal de busca em diários oficiais e em portais da transparência desses Municípios, desses Estados. Nós verificamos que, dentre esses 280, estão todos os Estados da Federação, todas as capitais – os Municípios que são capitais de Estados – e todos os Municípios com mais de 500 mil habitantes; todos esses estão nesse universo de 280 entes federados cujos dados nós levantamos.

Isso veio de uma ideia inicial de nós buscarmos oferecer aos gestores uma média de preço ou um valor médio dos preços praticados no momento da pandemia. Hoje o valor, o preço praticado, principalmente em EPIs, respiradores, nesses materiais e equipamentos que são solicitados, são buscados pelo mundo inteiro... O mundo inteiro busca o mesmo tipo de material e, obviamente, aumentando muito a demanda, sobe o preço desses equipamentos, desses materiais. E nós precisávamos buscar um preço de referência para este momento. Não adiantava muito a gente tentar comparar o preço atual com o preço



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

anterior. Então, demos publicidade a essas informações e também fizemos aqui uma análise mais detalhada dessas empresas que estão contratando, das características dessas empresas, para tentar fazer uma análise de riscos das aquisições feitas por esses diversos entes federados, dentre os quais incluo também a União. É outro trabalho que na área de controle nós buscamos fazer para auxiliar os gestores e também servir de base para os nossos trabalhos aqui da CGU.

Fora isso, a gente tentou também investir bastante na área de transparência. Então, desde o princípio, iniciamos uma transparência desses recursos, com abas específicas no Portal da Transparência sobre transferência de valores para Estados e Municípios, sobre aplicação de recursos pelo próprio Governo Federal. Então, o cidadão pode ir lá no Portal da Transparência e acompanhar diretamente. Isso dá uma base para o cidadão para que ele possa saber se o recurso está chegando à ponta, se não está, se existe recurso empossado e como é que está todo o andamento desse fluxo de recursos que sai da União para Estados e Municípios ou que são aplicados diretamente pela União.

Também fizemos um investimento em uma aba específica, no nosso canal de comunicação com o cidadão, que é o Fala.BR. A partir dali, colocamos no Fala.BR uma aba específica para que o cidadão pudesse se manifestar sobre o Covid-19 e já recebemos quase 70 mil manifestações nesse período da pandemia. Essas manifestações vêm nos guiando quanto a diversas atitudes a serem tomadas ou controles. Hoje basicamente a maioria dessas manifestações fazem referência ao auxílio emergencial, que eu acho que é o que alcança de forma bem direta o cidadão que está lá na ponta passando dificuldades. Então, hoje há muitas pessoas se manifestando, e isso vem gerando diversos informes e levantamentos nossos sobre a atuação do Governo Federal durante esse período da pandemia.

Bem, esse é um panorama geral das ações do Governo Federal na área de controle, acho que aqui eu abro um leque bastante amplo dos trabalhos realizados em termos de controle até agora. Coloco-me à disposição para responder a questionamentos, para que a gente possa detalhar melhor essas ações caso isso seja de interesse de todos os presentes aqui nesta reunião.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Eu passo a palavra ao Dr. Felipe Salto, da Instituição Fiscal Independente do Senado, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar nosso Presidente, o Senador Confúcio, também pela atividade importantíssima que esta Comissão vem desenvolvendo e, na pessoa dele, cumprimentar todos os membros desta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dividir aqui a minha apresentação. Nós já tivemos a oportunidade de fazer uma apresentação a respeito especificamente da questão fiscal há algum tempo aqui na Comissão, quando participaram também outros membros da minha equipe, como o Josué Pellegrini e o Daniel Couri.

Cumprimento o Ministro Wagner de Campos Rosário, da CGU. Aproveito para trazer alguns temas que nós temos olhado e que podem trazer um bom diálogo aqui, aproveitando a presença do Ministro.

A primeira parte da minha apresentação é a respeito dos dados de crédito. Uma boa parte das iniciativas realizadas pelo Governo e pelo Congresso tem a ver com crédito para empresas, em função da preocupação de que as empresas precisarão ter uma ajuda neste período de crise para passar pela tempestade e, uma vez passada essa tempestade, que o Brasil não assista a uma destruição de capacidade produtiva e, sim, à possibilidade de que essas empresas paralisadas temporariamente possam, em sua maioria, voltar a uma atividade normal. Para que isso aconteça, as políticas de crédito que foram anunciadas precisam ser efetivas.

Nós publicamos ontem, Presidente, um relatório de acompanhamento fiscal, que é o relatório mensal da Instituição Fiscal Independente, lembrando que a IFI é um órgão do Senado Federal que tem como objetivo acompanhar de maneira autônoma a questão econômica e fiscal do País. E, nesse relatório que nós divulgamos ontem, já disponível no nosso *site*, mostramos que algumas medidas de crédito têm surtido maior efeito e outras medidas, ao contrário, ainda mostram um desempenho muito aquém do necessário.

As medidas que têm a ver com capital de giro, sob coordenação do BNDES... Essas são informações prestadas diretamente à Comissão, que estão disponibilizadas no *site* desta Comissão da Covid e não estão disponibilizadas no *site* do BNDES. Nós tivemos recentemente reuniões com o pessoal do BNDES e sugerimos até uma maior transparência na publicização dessas informações. Isso mostra que a Comissão da Covid está tendo um papel importante para dar luz a essas informações. Inclusive, no relatório de ontem, nós citamos essa fonte com o *link*, etc., para acesso a esses dados disponibilizados a esta Comissão.

E qual é o dado interessante? O primeiro é que as linhas emergenciais de capital de giro têm saído num ritmo bastante significativo. Mas aquela linha chamada PESE (Programa Emergencial de Suporte a Empregos), que tem a ver com financiamento da folha de pagamento, apresenta uma liberação de apenas 11,5%, que é um percentual muito baixo. Isso pode ter a ver com problemas de desenho da política pública, mas pode ter a ver também com problemas lá na ponta, como a questão, por exemplo, das exigências por parte dos bancos privados, que estão sendo o canal para viabilizar esses recursos; tais exigências acabam sendo impeditivas, do ponto de vista de juros e garantias, para as empresas, sobretudo as pequenas e microempresas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um alerta importante porque as políticas de crédito precisam ter um acompanhamento mais de perto. Há um pecado original, no pano de fundo dessa crise, que é a ausência de um comitê central, ainda que se tenha criado o comitê gestor. A PEC do orçamento de guerra acabou sendo aprovada sem aquela instituição que havia sido prevista no texto original, que era uma espécie de comissão ou comitê central pelo qual se comandariam todas essas ações e se poderia acompanhar a liberação dos recursos e dar celeridade a isso.

Do ponto de vista da execução da saúde, passando agora para esse segundo subtópico da primeira parte da minha apresentação, também há uma preocupação quanto à baixa execução. São 33%, ou 32,8% de execução desses gastos com saúde. E pelo que a gente tem atualizado diariamente... Criamos um painel para isso. Esse painel Covid está disponibilizado no *site* da Instituição Fiscal Independente, que é vinculado ao *site* do Senado Federal, e nesse painel a gente consegue mostrar que, dos 44,8 bilhões de recursos fixados para a saúde, foram gastos até agora 14,7 bilhões. Isso não representa necessariamente um dado negativo, é preciso uma investigação que não cabe à IFI, porque não tem instrumentos nem mandato para isso. Mas o que temos mandato para fazer é mostrar esse percentual de execução, que de fato é de 33% e se pode considerar um percentual médio, baixo.

O que pode estar acontecendo? Problemas de burocracia, de questões licitatórias. O Ministro que falou antes de mim já comentou a respeito disso. Mas é curioso, porque quanto à PEC do orçamento de guerra, se a gente observar alguns dos seus dispositivos, como o art. 2º – essa PEC foi aprovada bastante rapidamente pelo Senado e pela Câmara, por mérito do Congresso –, ela permite uma certa flexibilidade nesses processos tradicionais. Então, esse não deveria ser um motivo para o baixo percentual de execução.

Paradoxalmente, o que temos visto são problemas de não atingimento dos objetivos primordiais desses recursos. Basta ver o noticioso. A imprensa tem divulgado questões de desvios que preocupam muito, porque se trata de recursos escassos num momento em que o Brasil passa por uma crise fiscal profunda, com uma dívida pública que, segundo as projeções da IFI, deve atingir, neste ano, algo como 96,1% do PIB, o maior nível de dívida que nós já tivemos na história

Isso acontece num contexto em que todos os outros países também têm uma piora da sua situação fiscal, um aumento de gastos para fazer frente à crise desse vírus da Covid-19, e por isso que nós conseguimos financiar essa dívida. Continua havendo demanda para financiar essa dívida por parte do mercado porque esse movimento de alta da dívida pública é visto como temporário, é um movimento temporário e natural, porque, neste momento de paralisação da economia, o único ente que tem capacidade, que tem poder para fazer uma intervenção adequada e prover os recursos necessários é o Estado. O que está faltando é uma sinalização para o pós-crise. Quer dizer: depois da tempestade, o que vai ser de nós? Como é que vai ser controlada a gestão das contas públicas? Como nós vamos conseguir voltar a gerar resultados primários, receita menos despesa, que sejam menos deficitários ou até que sejam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superavitários? Qual a estratégia? Qual o plano de voo? Como diz o célebre ditado, para quem não sabe aonde quer chegar, todos os ventos acabam sendo desfavoráveis. Então, o Brasil, não é de hoje, perdeu essa capacidade de planejamento; apesar de ter alguns instrumentos para isso, perdeu essa capacidade e precisa recuperá-la. A crise pode ser uma oportunidade para isso.

Dentro desta primeira parte a respeito ainda da execução, o terceiro ponto que eu gostaria de colocar é a respeito do benefício de R\$600. Essa é a parte mais positiva do ponto de vista da execução. Eu entendo que esta Comissão tem um papel importante de fiscalizar a execução, o Poder Executivo tem essa função precípua de realizar gastos e políticas públicas de uma maneira eficiente e rápida, sobretudo num contexto de calamidade pública. E, nesse terceiro ponto dos R\$600, do benefício dos R\$600, o que dá para dizer é que os recursos estão saindo de uma maneira rápida, de uma maneira célere. O problema desse programa é outro: o dinheiro muitas vezes está sendo liberado para pessoas que não precisam. Mas é bom a gente fazer uma ponderação, porque havia uma cobrança necessária de que o Poder Executivo viabilizasse esse programa com celeridade. Então, a Caixa Econômica, num grande esforço, conseguiu colocar esse programa para funcionar e os pagamentos começaram a ser realizados. Agora, obviamente, num programa desse tamanho, dessa dimensão, que pelas nossas contas pode chegar a beneficiar 79,9 milhões de brasileiros – e essas contas estão publicadas numa nota técnica de autoria da IFI, Nota Técnica nº 42, disponibilizada no nosso *site* também –, é claro que poderia haver alguns problemas, como a gente tem visto, de pagamentos a quem não deveria estar recebendo esses recursos. Mas, de uma maneira geral, essas liberações estão acontecendo, as pessoas que precisam desse recurso nesse período temporário têm conseguido, em geral, obter essas transferências.

O que se precisa discutir nesse terceiro ponto – e aí nós podemos avançar nisto – é a questão do Programa Renda Básica, ou renda mínima. O Estado brasileiro, como eu já comentei, tem uma restrição fiscal, Senador Izalci, que é muito premente, é muito forte, e essa restrição fiscal vai exigir um cuidado muito grande, para que se pense eventualmente nessa renda básica permanente. O que eu quero dizer é que não vai dar simplesmente para transformar o benefício dos R\$600 numa renda permanente; será preciso discutir – primeira questão – os programas que já existem, a exemplo do abono salarial, do seguro-desemprego, do benefício de prestação continuada, do Bolsa Família e do salário-educação. E, numa segunda dimensão, o financiamento desse eventual novo programa ou desse incremento nos programas que já existem, a exemplo do Bolsa Família. Quer dizer: de onde virá a fonte de recursos, se vai ser uma tributação adicional para financiar isso, se vai haver cancelamento de despesas...

Isso tem que ser muito bem discutido, inclusive com especialistas que vêm estudando há décadas esse assunto da formulação de políticas de transferência de renda. Cito três deles: o Marcelo Neri, da FGV do Rio, o Naercio Menezes Filho, da USP de São Paulo e do Insper, e o André Portela de Souza, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo também, além de outros, como o Pedro Souza, do Ipea, o próprio Rodrigo Orair, que foi nosso colega aqui também na IFI, nos anos iniciais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é uma questão fácil, vai se precisar discutir esse tópico difícil, que é de onde vem o dinheiro. Não dá para você pensar um programa enorme de transferência sem discutir quem paga a conta, porque o nosso *déficit*, neste ano, vai ficar, no caso do Governo central, em 12,7% do PIB, o que, em números, significa R\$877,8 bilhões, que é a nossa projeção mais recente na Instituição Fiscal Independente.

Bom, o quarto ponto aqui da minha apresentação, já passando agora para uma segunda parte, é o pós-crise. Como a gente vai conseguir ter taxas de crescimento mais elevadas, dada essa restrição fiscal que eu comentei, e que tipo de ações o Governo poderia tomar, desde já, para elevar essas taxas de crescimento econômico?

É preciso ter claro que crescimento econômico não é uma mistura, como uma receita de bolo, em que você combina ingredientes e, do outro lado, colhe um resultado esperado. Ele depende de uma série de fatores, fatores que, às vezes, estão fora do controle do Governo – por exemplo, a conjuntura internacional –, mas ele depende também da construção de um ambiente fértil para esse crescimento econômico. E, neste caso específico, em que nós estamos vivendo uma crise sem precedentes – que é, sim, uma crise econômica –, nós vamos ter um tombo na economia de 6,5% neste ano e, num curto espaço de tempo, Presidente Confúcio, nós vamos ter uma queda de 6,5 num curto espaço de tempo em que, em 2015, 2016, no acumulado daquele biênio, já havia ocorrido uma queda acumulada de 7%. Então, não há economia que aguente ter tantos períodos sucessivos de queda na sua taxa de crescimento. Isso é muito grave.

Como é que se recupera isso? Esse contexto da crise sanitária, que gerou a crise fiscal e econômica – ou melhor: que exacerbou essa crise econômica e fiscal –, precisa ser combatido com celeridade, com rapidez. Não dá para imaginar que exista uma contraposição, uma dicotomia entre o combate à questão sanitária e a recuperação da economia. Ao contrário, o que nós temos visto no resto do mundo – e os economistas têm apontado nesta direção – é que, quanto mais eficiente a atuação do Estado para debelar a crise de saúde, maiores as possibilidades de que se tenha uma recuperação da economia mais pujante e mais rápida.

Hoje, por exemplo, foi divulgado o IBC-Br, que é um indicador mensal de atividade econômica do Banco Central. Popularmente, ou melhor, no senso comum é chamado de PIB mensal, mas não é propriamente o PIB mensal; ele é uma espécie de termômetro que o Banco Central calcula mensalmente para poder ver a evolução da atividade. E há uma certa notícia positiva: nos indicadores dessazonalizados, como a gente diz, que permitem observar a comparação do mês em relação ao mês anterior, houve um pequeno crescimento de 1,3% em maio em relação a abril. Então, isso nos dá um certo alento, porque parece haver uma interrupção daquele mergulho profundo que a economia deu nos últimos meses, principalmente março e mais ainda abril. Então, nós mergulhamos profundamente em termos de atividade e agora parece haver uma certa recuperação na margem. Em relação ao mesmo mês do ano passado, ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma queda de 14,2%, mas só o fato de a gente ter chegado ao fundo do poço aparentemente é uma notícia positiva. Agora, essa notícia positiva, para que ela se perpetue nos próximos meses, para que ela se transforme numa taxa de crescimento mais consistente, vai requerer um conjunto de medidas, a começar pelas medidas do crédito, medidas também na área do emprego e, mais do que isso, uma terceira dimensão: a sinalização do que vai ser o pós-crise.

Do ponto de vista da atratividade dos recursos externos – e nós vamos precisar muito de recurso externo para aumentar a taxa de investimento da economia doméstica –, o Governo tem uma lição de casa importante, que é mostrar que, passada essa tempestade, passada essa crise econômica, a responsabilidade fiscal e o compromisso com a geração de resultados fiscais menores, de *déficits* menores serão prioritários. Agora, não é só uma questão de dizer, você tem que mostrar os instrumentos que vão ser utilizados para isso. Daí a importância de se voltar a discutir a reforma tributária, a PEC da emergência fiscal, a questão do teto de gastos. Pelas nossas contas, essa, que é uma meta fiscal importante, deve ter o rompimento já no ano que vem. A gente estima para o ano que vem o teto de gastos em torno de 1,483 trilhão, e os gastos obrigatórios, mais a parte da despesa discricionária que tem caráter obrigatório, devem ficar em 1 trilhão e 410,8 bilhões. Então, essa diferença de 72,3 bilhões é o que a gente denomina margem fiscal. Como essa margem fiscal é cada vez menor, o risco de romper o teto no ano que vem é muito significativo.

Então, como os senhores podem ver – e aí vou me encaminhando para o final já dos meus 20 minutos aqui –, na primeira parte, eu quis mostrar que há uma execução positiva dos programas no caso do benefício dos 600 e de uma parte das políticas de crédito.

Há um percentual muito baixo na parte da saúde que precisa ser discutido, os motivos precisam ser investigados, e uma parte também das políticas de crédito, a exemplo do programa Fopag, que ainda tem uma execução muito baixa. E, na segunda parte, eu mostrei que as condições para o crescimento econômico dependem da primeira, quer dizer, dependem de uma eficiência maior na execução desses programas no curtíssimo prazo, de debelar a crise sanitária com rapidez, mas também da capacidade do Governo de planejar o pós-crise e de sinalizar o que vai ser 2021: como a gente vai lidar com o desafio do teto de gastos, da restrição fiscal e da necessidade de recuperar essas taxas de crescimento econômico.

Então, eu quero agradecer mais uma vez pelo convite desta Comissão, cumprimentando o nosso Presidente Senador Confúcio. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Felipe Salto, pela apresentação.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 19ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário façam-no através do *chat*.
(Pausa.)

Está aprovada a nossa ata.

Antes de passar a palavra ao nosso Relator, eu quero colocar para apreciação três requerimentos extrapauta: o Requerimento nº 59, solicitando audiência pública para debater a importância do Novo Fundeb com os especialistas da área de educação, o Requerimento nº 61 e o Requerimento nº 62.

EXTRAPAUTA**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 59, DE 2020**

Convida para Audiência Pública da Comissão: Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende – Relatora da Comissão Especial do FUNDEB na Câmara de Deputados; Dep. Federal Tabata Amaral - Membro Titular da Comissão Especial do FUNDEB na Câmara de Deputados; Professor Francisco Herbert Lima Vasconcelos - Secretário de

Educação de Sobral/CE e a Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação - MEC.

Autoria: Senador Confúcio Moura

EXTRAPAUTA**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 61, DE 2020**

Solicita ao TCU que se realize auditoria para verificar a correta utilização, pelo Governo do Distrito Federal, de todos os recursos destinados pela União para o enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Autoria: Senador Izalci Lucas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 62, de 2020

Convida o Ministro Eduardo Pazuello, para Audiência Pública para debater sobre a logística de distribuição aos Estados de medicamentos em geral para o enfrentamento da pandemia, medicamentos do “Kit de intubação” utilizados no tratamento do paciente do Covid-19 e sobre a distribuição de testes.

Autoria: Senador Esperidião Amin

Antes de colocar em votação, o Senador Esperidião Amin me ligou pedindo um minuto para explicar o seu requerimento. Então, eu concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Liberem o som para ele, por favor.

Pode falar, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos ilustres convidados, eu pedi ao Senador Confúcio a oportunidade de fazer uma brevíssima explicação sobre esse requerimento porque nós já tivemos a presença do Ministro e de seus assessores explanando essa questão da logística. Nós tivemos ontem a oportunidade de participar de uma reunião da Comissão Parlamentar Externa da Câmara em que ficou demonstrada a situação gravíssima na chegada aos Estados do Sul, neste momento de crise climática, de medicamentos, testes, principalmente dos medicamentos que fazem parte do chamado *kit* anestésico para intubação dos pacientes mais fragilizados, situação dramática, quase medieval, que determina, Sr. Presidente, que eu faça o apelo para priorizar este requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Estão em votação os três requerimentos, o 59, o 61 e o 62, cuja leitura acabei de fazer.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Aqui há um requerimento do Senador Wellington Fagundes, cuja ementa passo a ler: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso III, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Barra do Garças, Mato Grosso, com o objetivo de averiguar os crescentes casos de covid-19 na aldeia da etnia xavante".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Senador Wellington solicita uma diligência da nossa Comissão e nós não temos essa abrangência prevista no decreto legislativo, eu encaminhei à consultoria o seu requerimento para que, rapidamente, nós tenhamos uma resposta. Eu acionarei o Presidente Davi Alcolumbre para que me ajude a dar uma resposta ao Senador Wellington Fagundes.

Então, Senador Wellington, está lido o seu requerimento. Nós não vamos colocá-lo em votação neste momento, apenas aguardar o posicionamento da consultoria. Caso possa, logicamente nós vamos autorizar, o Plenário vai autorizar. Caso contrário, eu solicito ao Presidente Davi que assuma uma posição, porque V. Exa. nomeia, foca situação dramática em que vivem os índios da etnia xavante.

Então, ficamos assim: o requerimento foi lido, e brevemente V. Exa. terá a resposta.

Muito obrigado.

Vamos em frente.

Com a palavra S. Exa. o nosso Relator, Francisco Jr., para fazer os questionamentos, pelo tempo de oito a dez minutos, aos dois palestrantes.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Confúcio, Vice-Presidente, Senadora Eliziane.

Para mim, é uma satisfação estar aqui com vocês, informando que, hoje, nós estamos participando de uma reunião de forma atípica. Estou aqui na sede do Sicoob. Deixe-me organizar aqui para aparecer o Senador Vanderlan. Estamos fazendo uma visita, eu e o Senador Vanderlan, e farei as perguntas daqui, porque não deu tempo.

Esta é a vantagem da tecnologia: vou voltar para cá e, daqui a pouco, eu amplio a imagem de novo.

Cumprimento todos os Deputados e Senadores; de forma especial, o Ministro da Controladoria-Geral da União, Ministro Wagner Rosário; e o Diretor do IFI, Instituto Fiscal Independente, Felipe Salto.

Nós podemos dizer que estamos atravessando um momento da pandemia agora que podemos chamar de maturidade da pandemia. Já temos quase 73 mil mortos e mais de 1,8 milhão de infectados pela doença.

Vimos o Governo Federal liberar e os governos estaduais utilizarem uma quantidade enorme de recursos públicos. Segundo os dados do Tesouro Nacional, Presidente, nós já estamos com um total de R\$506,1 bilhões, e já foram pagos mais de R\$216 bilhões. De R\$506 bilhões, mais de R\$216 bilhões já foram pagos.

V. Sas. representam instituições que lidam com dois destinos, ou melhor, com dois tipos distintos – perdão! – de preocupações desta Comissão: por um lado, temos a preocupação de que os recursos sejam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilizados de forma eficaz e não sejam desviados; por outro lado, temos a preocupação de que todo o esforço fiscal leve o País a uma trajetória macroeconomicamente insustentável.

Nesse contexto, vou dividir as perguntas. Primeiro, vou dirigir as perguntas ao Ministro Wagner Rosário.

Ministro, mesmo antes da pandemia, a CGU já acompanhava vários casos de fraudes em licitações. Com a pandemia e com todo o conjunto normativo editado – PEC do Orçamento de Guerra, MP 966, PLP 39 etc. –, que levaram a uma maior liberdade de contratação para o enfrentamento dessa crise sanitária, observamos o aumento das possibilidades de desvios de recursos públicos. A imprensa noticia diversos casos de superfaturamento na compra de respiradores e testes diagnósticos, por exemplo. Nesse contexto, eu pergunto: como tem sido a atuação da Controladoria-Geral da União para reduzir as possibilidades de fraudes?

Segundo: existem casos, por exemplo, de pagamento antecipado de equipamentos, e, no recebimento, verifica-se que o produto não atende às necessidades ou que também, muitas vezes, a mercadoria nem é entregue. O que fazer em uma situação em que temos poucos fornecedores e uma demanda urgente por insumos para o tratamento dos pacientes? Como atuar nesses casos de pagamento antecipado?

Faço outra pergunta, Ministro, com relação ao auxílio emergencial. Desde o início, houve vários indícios de fraude na concessão dos benefícios. Pergunto, primeiro: dos valores pagos aos não elegíveis no âmbito desse programa, qual o percentual que já foi devolvido em relação ao total repassado indevidamente? Segundo, além disso, considerando que muitos que solicitaram o auxílio são servidores públicos, existiria algum processo disciplinar para aqueles que se cadastraram e receberam o recurso indevidamente?

Faço a terceira pergunta. Por fim, com relação ao uso dos recursos tecnológicos pela CGU, o Observatório da Despesa Pública parece se utilizar de inteligência artificial na busca de desvios desses recursos. Essa nos parece uma forma muito eficiente de fazer auditoria. A esse respeito, pergunto: V. Exa. poderia nos informar a forma com que essas investigações são realizadas e quais os resultados concretos obtidos até o momento? Por fim, em um contexto de Covid-19, V. Exa. poderia nos informar a forma com que o Observatório tem ajudado?

Essas foram as perguntas para o Ministro Wagner Rosário.

Pergunto agora para o Dr. Felipe Salto. Para o economista Felipe Salto, faço as seguintes perguntas.

O momento final é de gravidade muito elevada. Já tínhamos, ao final de 2019, uma situação fiscal comprometida tanto na União quanto nos demais entes federados. Não há dúvida de que, se não for revertida, é uma questão que pode levar a economia a uma situação muito complicada. Por outro lado, o País enfrenta a mais grave crise econômica dos últimos cem anos com uma situação cambial muito mais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sólida do que em outras crises. A política monetária também parece dar sinais de robustez e mesmo com os soluços observados há algumas semanas as instituições estão funcionando normalmente.

Dito isso, e sem menosprezar a gravidade da situação fiscal, gostaria que V. Sa. nos respondesse as seguintes questões: se o IFI fosse sugerir um pequeno conjunto de reformas estruturantes, focadas apenas nas despesas públicas a serem conduzidas nos próximos 90 dias, considerando apenas o ponto de vista técnico, o que que V. Sa. iria sugerir? Segundo: do ponto de vista das receitas, a reforma tributária é complexa, porque afeta muitos interesses, mas certamente há pequenas reformas em nosso sistema tributário que, se não vão resolver os problemas, podem tornar todo o sistema muito mais eficiente. O que o IFI sugeriria para os próximos 90 dias, a curtíssimo prazo? Por fim, uma terceira variável relevante é o crescimento econômico. Com ele, toda a gestão da dinâmica fiscal fica mais simplificada. Nesse campo, o que o IFI sugeriria de agenda de medidas a serem tomadas nos próximos 90 dias? Outra pergunta: essa agenda seria suficiente para reverter a situação em que o País se encontra atualmente? Somente isso nos colocaria nos trilhos?

Mais uma vez eu agradeço, Presidente. Peço desculpas pela dificuldade de estar hoje em local mais adequado, mas agradeço muito ao Presidente do Sicoob de Goiás, o Sr. Marcelo Baiocchi. Eu e o Senador Vanderlan estávamos participando de uma reunião e conversando sobre toda essa situação difícil por que passa a questão do crédito para os empresários, de forma especial aqui em Goiás, e gentilmente ele me cedeu esta sala para eu poder participar da reunião e não faltar a ela, dada a importância desta Comissão, a que eu tenho procurado me esforçar e me dedicar.

E fica aqui mais esta observação: com todos os esforços que estão sendo feitos, nós sentimos que o crédito ainda não está conseguindo chegar aos que mais precisam, aos que têm menos reservas, aos menores. Precisamos, então, encontrar solução, encontrar uma forma de fazer com que esses recursos cheguem de forma tempestiva e competente. Então, fica também um apelo a todos para que nos debruçemos para encontrar essa solução.

Parabenizo pelo trabalho o Ministro Wagner Rosário, da Controladoria Geral da União, que tem agora as luzes voltadas para ele e uma demanda muito grande, uma responsabilidade muito grande, mas acredito que a competência é proporcional, e também o Diretor da Instituição Fiscal Independente, Dr. Felipe Salto, que nós tanto admiramos. O IFI presta um serviço de grande relevância, e não será diferente no combate à pandemia.

Presidente, era o que eu tinha no momento. Agradeço, mais uma vez, a possibilidade de estar relatando essa matéria tão importante e parabenizo o trabalho do senhor e dos demais Deputados e Senadores. Era o que eu tinha para perguntar neste momento. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero saudar o Deputado General Peternelli. Seu Partido, o PSL, o indicou para suplência na nossa Comissão. Ele era sempre presente, mas não era membro. Então, fico muito feliz com a inclusão do General Peternelli em nossa Comissão.

Com a palavra o Dr. Wagner Rosário, pelo tempo de quatro minutos, Ministro, para responder ao nosso Relator.

O senhor está com a palavra.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – Deputado, obrigado pelas perguntas. Vou diretamente ao assunto.

A nossa atuação, em termos de evitar fraudes, como expliquei na minha primeira intervenção, foi justamente atuar tanto nos recursos, inicialmente, que foram utilizados pelo Ministério da Saúde como naqueles que foram transferidos para Estados e Municípios. O levantamento que nós fizemos nos ajudou muito. Foi um trabalho braçal de busca de valores realizado no âmbito dessas contratações feitas na ponta.

Eu quero fazer uma observação, que é a seguinte: as fraudes já acontecem no Brasil mesmo sem a situação de emergência. O nosso histórico em situações de emergência também é muito ruim, como com os desabamentos, que são anuais, aquelas tragédias que acontecem em Petrópolis, em Teresópolis, e a nossa experiência de fiscalização lá. Quando há situação de calamidade, ela sempre demonstra uma continuidade das fraudes e às vezes um incremento. E era isso o que, infelizmente, já se previa para este momento de pandemia.

Bem, a nossa atuação foi desta maneira: acompanhar o gasto desses valores, acompanhar de perto, e tentar verificar diversos indícios que nos levassem a uma atuação, não somente o preço. O preço neste momento já está superdimensionado por um *default*. A gente precisava acompanhar outros casos, como, por exemplo: a partir do momento em que uma empresa ganhasse, saber se essa empresa teria condições de cumprir o contrato. Como é que isso foi acontecendo? O pagamento antecipado foi uma exigência que ocorreu de várias empresas neste momento. Como muitos dos produtos eram importados, vindos da China, as empresas precisavam fazer um pagamento inicial.

Aqui, no Governo Federal, nós conseguimos cancelar a tempo. Nós fizemos um gatilho que era o seguinte: a gente ia pagar 30% do valor do contrato assim que fosse embarcado o material na China; e 70% quando ele chegasse ao Brasil. Alguns Municípios e Estados brasileiros pagaram tudo adiantado sem nenhum tipo de garantia. Não receberam o material ou receberam materiais, como o senhor citou, incompatíveis para uso humano, como em alguns casos em que há suspeita de recebimento de material veterinário, ou seja, para uso em animal. Então, esses foram problemas muito graves que realmente aconteceram em alguns locais do País.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao auxílio emergencial, a gente tem feito um trabalho em que se foi aumentando o nível de critérios. O primeiro pagamento era o mais complicado: nós tínhamos, entre a data da aprovação do PL no Congresso e o primeiro pagamento, sete dias somente. Não existia tempo hábil para cruzamento de informações. Então, eu acho que esse foi o mais problemático, mas, a partir do segundo pagamento, nós já barramos muitos pagamentos através do cruzamento de informações. Houve muitos servidores públicos cadastrados, que vão ser sancionados. Eles podem também... Há muitos servidores públicos, Deputado – a gente tem que ter esse cuidado –, cujos CPFs foram utilizados nas fraudes; não foram eles que se cadastraram. Temos também alguns militares, garotos com 19 anos, que eram beneficiários de algum programa, estavam no CadÚnico, por exemplo, e passaram a receber quase que imediatamente, sem realizar o cadastro. Então, tudo isso está sendo levantado, e aqueles que tentaram fraudar serão responsabilizados, com certeza, não só administrativamente como penalmente, em alguns casos, se tiverem cometido algum crime.

Utilizamos, sim, o nosso ODP. Não podemos utilizar, nesse caso, inteligência artificial, foi mais cruzamento "no duro" mesmo, pegando bases, buscando informações, mas o ODP nos auxiliou muito porque tem uma base de dados bastante sólida e bastante ampla.

E foi essa a atuação que nós fizemos em todas as frentes em relação à aplicação de recursos do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Felipe Salto, pelo tempo de quatro minutos.

Podem liberar o som dele, por favor.

Felipe Salto. *(Pausa.)*

É ele?

Está liberado, Felipe, pode falar. *(Pausa.)*

Felipe Salto.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Está ouvindo? Alô!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, Felipe.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Cumprimento o Deputado Francisco, Relator da Comissão.

São muito importantes essas colocações do Deputado. A gravidade da situação fiscal a que ele se refere, de fato, é inédita. Nós vamos ter uma dívida muito elevada no final deste ano, mas o que compensa isso é que a reação à crise na maior parte dos países tem sido também nessa mesma direção de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento dos gastos, eventualmente renúncias de receitas também, como no caso do Brasil, diferimento de impostos para aliviar a situação das empresas, e aí isso redundaria em mais déficit e dívida pública.

Como resolver essa crise econômica? Essa é a pergunta do Deputado. E, do ponto de vista técnico, que tipo de mudanças nos próximos meses poderiam ser feitas nas receitas, nas despesas e em medidas que pudessem aumentar as possibilidades de crescimento no *(Falha no áudio.)*

Um ponto importante que eu gostaria de colocar, se fosse possível, é a questão dos gastos tributários. O Brasil tem uma renúncia de receitas muito elevada, de centenas de bilhões, e muitas vezes essas renúncias não são avaliadas. Elas decorrem de programas que vão sendo colocados e recolocados no orçamento quase que por inércia sem que se adote um princípio básico de avaliação periódica dessas renúncias. E são também gastos, porque, quando você deixa de arrecadar, é como se você tivesse na prática *(Falha no áudio.)*

Se fosse possível realizar uma revisão periódica desses gastos tributários, dessas renúncias fiscais, é possível que se conseguisse, por ano, uma economia para o Erário de algo como R\$30 bilhões. Esse número eu publiquei ontem no artigo que saiu no jornal *O Estado de S. Paulo*, cujo texto fica também à disposição da Comissão, dentro de um plano fiscal de médio prazo. O Brasil vai precisar a partir do ano que vem e isso precisa começar a ser formulado a partir de agora *(Falha no áudio.)*

É um plano fiscal de médio *(Falha no áudio.)*

A literatura de orçamento e de política fiscal tem apontado nessa direção, é o chamado *medium term expenditure framework*, ou seja, é um plano de gastos para médio prazo, mas que abre revisões técnicas *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A sua conexão não está boa, Felipe.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – ... avalia o programa, se... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Felipe, sua conexão não está boa. Não está boa. Você vai responder daqui a pouquinho. *(Pausa.)* Não está boa, Felipe, a sua conexão. Ninguém está ouvindo direito. Está ruim.

Eu vou lhe dar um tempinho lá para frente. Dá uma melhorada, Felipe. *(Pausa.)*

Felipe Salto, lá no final eu vou dar um tempinho para você responder. Ninguém conseguiu ouvi-lo nessas respostas agora.

Cadê o Felipe, que eu não estou vendo? Ah! Está aqui. Muito bem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui algumas perguntas de internautas que são pingue-pongue. Então, farei duas perguntas de internautas direto, é pingue-pongue, viu, Dr. Wagner? Para o senhor vão duas. De Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro: "As penas para quem desviar recursos durante a pandemia serão maiores?". Pode responder, doutor. As penas serão maiores?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – As penas não serão maiores, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom. Ótimo. Está respondido.

Mais uma. Danilo Mendes, do Distrito Federal: "Os Governadores podem deixar de usar a verba da saúde mesmo durante um período de extrema necessidade?". Pode responder, Dr. Wagner.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – Eles podem, desde que eles demonstrem que não há necessidade. Nós precisamos verificar a situação de cada local. Isso eu sei que é pingue-pongue, mas só explicar que, por mais que nós tenhamos repassado somente um terço dos recursos para Estados e Municípios, quando a gente verifica as contas dos Estados e Municípios, eles estão com recursos ainda empossados. Então, o Governo Federal tem segurado, porque existe recurso lá disponível ainda para utilização.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Agora para o Felipe Salto. Preste atenção aí, Felipe. Solte o seu som. Libere o seu som aí para mim.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sr. Presidente, está dando para ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora está bom.

É pingue-pongue. Pedro Silva, de Minas: "O auxílio emergencial está realmente ajudando a economia a se recuperar?"

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Olha, a gente precisa ter evidências maiores ainda a respeito do efeito do auxílio, mas o que se sabe é que provavelmente a arrecadação de impostos teria caído mais na ausência do auxílio, porque as pessoas teriam consumido menos e teriam gerado menos impostos, menos tributos, a exemplo do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Felipe, pergunta do Jeferson Pereira, do Rio de Janeiro: "Esse auxílio pode ser o início de uma nova renda básica?"

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, está bom. Muito obrigado. Estão todos respondidos e vamos em frente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós vamos passar a palavra ao próximo bloco: ao Senador Izalci Lucas; ao Deputado Federal Felício Laterça, do Rio de Janeiro; à Senadora Eliziane Gama... Eu vou colocar também o quarto aqui, Senador Wellington Fagundes. Os quatro.

Então, eu peço ao Dr. Wagner para, com uma caneta e um papel na mão, anotar as perguntas, que são muitas, agora, dos nossos Senadores e Deputados. E ao Felipe da mesma forma.

Senador Izalci, V. Exa. tem três minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente Confúcio, eu precisaria, depois, fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – A questão de ordem vai mais para o final, Izalci. Você terá, está bem?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Está bom.

Eu queria perguntar, Presidente. Nós aprovamos, na execução orçamentária, 506 bilhões, e já foram pagos 217. E hoje o auxílio emergencial foi executado em 56%. Agora, o financiamento da folha de pagamento só foi em 7,8%, pelo menos até o dia 11 de julho, e em 7,2%, naquela questão emergencial da manutenção do emprego. Então, eu pergunto: quais os problemas operacionais que têm causado esse baixo índice de execução nessas duas áreas? Que providência o Governo Federal poderia adotar para destravar essas ações?

Com relação também... Nós temos aí 35 vetos, que podem chegar a R\$122 bilhões. Só a desoneração da folha chega a R\$10 bilhões. O que está acontecendo? Está faltando articulação do Poder Executivo com o Congresso? Como lidar com essa pressão em relação aos gastos públicos no contexto já desse quadro preocupante de deterioração fiscal?

Gostaria de perguntar também, principalmente, sobre a questão do déficit. Nós temos hoje o instituto IFI, em que foi feito um relatório recente pelo qual, numa perspectiva otimista, o PIB – a relação do PIB – está 92, em 2020, e baixa para 80, em 2030; numa análise pessimista, vai de 101, agora, para 176, no período de 2030; e, no intermediário, de 96 para 117. Eu queria perguntar ao Felipe quais são os riscos associados ao cenário pessimista e o que deveria ser feito no cenário otimista para que ele se materializasse.

Com relação também a isso, eu queria perguntar ao nosso representante da CGU. Há várias medidas provisórias de créditos extraordinários, inclusive a Medida Provisória 941, que trata dos recursos da bancada, das emendas de bancada. O Ministro poderia nos informar quanto desses recursos da bancada será destinado aos entes subnacionais, dessas medidas de crédito extraordinário?

Essas são as minhas perguntas, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Felício Laterça. *(Pausa.)*

Pode liberar o som do Deputado Felício, por favor.

Está bom aí, Felício. Está liberado. Pode falar.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia a todos. Inicialmente gostaria de cumprimentar os nossos convidados, o Ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário; mais uma vez conosco o Felipe Salto, do IFI; nosso Presidente, Senador Confúcio; nosso nobre Relator; e todos os demais Parlamentares.

Ministro Wagner, na verdade, falando dentro do contexto, eu costumo dizer que eu sou delegado de Polícia Federal, e estou Deputado Federal, e acompanho o amadurecimento da CGU nos últimos anos. Forçoso lembrar que ela iniciou como uma secretaria de controle interno do Ministério da Fazenda, ganhou corpo, respeito, até hoje ter o *status* de Ministério, que V. Exa. conduz com maestria.

Por falar em Polícia Federal, eu me lembro da parceria que nós fizemos – estive lá em 2008 até 2010 – com a CGU, como grande parceira da Polícia Federal. Levamos vocês para o Piauí e, de lá para cá, se iniciou o combate ao desvio de verba pública. Então, é uma grande alegria estar com V. Exa., meus respeitos ao trabalho que a CGU vem fazendo em prol do Brasil.

Também gostaria de parabenizá-lo por sua gestão técnica, gestão pela qual o senhor foi reconhecido pelo atual Presidente Bolsonaro – o senhor vem desde a gestão do Presidente Temer –, mas sabemos que há muito a evoluir nas questões relacionadas à Controladoria, e essa pandemia nos dá a possibilidade de discutirmos mais profundamente alguns desses pontos.

Passo aos questionamentos.

Um dos principais instrumentos para coibir o desvio de recursos públicos e para apoiar o controle social é a transparência. Nesse sentido, a CGU tem dado exemplo à Federação: instituiu o Portal da Transparência, em conformidade com a Lei Complementar nº 131, de 2009, e, mais recentemente, já no contexto da pandemia, disponibilizou uma página na internet com as principais ações do Governo Federal no combate ao coronavírus. Assim, ao contrário do que aconteceu em diversos Estados, como no meu, o Rio de Janeiro, não houve, até o momento, qualquer ruído significativo de desvio de recursos públicos, superfaturamento ou sobrepreço nas ações do Governo Federal relacionadas ao coronavírus, salvo a questão do auxílio emergencial, que o senhor já comentou. Nesse contexto, como a CGU poderia, em conjunto com Estados e Municípios, garantir informações mais tempestivas de crimes e que contribuíssem para coibir o mau uso de recursos públicos?

A outra pergunta – e um dos poucos pontos criticando as ações do Governo Federal no combate à pandemia – diz respeito à operacionalização do auxílio emergencial, como V. Exa. já pontuou. Em alguns casos, acabaram por ser pagas pessoas que não faziam jus ao recebimento. Como sabermos tratar-se de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida financeiramente relevante para os cofres públicos, como a CGU tem trabalhado no sentido de coibir o pagamento indevido desse auxílio?

Só para concluir, Presidente Senador Confúcio: como fazer para que chegue apenas aos que devidamente se encontram aptos ao seu recebimento? Como tem se dado o acompanhamento da execução desse programa junto ao Ministério da Cidadania? Há possibilidade de recuperação daquilo que foi pago indevidamente?

E, por fim, quero dizer aqui que, juntamente com a fiscalização e o controle, a transparência é um dos principais pilares da CGU; contudo, o Governo Federal foi criticado recentemente em função das mudanças nos critérios de divulgação das estatísticas relacionadas à Covid-19, em particular no âmbito do Ministério da Saúde. Tal caso chegou a ter, inclusive, certa repercussão internacional.

A CGU chegou a ser envolvida nas discussões relacionadas à mudança da forma de divulgação dos dados relacionados à pandemia? Como a CGU tem atuado, em conjunto com os demais órgãos da Administração Pública federal no sentido de minimizar quaisquer possibilidades de ruídos ou questionamentos para a sociedade?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Felício Laterça.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

Vamos liberar o som da Senadora Eliziane Gama?

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA) – V. Exa. me ouve agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu queria cumprimentá-lo e cumprimentar o Relator Francisco Jr. pelo trabalho que está fazendo.

E vamos aqui, Presidente, considerando o nosso tempo, que é muito pouco: eu queria parabenizar tanto a CGU quanto o IFI pelo trabalho que têm feito. Essas instituições têm dado uma grande contribuição neste momento para o nosso País, tanto na perspectiva da transparência, que é o foco principal da CGU, quanto na perspectiva da orientação dos dados, que é um dos pontos fundamentais do IFI.

Eu inicio perguntando aqui: a CGU... Nós já vimos aí, em vários momentos, a preocupação acerca da questão das fraudes. Nós temos, por um lado, o recurso que não atende à sua finalidade, na grande maioria das vezes, e temos também outro problema, ou seja, o recurso que acaba chegando às mãos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

erradas. A propósito, é muito bom que a gente lembre, Dr. Wagner, que esse não é um problema apenas dessa gestão. Nós tivemos algo semelhante com o Bolsa Família nos governos passados também.

Aí eu pergunto ao senhor: com a experiência que vocês já têm nessa questão de fiscalização, onde estaria especificamente o problema? Seria na questão técnica, na questão de investimento maior em tecnologia para que a gente pudesse realmente diminuir esses problemas?

Ao mesmo tempo, somando a isso, eu perguntaria ao senhor qual é a necessidade, qual é a importância que o senhor vê hoje em termos no Brasil um cadastro único digital. Nós chegamos, a partir das últimas informações, a mais de 40 milhões de brasileiros invisíveis, que, por conta disso, acabaram realmente não tendo acesso a esse recurso. É importante nós termos hoje um cadastro desse no Brasil? É realmente fundamental?

Outro ponto, Dr. Wagner, acerca da questão da transparência, são as vagas de leitos de UTI, aquelas que são direcionadas para a Covid e aquelas que são para outras enfermidades, para outras doenças. A CGU está acompanhando especificamente esses dados para que nós tenhamos realmente transparência na divulgação dessas taxas de ocupação de leitos públicos de UTI?

E a outra pergunta para o senhor é ainda sobre a questão da transparência, especificamente na questão do meio ambiente. Nós tivemos agora veto presidencial no programa que nós aprovamos aqui no Congresso Nacional que é referente ao atendimento para as comunidades indígenas e também para as quilombolas, algo que o Presidente chegou a vetar. E nós tivemos a informação – inclusive isso chegou a ser denunciado à CGU – de que o Ministro do Meio Ambiente acabou não tendo, na verdade, a indicação de membros do Conselho de Ética, da Comissão de Ética, o que acaba trazendo prejuízos muito grandes para a aplicação dos recursos e, naturalmente, para a atenção voltada à questão ambiental. Eu pergunto ao senhor: o que a Controladoria-Geral da União poderia fazer para que nós, de fato, tivéssemos a plenitude, digamos assim, da efetividade do Conselho de Ética do Ministério do Meio Ambiente?

Aí eu pergunto à IFI – Felipe Salto já fez uma série de colocações.

Recentemente, Felipe, o Ministro da Economia falou que qualquer projeção hoje para essa parte econômica seria meramente um chute. Nós tivemos no Brasil investimento da ordem de 8%, e alguns países da Europa chegaram até a 20% de investimento. Você colocou, por exemplo, a necessidade de algumas reformas, de algumas implementações na área fiscal, mas eu lhe pergunto: qual seria hoje a reforma mais imediata? A gente teve agora, inclusive, uma fala do Governo no sentido de que a reforma tributária deve acontecer, ser aprovada e efetivada, nos próximos seis meses. Qual dessas reformas você colocaria como a mais urgente? E, ao mesmo tempo também, a gente tem um futuro meio incerto. Qual é a sua expectativa quanto à possibilidade de o Brasil retornar aos trilhos da economia e ter realmente a sua retomada econômica, considerando esse percentual de 8% que nós tivemos de investimento do PIB enquanto outros países chegaram até a 20% de investimento?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe, mas o tempo realmente é muito pouco, e a gente acaba às vezes até tendo que correr, atropelando um pouco.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Passo a palavra, para fechar esse primeiro bloco, ao Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Não estou vendo o Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PL - MT) – Nós todos novamente queremos recuperar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Wellington, cadê você? Não o estou vendo! *(Pausa.)*

Wellington Fagundes, cadê você? Estava aí agora mesmo. *(Pausa.)*

Ele deu uma saidinha.

Vamos, então, no lugar do Wellington, passar para o Senador Esperidião Amin.

Também não estou vendo o Espiridião... Ele não falta!

Está aqui embaixo. Pronto, Espiridião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Para interpelar.) – Bom dia mais uma vez!

Agora eu quero dirigir uma rápida consideração ao Dr. Wagner, Ministro da Controladoria-Geral da União, fazendo votos de que o senhor possa produzir exemplos de condição para a punição, chamando atenção especialmente para o papel do Governo Federal, que nós temos o dever de acompanhar e, de certa forma, fiscalizar, que é a logística de suprimento de bens, serviços e informações para os Estados.

Então, a partir do equívoco dos respiradores, lembrando que o Governo tinha anunciado a compra de 15 mil respiradores, o que cobriria completamente as necessidades do País... Isso não se concretizou, e foi daí, Dr. Wagner, que surgiram as condições práticas para a perfídia, para a presença de facilitadores e da corrupção na compra de respiradores. Todas essas CPIs que estão acontecendo no Brasil, inclusive no meu Estado, onde foram comprados respiradores que não chegaram, mas foram pagos... São Paulo antecipou um pagamento de R\$242 milhões para a compra de 3 mil respiradores que não apareceram. Tudo isso é filhote, pelo Brasil afora, da falta de funcionamento da logística original. Agora isso está acontecendo também especialmente na questão do *kit* anestésico, e o meu Estado de Santa Catarina está vivendo um momento dramático junto com outros Estados do Sul do Brasil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria lhe recomendar, fazer um apelo para que o senhor colocasse os olhos sobre esta questão da eficiência na logística, responsabilidade do Governo Federal. O senhor já imaginou se a vacina antigripe fosse comprada por cada prefeitura? Primeiro, o preço explodiria; segundo, a logística seria absolutamente impossível e o trabalho e a facilidade para a corrupção seriam imensos. Meu pedido: olho na logística, na eficiência, para reduzir a perda de vidas.

E, ao representante do IFI, nosso querido Salto, quero só recomendar o seguinte. Gostei muito do artigo sobre a futura renda básica que saiu publicado neste fim de semana. Eu acho que aqueles critérios ali demonstrados são muito eficientes. E, segundo, gostaria que você aceitasse, assimilasse o "Emprestômetro". Aqui ele foi trazido pela Senadora Kátia Abreu e, convenhamos, é um exemplo de eficiência diária na apuração do que aconteceu em matéria de empréstimos, tamanho da empresa e unidade federada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Wellington, agora mesmo você entra, no segundo bloco.

Nós agora vamos às respostas.

Passo a palavra ao Dr. Wagner Rosário.

Vamos liberar o som do Ministro Wagner Rosário.

Wagner, foram 12 minutos para os Parlamentares. Vou conceder-lhe cinco minutos... Não, há muitas perguntas. Vou lhe dar seis minutos para responder a todos. Veja se faz milagre aí!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – Vou me esforçar aqui!

Início pela pergunta do Senador Izalci, que me perguntou sobre a baixa execução dos recursos da folha de pagamento, de financiamento da folha de pagamento, do benefício emergencial.

Essa baixa execução tem uma explicação, Senador. Nós temos diversas exigências para o financiamento da folha, como quitação previdenciária, cessão da folha de pagamento para o banco prestador, proibição de demissões. Então, essas características levaram a uma certa fuga do programa. Nós estamos, como o Felipe já falou, reestudando o que foram essas travas, o que fez essas pessoas fugirem desse empréstimo. Então, esse é um ponto importante quanto à baixa execução em relação aos recursos do Governo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a articulação do Governo, eu não vou falar porque não é da minha pasta. Então, eu vou deixar... O General Ramos pode se pronunciar sobre isso.

A MP dos créditos extraordinários que o Senador Izalci citou, que soma, se não me engano, R\$2 bilhões, está junto com uma série de transferências. Então, não tenho como especificar diretamente esses valores, mas eu vou procurar buscar dados para dar essa resposta posteriormente.

Agradeço ao Deputado Felício Laterça os questionamentos.

A gente vem trabalhando conjuntamente com os Governos estaduais na busca de melhoria de transparência. Por exemplo, o nosso modelo de análise das contratações do Governo Federal, de análise de risco, nós compartilhamos com diversos Estados, que também utilizaram esse modelo para tentar evitar problemas.

Recuperar o auxílio emergencial: em parte, quando for servidor público, vai ser mais tranquilo, mas em muitos casos, casos de fraude, vai ser bem complicado. Nós já recuperamos até o momento R\$78 milhões, de 82 mil beneficiários. É pouco perto do valor que se foi, mas já temos várias pessoas realizando a devolução desse valor.

Em relação ao problema do Ministério da Saúde, Deputado, da divulgação, eu acho que o problema da mudança... Eu acho, inclusive, que as mudanças foram positivas para o entendimento do fenômeno da pandemia, porque você realmente tem de saber o número de mortes diárias e não as mortes declaradas naquele dia. Eu acho que, para o estudo, para a verificação de quantas mortes estão ocorrendo, para a gente saber se estão crescendo ou subindo, eu preciso das mortes no dia.

Eu acho que a grande falha do Governo – eu posso resumir aqui – foi a não informação prévia à sociedade de que o *site* ficaria com algum problema ou sem todas as informações durante dois ou três dias, que foi o que aconteceu. Então, talvez pelo fato de ser uma gestão mais nova, com pessoas com menos experiência nesse assunto, cometemos erros nesse processo, mas tenho a certeza de que esse tipo de equívoco não vai se repetir. Eu tive uma conversa com o Gen. Pazuello e com outras lideranças do Ministério da Saúde sobre isso, e, realmente, não foi má intenção, foi simplesmente um erro de não informação prévia das mudanças.

A Senadora Eliziane Gama pergunta onde estaria o problema das fiscalizações. Problemas, Senadora Eliziane, há vários! A senhora falou do cadastro único. O cadastro único facilitaria muito. Nós temos programas em que a base é o CPF e outros em que a base é o NIS. Então, a gente tem de ter uma identificação única, o que facilitaria bastante. Mas também temos um problema que não é de controle do Estado, mas é a má-fé. As pessoas fraudam. Vou dar um exemplo para a senhora. A norma fala sobre rendimentos tributáveis. Pessoas que receberam acima de R\$28 mil anuais em rendimentos tributáveis





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não fazem jus ao programa. E quem recebe rendimento não tributável, como algumas pessoas, como empresários? Isso não está na norma. Essa é uma questão de a pessoa ter a noção exata de que ela não faz jus ao programa não legalmente, mas moralmente. O rendimento de muitos empresários é totalmente não tributável, e eles não estão ali. Ou, às vezes, filhos de empresários ou filhos de pessoas que têm condições estão se cadastrando; eles cumprem os requisitos do programa, mas não necessitam dele.

Então, acho que um conjunto de fatores leva a esses problemas, não só erros do Governo. O Governo cruza as bases e procura bloquear o que as bases demonstram para nós.

As vagas de leitos de UTI, Senadores, estão todas disponibilizadas. O que nós não podemos garantir é que as informações que vêm dos Estados e dos Municípios estão corretas. O Ministério da Saúde está fazendo um esforço grande para disponibilizá-las, mas com base nas informações que recebemos.

Em relação ao meio ambiente, ao questionamento que a senhora fez, eu vou dar uma olhada. Parece que o Ministro não indicou ainda os membros da Comissão de Ética interna do Ministério, que cuida da parte ética dos servidores. Eu vou dar uma verificada. O órgão central de ética do Governo Federal é a Comissão de Ética da Presidência da República, não é a CGU, mas a CGU atua diretamente no programa de integridade do Governo Federal, onde o pessoal da área de ética é bastante verificado.

Em relação à pergunta do Senador Esperidião Amin, eu só quero colocar que nós vamos abrir o olho. Senador, realmente, na parte da logística, nós vínhamos fazendo já um trabalho conjunto com o Ministro Tarcísio, junto com o Ministério da Saúde, para procurar dar a logística necessária. O Tarcísio estava fazendo contato com as empresas aéreas, com as empresas responsáveis.

Mas eu faço só uma observação: o problema dos 15 mil respiradores que o Governo comprou não foi de logística, foi um problema de não entrega, com indícios de fraude. O Governo cancelou a compra porque viu que não ia receber. Mas vale a pena lembrar que o Governo comprou mais 16,5 mil respiradores através do acionamento de empresas nacionais, com quebra de patente, para as empresas produzirem no Brasil. Então, eu quero ressaltar que o Governo fez tudo que era possível, dentro das suas possibilidades, para poder fazer com que esses respiradores chegassem à ponta.

Mas, em relação ao comentário que o senhor fez sobre ao medicamento, nós vamos abrir o olho, sim. Nós estamos com um problema, realmente, de medicamento, um problema de logística. Praticamente todos os materiais, os EPAs, são produzidos na Índia. A Índia tinha feito um *lockdown*, diminuiu a distribuição. Então, a gente está cuidando disso. E eu vou abrir o olho, sim, juntamente com os demais órgãos do Governo, sobre a distribuição e a logística dos medicamentos que são comprados de forma centralizada pelo Governo Federal.

Acho que respondi, Senador Confúcio, todas as perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra Felipe Salto, pelo tempo de cinco minutos. *(Pausa.)*

Libera o som do Felipe para mim, gente. O som do Felipe...

Veja aí, Felipe, se você consegue liberar o seu próprio som.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Não, eles acabaram de liberar.

Obrigado, Senador.

Olha, começando pelo Senador Izalci, de fato, dos 506 bilhões em medidas provisórias, créditos extraordinários, 216 é o que já foi pago. O que a gente precisa separar é um pouco as explicações, porque, por exemplo, no caso do Fopag, o programa de possibilidade de financiamento da folha de pagamento das empresas, a gente até já colocou isso no relatório da IFI que saiu ontem, com base em informações que foram fornecidas pelo BNDES para esta Comissão, que estão disponíveis no *site* da Comissão, de que a execução do programa PESE, ligado ao Fopag, está muito baixo, 11,5%.

Já a Medida Provisória 936, que é a medida do benefício para os empregados no mercado formal, essa medida provisória já beneficiou cerca de 9 milhões de pessoas, mas a execução é baixa em relação ao orçamento de mais de R\$50 bilhões. Isso acontece por duas razões. Primeiro, porque há um prazo para o programa. Então, não se esperaria mesmo que todo o dinheiro fosse gasto de uma só vez. A segunda razão é porque pode ter havido um superdimensionamento da necessidade. E a terceira questão – são três na verdade – é que o programa pode ter alguns problemas do ponto de vista do desenho, dos incentivos. Agora, vale a pena registrar que já é um número significativo de pessoas beneficiadas.

A respeito da desoneração, da prorrogação da medida de desoneração, a questão do veto presidencial que está para ser apreciado, o impacto seria de mais de R\$10 bilhões no ano que vem, caso o veto fosse derrubado. E, de fato, já ligando à última questão que o Senador Izalci coloca da dívida, esse seria um gasto bastante significativo para ser comportado no ano que vem. Agora, é uma decisão que precisa ser tomada. E o alerta também precisa ser feito, porque o programa mais ambicioso de desoneração, como pretende ou pelo menos sinaliza o Ministro Paulo Guedes, custaria provavelmente mais de R\$150 bilhões, uma desoneração horizontal da folha de pagamentos, que seria um custo impeditivo, difícil de manejar.

O que pode ser feito para resolver essa situação fiscal? Há um conjunto de medidas. É preciso, de um lado, recuperar a arrecadação, que tem a ver com crescimento econômico, e, de outro, retomar a agenda de corte de gastos. É muito difícil falar isso, mas não tem jeito: ou você aumenta a arrecadação, ou você corta despesa, ou faz uma combinação das duas coisas. Então, uma medida importante que precisa ser tomada é a revisão dos gastos tributários. E aí respondo também a pergunta do Deputado Francisco, o Relator, que justo na hora que eu fui responder cortou o som aqui, devido à minha transmissão. Segundo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Deputado Felício Laterça fala da transparência, estou de pleno acordo com as colocações dele. Terceiro, a Senadora Eliziane fala uma questão importante a respeito do Ministro da Economia, que se referiu às projeções fiscais e econômicas como "chutes". Eu acho que isso é um desrespeito à profissão do economista e, do ponto de vista da Instituição Fiscal Independente, também. A profissão do economista é fazer cenários. É claro que a gente erra muitas vezes, porque se trata de antever aquilo que vai acontecer. Então, você tem que se basear em dados passados, dados do passado realizado, e fazer premissas, mapear os riscos para cima e para baixo. Então, em um quadro de incertezas, como é esse posto – ou imposto – pela crise atual, é claro que é mais difícil fazer projeções, mas nem por isso você vai deixar de elaborar essa tarefa, que é primordial.

As reformas, Senadora, que eu julgo prioritárias são a reforma administrativa, de que o Governo ainda não enviou proposta, e a tributária, de que igualmente não há proposta do Governo, mas para a qual há dois projetos bons: um do ex-Deputado Haully, que está no Senado – o Presidente Davi é o primeiro signatário –, a PEC 110; e a PEC 45, que está na Câmara, do Deputado Baleia Rossi.

A respeito da colocação do Senador Esperidião, para terminar, também concordo que é preciso haver essa discussão da renda básica ou do programa de renda mínima, mas é fundamental discutir a fonte de financiamento.

E, a respeito do "Emprestômetro", que seria um acompanhamento de quem está recebendo os recursos, dos prazos, da eficiência etc., também estou de pleno acordo. Seria muito importante que a gente tivesse mais informação para poder proceder a esse tipo de análise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Nós temos cinco Parlamentares ainda inscritos. Nós vamos fazer um "blocão", para já fazer o encerramento; depois, o Francisco faz o fechamento dos questionamentos; e, por último, o Senador Izalci faz a sua questão de ordem.

Agora, eu vou deixar... (*Pausa.*)

Oi, Reginaldo!

Eu farei dois blocos – entrou o Reginaldo aqui agora. Então, vai ser o seguinte: no próximo bloco... O Wellington Fagundes pediu para falar por último, então nós vamos colocar: Reginaldo, Deputado Hildo Rocha, Deputado General Peternelli e Mauro Benevides. Aí, ficam faltando poucos para terminar: Wellington, Kátia e o Relator.

Muito bem. Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes, PT, Minas Gerais.

Vamos lá, Reginaldo!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Bom dia, Presidente!**O SR. PRESIDENTE** (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia!**O SR. REGINALDO LOPES** (PT - MG. Para interpelar.) – Bom dia, Senadores, Deputados e nossos convidados – o Ministro e o Diretor da Instituição Fiscal Independente.

Quero dizer que concordo com o nosso diretor do instituto. De fato, é importante buscar a sustentabilidade das contas públicas, mas eu imagino que, pós-pandemia, cortar despesas é uma fonte insuficiente para resolver o problema fiscal do País, tendo em vista que o Brasil não tem outro caminho a não ser consolidar ou ampliar o Programa Bolsa Família para atender às pessoas que ficarão sem renda. Portanto, eu acho que a colocação do diretor está correta: nós precisamos enfrentar a questão das renúncias tributárias neste País. O Orçamento de 2020 acho que chega à casa de quase R\$400 bilhões; o Bolsa Família, R\$ 32 bilhões. Então, é imoral, é inaceitável o tamanho do incentivo tributário deste País. É lógico que há o Prouni, há o Super Simples, há algumas renúncias tributárias justas, mas é possível enfrentar e diminuir bem esses incentivos.

Eu acho que seria insuficiente olhar só para o lado das despesas, até porque nós já fizemos uma reforma trabalhista, uma reforma previdenciária. Na minha opinião, de maneira equivocada, temos a Emenda Constitucional 95. Então, é difícil pensar num futuro com tantas amarras e cenários tão negativos do ponto de vista de investimentos estrangeiros e até de investimentos privados na minha avaliação.

O Estado terá que ser o centro condutor da retomada e da reconstrução da política econômica no Brasil. Portanto, eu acredito que temos que combinar uma reforma tributária mais ousada. Eu acho muito tímidas tanto a PEC 110 como a PEC 45. Acho que é insuficiente para o País uma reforma só indireta, só nos impostos indiretos e, o pior ainda, sem diminuição.

Eu acho que um dos empecilhos para a economia voltar a crescer é o consumo ser muito tributado no País, ou seja, a principal conta do PIB, talvez mais de 70%, que é o consumo das famílias, é exageradamente tributada no Brasil. Isso impede... É como se estivesse dando Bolsa Família e retirando, num sistema injusto e regressivo, o valor da Bolsa Família que eles recebem, porque é tão tributado, chegam a mais de 50% esses tributos indiretos e regressivos na vida do trabalhador brasileiro.

Então, eu diria que nós precisamos enfrentar a questão da reforma tributária, mas no sistema direto. A participação da renda e do patrimônio precisa aumentar; e precisam diminuir, ao mesmo tempo, os impostos diretos no bolo arrecadado do Estado brasileiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Reginaldo.

Com a palavra o Deputado maranhense e do meu partido Hildo Rocha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) – Bom dia, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia!

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para interpelar.) – Bom dia, todos os colegas que participam da Comissão, Senadores e Deputados. Quero cumprimentar o Relator, Deputado Francisco, e cumprimentar o Ministro Wagner de Campos e o Felipe Salto.

Nós sabemos que vivemos um momento em que o controle é importante, mas é necessário também que ele não seja impeditivo, para que as ações governamentais ocorram com a maior brevidade possível, tendo em vista que nós precisamos agir de forma rápida para adquirir produtos. Tanto isso é verdade e necessário que nós aprovamos a Emenda Constitucional 106, que é conhecida como a PEC do orçamento de guerra, que possibilita agilidade nesse sentido, embora haja necessidade de um controle por parte do órgão de controle da União, que é justamente a CGU. O que nós observamos é que o Governo Federal – não foi só o Ministro atual, foi desde o começo da crise, com o Mandetta – deixou de agir no sentido de fazer economia de escala, porque para esses medicamentos, assim como para os materiais que são necessários para o cuidado do paciente com Covid e também para os equipamentos, como é o caso dos respiradores, poderia ter sido feito o contrato ou o registro de preços através da própria União. Isso não foi feito, pelo que eu entendi, o que gerou a variação de preços de Estado para Estado, de Município para Município.

O que eu queria saber do Ministro da CGU é se essas compras de respiradores... Houve vários problemas, como no Pará. O que houve no Pará? Por que aquela prisão? Houve busca e apreensão de documentos... Assim também com relação à compra de respiradores por parte do Consórcio Nordeste, pois foi noticiado que fizeram, através do consórcio, duas compras seguidas e, dessas compras de respiradores, os equipamentos nunca chegaram. Inclusive o Maranhão teve um grande prejuízo. Então, eu acho que faltou muito controle nesses contratos, ao se contratar para fazer economia de escala.

Com relação aos empréstimos, nós temos observado... Inclusive, eu queria pedir informações do Felipe Salto a respeito do Pronampe, porque disse aqui o Esperidião, a respeito do "Emprestômetro", algo importante. Eu acho que o Pronampe vai aumentar o fosso das desigualdades regionais. Eu tenho acompanhado e percebido que o Maranhão, por exemplo, que representa quase 5% da população brasileira, teve menos de 1% de empréstimos concedidos ao Estado, às empresas, às pequenas e microempresas do Maranhão. Então, creio que será uma forma de alargar mais ainda essas desigualdades regionais que nós temos.

Eu quero saber se o Felipe tem informações a respeito desse assunto, de quanto foi concedido de empréstimo, através do programa, para cada Estado, cada unidade da Federação ou para cada região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente, e um bom-dia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputado General Peternelli, por gentileza, novo membro da nossa Comissão, com muito orgulho.

O SR. GENERAL PTERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio; nosso Relator, Francisco Jr.; Senadores, Deputados, inicialmente agradeço ao Deputado Felício Laterça, que foi quem articulou junto ao nosso Partido, o PSL, para que eu pudesse estar nesta condição de suplente. É uma honra muito grande. E gostaria também, nesta oportunidade, de cumprimentar, além dos Senadores e dos Deputados, o Ministro Wagner, da CGU, e o Felipe, do IFI.

Eu gostaria, Senador, de pedir a opinião dos dois palestrantes de hoje sobre o Projeto de Lei 1.777, de 2019. Esse projeto... Vejo a dificuldade de ter um cadastro único, o que até a Senadora colocou como importante, para compartilhar os dados da Receita, da Justiça eleitoral, das secretarias de Estado. Fica um pouco complexo. Há o projeto do número único, que é esse que eu informei. Hoje a criança já traz na Certidão de Nascimento, de seis anos para cá, o número do CPF; é o número da certidão. A proposta prevê que, quando essa criança fosse tirar a carteira de identidade, o número da identidade seria o mesmo. Então, mesmo que houvesse vários bancos de dados das secretarias dos Estados, o indexador comum seria esse número do CPF. Quando fosse tirar título de eleitor, quando fosse tirar carteira de motorista, número do SUS, NIT, seria um número só. É o Projeto 1.777. Gostaria de ouvir a opinião deles.

Eu gostaria também de perguntar a ambos, em especial ao Ministro Wagner: por que nós não utilizamos um Siafi nacional, de tal forma que o dinheiro que sai da União para os Estados e Municípios você possa enxergar – esse recurso – em todas as partes?

Gostaria de complementar também o que o Senador Esperidião Amin comentou sobre o Ministério da Saúde. Ele sempre comprou a vacina para todo mundo, isso já está equacionado, mas os medicamentos foram sempre comprados pelos Estados, pelos Municípios; cada um verificava a sua necessidade e o tipo de medicamento adequado. Então, para essa situação atual – já não era o comum que o ministério comprasse –, ele já abriu uma ata de registro de preços, tanto que se encarregou, porque o preço é diferente conforme a localidade, como São Paulo, que o Ministério da Saúde leve para cada local. Então, está executando.

A Renda Brasil, que é a renda mínima, eu acho muito interessante, vai um pouco no que a própria Senadora comentou: ter num local só todos os benefícios sociais, talvez, isso facilitaria.

Quero comentar uma pergunta de um ouvinte. O PL 1.485, que está para ser votado na Câmara, prevê pena em dobro para isso.

Eu me coloco à disposição para falar sobre a reforma tributária, que é a Emenda substitutiva nº 20 à PEC 45. Eu pediria à CGU e à IFI que observassem e depois me enviassem as observações.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado General Peternelli.

Para fechar este bloco, o ilustre Deputado Mauro Benevides Filho, do Estado do Ceará.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, Senador Confúcio, que alegria estar mais uma vez aqui na sua presença e do nosso Relator, Deputado Francisco Jr.. Enfim, quero abraçar Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que estão aqui conosco.

Hoje temos dois convidados especiais: o Ministro Wagner e o Presidente da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto, com quem estivemos juntos ontem, num webinar da Fundação Getúlio Vargas. Que bom tê-lo aqui mais uma vez!

São três perguntas tranquilas, fáceis; a primeira delas, ao Ministro Wagner, da CGU. O que é pior: um Governador que comprou um respirador com 96% de um preço referencial antes da pandemia e recebeu ou um Governador que comprou um respirador com 48%, e não recebeu? O que é mais grave? O que é superfaturamento? O que não é? Qual é o conceito do processo fiscalizatório na interpretação dessa situação verídica que nós estamos observando aqui neste exato momento? Essa é uma pergunta para o Ministro Wagner.

A segunda. Eu queria perguntar ao nobre Presidente da IFI e, em seu nome, saudar os outros companheiros – o Josué Pellegrini e o Daniel – que compõem o corpo diretivo da IFI. Quero dizer o seguinte: como bem disse o meu companheiro e amigo Deputado Reginaldo Lopes, não há saída para o Brasil somente com corte de despesa. Isso é uma mentira que estão dizendo para o Brasil. Ou a gente trabalha também na recomposição de receitas tributárias, ou então nós vamos viver eternamente enganando a população brasileira.

O Brasil desonera por ano R\$328 bilhões, incentivo tributário; 15% de 328 são 49 bilhões. Eu não sou contra incentivo fiscal. São 49 bilhões. E há 74 bilhões de incentivo crédito e financeiro que o Congresso Nacional não sabe nem o que é. Ninguém examina, na proposta orçamentária, incentivo crédito – nem a Câmara, nem o Senado. E 15% de 74 bilhões são 11 bilhões. Então, conta simples de padreiro: 49 bilhões, com 11, são 60. Como o Paulo Guedes, o Ministro Paulo Guedes, nosso amigo, gosta de falar de dez anos, 60 bilhões vezes 10 são R\$600 bilhões. Não precisa de reforma tributária, não precisa de nada! Mas é para fazer amanhã o que é possível ser feito. E eu já disse aqui, nesta Comissão, Sr. Presidente: como é que pode o salmão, "grelhadozinho", com alcaparras – que beleza! – pagar zero de PIS/Cofins? Como é que pode isso? E o queijo suíço? Eu não sou contra alguém tomar um vinho com queijo suíço tirando gosto. Sem nenhum problema. Mas ir para a cesta básica e pagar zero de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PIS/Cofins! Nós estamos no fim do mundo, e ninguém diz nada. Com o filé *mignon*, a mesma coisa, e está tudo bem!

E aí nós vamos à reforma tributária, vamos modificar muita coisa. Simples: medidas para serem tomadas por 30 dias, para recompor a receita da União. Só esses impostos são mais 10 bilhões! Vamos concorrer com isso, vamos salvar o Brasil, porque a dívida pública não crescerá nesse montante que está sendo previsto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides Filho.

Muito bem. Agora vamos às respostas, não é?

Reginaldo, Espiridião, Reinaldo, Hildo, General Peternelli e Mauro Benevides.

Então, com a palavra o Dr. Wagner Rosário pelo tempo de cinco minutos de novo.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – Sim, senhor. Vamos lá.

Quero agradecer o questionamento de todos os Deputados, começando pelo do Deputado Hildo Rocha, que fez uma pergunta sobre essa dicotomia que nós vemos: controle e ação governamental.

Vamos lembrar que a gente, como CGU e órgãos de controle, não visa barrar nenhuma atividade, nenhuma ação governamental. É claro que nós vamos ter casos que já aconteceram em que o órgão de controle pode ter ultrapassado os limites e ter criado algum empecilho, mas eu acho que não foi o caso nessa pandemia. Todos os trabalhos que nós realizamos, por exemplo, aqui no âmbito da CGU, com o Ministério da Saúde, foram preventivos. Nós analisamos os processos antes de eles irem para a rua, em 24 horas, auxiliando o Ministério numa identificação prévia de problemas, numa análise de riscos prévia do processo. Isso trouxe ganhos significativos para o Governo e acho que é uma forma importante.

A pergunta seguinte também foi sobre o Ministério da Saúde, uma compra centralizada. O General Peternelli já falou que várias compras são feitas de forma centralizada, mas várias compras também são feitas de forma descentralizada, pelas características locais de Estados e Municípios. Houve uma tentativa e houve recomendação dos órgãos de controle para que o Ministério da Saúde fizesse compra centralizada, justamente por causa da economia de escala que a gente verificou nesse processo. O ministério tentou fazer essas compras – o respirador foi um dos pontos –, e houve problemas. Depois migrou para um modelo que eu achei melhor. O que foi? A gente tentar com as empresas nacionais construir os respiradores aqui dentro, visto que as compras internacionais demonstraram péssima qualidade.

Respondendo à pergunta já do General Peternelli, eu sou totalmente a favor, General, por mais que eu não tenha lido o Projeto de Lei 1.777, de 2019, nós somos completamente a favor do indexador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comum, ou seja, um número único para todos. Isso aí vai facilitar o controle, vai facilitar a junção das diversas políticas públicas, evitando desperdício dos recursos públicos, com uma gestão melhor do recurso público. Um Siafi nacional seria uma ótima ideia, mas infelizmente nós vivemos numa federação e essa parte do Direito Financeiro está dentro das competências de cada Estado e Município, eles têm a liberdade de adotar outros sistemas de controle das suas finanças. Então, eu acho que realmente o Siafi nacional iria trazer resultados sensacionais, mas infelizmente não é a realidade que nós temos hoje. É até uma discussão importante, para que a gente passe a ter um melhor acompanhamento dos recursos públicos quando eles são transferidos para os demais entes federados.

Fiquei sabendo aqui agora – já comentando, a equipe do Ministério da Saúde levantou, e é uma informação importante para o Senador Esperidião Amin – que o Governo Federal está tentando uma compra centralizada de 1,3 bilhão desse medicamento para intubação. Os problemas o Senador Esperidião Amin trouxe aqui. A gente está ciente desse problema e espero que seja resolvido o mais rápido possível.

Sobre os questionamentos do Deputado Mauro Benevides Filho, Deputado, eu não vou dizer... Eu acho que não existe a mais grave das duas situações que o senhor trouxe, mesmo porque o valor da compra não foi um valor importante para a CGU atuar nesse processo. Nós já sabíamos que um dos motivos do levantamento de preço de equipamentos de proteção individual, de respiradores e outros tipos de compra, EPIs e todos aí, neste momento, que pela alta demanda mundial nós teríamos um aumento de preço. Então, querer levantar agora informações, se alguém comprou mais caro, e fazer um juízo de valor é extremamente impossível. Nós não fizemos isso em nenhum caso. Todos os casos que nós levantamos foram uma junção de fatores. Nós dividimos em quartis as compras realizadas em um levantamento de mais de 280 entes federados. Então, nós, em quartis, focamos primeiro em quem ficou no quarto quartil, que era o dos preços muito fora da realidade. Só isso não era um problema para a gente, mas juntavam-se a isso empresas sem condições de entregar, empresas que estavam em endereços não existentes, empresas com sócios que eram beneficiários do auxílio emergencial, empresas sem funcionário, pagamento todo adiantado sem nenhuma garantia do recebimento do material. Então, todos esses fatores nos levaram a uma investigação. Sendo assim, eu não tenho como responder à pergunta direta do senhor, mas eu queria lhe dizer que nós, em nenhum momento, levamos em consideração somente a variação de preço para a determinação de uma verificação mais aprofundada sobre as compras realizadas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra Felipe Salto pelo tempo de cinco minutos.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, o Deputado Reginaldo Lopes. Ele coloca uma questão sobre se o ajuste fiscal deve vir apenas pelo lado da despesa e levanta a importância de haver uma reforma tributária, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente dessas que estão colocadas na mesa, que abrangeriam apenas a tributação indireta, a discussão da criação de um eventual imposto sobre o valor adicionado.

Eu estou de pleno acordo. Eu acho que nós não vamos conseguir ter uma restauração do quadro de equilíbrio fiscal apenas cortando despesas. Essa era uma premissa do chamado teto de gastos lá em 2016, mas eu mesmo escrevi um texto, junto com o Economista José Roberto Afonso, que é o pai da Lei de Responsabilidade Fiscal, publicado na *Revista Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, lá em 2016, mostrando os problemas do desenho do teto. Então, quanto a isso, eu estou bastante tranquilo, porque nós já apontávamos lá que o teto teria problemas. E agora, com a crise, mais ainda, porque não vai dar para você ter todo o ajuste sendo feito apenas pelo lado da despesa. É claro que o ajuste pelo lado da despesa é prioritário. O Brasil gasta muito e gasta mal, mas vai ser necessário fazer mudanças importantes do lado da receita, e vou comentar em seguida a proposta do Deputado Mauro Benevides já aproveitando que é o mesmo assunto.

No meu artigo ontem no jornal *O Estado de S. Paulo*, eu defendi a revisão dos gastos tributários. O Deputado Mauro, que é um brilhante economista, um dos melhores economistas que temos hoje no Brasil, que conhece muito a situação fiscal e que tem ajudado muito nas discussões que tem travado conosco, aponta corretamente a necessidade de revisar esse disparate em que se transformou o amontoado de desonerações, isenções, regimes especiais de toda sorte, que não passam sequer por avaliação. Então, ontem, no artigo, eu falei em 30 bilhões – eu sou mais modesto na proposta do que o Deputado Mauro Benevides –, mas certamente há valores significativos que decorreriam de uma revisão importante dos chamados gastos tributários. Esse assunto é prioritário na agenda do ajuste fiscal. Eu o classifico e reputo como até mais importante do que reformas muito amplas, que às vezes demoram para ser aprovadas. Concordo, portanto, com o Deputado Mauro Benevides – o Deputado mostra aí o artigo, agradeço.

O Deputado Hildo Rocha coloca a questão do Pronampe. Faltam informações, Deputado. É até uma sugestão que eu faço aqui, Presidente Confúcio: solicitação de informações, para que a gente possa ter os dados do Pronampe por Estado e, eventualmente, até por Município, porque essas informações que a Comissão conseguiu obter junto ao BNDES a respeito dos outros programas foram muito importantes para que a gente pudesse ter feito, no relatório de ontem que saiu pela IFI, uma análise mais detida desses programas sob responsabilidade do BNDES. Agora, eu acho que, quanto ao Pronampe, estão faltando mais informações para a gente poder fazer uma análise mais detida.

Finalmente, quanto ao que disse o Deputado Peternelli, estou de acordo: essa questão do cadastro único é importante. Precisamos avançar nisso, e o Ministro Rosário já avaliou essa questão com mais propriedade do que eu.

Agradeço mais uma vez pelo tempo e pelos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto o Senador Wellington se quer falar agora. Pode ser agora?

Agora temos três: o Senador Wellington Fagundes, a Senadora Kátia Abreu e a Deputada Rejane Dias.

Então, com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para interpelar.) – Quero cumprimentar mais uma vez o Senador Confúcio, o Francisco Jr. e os nossos dois palestrantes, o Wagner de Campos – saúdo-o registrando a sua presença lá no Bloco Vanguarda – e também o Felipe Salto.

Presidente, como eu já falei com V. Exa. agora há pouco, antes da reunião, nós vivemos aqui no Mato Grosso uma situação complexa, que é exatamente a questão dos xavantes.

Há aproximadamente 30 dias eu tive uma reunião, na região do Araguaia, com todos os Prefeitos, com o Ministro da Saúde, que estava presente na Comissão, e nós alertávamos para o problema do Araguaia, dos índios xavantes. Agora virou notícia internacional, porque não houve nenhum trabalho, digamos, de planejamento. O Senador Esperidião Amin falou da logística: na verdade, hoje não há logística nem programa de saúde pública, as coisas estão praticamente jogadas nas mãos dos Prefeitos. Então, a gente não tem uma definição de cima para baixo, ou seja, do Ministério da Saúde com o comitê que é gerido hoje pelo General Braga Netto. Então, a gente está aqui, no Mato Grosso, sem saber realmente o que falar para a população. Por isso eu fiz esse requerimento, e espero que nós possamos – V. Exa. já colocou que vai falar com o Presidente Davi – falar, ter voz e ser ouvidos realmente.

Então, é este o aspecto que está acontecendo aqui, um verdadeiro genocídio realmente, porque os índios xavantes migram bastante, andam normalmente coletivamente, vão para as cidades e vice-versa, e essa contaminação, a cada dia, está se agravando, tanto é que Mato Grosso é o epicentro hoje da saúde. Somos um Estado gigantesco, uma população pequena ainda, e estamos batendo recorde de contaminação e, conseqüentemente, de mortes.

Ao fazer este registro, eu quero pedir aqui à Comissão, ao Presidente Confúcio, que interfira diretamente com o Ministro da Saúde, com o Ministro Braga Netto e que nos ajude aqui no Mato Grosso. Eu, como representante do Mato Grosso nesta Comissão e também como representante do Senado, gostaria realmente de pedir essa ajuda do Presidente.

Antes de concluir, informo que hoje saiu uma matéria na *Folha de S.Paulo* intitulada "Milionários pedem que governos tributem ricos para pagar conta do coronavírus".

A pergunta pode ficar aberta para os dois.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, neste momento, temos de salvar vidas. O Deputado Mauro Benevides falou um pouco da questão tributária, mas também temos de nos preocupar com a recuperação econômica do País. Esse seria um caminho? Como V. Sas. podem analisar esse aspecto?

E também: nós do Parlamento temos de fazer alguma medida legislativa para que essas fiscalizações possam ter mais eficiência?

O Congresso Nacional tem sido protagonista, mais de 90% daquilo que foi votado foi exatamente de iniciativa do Congresso. Os R\$600 foram uma solução de distribuição de renda a mais rápida possível. Já foi abordado que alguns recursos foram para quem não devia recebê-los, mas o importante é que essa foi uma medida correta. O Esperidião Amin trabalhou muito, como, aliás, todos os Senadores. Eu quero aqui parabenizar, principalmente por essas iniciativas, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Jorginho na questão do Pronampe... Agora, o que, no entender de V. Sas., nós precisamos fazer para aperfeiçoar, para evoluir, para ajudar o País efetivamente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO. Para interparlar.) – Cumprimento os palestrantes no dia de hoje.

Cumprimento todos os colegas Senadores, Senadoras e Deputados.

Vou falar bem rápido, por conta do tempo.

Quanto ao "Emprestômetro", Deputado Hildo Rocha e Felipe Salto, já enviei para o WhatsApp de vocês a distribuição dos recursos por Estado.

Quero lhe dizer, Deputado Hildo Rocha, para não ficar triste, porque, até agora, emprestamos metade do dinheiro, R\$8 bilhões, e atendemos a 1,5% das empresas. No seu Estado, o percentual foi de 1,29%. Quando nós terminarmos os R\$16 bilhões, nós teremos atendido apenas 3% de todas as micro e pequenas empresas do Brasil.

O Senador Esperidião Amin e eu já protocolamos emenda para aumentar em mais R\$17 bilhões, com a transferência dos recursos do PESE para o Pronampe. Se isso acontecer, nós atingiremos, Confúcio Moura, 6% das empresas do País, com esse esforço hercúleo que estamos fazendo.

Ministro Wagner, na educação, o senhor considera que os recursos da Covid poderiam ser gastos por Governadores e Prefeitos no retorno às aulas, com EPIs, com treinamento de professores, com distanciamento das carteiras? Enfim, instrumentos poderiam ser normatizados pela CGU e pelo Tribunal de Contas, ou é necessário nós alterarmos a lei para que esses recursos da Covid possam ser gastos no retorno às aulas, na educação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço outra pergunta para o Ministro Wagner.

Nós temos três fontes de recursos na Covid. A número um é a compensação da baixa arrecadação. Esse aí fica na fonte 100, e vamos deixá-lo quieto lá. O Tribunal de Contas vai fiscalizar depois.

O segundo recurso, aí sim, tem a ver com a Covid. Os Governadores e Prefeitos foram libertos de pagar dívidas para a União para gastarem esse dinheiro no enfrentamento à Covid – esse foi um condicionante. Aqui, em Tocantins, eu tive notícias, na minha reunião sobre a Covid no Estado – ela é informal, mas existe –, de que eles dificilmente vão conseguir verificar o que o governante deixou de pagar de dívida para a União, para o Banco do Brasil ou para a Caixa Econômica, e se, de fato, ele gastou na Covid. Certo? Ele não é obrigado. Ele pode até pagar a dívida e não querer o dinheiro para enfrentar a Covid. Então, esse nós temos de identificar para ver se, de fato, ele não pagou conta e gastou no enfrentamento à Covid. A CGU tem de dar um jeito de os Tribunais de Contas dos Estados verificarem isso.

O terceiro recurso – este é mais fácil e está muito transparente – é o recurso novo direto para a Covid. Esse tem, sim, um código diferenciado, e os Tribunais de Contas estão tranquilos para fiscalizar.

Respondendo àquele aflito que perguntou agora há pouco se se vai aumentar a pena para o corrupto que rouba os recursos da Covid: não aumentará a pena, mas ele será pego mais rápido. Então, fique tranquilo, porque isso já começou a ser feito em alguns lugares, alguns com muito alarde e injustiça, mas investigando alguns que estão, de fato, distorcendo.

Então, Sr. Ministro Wagner, esses três são os *funding* para a Covid. Agora, eu queria saber se não seria possível colocar uma coisa mais clara na internet, porque na Covid os gastos são muito simplificados e resumidos: testagem, na população e no pessoal de saúde; EPIs; leitos de UTI; leitos clínicos – é uma diferençazinha, é uma média UTI –; respiradores; gastos na média e na alta complexidade ambulatorial – isso é de Prefeito, da atenção básica de Prefeito –; treinamento das equipes; medicamentos; e contratação de mão de obra. Não são nem dez itens! E que se deixe lá "outros" para alguma coisa que puder vir além do que listei aqui. Eu acho que a gente tem o direito e o dever de informar esses gastos de forma mais transparente e abrangente.

E por último, Felipe Salto, eu acredito fortemente que, se nós aprovarmos a reforma tributária com a PEC 45, no longo prazo – para se ter uma ideia do que vai acontecer com este País – nós poderemos aumentar o PIB potencial em 25%. Isso é inimaginável, isso é o céu! Então, a reforma tributária e a reforma administrativa...

Eu não tenho a contabilidade de quanto nós ganharíamos com a administrativa, porque a função dela é muito mais aumentar a eficiência do Estado do que de fato economizar, certo? Trata-se de manter os servidores com todos os seus direitos, porque o nosso objetivo nessa reforma não é atacar ninguém, é pró-Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os créditos tributários: também faço a contabilidade com você de R\$30 bilhões. Eu acho que é razoável nós pensarmos nisso, mas não podemos esquecer do imposto injusto da contribuição prévia, sem ser lucro real, do lucro presumido, que é uma injustiça tributária do tamanho do mundo e poderá nos devolver de R\$10 bilhões a R\$15 bilhões.

Se nós atendermos na renda mínima, no valor do bolsa família hoje, que já é uma renda mínima... Eu não sei por que nós estamos procurando fazer projeto de lei com renda mínima nova. O Bolsa Família já é uma renda mínima, basta aumentar os valores e o número de pessoas. Nós temos 29 milhões de pessoas no CadÚnico. Se nós arredondarmos para R\$180, com R\$2.240 por ano, isso daria R\$65 bilhões. Se nós somarmos tudo o que poderemos fazer, eu acho que é decente, moral e ético nós acudirmos os brasileiros que estão sofrendo muito com as injustiças e com a desigualdade. Não dá para sermos um país grande com gente pequena de barriga vazia. Então, nós temos que fazer um esforço.

Por fim – espero que ninguém brigue comigo –, eu sou a favor da criação de um imposto. Não é a CPMF, sou contra a CPMF, ela é mortal para o País, mas por que não um *carbon tax*, pelo uso do carbono? Isso já é recomendado pelo Banco Mundial, pelo FMI, por todas as instituições de respeito. Gastou, usou, paga. Se nós alcançarmos 1% do PIB com o *carbon tax*... Podemos até tirar o diesel para não prejudicar a produção, mas, em cima da gasolina e do álcool, o *carbon tax*... Alcool não, desculpe; em cima apenas da gasolina, porque o álcool é limpo. Um por cento do PIB, Presidente Confúcio, daria R\$70 bilhões por ano! Só quem usa... E isso é 1%, aumentaria em um ponto percentual o imposto. Sem imposto, nós não sairemos desse buraco, é uma ilusão pensar assim. Eu sempre fui uma contumaz defensora contra a carga tributária pesada em que nós nos encontramos, agora eu prefiro tomar logo uma dose cavalgar, pagar isso tudo, zerar o nosso caixa e começar uma vida nova.

Da reforma tributária e da reforma administrativa não podemos abrir mão, e dos gastos tributários. Vai sobrar dinheiro, Felipe Salto! Vai sobrar dinheiro para acudir quem está na miséria e para sermos um país digno de verdade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Agora, para fechar o nosso bloco, a Deputada Federal Rejane Dias, do Estado do Piauí.

Está com a palavra, Deputada Rejane. Pode soltar o seu som.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio, eu queria mais uma vez cumprimentar o senhor, cumprimentar todos os Senadores e Deputados e todos que estão nos assistindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Presidente, que não faço parte desta Comissão, mas entendo que é um dever nosso, como Legisladores, representantes do povo, acompanhar o que está sendo discutido em todo o Brasil diante dessa pandemia nunca vista.

Eu queria fazer rapidamente algumas perguntas e queria começar pelo Ministro da Controladoria-Geral da União, Dr. Wagner.

Dr. Wagner, eu acompanhei algumas discussões nesta Comissão e estive também vendo a angústia dos Governadores, preocupados com relação a adquirir alguns equipamentos, respiradores, com relação à questão do *kit* de intubação e à falta de medicamentos nos hospitais, enfim, algo que envolve todos os gestores em todo o Brasil. Nós sabemos que a troca de ministros – é a minha opinião, e eu tenho ouvido também outras opiniões diferentes – foi extremamente prejudicial ao Ministério da Saúde. Já estamos no terceiro ministro, e um é interino. A falta de uma coordenação geral, de uma coordenação feita pelo Governo Federal, feita pelo Ministério da Saúde, para ajudar nos procedimentos subnacionais, foi outra alegação que eles colocaram e que eu acho extremamente pertinente.

A outra situação foi a seguinte questão: por que o Ministério da Saúde não cria uma ata de registro de preço para que os entes subnacionais possam aderir a essa ata de registro de preço, evitando, portanto, distorções e fraudes? Isso já foi dito aqui também pelos que me antecederam.

A outra situação, que eu queria falar para o Dr. Felipe, é com relação ao Pronampe, tão importante na questão da recuperação das micro e pequenas empresas, ou seja, no socorro a elas. Pergunto se o senhor tem alguma sugestão para que a execução possa ser a mais rápida possível, porque a baixa execução – isso é fato, nós estamos acompanhando – é algo que nos deixa bastante preocupados, porque as pequenas empresas estão precisando realmente desse crédito.

Por último, vocês falaram aqui e eu ouvi, a questão da recomposição das contas públicas. Há necessidade da reforma tributária e há necessidade também da reforma administrativa. Consequentemente, foi dito também da importância de estudar a questão das renúncias fiscais neste momento de crise financeira provocada pela pandemia no nosso Brasil. Eu queria ouvir a sua opinião sobre se seria possível o Governo Federal, como uma das formas também de recuperação da nossa economia, lançar um grande programa habitacional para a geração de emprego e renda e, consequentemente, para melhorar a nossa economia. O que o senhor acha? Qual a sua opinião? É possível lançar um programa como esse? O senhor acha que é cabível num momento como este?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Era isso o que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputada Rejane.

Vamos às respostas. Estão encerrados os blocos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra ao Dr. Wagner Rosário, pelo tempo de cinco minutos, para responder a todos os questionamentos dos Parlamentares.

V. Exa. está com a palavra, Dr. Wagner.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Vou iniciar aqui pelo Deputado Wellington Fagundes. Deputado, ontem mesmo eu tive uma reunião com a Ministra Damares, e ela também já se reuniu com o Ministério da Saúde e o da Cidadania, porque nós temos essa ação aos índios. Você tem áreas do Governo separadas em diversos ministérios, a Funai está num ministério, a Sesai está na Saúde. Então, nós temos aí uma coordenação interna do Governo.

Só que recursos que o Cidadania está passando agora para a Damares para aquisição... Ela já vinha trabalhando com a sociedade civil e também com a questão de recursos justamente para aquisição. Uma das ações era a aquisição de cestas básicas com a logística de distribuir lá na tribo para evitar que o índio saia. Eu não sei se chegou ao Araguaia, mas, em vários locais do País, já foi entregue. Eu vou sair da reunião aqui e vou entrar em contato com as equipes para ver até o cronograma de entrega. Uma das ideias é esta: evitar que o índio saia da sua tribo para se dirigir à cidade, corra o risco de ser contaminado e leve isso para a aldeia. Então, é uma situação bem complicada, e o Governo está correndo atrás. Eu posso passar... Eu não tenho hoje todas as ações, como está o nível de execução dessas ações, mas é preocupante. Nós temos várias áreas atuando nesse programa específico de proteção aos indígenas.

Em relação ao questionamento da Senadora Kátia Abreu, sim, os recursos podem ser utilizados na educação porque eles visam... Esses recursos foram distribuídos...

A SRA. KÁTIA ABREU (PP - TO) – Eu preciso dessa resposta.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – ... e têm por ideia combater o Covid em todas as suas perspectivas, inclusive preventivas. Se você pode aplicar o recurso na educação para evitar, com a aquisição de EPIs, isso é uma decisão tomada por parte de cada administração local e não há problema nenhum, impedimento legal. Só faço uma única ressalva: muitos recursos eram somente para aplicação, para aquisição de bens de consumo e de serviços, não eram para aquisição de material permanente – a quantidade de material permanente era menor –, mas para EPIs, para isso está liberado. Nós temos algumas restrições em relação à aplicação.

Realmente eu vou dar uma olhada no que a gente pode melhorar na transparência, mas hoje no Portal da Transparência... A senhora separou muito bem essas três grandes áreas de liberação de recursos, tanto a complementação da fonte de recursos quanto aquela que trouxe a libertação para pagamento de dívidas que, se não me engano, somam R\$ 76 bilhões; vai haver aqueles quatro repasses de R\$15 bilhões; e há também o recurso direto do Covid, que a senhora bem dividiu em dez grandes aplicações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dizer para a senhora que o que a gente procurou fazer nesses 280 Municípios e Estados de que nós fomos atrás é, mais ou menos, correr atrás um pouco da divisão que a senhora fez para servir de base de preços. A gente vai tentar... A gente sempre tenta melhorar aqui. O Ministério da Saúde coloca todas as licitações dele em transparência, no *site* do Ministério, principalmente porque está havendo dispensa agora, não está indo para o Comprasnet, está indo para dispensa. Mas vamos tentar ao máximo vincular o valor do orçamento por isso aí, com essa compra.

Respondendo à Deputada Rejane Dias, eu entendo a angústia dos Governadores. Eu não acompanhei toda a articulação, desde a época do Ministro Mandetta, mas imagino que também deve ter havido dificuldades na articulação com todos os Estados e Municípios. Alguns optam por fazer sua compra própria. Uma das coisas que nós verificamos aqui, quando fizemos esse levantamento, é que muitos Estados já compraram muita coisa de início. Então, uma compra centralizada no Governo com a junção... Muita gente não tinha suas necessidades, quando o Governo Federal questionava. Não estou querendo aqui dizer que a culpa é de "a" ou de "b", falamos que fazer uma coordenação a esse nível não é fácil, mas a gente está sempre procurando melhorar.

Claro que a troca de ministros sempre cria algum problema. Não há dúvida. A gente sempre tem um problema de troca. Mas se procurou manter as equipes técnicas, para evitar essa rotatividade e essa paralisação de atividades.

O Pronampe, Deputada, acho que está andando relativamente bem. Nós tínhamos um problema de execução naquela parte do pagamento da folha, dos empréstimos do pagamento da folha. Esse sim está com execução baixa. E a reforma tributária e administrativa... Eu vou falar para a senhora... A senhora comentou e a gente está aí... O Governo está estudando. Eu acho que são pautas importantes. A senhora me perguntou sobre o grande programa nacional. Olha, a gente está fazendo um estudo de todos os investimentos do Ministério, para verificar o que é público e o que é privado. Estão chamando de pró-Brasil. Não sei se será um programa habitacional, mas o programa habitacional será uma das medidas dentro dessa área de recuperação e retomada econômica do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem.

Então, com a palavra Felipe Salto, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Começando pelo Senador Wellington Fagundes, ele fala bastante a respeito do crescimento econômico, da fiscalização. Não tem mágica, em termos de crescimento econômico. Não há medidas que possam ser tomadas e que do outro lado gerem automaticamente aumento das taxas de crescimento. Esse é que é o problema, porque economia é um processo complexo que depende do aumento da produtividade. Se a produtividade dos fatores de produção não aumenta, você não aumenta a capacidade de produção ao longo do tempo e há aquilo que o Brasil tem tido nos últimos trinta anos, os chamados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voos de galinha. Você cresce por alguns períodos e volta a ter ciclos de baixa novamente, sem que o produto potencial da economia cresça de maneira significativa.

Então, é preciso avançar nas reformas estruturais, o que envolve a questão da reforma tributária, da reforma administrativa, mas principalmente abrir espaço para investimentos de qualidade em infraestrutura e educação. Essas são as duas asas do crescimento econômico. Não haverá crescimento econômico, a médio e longo prazo, se o Brasil não investir a sério nessas áreas. E não é uma questão de aumento de gastos apenas, uma vez que o Brasil já gasta de maneira expressiva em educação, por exemplo, mas é ter metas e instrumentos para que se melhorem as notas dos alunos nos testes internacionais. O Pisa, que compara os países quanto às notas de matemática, língua portuguesa, ciências, mostra que o Brasil está sempre em situações muito ruins, melhorando muito pouco nessas comparações internacionais.

Então, enquanto a gente não avançar nessas questões, que são muito difíceis, não adianta, não vai haver projeto de lei, não vai haver programa que resolva o problema do crescimento econômico; ele depende do aumento da produtividade.

Passando para a Senadora Kátia Abreu, agradeço o envio das informações coletadas no Banco do Brasil, e vamos incorporar isso aos relatórios, inclusive essas informações por Estado. Já estou transmitindo aqui para a minha equipe esses dados para que a gente possa ter um acompanhamento mais de perto desses dados.

Obrigado, Senadora.

E, a respeito da reforma tributária, estou de pleno acordo. O Bernard Appy, que é Conselheiro da Instituição Fiscal Independente... A IFI do Senado tem um conselho formado por cinco pessoas, cinco economistas, não remunerados, que dão apoio técnico para o conselho diretor da IFI e para a equipe técnica da IFI. O Bernard Appy, que é um dos que mais entendem desse assunto da reforma tributária, tem contas parecidas com a que a senhora apresentou, Senadora Kátia Abreu, a respeito dos efeitos benéficos de se aprovar uma reforma do sistema tributário sobre o crescimento econômico. Então, essa é uma agenda urgente, nós já deveríamos ter avançado nisso há bastante tempo. Espero que a oportunidade imposta ou posta pela crise permita que se avance nessa direção.

E a revisão dos gastos tributários. Volto a dizer: há um desperdício enorme de recursos públicos nessas renúncias fiscais. Elas precisam ser revisadas com urgência para que se direcionem recursos para programas que vão ser necessários nesse momento depois da tempestade. Passada a crise, vai ser preciso um incremento no Bolsa Família ou a consolidação dos programas que já existem, criando-se algum programa adicional de renda básica; mas é preciso que se garanta o bom direcionamento desses recursos, a focalização naqueles que mais dependem do Estado, que mais precisam. E, para financiar isso, uma forma importante de se fazer seria revisar os gastos tributários. Isso representaria algum aumento de carga



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tributária, porque, ao revisar um gasto tributário, nós estamos falando em reduzir uma desoneração, uma isenção fiscal, etc. Mas é um caminho importante, sim, que poderia ser tomado.

A Deputada Rejane também coloca a questão do Pronampe, que acho que já abordei aqui ao responder à eminente Senadora Kátia Abreu, e também coloca uma sugestão a respeito de programas habitacionais.

Olha, já existe o Programa Minha Casa, Minha Vida. Esses programas de estímulo ou de estimulatividade ou de recuperação econômica têm que ser pensados dentro de uma estratégia de recuperação; por isso que eu tenho defendido que é preciso ter um plano fiscal e econômico de médio prazo. Está faltando isso, senão a restrição orçamentária vai ser insuficiente para dar conta de abarcar todas essas iniciativas. Mas, sim, o setor da construção é um que tem um multiplicador elevado e pode ajudar nesse processo de retomada a partir do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O bloco de perguntas foi encerrado. Agora falta o Deputado Federal Francisco Jr., nosso Relator, fazer as perguntas. O Felipe Salto, Francisco, teve dificuldade na conexão dele. Você poderia reativar, lembrá-lo as perguntas que você fez lá no começo, e que não foram respondidas. Então, com a palavra, para as considerações finais.

Depois do Francisco, há uma questão de ordem do Senador Izalci. Depois do Senador Izalci, nós encerraremos a nossa audiência.

Com a palavra o Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, sendo bem breve, quero acrescentar apenas mais uma pergunta para cada e pedir um comentário também de cada um. As perguntas são bem breves. Primeiro, quero encaminhar uma pergunta ao Ministro Wagner.

Ministro, nós temos informações de que o Tribunal de Contas abriu investigação com relação aos procedimentos do Ministério da Saúde no que se refere ao uso de medicamentos – aí, a questão da Cloroquina, Hidroxicloroquina, de toda essa situação de haver uma produção em série de medicamentos que não estão comprovadamente, que não têm cientificamente comprovada a sua eficácia. Eu gostaria de saber qual a opinião da Controladoria acerca desse assunto, que acabou se tornando uma grande polêmica também, não é?

Ao Diretor Felipe Salto eu pergunto: com relação à questão da estratégia de recuperação da economia para os próximos meses, como V. Sa. vê a questão dos gastos com o funcionalismo público, tanto em nível federal quanto nos entes subnacionais?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E emendo um comentário que peço aos dois, que é o seguinte – inclusive, o Felipe Salto falava há pouco da importância da reforma administrativa, e eu também percebo grande importância –, recentemente o Presidente Bolsonaro assinou uma medida provisória, a 966, com relação à blindagem, em algum aspecto, dos servidores. Isso remete a uma outra discussão: hoje, nós sabemos que existe uma verdadeira caça ao corrupto, mas nós sabemos também que nem todo mundo é corrupto. Na verdade, eu acredito que a minoria dos servidores públicos pode ter alguma prática não republicana. Mas as medidas são comumente denunciadas, e elas estão exageradas, a forma como o servidor hoje... É exagerado. E isso estaria afastando pessoas bem-intencionadas, o bom cidadão, de buscar o serviço público. Eu gostaria – isso para os dois – de um comentário: como vocês enxergam essa situação, a forma de o servidor público ser responsabilizado, a responsabilização que existe hoje sobre eles e, em função disso, a fuga de valores, de pessoas que não querem assumir o serviço público em função de toda essa situação?

Retomando as perguntas que eu fiz ao Felipe, eu posso rapidamente colocar aqui o que eu tinha perguntado: se o IFI fosse sugerir um pequeno conjunto de reformas estruturantes focadas apenas nas despesas públicas a serem conduzidas nos próximos 90 dias – eu falava sobre as medidas, sugestões de medidas para os próximos 90 dias –, com relação também às receitas, além da reforma tributária, há pequenas medidas que podem ter impacto? Quais seriam essas medidas? Quais seriam essas sugestões? E a terceira variável relevante seria sobre o crescimento econômico, um comentário sobre como ele e toda a gestão da dinâmica fiscal ficam mais simplificados. Nesse campo, o que a IFI sugeriria de agenda das medidas a serem tomadas para os próximos 90 dias?

Na prática, tudo que eu tinha perguntado seria com relação a esse primeiro trimestre pós-pandemia.

Então, Presidente, eram esses os comentários. Esses anteriores eu já tinha feito ao Diretor da IFI, com o acréscimo dessas duas perguntas e um comentário para cada um.

Mais uma vez, eu parableno o esforço que todos estão fazendo para dar transparência e tranquilidade para a população nesses tempos tão tumultuados.

Presidente, agradeço ao senhor, parableno-o pela condução dos trabalhos e aproveito este momento para lembrar aos sub-relatores que ainda não entregaram o relatório trimestral que nós estamos em fase de fechamento e eu preciso recebê-los o quanto antes. Então, aos sub-relatores que ainda não entregaram a sua parte do trabalho: por gentileza, façam isso o mais rápido possível, lembrando que a gente faz um relatório semanal – nesta semana nós não fizemos porque vamos entregar o bimestral, que é mais aprofundado, e temos a intenção de fazê-lo sempre, depois da conversa com o Ministro da Economia, que aconteceu na outra semana.

Muito obrigado.

Parabéns a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr.

O Senador Izalci faz uma questão de ordem agora. Depois, eu passo a palavra para o Dr. Wagner e para o Felipe Salto fazerem o encerramento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente Confúcio, só quero ainda insistir naquela colocação da Senadora Kátia Abreu, da formação da subcomissão. Hoje mesmo o Senador Wellington fez uma questão que V. Exa. está levando para o Presidente. Isso está acontecendo em todos os Estados. Inclusive, eu vi agora vários requerimentos do Senador Major Olímpio. Realmente, para a Comissão, fica difícil atender. A criação da subcomissão, com as comissões estaduais, é fundamental. Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. que a gente pudesse hoje, talvez, questionar o Presidente, para criar essa subcomissão. Eu acho que poderíamos até insistir na criação de uma subcomissão desta Comissão, mas, evidente, temos reunião quinta-feira do Congresso. A gente poderia votar quinta-feira, ou amanhã, já, essa mudança no decreto criando as subcomissões, vai ajudar muito nos Estados. Essa é a minha questão. Eu queria pedir a V. Exa. para insistir com o Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente, Senador Izalci. Eu entrei em contato com ele. Inclusive, na sessão, eu vou pedir uma questão de ordem a ele justamente para levar o ponto de vista de V. Exa. e da Senadora Kátia Abreu. Eu vou fazer isso aqui. O Regimento, no art. 73, realmente veda qualquer possibilidade de esta Comissão por mim ser ampliada, a não ser por um ato do Plenário. Mas eu faço a minha parte. Muito obrigado a V. Exa.

Muito bem, com a palavra o Dr. Wagner, para responder ao nosso Relator.

Como as perguntas foram poucas, Dr. Wagner, com três minutos o senhor consegue fazer o fechamento.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Deputado Francisco Jr., sobre a abertura de investigação pelo Tribunal de Contas da União da determinação do Presidente acerca dos medicamentos, sob a alegação de que não existe comprovada eficácia do medicamento, se alguém conseguir apontar para mim o que está comprovado com relação ao Covid, a gente só faz o que está comprovado. Agora, eu jogo o desafio para todos, para mostrarem o que está comprovado. Eu, se tiver Covid, vou tomar cloroquina. Eu acho que a decisão do Presidente é acertadíssima. A discussão agora é política. Cabe ao tribunal indicar o que deveria ser feito. Eu já sei o que eu faria: vou tomar o remédio, quero que o remédio esteja lá, acho que o Governo fez corretamente...

Em relação à segunda pergunta do senhor, sobre a reforma administrativa, realmente o Governo tem que pensar na reforma administrativa. Já está em discussão, já temos um texto mais ou menos pronto, acho que agora a discussão é ajuste fino. Eu acho que é importante, principalmente para o momento que nós estamos vivendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à MP 966, eu trato aqui de um ponto importantíssimo: ela jamais teve por objetivo livrar nenhum servidor público de qualquer responsabilidade. Eu acho que nós tivemos a aprovação recente de uma alteração na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro em que basicamente ficou amarrado que a responsabilização do servidor público, que pode ser por dolo ou por culpa, no caso de culpa, só se daria em caso de erro grosseiro. Então, nós não teríamos a responsabilização de um servidor que não agisse com erro grosseiro. Mas o que é o erro grosseiro? Isso foi vetado na LINDB. Então, a MP 966 trouxe como objetivo dizer assim: olha, erro grosseiro para a gente é aquele... Para caracterizar erro grosseiro, tem que levar em consideração os obstáculos e as dificuldades reais do agente público, a complexidade da matéria, a incompletude de informações.

Eu vou dar para o senhor um exemplo claro: durante as reuniões com o Ministro Mandetta, eu ouvi diversas projeções de óbitos no País. Brasília tinha sido apontada como um local complexo. Então, a gente começa a fazer o seguinte: se eu vou ter um aumento, porque eu vi números que iam de 40, 50 mil óbitos a 1 milhão de óbitos, você vai trabalhar dentro de uma previsão, como o Felipe falou, parecida com a da economia, que sempre tem uma incerteza, porque são cenários. Então, eu começo a construir hospitais de campanha. Esses números não se confirmam. Aí o gestor público é responsabilizado por ter gastado mais dinheiro público do que era necessário? É isso que a gente espera como ilegalidade? A MP 966 traz isto: olha, você tem que demonstrar que houve um erro grosseiro, agora, você tem que levar em consideração as definições. Nós estamos tomando definições em momentos incertos. Eu sou a favor completamente.

A MP 966 saiu de uma discussão da CGU com o Ministério da Economia. Existem órgãos hoje no Brasil que querem ter grandes poderes de sanção e pouca responsabilidade na sanção. Eu acho que quem tem grande poder sancionador tem que ter grandes responsabilidades na sanção, porque a consequência de uma falta de responsabilidade de quem sanciona é justamente gerar essa inibição no servidor público: ele não quer assinar documentos, ele não quer fazer nada.

Então, eu acho que tudo é buscado e atingido conforme as ideias e conforme uma construção clara. Eu acho que a MP 966 foi um avanço muito grande, e não pode ser vista como blindagem, e sim como uma segurança jurídica para que os administradores públicos possam se colocar em situações especiais, principalmente numa situação de Covid-19, com a incerteza de dados que estão disponíveis hoje.

Obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Felipe Salto, com a palavra.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Das três questões, Deputado Francisco, que o senhor coloca, eu vou começar de trás para adiante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A respeito do crescimento econômico, a partir do ano que vem, para que se possa retomar o crescimento econômico, é preciso resgatar a agenda da responsabilidade fiscal. Nós deveremos ter austeridade fiscal, que significa controlar o gasto público, cortar despesas e, eventualmente, aumentar receitas. Nesse aumento de receitas, eu incluo a revisão dos gastos tributários. Esse compromisso com a responsabilidade fiscal vai atrair capital externo, para que a gente possa ter mais investimentos e, em paralelo, caminhar com a agenda da infraestrutura e da educação. São só essas duas coisas que podem, a médio e longo prazo, aumentar aquilo que os economistas chamam de produtividade e, portanto, gerar mais capacidade de produção, de oferta e de crescimento sem gerar inflação.

A segunda questão, a respeito das reformas dos próximos 90 dias ou mudanças nos próximos 90 dias que poderiam ser endereçadas, eu coloco pelo menos quatro. A primeira é a reforma tributária. Há duas boas propostas na mesa, que podem ser complementadas, inclusive, com questões que foram discutidas aqui hoje, a PEC 110 e a PEC 45. Há a reforma administrativa. Não existe proposta ainda, mas o Carlos Ari Sundfeld e a Ana Carla Abrão Costa, que são dois grandes conhecedores do assunto, têm uma proposta muito boa nesse sentido. O Congresso poderia abraçá-la, mas, pela natureza do tema, a iniciativa deve ser do Executivo. Outra é a revisão dos gastos tributários. Há que se fazer concretamente uma redução anual desses gastos, na linha do que eu propus ontem no meu artigo em *O Estadão*. Uma quarta questão seria pensar o teto de gastos a partir do ano que vem. Há necessidade de acionar os chamados gatilhos constitucionais para controle da despesa.

Finalmente, há a questão que o senhor colocou sobre o funcionalismo. Concordo plenamente. O funcionalismo não pagou nenhuma parte dessa fatura da crise até o momento, e deveria pagar. E eu me incluo nisso. Eu sou um servidor destacado para responder pela IFI, tenho um mandato de seis anos. Neste momento, então, sou um servidor público e falo como servidor. E acho que deveríamos, sim, ter medidas de redução, ainda que temporárias, de benefícios, de vantagens e outras permanentes de combate ao chamado extrateto. É um disparate, na verdade, uma vergonha nacional que tenhamos alas do serviço público, em determinados Poderes, que ganham salários que chegam a ser quatro, cinco vezes o valor do teto remuneratório constitucional.

Então, essas são medidas emergenciais que poderiam ser adotadas para ontem. E o Legislativo pode ter um papel importante nisso, fazendo projetos de lei, propostas de emenda à Constituição que tratem dessas questões.

Muito obrigado.

Aproveito para parabenizar o Ministro, o nosso Relator, Deputado Francisco, e o Presidente Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença dos convidados, Ministro Wagner Rosário e Felipe Salto, agradeço a presença das Sras. e Srs. Parlamentares nesta reunião, também a participação dos internautas através do e-Cidadania e dos telespectadores por meio da TV Senado, e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos vocês.

Um abraço a todos vocês que estão distantes, longe, no Maranhão, no Piauí, em Goiás, em Mato Grosso, em Santa Catarina! Um grande abraço a vocês! Até logo!

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte de julho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Cacá Leão e João H. Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública para discutir os rumos da Educação Brasileira: impactos, desafios, soluções práticas e perspectivas da retomada do ensino com mitigação dos impactos causados pela pandemia de COVID-19. **Participantes:** Ademar Batista Pereira, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares - FENEP e Presidente do SINEPE/PR.; Ilona Maria Lustosa Becskeházy, Secretária de Educação Básica - SEB/MEC.. Ariosto Antunes Culau, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC.. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº** , **de 2020** que : "Requer ao Sr. Ministro de Estado da Cidadania, no sentido de esclarecer esta Comissão Mista quanto às questões de que trata o Requerimento nº 45/2020-CN-COVID19." **Autoria:** Dep. Felício Laterça. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/07/20>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia, meus amigos. Bom dia!

Vamos começar a nossa audiência pública de hoje?

Ainda temos poucos Parlamentares presentes, estão aí uns cinco ou seis... Mas, havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da nossa Comissão Mista, criada pelo Decreto Legislativo nº6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através da função "levantar a mão" do aplicativo, e que a ordem de fala será dada, primeiro, ao Relator, em seguida ao autor do requerimento, aos titulares inscritos, aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito, as questões de ordem e o tempo das Lideranças ficarão para o final da nossa audiência.

Não havendo número regimental para a votação da ata, eu vou deixar para depois.

A presente reunião é uma audiência pública que atende aos Requerimentos nºs 53 e 55, de autoria da Presidência deste Colegiado.

Os convidados para esta audiência são os Srs. e Sras. Ilona Maria Lustosa Becskeházy, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; Ariosto Antunes Culau, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; Ademar Batista Pereira, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep); e, ainda aguardando a confirmação, por coincidência de horário, Priscila Fonseca da Cruz, que, se conseguir sair de uma audiência do ministério a tempo, entrará em nossa audiência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, nós vamos conceder, inicialmente, 15 minutos, podendo prorrogar o tempo por mais dois minutos para cada um dos participantes.

Eu passo a palavra, inicialmente, à Sra., Dra. ou Profa. Ilona Maria Lustosa. O segundo sobrenome deve ser polonês. Eu vou ter cautela para não pronunciar de modo errado.

Então, eu passo a palavra à Profa. Ilona pelo tempo de 15 minutos.

A SRA. ILONA MARIA LUSTOSA BECSKEHÁZY (Para expor.) – Senadores, convidados, muito bom dia. Obrigada pelo convite, pela requisição da minha presença aqui.

Eu estou em casa, trabalhando, nós temos uma questão aqui familiar, com a suspeita de Covid, então estamos presos em casa.

Eu gostaria de passar o meu vídeo, mas, se não for possível, eu faço o relato aqui do... Deixem-me ver se eu consigo pôr agora.

Aqui, documento... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Cadê o som da Profa. Ilona? *(Pausa.)*

A SRA. ILONA MARIA LUSTOSA BECSKEHÁZY (Para expor.) – Eu peço desculpas aqui. Eu já baixei a apresentação no meu dispositivo, mas ela não aparece aqui. Eu ainda estou aprendendo a mexer em todas essas plataformas. Eu peço desculpas por fazer os senhores e as senhoras esperarem. *(Pausa.)*

Não consigo fazer isso aqui funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Você pode ir falando, professora.

A SRA. ILONA MARIA LUSTOSA BECSKEHÁZY (Para expor.) – Bom, eu vou falar.

Eu vou adiantar aqui e peço desculpas aos senhores. Eu preparei um material para compartilhar e eu vou passar uma mensagem ao meu chefe de gabinete para que envie ao Senado o PPT que eu preparei.

Basicamente, é importante nós deixarmos bem claro que a Secretaria de Educação Básica pode muito pouco em relação à emergência sanitária mundial, porque sob sua supervisão não há escolas; há sistemas de ensino que não respondem ao Governo Federal, que são autônomos para suas decisões. Então, o que coube a nós, durante todo esse tempo... Apesar da aflição óbvia que sofremos junto com os sistemas claramente, nós conseguimos fazer objetivamente muito pouco, diferentemente da Secretaria de Ensino Superior ou da Secretaria de Ensino Técnico, que têm escolas efetivamente sob sua supervisão.

Então, eu gostaria de fazer uma apresentação, porque o que nós temos trabalhado aqui é no sentido de agilizar o máximo possível a execução do orçamento que nós temos sob nossa responsabilidade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vencendo questões operacionais que, infelizmente, eu encontrei aqui na secretaria. Esses repasses são previstos em lei, como os senhores sabem, mas eles podem obedecer, eles devem obedecer, de acordo com nossas atribuições constitucionais, legais e normativas, a uma estratégia. E era essa estratégia que eu gostaria de compartilhar na apresentação, mas que, infelizmente, não será possível porque eu não consegui conectar aqui para mostrar para os senhores.

Mas o que acontece? Qual é o nosso principal problema de qualidade, que nós só conseguimos perceber a partir dos resultados do PISA? O PISA mais recente, de 2018, mostra que o Brasil tem capacidade de formar apenas 27 mil alunos de alta *performance*, que seriam do nível 5 e 6, que são os níveis mais altos de compreensão leitora, de matemática ou de ciências. Eu estou usando como parâmetro a compreensão leitora. Nos Estados Unidos... Eu fiz uma comparação com países que têm coorte de 15 anos substanciais, como o Brasil. No Brasil, cada coorte tem aproximadamente 3 milhões; nos Estados Unidos, 4 milhões; e eu peguei as quatro metrópoles chinesas que participaram do exame, que têm em torno de um milhão e pouco de alunos aos 15 anos, que é o objetivo do PISA, que é o público alvo do PISA.

Então, nós temos um grave problema de distribuição. Por qualquer ponto de vista que se compare o Brasil com países em desenvolvimento, como é o caso da China, ou desenvolvidos, como os Estados Unidos ou os países da Europa, nós estamos em uma desvantagem afluente, que com a emergência sanitária de saúde e social que nós vivemos apenas vai ser exacerbada. É muito difícil a gente imaginar que a educação brasileira sairá, como os senhores estavam conversando agora há pouco, de alguma forma, melhor do que entrou nessa emergência. É de extrema sensibilidade para nós da SEB lidar com o pós-pandemia.

Qual é o quadro pré-pandemia? É o PISA de 2018. No nível mais alto, nós temos a capacidade, na melhor das hipóteses, de formar 27,2 mil alunos, digamos – entre aspas – "de elite", enquanto os Estados Unidos têm uma capacidade dez vezes maior do que essa, que são 333 mil alunos para uma coorte não digo similar, mas próxima; e a China, 471 mil alunos, quando usamos a amostra dessas quatro metrópoles que fizeram parte do PISA. É mais do que dez vezes do que a gente consegue fazer.

Quando olhamos para o nível mais baixo, temos uma baixa participação no PISA, porque há questões importantes como o atraso escolar – se o aluno estiver muito atrasado, ele não pode fazer o PISA, ou, se estiver fora da escola, obviamente, também não pode fazer o PISA. Então, a nossa situação é de extrema gravidade educacional – já era antes da pandemia e vai ficar muito pior depois dela. Se o Brasil não se unir em torno de alguns acordos... É isto que eu tenho, no meu discurso, desde que cheguei aqui, afluente tentado transmitir: uma palavra de união, uma palavra de colaboração entre os entes federados para que a gente possa fazer estrategicamente uma abordagem para a qualidade de educação brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vim para a secretaria porque já estudo há muitos anos a política educacional comparada entre países de diferentes regiões do mundo. E os países que obtêm sucesso nos seus sistemas escolares normalmente implementam quatro estratégias, quatro vias que são complementares – sozinhas, nenhuma delas resolve –, que é o que eu proponho para o meu trabalho na SEB: melhorar aquilo que já está na direção dessas quatro, que eu já vou dizer quais são, ou fazer alguns ajustes na estratégia e na transferência de recursos para que elas possam ser efetivadas em nível de Estados e Municípios, porque, como eu disse, lembrando o art. 211 da Constituição, nós não temos ingerência sobre os entes federados no que diz respeito à educação.

Então, a primeira questão, a primeira estratégia que os países desenvolvidos implementam e que é a base de tudo são objetivos de aprendizagem claros, especificados de forma clara e ambiciosa.

Segundo, complementarmente a isso, por cima disso, uma vez que haja uma base curricular com objetivos de aprendizagem claros e ambiciosos, é preciso material de ensino apropriado para ensinar cada um deles. Por isso que os objetivos têm que ser bem especificados, porque, quando se especifica o material, eles têm que estar alinhados com esses objetivos e ser capazes didaticamente de ensinar esses objetivos de aprendizagem.

Depois, os professores e também os pais com capacidade didática... É claro que a responsabilidade de pais e de professores é muito diferente na capacidade e responsabilidade de ensinar os alunos, mas elas são complementares, como diz o art. 205 da Constituição. É uma complementação entre Estado, União, sociedade e família. Então, os professores ensinam, mas os pais também apoiam em casa, monitoram o aprendizado, guiam o aluno pelo caminho e dão um suporte emocional. Portanto, essa parceria precisa ser mais bem trabalhada também no Brasil.

Por último, o que dá sustentação no tempo a essa mudança, a essa reforma educacional, que começa com objetivos de aprendizagem claros e ambiciosos, é a avaliação formativa e a formação dos docentes. Então, é preciso que a avaliação externa ao sistema, que acompanha o monitoramento do aluno, esteja de acordo com esses objetivos e que nós tenhamos também formação docente de maneira a dar sustentabilidade no tempo a essas medidas.

Bom, eu vou aqui passar rapidamente algumas informações.

O que nós precisamos fazer – e já estamos no caminho de fazer – em relação à melhoria da qualidade da educação? Estudos e elaboração de normativas e recomendações curriculares em nível nacional. Vamos lançar, daqui a algumas semanas, o relatório da Conabe, em parceria com a Sealf– eu que fui responsável pelo capítulo de comparação de currículos em relação à PNA –, e nós vemos que o que foi proposto na PNA simplesmente rebate aquilo que os países desenvolvidos que têm bom desempenho nas provas internacionais já faziam e já fazem há muitos anos nos seus próprios currículos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenho, implementação e monitoramento de políticas nacionais de indução de qualidade e efetividade escolar. Eu posso falar em mais detalhes sobre elas.

Apoio técnico-financeiro para a boa gestão das redes subnacionais de educação básica, conforme o quadro conceitual que eu não posso mostrar, porque o meu PPT não está disponível, mas é um quadro que mostra os blocos conceituais: a questão pedagógica, que é diferente, por exemplo, da questão de transporte escolar e de apoio ao aluno para que ele tenha equidade para chegar à escola pronto para aprender – merenda escolar; a questão das faltas, etc. – e a questão administrativa. São três blocos conceituais muito diferentes, que precisam ser abordados pela SEB de maneira diferente. Ações como as que eu digo aqui: as atividades de desenvolvimento pedagógico; ações integradas de proteção social – que é o que eu digo: o transporte, a merenda, o acompanhamento dos alunos na questão social –; e o aprimoramento da administração geral das redes, que também está no escopo de atuação da SEB.

Infelizmente, eu tenho que dizer que a SEB perdeu, ao longo das últimas décadas, a sua capacidade de fazer isso. Há transferência de responsabilidade e de capacidade operacional para terceiros, representantes de ONGs, agências internacionais de fomento etc. Então, havia, na gestão que me precedeu, a do Sr. Janio – ele abordou essa questão –, muitas pessoas alheias ao serviço público trabalhando no MEC e influenciando política pública, de forma que se retirava da Secretaria de Educação Básica a capacidade instalada. E nós estamos agora investindo na capacidade, no fomento da capacidade instalada dentro da SEB, para que nós possamos ter melhores soluções técnicas para os graves problemas educacionais que enfrentamos.

Há uma incapacidade de gestão dos próprios projetos também. Ao longo do tempo, isso se perdeu. Então, nós estamos agora implementando um escritório de projetos dentro da SEB.

Há o foco em gastos. Há muitos eventos sem conexão, sem nexos causal, com qualidade, com formação docente de qualidade. Agora, nós aprovamos, há duas semanas, o parecer de formação docente continuada, superimportante para a política de qualidade dos docentes brasileiros.

Há uma perda de capacidade operacional com acúmulo de graves problemas na execução orçamentária tanto do ponto de vista de tecnologia do próprio MEC, quanto no FNDE. Nós fizemos notas técnicas detalhadas a respeito de cada um dos problemas que nós encontramos e estamos já abordando tanto com uma parte quanto com outra – são três partes: a SEB, a Secretaria de Tecnologia do MEC e o FNDE – esses problemas que nós encontramos. Então, com isso, a nossa execução orçamentária está um pouquinho comprometida, mas já com os principais problemas identificados e sendo abordados.

Então, nós temos um orçamento próprio de cerca de R\$1,6 bilhão, do qual já foram empenhados apenas 2%, mas os números maiores que eu trouxe aqui, que estão no meu PPT, mas que, infelizmente, não posso mostrar, já estão em andamento. Então, nós estamos conseguindo já... Por exemplo, nós tínhamos um programa com o Banco Mundial. Não havia meios de conseguir pagar os consultores;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já pagamos na semana passada. Então, já estamos não apenas empenhando o orçamento... O meu desejo, a minha meta é que nós empenhemos o mais rápido possível, de forma que as redes tenham à sua disposição os recursos, para darem a melhor gestão possível, de acordo com sua capacidade técnica.

Eu encerro a minha apresentação por aqui, porque, assim, os senhores podem fazer perguntas mais detalhadas a respeito do nosso trabalho. Então, agradeço e encerro aqui a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Professora, depois a senhora manda para a Comissão as transparências...

A SRA. ILONA MARIA LUSTOSA BECSKEHÁZY (Para expor.) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – ... todo o trabalhado que a senhora elaborou...

A SRA. ILONA MARIA LUSTOSA BECSKEHÁZY (Para expor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – ... para atender o nosso Relator.

Muito bem, vamos dar continuidade às apresentações.

Agora, eu passo a palavra, pelo tempo de 15 minutos, podendo ser ajustado, ao Prof. Ariosto Antunes Culau, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Então, com a palavra o Prof. Ariosto.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU (Para expor.) – Bom dia, Srs. Senadores e Deputados!

Na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, tenho coordenado as ações. Aqui, a nossa principal iniciativa, estruturada no ano passado, foi o lançamento do programa Novos Caminhos, programa com um conjunto de ações voltadas à busca da retomada da educação profissional e tecnológica, do fortalecimento da educação profissional e tecnológica.

Nós tivemos um histórico, um passado de estruturação muito grande da rede federal de instituições, dos institutos federais, tivemos uma ampliação muito grande dessa capacidade. Hoje, os institutos são 41 unidades que compõem a rede federal. Nós chegamos a um conjunto de 662 *campi*, ou seja, é uma abrangência nacional muito grande, com uma capacidade muito grande espalhada pelo País, o que traz, consequentemente, a necessidade de que a gente tenha que manter essa estrutura, composta por quase cem mil servidores, entre professores e técnicos.

Tivemos uma ampliação considerável nos dados recentes do Censo da Educação Básica, que demonstra que, de fato, tivemos uma expansão de matrículas. Grande parte do crescimento da oferta, a que mais cresceu foi a dos institutos federais. Nós chegamos hoje a aproximadamente 20% da oferta de cursos técnicos da rede federal, do total de matrículas em cursos técnicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A rede estadual ainda corresponde à maior parcela de matrículas nos cursos técnicos, aproximadamente 40%. Então, se a gente for computar a rede federal e a rede estadual, a gente tem em torno de 59%, 60% – são dados do Censo de 2019 – de oferta de ensino técnico por redes públicas. Os demais 40% correspondem à oferta privada e ao Sistema S.

Então, a rede federal cresceu em amplitude, cresceu na sua oferta. Hoje, se nós computarmos, são em torno de 400 mil matrículas de ensino técnico. Mas é interessante verificar que boa parte do crescimento da rede federal se deu também no ensino de graduação. Então, houve, eu diria, um certo desvirtuamento do princípio inicial da rede federal, que seria o foco no ensino técnico, e um crescimento grande, até pela demanda local, pela demanda social, dos cursos de graduação. A gente chega a um total de matrículas na rede federal de 900 mil matrículas em todas as modalidades: ensino técnico, ensino de graduação, ensino de pós-graduação, cursos FIC. O ensino técnico corresponde a aproximadamente 54%, 55% do total de ofertas dentro da rede federal.

Com relação à rede federal, nós temos, neste ano de 2020, um grande desafio, que é o exercício, a execução das atividades educacionais no período da Covid. Em função disso, o Governo Federal editou, se não me engano, em abril, a Medida Provisória 942, pela qual nós disponibilizamos um total de R\$24,8 milhões aos institutos federais para a execução de atividades de combate à Covid. Desse total, praticamente tivemos a execução de todo o valor descentralizado aos institutos para ações de produção de equipamentos de proteção individual e de produtos de higienização, para iniciativas voltadas à pesquisa, à extensão e à testagem. Então, nós tivemos um aporte para que a rede pudesse apoiar as ações.

Fizemos um *site*, inclusive, do Conif em que todas as atividades desenvolvidas pelos institutos federais com esses recursos podem ser verificadas. Há um conjunto de milhares de ações que são desenvolvidas pelos institutos, com aporte de recursos e com seus recursos próprios, para a execução de atividades de combate à Covid e para o apoio às comunidades locais.

Mas temos um grande desafio que é a execução de atividades educacionais remotas. Nesse sentido, temos também um painel que foi lançado pelo Ministério da Educação, Coronavírus-MEC, e a gente pode ver nesse portal que, das 41 instituições, em torno de 13 instituições hoje estão desenvolvendo atividades educacionais remotas. Existe atividade, como eu falei, de extensão e de pesquisa, mas, quanto às atividades educacionais, nós temos apenas 13 instituições que estão desenvolvendo essas atividades.

A par disso, nós temos tido um constante diálogo com o Conif, com as instituições federais, para que possamos ampliar essa capacidade. Devemos chegar, até o final de julho, com 20 instituições ofertando atividades remotas. E o que a gente está fazendo para isso? O que o MEC desenvolveu? No primeiro momento – não sei se os senhores já tiveram conhecimento –, lançamos, na semana anterior, junto com a RNP, a Setec, a Sesu e a Rede Nacional de Pesquisa, um edital voltado a promover a conectividade dos alunos em situação de vulnerabilidade da rede federal de institutos e universidades. Foi feito um levantamento junto aos institutos, cientes de que um dos maiores problemas que nós temos é a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conectividade do aluno de baixa renda. Levantamos, junto aos institutos e às universidades, que temos hoje, na faixa salarial de renda familiar até 1,5 salário mínimo, em torno de 900 mil alunos na rede federal, entre institutos e universidades. Desses, em torno de 400 mil são dos institutos federais.

O foco, portanto, é que o MEC possa, através da RNP, promover uma contratação centralizada, por meio desse edital, de pacotes de dados. O edital já está na rua, tivemos já conversas com a Anatel para promover esse novo modelo, que é um modelo inovador em que a RNP compra, adquire um conjunto de dados, um volume muito grande de dados, e esses pacotes de dados são distribuídos às instituições, e as instituições fazem o gerenciamento disso junto aos alunos em situação de vulnerabilidade da rede federal. Nossa meta é atingir, a depender do que a gente conseguir com o processo licitatório, que é um processo, como eu disse, inovador, mas que preza pela obtenção de economia significativa de escala... A gente está falando aí de 400 mil a 900 mil alunos. Então, a ideia é que a gente possa atingir justamente esta clientela: um mínimo de 400 mil alunos. E a meta principal é chegar à totalidade dos alunos com renda familiar até 1,5 salário mínimo, que seriam 900 mil alunos.

Então, o MEC trabalhou de forma muito intensa para promover, no primeiro momento, a conectividade dos alunos da rede federal. Pretendemos ter, na semana que vem, já o lançamento do edital, a partir de uma consulta pública que foi concluída na sexta-feira pela RNP.

O segundo passo que nós temos dado... Temos que ter em consideração que essas instituições usufruem de autonomia didático-pedagógica. Então, todas têm autonomia para a execução das suas atividades de oferta de ensino. Elas têm seus conselhos superiores, e vários conselhos superiores, inclusive de universidades e institutos, têm promovido decisões ou têm orientado as instituições a não reiniciarem atividades remotas em função de ausência de condições.

Nós temos trabalhado com a conectividade, mas temos apoiado aquelas que têm nos buscado com projetos de capacitação de professores, de aquisição de equipamentos e desenhos de ambientes virtuais. Então, já temos aqui em torno de sete instituições federais – como eu falei, devemos chegar, a partir de 13, a até 20 instituições que vão fazer essa oferta – que nos apresentaram projetos, seja de ambientes virtuais, seja de equipamentos, para que possamos também fomentar a retomada das atividades nessas instituições que ainda não o fizeram. Mas a gente pretende, com a conectividade, ter as condições necessárias para a retomada plena das atividades remotas no conjunto das instituições federais.

Uma segunda política, além do desenvolvimento da rede, que é gerenciada pela nossa secretaria, é a política de fomento. A política de fomento é constituída principalmente pelo instrumento da Bolsa Formação, do Pronatec. Tivemos aí um programa que executou, desde 2011 até 2019, em torno de R\$24 bilhões e que foi pouco efetivo no que diz respeito aos resultados sob o ponto de vista de oferta de matrículas. Pouco a gente moveu na trajetória do aumento do ensino técnico e da formação profissional com esse investimento massivo e significativo que foi feito pelo Pronatec. Vários problemas resultaram desse programa, principalmente junto a órgãos de controle – o próprio Senado Federal teve avaliações





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com relação ao programa. Então, nós, ao longo de 2019, trabalhamos em todos os aspectos relacionados à melhoria da governança do Pronatec.

Fizemos o primeiro passo, que foi a repactuação. Nós tínhamos em torno de R\$500 milhões parados nas contas estaduais, ou seja, na conta dos Estados, que eram recursos que já haviam sido transferidos pelo programa, mas que não estavam resultando na oferta de formação profissional e técnica. Fizemos uma repactuação inicial com 17 parceiros estaduais, com recursos que já estavam, como eu falei, lá no Estado, ou seja, a gente aproveitou recursos que já tinham saído do orçamento e que estavam nas contas estaduais, o que gerou em torno de 67 mil vagas desde outubro do ano passado até agora. Estamos lançando uma repactuação, numa segunda fase, com a previsão de que possamos alcançar mais 166 mil vagas junto aos Estados.

Fizemos um esforço neste ano, chamado esforço Covid, para que essas vagas já pactuadas, em função da impossibilidade de execução de atividades presenciais, pudessem ser realizadas na modalidade a distância e conseguimos junto aos Estados a transformação de 30 mil vagas que já haviam sido repactuadas na modalidade a distância. Então, fizemos em torno de 30 mil ofertas, que foram transferidas da modalidade presencial para a modalidade a distância. Justamente isso casa com outra iniciativa, além da repactuação, que é a pactuação com a rede federal.

Nós fizemos, a partir de recursos do orçamento corrente da Setec, uma pactuação com a rede federal, em 2020, que possibilitou a oferta de 179 mil vagas de cursos de curta duração, cursos FIC, uma modalidade a distância de qualificação profissional. Isso envolveu 40 instituições federais, institutos federais e universidades.

Um bom resultado que nós tivemos foi a redução do custo de hora-aluno que era praticado no Pronatec: era de R\$4,50 a hora-aula e, nessa pactuação com a rede federal, nós reduzimos pela metade esse custo e chegamos a aproximadamente R\$2,20 na média; a R\$2,17, porque algumas instituições ofereceram contrapartidas maiores.

O modelo de edital que nós fizemos com a rede federal foi o modelo de maior oferta de contrapartida. Então, nós conseguimos praticamente dobrar a capacidade que a gente tinha de execução nessa nova pactuação que foi feita pela rede federal, que chamamos de "esforço Covid", de justamente utilizar uma capacidade já instalada das escolas técnicas vinculadas a universidades e a institutos federais para a oferta de cursos FIC. Então, promovemos agora, na semana passada, a última pactuação, totalizando, como eu falei, 179 mil vagas ofertadas pelas instituições federais.

Outro ponto de melhoria na política de aplicação de fomento, Bolsa-Formação, foi a publicação de duas portarias. A primeira portaria, da nossa secretaria, estabelecendo o plano de monitoramento e avaliação dos resultados da modalidade Bolsa-Formação, em que nós criamos 11 indicadores e um plano de monitoramento trimestral e de avaliação anual dos resultados do programa, ou seja, todas as vagas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram repactuadas, como eu falei, com Estados ou pactuadas com a rede federal desde 2019 vão estar sujeitas a um ciclo de monitoramento a avaliação, coisa que não existia no programa, uma das principais falhas.

Esses indicadores são relacionados à qualidade da oferta. São questionários que vão ser aplicados a alunos, professores, instituições de ensino ofertantes e que vão medir e aferir a qualidade dos cursos ofertados, bem como os resultados, através dos indicadores de evasão, aproveitamento e empregabilidade. Isso é um fato novo e que dá uma nova direção, um novo caminho para o programa de fomento previsto na legislação.

Segundo ponto: criamos também uma portaria voltada à identificação e à avaliação dos passivos do Pronatec. É um conjunto de recomendações dos órgãos de controle muito grande relativo ao programa. Criamos um grupo de trabalho com cronograma para dar vazão a todas essas recomendações voltadas justamente à avaliação e ao mapa de demanda. Nós fizemos várias alterações e, em setembro, vamos lançar um portal com o mapa de demanda por unidade da Federação, que vai orientar a oferta de forma mais aderente às demandas do setor produtivo em cada Estado.

Estas são as duas principais linhas de ação da Setec: o funcionamento da rede federal, o desenvolvimento da rede federal, e a política de fomento.

Além disso, lançamos, no âmbito do...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Professor... O restante, Prof. Ariosto... Prof. Ariosto, durante as perguntas, o senhor terá oportunidade de complementar o que faltou.

O Prof. Ariosto continua falando; ele não está me ouvindo.

Professor, então o senhor aguarda um pouquinho. Daqui a pouco, o senhor responde, complementa, tá? Ele ainda está falando, ele não está... Demora um pouco.

Eu quero avisar e comunicar todos os Parlamentares da importância desse tema educação. Mesmo que a nossa Comissão trate de calamidade em saúde, ajuste fiscal, execução orçamentária na área de saúde, vocês estão vendo a situação das escolas paralisadas, que também é uma calamidade, e também, conforme a Profa. Ilona falou, que a educação básica no País não chegará ao fim do ano como entrou ano passado. Então, houve realmente um atingimento frontal em cima da educação básica brasileira na qualidade especificamente falando.

Então, é um assunto que interessa muito, realmente a educação é nocauteada por essa calamidade também. Esse é o objetivo desta audiência pública, e assim colocamos dois técnicos, dois secretários representando o Ministério da Educação, a que agradeço muito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra ao Prof. Ademar Batista Pereira... Só um minutinho, Sr. Ademar, só um segundinho.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 20ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário o façam através do *chat*.
(Pausa.)

Está aprovada a ata.

Há um requerimento extrapauta de autoria do Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro. Ele requer que o Ministro da Cidadania esclareça as questões de que trata o Requerimento 45, de 2020, desta Comissão.

Eu coloco em votação esse requerimento extrapauta de autoria do ilustre Deputado Felício Laterça.

Aqueles que concordam com essa solicitação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento em bloco.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 63, DE 2020**

Requer ao Sr. Ministro de Estado da Cidadania, no sentido de esclarecer esta Comissão Mista quanto às questões de que trata o Requerimento nº 45/2020-CN-COVID19.

Autoria: Senador Felício Laterça)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, eu passo a palavra agora ao Prof. Ademar Batista Pereira, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, para que ele possa falar para nós a situação das escolas particulares do nosso País em decorrência dessa crise, dessa calamidade.

Com a palavra o Prof. Ademar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pode falar, professor.

O SR. ADEMAR BATISTA PEREIRA – Posso? Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Todo mundo está ouvindo.

O SR. ADEMAR BATISTA PEREIRA (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de a escola particular participar desta reunião.

Realmente é um momento muito delicado. Trata-se de um problema econômico mundial. Quando nós falamos da pandemia, não se trata de um problema da educação privada ou da educação pública, trata-se de um problema econômico, de um problema de saúde que causou um monumental impacto econômico em todo o mundo. Então, a gente não tem como fugir disso.

A escola privada brasileira representa hoje 15 milhões de alunos: são 6 milhões na educação superior e outros 9 milhões de estudantes no ensino básico. Não é pouca coisa. Se nós compararmos com países como a Finlândia, que tem 6 milhões, 7 milhões de habitantes, nós temos 9 milhões de estudantes da educação básica brasileira privada, ou seja, estamos falando de números monumentais. Nós temos 1,7 milhão de empregos diretos, um quadro de mais de 800 mil professores. A educação privada brasileira, se deixasse de existir, o Governo, para fazer o que a gente faz, na qualidade que faz, gastaria R\$225 bilhões por ano. Então, só para atualizar para vocês: os números na escola privada são bastante grandes e importantes.

A Profa. Ilona estava falando do PISA de 2018, cujo resultado saiu em 2019: pela primeira vez o Inep divulgou o resultado – eu até ia apresentar, mas não tenho neste computador a tabela – dos números da escola privada, o índice da escola privada. Se a gente comparar... Eu mandei para a assessoria, para disponibilizar a todos, uma tabela que nós fizemos, colocando a escola privada como se fosse um país, separada, não separada do Brasil, mas sozinha: nós estamos em 11º em leitura, por exemplo, junto com a Noruega; em Ciências, estamos em vigésimo e alguma coisa, junto com a Alemanha; e em Matemática estamos junto com os Estados Unidos, ou seja, comparando a escola brasileira privada, se fosse um país, nós temos no Brasil, na escola privada, uma educação de primeiro mundo, semelhante à dos bons países desenvolvidos. Isso, o próprio Inep mostra. Esse PISA considera o número de 270 mil alunos de 15 anos, ou seja, é uma amostra significativa da escola privada brasileira.

Isso é importante, e a gente tem usado essa tabela, à medida que a gente começa a debater as dificuldades do setor em relação aos grandes temas que temos agora, neste ano, para debater. O primeiro é a crise econômica realmente, como está sendo colocado nesta Comissão, e acho que é muito importante que a gente tenha espaço para mostrar isto: ela afeta muito fortemente todo o setor da escola privada, mas mais especificamente na educação infantil, de zero a três anos ou de zero a cinco anos, em que nós temos muitas escolas pequenas. Ela afeta brutalmente esse setor, porque, de zero a três anos, nós perdemos praticamente todos os contratos, perdemos alguma coisa perto de 1,5 milhão de contratos. Nós perdemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os contratos, portanto as escolas pequenas perderam essa receita para este ano. A escola não tem... Não voltam os alunos, na medida em que ela não volta mais; mesmo que voltassem as aulas normalmente, a gente teria (*Falha no áudio.*) ... brasileira tem 2,5 milhões de estudantes na educação infantil – 2,5 milhões. Ano que vem, se nada for feito – e nada está sendo feito ainda –, nós quebraremos aí uns 70% das escolas de educação infantil.

Para as crianças de zero a três anos, não há vaga em nenhum Município brasileiro; os Municípios que têm algum trabalho melhor têm parceria público-privada, como Curitiba, como Maringá, aqui no Paraná, como São Paulo. Então, nós teremos um problema bastante importante: onde colocar seus filhos para as mulheres trabalharem, para as famílias poderem trabalhar, porque, de cerca de 20 mil escolas de educação infantil, umas 15 mil devem quebrar porque perderam metade dos contratos ou pouco mais.

A gente estava conversando aqui inicialmente, antes de começar a reunião: o dinheiro que deveria sair para ajudar as pequenas empresas... Alguns foram bons, como suspensão de contrato, redução de jornada, mas o dinheiro de financiamento, de ajuda, que poderia sair, emperrou na burocracia bancária, emperrou na característica do nosso sistema financeiro de ter que ter garantia, de não haver risco.

Quem não tem risco? Qual o setor brasileiro hoje, nesta monumental crise que vivemos, não tem risco de quebrar? Nenhum setor! Eu diria que a escola, inclusive, é um setor que tem um risco menor, porque tem demanda, vai precisar de escola no ano que vem. Eu acho que dificilmente o setor de eventos e o setor de turismo se recuperariam tão rápido, por exemplo, quanto o setor de escolas, para se pensar assim.

Na outra ponta, nós também temos uma crise importante no ensino superior. O ensino superior brasileiro tem 6 milhões de alunos e tem tido bastante dificuldade. Por quê? A característica nossa do estudante da escola privada é: ele trabalha de dia e estuda à noite. E ele perdeu emprego, perdeu seu estágio, perdeu sua renda, a família perdeu renda, eles trancaram a escola, o curso superior, porque não têm dinheiro para comer, e acabaram... Então, a crise econômica afetou bastante seriamente o nosso setor nesses dois segmentos.

Na educação fundamental um, dois e médio, afetou, há uma inadimplência maior, temos uma pequena perda de alunos ainda, mas a expectativa do setor é que a gente tenha um problema bem grande no ano que vem, em função desse novo modelo, desse novo normal, ou da nova escola que terá que ser feita. A escola privada fará o que for necessário, mas realmente há muitas dificuldades nesses dois setores.

Eu diria que é importante o Senado da República trazer essa discussão, e a gente poderia fazer um trabalho junto ao Governo porque precisaria haver dinheiro, um *voucher*– a gente tem defendido isso –, por exemplo, nos Municípios, para atender de zero a três anos para que as escolas pequenas não quebrem, para que no ano que vem haja escola para pôr as crianças. A outra alternativa será não haver escola,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, com a escola quebrando, não haverá onde pôr as crianças de zero a três anos para a sociedade funcionar. A sociedade não funciona sem escola no Brasil, nem sem escola privada nem pública, porque a escola, as creches, os berçários, a educação infantil são fundamentais para que a sociedade funcione. À medida que se libera o comércio e os serviços para funcionar, se a escola não estiver funcionando, as crianças ficarão na rua, ficarão com cuidador, ficarão no salão de festa, ficarão em locais muito menos salubres do que a escola. Mas há uma resistência muito grande de toda a escola pública, de toda não, mas de muita gente. Conectaram a escola privada com a escola pública na volta às aulas. Então, o grande desafio nosso hoje é poder voltar.

Nós temos o exemplo no Amazonas: em Manaus, já faz duas semanas que voltaram. Nós estamos acompanhando. Temos datas em outros nove ou dez Estados para voltarem as aulas presenciais, com protocolo, com todos os cuidados que há que se fazer, mas esse é um grande desafio.

Quero aproveitar também que o tema aqui é os desafios da escola pós-pandemia. Acho que, na escola privada, nós temos três desafios. O primeiro é voltar às aulas. O segundo... O Deputado está aqui, o Deputado Hildo Rocha está aqui junto, ele é da reforma tributária. O segundo grande desafio é votar, ser discutida de volta a reforma tributária. E a coisa como está andando, com unificação de PIS e Cofins, por exemplo, sem uma alíquota diferenciada para escola, vai levar para *(Falha no áudio.)* ... carga tributária e a forma como está sendo discutido.

Claro, existe essa sensibilidade, mas a escola hoje paga... Uma escola qualquer tem 75% da sua receita com folha, impostos e encargos, 75%; outros 10% a 15% são de custo operacional da escola, e é o que sobra depois de tirar a inadimplência e tal. A conta é aritmética pura. Então, não há espaço, a crise que virá será muito grande e não há espaço para nenhum tipo de aumento de carga tributária para a escola e para nenhum setor, para o setor de serviços como um todo – não há espaço.

Então, acho que o próximo desafio nosso é, primeiro, voltar às aulas; segundo, fazer a reforma tributária. O Congresso brasileiro precisa entender... Nós somos a favor da reforma, todo mundo é, a reforma tributária precisa ser feita, mas é preciso entender que não é possível passar de 3% ou 4% de PIS e Cofins para 12% ou 13%, como está sendo discutido nas PECs que estão aí. Esse é o segundo grande embate, o segundo grande desafio que a escola privada brasileira tem. E o terceiro é definir, conversar e alinhar qual escola teremos para 2021.

A pandemia veio, o coronavírus está aí, e ele não vai embora. Enquanto não tivermos uma vacina, ele estará por aí. Eu não sou médico, sou educador... Quando me perguntam "você acha que é seguro?", eu sempre digo "olha, tem que perguntar para os caras que entendem", mas o fato é que nós não teremos uma escola normal no ano que vem, aquele normal de 2019. Não teremos nenhum setor normal, como transporte aéreo e o transporte rodoviário de passageiros e o turismo. Esses setores terão impactos econômicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava lendo um estudo agora: na Europa, a zona do euro tinha, do PIB, 1,5 trilhão de euros por ano associado ao turismo. Quanto será esse PIB este ano na Europa? Meio trilhão? Ou seja, dois terços eles vão perder. Onde é que a falta desse dinheiro vai impactar, a falta desse PIB? Impactará no setor produtivo. Todo mundo que vivia do turismo vai perder um terço, ou muita gente vai perder.

Não será diferente no Brasil. Não será diferente no Brasil se nós não tivermos a competência de fazer as reformas e dar as condições para que o setor produtivo possa trabalhar, diminuindo –é uma coisa que tem sido muito discutida – os custos do Estado, os grandes temas que nós temos no Brasil, mas, fundamentalmente, o setor produtivo terá que ser pensado numa reforma tributária.

A escola do ano que vem, qual será? A escola, como ela será? Híbrida, como todo mundo está falando? Muita gente, muitos educadores estão falando no Brasil inteiro que será uma escola híbrida. Mas como é esse negócio de escola híbrida? Como é que ela funciona na prática? Quanto custa para fazer essa escola?

Nós temos agora uma demanda da escola pública brasileira para fazer o ensino que tem que fazer. Para este ano eles querem R\$2 bilhões, foi o que saiu na imprensa. A escola privada teve muitas e muitas leis estaduais e até tentativas de leis federais para reduzir a mensalidade da escola este ano em 30%, durante a pandemia, porque ensino remoto é mais barato. Foi toda uma discussão meio sem pé nem cabeça. É interessante observar: a escola pública não fez muita coisa, a maioria das redes não fez nem ensino remoto até agora, estamos há 120 dias sem aula. A escola privada fez. Para fazer ensino remoto era mais barato para a escola privada; para a escola pública, mais caro.

Então, não é possível a gente conversar as coisas assim. Nós precisamos olhar onde é que há mais eficiência. É uma pena que eu não tenha conseguido mostrar a tabela do PISA, que seria importante que todos vissem, mas ela vai ser disponibilizada para a assessoria dos Senadores, para todos, para que a gente possa ver a eficiência. Então, qual é a escola e qual é a educação básica que nós teremos no ano que vem, ou a partir da pandemia? Eu acho que nós não queremos, não estamos defendendo que tudo seja privado ou que tudo seja... Não; estamos defendendo uma educação de qualidade, e a educação de qualidade requer eficiência, boa gestão. Professor que dá aula... Todos os professores são muito bons, mas nós precisamos ter eficiência. A escola privada tem demonstrado isso no Brasil.

Então, nós temos algumas coisas... O Fundeb está aí para ser discutido. Vamos fazer mais uma vez um Fundeb para financiar a escola estatal nesse modelo que está aí, que não funcionou por 30 anos? Nós vamos continuar insistindo nesse modelo? Nós temos que pensar que a escola privada brasileira é um patrimônio brasileiro, financiado com o dinheiro dos pais que resolveram investir na escola do seu filho, investir na educação do seu filho. Então nós precisamos, no Brasil, buscar um pouco de eficiência, um pouco de competência nas coisas. E a educação passa por esse caminho. Se nós não tivermos isso, nós não teremos uma educação básica brasileira de qualidade. Não tivemos e não teremos. Não é dinheiro. O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil tem limites; a sociedade que paga imposto tem limites, para financiar e para pagar imposto. E pagar imposto para ter desperdício não é possível em um País pobre como o Brasil.

Então, nós temos a reforma tributária, que é importante, tem que ser feita, mas ela não pode ser entendida assim: "vamos unificar tudo que está aí, mudar o nome das letras dos impostos". Isso não é solução. Nós precisamos olhar isso com um pouco mais de seriedade, diminuir toda a discussão do Fisco, que tem um monte de discussão. Isso é tudo do Brasil, mas qual é o setor brasileiro que tem segurança jurídica? É só na área tributária que há discussão? Não é! Nós temos discussão trabalhista para caramba, civil para caramba, criminal para caramba. De todos os tipos de discussões que nós temos, segurança jurídica nós não temos em lugar nenhum no Brasil, em nenhum setor. Então, também não temos na área tributária. E para ter na tributária, teremos que construir, talvez, um outro modelo de funcionamento da sociedade.

A Profa. Ilona falou do papel da Secretaria de Educação Básica. E falou com muita propriedade. O que o MEC pode resolver na educação do 1º ao 5º ano do Fundamental I em um Município do Brasil que tem 5 mil habitantes, se é o Prefeito que resolve, que coloca o Secretário de Educação, se a caneta é do Prefeito?

Nós precisamos conversar sobre isso se nós queremos melhorar a educação das crianças. Nós perdemos o aprendizado das crianças no Fundamental I no Brasil. Não se ensina a ler, escrever e fazer continha direito. Nós não perdemos no Ensino Médio. O Ensino Médio pode remediar um pouco, mas nós perdemos no Fundamental I. Quem é que faz educação no Fundamental I no Brasil? São 5.570 Municípios. Desses 5.570 Municípios, três mil e tantos têm menos de 15 mil habitantes. São praticamente uns condomínios. Eles não têm médicos nesses Municípios, mas têm nove Vereadores. E um Vereador ganha R\$7 mil ou R\$8 mil em um Município em que a renda média é 1,2 mil. Não é possível!

Então, o que nós temos que pensar: a educação brasileira básica é feita fundamentalmente no Fundamental I. Quem conhece o mundo inteiro –e eu conheço Japão, Coreia (*Falha no áudio.*) ... o povo a ler, escrever e fazer conta, do 1º ao 5º ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Obrigado, Prof. Ademar Batista, pela sua explanação.

Nós temos a participação dos internautas Felipe Gonçalves, de São Paulo; Patrick Raio, de Santa Catarina; Mário Sérgio, do Espírito Santo; e Mírian Mendes, de São Paulo, todos preocupados com a educação na pandemia e as consequências depois. Então, durante as respostas, logicamente todos eles e os demais serão atendidos durante as respostas dos convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a Priscila conseguir terminar a audiência no MEC, ela entra e fala. Se não, nós vamos agora passar a palavra aos nossos Parlamentares, para os seus questionamentos.

Nós temos aqui presentes, já inscritos, o Senador Izalci, Felício Laterça, Reginaldo Lopes (Deputado Federal de Minas), o Senador Esperidião Amin, o Deputado Hildo Rocha e a Senadora Zenaide Maia.

Então, passo a palavra ao Relator, Deputado Francisco Jr., para seus questionamentos iniciais.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os convidados, aos demais Parlamentares, às assessorias.

Falar sobre educação sempre é um desafio. Educação deveria estar sempre nos nossos discursos como prioridade, mas temos muita dificuldade para executar. Estamos vendo a discussão do Fundeb agora, que foi comentada no finalzinho pelo Ademar. Realmente é um tema que vai centralizar as discussões no Congresso esses dias, e precisamos disso, sim. Concordo com muita coisa que foi falada.

E nós precisamos ser mais práticos nas soluções. Esse eu acho que está sendo o nosso problema. Nós vínhamos com problema na educação e estamos enfrentando um problema terrível na pandemia, porque, com todas as dificuldades que existiam, ela ia caminhando, e, de repente, parou. Como disse alguém recentemente, estamos em alguns lugares há 120 dias sem aula nenhuma, sem condição de acesso. Então, isso vai agravar ainda, e muito, os problemas e os desafios. E temos um pós-pandemia em que toda essa situação antecipou muita coisa. Nós estamos numa virada de século, e a educação nossa... A gente faz uma discussão de educação do século XXI, sociedade 4G, 5G, século XX, e, em muitas realidades, talvez a gente ainda viva no século XVIII, XIX. Nós precisamos, de alguma forma, encontrar essa solução.

Quero apresentar alguns questionamentos a vocês. Com certeza, o tempo vai ser insuficiente. Peço que vocês complementem depois, porque será insuficiente até para eu perguntar, pelo que estou vendo. Mas vamos lá. Eu tentei organizar por convidado, mas vocês se sintam à vontade para responder qualquer pergunta que eu fizer para outro convidado também, por favor, porque os assuntos se entrelaçam.

Iniciando pela Sra. Ilona Lustosa, como tem sido essa coordenação e participação – eu gostaria que a senhora aprofundasse – da União na cooperação federativa técnica e financeira para a oferta de ensino durante o fechamento das escolas, especialmente para a preparação do Enem, que já foi agendado? E faço um destaque: esse programa de compra de pacotes de dados, de ajuda para a conectividade dos alunos mais carentes, que foi citado, feita para os alunos da rede federal, não poderia ser adaptado para uma cooperação financeira com sistemas de ensino estaduais e municipais? Nós poderíamos expandi-lo para Estados e Municípios? Pergunto para a senhora também: como tem se dado essa coordenação e cooperação para a implementação da Base Nacional Comum Curricular, que prevê um currículo orientado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por dez competências gerais, inclusive uma exclusiva para a compreensão, uso e criação de tecnologias digitais de informação e comunicação?

Mais voltadas para a Sra. Ilona, agora, e para o Sr. Ariosto: diante das urgências demandadas pela pandemia, como o MEC avalia o programa Educação Conectada e sua evolução para a Política Nacional de Inovação Tecnológica? Há planos para aumento de escala do programa, remodelagem ou alguma outra proposta? O que podemos esperar para este e para os próximos anos? Como o Ministério da Educação tem se articulado com o MCTIC e os sistemas de ensino para cumprimento das ações estratégicas de transformação digital? Como tem sido feita a gestão para o cumprimento dessas estratégias? Em que estágio se encontra, quais são os principais desafios e como é feito o monitoramento? O que podemos esperar para este e para os próximos anos nessa relação, de forma diferencial, com relação à tecnologia?

Algo mais específico para o Sr. Ariosto: como a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica tem se articulado com as redes estaduais e outras entidades para oferta do ensino durante o fechamento das escolas? Tem havido cooperação prática? Há uma política de inovação e tecnologia nessa modalidade de ensino? Quais estratégias pedagógicas têm sido adotadas para não deixar nenhum aluno para trás antes da volta às aulas presenciais? Este talvez seja um dos maiores desafios nossos: como não deixar um grande grupo para trás e desequilibrar ainda mais o ensino. Há levantamento sobre os resultados das estratégias adotadas até agora? Qual o percentual de instituições que conseguiram implantar planos de aula remota? Vocês têm estes levantamentos? Qual o percentual de alunos que têm conseguido acompanhar? Foram adotadas políticas paralelas como o acesso à internet, equipamentos aos alunos? Como têm sido as atividades dessas instituições no esforço para o combate à pandemia junto às entidades de saúde? A gente vê várias matérias por parte da imprensa colocando situações muito drásticas, como famílias que têm apenas o celular do pai, e o pai tem que trabalhar e tem três, quatro filhos em casa. Existe toda uma dificuldade com essa relação.

Como está o calendário para o ano letivo na pandemia? Há relatórios com o resultado do número de alunos acompanhando as aulas, de instituições paradas, de dificuldades para capacitação de professores? Quais são os planos do sistema federal de ensino para a rede de educação profissional na pandemia? Qual está sendo o tamanho do buraco, o tamanho do prejuízo na educação profissional? Na apresentação do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE, os dados sobre frequência à educação profissional foram um dos que menos tiveram evolução. Temos também a informação de que ainda não há um censo exclusivo para a educação profissional, o que é fundamental para o desenho de políticas. Também entendemos que essa modalidade será ainda mais relevante no contexto da pandemia para capacitar futuros profissionais para as demandas de competências e habilidades para o novo normal. Como estão os planos para o censo exclusivo da educação profissional e implementação da base curricular para as exigências profissionais atuais? Até porque, com toda essa antecipação de formas de trabalho, de modificação, eu tenho a impressão de que essa formação profissional também vai ser profundamente alterada na sua demanda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o Sr. Ademar Batista: quantas escolas e alunos, por etapas e regiões, o Fenep representa? Qual é o universo que o senhor representa? Há informações sobre a situação socioeconômica dos alunos dessas escolas? Quais são os desafios de ordem pedagógica e de infraestrutura que as suas escolas estão enfrentando? A resposta poderia ser dada por etapas de ensino, porque eu tenho a impressão de que as dificuldades são específicas; algumas são gerais, mas muitas são específicas.

Nós temos acompanhado na mídia o cancelamento de matrículas na educação infantil e a transferência de matrículas de outras etapas para a rede pública. De que ordem são as dificuldades financeiras? Tem havido redução do custo operacional? Qual o percentual de escolas que têm investido em tecnologia para o ensino remoto? Quais são os gastos previstos para o retorno presencial, dadas as medidas de segurança impostas pelos Estados? Aqui em Goiás, por exemplo, existe uma discussão muito grande sobre se vão conseguir retornar. Muitas delas, como não houve um apoio eficaz, não têm condição de retorno.

E aí nós vamos... (*Falha no áudio.*) É um volume muito alto para a escola pública – e isso não é só por opção, mas por necessidade. Como isso está sendo tratado? Qual é o tamanho do problema que nós estamos tendo?

E ainda temos projetos aos montes tramitando para dar descontos nas escolas, para reduzir o valor. Existe uma situação muito delicada neste caso.

Por fim, em caso de retorno presencial, quais são os planos para a segurança do retorno às aulas presenciais? Como as escolas particulares enxergam esse retorno neste ano?

Eu ia acrescentar mais uma pergunta, mas há muita coisa, e eu já quero deixar encomendado para o final. De acordo com o nosso debate, com a nossa conversa, eu gostaria – e não precisa ser agora, porque agora a gente está fazendo a reunião muito em função da pandemia – de já deixar encomendado com os nossos convidados, a partir da experiência de cada um, um comentário com relação ao Fundeb, por todo este momento, toda esta situação. Quando nós falamos sobre Fundeb, nós Deputados e Senadores sofremos uma grande pressão, principalmente por parte dos professores, uma justíssima pressão, uma necessária pressão, quando a gente vai conversar sobre a questão salarial dos nossos professores, pois eles precisam ser valorizados! Agora, eu queria entender de vocês especialistas se os nossos problemas com a educação são tão simples, se eles se resumem à questão da valorização do profissional quanto ao salário? Ou como nós podemos pensar? E como isso deve ser financiado? A gente deve restringir a uma discussão de salário e condições de trabalho ou a educação merece um financiamento muito mais profundo, muito mais qualitativo? Qual seria a opinião de vocês? Se não couber neste momento, eu, depois, refaço essa pergunta, porque, ao final de tudo, acho que isso merece. Não vamos misturar as coisas, mas eu acho que seria importante aproveitar a presença de vocês.

Presidente, muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses são os primeiros comentários que eu gostaria de fazer, mas eu não posso também encerrar antes de dar os parabéns. Como eu costumo falar, fala-se muito, neste tempo de pandemia, de heróis, e eu fico pensando em quem está na sala de aula ou agora à frente de uma câmara tentando motivar os seus alunos, não importa o estágio, fundamental, infantil ou ensino superior, que tarefa difícil neste momento. Então, eu queria encerrar fazendo uma homenagem a todos esses heróis que apresentam a esperança, que se esforçam, que trabalham com muito pouco, com todas as dificuldades. Eu fico imaginando uma professora da área rural de qualquer cidade brasileira, o sofrimento que essa professora ou esse professor tem na dificuldade do relacionamento com os seus alunos, o que é tão difícil. Eu estive na sala de aula por 17 anos. Então, eu conheço bem, mas estive sem nenhuma pandemia, sem nenhum estado de crise, e já havia todas essas dificuldades. Então, eu quero terminar a minha participação fazendo essa homenagem a todos os professores, os profissionais da educação, de toda a família educativa neste País continental, que é o Brasil, que tem tantas dificuldades básicas. Mesmo assim, essas pessoas enfrentam essa situação diariamente e precisam ser apoiadas por nós.

Obrigado, Presidente.

Esses eram os meus comentários iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

O nosso Relator Francisco fez perguntas para todos, para todos os nossos três convidados. São muitas perguntas, e eu espero que os senhores tenham anotado, e a Sra. Ilona também. Vou conceder a cada um, para uma resposta bem objetiva, três minutos.

Inicialmente a Profa. Ilona. A senhora está com a palavra.

A SRA. ILONA MARIA LUSTOSA BECSKEHÁZY (Para expor.) – Obrigada, Deputado Francisco Jr., pelas perguntas superpertinentes. Eu vou responder o mais rápido possível para, respeitosamente, cobrir tudo o que o senhor apontou.

Como tem sido a coordenação e a participação em relação aos entes federados no regime de colaboração? Nós tomamos muito cuidado com proposições legislativas que chegaram, como o senhor citou, em relação a questões que pudessem interferir não apenas nos entes federados, mas também nas escolas particulares, orientando os legisladores em questões técnicas, como eu apontei no início da minha apresentação, da limitação do Governo Federal em fazer essa interferência.

Em relação ao Inep ou ao Enem – o Enem é responsabilidade do Inep –, o que nós interferimos, digamos assim, como SEB, no futuro, em relação à Base Nacional Comum Curricular, é propor matrizes novas que deverão ser feitas para o Enem, refletindo a base, e, obviamente, a melhoria da qualidade do PNLD, para que os alunos cheguem, como disse o representante da Fenep, o Prof. Ademar, com a questão da qualidade, que começa lá no Fund 1. Nós, a partir deste mês agora, vamos especificar o PNLD para o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fund 1. Acabamos de fazer junto com a Sealf uma reestruturação do edital para o PNLD de educação infantil. Com isso, nós esperamos mandar para a sala de aula material didático gratuito, pago pelo Governo Federal, de melhor qualidade.

O pacote de dados é em relação ao Prof. Ariosto, da educação técnica, de ensino superior. Foram eles que trataram disso. Então, eu me abstenho de comentar.

Sobre a implementação da base de tecnologias digitais, eu vou juntar o comentário sobre o Educação Conectada. Nós estamos remodelando completamente o Educação Conectada, o programa, que é longo já, no sentido... Eu gostaria até, quando for possível, de apresentar para os senhores do Legislativo a reformulação que nós estamos fazendo, que é bem profunda, mas, apenas para resumir a lógica, nossa ideia é transformar cada escola num *hub* de transmissão de conteúdo de qualidade, quer seja pela internet, quer seja por antenas de satélite, quer seja por rádio, quer seja por televisão. Nós estamos analisando todas as possibilidades. Nós retomamos um programa grande e técnico com o Banco Mundial, e uma das vertentes é fazer uma busca mundial por soluções de transmissão de conteúdo de qualidade. Estamos abertos a qualquer solução.

Quanto ao MCTIC, na semana passada, eu assinei um repasse para transmissão satelital e parceria sobre itinerário com o Banco Mundial para o ensino técnico. Com o Prof. Ariosto, já estamos discutindo isso há algumas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Profa. Ilona.

Com a palavra o Prof. Ariosto Antunes pelo tempo de três minutos.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU (Para expor.) – Deputado, é um conjunto de indagações, mas vou tentar direcionar aqui. Posso até falhar em algum ponto, mas estão todas sendo abrangidas.

Com relação à possibilidade de utilização pelos Estados, esse modelo que nós desenhamos com a RNP abrange somente as universidades e institutos, mas há possibilidade de a RNP poder estender esse modelo para os Estados.

Ocorre que vários Estados já têm programas que foram implementados, inclusive com legislações próprias, incentivando, inclusive, com a redução do ICMS. É o modelo basicamente nos Estados de internet patrocinada: você acessa alguns *sites*, e eles são tarifados.

Como eu falei, é um modelo inovador, e nós vamos testar essa licitação através da RNP, mas já estamos estudando com a RNP a oportunidade de os Estados poderem aderir a esse modelo. Dando certo, é um modelo com o qual eu tenho certeza de que vamos ter ganhos significativos de escala, embora haja um modelo de gerenciamento do uso dos créditos que precisa ser desenvolvido – já está em curso pela RNP e pelas instituições.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A articulação da rede federal com as redes estaduais nós temos fomentado ao máximo. Há uma iniciativa em conjunto com a Secretária Ilona, inclusive, de desenvolvimento de padrões curriculares, fomento ao itinerário formativo da educação profissional e tecnológica junto às redes estaduais – temos várias ações em conjunto. E, em relação às redes federais, em particular, nós estamos estruturando dois editais para que as redes federais possam promover a articulação com as redes estaduais, fazendo com que as redes possam conversar e utilizar essa capacidade da rede federal de ofertar às redes estaduais, evitando, assim, a necessidade de investimentos adicionais onde os campos da rede federal já estão presentes.

Com relação à estratégia de conectividade, a ideia é que nós não deixemos para trás realmente os alunos. Sabemos que todos os sistemas educacionais estão tendo prejuízo no momento da pandemia, mas as ações que nós estamos adotando são todas no sentido de mitigar todos esses prejuízos. A ideia é que a gente possa ser amplo realmente e atingir aqueles que mais devem ser afetados pela política pública do Estado, aqueles alunos em maior situação de vulnerabilidade. Esse é foco das ações de conectividade e de apoio aos institutos, no caso da rede federal.

Eu vou lembrar aqui que existe um portal do MEC sobre o coronavírus, em que existem informações de funcionamento de todas as instituições federais, universidades e institutos. Das 41 instituições federais, 13 estão executando atividades remotas. Até o final de julho, com as atividades de fomento que nós estamos fazendo, pretendemos chegar a 20 instituições e, com a implementação da conectividade, abranger todas as instituições federais ao longo do mês de agosto.

A integração da rede federal junto ao nível local de saúde tem ocorrido. Como eu falei, nós abrimos uma medida provisória, e estão acontecendo as ações de extensão na rede federal.

Com relação ao censo, nós já desenvolvemos junto ao Inep um anuário. Vamos lançar neste ano o Anuário da Educação Profissional e Tecnológica. A ideia é que a gente venha a desenvolver as bases para a constituição de um censo da educação profissional e tecnológica. Essa é a nossa meta, mas estamos já com a fase inicial, que é o anuário ainda neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Prof. Ariosto.

Agora passo a palavra ao Prof. Ademar Batista Pereira, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, pelo tempo de três minutos. Professor, está com a palavra.

O SR. ADEMAR BATISTA PEREIRA (Para expor.) – Muito obrigado.

Para falar deste assunto, de todos esses detalhes que o Deputado pediu, precisaríamos de uns três dias, mas vamos tentar em três minutos.

A primeira questão que eu acho importante é estabelecer qual o impacto, como ele colocou. Eu falei um pouco no início que o impacto para as escolas particulares foi monstruoso, porque cada escola é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma empresa. Há alguns grupos escolares no Brasil, mas a grande maioria é uma escola, uma empresa, com um dono, um gestor da escola. Então, o impacto foi muito grande.

Como eu disse, nós perdemos metade dos contratos da educação infantil, ou seja, os alunos de zero a três anos perdemos todos. E, no ensino superior, há bastante cancelamento de contrato, há bastante inadimplência. Na educação básica, ainda não temos uma perda grande no fundamental e médio, mas temos uma inadimplência um pouco maior, bem maior do que a gente está acostumado.

Houve descontos, renegociações, houve de tudo, ou seja, a escola privada perdeu muita receita, terá muita dificuldade em terminar o ano e, para o ano que vem, terá que ver que tipo de escola, quanto que vai custar essa escola, porque quem financia a escola privada é o pai do aluno ou é o aluno. Então, nós não temos nenhum tipo de benefício. São muito pontuais quando nós temos algum *voucher*, algum tipo de trabalho. Temos o Prouni no ensino superior, que é o desconto de imposto por vaga, e temos um pouquinho de Fies, que é um "Fiesinho" muito ruim, que foi feito nos últimos anos, que não funciona. O restante é negociação individual da escola. Cada escola tem uma relação com a sua comunidade, com a família, mas o impacto, como em todos os setores produtivos, foi muito grande.

Com relação ao retorno, nós já temos um plano de retorno da escola privada, que a Fenep produziu no final de abril já, em que a escola já voltaria em algumas cidades. E nós sempre defendemos que, à medida que se voltar o setor produtivo, se volte a escola privada. Aí, nós temos uma discussão nas cidades e nos Estados muito esquisita, porque nós temos escolas de educação infantil que tinham 50 crianças, perderam 20 e têm 30. Se pudessem voltar 10%, 20% dos alunos, voltariam cinco, seis crianças para a escola, numa casa, com atendimento... Essas crianças ficam todas na periferia ou ficam todas nas casas, com cuidadores. Então, há bastante crise política, em que se fica discutindo coisas que não fazem muito sentido, nem do ponto de vista de saúde, muito menos do ponto de vista da educação. Então, a gente defende isso. Temos um plano de retorno, e está bem planejado quanto à questão de saúde, à questão educacional e à questão jurídica, porque a escola privada tem que cuidar disso.

Em relação ao Fundeb, que o Deputado pediu, eu concordo com a colocação dele: não é só salário; não é só dinheiro no salário; essa desvalorização do professor não está só no salário. Então, eu disse isso quando eu falei do Fundeb. O Fundeb é um recurso de dinheiro que existe para a educação básica, mas ele, até hoje – e ele está do jeito que está no relatório –, é para financiar escola estatal. Eu acho que deveria ser pensado isso. Deveria ser para financiar a educação básica – e usar isso com mais eficiência.

Acho que nós temos um grande desafio para a educação básica brasileira para os próximos anos, e a escola privada sabe como fazer e pode ajudar muito o Estado, só que a gente precisa ser convocado a fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigador, Prof. Ademar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondido ao nosso Relator, nós temos dois blocos de Parlamentares. Então, o primeiro bloco é composto por Senador Izalci, Deputado Felício, Deputado Reginaldo, cada um com o tempo de três minutos. Eu quero que cada convidado vá anotando as perguntas; senão, a gente perde. São três Parlamentares agora.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar a todos.

Eu vou fazendo as perguntas logo, porque, senão, não dá tempo.

Quais são as iniciativas do Governo Federal para apoiar técnica e financeiramente os entes subnacionais, com garantia da internet e equipamento de informática, para viabilizar o acesso de todas as crianças às atividades não presenciais? É a primeira pergunta.

Eu perguntaria também: quanto ao PLV 22, que é a Medida Provisória 934, há alguma sugestão de mudança? Pergunto principalmente ao Ademar.

Existe, no Governo Federal, um estudo de procedimento da retomada das aulas com relação aos cuidados sanitários? Há iniciativa de estudo de pesquisa para avaliar os prejuízos pedagógicos em razão da paralisação e propor alternativa para reverter esse prejuízo?

Que alternativas os senhores apontam para evitar a demissão de professores, que vem ocorrendo em algumas redes, sob a alegação de que houve queda de arrecadação, falta de recurso para pagar pessoal?

Como lidar com a educação infantil neste período de isolamento social e paralisação das atividades escolares? É possível fazer educação não presencial nessa etapa? Existe alguma alternativa sendo implementada para atender às crianças pequenas, que estão em casa, sem creche, sem pré-escola?

A questão da desigualdade está muito clara. Vocês viram, agora na questão do Enem, que há cinco milhões de alunos, mas apenas um milhão têm acesso à internet, ou seja, 77% não têm conectividade, não têm rede; 46% apenas têm computador em casa. Então, que medidas as senhoras e os senhores acreditam ser possível para amenizar esse atraso do início do ano letivo nas instituições de ensino superior, posteriormente à seleção de novos estudantes? Depois que se fizer o Enem, como é que vai ficar?

É sabido que os alunos da rede pública não têm condições, na sua grande maioria, de assistir às aulas *on-line*, seja pela ausência de local adequado ou equipamentos de internet. O que têm feito para mitigar isso?

Aqui no DF, o Governador retoma as aulas agora em agosto. Muitos Estados ainda não o fizeram. Na opinião de vocês, está correta ou tem que esperar mais um pouco essa retomada? E ainda em relação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao retorno das aulas: diante da conhecida lotação da sala de aula, como poderá ser garantido o distanciamento dos alunos para o cumprimento dessas medidas de segurança, já que há 40 alunos em sala?

Essas eram as minhas indagações, a princípio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça. (*Pausa.*)

Deputado Felício, com a palavra.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Confúcio! Bom dia, nosso nobre Relator, Francisco Jr.!

Apesar do escasso tempo que temos para tema tão sensível como a educação, eu tenho que fazer alguns registros.

Cumprimento os nossos convidados: a Sra. Ilona, o Sr. Ariosto e o Sr. Ademar.

E também agradeço à nossa Comissão pela aprovação do nosso Requerimento 63, que, gentilmente, foi pautado pelo nosso Presidente, Senador Confúcio.

E, no Dia do Amigo, cumprimento todos os Parlamentares e também os nossos convidados, bem como todos os profissionais da educação que desenvolvem um trabalho hercúleo no nosso Brasil.

Passamos por um momento ímpar em nossa história: o enfrentamento de uma pandemia, cujos desdobramentos não são apenas na saúde. O Senador Confúcio já contextualizou isto: a educação é um dos segmentos mais afetados com essa pandemia – a prova disso é esta audiência que estamos realizando hoje –, mas também a economia, o trabalho e, como disse, principalmente a educação. Como se já não fosse suficiente debatermos o impacto da pandemia na educação, questões como aulas *on-line*, perdas no aprendizado, desigualdade entre as redes pública e privada, dentre outras, temos ainda a questão da PEC do Fundeb, umas das principais fontes de recursos para o custeio da educação no Brasil, que pode e deve ser votada, ainda nesta semana, na Câmara.

Assim, gostaria de aproveitar esta oportunidade para tratar de nossos problemas de curto prazo relacionados à pandemia, mas também para discutir o nosso futuro, inclusive a quantas anda a articulação do MEC com a pasta da Economia na proposta apresentada pelo Governo aos 49' do segundo tempo.

Então, faço as seguintes indagações à Sra. Ilona: seus estudos em educação, em particular pautados na experiência de Sobral, no Ceará, mostram que mesmo Municípios pobres podem ter uma educação de relativa qualidade. Para isso, contudo, precisariam cuidar de questões relacionadas ao processo de alfabetização, à profissionalização da escola fomentando uma cultura de sucesso, e ao monitoramento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contínuo para garantir que as metas de aprendizagem sejam alcançadas. Questiono como o novo Fundeb pode se inserir nessa discussão, dado que os principais pontos abordados dizem respeito ao custeio da educação, tendo a sua qualidade como ponto menos central. Questiono também quais os pontos que a senhora entende que precisariam ser melhorados na PEC do Fundeb, em particular no texto apresentado pela nossa colega Relatora, Deputada Professora Dorinha.

Outro questionamento, Sra. Ilona: uma questão central na educação, no atual momento, diz respeito à articulação integrada das políticas educacionais no contexto da pandemia. No atual momento, já estamos com mais de 130 mil escolas fechadas e cerca de 47 milhões de alunos sem aulas presenciais, especificamente no contexto da educação básica. Sabemos que o que viemos a perder dificilmente será recuperado, dado que o desenvolvimento educacional ocorre em etapas.

Nesse sentido e sabendo que a educação básica no Brasil é de responsabilidade maior dos Municípios –mais do que a participação da União, é fundamental uma articulação nacional –, eu faço as seguintes indagações: quais são as ações da União no sentido de se articular um calendário nacional para a educação básica?

Pela ordem, eu peço um complemento para concluir, Sr. Presidente.

Como fazer para que, respeitadas as particularidades regionais no contexto da pandemia, o dano para as nossas crianças seja minimizado?

E uma pergunta para o Sr. Ademar Batista Pereira – lembro inclusive que as escolas particulares sofrem muito com a inadimplência: em nosso País, observamos, em geral, que a educação privada e particular no ensino básico e fundamental apresenta melhores resultados do que a pública. Nesse contexto de pandemia, com as maiores dificuldades do setor público em se ajustar a uma educação *on-line*, há uma tendência de que a desigualdade da educação se aprofunde. Nesse sentido, como vocês veem uma possibilidade de aproximação entre o setor público e o privado no âmbito da educação por meio da oferta de *vouchers*? É um questionamento. E quais práticas do ensino privado poderiam ser usadas pelo ensino público para minimizar os danos decorrentes da pandemia?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Felício Laterça.

Com a palavra o Deputado, mineiro, Reginaldo Lopes.

Reginaldo, com a palavra.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento os Senadores, os Deputados e os nossos convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje será um dia histórico na Câmara dos Deputados: vamos iniciar o processo de votação do novo Fundeb. E está evidenciado que, de fato, não só por causa da pandemia, mas também pós-pandemia, é evidente, requer-se mais investimento da União nos entes subnacionais. Eu queria ouvir um pouco a opinião dos convidados. O Fundeb é um poderoso fundo de apoio à escola básica, e, pelos meus estudos, sem o Fundeb, mais de 60% dos Municípios brasileiros perderiam a metade da sua arrecadação e não teriam condição de garantir o plano de valorização dos professores, dos educadores.

Nós temos ainda uma infraestrutura inadequada, que precisa de mais investimentos. Pós-pandemia, eu acredito que, naquelas etapas educacionais em que é possível a escola híbrida, nós vamos ter que garantir também apoio aos jovens, mais no transporte, na permanência dos jovens na escola. Isso requer investimento na conectividade, com equipamentos, *notebook*, rede de internet, ou seja, a evasão tem demonstrado – pelo menos na escola técnica, tecnológica, nas universidades, mas também, lógico, na escola básica – ser sinônimo de desigualdade social. E nós vamos ter um País mais desigual. Portanto, precisamos pensar também em equidade, para que o aluno possa ter acesso à educação básica e permanecer nela, garantindo aí outros investimentos.

Então, eu pergunto se de fato não é importante o Governo Federal garantir esse aumento gradual no Fundeb, tendo em vista que nós já perdemos uma grande parte de matrícula na escola infantil. E todos nós sabemos muito bem que é difícil, quase impossível, escola híbrida na escola infantil. É importante a integração, a brincadeira no processo de alfabetização, de aprendizado. Isso requer que os Municípios tenham mais condição e agilidade para estabelecer novas parcerias imediatamente. Em alguns Municípios você tem parceria com a sociedade do terceiro setor, há muitas instituições que têm também escola infantil, mas requer também mais competência do Governo Federal na expansão – no passado havia o programa Proinfância– da universalização do acesso à escola infantil.

Acho que proteção total e absoluta às crianças e aos adolescentes começa com a pré-escola e a escola infantil. Então, eu entendo que é importante demais a aprovação desse fundo, nos moldes que a Relatora Dorinha Seabra... (*Falha no áudio.*)

... porque retirar recursos do Fundeb para fazer uma assistência ou para criar um Renda Brasil ou para aumentar o Bolsa Família seria um grave equívoco, porque a educação é a porta de saída, de fato, das políticas de transferência de renda.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Então, vamos às respostas.

Na mesma sequência, eu passo a palavra para a Profa. Ilona, pelo tempo de três minutos, para responder às perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ILONA MARIA LUSTOSA BECSKEHÁZY (Para expor.) – Senador Izalci, Deputado Felício Laterça, Deputado Reginaldo Lopes, eu vou tentar juntar as perguntas, de forma mais estratégica, para que eu possa responder a questionamentos comuns aos senhores.

Em relação à questão da conectividade, da desigualdade, da preocupação com as escolas na ponta, o que eu queria dizer é que, embora nós reconheçamos – como nós dissemos, estamos reformulando o Programa Educação Conectada – o papel das escolas como o *hub* de provimento de conteúdo de qualidade, eu queria deixar claro que a única solução de transferir conteúdo de qualidade para a ponta – do Governo Federal, que tem a sua obrigação constitucional supletiva em relação aos entes federados – não é *tablet*, computadores e internet para os alunos, pelo contrário. Nós temos um programa longo, de muito sucesso no Brasil, que nós estamos melhorando, como eu já disse no começo da minha explanação, que é o PNLD.

O PNLD, que é o Programa Nacional do Livro Didático, tem muito mais capacidade de levar conteúdo de qualidade e controlado para a sala de aula do que simplesmente a conectividade. Nós estamos investindo muito, nós fizemos já uma reformulação – já disse isso, mas vou repetir, porque é importante entender essa estratégia –, uma reformulação do edital do PNLD, de material didático e literário para a educação infantil, e vamos fazer a mesma coisa para o Fund 1 agora, porque é fundamental, é mais importante. E as pesquisas mostram que, desde a criança até um adulto, o trabalho no papel ainda supera o trabalho digital, no que concerne ao desenvolvimento cognitivo das pessoas e desenvolvimento da memória. Então, o trabalho de anotar no papel ainda é mais efetivo para o cérebro do que os trabalhos digitais. Então, é importante que nós tenhamos como norte a questão da conectividade ampla, não apenas por esses aparelhos, mas também quanto à questão da produção de conteúdo de qualidade a partir do PNLD e de outros conteúdos que nós estamos nos propondo a fazer.

Sobre o Fundeb, a questão do Ceará, de Sobral, nós não fizemos em relação ao que cabe a nós da SEB – nós não somos especialistas na questão econômica e fiscal –, portanto, nós não fizemos nenhum comentário na PEC, em relação à questão econômica. O que nós fizemos e o que foi num FPL para o Legislativo foram comentários no sentido de que a gente garanta no texto do Fundeb critérios mais claros de transferência que levem em conta a renda média dos alunos de cada escola, por exemplo, a questão de quantos por cento dos alunos estão no cadastro único, uma questão de gestão eficaz da escola, o que é muito importante, lembrando que a gente tem o caso de Sobral, que tem um gasto abaixo da média nacional e uma qualidade muito acima da média nacional, e isso deveria talvez ser levado em consideração quando se pensa nos recursos do Fundeb.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, eu passo a palavra agora ao Prof. Ariosto. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prof. Ariosto, com a palavra.

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU (Para expor.) – Bom, no ponto aqui, apenas, Senador Izalci, o MEC constituiu um Comitê Operativo Emergencial para tratar a questão da Covid, com a interlocução tanto das instituições federais quanto do Consed, da Undime. No âmbito desse comitê, a questão da biossegurança e o retorno seguro às atividades foi discutido.

O MEC, para as instituições federais, definiu diretrizes, publicou uma portaria estabelecendo um conjunto de diretrizes para o retorno seguro às atividades; foi fruto de um trabalho de um grupo técnico. Ao mesmo tempo, as instituições federais detalharam também já protocolos de biossegurança; já há um documento constituído pelo Conif, que representa as instituições federais, mais detalhado. E nós estamos em conjunto, no caso as instituições federais com o Conif, criando um grupo de trabalho para desenvolver e padronizar elementos, equipamentos voltados à biossegurança nas instituições federais. Então, é padronizar as aquisições para que a gente possa ter também ganhos de escala.

Então, são essas as informações e as ações que o MEC adotou com relação ao retorno seguro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Prof. Ariosto.

Passo a palavra ao Prof. Ademar.

O SR. ADEMAR BATISTA PEREIRA (Para expor.) – Bem, eu anotei aqui, o Senador Izalci perguntou em relação ao PL 934. É do Senado realmente, já há uma demanda nossa lá. A questão do Prouni, que está conectado ao Enem – o Enem está sendo discutido –, teria que ser mudada, porque nós já temos um programa de acesso ao ensino superior agora, no segundo semestre, um programa natural de acesso em função da crise mesmo. Para o ano que vem, se houver essa conexão com o Enem, a gente terá muita dificuldade para que os estudantes possam ter acesso à escola privada e usar o Prouni, ou seja, é um recurso que estará disponível, e não teremos estudantes para fazer. Então, seria muito importante que o Senado revisse essa questão.

No demais, as questões estão bem resolvidas, a questão dos dias letivos e tal. Esse decreto, esse PL era simplesmente para mudar os dias e horas letivos, e acabou que virou bastante abrangente.

Em relação às demissões, que o Senador perguntou, não há muito o que fazer. Na medida em que a escola privada é uma empresa, não há recurso público de nenhuma maneira, e ela precisa fazer gestão para não quebrar. Então, tanto na educação infantil está havendo muitas demissões como está havendo e ainda haverá no ensino superior; não há muito o que fazer. Como tem havido demissões em muitos... Os programas do Governo para ajudar não são suficientes – suspensão de contrato por 90 dias, essas coisas – porque a escola não funciona assim, não é como o comércio que, voltou a funcionar, começa a vender. A escola tem um problema de gestão, de ter um fluxo de caixa, e ela tem que ficar com esse fluxo de caixa o ano todo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quanto à inadimplência – um Deputado falou agora há pouco –, o nosso setor é o único setor no Brasil que é obrigado a entregar um ano inteiro ou um semestre inteiro, mesmo que não receba. A energia elétrica, se você não pagar, eles vão lá e cortam. A escola não pode cancelar o contrato. Nós sempre administramos muito bem a inadimplência, mas é sempre assim: uma relação do estudante com a escola, da escola com o estudante, da família do estudante com a escola. Sempre foi assim, então não há muito o que fazer.

Há duas perguntas que eu gostaria de responder ainda: a questão de como aproveitar a expertise da escola, ou quais são, como o Deputado Felício colocou. Eu acho que temos duas coisas que fazemos bastante bem e que poderiam ser aproveitadas pela escola pública: a primeira é a gestão, a forma como se faz a gestão das escolas; e a segunda é o foco. A escola privada tem uma coisa chamada foco. Foco no quê? No aprendizado. Mais do que ensinar, a gente precisa garantir que se aprenda. Eu acho que são duas coisas que a escola privada tem, e a gente faz isso com as mesmas matérias-primas. Com a grande maioria dos nossos professores, a gente tem as dificuldades de formação como há em todas profissões no Brasil, mas nós, assim mesmo, conseguimos fazer a educação, como o PISA mostrou já, de primeiro mundo no Brasil com menos dinheiro do que se gasta na escola pública, o que é importante salientar.

Qual é o problema do dinheiro da escola pública? Como eu falei aqui no início: de 5.570 Municípios, 3 mil e tantos Municípios têm menos de 15 mil habitantes. Nesses Municípios, onde é gasto o dinheiro que vai para lá para fazer educação? Na Secretaria de Educação. Um Município que tem 15 mil habitantes é quase um condomínio, com todo o respeito. Ele deve ter duas ou três escolas. Não há necessidade de ter três diretorias na Secretaria de Educação, secretário, um monte de coisa, com três ou quatro escolas para administrar em uma cidade.

Eficiência no uso do dinheiro: isso é um negócio que não há nos Municípios, e é nisso que se perdem todas as nossas crianças – 50% das nossas crianças não aprendem a ler e escrever até os dez anos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Prof. Ademar.

Vamos passar agora para o segundo bloco. Senador Esperidião Amin, Deputado Hildo Rocha e Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, pelo tempo de três minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de convidar essas quatro personalidades para nos trazerem depoimentos muito instigantes. Para mim, que sou professor intermitentemente desde 1968 – faz tempo! –, a mais instigante de todas foi a intervenção do Ademar, no começo, e me deixou muito preocupado porque, ao dizer – com as minhas palavras – que nós corremos o risco de, no Fundeb que vamos aprovar, fazer mais do mesmo – repito: fazer mais do mesmo, o que tem dado resultados não satisfatórios –, isso é uma coisa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mexe comigo, especialmente porque os meus dois trabalhos acadêmicos, mestrado e doutorado, foram vinculados a indicadores, a gestão pública por indicadores de desenvolvimento econômico, social e de sustentabilidade. Então, eu gostaria de ouvir um pouco mais a respeito não da crítica que me atemoriza e que com ela eu concordo, mas qual é a sugestão do Ademar nesse nosso momento importantíssimo de definições sobre o Fundeb – que é a maior decisão que nós podemos tomar em termos de futuro da educação brasileira.

E gostaria de transferir a minha pergunta aos demais, a Profa. Ilona, o Ariosto, enfim, aos demais participantes eu gostaria de indagar: como nós poderíamos, em primeiro lugar, estudar e introduzir novos indicadores de resultado para a escola? –seja pública, seja privada. Uma escola é bem-sucedida quando o seu aluno é bem-sucedido. Quer dizer, isso é muito fácil de enunciar, só que os objetivos a serem alcançados variam muito. Então, gostaria de ouvir sobre isso, em termos de futuro.

E gostaria de lembrar, Senador Confúcio, que nós aprovamos o Projeto de Lei 1.886, que autoriza obter financiamento a partir de recebíveis de escola particulares de todos os níveis. Esse projeto está na Câmara dos Deputados desde o dia 16 de junho, ou seja, há mais de um mês. Eu acho que a nossa Comissão, através do nosso Relator Francisco Jr., poderia clamar lá na Câmara dos Deputados que esse projeto tivesse uma tramitação mais expedida. Pelo que sei, ele está, neste momento, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e, se não me engano, foi de autoria ou de relatoria do Senador Jorginho Mello.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu passo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, lá do Maranhão. *(Pausa.)*

Deputado Hildo Rocha, não estou o vendo na sala. Deputado Hildo Rocha, será que ele está por aí, em alguma janelinha? *(Pausa.)*

Vou passar para frente. Se o Deputado Hildo Rocha voltar, a gente passa a palavra para ele.

Então passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar aqui o nosso Presidente Confúcio, os nossos professores – a Prof. Ilona, o Prof. Ariosto e o Prof. Ademar – e dizer o seguinte: depois de tantos questionamentos, desde o do nosso Relator, o Deputado Francisco, fica difícil perguntar, mas eu queria mostrar algo aqui.

Quando eu entrei, eu não ouvi a palestra da Prof. Ilona, mas vi outras perguntas feitas a ela, às quais ela respondeu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Prof. Ariosto, eu queria falar para o senhor sobre os institutos federais; eu sou médica da universidade, mas tenho uma ligação muito forte com os institutos federais. Aqui, no Rio Grande do Norte, são 23 *campi* e são um sucesso em educação profissional e tecnológica, um sucesso visto. São tão vistos, por exemplo, que eu sempre – agora que a gente tem emenda impositiva de bancada – coloco os institutos federais. Quando o senhor fala que vai haver de acordo com as demandas, aqui no Rio Grande do Norte os institutos federais já funcionam em cada região de acordo com a demanda.

Eu quero citar aqui o exemplo de Currais Novos, uma área, um setor grande que tem pedras preciosas; uma região forte em queijo e em outros minerais, e que, por isso, eles priorizam. Nesse campo aí, é a maior formação dos alunos. Eu lhe digo que é uma escola pública de grande validade. Visitem – e até aconselho os colegas que não visitam os institutos federais –; é algo que enche os olhos! Não acredito que precise de mudança nos institutos federais desses setores. É claro que eu sei que é sempre possível fazer mais. Vocês estão aqui e podem ver o que se pode melhorar.

Prof. Ademar, eu sou uma grande defensora da educação pública de qualidade, entendeu? A gente pode ter gestão, professor! Vocês usam o Ceará, mas o Ceará não é só o Fundeb. O próprio Estado e o Município que é citado têm outros programas para auxiliar. Não quero lhes dizer aqui que a gestão não é importante, mas a gente tem que reconhecer que é subfinanciada a educação pública. Então, eu acredito – nada contra o ensino privado – que nós temos que ter um olhar diferenciado para a educação pública de qualidade. Não é desistir porque há má gestão em algum lugar. Eu costumo dizer que essa política de o que está errado não ser corrigido e já passar para outro não está certa. Vamos exigir, como o nosso Senador Esperidião Amin disse, o controle de qualidade, a gestão pública com indicadores. Podemos avançar nisso. Agora, acho que os recursos públicos têm que ser com educação pública de qualidade. O Fundeb tem que ser para isso. Há erros? Há erros; vamos corrigir os erros, sim. Não é um programa como esse que... Apesar de não ter tido um índice esperado, um êxito tão esperado, funcionou, gente. Nós temos muito mais estudantes nas universidades públicas, os institutos federais nos orgulham e são um orgulho para o mundo todo. Nós não temos muito o que mudar nisso, mas aperfeiçoar é uma coisa que deve haver.

Concordo com a Profa. Ilona quando ela diz que nada substitui um livro. Claro que temos de ter ensino a distância! A prova é que, de repente, caiu no colo da gente uma pandemia desta, e nós estamos com dificuldade.

Eu acho que o Enem em janeiro ainda vai prejudicar muitos alunos, porque a desigualdade social vai ainda ser muita longa.

E já fico contente e contemplada com as perguntas dos colegas, que foram muitas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, querida Senadora Zenaide Maia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos às respostas.

Consulto se o Deputado Hildo Rocha está na sala. Ele estava atendendo um telefonema, mas não o estou vendo.

Então, vamos às respostas.

Profa. Ilona, a senhora está com a palavra para responder a esse bloco do Esperidião Amin e Zenaide.

Com a palavra, Professora.

A SRA. ILONA MARIA LUSTOSA BECSKEHÁZY (Para expor.) – Obrigada, Senador Esperidião Amin, obrigada, Senadora Zenaide Maia.

Da mesma forma, vou responder em bloco.

Em relação ao Senador Esperidião Amin, eu fiquei curiosa por conhecer as suas produções acadêmicas a respeito de gestão pública e indicadores. Peço desculpas por não as ter conhecido antes.

Mas eu gostaria de fazer um comentário que nós, da SEB, fizemos, como já disse, no FPL da PEC do Fundeb, comentários em relação à melhoria de critérios para a distribuição dos recursos, quais sejam avaliar a melhoria da proficiência dos alunos frente ao nível socioeconômico deles; nós sugerimos que fosse avaliado para cada escola o número de alunos por Município, escola-município, porque a gente faz transferência de recurso pelo PAR e PNDE e é importante que ter esse parâmetro para escolas e Municípios em relação, por exemplo, ao percentual de alunos incluídos no Cadastro Único.

E, na questão da gestão eficaz, eu chamo atenção para o caso do Ceará e de Sobral. Mecanismos de gestão eficaz, no sentido acadêmico e teórico dessa abordagem, estão presentes claramente nesses contextos, e eu reputo que sejam importantes determinantes do seu progresso recente.

Em relação à Senadora Zenaide, eu queria reforçar aquilo a que fez referência o Secretário Ariosto. Nós não conseguimos detalhar tudo por enquanto, mas, na SEB nós temos de dar conta do desenvolvimento do novo ensino médio, e uma das estratégias será justamente fazer essa parceria com a Setec, para que a gente tenha junto o máximo de utilização dos institutos federais frente às demandas do setor econômico. É muito importante para nós que essa concatenação – currículo escolar, demanda do setor produtivo e treinamento no ensino técnico –, tanto para os alunos do ensino médio quanto para a EJA, que inclusive são mais vulneráveis e têm uma necessidade maior ainda, seja contemplada nas nossas estratégias. Então, nós estamos já em tratativas com a Setec nesse sentido.

Acho que as minhas respostas ficam por aqui. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar, Prof. Ariosto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU (Para expor.) – Sim.

Bom, Senador Esperidião, só para direcionar aqui, a gente, no caso da educação profissional, tem uma preocupação muito grande com indicadores, com mecanismos de avaliação. Só reiterando aqui: nós estamos desenvolvendo neste ano a primeira versão do anuário do ensino técnico e profissional. Estamos desenvolvendo isso com o Inep. Até então não havia nenhuma iniciativa nessa linha. O ideal – e, é claro, o que nós defendemos – é um senso da educação profissional e tecnológica, ou seja, termos um instrumento mais permanente, mas é um início, precisamos começar a avaliar os resultados da nossa educação profissional.

Estamos desenvolvendo com a Universidade Federal de Santa Catarina, na verdade recuperando um instrumento importante, que é um sistema nacional de avaliação para a educação profissional e tecnológica, de forma que possamos ter os instrumentos necessários para avaliar o resultado do processo de aprendizagem. Então, acho que são elementos importantes para que a gente possa ter uma política adequada, uma política em que a gente saiba para onde está indo e quais são os resultados. Então, há uma preocupação muito grande aqui nossa, do MEC, em estruturar esses instrumentos de avaliação da política.

Senadora Zenaide, reconhecemos aqui o valor da rede federal, em particular o IFRN tem uma atuação muito forte. E não só o IFRN, mas eu diria que a rede federal tem uma associação muito forte com o desenvolvimento local, com as comunidades locais. Essa é a vocação dessa rede espalhada pelo País, e a gente tem trabalhado em fortalecer os instrumentos que visam a aproximar os institutos dos setores produtivos, a criar mecanismos de sinergia com o setor produtivo, para que a gente possa adequar essa demanda às necessidades locais.

Como a senhora bem disse, é possível, sim, a gente ter uma escola pública de qualidade e a gente tem prezado aqui e valorizado o papel dos institutos para isso. Hoje a gente tem uma capacidade muito grande dessa rede, que tem que ser colocada à disposição. E é isto que, em conjunto com a Secretária Ilona, a gente tem buscado: colocar essa capacidade à disposição dos demais sistemas de ensino, em particular do sistema de ensino estadual, ciente de que a gente precisa também ampliar a capacidade da rede federal. Ela cresceu bastante nesses últimos anos em termos de oferta, correspondeu a um maior crescimento, mas a gente tem o reconhecimento de que é possível, com medidas de melhoria da governança, ampliar em até 30% a oferta da rede federal até o final de 2023. Essa é a nossa meta junto à rede federal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Com a palavra o Prof. Ademar Batista Pereira.

O SR. ADEMAR BATISTA PEREIRA (Para expor.) – Vamos lá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar pela Senadora Zenaide, que fez uma provocação, na verdade colocou o que ela defende: escola pública de qualidade. A escola privada também é pública, está na Constituição isso. A educação é pública; a gestão é que é privada, e, no caso do Brasil, os pais escolhem a escola para investir na educação do seu filho. E a escola privada é feita desse jeito. Nós pagamos imposto. O pai, quando paga mensalidade da escola, paga imposto também. Então, eu, na qualidade de educador, vou sempre defender eficiência, defender qualidade da educação, para que todos tenham acesso à educação.

O instituto federal faz um belíssimo trabalho realmente no Brasil, mas, como contribuinte, eu sou obrigado a perguntar: não seria possível fazer com menos dinheiro? E eu posso dizer que seria, porque o instituto federal custa R\$15 bilhões por ano para atender pouco menos de 1 milhão de alunos. Com esse dinheiro daria para fazer melhor – não estou dizendo que ele não faz bem. Então, nós temos que fazer esse debate. Acho que o debate passa por aí quando nós falamos do Fundeb. E aí queria responder ao Senador Esperidião Amin.

Eu acho, Senador, que o Fundeb é importante do ponto de vista do financiamento da educação pela estrutura jurídica do Brasil, ou seja, a arrecadação é toda federal e precisa ser distribuída melhor. Então, ele tem o fundamento importante de financiamento, ninguém diz que não. Mas o que hoje se faz e sempre se fez é: o dinheiro é carimbado para financiar a escola estatal, e aí você dificulta que os Municípios e os Estados apliquem esse dinheiro de maneira mais eficiente. Como? No Brasil, a gente aceita naturalmente hoje que um hospital público possa prestar serviço pelo SUS, mas a gente tem muita dificuldade de aceitar que uma escola privada... Um hospital privado, desculpem, pode prestar serviço para o SUS, nós não temos dificuldade com isso. No Brasil inteiro, a grande maioria dos hospitais é privada, um monte deles é privado, e eles atendem pelo SUS, atendem gratuitamente.

Na educação nós temos essa dificuldade porque nós temos um discurso de que o dinheiro público é para escola pública, como se não fosse possível ter financiamento público para uma escola de gestão privada. E é isto que nós poderíamos colocar, Senador Esperidião Amin, no Fundeb, a possibilidade de esse dinheiro... Não agora, não de imediato nem automaticamente, mas que o Estado, por exemplo, queira usar esse dinheiro do Fundeb para financiar, por exemplo, escolas por vocação regional no Estado de Santa Catarina – uso esse exemplo porque o senhor é de lá. Ou que no Paraná – eu sou do Paraná – fizéssemos escolas no modelo que temos no Sul, escola agrícola, mas por vocação regional, estadual, com parceria público-privada, com o dinheiro do Fundeb. Esta é a única – não crítica – sugestão que nós fazemos para esta nova lei do Fundeb, que fosse possível esse dinheiro ser usado para melhorar a eficiência, e conseqüentemente nós melhorariamos a qualidade da educação.

Se o Município puder usar esse dinheiro para fazer parceria público-privada para atender as crianças de zero a três anos, se estiver mais claro isso na lei do Fundeb, será mais fácil fazer essas parcerias e melhorará o acesso das crianças de zero a cinco anos ou de zero a dez anos a uma escola com melhor eficiência de gestão, com melhor eficiência de uso do dinheiro. Isso, no Brasil, num país pobre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o Brasil, é nesse mundo... Como eu digo: como educador, eu sempre vou defender que não é possível... Eu digo isto: uma criança não aprende a ler não porque não tem condições, ela não aprende a ler porque não é ensinada. Então, todas as crianças precisam aprender a ler até os dez anos, e no Brasil ainda só a metade aprende. Nós precisamos garantir isso e o Fundeb é uma ferramenta importante. Já que o Município não pode fazer, que possa contratar alguém para fazer ensino público e gratuito, mas com eficiência melhor. É nesse sentido, Senador, que é a nossa defesa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Prof. Ademar.

Eu quero fazer um breve comentário. A Profa. Ilona, no início da sua palestra, da sua apresentação, falou da necessidade de um pacto de cooperação entre os governos, Governo central e os governos estaduais e municipais, da necessidade de uma liderança para coordenar esse grande movimento pela qualidade da educação. Ela citou essa expressão justamente arguindo a crise da calamidade na educação, e a sua recuperação depende desse grande entendimento nacional.

Ela também fez algumas apresentações da sua Secretaria de Educação Básica, que para mim é essencialíssima, que os programas não têm tido a devida consecução, dado seguimentos nas proposições iniciadas; elas são interrompidas, até mesmo a execução orçamentária. Então, eu atribuo isso, professora, às mudanças frequentes dos ministros de educação e às mudanças também dos secretários nacionais respectivos, que vão mudando – um começa e outro não acompanha a velocidade do outro, porque ninguém sabe o tempo que vai permanecer no cargo. Essa descontinuidade é muito ruim.

Então, essa liderança nacional pela educação deve mover... Um grande líder, para fazer um pacto, tem que ser um líder que consiga convencer Governadores de todos os partidos, ele tem que movimentar as grandes federações de Municípios. Ele tem que ser um peregrino nacional para poder fazer esse convencimento e ter uma mídia inteligente de chamamento de todos esses Prefeitos de capitais e das menores cidades brasileiras para esse pacto de compartilhamento pela qualidade da educação. Isso é uma necessidade porque os aspectos econômicos da crise da pandemia serão visíveis e, na educação, mais visíveis ainda. Então, se a gente não pegar firme agora, com o capricho necessário, nós vamos demorar muito tempo e será um retrocesso inacreditável, inexplicável para o nosso País. A educação é um fator essencial ao desenvolvimento econômico.

Bem, eu fiz um comentário de ordem geral.

Aqui, Francisco, nós temos a presença ilustre do nosso Senador titular da nossa Comissão, que chegou há pouquinhos minutos – ele não falta –, o Senador Wellington Fagundes. Ele está sempre presente conosco e pede a palavra. Logo depois, V. Exa. faz o fechamento e o nosso convidado responderá aos dois.

Então, com a palavra o brilhante Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington Fagundes.

Cadê o Wellington Fagundes? Ele se inscreveu. *(Pausa.)*

Ele não está, não é? Ele se inscreveu e saiu.

No caso, o Senador Esperidião levanta o dedo. Gostaria de falar, Senador Esperidião? Pode ligar o seu som.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, me perdoe.

Eu acabo de receber um telefonema da assessoria do Ministro da Saúde. Ele está fazendo uma viagem pelos Estados do Sul do Brasil. Chegará hoje à noite ao Rio Grande, quarta-feira estará aqui em Santa Catarina. O que eu sugiro é que a sua assessoria entre em contato com a assessoria do Ministro da Saúde para remarcar aquela audiência, que eu mesmo solicitei, sobre medicamentos em geral, *kit* de intubação e testagem, prioritariamente, para a semana que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu já entrei em contato, Senador Esperidião. Eu já falei com o Gustavo e já pedi essa audiência com V. Exa. e com outros Senadores do Paraná, do Rio Grande do Sul... Está me ouvindo? Isso já está agendado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Wellington saiu. Infelizmente, o Wellington saiu. Então, passo a palavra ao Deputado Francisco Jr. para suas considerações e questionamentos finais.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Parabenizo a todos que participaram, tanto os convidados como os Parlamentares.

Como havia falado antes, na minha primeira oportunidade de fala, eu queria aproveitar este momento final para a gente conversar um pouco sobre o Fundeb.

De forma muito especial, o Ademar insistiu num ponto que realmente é complexo, e o Senador Esperidião Amin deu vazão a isto: fazer mais do mesmo, sendo que existe insatisfação; reproduzir o modelo. Então, essa é uma complicação. Eu gostaria de ouvir dos três convidados de hoje, a Sra. Ilona Maria Lustosa, o Sr. Ariosto Antunes e o Sr. Ademar Batista, comentários sobre a questão do Fundeb e, de forma especial, sobre essa provocação feita pelo Ademar, que, aliás, não é uma provocação dele.

Eu tenho um caso concreto, ocorrido numa cidade vizinha da região metropolitana de Goiânia, Aparecida de Goiânia, que, no início da gestão anterior, tinha uma demanda, uma quantidade significativa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de crianças fora da escola. O Prefeito fez algo interessante – é um Prefeito dinâmico –: ele fez um planejamento de construção de escolas, buscou recursos, fez um plano de construção de escolas e de concursos – excelente. Só que, naturalmente, fez um plano distribuindo isso por quatro anos, que seria o mandato dele. E ele criou um programa para colocar todas essas crianças – já não me lembro mais quantas mil crianças eram – numa parceria com a iniciativa privada, com as escolas privadas. Ele criaria um *voucher*. E ele tinha toda uma tabela de inclusão dessas crianças da escola pública e, ao mesmo tempo, uma parceria com as escolas privadas, para que pudessem suprir essa necessidade. Então, não era nenhum golpe nem nada parecido, mas assim foi tratado pelo Ministério Público, que o impediu. E ele teve todas as dificuldades de recursos que vieram e de recursos que não vieram. Ele fez o seu possível, mas não conseguiu colocar essas crianças todas na escola. Na época, as autoridades acharam mais interessante deixar as crianças fora da escola do que as colocar numa parceria imediata com a iniciativa privada.

Eu gostaria de um comentário, uma visão geral com relação à escola pública. Não vamos aqui resolver os problemas do Brasil de visão, de ideologia, nada disso, mas, de forma pragmática, pela experiência de vocês: com relação ao Fundeb, como pediu o Senador Esperidião Amin, sugestões; mas, ao mesmo tempo, eu gostaria dessa reflexão sobre o que nós queremos. Queremos financiar pontualmente mais do mesmo, do que temos, ou queremos um projeto de financiamento da educação?

E, de forma especial, concordo com alguém que disse aí que nós precisamos ter um olhar muito atencioso para os primeiros anos, para a escola infantil, para a escola fundamental. Às vezes, nós investimos muito ou achamos que investimos muito do meio para a frente, sendo que, na verdade, se a raiz não é boa, se não foi muito bem cuidado lá na base, no ensino infantil e fundamental, dificilmente nós teremos o resultado desejado.

Então, eu gostaria de pedir aos três que pudessem comentar esse aspecto.

No mais, mais uma vez parabênzo o trabalho de todos vocês e renovo as homenagens que fiz ao professor no dia de hoje.

Acho que alguém se lembrou – acho que foi o Deputado Reginaldo – do Dia do Amigo. Então, que seja feita também essa homenagem, já que, para a criança e para o adolescente, em toda a nossa vida, poucos poderão ser mais amigos do que o professor, o mestre que nos acompanha por toda a vida. Sem dúvida, são os nossos grandes e verdadeiros amigos, aqueles que nos preparam para a vida, que nos ajudam a nos prepararmos para a vida.

Eu gostaria desse comentário dos senhores com relação ao Fundeb.

Obrigado, Presidente. Mais uma vez, parabéns pela condução do senhor, de altíssimo nível, como sempre. Um abraço!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Francisco.

Então, no lugar do Wellington Fagundes, que se ausentou, eu fico muito feliz de passar a palavra... Eu estava até estranhando, Mauro Benevides.

O Mauro estava ali, apareceu. Eu falei: "Será que o Mauro não vai colocar brilho na nossa audiência?".

Eu passo a palavra fora da ordem a V. Exa., Mauro Benevides, e logo depois os nossos convidados responderão a todos.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Serei breve, Sr. Presidente. Agradeço.

Quero justificar também que o Presidente Rodrigo Maia convocou uma reunião de Líderes agora, e eu estava representando a oposição. Por isso, eu estava ali participando, ouvindo bem, só agora podendo adentrar.

Minha pergunta é uma reflexão sobre o que fez o Relator, o nosso companheiro Francisco Jr., em relação à percepção do nosso companheiro do setor privado sobre fazer mais do mesmo. A minha ponderação é o que o texto da Professora Dorinha não faz mais do mesmo, porque lá são estabelecidos novos critérios para a distribuição desses recursos, como faz o meu Estado do Ceará. Lá, para o Município receber dinheiro do Fundeb, ele tem que ter resultados, inclusive na lei de distribuição do ICMS. Inclusive, é alterada aqui a Constituição brasileira, reduzindo-se de 75% do valor adicionado no Município para 65%, e 35% por lei estadual, exatamente para se inserirem os critérios de como o ICMS deve ser distribuído aos Municípios. Interpretamos isso como sucesso no meu Estado. Das cem melhores escolas do ensino fundamental brasileiro, 82 são do Estado do Ceará. Avançamos no ensino médio agora. Fizemos a escolha pelo ensino fundamental por uma razão muito óbvia: não adiantava trabalhar o ensino médio se o aluno já chegava do ensino fundamental sem qualificação. Tanto isso é verdade, que, no meu Estado também, que era o 18º no ensino médio, nos dois primeiros anos em que o aluno do ensino fundamental chegou, saímos para 12º, para 9º, para 4º e vamos para o primeiro! Em dois anos, estaremos no primeiro lugar de todas as escolas.

Portanto, eu pondero ao comentário, já encerrando, que há alterações sistemáticas em relação ao custo aluno/qualidade, ao valor aluno/ano também preestabelecido. Há regras bastante diferentes, e seria bom que a gente as abordasse com maior profundidade.

Era só para esclarecer isso, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Mauro Benevides Filho.

Passo a palavra, já para suas respostas e considerações finais, à Profa. Ilona.

A SRA. ILONA MARIA LUSTOSA BECSKEHÁZY (Para expor.) – Senador Confúcio, eu queria aqui fazer um comentário sobre sua última consideração, sobre meu compromisso aqui na SEB em relação à estabilidade dos programas. Eu tenho tido uma preocupação muito grande. Em primeiro lugar, eu sou uma crente no regime de colaboração, tenho feito um esforço para que a gente tenha um ótimo diálogo com os entes federados subnacionais por meio, ou não, do Consed, da Undime e de suas representações. É muito importante esse diálogo porque eles estão com a responsabilidade, mormente numa situação de calamidade como a que nós enfrentamos agora.

Não vou alterar programa só por alterar, mas é importante que nós levemos o nexos causal da qualidade e da efetividade para todos os programas, e é essa revisão que nós estamos fazendo, inclusive retomando trabalhos antigos que eu já estudava no final da década de 90 e que infelizmente foram suspensos, por razões várias, de alguns Governos para cá. Esses parâmetros têm a ver com critérios objetivos de distribuição de recursos, de avaliação da efetividade dos entes federados e das escolas. Nós estamos retomando agora esses critérios e esses materiais, que, apesar de antigos, são válidos ainda – a gente não precisa gastar dinheiro fazendo novos.

Sobre o Fundeb, este é meu comentário em relação a público e privado: eu acho que nem tanto ao mar, nem tanto à terra, porque os dois setores apresentam riscos. Eu vou dar dois exemplos que podem opô-los, quando, na verdade, o que eu acredito é em um trabalho conjunto. O público sempre tem o risco de gastar mais e de incorrer em gastos perenes que não necessariamente se traduzem em aprendizagem e em eficácia escolar. É disto que nós precisamos: aprendizagem com equidade, que é a eficácia escolar. O privado sempre pode, em algum momento, perder o interesse a partir de alguma questão e deixar a população sem atendimento. Então, é importante que os interesses públicos e privados sejam alinhados para o atendimento da população. E a única maneira de se fazer isso é por meio de parâmetros muito claros de atendimento, de vinculação de recursos e também da garantia da prestação do serviço por meio do comprometimento formal e normativo dos gerentes, dos diretores, dos dirigentes públicos e privados de redes e de escolas.

Então, é muito importante determinarmos – este é meu compromisso na SEB – padrões claríssimos de qualidade não apenas do que nós já temos, mas também dos padrões internacionais que nós precisamos trazer a público como forma de mobilizar a sociedade por mais aprendizado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Prof. Ariosto Antunes, para fazer suas conclusões e respostas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARIOSTO ANTUNES CULAU (Para expor.) – Pois não.

Eu queria aqui reforçar, Prof. Ademar, que, no caso da educação profissional e técnica, nós temos tido aqui uma ação de entender que toda forma de oferta deve ser promovida e deve ser incentivada.

Fizemos aqui, ao longo das ações adotadas tanto para a repactuação dos recursos do Pronatec quanto para fomento a novas ofertas pelo setor privado, ações significativas. Permitimos na repactuação dos recursos dos Estados a possibilidade de parcerias, o que antes era proibido pela portaria do Ministério da Educação e foi modificado. Então, hoje os Estados podem se utilizar de parceiros ofertantes privados para promover oferta dos recursos que hoje estão dentro da conta do Pronatec. Essa foi uma forma de a gente possibilitar a parceria entre os setores público e privado para a formação profissional e técnica com recursos da repactuação do Pronatec.

Segundo ponto: regulamentamos a forma, a oferta de cursos técnicos pelas instituições privadas de ensino superior. Tivemos aqui um sucesso, foram 58 instituições privadas de ensino superior que apresentaram propostas de cursos, 207 cursos foram aprovados, o que permitiu a ampliação e a autorização de 62 mil vagas de oferta de ensino técnico por instituições privadas de ensino superior, regulação essa que não existia até então. Isso foi feito recentemente. No mês passado, nós autorizamos essa oferta.

Por fim, com relação ao Fundeb, fizemos uma proposta à Deputada Dorinha que foi apresentada pelo MEC, de forma que a gente permitisse aos sistemas públicos estaduais a parceria, o financiamento de recursos do Fundeb por meio de instituições privadas com ou sem fins lucrativos para a oferta de educação profissional e técnica, de forma articulada com o ensino médio. Isso não foi incorporado ao relatório da Deputada, mas foi proposto pelo MEC, foi proposto pela nossa secretaria, de forma que a gente possa incentivar e ampliar a capacidade. A gente sabe que somente o setor público não tem capacidade de arcar com a responsabilidade de aumento da oferta de formação profissional e técnica.

Então, entendo que não existe realmente uma linha divisória entre educação pública e privada, mas sim entre educação insatisfatória e educação de qualidade. A gente entende que é esta a nossa grande meta: educação de qualidade para todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Passo a palavra ao Prof. Ademar.

O SR. ADEMAR BATISTA PEREIRA (Para expor.) – Senador, muito obrigado pela oportunidade. Eu gostaria de agradecer, em nome das escolas particulares, a oportunidade de debater. Acho que educação é um assunto que a gente passou os últimos anos debatendo, e assim a gente vai passar os próximos anos. No mundo todo, é assim. Educação não é um negócio simples, é um negócio complexo, que precisa de envolvimento. E a escola privada vem aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se, em algum momento da minha fala, coloquei algum tipo de dicotomia entre escola privada e escola pública. Talvez a forma como coloquei tenha dado essa impressão, mas a escola privada tem evoluído bastante. Nós temos evoluído como educação nessas parcerias, como o secretário falou. Nós temos, em vários Municípios, parcerias público-privadas e *vouchers* já com os Municípios. Nós temos, no ensino superior, uma demanda importante, uma espécie de Prouni da educação básica, o pró-básico, como nós chamamos. Temos trabalhado nisso, estamos avançando e gostaríamos de avançar muito mais.

Concordo absolutamente em que não existe nem deve existir essa dicotomia. Nós precisamos buscar educação de qualidade para todo mundo. À medida que a escola privada puder ajudar, nós ajudaremos. As escolas ajudarão por uma questão de mercado, por uma questão de subsistência. Mas, mais do que isso, como educadores, todos nós queremos um País de Primeiro Mundo, um País com todos alfabetizados, um País que não tenha abandono escolar.

Como o Deputado Mauro Benevides falou, eu também não disse que o novo Fundeb é mais do mesmo como um todo. Ele é mais do mesmo quando financia ou quer financiar só a escola estatal; nesse sentido que eu quis dizer. Mas também, temos de convir, a última Pnad saiu, e temos lá que seis, em cada dez cearenses, não terminaram a educação fundamental. Ceará é exemplo, Sobral é exemplo, como alguns outros locais. Eu conheci lá os resultados. É muito interessante porque fazem bastante bem com muito menos dinheiro do que a média, e o foco está na gestão, e o Senador sabe disso. Eu não sou cearense, sou gaúcho, moro no Paraná, mas conheço bastante bem a educação no Brasil, conheço a da China, a do Japão, a da Coreia do Sul, a da Austrália, a da Nova Zelândia. A gente pode conversar sobre educação. Eu tenho uma opinião bastante clara sobre isso.

Mas o fato é que a escola privada brasileira, Senador... Quero agradecer e quero colocar à disposição a nossa estrutura da Fenep. O Senador Izalci nos conhece bem. Nós temos uma assessoria bastante eficiente no Brasil todo, com os nossos sindicatos. Quero colocar a escola privada à disposição do Senado, à disposição da educação, do MEC, para que a gente possa, juntos, buscar essas parcerias, para que a gente consiga melhorar a educação.

Concordo com a Profa. Ilona quando ela diz que há uma questão que pode não interessar mais para o setor privado, há a questão da ineficiência, mas há como fazer as coisas trabalhando em conjunto.

Como educador, que eu sou, e como a maioria dos nossos 40 mil donos de escolas é de professores que resolveram montar uma escola com uma educação melhor, acho que nós podemos, como eu disse, em relação ao Fundeb, Deputado Francisco, deixar um pouco mais clara a possibilidade de que possamos fazer *vouchers* e parcerias público-privadas nos Estados e Municípios. Se isso ficar mais claro, com a forma como está sendo construído o relatório pela Deputada Dorinha, com mais esse detalhe, nós melhoraremos muito essa aproximação, e isso fará bem para a educação brasileira, não há menor dúvida disso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero mais uma vez agradecer. Muito obrigado.

Um abraço ao Senador Izalci e a todos os Senadores!

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Prof. Ademar.

Quero saudar, pela presença em nossa página, em nossa tela, em nossa sala, o nosso Deputado General Peternelli.

Muito obrigado a V. Exa. por mais uma vez nos prestigiar.

Estamos encerrando nossa audiência pública, que foi muito proveitosa, com um tema palpitante, um tema interessante, que é realmente a educação na pandemia, para vermos como vamos juntos fazer essa superação, para que o Brasil comece a subir os degraus necessários para o seu desenvolvimento pleno através da educação de qualidade.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença dos convidados Ilona Maria Lustosa, Ariosto Antunes Culau e Ademar Batista; agradeço a presença das Sras. e Srs. Parlamentares nesta reunião e a participação dos internautas através do e-Cidadania e dos telespectadores da TV Senado; e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos vocês, senhores e senhoras. Fico muito agradecido.

Uma boa tarde a todos!

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e um de julho de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Hildo Rocha, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Rejane Dias, Kátia Abreu, Paulo Ganime e Paula Belmonte. Deixam de comparecer os Parlamentares Rogério Carvalho, Cacá Leão e João H. Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater o panorama geral quanto às ações e impactos das medidas relacionadas ao Coronavírus (Covid-19) - situação fiscal, repasses e execução orçamentária e financeira de apoio aos estados. **Participantes:** Renê de Oliveira Garcia Júnior, Secretário de Estado da Fazenda do Paraná; Rafael Tajra Fonteles, Secretário de Estado da Fazenda do Piauí e Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Secretária de Estado da Economia de Goiás. Henrique de Campos Meirelles, Secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 64, de 2020** que: "Requer a realização de audiência pública com o intuito de debater " as medidas de proteção adotadas pelo Governo Federal a indígenas durante a pandemia." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 65, de 2020** que: "Requer informações junto ao Ministério da Economia sobre " o orçamento destinado ao amparo aos indígenas ante a pandemia"." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/07/21>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 22ª – olhe aí, 22ª! – Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência e saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus – Covid-19.

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através da função "levantar a mão" do aplicativo, e que a ordem da fala será dada, primeiro, ao Relator; ao autor do requerimento; aos titulares inscritos; suplentes; e, por último, aos Parlamentares não membros.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e tempo de Liderança poderão ser utilizadas após audiência com os convidados.

Ainda não há número regimental para votar a ata. Vamos saltar. Quando houver sete, a gente volta à votação.

A presente reunião é uma audiência pública que atende ao Requerimento nº 29, de 2020, de autoria do Deputado João Campos, Pernambuco.

Os convidados para esta audiência são os Srs. Rafael Tajra Fonteles, Secretário de Estado da Fazenda do Piauí e Presidente do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); Henrique de Campos Meirelles – muito conhecido –, Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo; Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Secretária da Economia do Estado de Goiás; Renê de Oliveira Garcia Júnior, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná.

Então, vamos começando. Há muitos que não conseguiram entrar ainda em nossa sala, mas nós vamos começando com os presentes e, à medida que for chegando, nós vamos abrindo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos aqui à ordem.

Vou passar a palavra, pelo tempo de 15 minutos, primeiro, ao Sr. Rafael Tajra Fonteles.

Ele está presente? *(Pausa.)*

Cadê?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Isso, Rafael.

Está com a palavra e pode abrir – viu, Rafael? –, pode abrir nossa audiência pública com o brilho que você sabe fazer. Está bom? Você tem 15 minutos. Vamos em frente!

O SR. RAFAEL TAJRA FONTELES (Para expor.) – O.k. Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Quero cumprimentar os demais Senadores e Deputados aqui presentes; o colega Renê, Secretário da Fazenda do Paraná – não sei se o Ministro Meirelles e a Cris, de Goiás, já estão na sala –, e agradecer a oportunidade dada ao Comsefaz e a alguns dos seus membros para tratar deste tema que é o mais importante no momento, pelo menos para nós, do Comsefaz, que são os efeitos fiscais derivados da crise sanitária. Então, pelo que entendi, a gente vai fazer uma apresentação, Senador, e, no final, teria o tempo para as perguntas, não é?

Então, eu passei uma apresentação, não sei se assessoria conseguiu transmitir... Mas, de todo modo, enquanto não a colocam no ar, eu já poderia pontuar algumas questões.

Primeiro, Senador Confúcio, Presidente da Comissão, queria colocar que o Comsefaz, desde o mês de março, se antecipou, digamos, ao que viria pela frente e já fez o alerta ao Governo Federal do tamanho do impacto na arrecadação dos entes subnacionais que nós teríamos em função da crise sanitária. Se não me engano, a nossa primeira manifestação foi no dia 16 de março, quando já colocamos de forma bem clara para a sociedade e para o Congresso também que a gente já previa quedas superiores a 20% na arrecadação dos entes subnacionais e que isso poderia superar 30% no mês mais crítico. Pois bem, os números consolidados do segundo trimestre, pegando abril, maio e junho, que refletem a arrecadação dos respectivos meses anteriores, portanto, de março, abril e maio, têm uma perda real média para os 27 Estados de 18% da sua arrecadação. Então, quase a gente acertou na mosca naquela previsão.

Ocorre que, mesmo com a retomada das atividades econômicas, o efeito na queda da arrecadação continua. Por quê? Porque a crise econômica, na verdade, não é derivada apenas do fato de as atividades econômicas estarem suspensas, mas pelo próprio comportamento dos agentes econômicos, que ficam com pavor da doença, obviamente, temor, e terminam alterando o seu comportamento de consumo, o que, portanto, reflete na arrecadação. Então, mesmo havendo uma melhora no mês de junho em relação ao mês de maio, a nossa estimativa, a nossa projeção é de que essas perdas continuem nos próximos meses.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, qualquer comparação que a gente possa fazer entre as perdas dos Estados e as ajudas que já foram aprovadas pelo Congresso Nacional e implementadas pelo Governo Federal, na nossa visão, tem que levar em consideração a projeção até o final do ano.

Então, esse é um ponto importante na análise, porque a gente tem visto algumas análises olhando só o mês individualmente, do tipo: no mês de maio, a perda foi de tantos bilhões, e a Lei Complementar 173 aportou tantos bilhões, o que poderia sugerir em algum momento que há uma compensação efetiva e total, e a nossa tese é de que a compensação até o momento se revelará, ou já se revela para alguns Estados, insuficiente.

É claro, Senador Confúcio, que há uma grande heterogeneidade nessa situação. Há Estados que conseguiram ter inclusive crescimento real da sua receita. Pouquíssimos Estados, dois ou três, conseguiram ter crescimento real, mas a grande maioria teve perdas superiores a 20% na sua arrecadação. Então, realmente é um dado que a gente queria registrar neste momento.

Segundo, muito se fala na recomposição da perda nominal, ou seja, recompor o mesmo valor de 2019, mas é importante ressaltar que a gente trabalhava com o orçamento para o ano de 2020, que previa um crescimento real, como demonstram os números dos primeiros meses. Portanto, a gente tem que fazer a conta sempre prevendo o que frustrou do orçamento, porque o orçamento dos Estados e dos Municípios é muito engessado com despesas obrigatórias, em que você não consegue obviamente, mesmo que haja um esforço de contingenciamento de tudo aquilo que é discricionário, ter realmente uma grande redução de despesas, porque a maioria dessas despesas – alguns Estados chegando a 100% do seu orçamento – são de natureza obrigatória. Então, este é um ponto importante: não analisar apenas a perda com base na perda nominal, e, sim, na perda real.

Então, eu acho que estão compartilhando a apresentação, só que não chegou ainda. Eu vou continuando aqui a minha análise.

O segundo ponto, Exmos. Srs. Deputados e Senadores, que é muito importante é não colocar nessa contabilidade as receitas ou os auxílios específicos para o setor de saúde, porque, no setor de saúde, todos os Estados e todos os Municípios tiveram aumento de investimentos, de despesas muito maior do que o auxílio recebido. A gente não tem ainda um levantamento dessa projeção do gasto em saúde, mas é importante colocar que esse auxílio para a saúde, seja via orçamento direto, seja via Lei Complementar 173, certamente não supera, não compensa esse aumento de despesas que nós tivemos na área da saúde. Então, um outro ponto importante na hora de a gente fazer essa análise comparativa.

Terceiro ponto importante, antes de partir aqui para o eslaide, que eu já queria deixar registrado: foi colocado como se tivesse acontecido a suspensão total de todas as dívidas. Este ponto precisa ser esclarecido: que apenas as dívidas com Caixa e BNDES e algumas do Banco do Brasil foram de fato suspensas, ou melhor, postergadas e, com relação aos bancos internacionais, que estavam naquela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contabilidade dos 120 bilhões, não se consumaram por causa do veto feito ao §6º do art. 4º da Lei Complementar 173. Então, é outro ponto muito relevante de ser abordado.

Além de haver uma postergação, outro ponto: vários Estados já estavam com suas dívidas postergadas em função do Regime de Recuperação Fiscal ou em função de decisões judiciais antigas, antes da pandemia. Então, também a nosso ver, não é prudente fazer a análise incluindo toda essa suspensão da dívida.

Então, tendo esses pontos preliminares colocados dos Senadores, a gente pode partir aqui para a apresentação. Só para ficar claro: por Estado, comparando o segundo trimestre de 2019 com o segundo trimestre de 2020 – faltam ainda dois Estados, a arrecadação de julho ainda não tinha sido informada –, você vê aquilo que eu coloquei, a heterogeneidade do comportamento das receitas. Então, houve tantos Estados que tiveram perdas acima... No caso, você tem que desconsiderar aí Acre e Amapá, porque não estão com a arrecadação de julho, mas você tem Estados que tiveram perdas acima de 20%...

Pode passar o segundo eslaide, por favor?

Pronto.

Então, houve Estados que ficaram, no consolidado do trimestre, como o Estado do Ceará, que teve perda de 28%, assim como houve Estado... Se você voltar para o eslaide anterior, vemos o exemplo do Mato Grosso – o anterior, por favor –, que é um Estado que – e isso obviamente tem a ver com a base da sua economia ser de exportação de produtos primários – teve um crescimento de 4%. Somente o Estado do Mato Grosso teve um crescimento real; todos os demais, um decréscimo. Então, você vê que há um comportamento bem diferente, atingindo mais os Estados do Nordeste e do Sudeste.

Pode passar o outro eslaide, em que fica mais claro isso. Terceiro, por favor.

Então você vê aí perdas substanciais no Nordeste, Sudeste e Sul, e alguns Estados da Região Norte também tendo perdas ainda maiores. Então, esses são dados consolidados do ICMS. Repetindo: perda real, ou seja, considerando também a inflação.

Podemos passar para o próximo.

Com relação ao FPE, houve a compensação nominal, a recomposição nominal por quatro meses, em torno aí de R\$4 bilhões para Estados, em torno de 5 bilhões para Municípios, mas a gente tem que considerar que foi uma recomposição nominal, aquilo que eu falei no começo: há uma perda real, que há de ser considerada, e principalmente nós temos aí mais seis meses no ano em que não há previsão da recomposição, a não ser que, com a Medida Provisória 938, que está sendo relatada na Câmara dos Deputados pelo Deputado Hildo – é um apelo que o Comsefaz fez –, seja prorrogado esse auxílio até o final do ano, porque as perdas no Imposto de Renda estão sendo, em alguns casos, até mais significativas do que as perdas do ICMS, que é a principal base do FPE/FPM, tanto o Imposto de Renda quanto o IPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as perdas devem se prolongar para os próximos anos... Para os próximos meses – perdão, desculpem-me –, e não há previsão mais de recomposição. Então, aproveito a oportunidade já para fazer esse apelo.

Próximo eslaide, por favor.

Bom, isso aí é para demonstrar que o momento mais crítico, de fato, foi o mês de maio, refletindo a arrecadação gerada em abril, e em junho há uma tendência de recuperação. A gente atribui muito essa recuperação, sem sombra de dúvidas, ao auxílio emergencial. Como esse auxílio só vai até o próximo mês, se não me engano já vai ser o quinto mês em agosto – abril, maio, junho, julho, agosto –, esse efeito deve sumir na arrecadação. Por isso é que nós entendemos que essa perda nominal e real irá se prolongar até o final do ano, mesmo não sendo perdas da ordem de 20%, 24%, como ocorreu aí em maio, mas deve continuar nesse patamar de 5 a 10% de queda. Repito: não é nada homogêneo, é altamente heterogêneo, os números anteriores demonstram isso, mas, de fato, há um efeito positivo em muitos Estados do auxílio emergencial e, claro, aos poucos, da retomada da normalidade da economia. E, enquanto não se tiver realmente uma solução definitiva, uma vacina, uma cura, como eu disse no começo, o comportamento dos agentes econômicos continuará alterado e continuará refletindo no consumo, na produção e, portanto, na arrecadação.

Mais um eslaide, por favor.

A questão das dívidas foi o que eu coloquei: quando você tira a suspensão das dívidas dos bancos internacionais e retira aqueles Estados onde já estava encaminhada a suspensão das suas dívidas por causa do regime de recuperação fiscal, o impacto é de apenas 15 bilhões; se você contar com São Paulo, vai para 24 bilhões. São Paulo entrou com uma ação judicial ainda no mês de março e conseguiu também. Então, além de ser uma postergação, ou seja, não é uma injeção de recursos, essa conta vai ser paga – foi só uma ajuda para o fluxo de caixa, que é importantíssimo, mas ela não chega àquele patamar que foi ventilado, de 60 bilhões. Há que se tirar esses elementos para poder fazer a comparação mais justa, na nossa visão.

E, portanto, fazemos mais um apelo aos Senadores e Deputados em dois sentidos. Primeiro, na rejeição ao veto no §6º do art. 4º da Lei Complementar 173, que é o que garantiria a suspensão das dívidas internacionais. A Secretaria do Tesouro Nacional argumentou que os bancos internacionais iriam classificar isso como um *default*, como um calote, mas não é isso que acontece na prática, porque a União honraria o aval, como ela já faz com vários Estados, seja por decisão judicial, seja pelo regime de recuperação fiscal, e, portanto, os bancos internacionais não seriam prejudicados e o Estado brasileiro não entraria em *default*; apenas os Estados deixariam, este ano, de pagar essas garantias, que seriam pagas nos anos posteriores. Então, é muito importante a rejeição a esse veto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também pedir para entrar na pauta uma dívida muito relevante, que são as dívidas com precatórios. Há um pleito do Comsefaz para que haja a suspensão do pagamento dos precatórios este ano e a ampliação do prazo, como o Senado já aprovou, até 2028, só que não houve a inclusão dos precatórios alimentares, que são os maiores. Então, nós fazemos esse apelo ao Parlamento também, que seria muito importante para ajudar o funcionamento dos serviços públicos nos Estados ainda neste ano.

O último eslaide, por favor.

Pronto, é só para agradecer mais uma vez a atenção de todos. Procurei me ater ao tempo, até porque talvez a parte mais importante seja o debate, e certamente os colegas secretários irão completar os pontos abordados.

Muito obrigado, Presidente Confúcio. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Rafael Tajra Fonteles, do Estado do Piauí, que representa aqui o Comsefaz.

O Henrique Meirelles está na casa dele tentando, com muita dificuldade, entrar e digitar o *link* nosso. Está tentando.

A Cristiane Schmidt, lá de Goiás, foi chamada pelo Governador, mas ela disse para irmos tocando aqui, que ela entra durante a nossa audiência.

Então, vamos passar a palavra para o Dr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, Secretário de Fazenda do Estado do Paraná.

Pelo tempo de 15 minutos, Dr. Renê, fique bem à vontade.

O SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR (Para expor.) – Nobre Senador Confúcio Moura...

Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ouvindo bem! Pode continuar.

O SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR (Para expor.) – Ah, muito obrigado.

Muito obrigado pelo convite!

Eu queria saudar os Senadores e os Deputados, o Senador Esperidião Amin, que é um ícone da história da política brasileira, o meu amigo Rafael, que de forma muito inteligente já expôs os problemas, já mostrou dados sobre quais são os impactos importantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência é interessante para mostrar que, apesar de o Brasil ser uma federação, os Estados, na verdade, têm impactos diferentes – não é, Rafael? –, na medida em que a distribuição da produção econômica não é uniforme nos Estados. Há Estados que são produtores agrícolas, há Estados que são produtores minerais, há Estados onde o comércio e a atividade de serviços são muito importantes, outros onde a atividade industrial e o agronegócio têm relevância. Então, quando analisamos o Brasil, achamos que é uma coisa muito uniforme, mas, quando nós analisamos do ponto de vista formal, identificamos a existência de assimetrias profundas. Não é só a questão regional, há também a questão da distribuição da produção.

Por exemplo, quando o Comsefaz emitiu a sua carta, aquela carta que foi um alerta para o Governo Federal sobre a situação dos Estados e Municípios, sobre a situação de risco que isso poderia acarretar para a Federação, acho que foi um ponto muito importante e marcante. E lembro, Senador Confúcio, que nós costumamos dizer aqui no Comsefaz que isso não é uma ajuda, não é uma ajuda que a União está dando, mas o contrário: o que acontece é um ato de solidariedade federativa. A União é formada por Estados e Municípios e defende os interesses do Estado e da Nação brasileira. Então, quando um Estado ou quando um Município entra em dificuldade financeira, com problema estrutural proveniente de um choque externo, a União tem obrigação, pela própria Constituição, de defender a Federação. Então, o que o Congresso Nacional fez foi um ato extremamente importante para defender a integridade da Federação, federativa. E, nesse caso, realmente, os Estados e Municípios devem muito ao Congresso Nacional. Os senhores têm a nossa admiração pelo que foi feito e nossa eterna gratidão pelo comportamento corajoso que tiveram, não só de mostrar o problema, de defender os interesses, mas também no sentido de colher os nossos sentimentos mais profundos.

A Região Sul do Brasil tem algumas características diferenciadas em relação a outras regiões. Primeiro, no caso do Paraná, a agricultura e o agronegócio têm importância relevante, chega a 30% do PIB, a indústria representa 35% ou 40%, e o resto são serviços. O que ocorre? Quando a pandemia chega, ela atinge primeiro o canal de comercialização, depois ela se espalha pela indústria e vai afetando toda a cadeia produtiva. Então, o primeiro impacto na receita do Paraná foi muito forte. Nós chegamos a perder, ao longo dos últimos três meses, R\$1,7 bilhão só de ICMS! Isso representa praticamente a totalidade dos recursos que virão por conta do auxílio da Lei Complementar 173, quase a totalidade. A nossa previsão de perda de arrecadação segue basicamente a mesma norma, o mesmo padrão comportamental da Região Sul. Ela não é muito diferente. Se pegarmos o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, nós temos uma base sanitária muito semelhante. Então, a perda estimada, ao longo de quatro meses, se a pandemia se estender por quatro meses, pode chegar ao montante – com tudo mais constante – de R\$3,7 bilhões.

Como é que foi calculado isso? Foi calculado da seguinte forma: verificamos qual é o padrão de arrecadação, analisamos a dinâmica da economia, analisamos o comportamento da atividade econômica nos principais Municípios, e fizemos simulações. Nessas simulações foram dadas algumas probabilidades, e ao término delas foi feita uma média esperada. Esse é o montante, com tudo mais constante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no Sul, como os senhores sabem, agora que a Covid está chegando com mais intensidade e mais agressão. Ela pode ainda perdurar por um período de tempo superior a agosto e setembro. Então, pode ser que o efeito sobre a atividade econômica se prolongue.

Mas é bom ressaltar, Rafael, que a situação da economia não esbarra simplesmente em voltar a operar, em voltar a trabalhar. Existe uma questão de credibilidade, de confiança. As pessoas estão com muita insegurança. É natural. Os estudos mais recentes revelam que alguma coisa como 25% a 30% das pequenas e médias empresas do Brasil podem fechar de forma definitiva. O que representa isso, do ponto de vista econômico? O produto potencial brasileiro, aquilo que o Brasil poderia crescer em condições normais, sofrerá um baque de algo entre 5,5% e 6%.

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas publicou ontem um estudo em que revela que o hiato do produto, ou seja, aquilo que estaria ao nível da atividade econômica, quando comparado com o que poderia ser estaria já na faixa de 12% a 14%. É um estrago monstruoso. Então, não vamos esperar que a nossa economia volte a crescer de forma sustentável em um período de tempo curto. Essa transição será longa, demorará um certo tempo.

Mas felizmente também o Congresso Nacional aprovou o auxílio emergencial. O auxílio emergencial representou quase que um ato de salvação do Brasil. Se não fosse o auxílio emergencial, nós teríamos uma crise social a mais profunda possível.

Por exemplo, no estrato 10% mais pobre do Paraná, o auxílio emergencial chegou a 97%, ou seja, ele cumpriu o efeito, ele cumpriu seu objetivo. Então, quando a gente analisa hoje a situação do País, vamos dizer assim, os mais pobres têm a necessidade de continuar sendo olhados e de alguma forma atendidos; a questão empresarial ainda demanda um enorme esforço de recuperação, que é de credibilidade, de confiança; há a questão de acesso também, Srs. Senadores e Deputados, a algum mecanismo de crédito que não seja o mecanismo de crédito tradicional.

Uma coisa que a gente aprende quando a gente passa por grandes crises como essa que nós estamos vivendo é que as ideias novas têm que chegar aos ouvidos. O grande economista inglês John Maynard Keynes falava o seguinte: o problema das crises não são as ideias novas, é continuar com ideias antigas que soam fáceis, mas não são. Nós temos que criar mecanismos para que as empresas tenham acesso a crédito, que tenham linhas de crédito abertas, que possam de alguma forma dar vida e oxigênio a essas pessoas, como outros países do mundo estão fazendo.

Agora, por incrível que pareça, Srs. Senadores e Deputados, o auxílio aos Estados e Municípios é a parte menor de todo o conjunto de auxílios do Governo Federal neste momento. Se analisarmos, ele representa algo em torno de 15%, 20% – não é, Rafael? Não é um montante preciso.

Agora, é o seguinte: o estrago provocado nas finanças dos Estados pode ser para sempre, porque certamente nós vamos ter uma deterioração na qualidade dos serviços dos Estados, nós vamos acumular





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dívidas. Porque essas dívidas que foram suspensas, elas existem. Elas vão continuar no nosso orçamento para a frente. Os Estados vão ter uma perda estrutural nas suas receitas porque uma parte da economia vai morrer, mas também a forma de atuação, por exemplo... Querem ver um exemplo disso? O comércio tradicional. O comércio tradicional vai passar por uma mudança profunda – já está passando. Toda vez que você aumenta a questão do comércio eletrônico, ele esbarra numa questão complexa. Qual é a base tributária que incide sobre essa atividade? Hoje nós estamos discutindo no Comsefaz uma tentativa de regulamentar o comércio eletrônico de forma a gerar a possibilidade de acesso à base tributária, porque boa parte do comércio eletrônico se dá com empresas pequenas e médias, cuja base tributária é muito pequena, além de que existe muita fraude. E também é natural que, em um momento de crise, de alguma forma haja um sentimento, por parte das empresas, defensivo, de não pagar impostos, de postergar impostos. É natural que aconteça isso. Então, as perdas de arrecadação podem ser estruturais.

Então, eu acho que nós precisamos realmente – o Dr. Rafael colocou de forma muito precisa – repensar essa questão desse projeto para que possa vir a agregar mais alguns recursos aos Estados e Municípios, principalmente também, Senador, pela questão dos Municípios. Nós estamos nos esquecendo de que há uma quantidade de pequenos e médios Municípios que estão numa situação de profunda crise, de crise estrutural muito grande. Nós temos que ter um olhar voltado para esses Municípios.

Na questão dos Estados, acho que o Congresso Nacional pode ter um momento muito oportuno hoje para lidar com esse problema. De que forma? Primeiro, na questão da continuidade desse mecanismo de ajuda, mas analisando aquilo que tudo que o Dr. Rafael colocou muito bem: possivelmente eles tenham que fazer alguns ajustes. A distribuição de forma isonômica pode não ser a forma mais correta. Temos que verificar a experiência de alguns Estados, como aconteceu... Há Estados que, no caso da Região Sul, têm 85% da arrecadação proveniente de ICMS. E de ICMS, por exemplo, de gasolina, nós perdemos aqui R\$600 milhões, por quê? Porque o preço caiu e a demanda despencou. Essa receita não virá nunca mais. Quem deixou de consumir gasolina não vai consumir mais. É um passado que não tem a menor chance de ser reproduzido. Assim também em outros Estados. Então, há um componente da perda de arrecadação que é definitivo, é estrutural.

E outro problema grave que o Congresso pode discutir está relacionado à questão das PECs do projeto Brasil Mais, que é afeto à estrutura de despesa dos Estados. Os orçamentos são muito enrijecidos. Aqui no Paraná, nós temos 95% do orçamento praticamente só com despesas obrigatórias, quase 96%. Há Estados da União que têm 100%. Então, qual é a margem que tem o formulador de política do Estado para tentar de alguma forma adequar seu orçamento? Não tem. Não tem absolutamente nenhuma.

E um outro item que eu coloco para a reflexão é a necessidade – como o projeto saiu da Câmara e foi para o Senado, o Senado mudou a sua estrutura, mas havia um componente no projeto da Câmara que tinha uma importância muito grande – de segurar por um período de tempo ainda a ser definido qual seria a criação de obstáculos à concessão de benefícios fiscais por parte dos entes federativos durante o período





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que vigorava a ajuda aprovada pelo Congresso. E isso, naquele momento, foi retirado do projeto do Senado, mas é muito importante, porque permite a possibilidade de assimetrias, neste momento, que podem confundir a cabeça do investidor.

Agora há outro item também, Senador e Rafael, que eu gostaria muito de colocar – eu fiz a sugestão ao Senador Alvaro Dias e ele subscreveu a emenda. É que nós gostaríamos muito que fosse de alguma forma colocado, durante este período em que a pandemia está ocorrendo e há esse desarranjo nas contas públicas, que a metodologia de cálculo por parte da STN para avaliação dos Estados fosse de alguma forma congelada, porque nós estamos vivendo uma situação de profunda destruição do que a gente entende como receita e despesa, só que o critério de avaliação dos Estados continua o mesmo. Então, deveria haver um congelamento para evitar que, de forma unilateral, a Secretaria do Tesouro Nacional venha a fazer avaliações sobre os Estados, sobre a capacidade dos Estados, a questão da possibilidade de concessão de créditos e de garantias, que possam prejudicar neste momento. Eu acho que esse é um pleito para a sua reflexão. É uma forma assim: vamos fazer de conta que 2020 não existiu, vamos fazer de conta, vamos parar, vamos criar as medidas necessárias para que o dique não seja rompido e a economia possa continuar a fluir.

A situação nos Estados só vai ser potencialmente resolvida com uma grande reflexão sobre o pacto federativo, sobre a distribuição de funções entre os entes federativos, com uma reforma tributária que venha de fato a mudar o perfil da arrecadação – não será o modelo que está hoje vigorando nem também a proposta do Governo Federal, apesar do nosso esforço. O Dr. Rafael há mais de um ano participa das reuniões para discutir o que seria uma reforma tributária, nós temos o nosso projeto do Comsefaz, que está pronto e já foi até encaminhado, mas nós gostaríamos de ser chamados também para o Senado.

Então, Senador Confúcio, eu vou lhe dizer: os Estados estão necessitando muito dessa interlocução, dessa conversa, de mostrar a situação. Ainda pode ser muito pior para os Estados, eu acho que nós não passamos pela fase crítica ainda. De alguma forma, o segundo trimestre e o segundo semestre podem conter um componente de expectativa muito adverso, que pode fazer com que haja muita frustração de receita e muita necessidade de despesa, principalmente ainda na área de saúde, porque o pior não passou – pode ter passado do ponto de vista da quantidade de casos, mas agora nós temos que repensar o sistema de saúde, temos que repensar os idosos, os mais velhos. Se há uma coisa que se mostrou totalmente problemática é que os nossos idosos não tiveram amparo. Nós não temos um sistema de monitoramento de pressão alta, de diabetes, de nível de risco dos idosos. Então, tem que fazer um grande projeto nos Estados para poder acompanhar esse segmento da população.

E aqui no Comsefaz, com a liderança do Dr. Rafael, nós estamos inteiramente à disposição. Estamos à disposição, nós temos análises críticas, temos 27 secretários de fazenda, que hoje são pessoas com o nível técnico apropriado, com extrema habilidade, a maior parte tem experiência de várias secretarias, anos e anos de experiência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Confúcio, agradeço muito por ter aberto este espaço. Pode nos usar, não é, Rafael? Pode pedir informação, pode pedir dados, pedir elementos. Nós estamos aqui dispostos a dar toda a informação necessária e a oferecer um mecanismo auxiliar.

A mensagem que eu lhe passo é a seguinte: os recursos que vieram até agora... Por exemplo, no caso do Paraná... A Instituição Fiscal Independente, que é um órgão do Senado, fez um estudo recente mostrando que os Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul vão ter uma insuficiência de recursos na faixa de R\$1,5 bilhão cada um deles. Então, o próprio Senado já sabe que não serão os recursos suficientes.

Mas eu fico aqui aberto e agradeço muito, muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, pela sua belíssima apresentação.

Eu já registro a presença da Dra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Secretária de Economia do Estado de Goiás – bem-vinda seja a senhora! –, e, da mesma forma, do ex-Ministro Dr. Henrique de Campos Meirelles, muito conhecido no Brasil inteiro, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

Até este momento, já falaram dois convidados, o Rafael Tajra, da Comsefaz, do Piauí, e o Renê Garcia Júnior, do Estado do Paraná, que falou agora.

Então, passo a palavra à Dra. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt pelo tempo de até 15 minutos, com a prorrogação que a senhora julgar necessária.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Primeiramente, desculpa o atraso com que entrei aqui. A reunião estava marcada para as 10h, mas eu estava com o Governador e, infelizmente, não pude entrar. Quero pedir aqui, a princípio, minhas desculpas e quero agradecer enormemente este convite, com uma abertura para o Comsefaz comentar, falar, sugerir e expor as suas ideias e o que tem acontecido nos Estados. Acho que é extremamente salutar esse diálogo franco e aberto com o Congresso Nacional, para que os senhores saibam exatamente, ouvindo de nós, qual é a situação.

Então, fazendo um resumo da situação de Goiás aqui, quando nós pegamos o Estado, com o Governador Ronaldo Caiado, em janeiro de 2019, nós estávamos com duas folhas em atraso. Nós estávamos em uma situação fiscal tão calamitosa, que tivemos que fazer um decreto sobre a situação de calamidade financeira em que estava o Estado de Goiás. Pagamos, ao longo de 2019, esses salários atrasados. Conseguimos fazer reformas estruturais relevantes até dezembro de 2019. Fomos o primeiro Estado a fazer a reforma da previdência. Fizemos a reforma do Estatuto do Servidor e também do magistério. Desfizemos diversas desvinculações estaduais do nosso orçamento. Acabamos com alguns





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundos e ainda temos plano para, neste ano, continuar isso. Diminuímos linearmente em 10% os incentivos fiscais e conseguimos, com isso, ter algum caixa adicional, além de várias outras iniciativas que fizemos para tentar endereçar o problema estrutural que temos.

Infelizmente, no Estado de Goiás, 90% – 87%, para ser mais precisa – da receita líquida que fica para o Governador gastar, que é um pouco diferente da receita corrente líquida – aqui nós temos o Ipagso, que come 10% da receita corrente líquida, o que não vem para o caixa para o Governador gastar –, são destinados a gasto com pessoal. Aí eu tenho mais dívidas e precatórios e subo para 98%. Então, na verdade, o que eu posso gastar com despesas discricionárias são apenas 2% do orçamento total, o que é uma barbaridade, de tão horrível que é.

No ano passado, para dar um exemplo, o Estado de Goiás foi o que menos investiu, além do Acre. O Acre foi o que teve o pior investimento dentre as 27 unidades federativas, e Goiás estava em segundo, com apenas R\$360 milhões. E não é porque o Governador Ronaldo Caiado não queira investir; pelo contrário, ele quer investir e muito, o problema é que não temos fôlego.

Então, uma coisa que eu acho que é muito importante para o Congresso Nacional compreender de fato e tentar colocar no sangue é que, se nós não endereçarmos o problema da reforma administrativa, se nós não endereçarmos o problema da folha de pagamentos, os ativos e inativos, não tem jeito, não vai ter jeito. Hoje a gente pode arranjar o fluxo de caixa aqui e acolá, podemos arrumar aqui e acolá, mas não vai ter jeito. Mesmo com a minha reforma da previdência, em que eu consegui, entre aspas, "economizar" R\$400 milhões no ano, porque o meu déficit previdenciário não vai crescer em R\$800 milhões, mas em R\$400 milhões, ainda assim eu tenho um grande problema de fluxo de caixa. Então, esse é o problema estrutural que temos.

Quando veio a pandemia e veio o problema conjuntural, naquela época estávamos falando de PECs 186, 187, 188; estávamos falando de reforma tributária; estávamos falando de reforma administrativa; estávamos falando do Plano Mansueto – isso tudo é para endereçar questões relevantes de médio e longo prazo. Essas questões precisam voltar à pauta, precisam voltar para mesa. A reforma da previdência, que já foi feita, eu acho que vai ter que ser feita novamente em algum momento futuro, porque ela não vai ser suficiente. Já estamos vendo isso não só em nível de União, mas também de Estados e Municípios que fizeram a reforma. Temos a reforma tributária – é importantíssimo que ela saia logo –; a reforma administrativa, mais do que tudo; e as PECs.

Com relação à ajuda federal que veio tanto para recomposição de FPE, quanto para recomposição do ICMS com a 173, ela foi essencial. Quero colocar aqui também que, naquela ocasião da discussão do PL 173, falou-se muito em questões como: "Ah, os Estados estariam fazendo uma farra fiscal". Impossível; impossível utilizar a ajuda federal para fazer uma chamada farra fiscal. Que farra fiscal? Porque eu, agora, estou conseguindo – agora, em julho –, vou conseguir talvez ficar perdendo em termos nominais – nem em valores reais, em termos nominais – comparativos a 2019, uma perda ao redor de 5%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas, e isso graças às ajudas federais. Então, a ajuda federal veio num bom momento. Ela foi atrasada aí em dois meses, infelizmente. Maio e abril foram quando eu tive as piores quedas; eu tive aí uma perda de arrecadação em abril de aproximadamente R\$350 milhões e, no mês seguinte, mais quatrocentos e poucos milhões, um pouco mais. Então, no total, foi uma perda de R\$800 milhões, e, obviamente, o dinheiro que veio da 173 – mensalmente eu tenho quatro parcelas de R\$285 milhões – para esses primeiros dois meses ficou bastante aquém do que eu precisaria para recompor. No entanto, nos meses de junho e julho, parece que eu vou ter uma RCL melhor do que eu tive em maio e abril, porque realmente maio e abril foram os piores meses em termos de arrecadação.

Nesse sentido, eu imagino, sim, que a ajuda federal que está vindo pela 173, pelo menos para o Estado de Goiás, vai talvez trazer equilíbrio, ou seja, eu vou continuar tendo perda, vou continuar tendo uma perda anual – eu tenho uma perda anual estimada de RCL ao redor de 5% –, mas foi uma ajuda que realmente foi imprescindível para o Estado de Goiás. Se nós não tivéssemos tido ajuda, tanto de recomposição de FPE quanto com a 173 para o auxílio do fluxo de caixa, Goiás não estaria pagando os servidores, porque, volto a colocar, quando dizem assim: "Ah, a gente não vai dar ajuda para o Estado pagar folha de servidor"... Mas, gente, é constitucional! Eu não posso mandar embora, eu não posso reduzir horas trabalhadas com salário, eu estou amarrada. Eu estou amarrada em 97%. Entre 97% e 98% da minha receita, eu estou literalmente amarrada. Se eu não tivesse tido a suspensão da dívida pelo Ministro Gilmar Mendes, eu estaria em uma situação calamitosa agora, provavelmente com greves pipocando em tudo quanto é lado.

Então, de fato, volto a insistir que essa ajuda foi muito benéfica. Não sei se será suficiente, mas também não sei se será aquém. Eu acho que agora, com a arrecadação voltando, pelo menos para o Estado de Goiás, em junho e julho, provavelmente a gente vai ter um equilíbrio, porque a gente perdeu muito em maio e em abril, mas não perdemos tanto em junho e julho. Portanto, são quatro parcelas que vão nos dar um equilíbrio.

Agora, volto a insistir que podem me chamar para o debate. Eu levo números de Goiás, e a gente faz um debate mais fechado com relação a quais são as despesas obrigatórias mais relevantes dos Estados e Municípios. E volto a insistir: folha é o nosso grande problema de hoje e seguirá sendo. As nossas receitas não estão cabendo dentro das despesas. E temos aqui uma pressão muito, mas muito forte por aumentos salariais. E, quando falo em aumentos salariais, eu não falo só em revisões anuais; estou falando também em progressões e promoções. Agora mesmo a polícia aqui no Estado de Goiás está fazendo uma pressão tremenda para darmos uma promoção, que não podemos, que não cabe no nosso caixa. E eles falam que, se no Governo anterior, de 2014 a 2018, eles tiveram um aumento de 65%, então por que agora não se pode dar? Então, como dar 65% de aumento de folha? Como é sustentável isso, se a receita não cresce nesse patamar, nessa taxa de crescimento?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente precisa rever. A gente precisa rever com responsabilidade. Eu acho que este é um momento, no Brasil, em que temos um conjunto de 27 secretários de fazenda ou economia ou tributação – o nome que seja –, que são extremamente responsáveis; temos aí um Comsefaz atuante, com a liderança do Rafael, que está aqui presente no dia de hoje; temos aí um grupo que quer mudar o Brasil. Vamos aproveitar essa oportunidade para a gente fazer novos debates, para a gente conversar com um pouco mais de atenção para diversos probleminhas que temos, e para saber como o Congresso Nacional pode nos ajudar, pode liderar essa mudança no Brasil inteiro, porque o que acontece no Congresso Nacional respinga nos Estados e Municípios. O que foi feito, por exemplo, na previdência com os militares afetou negativamente a previdência do Estado de Goiás no tocante aos militares. Então, há coisas que são feitas e que nos afetam negativamente, então a gente precisa conversar. Por exemplo: o piso do magistério. Esse piso, no ano passado, teve um momento exorbitante. Como conseguir pagar o piso do magistério? Será que a gente não tem que sentar e rever isso? E não é uma questão de não querer valorizar professor, longe de mim, que sou uma economista e tenho como princípio que a gente só vai mudar o Brasil com educação de qualidade. Muito mais do que investimentos em infraestrutura, que seria o segundo ponto, o primeiro lugar é investimento em educação – eu não tenho nenhuma dúvida –, mas não adianta a gente forçar a barra onde os Estados e Municípios não conseguem pagar. Fazer um piso que a gente não consegue pagar não dá. Então, a gente tem que fazer algo que esteja dentro das possibilidades.

E volto a insistir: as reformas estruturais precisam vir. Neste momento em que a gente está tentando lidar com uma crise conjuntural, o Plano Mansueto mudou nas mãos do Pedro Paulo para um plano de curto prazo, o que foi correto, porque nós precisávamos dessa ajuda de curto prazo, mas a gente não pode se esquecer daquele antigo PL 149, que era o Plano Mansueto e que precisa voltar à mesa. Precisam voltar à mesa as PECs 188 e 187; precisa voltar à mesa a reforma administrativa com urgência; precisa voltar à mesa a reforma tributária. Então, essas reformas...

Daqui a pouco, acaba essa época da pandemia, dezembro está aí, e provavelmente a gente vai... Na atividade econômica, todos os indicadores pelo Banco Central, todos os indicadores pelos bancos, o boletim Focus, etc. estão dando a entender que a gente já está entrando e aquecendo novamente a economia. As perspectivas de queda de PIB, que estavam em -8%, -7%, já estão em -6%, -6,5%, já estão melhores. Vamos ter muito desemprego aí. Se realmente não desonerarmos a folha, vai ser um problema.

Um único aspecto que eu coloco para reflexão aqui e que nesta pandemia é o meu maior medo: o dinheiro que a União está tentando viabilizar, via empréstimos, para as pequenas e médias empresas não está chegando. Isso quer dizer que, como a maior parte do emprego está nesses pequenos negócios, eu tenho muito medo de que a gente vá acabar alcançando um desemprego descomunal, porque agora a gente está aqui num desemprego que está crescente e que pode chegar a 20%, a 25% já em janeiro do ano que vem. Se a gente não tomar conta agora das pequenas e médias empresas, tentando dar uma ajuda mesmo, sem pensar em contrapartida, sem pensar em garantia, porque a gente sabe que os bancos querem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as garantias – é óbvio, há o Acordo de Basileia, há a questão de riscos –, se nós deixarmos agora essas pequenas e médias empresas quebrarem, a gente vai ter um problema maior ainda de desemprego futuro, em que para essas pessoas retornarem ao mercado de trabalho talvez seja mais complicado.

Então, fica aqui esse alerta com relação à parte conjuntural, à parte da pandemia, à parte das minhas preocupações mais exacerbadas, porque os R\$600 estão chegando às mãos daqueles que têm menos oportunidades. As grandes empresas de alguma maneira estão conseguindo pegar os empréstimos, melhorando seu fluxo de caixa. Agora, as pequenas e médias empresas são, para mim, nesse curto prazo, o meu maior ponto, o meu maior foco de atenção. Em resumo, para eu terminar aqui, Goiás está fazendo o seu dever de casa. Desde que chegou, em janeiro de 2019, está com foco muito grande em tentar acertar as finanças do Estado de todas as formas, mas é uma questão difícilíssima se nós não tivermos reformas estruturais relevantes vindas da União, vindas do Congresso Nacional, que aliás será o grande propulsor da nossa retomada, ou seja, a retomada das atividades futuras virá com as reformas estruturais que serão debatidas no Congresso Nacional. E me coloco aqui à total disposição de todos os senhores, para que façamos um debate franco, aberto, a fim de que eu exponha as questões de Goiás, e nós, em conjunto com o Comsefaz, também falemos com os 26 Estados mais o Distrito Federal, para que estejamos juntos nessa empreitada da retomada das atividades.

Muito obrigada pela atenção. É uma honra estar aqui. Presidente, eu peço desculpas, novamente, por ter chegado atrasada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Dra. Cristiane, a senhora me emocionou bastante. E a senhora está dentro de um carro.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – É que eu estou saindo da reunião e estou vindo para cá...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está dentro de um carro e estou vendo o seu esforço de nos atender. Gigantesco. Muito obrigado à senhora.

A senhora falou muito bem, a senhora deu um recado curto e grosso. *(Risos.)*

E eu posso até dizer que foi uma aula magistral, está bom? *(Risos.)*

A senhora não teve essa intenção de dar aula...

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – É. Eu não tive. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – ... mas estou pensando muita coisa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Já falou aqui o Rafael, também brilhantemente, e o Renê, com a sua substância e consistência, também apresentou toda a dinâmica econômica do Brasil. Mas muito obrigado à senhora.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou muito satisfeito com a sua participação.

Eu não sei se a senhora vai poder... Está dentro de um veículo, na rua... Vai poder...

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Não. Eu vou subir para a minha sala agora. Eu vou agora, e vou continuar de lá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k. Lá a senhora entra, porque a senhora terá muito o que responder, está bom? Muitas perguntas.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Está bom. Com toda certeza.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode subir.

E agora, neste momento, eu passo a palavra para o nosso querido companheiro, Dr. Henrique de Campos Meirelles, Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

V. Exa. está com a palavra, Dr. Henrique Meirelles. Fique bem à vontade.

O SR. HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

É uma honra estar aqui falando mais uma vez com o Senado, com o senhor, os seus companheiros e todos os Senadores e Senadoras da República. É um momento, de fato, da maior importância para o Brasil.

Eu gostaria de, primeiro, falar do Estado de São Paulo e do impacto da pandemia no Estado de São Paulo e, depois, das questões nacionais.

O Estado de São Paulo, através de uma série de reformas, uma série de medidas muito incisivas de promoção do emprego, do crescimento, e ações muito específicas, cresceu, durante do ano de 2019, a uma taxa acelerada substancialmente superior à evolução do PIB medido pelo IBGE. Segundo o Banco Central, o crescimento do Estado de São Paulo em 2019 foi cerca de 2,8%, que é um crescimento robusto para aquele ano em que a média estava ao redor de 1%. Portanto, foi um crescimento robusto, considerando-se que o Estado vinha crescendo menos do que a média nacional antes, devido à grande presença da indústria no Estado e também dos centros financeiros, pois tudo isso sofreu mais com a crise. Então, com tudo isso, propiciamos uma retomada forte. Estava crescendo menos que a média e, para compensar isso, depois, em 2019, estava crescendo mais... E foi atingido, como todos, fortemente pela pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há dúvida de que é algo que precisa ser analisado com muita atenção. Por quê? Porque a pandemia tem uma diferença muito grande em relação às crises anteriores no Brasil. Por exemplo, eu estava no Banco Central quando nós enfrentamos a crise de 2008. Era uma crise fundamentalmente de crédito externo, que se refletia no Brasil com um colapso da atividade nos últimos dois meses de 2008. Houve uma queda brutal de 20%, com uma recuperação em seguida. Por quê? Porque nós dispúnhamos não só do diagnóstico correto, mas dos instrumentos de ação corretos e nós pudemos, portanto, atuar de forma decisiva, e o Brasil saiu rapidamente da crise – foi o País que saiu mais rápido – no final de 2008, começo de 2009. Inclusive, o Brasil foi aplaudido de pé na reunião de Presidentes de Bancos Centrais na Suíça, etc., pela condução da crise. Em 2016, enfrentamos de novo uma crise muito forte, que já vinha de 2015. Saímos dessa crise. E o Brasil chegou, num período de 12 meses, a ter uma queda de 5,2% do PIB, uma queda brutal em um ano, 12 meses, maio de 2015 a maio de 2016, uma crise que, até aquele momento, foi a maior crise da história recente da humanidade de um país que não estava em guerra. Isso é importante. Se se está em guerra, é diferente, porque há bombardeios, etc., que destroem o parque produtivo, etc. Entre países que não estavam em guerra, o Brasil teve o maior decréscimo de PIB num período de 12 meses. Saímos e chegamos ao final de 2017 crescendo mais de 2%, também num período de 12 meses, ponta a ponta, com uma média que girou ao redor de 1%. Depois, com a eleição de 2018, com incertezas, com a greve de caminhoneiros, etc., isso se estabilizou num patamar de 1%, que também foi o caso para 2019. Esperava-se que o Brasil crescesse mais, de fato, durante o ano de 2020, com tudo que está sendo feito, com a normalização da situação, com a aprovação da reforma da previdência, que foi algo muito importante – a federal. Com tudo isso, se esperava mais, mas enfrentamos aí a pandemia. Essa é uma crise nova, porque a última pandemia, global, que o mundo enfrentou foi a da gripe espanhola há um século, em 1918. Portanto, é uma coisa nova para todos.

Vamos depender muito, para a saída desta crise, da evolução da pandemia. É muito importante deixar isso claro. Não adianta tentarmos dizer que o combate à pandemia é o que traz o problema econômico. Não! Nós estamos numa pandemia e, em consequência disso, temos uma crise econômica por todas as razões. Primeiro, pela proteção da vida, seja a proteção organizada pelo Estado, seja a autoproteção tomada pelo próprio indivíduo.

Então, tudo isso gera essa expectativa, que varia aí de próximo a 5% de queda, dentro das expectativas otimistas, até a mais pessimista de todas, que foi a do FMI, que chegou a prever uma queda de 9% do PIB para o Brasil. Há ainda essa previsão do relatório do Banco Central, que consulta um grande número de economistas do País e que está aí com uma queda de PIB um pouco superior a 6% no ano.

Pois bem, dentro desse quadro, depois de falar de São Paulo, vou falar um pouco sobre a ação da questão nacional, mencionando um pouco o que a Secretária Cristiane, de Goiás, falou, que é a questão das pequenas e médias empresas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos lá. Em primeiro lugar, eu vou dar um mapa da situação de São Paulo. São Paulo representa, em essência, o que está acontecendo no Brasil, porque tem uma economia bastante diversificada. Mas, para se ter uma ideia, a arrecadação total do Estado de São Paulo, mês a mês, durante este ano, comparada com a Lei Orçamentária – que é basicamente a lei de 2019 mais a correção monetária e algumas coisas, porque esse é um fator relevante, porque as despesas crescem automaticamente nesse nível –, nós temos aí, por exemplo, o mês de janeiro um pouco acima do esperado, só caiu um pouquinho em fevereiro, bem pouco, 1%; alargou de 1% também no mês de fevereiro, mas fevereiro 1%; março 1%. Agora, em abril já houve uma queda muito grande. Do ponto de vista da arrecadação, o pior mês não foi abril, foi maio. Em abril nós tivemos 21% de queda de arrecadação, para se ter uma ideia; no mês de maio, 28% de queda de arrecadação total em relação ao que previa a Lei Orçamentária.

Em relação a 2019, sem correção monetária, sem nada, 24,7%, praticamente 25%, então mostra a totalidade dessa queda dada pela pandemia, que é uma queda da atividade econômica, porque o maior tributo é o ICMS, e, na medida em que as vendas caem, cai também o ICMS recolhido pelo Estado.

No mês de junho já há uma melhora substancial, ainda com uma queda forte, é importante dizer isso. Melhora não quer dizer que está melhor do que esperava; melhor do que o mês anterior. Houve uma queda de 18% em relação à Lei Orçamentária, portanto, era 28% no mês de maio; 18% no mês de junho, e a expectativa para julho é de 13% a 14%. Seguindo numa trajetória gradual de melhora, mas ainda perdendo em dezembro, prevemos ainda uma queda, em dezembro, em relação à previsão da lei orçamentária, de cerca de 10%. No final, isso é mais ou menos a média do ano. Quer dizer, no ano, nós estamos prevendo uma queda de 11% da arrecadação tributária total. Não estou falando aqui apenas de ICMS: é ICMS, IPVA, ITCMD, etc. O que é o que temos. Em relação a 2019, houve uma perda, evidentemente, um pouquinho menor, mas ainda forte, quase 8% em relação a 2019. Portanto, mesmo em termos nominais, uma queda forte.

Agora, vamos falar de uma coisa muito importante: o PL 173. Um trabalho muito bem feito, os acordos todos foram celebrados, etc., mas vamos colocar isso na sua devida dimensão. A perda tributária total de São Paulo foi de R\$19,7 bilhões; desculpe, a perda prevista de 2020. Para se ter uma ideia, a perda de maio, por exemplo, foi de praticamente 4 bilhões no mês.

Pois bem, então, esse é o quadro. O que foi feito, de fato, no PL 173, que foi fundamental? Primeiro, um repasse que representa uns 40% disso. Acerca de 2019, foram 6 bilhões, um pouco menos, uns 40%: 6,6 bilhões é o repasse federal garantido para São Paulo, pela Lei 173. Então, isso é para dar uma dimensão.

Evidentemente, existe a questão da dívida também. Já tínhamos conseguido uma liminar, pelo Senado Federal, para suspender o pagamento das dívidas com a União, etc., quando veio a 173, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspensão de pagamento de dívidas, etc. O fato é que a suspensão do pagamento das dívidas soma cerca de R\$3 bilhões, que, juntamente com o repasse federal, permite um equilíbrio das contas do ano de 2020.

Anote bem: isso comprova também aquele ponto de que não há aumento nenhum aqui de salário, nada. É simplesmente aqui para pagar aquilo que já estava no orçamento, nas contas, sem aumento nenhum e depois de muito contingenciamento, corte de despesas, etc.

Outra coisa que eu quero enfatizar é exatamente as reformas estruturais. Foi feita a reforma da previdência de São Paulo, muito importante, fundamental, mas, evidentemente, isso tem uma trajetória de longo prazo também, como a federal.

Portanto, é algo muito relevante. Foram feitas uma série de outras reformas no serviço público, etc. – eu não vou detalhar todas –, mas que garantem uma compressão, a maior possível, dos dispêndios do Estado, em última análise, e racionalizando as despesas, reestruturando os diversos órgãos, visando adquirir a maior eficiência possível.

Pois bem, dito isso, nós temos que levar em conta que entramos no ano de 2021 com duas questões importantes: primeira, a atividade econômica ainda estará num nível mais baixo do que o do pré-crise; portanto, a arrecadação chegará a um nível menor do que o que estava previsto, também comparado ao do pré-crise – é muito importante dizermos isso também. Então, já existe uma previsão, a princípio, de um déficit, em 2021, somado ao fato de que o Estado tem que retomar o pagamento da dívida com a União que foi reescalada em 2016 – um trabalho, inclusive, que eu fiz, representando o Governo Federal naquela época. Portanto, retomando isso e, depois, retomando o pagamento das parcelas de 2020 que foram suspensas em 2021; 2022, desculpe. Então, em 2021, já começa a retomar o pagamento das dívidas que foram reescaladas lá atrás, aquela parcela toda reescalada, e depois, em 2022, o que foi suspenso.

Eu não quero entrar em muito detalhe aqui, mas simplesmente para enfatizar o fundamental, isto é, o Estado está fazendo cortes fortes de despesas – a reforma administrativa está em andamento –, todo o trabalho, todo o dever de casa, não há dúvida. Agora, é muito importante, primeiro, o que foi aprovado pelo Congresso; segundo, outros projetos muito importantes. Esse projeto aprovado agora pelo Congresso também, pelo Senado especificamente, a lei do saneamento, é muito importante, é fundamental, porque isso vai permitir investimento em saneamento no Estado, trazendo capital privado para o setor, regulando o saneamento. Aproveito para cumprimentar os Senadores aí pela aprovação, que foi absolutamente fundamental, porque saneamento fica hoje ainda mais evidente com os problemas de saúde causados pela pandemia e paralelamente começam a surgir focos de dengue, etc., no meio desse processo todo aí do coronavírus. Então, nós começamos a ter outros problemas, esses, sim, produtos diretos das questões relacionadas ao saneamento. Portanto, demos um passo muito importante aí com a aprovação da lei do saneamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, esse é o quadro. O Estado está fazendo o seu dever de casa, já estamos ajustando o orçamento do ano que vem, os cortes de despesas possíveis, etc. Então, não é esse o problema.

E temos um plano de crescimento forte para 2021 e 2022. Vamos voltar a retomar, a fazer um plano, primeiro, de comunicação com investidores internacionais, o que já estamos fazendo – eu faço vídeos quase diariamente com investidores do mundo todo e depois há um programa de viagens. Em resumo, estamos muito atuantes nessa área para crescer.

Estamos trazendo indústrias para São Paulo e para o Brasil. Estamos trazendo indústrias, em última análise, para o Brasil, divulgando o País. Eu conheço investidores do mundo todo. Já trabalhei lá também muitos anos, estamos retomando contato com esses investidores para mostrar que o Brasil tem oportunidades muito grandes de investimento, neste momento em que no mundo, ao contrário do que parece, os grandes investidores internacionais têm muitos recursos. Por quê? Porque eles estão hoje em condições de aproveitar a liquidez gerada pelos bancos centrais, isto é, o Banco Central americano, o Banco Central europeu, asiáticos estão injetando grandes doses de recursos no mercado. Muito bem. Então, este é o quadro.

Para finalizar – estou recebendo o aviso da questão do tempo; então, vamos partir para a finalização –, eu queria só chamar atenção para uma questão do cenário nacional. A economia brasileira, portanto, está nessa situação muito difícil. Temos de retomar e crescer. Foi aprovado pelo Senado, foi aprovado pelo Congresso o "orçamento de guerra". Há um item no "orçamento de guerra" que é muito importante, que é a autorização para o Banco Central comprar carteiras de créditos dos bancos ou comprar títulos de créditos no mercado. Isso é fundamental, porque isso que a Secretária de Goiás mencionou, que é o fato de que as pequenas empresas estão tendo dificuldade de obter crédito, é verdade. A questão aí está principalmente nos bancos, isto é, no mercado financeiro, porque, com as empresas mais vulneráveis, com as vendas caindo, a situação fica muito difícil, e o banco fica com medo de prejudicar o seu próprio balanço e ter uma crise bancária. Essa é a raiz do problema. Nós temos aí uma dificuldade. Como é que nós podemos sair desse problema? É uma ação do Banco Central de exercer os seus direitos dados pelo "orçamento de guerra" e começar a comprar, de fato, essas carteiras, como está sendo feito pelo Banco Central americano, pelo Banco Central europeu e por outros.

Cumprimento, mais uma vez, o Senado e a Câmara, e cumprimento também o próprio Banco Central e o Ministério da Economia, por terem proposto essas medidas que, entre outras coisas, dão poderes ao Banco Central para fazer isso. O Banco Central está agindo muito bem, mas é importante agora que exerça esse poder e essa capacidade, tais quais os grandes bancos centrais do mundo, para que possa, de fato, fazer fluir o crédito para as pequenas e médias empresas, na medida em que os bancos podem ter a tranquilidade de que há autoridade monetária atrás, como são os grandes bancos centrais do mundo hoje; e, ao mesmo tempo, os grandes bancos públicos federais podem atuar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas foi uma medida muito importante e corajosa essa medida do Banco Central de solicitar ao Congresso esses poderes e o Ministério da Economia de propor. Agora estou apenas usando da minha experiência de muitos anos nessa área para sugerir – vou sugerir a eles, obviamente; diretamente também, já fiz isso – que haja uma ação mais direta, usando esse poder dado pelo Congresso Nacional.

É isso, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Ministro Henrique Meirelles.

Eu quero pedir licença a todos os nossos convidados para um sequenciamento regimental aqui que está sobre as minhas mãos. É muito rápido.

Primeiro, havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 21ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário façam pelo *chat* do aplicativo. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

É uma comunicação ao Senador Wellington Fagundes.

Wellington Fagundes, Senador Wellington Fagundes... *(Pausa.)*

Ele está aí.

Senador Wellington Fagundes, é sobre o seu ofício à Comissão solicitando uma ação providencial e rápida sobre as mortes da etnia dos índios xavantes no Estado de Mato Grosso, solicitando averiguação.

Senador Wellington... *(Pausa.)*

Acho que ele não está me ouvindo. Ele está sem me ouvir.

Senador Wellington, então, a votação em bloco do item extrapauta para atendê-lo.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 64, DE 2020

Requer a realização de audiência pública com o intuito de debater "as medidas de proteção adotadas pelo Governo Federal a indígenas durante a pandemia.

Autoria: Senador Confúcio Moura

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 65, DE 2020**

Requer informações junto ao Ministério da Economia sobre "o orçamento destinado ao amparo aos indígenas ante a pandemia".

Autoria: Senador Confúcio Moura

Coloco em votação o Requerimento 64, de autoria desta Presidência, para a realização de uma audiência pública para debater as medidas de proteção adotadas pelo Governo Federal aos indígenas durante a pandemia; e o Requerimento 65, que requer junto ao Ministério da Economia informações sobre o orçamento destinado ao amparo dos índios durante este período de doença.

Aqueles Parlamentares que concordam com esses requerimentos extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Depois eu comunico ao Senador Wellington Fagundes as providências, mas ele não conseguiu me ouvir.

Vamos em frente.

Então, nós terminamos de ouvir nossos quatro brilhantes convidados e agora eu abro a palavra para as perguntas.

Todos aqueles que não concluíram no seu tempo terão tempo suficiente.

Eu solicito que todos os senhores peguem uma caneta e um papel, porque agora é bloco de três Senadores ou quatro – eu vou fazer as contas aqui – e eles vão dirigir a palavra para os senhores. Cada um vai ter o direito de resposta a quem eles dirigirem. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o primeiro a falar neste momento para a abertura e a resposta é o Relator, Deputado Francisco Jr., que terá um tempo de oito a dez minutos para endereçar suas perguntas aos nossos convidados.

Com a palavra o nosso querido e competente Deputado de Goiás... É de Goiás o Deputado Francisco Jr. – viu, Cristiane? Então, ele está com a palavra neste momento.

Vai lá, Deputado Francisco.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, sempre uma tarefa muito difícil ficar nesse tempo, mas vamos correr aqui para dar certo.

Então, resumindo, quero cumprimentar o senhor, todos os convidados. Em nome dos nossos convidados, quero cumprimentar todas as equipes da área econômica de todos os Estados e Municípios do Brasil. Todos eles realmente estão se esforçando e trabalhando muito para enfrentar esse período de pandemia. Nós sabemos que é uma situação muito atípica, particular. Antes da crise, os Estados já vinham com muita dificuldade e vinham tentando equacionar suas contas. Com a pandemia tende a ficar muito pior, e mais grave do que estamos vivendo agora, Secretários, será enfrentar o pós-pandemia sem esses auxílios, num outro ambiente, com uma realidade de invisíveis, que nós descobrimos no Brasil e surpreendeu a todos, e toda essa realidade.

Pois bem, vou tentar ser muito breve e por isso eu vou ler as perguntas para ser mais rápido.

Eu me dirijo primeiro ao Secretário Rafael Fonteles. Secretário, eu queria explorar com V. Sa. um tema que preocupa muito todos nós: trata-se da segurança jurídica dos gestores públicos nesse momento de pandemia. Nesse contexto, V. Sa. poderia compartilhar conosco como vê a atuação dos órgãos de controle e do próprio Ministério Público com relação aos gestores estaduais, em especial com relação às ações de combate à pandemia? De alguma forma, o risco jurídico está sendo um limitador à atuação dos bons gestores? Este é um problema real? Digo isso pela dificuldade de gastar. Muitas vezes, a gente percebe que existe o recurso, mas há uma dificuldade de gastar.

Pergunto também para V. Sa., ainda na condição de Presidente do Comsefaz: como V. Sa. vê a questão da consolidação fiscal dos Estados em um cenário de pós-pandemia? Quais são os principais desafios que os Estados têm para de fato implementar o regime disposto na Lei Complementar 159, de 2017? Quais são as falhas deste programa, na sua opinião?

E perguntando também como Secretário do seu Estado: quais são as dificuldades que o Piauí está enfrentando, as mais relevantes naquilo que o senhor está enfrentando no seu dia a dia, na secretaria do seu Estado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto ao Secretário ex-Ministro Henrique Meirelles – goiano também, Presidente, goiano de Anápolis. Secretário, V. Sa. ocupa uma posição única, privilegiada, em termos de conhecimento da máquina pública e da política econômica, por já ter ocupado e por ocupar posições estratégicas na administração dentro e fora do País. A seu ver, qual seria uma solução definitiva para o problema fiscal dos Estados e Municípios? O que nos falta fazer e o que precisamos nos preparar para fazer? Que remédio teria que ser tomado, por mais amargo que possa ser? Apesar de todas as dores que a pandemia já está nos trazendo, creio que, se nós não tomarmos esses remédios agora, a próxima década pode ser ainda muito pior.

V. Sa. poderia nos falar sua opinião sobre a distribuição de receitas e obrigações em nosso pacto federativo? Estamos atualmente discutindo sobre tornar o Fundeb um instrumento definitivo, e uma das principais questões é o aporte de recursos da União, que atualmente é da ordem de 10%, enquanto Estados e Municípios respondem por 90%. Em sua opinião, tanto com relação à educação quanto a outros itens, nosso pacto federativo é equilibrado? O que poderia ser feito para melhorá-lo? Como deve ser? Até porque a questão do pacto federativo foi uma proposta inicial do atual Ministro, e essa é uma discussão que precisa ser retomada, ainda mais nesse tempo.

Dirijo-me agora à Secretária Cristiane Schmidt: Secretária, como V. Sa. vê a situação de Goiás em um contexto de pós-pandemia? Quais são as principais dificuldades do processo de negociação dos Estados e especialmente de Goiás com a União no que se refere ao endividamento do Estado? É uma situação que a senhora iniciou falando, e eu queria que aprofundasse nesse sentido.

Outro aspecto. Percebe-se muita reclamação sobre o que está sendo feito com os recursos, seja na imprensa, seja nas redes sociais. Na opinião da senhora, o que acontece? Falta divulgação, falta transparência? Há um excesso de burocracia ou algo mais grave: uma extrema politização da pandemia? Gostaria que a senhora comentasse sobre o porquê de tanta crítica. Se existe tanto esforço, se existe o recurso, seja ele suficiente ou não, por que tanta crítica, tanto barulho?

A relação com o setor produtivo tem sido bastante conflituosa desde o início, no caso de Goiás. O diálogo tem sido difícil e o prejuízo tem sido expressivo. Ao longo da pandemia, houve momentos de muito estresse, muito aquecidos com relação à discussão entre o Estado e empresários. O pano de fundo é o confronto das crises. Temos hoje duas grandes crises, a econômica e a de saúde. Há um amigo meu que gosta de usar uma expressão assim: "Na guerra entre o mar e o rochedo, morre o marisco" – e é um pouco de o que a gente vê acontecendo aqui. Como a senhora avalia essa queda de braço por todo o País e também em Goiás? Há como haver um ganhador ou há como o povo ganhar ao final de toda essa situação, com essa discussão de se o povo morre sem UTI ou na UTI, ou morre de fome sem trabalhar? Então, sobre essa discussão, qual é o caminho sensato de conduzir essa discussão, de forma especial em Goiás, onde o diálogo não está fácil, onde há um diálogo aquecido e politizado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dirijo-me agora ao Secretário Renê de Oliveira. Como V. Sa. vê a atuação do Governo Federal com relação à ajuda aos Estados até o final do ano? Em sua opinião, será necessário ampliar os instrumentos existentes? Por que e qual seria a sua sugestão? Como agir num momento deste? O Brasil é uma federação – e já perguntei ao ex-Ministro sobre a questão do pacto federativo – e, nesse aspecto, muito complicada, muito complexa e com muitas diferenças. Nós temos realidades muito distintas no País. Como calibrar esse apoio para que o Brasil inteiro possa voltar a crescer no pós-pandemia? E como socorrer? Esse socorro tem que ser da forma como está sendo ou o que o senhor, pela sua experiência, pela vivência que o senhor tem, poderia sugerir nesta questão da relação direta com os apoios que o Governo Federal vem apresentando?

Presidente, neste primeiro momento, faço essas perguntas. Muito obrigado pela condução que o senhor faz. Com certeza, é um dos políticos mais educados e elegantes que nós temos no nosso Congresso Nacional!

Obrigado, Presidente. Eram as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Deputada Rejane, o Rafael estava me perguntando aqui: "Será que a Rejane não vem me prestigiar?" E eu falei: "Ela vem, sim!" (*Risos.*)

Ele estava aqui se sentindo solitário sem a senhora perto dele.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI) – Está certo! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, vamos em frente.

Eu explico aos nossos convidados que há muitas perguntas e o tempo é curto. O tempo para cada resposta é de três minutos, e nós temos aqui uma sequência grande: o Senador Izalci; o Reginaldo Lopes, Deputado de Minas Gerais; a Senadora Eliziane Gama, do Maranhão; o Luiz Carlos Motta, de São Paulo; o Felício Laterça, do Rio de Janeiro; o Wellington Fagundes, do Mato Grosso; o Esperidião Amin, de Santa Catarina; Mauro Benevides, do Ceará; General Peternelli, de São Paulo; Paulo Ganime, do Estado do Rio de Janeiro; e a Senadora Kátia Abreu, do Tocantins. Então, são muitas perguntas, e, por isso, peço objetividade. Vou ter que controlar o tempo, senão vamos muito longe. Então, três minutos.

O primeiro a responder é Rafael.

Rafael, você está com a palavra.

O SR. RAFAEL TAJRA FONTELES (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Saúdo o Deputado Francisco Jr. e a Deputada Rejane, do nosso Estado. É um prazer estar aqui, Deputada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serei bem objetivo para respeitar o tempo. As perguntas que a mim foram dirigidas foram com relação à segurança jurídica do gestor.

De fato, é um grande desafio já há um certo tempo, e mais ainda na pandemia, você assumir a responsabilidade de gerir uma pasta em qualquer nível de governo, ainda mais no caso da Secretaria de Fazenda e, pior ainda, no caso da Secretaria de Saúde neste momento. De fato, você tem uma emergência, e já havia um processo no País de aumento dessas exigências e desse, digamos assim, receio do gestor, porque ele convive com servidores abaixo dele, todos com muito receio de assinar qualquer papel, exatamente temendo complicações, porque não basta só fazer a coisa correta, tem que parecer tudo correto. E, neste momento de contratos emergenciais e dispensa de licitação, isso realmente fica muito trabalhoso. Eu costumo dizer aqui no Piauí que eu passo mais de um terço do meu tempo apenas com a prestação de contas, apenas respondendo ofícios do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Assembleia... Não que a gente não deva fazer isso, mas realmente há uma sobrecarga muito grande nesse aspecto, e, cada vez mais, mesmo servidores de carreira têm receio. Por isso, eu creio, sim, que há uma implicação muito grande na velocidade das ações, na velocidade das respostas a uma crise desse tamanho.

O que a gente tem feito aqui no Piauí, por orientação do nosso Governador, é um diálogo quase diário ou quase semanal com membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado exatamente para amenizar essa questão das contratações, das compras, dos pagamentos, e evitar um problema maior. Mas, de fato, essa é uma questão que precisa ser aprofundada. A gestão, por um lado, tem que ter controle, obviamente, mas, por outro, tem que ter agilidade e eficiência. Então, hoje, há realmente um tempo enorme que os gestores públicos dedicam a isso, em especial os da Fazenda – meus colegas aqui sabem disso –, mas também os da saúde neste caso específico.

Com relação à Lei Complementar 159, é importante, é um regime, Deputado, específico de recuperação fiscal. Então, nós temos quatro Estados que estão nesse processo – a Cris, de Goiás, pode falar muito melhor do que eu, que não acompanhei de perto esse processo –; o Rio Grande do Sul; Minas Gerais; e o Rio de Janeiro, que já está... E é exatamente em função dos problemas da lei complementar que foi sugerida uma nova redação dentro do Plano Mansueto, que é o PLP 149. Então, peço que a Cris, no momento da fala dela, possa responder nos três minutos, porque realmente eu, em particular, não estou atento aos detalhes. É uma matéria muito densa, a que somente os quatro Secretários têm condição de responder. Por fim, sobre os desafios do Piauí. Do ponto de vista do Estado, o nosso grande problema neste momento é a não suspensão das dívidas internacionais, que gera realmente um problema de fluxo de caixa para este ano, e é por isso que nós fizemos aquele apelo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

Renê, daqui a pouco você responde. Rafael, você responde a seguir. Você vai concluir...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL TAJRA FONTELES – É só um minuto, se puder, Senador. Já concluiria.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Guarde essa respotinha. Já, já, você tem outro bloco para complementar.

O SR. RAFAEL TAJRA FONTELES – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu passo a palavra para o nosso Ministro Henrique Meirelles, pelo tempo de três minutos.

O SR. HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES (Para expor.) – Obrigado, Presidente. É uma satisfação, mais uma vez.

Em primeiro lugar, a pergunta sobre a solução definitiva para os Estados e Municípios e toda essa questão fiscal. É muito importante – e eu gostaria de enfatizar isto – a questão da reforma tributária. É muito importante a reforma tributária do ICMS e do ISS.

Nós temos na Câmara a PEC nº 45 e temos no Senado a PEC nº 110. O acordo entre as Lideranças das duas Casas exatamente indica que será votada naquele andar mais rápido nas duas Casas. Essa não é a questão. O ponto importante é que os Estados formalizaram e apresentaram um substitutivo no Senado e um substitutivo na Câmara à PEC nº 110 e à PEC nº 45, e me parece de fundamental importância que esse substitutivo seja analisado e se possível seja aprovado, particularmente no que diz respeito ao ICMS e ao ISS.

Há um projeto federal da junção do PIS/Cofins com IPI. Muito bem, essa é uma questão federal. Agora, seria muito importante que nós tivéssemos uma conjugação desses projetos, isto é, que o substitutivo dos Estados e o projeto federal pudessem caminhar juntos. Mesmo levando-se em conta que as PECs nº 45 e nº 110 também tratam da questão federal, mesmo que a questão federal seja seguida segundo a proposta feita pelo Governo Federal, que vamos ver, é muito importante que a questão do ICMS e do ISS seja feita de acordo com o substitutivo apresentado por Estados e Municípios. Nós temos que começar o pacto federativo por aí. Há as medidas emergenciais e etc. Muito bem, está certo. Nós já falamos sobre o pacto federativo, mas eu acho muito importante nós tratarmos a questão do pacto federativo de uma forma definitiva, aprovando já esses substitutivos à lei da questão do núcleo federal.

Eu vou mencionar agora, em relação à distribuição de receitas e despesas dos Estados e Municípios, para finalizar, exatamente para ter essa objetividade que S. Exa. recomendou, que as alíquotas, segundo propostas no projeto da reforma tributária, no projeto dos Estados, são propostas justas, corretas, razoáveis e que vão exatamente nesta direção. Portanto, eu acho que isso responde também à segunda pergunta.

Presidente, basicamente é isso, até pelo tempo. E parabéns pela condução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Ministro.

Agora, com a palavra a nossa Secretária de Economia de Goiás, Dra. Cristiane.

Com a palavra, Dra. Cristiane.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Muito obrigada. Vou tentar ser rápida e breve aqui.

Deputado Francisco, é um prazer ouvir essas perguntas todas, porque me dão a oportunidade de esclarecer alguns pontos.

Desde que cheguei aqui, Deputado, tenho três valores básicos: a transparência ativa, também a questão de servir ao público, e não do público, e otimizar os recursos escassos, porque eles vêm dos nossos contribuintes.

Nesse sentido da transparência, temos um aplicativo que faço questão de que o senhor coloque no seu celular: Secretaria de Economia *online*, EON. Nesse EON, você vai poder ver os diversos boletins que estamos proporcionando, para que a sociedade possa conhecer todos os números fiscais, toda a nossa arrecadação diária. Então, a questão da transparência dos dados tem sido a maior de todas. Inclusive, dentro do TCE, na aprovação das contas, agora, tivemos as contas aprovadas e sem uma ressalva. Isso diferenciou muito o nosso Governo do anterior. O Governo anterior teve as contas reprovadas e com 40 determinações. Nós não tivemos isso. Nós tivemos aprovadas e sem ressalva. Isso é uma coisa extremamente importante.

Com relação à pergunta sobre os empresários, nós temos aí, talvez, uma divergência de percepção. Acho que há uma questão de longo prazo e uma de curto prazo.

Na questão estrutural, logo no começo, quando cheguei, tivemos um conflito sim. Está aqui uma capa preta da Adial e uma capa preta também da Fiesp, fazendo críticas de que eu estava cortando incentivos fiscais. No fundo, Goiás tinha o segundo maior incentivo do Brasil, em termos de números, e eu tinha que, de fato, otimizar melhor aqueles incentivos. Não cortamos dessa maneira, não acabamos, mas fizemos de uma maneira mais racional. Esse conflito que houve no início já acabou.

Nós fizemos agora o Pró-Goiás, que é um programa de incentivo rápido e célere, porque nós, aqui no Centro-Oeste, temos que ter uma atração de investimento sim e temos que ter uma atração célere. O nosso programa anterior demorava dois anos para dar incentivo, e este Governo está dando em até 30 ou, no máximo, 60 dias. Então, essa questão com os empresários, que vem e volta... Agora, na pandemia, houve empresários querendo abrir os seus bares, os seus negócios, e o Governo tentando restringir, por essa questão do isolamento, por uma questão de saúde. É normal esse conflito, a gente vê no Brasil todo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas é uma questão de saúde. Trata-se aqui de que, em primeiro lugar, queremos salvar vidas. Obviamente que as pessoas que perdem seus empregos vêm com o discurso do "não podemos morrer de fome". Mas para isso, é fundamental... *(Falha no áudio.)*

Infelizmente não vou conseguir falar sobre a dívida, sobre a LRF e o PLP 149, mas coloco aqui, respondendo um pouco ao Rafael, que esse PLP precisa voltar à mesa, porque ele foi um acordo entre União, Congresso e Estados e Municípios. Todos ali participaram ativamente de um acordo.

O PLP, que é o Plano Mansueto, que estava na pauta com o Pedro Paulo, precisa voltar à tona, para poder trazer mais recursos para todos os Estados e colocar algumas questões da 159, da 101, tratar de uma forma um pouquinho melhor, dado que já passou tanto tempo que as leis foram aprovadas.

Em alguma outra ocasião, eu consigo falar sobre as outras questões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Secretária Cristiane.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – É muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agora eu passo para o Dr. Renê, Secretário de Fazenda do Paraná.

O senhor tem a palavra por três minutos.

O SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr., pela pergunta.

Aqui no Paraná é um pouco diferente. Nós, aqui, ao longo do ano passado, fizemos um ajuste fiscal muito interessante, fizemos um grande projeto de reestruturação do Estado; aprovamos, no final do outro ano e início deste, a questão da reforma da previdência; fizemos uma lei de terceirização; e o Estado iniciou 2020 com uma situação muito confortável: nós tínhamos recursos em caixa suficientes para fazer os investimentos que eram necessários dentro do programa de infraestrutura e modernização do Governador do Estado, Ratinho Júnior.

A pandemia chegou, com essa crise brutal, e nós temos aqui uma grande qualidade: os Poderes constituídos trabalham muito juntos. Recentemente, semana passada, eu fiz uma *live* aqui com o Presidente da Assembleia Legislativa, com o Presidente do Tribunal de Justiça, com o Procurador-Geral do Estado, todos irmanados para tentar, de alguma forma, resolver as questões, de uma forma muito republicana, eu diria até, assim, de muito conforto, porque as pessoas conversam, olhos nos olhos, e acham que o positivo vai tocar para frente, resolver os problemas, solucionar. O clima aqui é muito bom. Eu confesso que sou carioca, estou aqui há um ano e seis meses, mas me sinto muito confortável com as instituições do Paraná, como está funcionando e com a real capacidade de mudanças.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado, o senhor tem razão sobre esse assunto de eventual ajuda e apoio. Na verdade, eu não gosto da palavra ajuda nem apoio; acho que é mais o seguinte: a União cumprindo aquilo que é uma cláusula pétrea da Constituição, que é a defesa da Federação, neste momento. E ir ao encontro disso, fornecer recursos para que a situação de dificuldade de Estados e Municípios possa se resolver é uma obrigação constitucional da União.

Qual a forma de fazer? Eu acho que nós temos que ter alguns critérios mais objetivos. Nós percebemos, no discurso da Cris, que o Centro-Oeste parece ser uma ilha dentro do universo do Brasil. Por exemplo, a situação do Norte, Nordeste e especificamente do Sudeste não é confortável em termos dos recursos que foram aprovados pela Lei Complementar 173. Vão ter dificuldade, mesmo tendo uma administração consistente, responsável, republicana... Por quê? Porque afetou de forma muito diferente.

O Estado do Paraná é exportador, mas tem problemas também, é um Estado industrial, e nós temos uma relação com o Estado de São Paulo, que é nosso maior parceiro industrial, em que, de alguma forma, quando São Paulo fica gripado, nós pegamos pneumonia. Então, a nossa relação é muito fraterna com o Estado de São Paulo, mas nós sofremos diretamente, a nossa relação de comércio é muito importante.

Eu acho que se deve discutir um novo pacote de ajuda para os Estados, principalmente para os Municípios, porque são esses os entes, mas, em parte, com condicionalidades. Eu acho que devemos dar as condicionalidades e criar um cenário para que haja transições de curto prazo e de longo prazo. Esse aspecto é muito importante.

Obrigado pela oportunidade. Acho que o Senado, o Congresso Nacional é o local apropriado para este debate.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Renê.

Bem, gente, agora é o seguinte: esta audiência pública está muito concorrida. Vocês estão dando um ibope danado aqui! (*Risos.*)

Então, além dos presentes, nós temos os internautas fazendo perguntas. Eu não sei se vai dar tempo de responder às perguntas dos internautas. Vou deixá-las aqui guardadas. Depois eu falo pelo menos os nomes deles.

Vamos fazer blocos de quatro, cada um com três minutos.

E, por favor, dirija sua pergunta a quem você quiser indagar, senão fica perdido o questionamento.

No primeiro bloco, estão o Senador Izalci Lucas; o Deputado Federal Reginaldo Lopes, do PT, de Minas Gerais; a Senadora Eliziane Gama, do Cidadania, do Maranhão; e o Deputado Luiz Carlos Motta, do Estado de São Paulo, do PL.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para interpelar.) – Cumprimentando os colegas e também os nossos Secretários, eu gostaria de perguntar: primeiro, nós aprovamos o decreto legislativo, aprovamos medidas provisórias, a PEC, a lei complementar... Eu diria: o que mais o Poder Legislativo poderia fazer para auxiliar os entes subnacionais, em relação aos efeitos fiscais e orçamentários que vocês estão enfrentando?

Eu também perguntaria, com relação à questão da distribuição dos recursos: no Senado, houve uma modificação na distribuição. Após esses dois meses do início da distribuição, como cada Secretário, tendo em conta a realidade de finanças do Estado que representa, enxerga a lei complementar e o montante dos recursos envolvidos, já que o Senado mudou a distribuição?

Com relação aos recursos das medidas provisórias e da lei complementar, os recursos estão sendo repassados tempestivamente? Quais as dificuldades que vocês têm observado? Os critérios adotados atenderam, se não a todos, pelo menos à maior parte dos subnacionais? Houve o atendimento à maioria dos Estados?

Para finalizar, os Estados já estavam com dificuldade fiscal antes da pandemia, e a tendência é piorar ainda mais. Ao mesmo tempo, as obrigações passadas precisarão ser repactuadas, sendo indispensáveis novos auxílios federais, que integrem um conjunto mais amplo na mudança institucional de cunho fiscal, administrativo e previdenciário. No entender dos senhores, que parte do ajuste fiscal requerido poderá ser arcado pelos governos estaduais? Como assegurar que os auxílios e as repactuações que venham a ser acordados cheguem a bom termo, de tal modo que não precisem ser repetidos no futuro?

Para ser econômico, Presidente, só essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ele fez seis perguntas. Vou distribuí-las, pela ordem em que ele as fez, para quem anotou. Por exemplo, o Rafael responde duas, o Renê responde duas, a Cristiane responde duas, e o Ministro Henrique Meirelles responde duas, do Senador Izalci Lucas. Vocês escolhem aí. Na sequência, o que anotou responde, para não repetir.

Com a palavra Reginaldo Lopes, do Estado de Minas Gerais.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente, Senadores, Deputados, nossos secretários.

Em nome do Rafael, do Comsefaz, cumprimento todos os Secretários e Secretária de Fazenda.

Quero iniciar dizendo que acredito que o Congresso, Câmara e Senado, na minha avaliação, terá que aprovar mais um projeto de compensação de receitas. Pela fala dos secretários, na minha opinião, esta crise, pela irresponsabilidade do Governo Federal, vai se estender por um longo período e, portanto, os Estados subnacionais continuarão tendo perdas na arrecadação e aumento de despesa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui contrário à mudança que o Senado fez ao projeto que a Câmara votou, o PL 149; eu acho que foi um equívoco do Senado. Respeito, mas, na minha opinião, o mais correto é fazer a compensação, mesmo que não seja nominal, mas o real, a partir de 2019, era mais seguro para os subnacionais. Nós temos que compreender que, no nosso modelo federativo, Estados e Municípios não têm autonomia; somos dependentes da União. Então, de fato... Eu sou até autor de um projeto, um PLP, que propõe uma compensação financeira de todas as perdas de todo o período que durar o decreto em relação à pandemia. Eu pergunto se vocês avaliam que será necessário ou não, ou a própria retomada das atividades econômicas vai garantir as condições para os subnacionais manterem suas despesas, suas políticas públicas, o pagamento dos seus servidores públicos... Porque, no meu Estado, nós temos várias dificuldades. Estamos vivendo, há muitos anos, essas dificuldades.

A segunda questão: qual seria o ponto positivo e o negativo da reforma tributária em curso, das propostas que foram apresentadas? Porque, na minha avaliação, é uma reforma extremamente tímida. As propostas que estão em tramitação não resolvem o problema do desequilíbrio federativo, e fazer uma reforma tributária que não resolve o problema do desequilíbrio federativo, eu acho, resolve pouco dos nossos desafios. Sem falar que, de fato, na minha opinião, não combate as desigualdades, porque não é uma reforma tributária progressiva, que enfrente o pior problema da economia brasileira, que é tributar consumo e trabalho. Nós tínhamos que tributar patrimônio e renda.

E também pergunto sobre a questão de se é necessário ou não criar um imposto sobre exportação. Eu sou de um Estado primário-exportador. Eu acho que a Lei Kandir foi uma lei irresponsável: quebrou os Estados primário-exportadores de proteína animal, proteína vegetal, exportadores de minérios. Como resolver esse impasse? A União não tem condição de fazer essa compensação. Não seria interessante criar não um imposto sobre exportação no setor primário e de semielaborados, mas um imposto federativo, pertencente aos Estados e Municípios?

Então, são as minhas perguntas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ele fez três perguntas.

Eu passo...

Anote aí, Rafael: a primeira pergunta é sua, em que ele fala sobre as proposições para os Estados. A Cristiane responde sobre reforma tributária, e o Ministro Henrique Meirelles, sobre imposto sobre exportações.

Vamos em frente.

Senadora Eliziane Gama. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O som, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Agora, sim.

Eu queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Deputado Francisco Jr. e todos os convidados, os quais, aliás, estão dando uma grande contribuição de fato a este debate.

Como o tempo é pouco... Ainda bem que o Izalci fez poucas perguntas, meu Presidente! (*Risos.*) O Izalci é o homem das grandes perguntas e boas perguntas, aliás, aqui nesta Comissão.

Presidente, eu queria me centrar em dois pontos especificamente, e aí eu faço a pergunta ao Rafael Fonteles: em um primeiro momento, o que pode significar, por exemplo, do ponto de vista de perda para os Estados brasileiros, a não continuidade do repasse da compensação que o Governo Federal deu para o FPE? Nós tivemos agora o pagamento da última parcela. Portanto, se não houver essa continuidade, o que isso pode representar em termos de perdas para os Estados?

O outro questionamento é sobre a questão da transparência pública. Nós recebemos aqui o Dr. Wagner de Campos, que é Ministro da Controladoria-Geral da União, e ele falou muito da parceria, do envolvimento com os Estados e Municípios e, inclusive, citou alguns programas, dentre eles um que é um programa próprio da CGU, que é o Contratações Relacionadas à Covid-19. Segundo ele, esse é um trabalho feito em parceria com os Estados. Eu pergunto: como está essa parceria? Como está esse canal? Ao mesmo tempo, qual é a importância que essa transparência tem para a efetividade na aplicação correta desses recursos e a agilidade desses recursos?

Finalizo, Dr. Rafael, perguntando o que a gente pode fazer em nível de Congresso Nacional. Porque a gente não pode deixar de atentar para a fiscalização e controle, por conta da importância da probidade administrativa, mas, ao mesmo tempo, estamos diante de uma pandemia. Nós temos um decreto presidencial que já deixa claro isso, com a flexibilização em larga escala, em várias áreas, da aplicação de recursos. O que ainda nós podemos fazer para flexibilizar o enrijecimento que nós temos hoje, que está dificultando de fato a aplicação desse recurso? Nós tivemos agora várias outras medidas aprovadas, inclusive medida provisória que foi transformada em lei e outras mais, que vêm com esse objetivo de flexibilizar. Estamos à altura? Precisamos melhorar ainda mais? Onde precisamos melhorar? Qual é a contribuição que nós podemos dar neste momento para os Estados brasileiros?

E, por fim, queria cumprimentar todos os participantes e cumprimentar nosso Presidente Confúcio pela forma sempre muito democrática, elegante e humana com que tem realmente conduzido esta Comissão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Praticamente a Senadora Eliziane concentrou as suas perguntas para o Rafael.

Então, todas as perguntas são para V. Sa., Rafael.

Vamos em frente. Agora é o Deputado Luiz Carlos Motta, do PL, São Paulo.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) – Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estou ouvindo bem.

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Bom dia! Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia!

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o senhor, Senador Confúcio, Presidente desta Comissão, e o Relator, Francisco Jr. Gostaria de cumprimentar também os demais colegas Parlamentares, Senadores que fazem parte desta Comissão e os demais que estão nos acompanhando.

Gostaria de parabenizar os palestrantes de hoje, em especial o Secretário de Fazenda do meu Estado, Henrique Meirelles, a quem tenho o prazer de ter nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ligue o vídeo aí, Deputado Luiz Carlos Motta! Ligue seu vídeo para a gente ver o seu rosto. (*Pausa.*)

Pronto, pode falar. Está bonito!

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Eu gostaria de dirigir a pergunta ao Secretário da Fazenda do meu Estado, de São Paulo, Henrique Meirelles.

Secretário, eu gostaria de saber do senhor: a pandemia alterou muito o nosso modo de vida com vistas à recuperação econômica e à tão esperada geração de empregos; o que a Secretaria da Fazenda tem feito para inovar a Administração Pública diante dessa nova realidade e cumprir esses dois objetivos?

Segunda pergunta: em termos de captação de recursos, como a pasta tem atuado para atrair verbas no Brasil e também no exterior para atender, principalmente, as pequenas e microempresas, que são as grandes geradoras de emprego no nosso País e, principalmente, no Estado de São Paulo?

Por fim, em relação à privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), foi dito que os preços das ações não justificariam a privatização. Mesmo assim pergunto: há sinais para esse processo de abertura avançar ainda mais agora com a sanção do Marco Legal do Saneamento?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São essas as minhas considerações, Senador.

Obrigado pela oportunidade.

Quero parabenizar também nosso Secretário Henrique Meirelles pela explanação de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Todas as perguntas do Deputado Luiz Carlos Motta são para o nosso Secretário Henrique Meirelles.

Então, agora vamos passar às respostas e vamos ter que balancear o tempo porque, por exemplo, o Rafael ficou muito concentrado. Então, Rafael, vou lhe dar quatro minutos para você responder. Para a nossa Cristiane...

O SR. RAFAEL TAJRA FONTELES – Está bom. Vou tentar aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vamos dar para a Cristiane, dois minutos; para o Renê, também dois minutos; e para o nosso Henrique Meirelles, que tem várias perguntas, três minutos. Quem vai ter mais tempo é você, Rafael, quatro minutos.

Vamos lá.

O SR. RAFAEL TAJRA FONTELES (Para expor.) – Está ótimo.

Bom, Presidente, sendo bem objetivo aqui, a primeira pergunta é do Senador Izalci Lucas, a quem agradeço pela pergunta. Basicamente, na nossa explanação inicial – eu não sei se o senhor estava acompanhando –, a gente colocou que o pacote aprovado é insuficiente para a grande maioria dos Estados. Você teria quatro ou cinco Estados em que talvez a projeção anual seja menor do que os auxílios aprovados. A grande maioria vê, na nossa análise, que os auxílios foram insuficientes ou serão insuficientes quando chegarem. Então, dado que a situação é bem heterogênea, a solução (*Falha no áudio.*)

Então, para facilitar, a gente tem algumas teses, que já manifestamos aos Presidentes das duas Casas, que serviriam para equacionar para todos os Estados ou, pelo menos, para a grande maioria. Eu citaria aqui a rejeição aos vetos da Lei Complementar 173 no que diz respeito às dívidas internacionais. Esse fator é muito relevante para sete ou oito Estados em que o principal componente da dívida é a dívida internacional. Você tem a Lei 14.007, que foi aprovada, mas que teve o veto do Presidente da República que destinava R\$8,6 bilhões para o combate à pandemia, metade para Estados, metade para Municípios. Também nós pedimos a rejeição ao veto dessa Lei 14.007, que foi aprovada pelo Congresso.

Já também entrando na pergunta da Senadora Eliziane Gama, na questão do FPE e do FPM, esse auxílio precisa ser prorrogado porque as perdas do Imposto de Renda e do IPI vão se prolongar até o final do ano muito provavelmente. Então, isso, para os Estados do Norte e do Nordeste, é muito relevante, bem menos para Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Para os Estados do Norte e do Nordeste, é um valor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relativamente pequeno no montante, é cerca de 10% do valor do ICMS, mas é muito importante. E, para os Estados do Centro-Oeste, Sul e Sudeste, você tem o PL 133, do Senador Wellington Fagundes, que resolve o acordo da Lei Kandir. É muito importante que esse acordo que já foi feito na Justiça, com União, Estados e participação do Congresso, seja aprovado celeremente porque a União já concordou. Então, não há rejeição da União e já foi homologado.

Esse PL 133 do Senador Wellington Fagundes a gente pede... São soluções heterogêneas. FPE é muito importante para Norte e Nordeste, Lei Kandir é muito importante ali para Sudeste, Sul, Centro-Oeste e também ali o Pará. E também eu colocaria o tema dos precatórios: a maior urgência na suspensão do pagamento de precatórios este ano é um tema muito relevante para alguns Estados. O Renê, do Paraná, pode falar melhor, e o Ministro Meirelles também. Então, acho que são soluções simples de matérias que já estão andando e que poderiam, digamos assim, resolver de forma global o problema do fluxo de caixa deste ano.

Outra questão é como nós vamos sair do problema no médio e longo prazo. Aí eu faço coro aqui com o que colocou o Renê, a Cris e o Ministro Meirelles, de aprovação das reformas importantes, mas também de destravamento do investimento público. E para isso, meu caro Renê, as operações de crédito para os Estados que têm condição devem ser destravadas pelo Governo Federal. Há um limitador muito grande do atual momento e são importantes essas operações de crédito para haver um investimento público que vai conduzir o investimento privado. Então, claro que as concessões são importantes, o marco do saneamento é importante, mas o investimento público também.

Por último – eu não sei se consegui responder a todos os pontos, porque alguns ficaram com meus colegas –, com relação à pergunta da Senadora Eliziane sobre o que pode ser feito quanto à questão do engessamento em função da fiscalização. Eu vejo um problema muito grande que é a multiplicidade em cada causa de organismo. Então, seria muito importante que fosse especificado o que é responsabilidade da CGU, o que é da CGE, o que é do TCE, o que é do TCU, o que é do MPE, do MPF. Eu acho que se tivesse mais facilidade nesse entendimento, você facilitaria as respostas, facilitaria a transparência. Então, a contribuição que poderia ser dada é de fato especificar melhor a atribuição de cada um dos órgãos de controle e do Ministério Público, senão você fica realmente, como eu disse anteriormente: cada servidor com receio de assinar qualquer papel, com medo das consequências, e às vezes isso termina travando soluções que precisam ser rápidas.

Espero ter respondido à maioria das perguntas, Senador Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra a Secretária Cristiane, com um tempinho mais curto.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Muito obrigada. Vou tentar ficar aqui nos meus dois minutos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira resposta, só complementando aqui o meu querido colega Rafael. Além do PLP 133, de autoria do Senador Wellington, tem também o que o Rafael também mencionou, mas eu gostaria de colocar isso também com atenção, chamar atenção, que é o Plano Mansueto, que endereça isso que o Rafael comenta, porque o Plano Mansueto endereça tanto para os Estados que estão com capacidade de pagamento, que é a Capag C e D, como também soluciona a questão do PEF para os Estados que estão com a Capag A e B. Então, a gente colocaria essa questão do crédito aí, se a gente retomasse de imediato essa discussão do antigo Plano Mansueto, antigo 149, que depois se transformou num plano de curto prazo do Deputado Pedro Paulo.

Por último, são três pontos que eu colocaria. Há vários, mas três eu acho importantes. Além do PLP 133 e além do Plano Mansueto, que era o antigo 149, há também a securitização da dívida ativa, que eu colocaria também nesta cesta de itens que podem ser aprovados rapidamente e que vão ajudar os Estados e os Municípios. Então, eu colocaria esses três itens na cesta.

Com relação à reforma tributária, vou ser muito rápida. Eu acho que o Comsefaz fez um ótimo trabalho. Nós unimos aí, nossa proposta une cinco impostos no IVA, desconsiderando qualquer outra conversa sobre desoneração de folha, sobre imposto de renda... A proposta que fizemos na questão do IVA junta os cinco impostos, ela precisa juntar os cinco impostos. Eu sei que a proposta do Governo apenas junta os federais. A nossa proposta quer que essa desoneração total... Por quê? Porque a nossa carga tributária é elevada – 36% do PIB – muito por ser complexa, burocrática... A gente precisa otimizar os recursos e a gente precisa acabar com essa guerra fiscal que existe entre os nossos Estados. Então, a gente precisa terminar com essa farra que existe hoje em dia. Então, na nossa concepção, na do Comsefaz, na de todos os Secretários de Fazenda, nós precisamos, sim... Considerem a proposta que a União colocou, mas considerem com os cinco impostos, quando se colocam também o ISS e o ICMS. Era isso que eu teria para falar com relação à reforma tributária. Há outros aspectos, mas eu fico aqui com essas duas mensagens relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

Com a palavra o Dr. Renê, do Estado do Paraná, pelo tempo de dois minutos, para responder ao Senador Izalci e a outros.

O SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado.

Senador Izalci, eu gostaria de responder à sua pergunta e ser bastante objetivo.

Na verdade, quando nós vimos o projeto da Câmara transmutar para o do Senado, ocorreu, de fato, uma mudança substantiva de conceito. Então, entre o projeto da Câmara e o do Senado, a Região Sul do País perdeu R\$3,8 bilhões em recursos potenciais que seriam destinados. Então, há, de fato, uma... Tanto é que, quando você analisa esse trabalho recente da Instituição Fiscal Independente do Senado, percebe que os Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul são os grandes deficitários em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos de ajuda. Vai ser necessário um complemento, não tenho dúvida alguma, principalmente na questão dos Municípios, que são os entes mais fragilizados. Há uma situação de urgência e de indigência por parte de alguns Municípios, que imediatamente seria resolvida.

Eu acredito também no seguinte: podemos criar condicionalidades. Eu acho que o Congresso Nacional pode colocar, durante esta ajuda, durante um certo período de tempo, a obrigatoriedade de revisão de alguns excessos praticados pelos Estados, de algumas anomalias, principalmente a obrigatoriedade de rever alguns benefícios fiscais concedidos ou rever alguns procedimentos de concessão de benefícios por parte dos Estados ou dos Municípios que possam, de alguma forma, ser ainda revistos.

E também eu gostaria de dizer aqui uma palavra para poder tocar nessa questão dos precatórios, que o Rafael colocou muito bem, que atinge alguns Estados do Brasil, e da incapacidade de gerar receitas proporcionais às obrigações. Eu acho que nós temos caminhado nesta PEC que está aí no Congresso, não só dando mais prazos para que o Estado possa, de alguma forma, pagar isso, mas também com as linhas de créditos que estão previstas na Constituição, para que possam ser utilizadas para o pagamento desses precatórios.

Com relação à possibilidade de algum imposto extraordinário sobre as exportações, há um problema entre a questão mineral e a questão do agro... De fato, a contribuição efetiva em termos de arrecadação é baixa, e há muitos benefícios fiscais. Acredito que algum mecanismo seja importante, não só na Lei Kandir, mas também na criação de um fundo de compensação até mesmo para a questão da infraestrutura, porque os caminhões e todo o processo de escoamento da produção destroem as rodovias desses Estados e é uma dificuldade muito grande. Eu acho que essa concepção da logística e do transporte e a contrapartida a essa aí eu acho que seriam muito importantes.

Agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Agradeço muito.

Eu passo a palavra ao Ministro Henrique Meirelles para responder praticamente ao Deputado paulista Luiz Carlos Motta, pelo tempo de três minutos.

O SR. HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES (Para expor.) – Eu gostaria apenas, antes disso, de reforçar os pontos feitos pelo Renê e pela Cristiane em relação à questão dos precatórios, de um lado, e, de outro lado, da securitização de recebíveis da dívida, no caso, que é muito importante.

Vamos agora voltar a passar, portanto, aqui, à questão da pergunta do Deputado Luiz Carlos Motta.

O que muda no nosso sistema de vida com a pandemia? Eu acho que algumas coisas são fundamentais, e a primeira é a gente voltar a atenção à saúde, e para isso é fundamental a questão da Sabesp. A Sabesp é a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo, e eu já vou então delegar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado, a sua pergunta ou a pergunta relacionada à Sabesp, porque um dos maiores problemas que todos os Estado brasileiros têm, e basicamente o de São Paulo também, é a questão do saneamento e os efeitos disso na saúde. Nós temos pequenas pandemias regionais em todo o País – é certo que não têm os efeitos dessa pandemia global causada por um vírus –, mas que são questões relacionadas à saúde pública, relacionadas ao saneamento e às condições de vida. Para isso é fundamental um aporte maciço de capital para o saneamento, porque não é possível fazer com o orçamento público, seja para os Estados, seja para o Governo Federal, seja para os Municípios. O saneamento é responsabilidade dos Estados e Municípios, portanto, nesse caso é dos Estados, então é muito importante que nós criemos condições para aporte de recursos do setor privado e também do setor público, mas principal e fundamentalmente do setor privado nacional e internacional.

Uma das perguntas que me têm sido feitas e que cancelam a pergunta do Deputado é sobre se há possibilidade de abertura. Se o mercado for se recuperando, nós temos um dado muito importante: com a ação dos principais bancos centrais do mundo de injetar recursos nos mercados, existe liquidez internacional, existem recursos no mundo todo procurando investimentos. Então, como eu mencionei, existe, sim, uma possibilidade muito grande de atrairmos recursos para investimentos e saneamento nas quantidades necessárias. Nós temos aí uma estimativa de R\$700 bilhões, total de investimentos necessário para o País, e, para o Estado de São Paulo – vamos supor, proporcionalmente, que seja aí até um pouco menos – a necessidade será de R\$70 bilhões, R\$80 bilhões, e existe disponibilidade, sim, de recursos no mercado internacional para isso.

Como atrair essas verbas? Estamos com um programa intenso, em primeiro lugar, de garantir a segurança jurídica, e, em segundo lugar, de divulgação, trabalhando, fazendo divulgação agora com vídeos. E o Governador e eu vamos fazer, a partir do próximo ano, um programa intenso de viagens para o mundo todo, trazendo investimentos para o Brasil e para São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Muito bem, gente! A audiência está muito boa, tirando muitas dúvidas. Tenho certeza de que todos os Parlamentares estão muito satisfeitos, e muitas premissas do que o Congresso deve fazer estão sendo enunciadas por V. Exas.

No próximo bloco: Deputado Felício Laterça, Senador Wellington Fagundes, Senador Esperidião Amin e o Deputado Federal Mauro Benevides, que é colega de vocês, sabe tudo de secretaria de fazenda. Vocês vão ter uma boa briga com esse pessoal.

Então, muito bem, com a palavra o Deputado Felício Laterça. *(Pausa.)*

Felício Laterça. Cadê você, Felício, que eu não estou vendo? E ele não falta. Cadê o Felício? Ele saiu um pouquinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos passar adiante. O Felício não falta. *(Pausa.)*

A cadeira dele está vazia; já, já, ele volta.

Vamos passar para o Wellington Fagundes. Deputado Wellington Fagundes, com a palavra... Aliás, Senador Wellington Fagundes, Senador do Mato Grosso. *(Risos.)*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Nós fomos companheiros, por muito tempo, lá na Câmara dos Deputados. Para mim é uma honra ter sido Deputado Federal por seis mandatos, inclusive aprendendo muito com V. Exa.

Eu queria primeiro agradecer o requerimento que foi aprovado, dizer que o Secretário Robson Santos, o Secretário de Saúde Indígena, esteve no Mato Grosso na semana passada e anunciou as providências. Portanto, eu creio que esse requerimento vai fazer com que o ministério tenha mais atenção ainda com a questão indígena do Brasil, mas, em especial, aqui, no Mato Grosso, com a questão dos xavantes, na região do Araguaia, Barra do Garças, onde, realmente, continuam as mortes. Se vocês virem essa foto aí, no fundo, é exatamente em homenagem aos nossos povos indígenas.

Sr. Presidente, eu gostaria também de dizer ao Rafael Tajra, que é o nosso Presidente do Comsefaz, do PL 133. Também a Secretária acabou citando. E eu quero dizer que ontem o Ministério da Economia já mandou para o Presidente Davi o pedido, então, de prioridade, reconhecendo a importância de se aprovar o PL 133, que é exatamente esse acordo que foi feito com todos os Governadores e também com o próprio Governo Federal.

Então, espero que, nessa semana que vem, o Presidente Davi coloque isso em pauta, já que a Lei Kandir é um grande instrumento que o País ainda tem hoje, e os Estados que exportam realmente precisam dessa compensação. Nós conversamos muito com o Ministro Meirelles, ainda quando Ministro. Tivemos muitas reuniões no Senado e no Congresso Nacional, sobre esse assunto. E eu espero, então, que possamos ter a aprovação o mais rápido possível.

Ainda sobre a MP 926, que trata da flexibilização das licitações, eu fui o Relator e quero deixar bem claro que flexibilização não é afrouxamento. Então, a nossa posição é de que temos que facilitar, porque a grande maioria dos administradores são pessoas honestas – Prefeitos, Governadores e o próprio Presidente da República –, mas, principalmente, a questão da saúde, que é salvar vidas, está nas mãos dos Prefeitos, e eles precisam ter essa facilidade, Governadores também. Para isso, também existe a lei penal, ou seja, para os malfeitores já temos leis suficientes.

Então, eu quero também ainda, aqui, me referir ao Mato Grosso, de que vocês falaram, que foi o único Estado do Brasil que aumentou arrecadação mesmo em tempos de pandemia.

Eu queria perguntar, principalmente, ao Ministro Meirelles e a todos também que quiserem abordar o assunto: como V. Exa. vê a situação hoje da questão ambiental? Como isso pode prejudicar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdadeiramente os Estados produtores? – como Mato Grosso, Goiás, do Centro-Oeste, enfim, os Estados que realizam principalmente a produção agropecuária. Como, a curto, a médio e a longo prazo, vocês entendem que isso pode acontecer?

E também uma terceira pergunta. Os Estados foram obrigados a conviver com períodos de *lockdown*, alternados com aberturas relativas. Esse tipo de política causou extrema instabilidade na arrecadação. Eu gostaria de saber se já há uma estimativa de como se dará a recuperação da arrecadação no período pós-pandemia, ainda mais sem uma reforma tributária definida. Então, eu gostaria mais de ouvir de vocês sobre o pós-pandemia. O que devemos fazer? Qual o dever de casa de cada Estado e dos Municípios também? – principalmente de Estados de forte economia, como São Paulo, que é a máquina, digamos, que puxa todo o Brasil.

Então, o Ministro Meirelles, que foi Ministro também da Fazenda e tem um conhecimento internacional muito forte, eu penso que poderia dar uns aconselhamentos para o pós-pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Então, a pergunta é para todos. O Rafael responde, depois, a ele, na hora certa. Ministro Meirelles, há umas perguntas específicas para V. Exa. do Senador Wellington.

Eu gostaria que a Cristiane respondesse sobre relação ambiental e o agronegócio, e que o Renê falasse sobre *lockdown* e recuperação da economia.

Muito bem. Vamos em frente. Agora o próximo...

Oh, Felício, está com a palavra! Senti sua falta aí, rapaz! Já estava dando falta... (*Risos.*)

Vamos lá. Com a palavra, Felício.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Obrigado, Senador. Obrigado por sentir a minha ausência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Claro!

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Fui beber uma aguinha; aqui em Brasília está muito seco. Estou aqui no apartamento, mas não está fácil, não. Recomendo a todos se hidratarem.

Cumprimento o Sr. Senador; o nosso Relator Francisco Jr.; todos os Parlamentares; e nossos Secretários: Rafael, Henrique Meirelles, Cristiane Alkmin e o Sr. Renê.

O Rafael é Secretário da Fazenda, Presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda, e é do Piauí. Então, quero, neste momento, Sr. Rafael, saudar a todos os piauienses na sua pessoa. Servi no Piauí, pela Polícia Federal, de 2008 a 2010. É uma terra calorosa, afável; fiz grandes amigos aí. Está bom?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas nossas perguntas – já foi falado acho que pelo Senador Izalci –, quero tratar das medidas que nós fizemos pelo Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, que culminou na Lei Complementar 173, deste ano, 2020: distribuição de R\$60 bilhões aos entes subnacionais; transferência de recursos, para garantir o mesmo patamar nominal de recursos disponibilizados em igual período no ano anterior, do FPE e do FPM; e renda emergencial para trabalhadores de diversos setores, desde os mais vulneráveis, como os que trabalham na informalidade, até profissionais do setor cultural, entre outros que estão vindo por aí.

Mesmo com todo esse esforço e com a União caminhando para um déficit primário próximo do trilhão de real, vemos os entes subnacionais com as contas apertadas. Então, nesse contexto, eu pergunto aos senhores... A primeira pergunta é ao Sr. Henrique Meirelles, que tem larga bagagem em gestão, tendo não apenas ocupado altas posições de instituições no setor privado como também no setor público – entre as quais, destaco a Presidência do Banco Central e o cargo de Ministro da Fazenda –, conhece bem nossas mazelas e consegue apontar soluções. Nesse sentido, quando Ministro da Fazenda, foi um defensor do teto de gastos e de uma reorganização nas contas públicas, tudo com o intuito de resgatar nossa credibilidade e retomar um caminho do superávit primário e da melhoria das nossas notas de crédito. Agora, como Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, argumenta que o esforço da União em apoiar os entes subnacionais é insuficiente, e sugeriu, inclusive, o afrouxamento monetário como forma de financiar o alto custo da pandemia. Nesse contexto, eu pergunto: não há risco de que, para salvar os entes subnacionais, a União prolongue ainda mais esse já penoso ajuste fiscal, que já ocorre há mais de cinco anos, sem que se alcance o resultado primário positivo? Não há risco de que essa eterna dependência dos entes subnacionais para com a União se acentue cada vez mais? A impressão de moeda não gera risco ao País? Quais os caminhos apontados pelo senhor para que Federação, aí incluídos União, Estados, Distrito Federal e Municípios, retome o caminho da responsabilidade fiscal sem que um fique passando a conta para o outro?

À Sra. Cristiane Alkmin eu queria dizer o seguinte: o Estado de Goiás é um dos entes da Federação com uma situação fiscal desafiadora. Dentre os sérios problemas fiscais do Estado, está a previdência. Nesse sentido, vocês propuseram uma reforma da previdência assemelhada à da União, mas que agravou significativamente as despesas com o setor da segurança pública – que é o meu setor, por acaso –, por meio de uma redução da alíquota de contribuição, que saiu de 14,25% para 9,5%. Então, automaticamente, houve aumento salarial para a categoria. Vou concluir, Sr. Presidente. Nesse sentido, não seria um contrassenso solicitar apoio financeiro à União em um contexto em que o Estado aumenta suas despesas? O que tem sido feito para melhorar a gestão financeira local, como, por exemplo, redução de renúncia de receitas? Vocês não observaram que a reforma da União, se adotada no âmbito do Estado, iria aumentar as despesas com militares? O Estado fechou os olhos para isso?

E, por fim, o Prof. Renê de Oliveira Garcia Júnior citou uma série de apoios da União para mitigar os efeitos da crise econômica que decorrem da pandemia. Destacou, por exemplo, o auxílio emergencial





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos mais vulneráveis, que ajudou a aquecer minimamente as economias locais. O senhor também destacou o engessamento das contas dos entes subnacionais e a necessidade de apoio da União. Contudo, quando olhamos para as contas dos entes subnacionais, vemos que há muitas Prefeituras que nem sequer cobram o IPTU, em que pese ser uma exigência na Lei de Responsabilidade Fiscal. No caso do seu Estado, o Paraná, houve há alguns anos inclusive uma fusão dos planos financeiro e previdenciário do RPPS, o que agrava, no longo prazo, a situação fiscal do Estado. Os próprios Estados não quiseram entrar na reforma da previdência discutida na União e aprovada ano passado, isso sobretudo por conta do custo político. Toda essa falta de reformas e de coragem para tomar medidas impopulares ao longo de anos fez com que a situação fiscal se deteriorasse a ponto de ser de difícil solução. Assim, o senhor não acha razoável que os entes subnacionais também arquem com custos impopulares de reformas ao invés de apenas tentarem passar a conta para a União? O que o Paraná tem feito nesse sentido?

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Dessa forma, o Deputado Felício Laterça fez várias perguntas, mas ao Rafael ele só pediu para transferir um recado para Teresina. Ele está com muita saudade do Delta do Parnaíba, de tomar um banho. *(Risos.)*

Um abraço ao povo do Estado do Piauí e, especialmente, de Teresina! O Felício manda esse abraço para vocês.

Os demais têm perguntas. Vamos em frente.

Senador Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Senador Esperidião Amin, solte o som. O seu som está desligado, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – O som estava bloqueado. Agora deu.

Presidente, bom dia a todos!

Já que o senhor provocou com o Piauí – o Secretário Tajra é muito moço –, eu quero dizer que eu organizei a Telepisa em 1974, no Piauí. Naquela época, houve uma enchente, e eu acabei contraindo hepatite A, infelizmente, em Parnaíba, marco zero da Amazônia, Norte do Brasil. Durante os seis meses em que aí permaneci, fui muito bem tratado. Apenas houve esse incidente. Não foi uma pandemia, mas foi algo parecido com o que eu sofri também em Santa Catarina.

Então, eu tenho pelo Piauí um carinho muito especial, e seu sobrenome Tajra mostra que o Líbano está metido na sua origem.

Eu tenho três questões muito rápidas para colocar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sou tão direto quanto o Deputado Felício – a vida já me amenizou os ímpetos –, mas eu gostaria de ouvir a opinião do ex-Ministro, prezado Ministro Henrique Meirelles: o que ele acha do teto de gastos? Foi afinal uma grande conquista do Governo do nosso querido Michel Miguel Elias Temer Lulia, também oriundo do Líbano, quando ele o teve como seu Ministro da Fazenda. Será que neste momento caberia uma revisão dos termos da emenda constitucional?

Segundo. Eu faço um apelo ao Presidente do Comsefaz e ao Secretário da Fazenda: que prestem atenção no Projeto de Lei Complementar, de minha autoria, nº 41, 2019, que estabelece não o corte, não a tesoura direta, como vários Governadores anunciaram... Peço a atenção da Secretária de Goiás: o Governador, meu querido amigo Ronaldo Caiado, anunciou que ia cortar 1 bilhão dos 6 ou 7 bilhões de renúncia fiscal do Estado de Goiás – não sei se conseguiu consumir, porque parece que houve várias anestésias na tesoura e não no paciente. Mas um país que abre mão anualmente de 500 bilhões de receitas – 500 bilhões por ano –, Estados e Municípios – do Estado do Rio não vou falar, porque não está presente –, não avalia – preste atenção, não estou falando em cortar, Dr. Confúcio; estou falando em avaliar – custo e benefício, meta proposta e meta alcançada e não toma providência a respeito disso dificilmente resolverá os problemas na sua causa.

Por isso, eu quero dizer: sou solidário com as necessidades dos entes subnacionais – Estados e Municípios –, mas acho que nós não faremos uma boa recuperação pós-pandemia se não olharmos para a avaliação criteriosa do custo e do benefício do que fazemos.

E gostaria de concluir fazendo uma pergunta construtiva. Eu gostaria de saber qual o desempenho do Porto de Paranaguá e do Porto de Santos no primeiro semestre deste ano em relação ao primeiro semestre do ano passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

E o último desse quarteto: eu chamo ao ringue, para essa luta entre colegas, o Deputado Mauro Benevides Filho. (*Risos.*)

Com a palavra, Deputado Mauro.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela acolhida.

Meu caro Deputado Francisco Jr., Senadores e Senadoras aqui presentes, realmente são todos meus colegas.

Quero abraçar o Rafael, que hoje está na coordenação do Comsefaz, a Cris, o Renê, o Ministro Meirelles, que agora saiu da União e está do lado dos Estados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante, vamos aos quatro temas.

Primeiro tema: a boa notícia para os Secretários de Fazenda é de que, na MP 938, que vai ser votada hoje, a União alocou 8 bilhões para compensar perdas de FPE, quatro meses, e quatro meses para o FPM. Entretanto, esses dois valores não serão usados, 2 bilhões dos Estados e 2,1 bilhões dos Municípios; a União quer de volta esses 4 bilhões, apesar de já ter aberto créditos orçamentários no valor de 16 bilhões. Eu apresentei uma emenda à 938 – e vamos ganhar em Plenário – para que esse valor não gaste, a União continue compensando. Eu estimei em mais dois meses, tanto o FPM como o FPE. Estou negociando, inclusive, com o Relator, o Deputado Hildo, do Maranhão, para que, em vez de estender os debates, porque há o Fundeb hoje, a minha emenda pudesse ser incorporada ao relatório dele, a gente já emendava. Portanto, saiam daqui com mais dois meses de FPE. Não tenho dúvida de que o Senado também vai aprovar essa iniciativa.

Segundo ponto. Boa notícia, Senador! Segundo ponto: quanto às dívidas, que o Secretário Rafael colocou. Realmente, quanto às dívidas dos Estados com a União – R\$570 bilhões –, 84% são de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os outros Estados, além desses quatro, devem muito pouco à União. Por isso, à dívida com bancos, sobretudo os bancos internacionais, esse veto do art. 6º da Lei Complementar 173 é extremamente nocivo. O Congresso tem, sim, que derrubar esse veto, senão os Estados terão problemas para poder... Basta dizer que, dos 32 bilhões que os Estados deixarão de pagar à União, 29,1 bilhões são desses quatro Estados a que eu acabei de me referir.

Portanto, Secretário Rafael, tenha a certeza de que nós vamos trabalhar em relação a isso.

Outro ponto: não vamos resolver problema de Estados e Municípios só com corte de despesa. Esse é o maior erro de todos os Ministros da Fazenda. Ou se aumenta a receita ou não vamos sair disso. A União, como disse o Senador Esperidião Amin, tem 330 bilhões de gasto tributário, 74 bilhões de incentivo creditício, que o Senado não sabe nem onde está, nem a Câmara dos Deputados, porque o Congresso Nacional não discute incentivo fiscal de cunho creditício. Por exemplo, eu pedi a meus alunos para olharem: entre financeiro e creditício são 74. Temos que analisar isso, cortar isso.

Dez por cento... Eu já estou terminando, Senador, só para fazer esta ponderação: 10% de 400 bilhões são 40 bilhões/ano. O Ministro Guedes adora falar em dez anos: estamos falando de R\$400 bilhões, que é um valor muito grande.

E, por último, eu queria falar sobre teto dos gastos. Não sei se tenho tempo, Senador. Posso falar ou... Trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpellar.) – Trinta segundos para falar sobre uma ponderação que foi feita sobre teto dos gastos. Teto dos gastos, no Governo Federal, não está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controlando nada. As duas maiores despesas do Governo Federal são pessoal e previdência, 81% das despesas obrigatórias. Aí se diz: "Mas, Prof. Benevides, a União está cumprindo o teto". Está cumprindo o teto porque em 2011 ela aplicava 104 bilhões em investimentos e em 2020, no Orçamento, 19. Então, ele aumenta gasto corrente e corta investimento. Isso está acabando com o País! Se quer aperto do gasto tem que ser com a despesa corrente, mas não para a despesa de capital. Essa é uma mudança fundamental que devemos fazer.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Cortar incentivo fiscal é importante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Olha: muitas perguntas. Neste bloco choveram perguntas e não há como colocar três minutos para um e quatro para outro. Não tem jeito não! Vou ter que ser aqui mais ou menos equitativo. Vamos colocar três minutos para respostas, porque todos foram demandados.

Eu vou começar na ordem inicial, passando a palavra para o Rafael responder aos primeiros questionamentos. Depois a Cristiane, depois o Renê e por fim o Ministro Henrique Meirelles.

O SR. RAFAEL TAJRA FONTELES (Para expor.) – Presidente, a maior parte das perguntas deste bloco foram concentradas mais para o Ministro Meirelles e para a Secretária Cris. Então, eu vou aproveitar apenas parte do meu tempo, e o senhor o concede para os demais, por gentileza, se for possível.

Apenas reforço aquilo que a gente já colocou, os Estados já colocaram, que nós, os 27 secretários, somos defensores absolutos da responsabilidade fiscal e apoiamos diversas medidas que estão no Congresso Nacional. Então, nós não somos opositores a isso. Queremos fazer a nossa parte, sim, no que diz respeito ao equilíbrio das contas públicas, mas entendemos que, como os entes subnacionais não podem emitir títulos, não podem emitir moeda, essa solução de curto prazo tem que ser arcada, necessariamente, pela União; mas estamos, sim, irmanados nessa busca pelo equilíbrio fiscal. E eu particularmente estou com a tese do Deputado Mauro Benevides de que a parte do investimento público deveria estar fora do teto – essa é uma opinião particular –, porque de fato ela pode aumentar a receita e ajudar nas contas públicas também. Esse é um ponto muito importante.

Quero dizer que, em relação à renúncia de receitas, muitos Estados, inclusive o Piauí – sei do Ceará, sei do Goiás –, fizeram cortes de 10% de incentivos fiscais. Nós fizemos ainda em 2016, assim como aumentamos a alíquota da previdência para 14%. O Mauro era secretário na minha época e a gente meio que combinava muitas das nossas medidas.

Então, a agenda do equilíbrio fiscal, em nossa visão, não é antagônica com a agenda do investimento público. Claro que eu não estou falando nesse caso em nome do Comsefaz, essa questão não foi debatida, mas é a posição do Estado do Piauí com relação a isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria usar meu tempo para esse ponto, porque sei que a maioria das questões foi endereçada aos secretários. No mais, cumprimento o Senador Esperidião Amin e o Deputado Felício por fazerem referência ao nosso querido Estado, caloroso, mas bastante afável. Vou levar ao representante do povo do Piauí, que é o Governador Wellington Dias, esposo da Deputada Rejane Dias, que está aqui presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, Dra. Cristiane, a senhora terá quatro minutos para responder as perguntas que vieram para a senhora.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Muito obrigada, Rafael, por ter distribuído seu tempo entre todos nós. Vou tentar ser rápida também.

A primeira pergunta, sobre responsabilidade ambiental, eu acho que desde que o Governador Ronaldo Caiado chegou aqui, e com uma secretária muito competente na área, a Secretaria de Meio Ambiente tomou outro rumo. Ela estava completamente aparelhada, ela tinha quinhentos problemas ali dentro. Se eu tinha problemas na minha secretaria, ela, então, nem se fala. A gente já colocou uma nova lei de licenciamento ambiental, porque entendemos que temos que ter muita responsabilidade ambiental, sim, mas não podemos travar os investimentos que estão aqui no Estado de Goiás, porque assim acontecia. Então, a gente está tentando dar total celeridade com menos burocracia, mas sem perder a visão de que temos, sim, que ter responsabilidade ambiental. Isso é um valor do Governador Ronaldo Caiado.

Com relação à pergunta do pós-pandemia: obviamente, vai depender de todos esses argumentos, desse debate que há em torno de alguns gastos que hoje são temporários. Este ano é um ano de se gastar, é um ano de a gente ter um déficit de 10% a 12% do PIB, mas em 2021 a coisa precisa mudar. Então, se esses gastos temporários se tornarem permanentes e se não tiverem uma receita que possa sustentá-los, aí a gente vai entrar num *loop* que eu acho que vai ser muito ruim. Se nós olharmos nossa balança de pagamentos, veremos que ela já começou a ficar negativa, e nosso câmbio está desvalorizado. Não é por menos! Então, assim, esse é todo um debate que a gente pode fazer em outra ocasião, mas eu tenho uma preocupação muito grande com a parte fiscal em 2021.

Com relação à pergunta sobre os policiais e bombeiros, sobre a reforma da previdência, do Deputado Felício: eu agradeço enormemente essa pergunta, porque respondê-la permite que todos os senhores saibam que a lei federal das Forças Armadas, a 13.954, realmente colocou algo oposto à reforma da previdência que eu fiz em dezembro de 2019, porque ela gerou um aumento no salário efetivo desses servidores, tanto do policial militar quanto do bombeiro. Por quê? Por conta da lei federal a que todos os Estados e Municípios tiveram que se adequar. Então, essa reforma da previdência que houve em nível federal para as Forças Armadas realmente trouxe um problema efetivo, e eu tive que brigar muito lá junto à Secretaria da Previdência para ver se as coisas melhoravam um pouquinho para o Estado. É que nós já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tínhamos um nível de previdência que era muito mais robusto, mas tive que retroceder de fato – não só o meu Estado, mas alguns outros Estados. Então, essa pergunta é muito pertinente, permite que os senhores entendam que muitas das ações que são tomadas no Congresso Nacional têm reflexos diretos nas nossas contas. Dou como exemplo o piso do magistério, em função do qual a gente no ano passado teve que dar um aumento de 12%, sendo que a inflação foi muito menor. Então, como fazer isso? Como a gente consegue manter esse crescimento vegetativo da folha dos ativos e dos inativos tendo uma situação fiscal dramática?

Acompanho o nosso querido Rafael aqui quando ele fala que todos nós, Secretários, somos defensores do ajuste fiscal. A gente está aqui firme e forte... Trata-se de olhar, desde quando nós chegamos aqui em Goiás – em particular, falo do meu Estado... Eu consegui falar um pouquinho, Deputado Felício e Senador Esperidião Amin, no início da minha fala, das reformas estruturais que eu coloquei aqui. E uma das reformas estruturais, Senador Esperidião, foi, sim, com relação a essa questão das renúncias fiscais.

Como eu apresentei aqui, Senador... Olhe aqui: essas foram as capas das duas revistas da indústria aqui de Goiás. Eu tinha a minha cabeça cortada dia sim, dia sim, por conta dessa queda de renúncia. Ela ficou, aproximadamente, Senador, em 800 a 900 milhões, que a gente consegui ter de volta no caixa. A gente gostaria de ter tido mais, de fato, mas nós não conseguimos ter mais do que isso. Mas, dentro de um contexto de 8 bilhões, acho que foi bem razoável.

E houve alguns outros ajustes também. A gente fez ajustes importantes de tirar crédito acumulado de empresas. Isso, se a gente colocar nessa conta, vai dar aí um total de 1 bilhão, se a gente considerar essa parte. *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O.k., está bom. Muito obrigado, Secretária Cristiane.

Agora passo a palavra para o Secretário Renê, lá no Paraná. O carioca no Paraná, o carioca paranaense.

O SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR (Para expor.) – Caro Senador, acho que nós estamos precisando tomar um pouquinho de água. Está muito acalorado o debate. O Deputado Laterça veio aí com a faca nos dentes. Calma, calma! Isso é arroubo juvenil. Não é bem assim. Política é consenso, não é feita para... *(Falha no áudio.)*

Senador Fagundes, Deputado Laterça e meu querido Esperidião Amin, nós temos alguns pontos aí. A primeira coisa é a seguinte: não existe dilema entre salvar vidas e a economia. Isso é um falso dilema. A vida, como toda vida, tem um valor infinito. O que foi necessário fazer, cada Prefeito e cada Governador fez no sentido de proteger a sua população. E isso aqui é passado, não se discute, vamos para



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a frente. Agora, é verdade que vai ter efeitos permanentes, sem dúvida nenhuma. A produção, a produtividade das empresas deve cair, e isso vai afetar em médio e longo prazo.

Eu queria só fazer uma questão. Na nossa proposta de reforma tributária, nós temos a questão das alíquotas mínimas a serem criadas pelos entes federativos, no caso dos Municípios e dos Estados. Essa medida é para não permitir que determinados Municípios pratiquem alíquotas de IPTU, por exemplo, que possam de alguma forma acabar destruindo a sua sanidade tributária. Acho que isso é importante. Acho que o Congresso Nacional, o Senado, deve atuar, para exigir que haja uma reforma dos entes federados, para verificar a adequação, nas suas alíquotas de tributos – IPTU e ISS – com relação à sua capacidade prévia. Não existe mais a possibilidades de pegar carona.

Eu acho, Senador Esperidião Amin, que o senhor colocou um ponto importante. Dentro desse pacote de eventual ajuda, apoio do Congresso Nacional a Estados e Municípios, o senhor pode colocar uma cláusula com a obrigatoriedade da revisão de benefício fiscal. Que cada Estado, cada Município faça uma reavaliação, em um prazo de dois ou três anos, para que eles possam ter uma margem de benefícios concedidos, como o Mauro Filho fez. Aliás, o Mauro Benevides é uma pessoa do nosso inteiro carinho. Sou amigo do pai dele, para o senhor ter uma ideia. É um Senador maravilhoso da República. E isso no Ceará é possível fazer, sim, colocar como um dos condicionamentos a necessidade de revisão.

Mas eu acho, Senadores, o seguinte: nós temos que evoluir o nosso debate para criar situações em que os Estados e os Municípios saiam de baixo da proteção da União. Nós não queremos essa situação da União babá, que a cada ano, a cada crise, vem para socorrer os Estados. Os Estados querem independência, querem ter sua vida própria, querem ter suas rotinas, querem retomar as suas economias.

Esse Estado de dependência é até muito constrangedor. Nós vemos os Governadores indo a Brasília com pires na mão. É uma coisa muito não republicana. Temos que criar situações em que os Estados e os Municípios possam ter autonomia, sua vida própria, e buscar equilíbrio fiscal e desenvolvimento econômico. Essa situação de dependência não favorece a ninguém.

E também há uma questão: quando houve a reforma da previdência, os Estados e os Governadores não foram contra, não. A maior parte dos Governadores estava apoiando a reforma da previdência que foi colocada pelo Governo Federal. Foi uma disputa no âmbito político. Não foi... Tanto é que aqui no Paraná, ato contínuo, imediatamente aprovamos uma reforma praticamente idêntica à reforma do Governo Federal. Goiás também fez. Não houve isso, não.

Mas acho que o principal disso tudo é que os Estados e Municípios querem crescer, querem se desenvolver, querem sair de debaixo da União. Nós temos que acabar com essa dependência. E só uma profunda reforma fiscal... E reforma estrutural nos orçamentos. Esses orçamentos engessados, com vinculações constitucionais, com uma série de condicionantes não levam à eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito. Maravilhoso, Renê; maravilhoso!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, com a palavra o nosso Ministro Henrique Meirelles. Há muitas perguntas para ele responder.

O SR. HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES (Para expor.) – Obrigado.

Eu vou procurar também sumarizar, Presidente.

Em primeiro lugar, eu vou endereçar a questão de que o salvamento dos entes subnacionais – ou a salvação, para não usar uma palavra exagerada – pelo Governo Federal não é só com parte de recurso do Governo Federal. Há a suspensão de dívida, etc., se isso não levaria a algum problema muito mais grave depois, na medida em que isso levaria a um problema para o Governo Federal. Bom, eu gostaria de mencionar uma coisa: uma das características do Brasil, que não é de muitos outros países, por exemplo, os Estados Unidos ou países da Europa, é que aqui no Brasil a emissão de dívida é uma prerrogativa do Tesouro Nacional. Desculpem, no Brasil, é uma prerrogativa, é um monopólio. Em outros países, não. O Município pode emitir e o Estado pode emitir – evidentemente, com responsabilidade. Existe um policiamento rígido por parte dos agentes econômicos, etc., inclusive agências de *rating*. O Estado que passar da conta não tem condições de colocar os seus títulos, como os países que podem, em que só funciona assim, é a questão do risco-país.

Agora, o problema é que, quando há uma pandemia e essa queda brutal de arrecadação, no Brasil, só quem pode fazer a emissão dos títulos é o Governo Federal. Portanto, no momento em que não houver esse repasse do Governo Federal e a suspensão de pagamento de dívida, portanto, ou por bancos ou por muitos outros que ainda estão debitando aí, como é a questão de bancos tradicionais, etc., por uma razão muito simples, é que os Estados estão na linha de frente do combate à pandemia. Em consequência, um colapso do Estado leva a um problema grave do ponto de vista social e econômico. Portanto, é muito importante que haja esse repasse e, depois da pandemia, sim, restaurar a austeridade fiscal, restaurar tudo isso.

Eu vou aproveitar para entrar aqui na questão do teto. Não há dúvida de que o teto é uma medida dura, é uma medida drástica, com todas as desvantagens que medida desse tipo tem. Podem-se estudar questões que não estão aqui. Este ano, por exemplo, as despesas da pandemia foram uma coisa de muita controvérsia e agora têm que gastar para combater a pandemia, mas, e o teto? Tudo isso é um extrateto que foi feito... (*Falha no áudio.*)

Então, tudo isso é fundamental. Agora, é importante, depois, a austeridade fiscal para que o País possa voltar a crescer e, aí sim, pagar a dívida. Essa questão dos incentivos fiscais foi bem colocada e eu concordo. A mesma coisa se pode falar em relação ao Banco Central, a mesma coisa em relação ao Governo Federal, isto é, o Banco Central tem poderes dados pelo Congresso Nacional, por uma iniciativa do Executivo inclusive, de comprar carteiras de crédito, etc. e tal, então, é muito importante que de fato exerça isso. Agora, isso não impede, muito pelo contrário, que, uma vez retomada a atividade econômica,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Banco Central adote o rigor que for necessário ao controle. O Banco Central tem a tradição já nisso de controlar a inflação e tem todos os instrumentos adequados para isso, uma diretoria competente e sabe fazer, um corpo de funcionários de primeira qualidade. Agora, é muito importante que se lute com todas as forças que possamos ter para preservar a economia e não deixar o País entrar em colapso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, meu Ministro querido.

Eu não estou vendo na sala alguns Parlamentares, mas eu gostaria de primeiro agradecer. Eu estou no último bloco, peço um pouco de paciência. Todo mundo é ocupado demais, todo mundo tem muito papel para assinar, mil coisas para responder. Imagino como vocês estão aflitos para terminar esta audiência, mas aqui nós temos o General Peternelli, Deputado Federal; a Senadora Zenaide Maia; o Deputado Paulo Ganime não estou vendo... Ele está aí. O Paulo está lá. Já, já, Paulo. A Senadora Kátia Abreu também não estou vendo. Cadê a Kátia? Não estou vendo a Kátia. Por fim, há a Deputada Rejane Dias, do Estado do Piauí.

Então, vamos passar para esse último bloco. Da mesma forma, vocês vão anotando as perguntas. Os Parlamentares vão endereçando a V. Exas. os seus questionamentos. Depois desse bloco, o Deputado Francisco Jr., que é o Relator, faz as considerações finais. Se tiver que acrescentar alguma coisa a mais, ele acrescenta, senão ele agradece, e a gente faz o encerramento.

Com a palavra o General Peternelli.

O SR. GENERAL PTERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, Francisco Jr., Senadores e Deputados presentes, Secretários que abrilhantaram esta reunião, o Rafael, a Cristiane, o Renê e o Secretário de São Paulo, do meu Estado, Henrique Meirelles, muito se falou sobre vários aspectos e muito sobre a parte tributária. Eu gostaria de perguntar como eles visualizam essa reforma tributária que está proposta, que vai mais do que dobrar os impostos para o serviço e comércio, o agro também terá um aumento muito grande.

Eu vejo que o grande problema é a sonegação que nós temos, a economia informal que não recolhe. Fruto disso, eu protocolei a Emenda Substitutiva nº 20, que trata, com base na proposta do Cintra, de 2,5% no crédito e no débito. Isso permitiria acabar com todos os demais impostos, inclusive acabaria com esses aspectos de renúncias fiscais. Permite acabar inclusive, além dos cinco falados, com ITBI, IPVA e por aí fora.

O que eu acho importante é que temos de dar autonomia para os Estados. O próprio Ministro Guedes concorda com uma distribuição em que, de todo o arrecadado, 30% vão para a União, 30% vão para os Estados, 30% vão para os Municípios, 10% vão para o Congresso, para serem destinados a políticas regionais, como Sudam, Sudene, Zona Franca de Manaus etc. Também eu propus acabar com os recursos em nota e cheques, para que não haja um mercado paralelo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com essa proposta, eu gostaria de fazer uma pergunta: os Secretários já observaram o capital circulante em cada Estado e o capital circulante em cada cidade do seu Estado? O Banco Central publica diariamente esses valores. Então, eu gostaria de saber se há esse impacto nos serviços no agro e no comércio e se já analisaram esse capital.

Hoje, apesar da crise, o capital circulante continua muito elevado e permitiria, dentro dessas proporções de 5% – 2,5% no crédito e no débito, o que dá 5% de imposto –, uma arrecadação muito grande, já indo direto para os entes federativos. Esse repasse daria a autonomia que o Estado e o Município têm que ter, além de beneficiar as políticas regionais. Acabaria a sonegação. Nós teríamos aí todo um foco de mais de cem vantagens para uma proposta desse tipo.

Muito obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado General Peternelli.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte.

Nem sei onde você está agora, Zenaide. Está em Mossoró?

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Confúcio! Na sua pessoa, quero cumprimentar todos os Parlamentares, os colegas Parlamentares, e, na pessoa da nossa Dra. Cristiane, cumprimento todos os Secretários de tributação.

Como já fizemos várias perguntas... Aliás, há perguntas que nós estamos fazendo aos Secretários dos Estados, mas, na verdade, seria uma resposta ao Governo. Por isso, quero me dirigir ao ex-Ministro que está aqui presente como Secretário de São Paulo.

O que chama a atenção, Ministro, o que a gente observa é que, nessa pandemia, nessa crise econômica, política e sanitária, os bancos são os únicos que não têm perda. No dia 30, decretou-se, aprovou-se a calamidade pública. Isso se deu no dia 20 de março. No dia 23, já foi dada esta liquidez aos bancos de R\$1,2 trilhão, que supostamente serviriam para socorrer micro e pequenas empresas, em que estão mais de 50% das carteiras assinadas, de trabalhadores com carteira assinada. São as micro e pequenas empresas responsáveis por quase 27% do PIB.

A pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte... A burocracia que existia para os bancos... No Congresso Nacional, Senado e Câmara – eu me orgulho disso; a gente tem se debruçado sobre isso –, aprovou-se a PEC de guerra, criou-se o Pronampe, ampliou-se o Fundo Garantidor. E os bancos continuam sem emprestar. Como o Senador Esperidião Amin diz, a caixa-d'água está cheia, mas eles estão dificultando o empréstimo a quem mais gera emprego e renda neste País.

Faço a primeira pergunta ao senhor: se o senhor fosse o Ministro da Economia hoje, o senhor faria o que em relação aos bancos? Porque eu acho que o Estado brasileiro tem que chamar os bancos. Não é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível que numa crise dessa, em que já há mais de 80 mil pessoas que foram a óbito, os bancos ainda queiram matar o restante do emprego que existe, que são nas micro e pequenas empresas.

E outra pergunta, Ministro: eu tenho curiosidade... Eu já vi muita gente aí com formação em economia, mas eu costumo dizer que toda dona de casa é uma economista. Eu sou médica de formação e, pelo que tenho estudado, não vi nenhum país do mundo sair de uma crise econômica sem o Estado – no caso, o Estado brasileiro – investir nos setores que geram emprego e renda.

As perguntas que faço para o senhor são essas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Com a palavra o nosso ilustre convidado especial, Deputado Paulo Ganime, do Novo, do Rio de Janeiro.

Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Obrigado pelo elogio "ilustre convidado".

Boa tarde já a todos os convidados, Secretários e também a todos os Senadores e Deputados.

Na verdade, o ponto é que a gente tem falado muito sobre como resolver o problema dos Estados, principalmente do ponto de vista da receita – eu acho que grande parte das falas foi focada nisso –, tanto com relação à arrecadação direta dos Estados e dos Municípios, como também repasse por parte da União através do auxílio que foi aprovado aqui no Congresso, que nós aprovamos... E eu confesso que hoje, passado esse tempo – eu votei favoravelmente a esse auxílio nas duas vezes que passou pela Câmara; na primeira vez, inclusive, recebi bastante críticas, mas estava convicto da minha votação –, se eu pudesse voltar no tempo, tenho dúvidas de como seria minha votação, porque, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, meu Estado, esse dinheiro foi muito mal utilizado. A gente vê esse dinheiro sendo utilizado tanto para casos que estão sendo apurados de corrupção, inclusive com o Secretário de Saúde preso, como também para construção de hospitais de campanha que não ficaram prontos a tempo. Inclusive, alguns ficaram prontos quando não se precisava mais deles, já estão até sendo desabilitados.

E agora a gente está falando do próprio projeto do Plano Mansueto, ao qual sou favorável, acho que é um projeto importante. Inclusive, é pena que esse projeto que foi relatado pelo Deputado Pedro Paulo tenha ganhado esse nome de Plano Mansueto, porque todos sabemos que não era o Plano Mansueto; era, sim, um projeto de auxílio emergencial para os Estados. Mas eu acho que a discussão do real Plano Mansueto é importante.

Eu gostaria de voltar aqui à discussão da redução de despesas, que é outro lado da questão do ajuste e da recuperação fiscal. Eu vejo muito pouca iniciativa, seja na União, seja nos Estados e nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios, com relação a esse ponto da redução de despesas, que eu acho que é o ponto fundamental. Não há mais espaço para aumento de arrecadação. Claro que o aumento de arrecadação vai existir no médio e longo prazo pelo aquecimento da economia, mas não pelo aumento das alíquotas de impostos e tributos em geral.

Então, eu queria ouvir aqui um pouco mais dos nossos convidados, dos Secretários em especial sobre essa visão de redução de despesas, de ajustes, de equilíbrio da máquina pública, para que a gente consiga trabalhar na questão do ajuste fiscal pela outra ótica, não pelo aumento apenas de receita e não também somente pelo repasse por parte da União dos recursos que a União arrecada.

É claro que há todo o debate da reforma tributária, que eu acho um debate importantíssimo. Eu sou muito favorável a uma revisão total do sistema tributário e do pacto federativo, garantindo que os recursos fiquem na ponta, nos Municípios e nos Estados, e que não fiquem dependentes da União, mas eu acho que a questão das despesas ainda é muito importante.

Obrigado, Presidente.

Obrigado aos Secretários e a todos os demais participantes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Paulo Ganime, do Rio de Janeiro.

A Senadora Kátia Abreu não está? Não estou vendo a Senadora Kátia. Ela é muito frequente.

Com a palavra a última inscrita, a Deputada Rejane Dias.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, também quero aqui elogiar V. Exa. pela excelente condução à frente desta Comissão. Quero fazer minhas as palavras também dos nossos colegas, do Deputado Francisco Jr., especialmente quando diz que o senhor realmente é um homem muito educado e muito simpático. Eu queria ressaltar essas qualidades. Eu não o conhecia pessoalmente, mas estou tendo a oportunidade de conhecê-lo virtualmente.

Quero aqui também parabenizar a brilhante atuação de cada um dos palestrantes e cumprimentá-los na pessoa do nosso Secretário Rafael Fonteles, Secretário da Fazenda aqui do Estado do Piauí, que fez também uma brilhante explanação. Quero dizer que ele é muito bom, ouviu, Presidente? Ele é muito inteligente. E veja um dado importante: ele fez com que o Piauí fosse o primeiro Estado a quitar todas as dívidas com a União – tanto é que é o Presidente do Comsefaz, pela sua brilhante atuação.

Quero fazer uma pergunta bem rápida, por conta do tempo. Há pouco tempo nós recebemos o Secretário Rafael, da Fazenda do Estado do Piauí; há pouco tempo nós recebemos o Ministro Guedes, da Economia; e eu fiz uma pergunta com relação à baixa execução orçamentária e financeira do Ministério



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

da Saúde. Na época, ele me respondeu assim: "Olha, essa baixa execução não é problema nosso, do Ministério da Economia, nem do Ministério da Saúde, é um problema localizado, é um problema dos Estados". E eu queria saber a sua opinião, até porque esses recursos para o enfrentamento do coronavírus nos Estados são fundamentais. Inclusive, até foi tema de outras discussões nossas aí na Comissão o problema do apagão dos medicamentos que são imprescindíveis para os pacientes que desenvolvem a forma mais grave, do chamado *kit* de intubação. Existe, portanto, esse temor com relação a isso. Além disso, cito o brilhante trabalho que tem sido feito aqui no Estado do Piauí, Sr. Presidente, no que diz respeito ao Busca Ativa e que tem surtido efeito muito positivo no enfrentamento ao coronavírus aqui no Estado do Piauí. Obviamente esses recursos são imprescindíveis para que o Estado do Piauí e outros Estados possam continuar fazendo esse trabalho, salvando vidas.

Era só essa a minha pergunta para o Secretário Rafael.

Quero aqui mais uma vez agradecer a V. Exa. e parabenizar todos por esta importante audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu vou só ler o nome dos internautas, porque muitas das perguntas deles já foram respondidas no transcurso da nossa audiência: Evandro Silva, de São Paulo; Fernanda Ferreira, do Rio de Janeiro; Alexia de Oliveira Teixeira, de São Paulo; Arthur Lima, do Rio de Janeiro; Wanessa Almeida, de Minas; Rosa Moraes Santos, do Estado do Paraná; e muitos outros.

Muito obrigado a todos eles que pegaram o telefone, ligaram para cá, gostaram da audiência e fizeram perguntas a que os senhores já responderam.

Vamos às respostas. Após as respostas, vocês podem fazer as considerações finais além de responder; e depois o Francisco Jr. fará o fechamento. Depois que o Jr. falar, vamos encerrar a nossa audiência pública.

Com a palavra, na ordem que vínhamos seguindo, o Rafael.

Com a palavra V. Exa., Rafael.

O SR. RAFAEL TAJRA FONTELES (Para expor.) – O.k.

Presidente, vou tentar ser bem breve aqui e focar nas perguntas que foram direcionadas à minha pessoa.

Primeiro, com relação ao Deputado General Peternelli. Sobre o tema da reforma tributária, Deputado, o Comsefaz firmou uma posição por uma reforma mais ampla do que a enviada pelo Governo Federal, não tão ampla como a proposta de V. Exa., que acho que precisaria ser mais bem analisada pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comsefaz. Mas entendemos que o esforço do Congresso por uma reforma tributária não pode se limitar a juntar apenas o PIS com a Cofins.

Eu acho que a proposta do Comsefaz... Como bem citou o Ministro Henrique Meirelles, foi a primeira vez que os 27 Estados entraram em acordo numa proposta de reforma tributária. Quem acompanha esse tema há 30 anos sabe que sempre o problema era o desentendimento entre os Estados, e nós não temos mais esse problema. É claro que a nossa proposta prevê uma revisão do pacto federativo com mais descentralização de recursos, e está aí na sua proposta apresentada, pelo pouco que eu vi.

Então, eu acho que nós temos que caminhar para isto: uma simplificação verdadeira do sistema tributário para gerar, sim, uma melhoria do ambiente de negócios e destravar o crescimento econômico. Por isso, nós já estamos na quarta reunião com o Secretário Tostes, da Receita Federal, e o Secretário Waldery, tentando avançar ao máximo nos pontos de convergência para que o Congresso tenha que arbitrar no menor número de pontos possível. Essa é a nossa vontade de contribuir nesse debate para a reforma tributária, que consideramos a reforma mais importante, muito mais do que a da previdência. É muito importante a gente colocar isso.

Espero que a emenda do Comsefaz, a Emenda 192, que protocolamos tanto na PEC 45 quanto na PEC 110, seja analisada por V. Exa., porque realmente foi fruto de dezenas e dezenas de reuniões com os Secretários e suas equipes extremamente qualificadas, com tributaristas e doutores em economia, como é o caso do Renê e da Cristiane – todos os dois são doutores em Economia –, e com a experiência do Ministro Meirelles, que já foi Presidente do Banco Central, e de todos os demais secretários. Então, a nossa ideia é uma reforma tributária mais ousada do que a que foi enviada pelo Governo Federal.

Com relação à pergunta da Deputada Rejane – quero agradecer as colocações –, de fato, o Piauí realmente encerrou todo o endividamento com a União, mas temos as dívidas com os bancos internacionais. Por isso, a minha luta pela rejeição ao veto.

Deputada, quero dizer o seguinte: realmente a demora nos recursos da saúde acredito que é mais relacionada ao Ministério da Saúde do que ao Ministério da Economia, porque o próprio Congresso já resolveu o problema orçamentário, digamos assim, e o Ministério da Economia, pelo que eu saiba, já liberou os créditos. É apenas a demora na chegada desses recursos e, principalmente, na forma de distribuição que, às vezes, se concentra em determinados Municípios que não estão responsáveis pela *(Falha no áudio.)*

... complexidade, principalmente. Então, acho que há realmente uma demora na chegada desses recursos que não tem a ver com o Ministério da Economia, mas com o Ministério da Saúde. E quero dizer que esses recursos para a saúde são insuficientes e precisam ser ampliados, porque a pandemia vai durar ainda muito mais tempo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Vamos continuar na mesma ordem em que nós iniciamos.

Com a palavra o nosso Secretário carioca do Paraná, o Renê.

O SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR (Para expor.) – Caro Senador Confúcio, são interessantes as perguntas porque caminham todas numa direção.

Antes de mais nada, eu queria mandar um abraço para o meu amigo João Maia, que é irmão da Senadora Zenaide e é meu amigo há mais de 40 anos.

Eu queria dizer que a questão da reforma tributária é muito mais do que simplesmente uma consolidação de impostos, é uma busca por eficiência econômica, por uma diminuição de custos envolvidos no processo de tributação e racionalidade. O que ocorre é que hoje tanto o IPI como o ICMS são impostos cuja base de tributação não existe mais. Com a perda da indústria brasileira, com a sua deterioração, esses impostos perderam densidade econômica. Para os senhores terem uma ideia, três setores da economia – combustível, comunicação e energia elétrica – representam em média 60% da arrecadação. Então, de fato, a base tributária da economia brasileira é extremamente concentrada e está passando por um processo, o tempo todo, de atentado. O combustível, ao longo dos próximos anos, terá mudanças substantivas. A questão da energia elétrica, da autogeração de energia elétrica, vai diminuir a base de incidências. Em comunicações, nós temos a questão das migrações entre os planos – hoje digital – que vão mudar completamente sua natureza. Estão chegando as operações digitais, que estão fora do comércio e da tributação.

Eu queria pedir também para o Deputado Paulo Ganime que não se arrependa do seu voto, não. O voto e a ajuda foram muito importantes para pagar salários, não só para a questão da área de saúde. Se não fosse a ajuda, boa parte dos Estados estaria com suas folhas de pagamento em aberto e até mesmo não estariam pagando suas obrigações para com seus fornecedores.

Há um ponto principal, Srs. Senadores, que é o seguinte – e nós gostaríamos muito de conversar depois com cada um dos senhores: mais do que a reforma tributária, nós precisamos mudar a forma com que o Estado brasileiro vê a questão orçamentária. Orçamento rígido, orçamentos direcionados tornam de tal forma ineficiente uma gestão por parte de um executivo que inviabilizam qualquer programa e qualquer política pública mais eficiente. Quando você tem obrigação de colocar dinheiro, obrigação de vincular receitas, você não está analisando se aquela política é eficiente ou não, você está jogando dinheiro em alguns setores cujos projetos e planos podem não ser os mais adequados.

O Estado do Ceará tem um programa muito interessante que é o de orçamento por resultado, até avaliando para um programa de orçamento base zero, com revisão periódica. Então, eu acho que esses



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

conceitos deveriam ser de debate desta Comissão. Não basta só uma reforma tributária. Nós temos que ter mais eficiência na gestão dos recursos.

Quando se fala na questão de cortar despesas, em geral, 96% das despesas dos entes federativos é de pessoal, com suas obrigações constitucionais. Não há onde cortar. É por isso que o Deputado Mauro Filho fala que o ajuste do teto do gasto ocorreu só em investimentos. É a realidade. Aqui no Estado do Paraná, quando se projeta o impacto sobre o orçamento, nós vamos ficar com investimento praticamente zero. E é a verdade em todos os Estados.

Então, esse tema tem que ser discutido também sem muita paixão, com mais racionalidade. Nós estamos abertos aqui. Os 26 Secretários de Fazenda mais o Distrito Federal, todos são extremamente competentes em suas pastas, conhecem a situação. Vocês podem nos chamar na hora em que vocês quiserem para conversar, para apresentar, para colocar elementos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Com a palavra a Secretária Cristiane.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Obrigada.

Deixe-me começar respondendo à Deputada Rejane – muito obrigada pela pergunta.

Aqui, no Estado de Goiás, Deputada, a gente quer fazer um dos maiores legados no setor da saúde. Então, o Governador Caiado, até por ser médico, tem como nosso primeiro legado a regionalização da saúde no Estado de Goiás. Então, tudo que está vindo de recurso a gente está aproveitando até a última gota. Só para dar um exemplo, nós já temos oito hospitais montados; nós saímos de menos de 260 UTIs para quase 600 UTIs – eram em quatro Municípios, e agora são em 16 Municípios. Então, no que toca ao dinheiro público que está sendo gasto para a saúde, a gente está tentando otimizar todo centavo que está vindo, não só de recurso federal, mas também dos nossos recursos do Tesouro daqui.

Com relação à pergunta do Deputado Paulo Ganime... Deputado, é o que estou tentando fazer aqui desde o dia em que eu cheguei: olhar para as minhas despesas e tentar diminuí-las ao máximo, mas é como o nosso querido Renê, que está aqui, comentou: como é que a gente vai diminuir, se 90% das nossas despesas são obrigatórias e continuam crescendo, com as promoções, com as progressões, com as revisões anuais? Aqui, no Estado de Goiás, a gente está segurando, mas a pressão é tamanha, a pressão é enorme! Por quê? Porque é assim que é a cultura da máquina pública, que a gente precisa endereçar na reforma administrativa. Sem uma reforma administrativa, a gente não vai conseguir melhorar e aumentar a produtividade do trabalhador, do servidor público. Então, com relação à receita, a gente tenta fazer o que é possível, que é olhar para o lado das renúncias fiscais e ver se a gente consegue diminuir essa parte das renúncias, obviamente olhando o lado da sonegação e vendo como a gente pode, trabalhando com



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia, agora com inteligência artificial, com nanotecnologia, etc., tratar das questões de sonegação fiscal de uma maneira mais eficiente.

Mas, do lado das despesas, embora eu também entenda que a gente deveria cortar, infelizmente não somos um setor privado, em que a gente pode demitir aqui, diminuir salário ali, junto com hora, o que também a gente não pode fazer, e fazer isso aqui... Não, a gente não pode fazer nada. Então, se 90% das nossas despesas estão atreladas à questão de folha...

Por isso que eu coloco: se a gente não endereçar uma reforma administrativa, se a gente não endereçar esse ponto... Hoje, eu estou fazendo um trabalho hercúleo aqui, de aumentar receita e diminuir despesa; mas eu consigo fazer isso em longo prazo?! Então, eu tento fazer todas as minhas reformas estruturais, porque eu entendo que o papel do Estado é desburocratizar, abrir caminhos para o setor privado vir, para poder institucionalizar... Tudo que eu faço aqui é para poder institucionalizar. Na parte, por exemplo, orçamentária, eu estou tentando usar todas as regras orçamentárias, aproveitando que eu tenho planejamento, orçamento e Tesouro junto com Receita, que é a melhor coisa que eu fiz, porque tornou muito mais rápida e mais célere toda essa transformação que estamos fazendo aqui no Estado de Goiás, na parte orçamentária, que é muito importante e vai ser outro legado que o Governador Ronaldo Caiado vai deixar para o seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Cristiane, eu quero que você transmita um recado para a minha querida amiga Fátima Gavioli, Secretária de Educação de Goiás.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Excelente parceira, uma pessoa fora de série.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso. Dê um abraço nela por mim.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – E o Deputado Francisco Jr. pede para avisar que ele já produziu o terceiro boletim de acompanhamento, que já está à disposição de todos para a leitura. Muito bem consolidado, muito transparente, muito bonito.

Por fim, para fazer o encerramento das suas respostas, o Ministro Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de enfatizar uma questão que já foi mencionada, mas que foi de diversas maneiras. Em primeiro lugar, o fato, por exemplo, de qual a solução definitiva para a questão dos Estados e Municípios, do ponto de vista fiscal. Outro motivo importante para deixar claro a questão da importância da reforma é o fato de que o Governo Federal está mandando agora a sua proposta apenas contemplando uma modificação do PIS/Cofins e do IPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi enfatizada a importância também dos interessados nessa questão, que é a maior complexidade da vida econômica nacional, de todas as diferentes alíquotas de ICMS por produto, por região, por Estado, etc., em questões de guerra fiscal. Nós já discutimos aqui como aumentar a arrecadação, uma série de coisas, Estados que estão enfrentando o problema da guerra fiscal... O que eu quero dizer é o seguinte: a maneira de resolver tudo isso, de fato, é fazer a reforma tal qual foi colocado no substitutivo feito pelos Estados, nós mencionamos aqui, o Rafael colocou muito claramente a questão de que, se, pela primeira vez, em 30 anos, os Estados chegaram a um acordo sobre isso, não foi por acaso. É muito importante, o projeto é muito equilibrado, contemplando as diversas regiões do País, e é muito eficaz.

Portanto, é muito importante exatamente todo o conceito da reforma de unificação do ICMS, do ISS e dos impostos, portanto, federais e estaduais, e unificação de alíquotas por Estado, etc., resolvendo uma série de questões, como a tributação no destino, eliminando toda essa questão de guerras fiscais, etc. É fundamental isso.

O Governo Federal quer concentrar-se na unificação dos impostos federais em um imposto federal agregado? Perfeitamente, tudo bem, mas vamos manter aí o substitutivo dos Estados, talvez fazendo uma compatibilização entre os dois – de um lado, o Governo Federal, e, do outro lado, o projeto dos Estados –, mas é muito importante que o substitutivo dos Estados seja aprovado.

Em segundo lugar, eu gostaria de mencionar outro ponto sobre isso, que foi mencionado na questão do fato de que os serviços podem pagar mais, etc. Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que o Brasil tem, como um dos maiores problemas hoje, exatamente a perda de participação na indústria, isto é, a indústria brasileira está encolhendo, com o percentual do PIB, e a indústria brasileira está encolhendo com participação internacional. Indústria gera emprego, indústria gera renda, indústria gera capacidade de exportação, além do agronegócio, que é a grande força brasileira. Mas é importante para que, de fato, possamos aumentar a renda, o emprego, a capacidade de melhorar o padrão de vida da população, que nós não reforçamos aí. A indústria brasileira é muito penalizada, porque ela é a grande tributada do País. A opção de distribuir melhor isso, a reforma tributária faz isso... Já há um projeto de acordo, como eu já mencionei. O que nós precisamos é, simplesmente, ao invés de ficar nesse dramalhão... A União disse que só vai fazendo os impostos da União, e aqui, dos Estados e dos Municípios, contemplam tudo... Vamos compatibilizar: a União tem uma proposta para os seus impostos. Compete ao Congresso analisar isso, e o substitutivo dos Estados, apresentado por todos, é muito importante que seja aprovado integralmente, principalmente no que diz respeito ao ICMS e ao ISS.

Dito isso, eu acho que é muito importante, para finalizar, mencionar também, reforçando, a questão de pequenas e médias empresas terem acesso, etc., aos implantes. É muito importante, portanto, uma ação mais firme de todos os agentes nesse processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo Federal do Brasil tem um ponto muito forte, que é a grande presença de dois grandes bancos federais, que são a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que têm todas as condições liderar esse processo. São bancos competentes, de fato, e que têm absolutamente condições de liderar esse processo, com uma política monetária adequada, feita também pelo Banco Central. Inclusive isso é que eu acho que pode encaminhar, digamos, a resolução do problema e fazer com que o Brasil tenha, portanto, condições de sair dessa crise de uma maneira muito forte.

A reforma administrativa também é muito importante, tem que ser feita no âmbito federal, nos âmbitos estaduais, tudo bem, mas nós temos que crescer mais, para gerar mais emprego, mais renda e mais arrecadação, sem haver aumento de alíquota.

Com isso, eu concluo a minha fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Ministro.

Deputado Francisco Jr., para as suas considerações finais, alguns questionamentos... V. Exa. está com a palavra.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos, agradecer à Deputada Rejane a gentileza do comentário... O fato é que esta Comissão tem um time diferenciado, e isso ajuda muito o Relator.

Gostaria de fazer dois comentários, duas perguntas, uma para a Secretária Cristiane, que é o seguinte: Goiás, assim como outros Estados do Centro-Oeste, tem, no agronegócio, uma importante fonte de riqueza. Há quem diga que Estados com essa característica estariam sofrendo menos com a crise que os demais. Isso é verdade ou não?

A senhora poderia falar um pouco de como o agronegócio pode ou não estar contribuindo para mitigar os efeitos da crise atual? Digo isso porque o agronegócio sempre aparece como o mocinho nas tabelas e como bandido na hora de ser tratado, de ser avaliado.

E eu gostaria de um comentário dos demais, se possível, pelo seguinte: algo que surpreendeu muito a mim – e acredito que a grande parcela da população – foram os chamados "invisíveis", quando foi feito o cadastramento para o apoio emergencial, o coronavoucher. Então, aqueles milhões e milhões de cidadãos, de CPFs invisíveis, e eu fico imaginando a quantidade de CNPJs invisíveis que nós temos também. E, aí, fazendo toda essa avaliação, parece-me que, além de nós fazermos esse esforço muito grande para gerar crédito para os micro, os pequenos, os médios empresários principalmente, como disse agora o Secretário Henrique Meirelles, para salvar essas empresas, eu penso que será inevitável que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

muitas delas migrem para a informalidade. E nós, que já vínhamos tendo muita dificuldade com os informais, talvez tenhamos aí um acréscimo na informalidade significativo no Brasil, no momento imediato de pós-pandemia.

E o pedido do comentário é o seguinte: além da reforma tributária, além de toda essa situação tributária que muito já foi comentada no dia de hoje, o que poderia ser feito com relação aos empresários invisíveis, que não conseguem crédito, não conseguem se regularizar, não conseguem mais limpar o nome depois de uma crise como essa? O que fazer? Como agir? Como conduzir? O que poderia ser feito, num esforço conjunto da União, dos Estados e dos Municípios, para podermos dar as mãos e trazer para dentro, puxar para próximo toda essa força produtiva que o Brasil tem?

E faço um destaque aqui para Goiás, de forma especial Goiânia, onde agora a pandemia deu uma estancada; pelo menos a gente não está vendo. Mas, em Goiânia, a cada semana, nasce uma feira, uma feira nova. Muitas pessoas acham isso lindo, e eu vejo com preocupação. Nada contra o feirante, de forma alguma, mas eu gostaria que esse feirante fosse formal, que esse trabalhador, que toda essa realidade que acontece na periferia das cidades fosse formalizada, porque, do ponto de vista social, imagino que também possam aumentar todos os problemas que teremos com relação às questões trabalhistas, e nós vamos caindo num mundo de informalidade que não é desejado. Gostaria de um breve comentário, se possível, dos senhores, excluindo reforma tributária – já falamos muito de reforma tributária. O que mais se pode fazer nessa realidade?

Muito obrigado e parabênz a participação de todos, tanto dos convidados quanto dos Parlamentares. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Eu vou fazer o seguinte: eu vou dar dois minutos para cada um, começando pela Secretária Cristiane.

Serão dois minutos para a senhora; dois minutos para os demais, para podermos fazer o encerramento. Depois eu quero fazer os meus agradecimentos a vocês – é lógico!

Com a palavra a Dra. Cristiane – minha doutora, pós-doutora em Economia.

A SRA. CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Confúcio.

Deixe-me comentar aqui sobre o agro, porque a pergunta do Deputado é muitíssimo pertinente.

Só para fazer aqui um apanhado, o PIB de Goiás, no primeiro trimestre, cresceu 3,4%, *vis-à-vis* o do Brasil, que decresceu 0,3%. Então, quando a gente vai abrindo serviços, indústrias e o setor agro, o Deputado tem toda razão, Deputado, porque o nosso PIB trimestral, do primeiro trimestre, cresceu 18%,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vis-à-vis o do Brasil, que cresceu 1,9%. Então, obviamente, o setor agro é extremamente relevante na questão do emprego e da renda.

Agora, a pergunta que fica é: e o nosso ICMS? Como é que é? É deixada alguma coisa aqui de ICMS? Então, na verdade, a gente fica com muito pouco de ICMS, porque muito é exportado e a gente sabe que, pela Lei Kandir, a gente não tem essa arrecadação.

Então, esse tem sido um grande problema para o Estado de Goiás, porque a gente tem que investir nas rodovias por onde passam os caminhões, que destroem as nossas rodovias, e a gente tem que ficar toda hora recapeando, etc. Isso por um lado, e, por outro, a gente não tem essa arrecadação para poder fazer esse serviço. Esse é um dilema, mas, obviamente, a gente tem a renda e o emprego que de todo o setor agro resulta, o que é muito importante para o Estado.

Voltando a uma outra questão e respondendo ao Deputado Paulo Ganime e também ao Deputado, fazendo uma resposta conjunta, vamos parar de falar da reforma tributária, o que a gente pode fazer mais? Eu acho que há duas vertentes aqui: uma é estrutural e outra é de curto prazo. A estrutural é de longo prazo, e a conjuntural seria de curto prazo. Sobre a de curto prazo, Deputado, se eu tivesse na cadeira do Ministro da Economia, eu teria pensado em fazer transferência direta, assim como a gente fez com os R\$600 para a população mais vulnerável, também para as pequenas e médias empresas por um determinado tempo, sem fazer empréstimos com garantias, porque essas garantias, de fato, as empresas não têm. O cara está negativado, ele não tem condições de pegar aquele empréstimo. Então, de fato, o Governo, a União tentou ajudar, mas o dinheiro ficou empoçado lá nos bancos. O Banco Central fez um belíssimo trabalho, diminuiu o compulsório, etc., fez o que pôde fazer, mas a verdade é que chegou muito pouco dinheiro na ponta dos pequenos e médios empresários. E, do lado da estrutural, é como o Estado de Goiás está fazendo. Neste ano, vamos reduzir o tamanho do Estado. É liquidação de empresa, é privatização, é concessão, é venda de ativos. A gente tem que diminuir esse Estado, para diminuir essas despesas para tentar colocá-las dentro da receita, porque hoje, infelizmente, a gente tem uma LOA negativa em 3,5 bilhões. Essa é a realidade do Estado de Goiás. Então, a gente está fazendo um esforço hercúleo para tentar colocar, diminuir essa despesa, ampliar receita, para ver se elas começam a ficar compatíveis.

Mas para tudo isso, lembrando, há um problema sempre muito sério: a folha de pagamentos de ativos e inativos. Se a gente não endereçar essa questão com uma boa reforma administrativa, esse é um problema que vai ser levado por governos e governos. Isso não vai parar por aqui.

Muito obrigada pelo convite. Adorei estar aqui presente. Coloco-me à disposição de absolutamente todos vocês aqui. Podem me chamar, vou a Brasília, fazemos Zoom, não tem problema. Abro os dados, converso com cada um de vocês. Acho que o importante é a gente dar transparência de como nós, gestores, estamos vendo e fazendo e com o que nós podemos contribuir nas discussões junto ao Congresso Nacional. Coloco-me sempre à disposição. Muito obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Cristiane.

Renê com a palavra, por dois minutos.

O SR. RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado.

Falar depois da Cris é muito difícil, porque ela ocupa tudo. Mas é uma característica o brilhantismo dela.

Mas eu queria falar que, realmente, quando a gente olha para o auxílio de emergência, são 60 milhões de pessoas que estavam aparentemente fora da folha de trabalho, fora da economia. Mas eu me pergunto: será que realmente elas são invisíveis? Será que já não havia sinais claros na economia brasileira de que a realidade estava expulsando uma quantidade muito grande de pessoas? Será que a "uberização" da economia não levou a uma profunda fragilidade nas relações? Será que não temos que pensar muito profundamente sobre a própria estrutura? Como se chega a uma situação como esta?

Também sobre a questão das pequenas e médias empresas, concordo inteiramente com a Cris. O mecanismo adequado teria sido fazer uma injeção direta de recursos nas pequenas e médias empresas, para que elas pudessem ter oxigênio, pudessem ter algum tipo de sobrevivência.

Mas há um problema sério no Brasil: 90% das empresas brasileiras são pequenas e médias empresas. Nós não temos um projeto nacional pelo qual as empresas possam crescer, possam evoluir, possam virar empresas médias e pequenas.

Nós temos que repensar profundamente a questão das inovações, como é que nós podemos agregar valor às empresas nacionais, aos setores. É impossível que as empresas estejam condenadas a serem pequenas. Ninguém gosta de ser condenado a ser evidentemente um simples no meio. Nós temos que criar mecanismos para que as empresas possam progredir, sair no sistema tributário, evoluir, ganhar densidade econômica. E, para isso, eu acho que o Governo Federal, no ano passado, tomou uma iniciativa muito boa, que é a questão da Lei de Liberdade Econômica, quer dizer, tentar diminuir o espaço de atuação do Estado confiando nos empresários, confiando nas empresas. E qualquer evolução para um crescimento econômico mais vigoroso vai passar pela diminuição do Estado, sim. O Estado é grande nas suas funções que não são importantes e pequeno nas questões importantes – na questão das políticas públicas, elas são muito carentes.

Eu acho que, acima de tudo, esta reunião aqui serve para que a gente possa discutir. Nós temos muito a fazer. Vamos confiar também nas empresas, confiar nos empresários. O choque de confiança, de credibilidade eu acho que é importante. O empresário não é um vilão; é um instrumento importante, quer dizer, às vezes, a visão é que os negócios não estão caminhando bem, porque não se confia nas pessoas. É preciso confiar mais nos empresários. O choque de capitalismo é muito importante.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer profundamente a oportunidade, colocar à disposição tudo aquilo que a gente faz no Paraná no que for necessário – e também há o Comsefaz, na figura do Rafael, que é uma pessoa encantadora – e colocar todas as informações nas bases de dados, conforme a necessidade de que os Senadores e Deputados tenham acesso. Estou disponível.

Muito obrigado pela oportunidade e até breve.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Passo a palavra para o Rafael fazer as suas considerações, algumas respostas ao Francisco.

O SR. RAFAEL TAJRA FONTELES (Para expor.) – O.k.

Quero agradecer ao Relator, Deputado Francisco Jr., ao Presidente Confúcio.

Sobre essa última pergunta que o Deputado fez sobre essa questão das micro e pequenas empresas, eu acho que o grande problema é que realmente esse crédito, esse fomento não está chegando na ponta. Concorro totalmente com a Cris de que isso teria que ser facilitado ainda mais, tirando qualquer burocracia, até mesmo essa questão da negativação, além do aval que foi aprovado pelo Congresso.

Queria colocar também que essa agenda do equilíbrio fiscal, como a Cris colocou, eu também apoio, mas com fulcro nas despesas correntes.

Eu acho que endereçar essa questão do crescimento da folha é muito importante, tanto que temos apoiado a reforma administrativa também – um grupo de trabalho foi formado na Câmara –, mas eu acredito que o investimento público tinha que estar fora dessa agenda, porque realmente ele pode alavancar crescimento e até melhorar o perfil dívida/receita, dívida/PIB.

Então, este é um ponto importante que eu gostaria de colocar: uma coisa é a agenda de controle das despesas correntes, outra coisa é a agenda do investimento público, que, como o Deputado Mauro colocou, caiu de cento e tantos bilhões para 19 bilhões. Então, tomara que o Ministro Tarcísio, por exemplo, tenha mais recurso para fazer mais obras estruturantes, como tem feito inclusive no Centro-Oeste, no Norte do País. Acho muito importante a gente colocar essa pauta. Não há um antagonismo entre a pauta do equilíbrio fiscal e melhorar essa questão do gasto público e essa pauta do investimento público, principalmente depois de uma crise desse tamanho. Eu não acredito que um investimento público praticamente zerado vá contribuir para sair mais rapidamente da crise. Acho que as reformas têm que acontecer, tributária, administrativa, mas também a agenda do investimento público tem que voltar a ser importante.

Quero agradecer aqui a boa notícia que o Deputado Mauro Benevides nos trouxe da MP 938 e fazer esse apelo aos Senadores para que apoiem a prorrogação da MP 938 e também o relatório do Senador Wellington Fagundes do PL 133, da Lei Kandir, porque aí você contempla, basicamente, todos os Estados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Federação nesse complemento adicional. E faço o apelo também pela rejeição ao veto da Lei Complementar 173, das dívidas internacionais, e da Lei 14.007, dos 8,6 bilhões que têm que ir para a saúde dos Estados e Municípios. É muito importante a apreciação desses dois vetos.

E quero agradecer mais uma vez a oportunidade, Senador Confúcio, e colocar o Comsefaz, os vinte e sete Secretários, não só os quatro que aqui estão, à disposição do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para debater qualquer tema envolvendo as finanças públicas estaduais.

Muito obrigado e bom dia a todos os Senadores e Deputados aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ministro Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES (Para expor.) – Obrigado.

Antes de mais nada, eu gostaria de responder às duas questões básicas no que se refere, em última análise, às empresas invisíveis. Da mesma maneira como nós tivemos aí todos os invisíveis, pessoas físicas que apareceram na hora de receber o auxílio emergencial, agora nós estamos lidando com essas empresas, todos os pequenos e microempresários que têm dificuldade de se estabelecer, têm dificuldade de tomar empréstimo, etc., e como vamos fazer para recuperá-los no pós-pandemia e protegê-los durante a pandemia.

Foi mencionado um auxílio direto do Governo, como foi feito para as pessoas físicas, para esses empresários, entre aspas, "invisíveis", todos os empresários e microempresários que estão aí com dificuldades de se regularizarem, etc. Isso pode ser feito, levando-se em conta que nós estamos aqui discutindo um problema sério de aumento do endividamento público. Vamos chegar a um certo momento com uma dívida pública de mais de 90% do produto, e isso vai gerar uma dificuldade na ponta para todos nós, porque, como já disse uma grande líder política europeia, não existe o dinheiro público, existe o dinheiro dos contribuintes, dinheiro, em outras palavras, de toda a população. Portanto, é importante levar isso em conta.

Por outro lado, como nós vamos endereçar essas questões em longo prazo, a questão em longo do prazo dos microempresários – e também dos pequenos e dos médios e até dos grandes – e dos Estados, para seu crescimento? Além de enfrentar as questões de despesa, o que já foi devidamente mencionado, seja com reforma administrativa ou reformulação do serviço público, seja com concessões e privatizações, além disso nós temos a questão de como vamos endereçar tudo isso em longo prazo, pagamento da dívida pública federal, todas as empresas que sairão da crise endividadas – mais endividadas, não vamos nos esquecer disso.

Não são apenas as micro ou pequenas ou invisíveis; mesmo as empresas que estão conseguindo tomar crédito, portanto sobreviver, vão sair endividadas. Então, há uma questão específica da ajuda para essas empresas que estão tendo dificuldades enormes para se regularizar e ter problema e podem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

desaparecer agora, e como vai ser isso. Na realidade, preservar essas pessoas e toda essa atividade das microempresas.

Por outro lado, como vai se resolver esse problema a longo prazo, de todo o País? Crescendo mais! O País precisa crescer mais e tem possibilidade de fazer isso. Já fez isso no passado e pode voltar a fazer. Portanto, nós temos que, sim, aprovar as reformas fundamentais. Não se fala mais na reforma tributária partindo do pressuposto que ela vai ser aprovada, conforme proposto pelos Estados – não é isso? –, e também levando em conta a proposta da União, mas também a reforma administrativa e todos os outros itens, todos aqueles itens que levam a maior crescimento – por exemplo, concessões do Governo Federal, privatizações do Estado, como estamos fazendo em São Paulo com a Sabesp, como estamos fazendo as concessões aqui no Estado para gerar emprego e gerar renda, e outros Estados estão fazendo.

Em resumo, é muito importante que se tomem todas as iniciativas visando a crescer, crescer a taxas mais elevadas, seja através do agronegócio, seja revitalização da indústria, do comércio, dos investimentos em infraestrutura, porque o importante com isso tudo é que, o País crescendo, nós vamos gerar emprego, vamos gerar renda e vamos gerar arrecadação para pagar a dívida pública federal, e também para, em última análise, resolver o problema dos Estados e Municípios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu gostaria muito de ficar com vocês aqui mais tempo, mas daria um prejuízo para os seus Estados muito grande.

Rafael Tajra Fonteles tem a fisionomia dos insurgentes, dos bravos, dos destemidos nordestinos, cabra macho. Parabéns, pela sua participação!

Henrique Meirelles, sua sabedoria, sua prudência, sua fisionomia é a do Papa Francisco: serene, doutrinador. Isso é maravilhoso!

Cristiane, mente brilhante, iluminada, aquecida. Seus neurônios fazem uma revolução. Fantástica! É incrível.

E o Renê Garcia tem a prudência do Dalai-Lama, aquela paz. Só fala pensando. Não sai uma palavra sem ser meditada anteriormente.

A todos vocês o meu abraço, os meus agradecimentos sinceros.

Uma boa tarde. Vocês ajudaram muito. Muito agradecido.

Obrigado.

Declaro encerrada a nossa reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

